

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Nuno José Mendes Lopes

**Disciplina e Controlo da Magistratura
Judicial entre a República e o Estado
Novo (1910-1945)**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Nuno José Mendes Lopes

**Disciplina e Controlo da Magistratura
Judicial entre a República e o Estado
Novo (1910-1945)**

Tese de Doutoramento em História,
Especialidade de História Contemporânea

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Fátima Moura Ferreira

Julho de 2011

**DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A CONSULTA E
REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA TESE**

Universidade do Minho, ____/____/____

Assinatura: _____

Bolsa de Investigação no âmbito do QREN - POPH - Tipologia 4.1 - Formação Avançada,
comparticipado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES
FCT / SFRH / BD / 24687 / 2005

DISCIPLINA E CONTROLO DA MAGISTRATURA JUDICIAL ENTRE A REPÚBLICA E O ESTADO NOVO (1910-1945)

[RESUMO]

O presente trabalho centra-se na análise da magistratura judicial portuguesa, no período compreendido entre os dois regimes políticos marcantes da história do século XX português: a Iª República e o Estado Novo, balizado pelo período da Ditadura Militar (1926-1933) e pela fase inaugural e de construção do regime salazarista (1933-1945).

O seu ponto de partida consiste em acompanhar os movimentos de profissionalização do corpo judiciário, através de um olhar atento aos mecanismos de vigilância e de controlo da disciplina judiciária. Daí, a importância atribuída às ressonâncias políticas e ideológicas dos regimes que atravessam o período em estudo, na consolidação identitária e funcional da magistratura judicial, expressas, nomeadamente, através de reformas judiciais e da afirmação potencial de novos paradigmas judiciais.

Os materiais reunidos para a investigação incluíram não apenas o corpo legislativo e a historiografia portuguesa e estrangeira dedicada a este período e temática, como também uma importante massa documental e arquivística, sediada no Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial. Foram assim trazidos à análise todos os processos individuais relativos a juizes metropolitanos, os processos disciplinares instaurados contra estes, os processos relativos aos concursos para juizes de direito (quer os constantes no CSMJ como as pastas de informações do Ministério da Justiça), os ofícios do CSMJ (recebidos e expedidos), bem como parte dos processos relativos às inspecções judiciais pelo território da metrópole. Na mesma linha, a investigação incorpora a documentação correlata depositada no Arquivo do Ministério da Justiça.

O corpo do estudo organiza-se a partir de dois capítulos iniciais (I e II) que explanam a orientação e o sentido da ordenação legislativa adoptada no quadro dos contextos políticos em presença. Os demais capítulos (III, IV e V) concentram, fundamentalmente, os resultados da investigação realizada, de acordo com os princípios orientadores, acima assinalados.

DISCIPLINE AND SURVEILLANCE OF THE PORTUGUESE JUDGES BETWEEN THE FIRST REPUBLIC AND THE NEW STATE (1910-1945)

[ABSTRACT]

This study focuses on the portuguese judges between the beginning of the First Republic and the New State till the end of the World War II. Its approach is strongly connected with the historical construction of the disciplinary mechanisms and their establishment in this professional field, its development and archeology. Also regarded, the political debate in these years, trying to explain in this context the appearance of the new judiciary views and codes, the new paradigms of the courts and their actors, the constraints and implications.

The sources of this investigation gathered not only the legislative body and the national and foreign bibliography dedicated to this theme, but also an important mass of documents kept unexplored in the portuguese archives, most part of it today under the surveillance of the Conselho Superior da Magistratura Judicial. Where brought to discussion for the first time the complete individual files of the portuguese judges of this period, the disciplinary proceedings against them, the files linked with the annual recruitment (kept in the CSMJ and in the Ministry of Justice), the bureaucratic papers of the CSMJ, and a significant part of the them related to the judiciary inspections.

The study divides itself in a presentation of the political and historical context and its most important connections to the legislative reforms (Chapters I and II), and in a demonstration of the results and their analysis from the whole mass of unexplored documents for the first time gathered (Chapters III, IV and V).

Índice

I Introdução | 1

Capítulo 1 - A PRIMEIRA REPÚBLICA PORTUGUESA E A MAGISTRATURA | 17

1.1 O Governo Provisório da República – uma oportunidade perdida ou uma reforma avulsa? | 20

1.1.1 Os debates da Constituinte – entre o ideal lateral de autogoverno e a «lição dos factos» | 35

1.2 Os primeiros anos (1911-1917) | 39

1.2.1 Quatro propostas sem unanimidade | 53

1.3 O interregno (1918-1919) | 59

1.3.1 Uma Monarquia a Norte e a política de saneamentos | 66

1.4 Os «pobres» anos vinte (1920-1926) | 73

1.5 A República em debate | 81

Capítulo 2- A MAGISTRATURA DURANTE A DITADURA MILITAR E O ESTADO NOVO (1926-1945) | 91

2.1 O novo direito autoritário e social de Manuel Rodrigues: a crítica ao modelo liberal e os novos pilares fundacionais (Estado, Contrato, Propriedade, Família e Litígio) | 98

2.2 As reformas ministeriais (1926-1945) | 106

2.2.1 A reforma processual de Manuel Rodrigues | 110

2.2.2 Os «Estatutos Judiciários» de 1927 e 1928 | 118

2.3 A Constituição de 1933 e a «função judicial» | 133

2.4 A «despolitização da justiça» | 140

2.5 O Conselho Superior Judiciário – a centralidade do Ministério da Justiça (1926-1945) | 152

2.6 Entre o mérito e a antiguidade – a história do artigo 517º | 157

2.7 Os anos trinta e quarenta: um controlo da magistratura judicial por via de um canal paralelo e administrativo? | 165

Capítulo 3 – DEFINIÇÃO E INDEFINIÇÕES DO CORPO DA MAGISTRATURA JUDICIAL (1910-1945). CONSTRUÇÕES BUROCRÁTICAS, PROFISSIONALIZAÇÃO DO CORPO E NATUREZA DA CARREIRA | 175

Introdução | 175

3.1. Evolução do quadro da magistratura judicial | 181

3.2. Candidaturas e ingresso na magistratura judicial | 202

3.3 Naturalidade | 221

3.4. Tempos de serviço e progressão na carreira judicial | 225

3.5. Ingressos da Magistratura do Ultramar | 272

3.6. Comissões de serviço | 277

3.7 Reflexões sobre o corpo | 292

3.8 Anexos (Quadros 1 a 27) | 299

Capítulo 4 - O MOVIMENTO INSPECTIVO EM PORTUGAL – A CONSTRUÇÃO LENTA DE UM MECANISMO DISCIPLINAR QUOTIDIANO | 361

4.1 Evolução histórica e práticas do sistema das inspecções judiciais ordinárias | 367

4.2 Um estudo por amostra (1913-1943) – os focos da actividade inspectiva | 377

4.3 O corpo de inspectores judiciais | 394

4.4 Uma arte do retrato? | 402

4.5 Uma vigilância informal - as elites locais e judiciárias chamadas a pronunciar-se | 417

4.6 O Portugal dos inspectores judiciais | 430

4.7 Avaliações e classificações | 437

4.8 Anexo: A «geografia» das inspecções ordinárias (1913-1945) – tabela | 448

Capítulo 5 - UM ARQUIVO DISCIPLINAR DA MAGISTRATURA JUDICIAL PORTUGUESA 1911-1945. TRANSGRESSÃO, PENALIDADE E VIGILÂNCIA | 471

5.1 A evolução dos processos disciplinares à magistratura judicial (1911-1945) | 471

5.2 Práticas de queixa e acusação contra magistrados judiciais | 494

5.3 A fraca mas simbólica dimensão política dos processos disciplinares | 503

5.4 Decoros – a exigência formal de uma conduta privada | 524

5.5 O parente próximo do decoro – a «urbanidade» | 545

5.6 Participantes e acusadores – um perfil | 546

5.7 Um exercício brando de penalidade? | 549

Conclusão | 555

Fontes e Bibliografia | 561

I INTRODUÇÃO

Ano de 1919. O inspector judicial Diogo Crispiniano da Costa dirige-se à comarca de Amarante para avaliar a qualidade dos seus serviços bem como dos dois magistrados que aí exerceram funções durante os últimos três anos: Ignácio Alberto José Monteiro e Domingos Rodrigues Ramos.

O primeiro, nascido a 27 de Novembro de 1854, na Feira, chegara à primeira classe da primeira instância a 25 de Setembro de 1905. Era nesta classe que ainda se demorava quando fora nomeado, a 8 de Fevereiro de 1912, para a comarca de Amarante. Em 1919, quando o inspector judicial para lá se dirigiu, Ignácio Alberto José Monteiro tinha-se já transferido para a comarca de Vila do Conde, a 22 de Dezembro de 1917. Havia, pois, dois anos que este magistrado já não residia em Amarante e, no momento em que o inspector judicial chegara à comarca, estava já em exercício Domingos Rodrigues Ramos. Não era um magistrado qualquer. Na verdade, estando ele em exercício em Amarante, ainda, fora suspenso das suas funções por despacho de 26 de Abril de 1919, por estar incurso na penalidade do artigo 2º, nº4, alínea A, do decreto nº5:368 de 8 de Abril desse mesmo ano. Que significava isso? Passada que fora a curta experiência da Monarquia do Norte, o governo fazia sair o decreto acima para sanear os magistrados e outros funcionários que estivessem do lado dos opositores à República. O artigo 2º, nº4, alínea A, em que incorrera Domingos Rodrigues Ramos, previa a infracção por «assistência a actos considerados oficiais».

O momento em que é desencadeada inspecção é essencial. Depois dos acontecimentos de Janeiro e Fevereiro, o Conselho Superior da Magistratura Judicial ordena a inspecção a Amarante, nomeando Diogo Crispiniano da Costa, a 18 de Março, com carácter de «urgência». O que ficava fora de qualquer dúvida era isto: a inspecção a Amarante, em 1919, tinha um cunho fortemente politizado. E que motivações estariam por detrás? As inspecções judiciais eram ordenadas pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial; mas todas as suspensões e processos relativos aos saneamentos posteriores à Monarquia do Norte correram pelo lado do executivo, através do Ministério da Justiça. O que queria, pois, o Conselho Superior da Magistratura Judicial, que tinha ficado à parte dos processos de saneamento, com uma inspecção judicial à comarca de Amarante? Este caso tem duas

leituras possíveis: uma, a de acompanhar o intuito do Ministério da Justiça, expurgar e vigiar uma comarca rebelde à República; outra, a de contrariar o Ministério da Justiça, promovendo um processo paralelo que ilibasse o magistrado, firmasse a independência do Poder Judicial.

Fosse qual fosse o motivo, o inspector judicial, na sua viagem a Amarante, estava por certo ciente da complexidade do que iria encontrar, da sua missão. De resto, as inspecções judiciais ordinárias estavam longe de estar enraizadas no território judicial. No ano de 1913 elas tinham-se realizado pela primeira vez, em número de sete. Nos dois anos anteriores a 1919 não tinha havido, sequer, uma única inspecção judicial. A viagem a Amarante tinha, por isso, um duplo carácter extraordinário – uma vertente política, sem dúvida, mas, a juntar a esta, uma política do próprio Conselho Superior da Magistratura Judicial, que tentava instituir este novo mecanismo de controlo e vigilância judicial. Numa leitura puramente táctica, poderia mesmo associar-se esta inspecção a Amarante como uma tentativa de declaração de poder do Conselho Superior da Magistratura Judicial, num momento em que ele parecia, precisamente, perdê-la.

Este jogo político, de política pura e política judicial, reúne-se por semanas num só homem: o inspector judicial. A sua missão em Amarante é delicada. E, mais a mais, o inspector judicial sabe que ele próprio está sob observação do Conselho Superior da Magistratura Judicial, que o seu relatório irá ser lido, analisado e, possivelmente, questionado. Nele, Diogo Crispiniano da Costa dirá ser «completamente estranho a tudo o que não seja o exercício do meu cargo», afasta a sua apetência política; por outro lado, não terá receio de afirmar que a Monarquia do Norte fora um movimento «criminoso». Um ponto, sobretudo, o terá por certo feito vacilar – o auscultar das pessoas da comarca. As primeiras instruções de inspecção que conhecemos datam, em rigor, de 24 de Fevereiro de 1919. Ou seja, desse mesmo ano. Nelas, um item essencial, que se manterá depois no Estatuto Judiciário de 1927/1928, é o de ouvir as pessoas da comarca sobre o modo de actuação dos magistrados. O texto é preciso: «ouvindo todas, ou algumas pessoas da comarca, que pela sua posição oficial, ou social, pelo seu carácter e pela sua honestidade reconhecida e apregoada, estejam nas circunstâncias de formular um juízo desassombrado sobre o conceito que lhes merece ou mereceu, e aos seus conterrâneos».

Quem deve o inspector judicial, portanto, ouvir? Ele fará uma lista de nove pessoas: um médico, três proprietários, o médico municipal, o chefe de secretaria da Câmara Municipal, o provedor da Misericórdia, um outro médico e um advogado. Eis, pois, o que seria uma lista das pessoas «de posição» na comarca de Amarante, em 1919. Mas o inspector não ficará por aqui. Ele tem a noção clara da política e do seu momento. De todas as pessoas, por isso, ele dará o seu testemunho da posição política: «Os quatro primeiros são republicanos democráticos; o quinto e o sexto – de avançada idade – não têm política; o sétimo, aderiu à República; o oitavo é republicano; e, finalmente, o nono consta ser monárquico, mas entendi dever ouvi-lo por ser o decano dos advogados da comarca.»¹

Todos os que foram ouvidos são republicanos, à parte dois que «não têm política»; um último, por fim, é monárquico, mas o inspector «entendeu dever ouvi-lo» pela sua posição de decano dos advogados da comarca. Parte da chave está dada: a inspecção, pelo menos aos olhos do inspector judicial, deverá ser feita sob o prisma republicano, em Amarante. São os republicanos que devem ser ouvidos sobre os factos que ocorreram na comarca. Será isto que será transmitido ao Conselho Superior da Magistratura Judicial. Três dias após a assinatura do relatório por parte do inspector judicial, onde este classifica o magistrado visado de bom, honesto e ilustrado, a 26 de Abril, Domingos Rodrigues Ramos era suspenso das suas funções, com publicação oficial no dia 30, no «Diário do Governo».

*

Corre o ano de 1935. Na Ilha do Corvo, o Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal indispõe-se contra o magistrado aí presente por ter este usado a habitação da Câmara como sua. Fará, portanto, uma participação ao Conselho Superior Judiciário, acusando o juiz. Será esta, realmente, a motivação do acusador? A queixa logo o parece desmentir. É o que magistrado visado anda, nas palavras do Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, acompanhado de «figuras completamente estranhas ao

¹ Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Fundo das inspecções ordinárias, Processo M12, N2, 1919, p.17

Estado Novo». Pecado grave, que merece a atenção do Conselho Superior Judiciário. Em 1935, na Ilha do Corvo, um magistrado não deve fazer-se acompanhar de inimigos da *Situação*. Não se diz, por exemplo, que o magistrado pratica acções concertadas contra o regime, que toma partido e posição pública favoráveis à República. Não. O que o magistrado faz – e isso basta para que ele seja alvo de uma queixa oficial, de contornos pesados – é andar acompanhado de figuras estranhas ao regime. Muito se poderia dizer, aqui, sobre o quanto a imagem do juiz, sobretudo em pequenas localidades, como está ela envolta, durante a primeira metade do século, numa teia tensa de laços de conhecimentos pessoais, de pequenas subtilidades que podem manchar ou honrar a sua imagem pública. E o juiz da Ilha do Corvo atravessara essa fronteira, caminhara ao lado de «figuras estranhas» ao Estado Novo. O Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal entra, de resto, neste jogo de subtilidades. A insinuação é vaga, mas mais do que suficiente para despertar a atenção do Conselho Superior Judiciário. Quem são as figuras estranhas? Como reagirá o Conselho Superior Judiciário? Mandará arquivar desde logo a queixa? Dará a acusação como perdida, não fundamentada?

O Conselho Superior Judiciário resolverá dar a palavra ao magistrado, escutar a sua defesa. Daí que, desde logo, o magistrado será obrigado a responder sobre o caso. Ele terá de ser obrigado a responder porque caminha ao lado de figuras estranhas à *Situação*. Na sua defesa, o juiz da Ilha do Corvo escreverá isto: «Diz o Sr. Presidente da Câmara que eu me faço acompanhar sempre de figuras completamente estranhas ao Estado Novo. Eu não tenho política nenhuma, nem estou filiado em partido algum; falo com todos e tenho amigos na União Nacional e nos antigos partidos da República. A minha política que não é política resume-se no orgulho de sentir a minha pátria engrandecida e no bem geral da humanidade. Tenho, aliás, a mais alta admiração e estima por dois homens que estão à frente do Governo da Nação, Suas Excelências o senhor Dr. Oliveira Salazar e Dr. Manuel Rodrigues, porque os conheço e foram meus professores muito considerados, embora suas excelências possivelmente não saibam que sou.»²

O caminho que o juiz segue é o ideal. Um magistrado não deve ter política. Fala com todos, desde os amigos da União Nacional aos amigos dos antigos partidos da República. Não é

² Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Fundo dos Processos Disciplinares, Processo M100, N24, 1935 [defesa]

filiado em coisa alguma. Quer o «bem geral da humanidade». Tem muita consideração por Oliveira Salazar e Manuel Rodrigues, seus antigos professores. O Estado Novo não lhe é alheio, esta menção simples denota um carinho pelo regime. De forma subtil, não nega que tenha andado, de facto, acompanhado de republicanos; caso isso se venha a tentar averiguar, estará já defendido. É a resposta perfeita. E o Conselho Superior Judiciário ficará satisfeito, mandando arquivar o processo.

*

Entre estes dois pequenos relatos, escritos certamente com algum recorte literário, decorrem dezasseis anos. Entre o inspector judicial preocupado em ouvir apenas bons homens republicanos e o magistrado que tem que comprovar que não anda acompanhado de figuras estranhas ao regime de Salazar, dezasseis anos de vida pública portuguesa, de vida judicial. Portugal não é o mesmo. 1919 e 1935 estão separados por uma completa transversão de papéis, de figuras, de modos de estar. O mundo judiciário também não é o mesmo. Do liberalismo herdado e continuado pela Iª República ao modelo autoritário do *juíz forte*, de Manuel Rodrigues, vai uma revolução mental igual à que atravessa a política ou a economia. Mas o mundo judiciário é fechado, obscuro, de difícil acesso. Quase impossível de adivinhar reviralhistas judiciários, na passagem de um mundo ao outro – não há espaço de comunicação; não há, praticamente, debate público de que se possa fazer o rastreio.

Esta limitação das fontes históricas tenta dirigir inapelavelmente o historiador para a ideia de que as transformações do Poder Judicial, entre a República e o Estado Novo, vieram «de cima». Isto é, que a história do Poder Judicial – ou, mais correctamente, da «administração da Justiça» - foi feita a partir das elites políticas, sendo configuradas e convertidas em monumentos como a lei, o decreto, a portaria, a circular. O positivismo jurídico do passado parece ser, devido à ausência das fontes históricas, quase uma inevitabilidade do historiador de hoje. Esta dificuldade é ainda mais pertinente quando, para este período, ainda não são conhecidas com detalhe toda a evolução e enquadramento legal do mundo judiciário. Neste estudo, tendo sido uma das preocupações fundamentais colmatar essa ausência, traçar as

diferentes arquitecturas do edifício judicial e da organização judiciária de 1910 a 1945, sobretudo nos dois primeiros capítulos, levou a que, por vezes, tivéssemos de ficar insatisfaitamente pela lei e pelo decreto, sem encontrar a devida explicação histórica mais profunda. Esperamos que o trabalho deixado aqui sirva, no futuro, para que este positivismo forçado se converta em história das ideias, das mentalidades, a não ser que a ausência das fontes históricas o obrigue a ficar por aí.

Neste sentido, a utilização de um arquivo histórico como o do Conselho Superior da Magistratura Judicial, ainda inexplorado até à data deste estudo, tenha vindo a tornar-se o centro de uma investigação que poderá, estamos certos, vir a trazer uma nova luz sobre o mundo judicial da Iª República e do Estado Novo. Nele se encontram os processos individuais dos magistrados judiciais portugueses, as inspecções judiciais realizadas em território português (continental e ilhas), os processos disciplinares levantados contra magistrados, delegados e funcionários judiciais, as actas das sessões do organismo e as muitas centenas de ofícios recebidos e expedidos. Não esgotamos aqui, pelo contrário, o nosso trabalho. Mas foi a partir deste arquivo, das questões levantadas por muitos relatos – alguns deles próximos dos dois com que começamos esta introdução –, que o objecto do nosso estudo se tornou claro: a construção disciplinar judicial em Portugal entre 1910 e 1945. Um período que atravessa toda a Iª República portuguesa, a Ditadura Militar, e a primeira fase do Estado Novo. Quanto à noção de disciplina, ela é complexa, por ser, à vez, utilizada em termos filosóficos e históricos. Filosóficos, sobretudo, a partir do pioneiro trabalho de Michel Foucault, que deu a esta expressão a ideia de que as sociedades modernas se foram construindo desde o século XVIII a partir de um imenso dispositivo disciplinar, de vigilância e controlo, que tem por modelo ideal o panóptico de Bentham. A ideia de disciplina, por isso, deixa de estar ligada à sua expressão puramente repressiva e de negação, para implicar todo o exercício de poder e de saberes a ele ligados, fabricando a individualidade. Para os historiadores, isto significava claramente uma democratização do arquivo, igualando em importância, digamos, uma lei promulgada pelo parlamento a um código regulamentar de um estabelecimento prisional. Mas significava também uma particular atenção ao momento da transgressão, onde se capta com única lente o conflito extremo da norma, que é caracteristicamente silenciosa, de forma a maximizar a sua eficácia. Dizemos também históricos, porque as próprias instituições se intitularam de disciplinares. Desde os anos

quarenta do século XIX, com a criação (depois abandonada) dos Conselhos Disciplinares junto das Relações até à fundamental Organização Disciplinar Judiciária, de 1924, o termo disciplina é usado e corrente, dando conta de todo este movimento e actividade particular.

O conceito de disciplina, por isso, atravessa mais ou menos intacto, mais ou menos transformado, quatro regimes: a Monarquia Constitucional (de que não nos ocuparemos, senão em breves referências), a Iª República portuguesa, a Ditadura Militar e o Estado Novo. O estudo da disciplina judiciária e do seu aparelho, aqui no seu sentido mais lato, é decisivo para recolocar em equação uma historiografia política demasiado preocupada em encontrar cortes e clivagens. Se é certo que elas existem – e são decisivas –, não é menos lícito afirmar que existem continuidades assinaláveis, construções que se interrompem e depois se retomam, ideias que surgem antes do seu tempo. Nesta história de tempo lento, estrutural, não é sem dúvida de relegar a construção do Estado moderno, do seu aparelho, dos seus instrumentos, que os diferentes regimes irão, às vezes, aproveitar ou desaproveitar conforme as suas necessidades de circunstância. A segunda metade do século XIX convocará no plano do debate das ideias instrumentos que apenas a Iª República irá institucionalizar e colocar em prática; a Iª República criará mecanismos que irão aproveitar ao regime do Estado Novo e, sob o prisma da ideologia judicial, Manuel Rodrigues, sobretudo, antecipará para a Ditadura Militar o que será o discurso e posição oficial do paradigma judiciário do Estado Novo, por exemplo. A periodização dos regimes políticos nem sempre se coaduna com o da evolução judiciária, nem esta a segue sempre de forma subordinada. Recuperar este tempo judicial, as suas indecisões, os avanços e recuos, é tarefa, por isso, essencial.

Um outro aspecto merece uma profunda reflexão: a politização do corpo da magistratura. É da teoria clássica da divisão dos poderes, a atribuição ao Poder Judicial da sua soberania e independência. Os direitos e garantias do Poder Judicial, os atentados à sua independência, a questão do seu (auto)governo, as intrusões dos regimes políticos nos seus sistemas de nomeação, colocação, transferência e promoção, as tomadas de posição a favor ou contra determinados regimes políticos (o que torna facilmente a História em tribunal), todas estas questões, parecem absorver os discursos durante décadas e monopolizar o debate a tal ponto que o historiador se sente quase na obrigação de reproduzir este estado de coisas e construir uma história das violações ou conquistas da independência judicial, com o respectivo qualificativo para os regimes políticos que se destacaram de um ou outro modo. Foi a Iª

República um atentado à independência dos juízes? Logo se destacarão as posições de Afonso Costa na Constituinte, não querendo o autogoverno da magistratura porque isso criaria uma «casta», um «regime dentro do regime», as transferências forçadas de magistrados ordenadas pelo Governo Provisório para o Ultramar devido à questão da responsabilidade ministerial de João Franco, a criação em 1912, de um Conselho Superior da Magistratura Judicial com todos os vogais nomeados pelo executivo, o vicioso sistema de transferência dos magistrados, herdado da Monarquia, que provocava um clientelismo político em seu redor. Os defensores da República acharão, em sua defesa, uma magistratura vinculada ao conservadorismo, apoiante da causa monárquica ou reaccionária, que desrespeitou o Governo Provisório ao decidir contra o povo e em favor dos antigos ministros do Rei, que absolvía sistematicamente os revoltosos das incursões monárquicas, que podia fazer perigar, pela sua influência, um regime acabado de implantar e ainda não seguro e firme – terminar-se-á por dar o exemplo de tolerância, pois a República não fez qualquer depuração significativa nos quadros da magistratura, quando talvez fosse isso mesmo uma necessidade imperiosa. Boa República, má República?

Por interessante que o tema seja e que desperte de imediato um debate apaixonado, ele esconde uma realidade mais complexa: a totalidade de um corpo que vive, maioritariamente, alheio a estas altas questões, que vive de comarca em comarca, resolvendo processos menores, transferindo-se de dois em dois ou três em três anos, que vai povoando o país de ponta a ponta, que espera anos a fio por uma promoção para uma das Relações, que, enfim, não é de todo politizado ou, pelo menos, de forma activa e interventiva. São 988 os magistrados judiciais da metrópole, em exercício entre 1910 e 1945. Destes, conseguimos localizar e trabalhar 897 processos individuais, à guarda do Arquivo Histórico da Magistratura Judicial, estudando a evolução do seu número, os termos do ingresso na magistratura, a progressão na carreira, o grau de penetração da magistratura ultramarina na metrópole, o exercício de comissões de serviço militares/policiais, a naturalidade, a nomeação para cargos políticos. Este trabalho prosopográfico, incluído no capítulo terceiro, ajuda a recolocar em questão a história de um corpo profissional, libertando-o do tradicional dilema da politização da magistratura. Certos números são hoje impressionantes. Basta para isso dizer que, dos magistrados judiciais em exercício entre 1910 e 1945, começaram por ser delegados do Ministério Público sobretudo entre os 25 e os 29 anos (48,8%). Uma importante parte,

29,9%, ingressou entre 30 e os 34 anos. O percurso no Ministério Público, por sua vez, durava maioritariamente entre os 10 a 12 anos (40,7%). A média de idade, no ingresso da magistratura judicial, portanto, rondou sempre de perto os 40 anos de idade (42,1 anos em 1900/1910; 41,6 anos em 1910/1920; 38,7 anos em 1920/1930; 40,0 anos em 1930/1940 e 40,1 em 1940/1945). Era-se juiz, portanto, perto dos quarenta anos de idade. E na primeira instância aí se demoravam por muitos anos. A evolução para este período, de 1910 a 1945, é muito variável. Assim, os magistrados ingressados entre 1910 e 1920, esperaram, em média, 18,7 anos para subirem às Relações, enquanto os seus pares, entrados na magistratura entre 1930 e 1940, esperaram 26,1 anos. Estes dados permitem concluir que a carreira da magistratura era tardia e que até cerca dos sessenta anos de idade os magistrados judiciais estariam em permanente volta pelo país, só depois ingressando numa das Relações. Uma importante parte da vida activa dos juízes estava, por isso, enredada numa deslocação constante pelos tribunais de primeira instância, o que só por si não favorecia uma politização que fosse concertada, organizada e muito participada. Disto dão conta os processos disciplinares instaurados a magistrados judiciais, que apenas contabilizam 28 processos envolvendo atitudes políticas para o todo o período de 1911 a 1945. É menos de um processo por cada ano e, nestes processos, apesar do seu imenso simbolismo, não se identificam propriamente atitudes concertadas e organizadas politicamente, senão posturas, frases proferidas em tribunal, comportamentos identificados como pertencendo a esta ou àquela posição política. Do estudo por amostra que fizemos das inspecções ordinárias, que seguem também como um dos itens a avaliar, a actividade política, não encontramos para o período em questão, igualmente, dados significativos, senão residuais. A participação em cargos políticos, em comissão de serviço, mostra igualmente que a actividade política dos magistrados judiciais portugueses foi indiscutivelmente baixa, com uma ligeira acentuação (ainda que muito pouco significativa) nos primeiros anos da República.

Não queremos, com isto, menorizar a questão da politização da magistratura judicial metropolitana. Pelo contrário, esse debate estará muito presente na vida pública portuguesa, em toda a legislação emanada pelos diferentes Ministérios da Justiça, ela será bandeira de certos momentos políticos, de facções, ela será decisiva, em momentos, nas composições do Conselho Superior Judiciário e na alta magistratura. Dela falaremos, quase a todo tempo, nos dois primeiros capítulos deste trabalho, inclusivamente. Mas ela pertence sobretudo a uma

esfera onde a alta política toca a alta magistratura, não chegando a um corpo de quase mil juízes que, espalhados pelo território português, não vêem estas questões senão como espectadores, mais ou menos afectos à questão. Diferente, é o controlo que por via administrativa fará o Estado Novo nos anos trinta e quarenta, subordinando as listas de candidatos ao Ministério Público, por exemplo, à apreciação da P.V.D.E. Mas, aqui, o que está em questão não é tanto a politização efectiva e prática dos próprios magistrados, como a intenção dos governos em a conter e controlar.

De igual complexidade, apresenta-se-nos a questão de haverem ou não paradigmas judiciários ideologicamente politizados. Teve, a República, um paradigma judiciário próprio? Teve a Ditadura Militar e o Estado Novo um outro paradigma judiciário? Há uma republicanização do mundo judiciário com o 5 de Outubro? Os ventos autoritários que se seguiram permitem-nos falar, para o caso português, de um mundo judiciário fascista?

Seria preciso estudar com detalhe o tempo de campanha republicana, anterior à instauração do regime, para se perceber até que ponto havia ou não mais do que um caderno muito restrito de reivindicações, da qual faziam parte alguns slogans como a abolição dos juízos de excepção, dos juízos de instrução criminal e outros, menos utilizados e, acreditamos, menos acreditados pelos próprios republicanos como a eleição dos juízes. As reformas republicanas, que irão sendo publicadas avulso, não nos permitem concluir que haja, à parte algumas destas posições, uma clara ruptura com o mundo judiciário herdado da Monarquia Constitucional, nesse edifício liberal de inspiração francesa, hierárquico, soberano, proclamado independente. Nem mesmo os projectos de reforma judiciária, já do tempo da República, e que se concentram logo nos primeiros anos do novo regime, permitem concluir por um paradigma judiciário claramente distinto, aproveitando para discutir questões «menores», como a fusão ou não das magistraturas da metrópole e do ultramar, o sistema de promoções e colocações ou a base de recrutamento para o ingresso na carreira.

Seguramente diferente, é o caso da Ditadura Militar e do Estado Novo. Aqui, seguimos claramente a tentativa de instauração de um paradigma judiciário novo. Está ele indiscutivelmente associado à acção de Manuel Rodrigues, ministro ao tempo da Ditadura e, depois, acompanhando Oliveira Salazar desde 1932 até ao fim da década. Inscreve-se ele na transposição da ideologia autoritária do regime para um direito também autoritário e social.

A justiça não cabe às partes, mas a esse novo Estado forte. Serve-se ele das partes para conhecer do conflito, para o reparar. É uma inteira revolução processual, que vai do sistema dispositivo para o inquisitório, que se passa a defender por inteiro (não se fala, sequer, em sistema misto). O *juiz forte*, encarnação do Estado autoritário, passa a conduzir todo o movimento do processo com competências tão alargadas que chega a colocar em causa o próprio papel do advogado – profissão liberal estranha à descoberta da verdade com maiúscula. Rapidez no processo, oralidade, eliminação de todos os entraves a um debate burguês, pesadamente envolto em questões de forma que mais aproveitam ao poder egocêntrico e dissimulado das partes do que à finalidade do bem comum. E, sob a retórica de independência da magistratura judicial assegurada, as folhas da P.V.D.E. dando conta ao Ministério da Justiça da oportunidade do ingresso na carreira dos diferentes candidatos.

Estamos ainda longe de conseguir fazer com seriedade um estudo comparativo, que dê na perfeição a rede de influências deste modelo à escala europeia. As reformas de Manuel Rodrigues iniciam-se em 1926, os seus escritos mais teóricos localizam-se na primeira metade dos anos trinta. Em ambos os momentos a filiação das ideias não é clara, quase não se citam nomes ou movimentos. Mas é certo que, em 1926, a inspiração não podia ser o nacional-socialismo alemão, mas o fascismo italiano, sobretudo os seus processualistas, como Chiovenda. Isto em nada impede que, nos anos trinta, quando Manuel Rodrigues formula de forma mais explanada os princípios do novo direito social e autoritário tenha já como referência o nacional-socialismo alemão, além da referência italiana, que acabava de fazer sair o seu Código Penal, em 1931, onde algumas destas ideias recebem um mandato pleno. É curioso notar, por exemplo, que este modelo receberá em Espanha, segundo Mónica Lanero Táboas, a sua expressão mais fiel no paradigma judicial da Falange, avançado em 1937³. À parte ideias mais extremas, como a camisa azul debaixo da toga, estes princípios estarão na linha da frente da sua proposta, que será depois rapidamente abandonada. Partilhado em alguns aspectos pelos renovadores, este modelo nunca chegará aos tribunais espanhóis devido à maioria esmagadora dos tradicionalistas e tradicionalistas-católicos, que preferem o direito herdado e liberal.

³ Mónica Lanero Táboas, *Una milicia de la justicia. La política judicial del franquismo* (Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1996) 73-98

Sob estes dois paradigmas, contudo, constroi-se uma história disciplinar linear: a progressão de dois importantes mecanismos – as inspecções judiciais e os processos disciplinares levantados à magistratura. Deles iremos tratar nos dois últimos capítulos. Um e outro são de uma importância extraordinária para a compreensão da magistratura portuguesa na primeira metade do século XX.

Com antecedentes nas *sindicâncias*, presentes no século XIX, e de que não nos restam dados empíricos, as inspecções judiciais foram uma das bandeiras mais caras ao novo organismo, o Conselho Superior da Magistratura Judicial, (re)criado em 1912. Em Dezembro desse mesmo ano, no dia 14, ele ordenará as primeiras visitas às comarcas do território metropolitano. Será uma instituição que terá dificuldades em implantar-se. 1914, 1917 e 1918, por exemplo, não conhecem nenhuma inspecção judicial levada a cabo. Os números, até à década de vinte, serão muito poucos. A partir daí, contudo, a instituição das inspecções judiciais parece finalmente consagrar uma prática regular, até ao fim da segunda guerra mundial. Com o terminar do conflito, elas finalmente disparam de forma assinalável, num momento que já não pertence ao âmbito cronológico deste estudo. As inspecções judiciais, desde o primeiro momento, foram definidas como tendo a sua alçada sobre os três anos anteriores à data em que foram ordenadas. Este desígnio, que se manterá até ao último Estatuto Judiciário promulgado pelo Estado Novo (1962), teria como finalidade criar uma malha de inspecções que não deixasse nenhuma comarca do país de fora, sem inspecção, por um período superior aos ditos três anos. Tal batalha, contudo, e mesmo tendo em conta a progressão muito acelerada da instituição das inspecções judiciais a partir da segunda grande guerra, nunca será coroada de êxito, como ficará demonstrado pelos mapas inspectivos. Um outro aspecto digno de registo é o âmbito sobretudo colocado nos tribunais de primeira instância. As inspecções judiciais recaíram praticamente apenas sobre esta até muito tarde – a primeira inspecção ao Supremo Tribunal de Justiça data de 1960 e o primeiro tribunal da Relação a ser inspeccionado foi o do Porto, em 1959.

Os processos de inspecção judicial permitem-nos, como fonte quase única, chegar à maioria silenciosa da magistratura. Aquela que não está envolvida em casos políticos publicitados, que não se destaca pela publicação de livros e edições comentadas, que, num momento ou outro, cai na transgressão disciplinar. Classificamos, nas inspecções judiciais, dois momentos: um, primeiro, de «codificação mínima» e, outro, depois, de «codificação

máxima». Que quer isto dizer? As primeiras inspecções judiciais observavam um formulário muito restrito de itens a avaliar. As primeiras instruções dadas a inspectores judiciais que conhecemos, que datam de 1919 (ano em que, pela primeira vez, o Conselho Superior da Magistratura Judicial dispões de inspectores fixos), não vão além de algumas disposições alinhadas numa simples página: residência, opinião formulada por pessoas da comarca, estado dos livros e cartórios, cumprimento dos prazos legais para despacho e sentença. Esta «codificação mínima», aliada ao pequeno número de inspecções anuais, dará lugar a processos de inspecção não muito volumosos, escritos o mais das vezes ao sabor da pena subjectiva dos próprios inspectores judiciais, numa fonte histórica que não é muito rica nem muito detalhada. Tudo isto será modificado com a Organização Disciplinar Judiciária de 1924. A partir daí, a codificação das inspecções judiciais torna-se tão extensa e regulamentada ao detalhe que, o mais das vezes, são os próprios inspectores judiciais que se afastam dela, não observando uma série de itens colocados na lei, como, por exemplo, a avaliação dos serviços dos postos antropométricos. Estamos, por isso, num nível de «codificação máxima», onde o inspector e a legislação não se correspondem um ao outro, sobrepondo-se ao texto da lei a prática e o modo de fazer que vêm dos anos anteriores. Esta «codificação máxima» passará intacta aos Estatutos Judiciários de 1927/1928, sendo depois reduzida e simplificada, finalmente, pelo Estatuto Judiciário de 1944. Assim sendo, os processos de inspecção judicial manterão, quase por inteiro, o seu carácter, estando a residência, o estado dos livros e cartórios, o cumprimento dos prazos legais para sentença e despacho, o auscultar de pessoas da comarca e as classificações dadas por acordão do Conselho Superior da Magistratura Judicial, como o corpo central das centenas de volumes hoje à guarda do seu arquivo histórico. Enquanto fonte histórica, os processos de inspecção judicial não são tão úteis aos historiador quanto poderiam parecer. É certo que, através deles, se pode traçar uma «geografia» das inspecções judiciais e do seu movimento pelo território da metrópole, os graus de cumprimento em critérios como a residência na sede da comarca ou os prazos legais para o proferir de sentença e despacho, a evolução da caracterização dos magistrados feita pelo corpo de inspectores (que cedo se tranformará em fórmulas mais ou menos lacónicas, visando a inteligência, a imparcialidade, a honestidade do juiz) ou o nível de classificações dadas. Poder-se-ia, mesmo, dados os muitos relatos de descrição das comarcas, da sua história e geografia, do estado dos seus transportes públicos ou indústria, índole da população, construir uma pequena história local de Portugal na primeira metade do

século; mas, devido à lateralidade do tema, avançamos aqui apenas alguns exemplos, para dar conta desta prática. Essenciais para a compreensão destes pontos aqui colocados, as inspeções judiciais são, contudo, uma fonte histórica que deve ser olhada também nas suas limitações. É preciso não esquecer que se tratam de relatórios oficiais de um organismo judicial e, por isso, o discurso é mantido num registo mais ou menos fechado que, com a continuação dos anos, se torna em muitos casos um acumular de «fórmulas» já repetidas, de maneiras de dizer instituídas e consagradas. A leitura de dezenas e dezenas destes processos permite mais ficar com uma imagem única de todo o conjunto, tipificada, do que com uma série significativa de circunstâncias diversas, particulares e diferentes entre si.

Caso diferente, é o dos processos disciplinares levantados contra a magistratura da metrópole. São, ao todo, 594 processos para o período entre 1911 e 1945, aqui estudados na sua totalidade e extensão no último capítulo. A decisão de os analisar de forma tão detalhada ultrapassa em muito o *fetich*e freudiano que muitos destes processos poderiam levar a crer. O que está aqui em causa é, sobretudo, essa noção filosófica-histórica de disciplina enquanto construção de poderes e saberes. É na transgressão, e nela de forma mais extrema, que a norma se torna mais visível, mais clara. Em muitas das defesas dos magistrados, das queixas que são feitas sobre eles, a sua imagem pública, a sua figura, torna-se pela inversão dos papéis na sua forma mais nua. E, se isto nem sempre é claro em processos mais formais, onde há alegadas irregularidades processuais, em processos onde estão em causa o decoro, as atitudes políticas, a imparcialidade ou urbanidade os magistrados, consegue-se facilmente traçar linhas de caracterização do perfil da magistratura portuguesa. São processos de uma riqueza extraordinária, enquanto fonte histórica, que, mesmo envolvendo uma pesada maquinaria hierárquica e processual – inspectores, inquéritos, sindicâncias, etc -, fogem não raras vezes ao discurso mais preso de formalismo pela crueza das circunstâncias. Disso dariam prova, por exemplo, o sem número de frases exclamativas que encontramos frequentemente nas defesas dos magistrados ou nas participações contra eles feitas, e que só um estudo mais narrativo destes documentos históricos poderia dar conta.

Mas não é só pela sua natureza e índole de norma-transgressão que estes processos se impõem numa avaliação historiográfica. É, também, o seu número. Pelos cálculos obtidos, é razoável calcular que um em cada três juizes da metrópole foi alvo de um processo disciplinar junto do Conselho Superior Judiciário durante um triénio como o de 1932/1934

(com percentagens anuais sobre o corpo da primeira instância de 7,1%, 12,5% e 13,5%, respectivamente). A percentagem acumulada, neste triénio, de 33,1%, mesmo tendo em conta a renovação do corpo da magistratura, é impressionante. Como veremos no último capítulo, a natureza destes processos não está claramente relacionada com as atitudes políticas dos magistrados, mas é difícil não procurar a explicação numa certa turbulência social nos inícios do Estado Novo. Há, por isso, não apenas uma questão de natureza, como também de número e extensão.

A terminar, gostaríamos apenas de fazer uma última observação. Tivemos o cuidado, ao escrever estas linhas, de nos referirmos á magistratura enquanto magistratura judicial da *metrópole*. Na verdade, não devemos esquecer que Portugal, durante estes anos, não está confinado no seu território continental e ilhas adjacentes. Mas o estudo aqui realizado, detém-se apenas na magistratura judicial metropolitana e, daí, que esta última designação sobre as colónias se tenha ocultado, de modo a evitar uma repetição que seria ostensiva para o leitor, nos capítulos seguintes. A razão para esta lacuna é dupla. Em primeiro lugar, porque dedicarmo-nos conjuntamente às duas magistraturas não seria viável em termos de tempo e estudo da nossa investigação. Em segundo lugar, porque as duas magistraturas, da metrópole e ultramarina, representaram durante estes anos carreiras distintas, obedecendo hierarquicamente, até, a diferentes poderes. De mais a mais, através dos processos individuais dos magistrados judiciais que fizeram carreira na metrópole, conseguimos calcular que o grau de interpenetração, no sentido ultramar-metrópole, é significativamente baixo – apenas 9,0 %. Não havendo ainda dados sobre o sentido inverso, isto é, de magistrados judiciais da metrópole que optaram por uma carreira ultramarina, é de crer que a percentagem seja ainda mais baixa. E sobre isto, devemos lembrar os Estatutos Judiciários de 1927/1928, onde o ingresso na carreira metropolitana está devidamente regulamentado, nada se dizendo, ao contrário, do modo como se operaria o ingresso na magistratura ultramarina. Lembrar, também, que o Governo Provisório da República, por questões de responsabilidade ministerial, forçou a transferência de juizes da Relação de Lisboa para as colónias – como uma penalização grave. Mesmo não havendo uma prova empírica, ainda, é, por isso, de acreditar que as transferências no sentido metrópole-ultramar seriam ainda mais residuais e esporádicas. Estamos, assim, a falar de dois corpos claramente distintos, sendo por isso possível um estudo separado de ambos. Com isto, não se invalida, antes se convoca, pelo

contrário, esse estudo sobre a magistratura judicial ultramarina em falta, que, certamente, em muito contribuirá para a actual investigação sobre o mundo judiciário entre a Ia República e o Estado Novo português.

Capítulo 1 - A PRIMEIRA REPÚBLICA PORTUGUESA E A MAGISTRATURA

Proclamada no dia 5 de Outubro de 1910, a Primeira República Portuguesa anunciou a constituição do Governo Provisório no dia seguinte. Sob a presidência de Teófilo Braga, o primeiro governo entregava a pasta da Justiça a Afonso Costa, uma das figuras mais destacadas e polémicas do período de campanha republicana. Afonso Costa permaneceria no lugar até 4 de Setembro de 1911, um período de onze meses, portanto, um dos mais longos daqueles que a República reservaria aos titulares do cargo. Na verdade, desde o 5 de Outubro até ao 28 de Maio de 1926, a República conheceria 43 ministros da Justiça (2 deles interinos: Bernardino Machado, de 23 de Junho de 1914 a 23 de Julho do mesmo ano e Vasco Borges, de 7 de Fevereiro de 1922 a 20 do mesmo mês)⁴. Os números são ainda mais impressionantes, tendo em conta que 23 ministros, mais de metade do conjunto, não estiveram no lugar mais do que três meses⁵. Apenas dois, Álvaro de Castro (1913-1914) e Luís Augusto Pinto de Mesquita Carvalho (1916-1917), estiveram à frente do ministério por mais de um ano. A média de permanência no cargo é de quatro meses, apenas. Isto, quando a média para o período da Regeneração (1851-1890), no século anterior, fora de catorze meses⁶, o que ajuda a espelhar o clima de forte instabilidade política que atravessou a Primeira República Portuguesa⁷. Esta diferença, de um século para o seguinte, no tempo de permanência dos diferentes ministros da Justiça, é acompanhada por uma variação da sua composição profissional. Assim, os trinta e cinco ministros que ocuparam a pasta dividem-se da seguinte forma: advogados (10), delegados do Ministério Público (1), juizes (13), magistrados administrativos (2), oficiais do exército (1), professores do Ensino Superior (7) e

⁴ Sendo 43 o número de mandatos ministeriais na pasta da Justiça, são 35 os indivíduos que a ocuparam, havendo, por isso, «repetições» no lugar; foram os casos de Luís Augusto Pinto de Mesquita Carvalho, Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso, João Catanho de Meneses e António de Abranches Ferrão.

⁵ Numa perspectiva sociológica das elites ministeriais, v. Pedro Tavares de Almeida, António Costa Pinto, Nancy Bermeo (dir.), *Quem Governa a Europa do Sul? – o recrutamento ministerial 1850-2000* (Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2006), 19-59.

⁶ Pedro Tavares de Almeida, *A construção do Estado Liberal. Elite política e burocracia na Regeneração (1851-1890)* (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995) [policopiado], Vol. I, 74

⁷ Sobre a instabilidade política da Primeira República Portuguesa v. António Costa Pinto, «Muitas crises, poucos compromissos: a queda da Primeira República», in *Penélope*, nº19-20, (1998), 43-70

professores de Liceu (1)⁸. Não obstante a presença maioritária de juízes, nesta distribuição, é de salientar o número de advogados; este crescimento, que atravessa o século até à Primeira República demonstra, até certo ponto, uma progressiva expansão e valorização das chamadas «profissões liberais»⁹, como o demonstra Pedro Tavares de Almeida em seus estudos. Quanto à idade de estreia ministerial no lugar, os números aproximam-se entre a Primeira República e o período da Regeneração. Neste último, a idade média dos ministros da Justiça é de 47 anos¹⁰, quando durante a vigência da Primeira República a média é de 46 anos¹¹. Não há, por isso, uma diferenciação significativa neste aspecto.

Mas a forte rotatividade dos titulares da Justiça ajuda a explicar um outro facto - a ausência de uma reforma sustentada e completa, quer do ponto de vista prático, quer do ponto de vista ideológico, do mundo judiciário durante a Primeira República. De notar que poucos foram os ministros que deixaram obra publicada sobre as reformas levadas a cabo. Paulo Pinto de Albuquerque, se bem que mais voltado para a evolução da justiça criminal, apontou que a República não teria um paradigma judiciário próprio, estando mais interessada em fazer valer o anterior paradigma judiciário liberal¹². Mais atenta às transformações de índole disciplinar no quadro do legado liberal judiciário, Fátima Moura Ferreira avançou recentemente a ideia de que o reformismo de oitocentos consubstanciara já nos seus projectos as principais linhas que atravessarão o eixo dos posteriores regimes, acabando algumas destas tentativas, contudo, por formar resistências e bloqueios políticos próprios das circunstâncias e constrangimentos da construção do edifício liberal, não havendo capacidade para as

⁸ A.H. Oliveira Marques (org), *Parlamentares e ministros da I República (1910-1926)* (Porto: Afrontamento, 2000); Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Fundo dos processos individuais dos magistrados judiciais.

⁹ Ao número de 10 advogados, deve contudo ter-se em conta que alguns outros ministros, tendo como ocupação central outra profissão, exerceram também e cumulativamente a advocacia. São os casos de Álvaro de Castro, Afonso Costa, José Maria Barbosa de Magalhães, Martinho Nobre de Melo, José Domingues dos Santos e o professor de Liceu José Ramos Preto. Sobre o crescimento do papel dos advogados em funções ministeriais, v. Pedro Tavares Almeida, *Quem governa...*, 41

¹⁰ Pedro Tavares de Almeida, *A construção...*, Vol. I., 86

¹¹ A média de 46 anos esconde, apesar de tudo, uma realidade mais complexa; a idade média daqueles que foram advogados (e só advogados) é de 43,7 anos, enquanto, por exemplo, nos magistrados judiciais, devido a uma progressão na carreira mais lenta e de estatuto mais demorado, ela é de 51,5 anos.

¹² Paulo Pinto de Albuquerque, *A Reforma da Justiça Criminal em Portugal e na Europa* (Coimbra: Almedina, 2003), 407, «O regime republicano não tinha um paradigma judiciário próprio, tendo antes procurado recuperar o paradigma judiciário liberal.»

«materializar»¹³. A questão que se coloca à historiografia é, portanto, complexa. A ausência de uma reforma republicana estrutural do sistema judiciário ficou-se a dever a uma instabilidade dos executivos, a uma ausência de um novo paradigma que viesse substituir o liberal? Muitos anos depois, Alberto dos Reis, haveria de lembrar a oportunidade perdida, observando com ironia que quem estava à frente dos negócios da justiça era precisamente um professor de direito.¹⁴ Mas, de facto, essa reorganização da justiça esteve na mente do regime republicano. São disso prova a própria Constituição da República Portuguesa, de 21 de Agosto de 1911, que no seu artigo 85º previa que o primeiro Congresso da República elaboraria uma Lei de Organização Judiciária, assim como a criação de uma comissão destinada a esse efeito, decretada pelo Ministério da Justiça a 8 de Fevereiro de 1913. No preâmbulo do decreto que constituía esta última, o governo sustentava que a tarefa era «árdua e complexa»¹⁵. Estavam em jogo «interesses de toda a ordem», contrários às inovações democráticas que se pretendiam implantar. As reformas mereceriam do legislador, mesmo, esta exclamação: «Que de inovações não desejaria o Governo introduzir em matéria de reforma judiciária!»¹⁶ Apontavam-se como desígnios a adopção do princípio da eleição dos juízes, o estabelecimento da regra da gratuitidade na administração da justiça, uma simplificação dos códigos. Mas, logo adiante, se avisava que estas reformas «podem parecer temerárias ou inoportunas»¹⁷. Da comissão fariam parte, entre os trinta e cinco nomeados, nove juízes: José Machado de Serpa (Senador e Juiz de direito), Caetano Francisco Cláudio Eugénio Gonçalves (Deputado e Juiz de 2ª Instância do quadro do Ultramar), Luís Fisher Berquó Poças Falcão (Juiz Presidente do Supremo Tribunal de Justiça), José Maria de Sousa Andrade (Juiz da Relação de Lisboa), Miguel Maria de Sousa Horta e Costa (Juiz do 1º Distrito Criminal de Lisboa), António Alves de Oliveira Guimarães (Juiz da 4ª Vara cível da comarca de Lisboa), Joaquim Maria de Sá Mota (Juiz da 1ª Vara comercial da comarca de Lisboa), Manuel Nunes da Silva (Juiz da 2ª Vara cível da comarca de Lisboa) e Pedro Augusto Pereira de Castro (Juiz do 3º Juízo de Investigação criminal de Lisboa). A classe da

¹³ Fátima Moura Ferreira, «A criação do organismo inaugural da disciplina judicial no quadro do legado liberal sobre a justiça (1834-1910)», in Gladys Ribeiro, Edson Neves, Fátima Moura Ferreira (dir.), *Diálogos entre direito e história: cidadania e justiça* (Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2009), 179-196.

¹⁴ *Comemorando o 1º centenário do Supremo Tribunal de Justiça*, Lisboa, Tip Couto Martins, 1933, p.35

¹⁵ Decreto de 8 de Fevereiro de 1913, DG nº 33, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, Coimbra, França Amado, 1913, pp. 498-499, .

¹⁶ *Decreto de 8 de Fevereiro....*

¹⁷ *Decreto de 8 de Fevereiro...*

magistratura parecia, portanto, bem representada¹⁸. Com menor destaque, seguiam-se os funcionários judiciais (8 nomeados), os advogados (6 nomeados), os agentes do Ministério Público (4 nomeados), os quadros do Ministério da Justiça (3 nomeados) e, por fim, os professores universitários (2 nomeados) e apenas um solicitador. De notar que, nesta distribuição, dos trinta e cinco nomeados seriam quinze aqueles que tinham lugar entre o parlamento e o senado, sendo por isso a representação política abaixo da metade do total.

O problema da reforma judiciária merece hoje um olhar mais atento. E, se é certo que durante a vigência da Primeira República Portuguesa não se operou uma reforma global, como a que foi operada com os «Estatutos Judiciários» de 1927 e 1928, a verdade é que não nos parece legítimo dizer que a magistratura portuguesa permaneceu igual, sem alterações ou imóvel. É necessário, por isso, conhecer com algum detalhe essa evolução e as mudanças que, o mais das vezes, por decretos avulsos, se foram operando.

1.1 O Governo Provisório da República – uma oportunidade perdida ou uma reforma avulsa?

A Revolução do 5 de Outubro começou por atrasar os processos nos tribunais. A 8 de Outubro o Ministério da Justiça e dos Cultos prorrogaria por 10 dias os prazos judiciais «de qualquer natureza»¹⁹ que, estando a correr entre o dia 4 e o dia 7, deviam findar entre os dias 4 e 13. No dia 8, ainda, era publicado um decreto com força de lei mandaria expulsar os jesuítas e ordenava o encerramento de conventos, na esteira do ideário pombalino e liberal de Joaquim António de Aguiar. Para a realização de tal ordem, o artigo 9º incumbia

¹⁸ Esta comissão resultou no projecto de lei que a 25 de Abril o deputado Catanho de Meneses apresentou ao Parlamento, v. *Relatório e projecto de lei sobre organização judiciária, apresentado na Câmara dos Deputados em 25 de Abril de 1916*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1916). Não haveria, contudo, a chegar a ser aprovado. Outras propostas tendo em vista a reorganização judiciária podem ser elencadas. A do deputado Luís Augusto Pinto de Mesquita Carvalho, apresentada em 1912 na Câmara dos Deputados, v. *Organização Judiciária na República Portuguesa – Projecto de lei apresentado à Câmara dos Deputados pelo Deputado Luís Augusto Pinto de Mesquita Carvalho*, (Porto, 1912). A do deputado Abraão de Carvalho, v. *Relatório a projecto de lei sobre reorganização judiciária* (Porto, 1916). Finalmente, a proposta do magistrado Alpheu Cruz, em 1918, que foi publicada na *Revista da Justiça*, t. 3º, nº 62 e 63, p.611 e 627. Nenhuma foi aprovada.

¹⁹ Decreto de 8 de Outubro de 1910, DG nº3, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1911), 2. Daqui em diante, por comodidade, usaremos a abreviatura COLP para esta referência.

especialmente o ministro da Justiça, apoiado na magistratura e no Ministério Público, de estabelecer a identidade dos indivíduos atingidos pelo decreto²⁰. Nesse mesmo dia, certas designações do Ministério Público eram alteradas: a Procuradoria Geral da Coroa e Fazenda passou a chamar-se Procuradoria Geral da República, as Procuradorias Régias junto das Relações passaram a Procuradorias da República junto das Relações e os Delegados do Procurador Régio passaram a Delegados do Procurador da República. Estas alterações simbólicas não ficariam por aqui. A 18 de Outubro do mesmo ano, um decreto com força de lei declararia abolido nos actos civis o juramento religioso, numa medida que se inscrevia na política laicizadora em curso. A fórmula que se deveria empregar seria doravante a de «Declaro pela minha honra que desempenharei fielmente as funções que me são confiadas.»²¹ Isto, nos actos que conferiam uma função de carácter ou interesse público. No caso dos jurados criminais, a fórmula era também modificada. O juiz faria a seguinte pergunta, estando todos em pé:

*Vós prometeis, perante os vossos concidadãos, examinar com a mais escrupulosa atenção a causa que se vos apresenta, não trair nem os interesses da sociedade nem os direitos da inocência e da humanidade, e proferir a vossa decisão sem que vos deixeis mover pelo ódio ou afeição, antes não escutareis senão os ditames da vossa consciência e íntima convicção com a imparcialidade e firmeza de carácter que é própria do homem livre e honrado?*²²

Cada um dos jurados respondia «Assim o prometo.» A 31 de Outubro desse ano, todos os funcionários dependentes do Ministério da Justiça eram obrigados, por portaria, a prestar esta declaração de honra. No mesmo dia, ainda, as novas designações do Ministério Público eram tornadas extensíveis às colónias. No ano seguinte, a 28 de Fevereiro, todos os actos realizados nos tribunais deixavam de mencionar a era, atendendo-se que para todos os efeitos o ano indicado era o da era vulgar. No preâmbulo da portaria, o legislador apontava ser «ridículo e pode ser atentatório da liberdade de consciência especificar a circunstância da era

²⁰ Decreto de 8 de Outubro de 1910, DG nº4, *COLP*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1911), 3

²¹ Decreto de 18 de Outubro de 1910. Art. 3º, DG nº12, *COLP*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1911), 14

²² *Decreto de 18 de Outubro...* Art. 5º

por circunlóquios, como o do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo e outros análogos»²³. Poucos anos depois, a 16 de Outubro de 1915, uma portaria do Ministério da Justiça, determinava que na sala das audiências e sessões de todos os tribunais, «em lugar apropriado» se colocasse o busto da República²⁴. Procurava-se deste modo «dignificar a forma do governo republicano» e a «força e autoridade do regime»²⁵. Tratavam-se de modificações simbólicas, mas que não deixavam de tentar representar uma nova ordem instituída.

Mas o dia 10 de Outubro de 1910, além dos decretos de expulsão dos jesuítas e modificação das nomenclaturas do Ministério Público, reservaria ainda um novo decreto de vulto: a extinção de todos os tribunais de excepção e do Juízo de Investigação Criminal, bem como a lei de liberdade de imprensa de 11 de Abril de 1907. A extinção dos juízos de excepção, que representava «a mais premente doutrina logo depois da instauração da República»²⁶ era assim concluída; estes juízos julgavam comumente casos de anarquia, de moeda falsa, de liberdade de imprensa. A lista de diplomas revogados é extensa: a Lei de 13 de Fevereiro de 1896, sobre anarquismo, as Leis de 21 de Abril de 1892 e de 3 de Abril de 1896, na parte em que ordenavam a deportação de diversas categorias de delinquentes por tempo indefinido, a Lei de 12 de Junho de 1901 e todos os diplomas que instituíram e deram competência ao Juízo de Instrução Criminal²⁷. Todos os casos que ainda não estivessem definitivamente julgados nestes juízos, seriam encaminhados para os tribunais ordinários. Quanto à lei de liberdade de imprensa, ela seria substituída semanas depois pelo Decreto com força de lei de 28 de Outubro, regulamentando o seu exercício.

No dia 13, o Governo Provisório da República mandava pôr em vigor o Código Administrativo de 6 de Maio de 1878, com algumas modificações. Achava-se o Código em vigor à altura, aprovado pela carta de Lei de 4 de Maio de 1896, de uma «estrutura intensamente conservadora» e que de «modo algum se harmoniza com as doutrinas do sistema republicano»²⁸. O Código de 1878 revelava-se mais liberal e condizente com as novas aspirações republicanas, pela sua doutrina descentralizadora e democrática, alegava-se.

²³ Decreto de 28 de Fevereiro de 1911, DG nº 50, *COLP*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 389.

²⁴ Portaria nº497, de 16 de Outubro de 1915, DG nº 210, *COLP*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1916), 408.

²⁵ *Portaria nº 497...*

²⁶ Paulo Pinto de Albuquerque, *A Reforma...*, 412

²⁷ Decreto de 28 de Agosto de 1893, Lei de 3 de Abril de 1896 e Decreto de 19 de Dezembro de 1902.

²⁸ Decreto de 13 de Outubro de 1910, DG nº9, *COLP*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1911), 5-6.

No entanto, a 25 de Outubro, uma comissão seria nomeada para organizar o projecto de um Código Administrativo da República²⁹.

A 14 de Outubro, eram criados os Juízos de Investigação Criminal em Lisboa e Porto. A seu cargo era confiada a formação, dentro da sua área, de «todos os corpos de delito e a realização de todos os actos de processo criminal preparatório até à pronúncia»³⁰. Os Juízos de Investigação Criminal estavam nas mãos do governo, que nomeava os dois juízes previstos para Lisboa e o do Porto, escolhendo-os livremente de entre os juízes de 3ª Classe.

No dia 20 do mesmo mês, o Governo Provisório mandava submeter a exame de sanidade todos os magistrados judiciais e do Ministério Público que estavam no quadro com vencimento mas sem exercício³¹. Esta medida mostrava por certo alguma desconfiança quanto à situação dos magistrados colocados no quadro. O Procurador da República, nas sedes das Relações, assistia à inspecção médica dos juízes, presidida pelo respectivo Presidente da Relação. Os médicos eram escolhidos pelo Procurador da República acordando este a escolha com os delegados de saúde. Em Março de 1910, o quadro da magistratura era composto por sessenta e quatro juízes nesta situação, um número preocupante³².

Ainda em Outubro, no dia 24, era extinta a Relação dos Açores³³. O decreto que a aboliu escusava-se a qualquer explicação, limitando-se a regular a situação dos magistrados, que ficaram como agregados às Relações de Lisboa e Porto e a fazer distribuir todos os processos pendentes para a Relação de Lisboa. Era, contudo, uma medida há muito proposta, pela necessidade de redução de despesa e falta de justificação no volume dos processos. Pelo artigo 8º, eram dissolvidos igualmente o Conselho Superior Judiciário, o Conselho Disciplinar da Magistratura Judicial, o Supremo Conselho da Magistratura do Ministério Público, o Conselho Disciplinar dos Oficiais de Justiça e o Conselho Superior do Notariado. O decreto começava, como alguns outros, com a expressão «enquanto não é publicada a reforma judiciária», que, como vimos atrás, ficou sendo uma promessa incumprida da Primeira República.

²⁹ Decreto de 25 de Outubro de 1910, DG nº18, *COLP*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1911), 26-27.

³⁰ Decreto de 14 de Outubro de 1910. Art. 6º, DG nº9, *COLP*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1911), 6-7.

³¹ Portaria de 20 de Outubro de 1910, DG nº14, *COLP*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1911), 16.

³² *Ementário dos magistrados e empregados judiciais*, XIII ano – volume LXXXV, 31 de Março de 1910, (Lisboa: Typ. da Empresa da História de Portugal, 1910), 26-27

³³ Decreto de 24 de Outubro de 1910, DG nº17, *COLP*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1911), 25.

Igualmente extinto foi o Tribunal de Verificação de Poderes, pelo decreto de 26 de Outubro³⁴; a medida era acompanhada pelo ordenamento de uma sindicância aos seus trabalhos, para posteriormente ser apresentada em Conselho de Ministros. Mas o longo mês da Revolução do 5 de Outubro não acabaria sem que a liberdade de imprensa fosse também regulamentada. Tendo sido suspensa a anterior lei, de 11 de Abril de 1907, era agora esta novamente codificada pelo decreto de 28 de Outubro de 1910.

O mês de Novembro começava com a lei sobre o divórcio³⁵, no dia 3. No dia seguinte, era decretada uma amnistia geral e completa para certos crimes e perdoada parte da pena aos condenados por outros³⁶. A 14, numa medida de certo simbólica da nova República, era suprimida do quadro de estudos da Faculdade de Direito a cadeira de direito eclesiástico. A 18, os Juízos de Investigação Criminal eram reformados, passando a haver três em Lisboa e dois no Porto. Os magistrados, nomeados pelo executivo, deixavam de ser exclusivamente escolhidos na 3ª Classe, passando agora a 2ª Classe a ser uma base de recrutamento. As suas atribuições alargavam-se agora ao julgamento dos presos em flagrante delito por crimes a que correspondia processo de polícia correcional e que «não tenham de ser verificados por exame directo»³⁷. Pelo mesmo decreto fixavam-se os vencimentos dos juízes de direito e oficiais de justiça a quem incumbiam os serviços de julgamento e investigação criminal nas comarcas de Lisboa e Porto. Um juiz dos distritos criminais de Lisboa auferia 1:000\$000 por categoria e 800\$000 por exercício. O mesmo juiz, no Porto, recebia um pouco menos: os mesmos 1:000\$000 por categoria mas 700\$000 por exercício. Os juízes do Juízo de Investigação Criminal, recentemente criado, estavam um pouco aquém, recebendo 800\$000 por categoria e 600\$000 ou 500\$000 por exercício, consoante estivessem em Lisboa ou no Porto, devido ao custo de vida diferenciado entre as duas cidades.

Em Dezembro, o Ministério da Justiça e dos Cultos, lançou uma portaria que determinava que todos os magistrados (e funcionários dependentes do Ministério) respondessem a um amplo questionário³⁸. Pretendia o Governo Provisório obter resposta até 10 de Janeiro, no caso dos magistrados do Continente, e até 31 de Janeiro no caso das ilhas adjacentes. O

³⁴ Decreto de 26 de Outubro de 1910, DG nº19, *COLP*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1911), 31.

³⁵ Decreto de 3 de Novembro de 1910, DG nº26, *COLP*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1911), 61-66.

³⁶ Decreto de 4 de Novembro de 1910 (depois esclarecido pelo Decreto de 5 de Dezembro de 1910), DG nº27, *COLP*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1911), 69-70.

³⁷ Decreto de 18 de Novembro de 1910. Art. 7º, DG nº 39, *COLP*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1911), 104-105.

³⁸ Portaria de 13 de Dezembro de 1910, DG nº 60, *COLP*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1911), 166.

inquérito era uma espécie de censo à população judiciária, pelo que o transcrevemos na íntegra.

INQUÉRITO

a) Nome.

b) Qual o cargo de que vence ordenado de categoria?

Qual o ordenado?

Qual a gratificação ou emolumentos?

c) Exerce algum cargo de que receba emolumentos?

Qual?

Quais os emolumentos no ano corrente e no último ano?

d) Exerce outros cargos remunerados pelo Estado?

Se exerce, quais são?

e) Exercendo mais de um cargo, acumula, com os vencimentos respectivos, alguma gratificação, soldo, ordenado ou emolumento?

f) Desde e até que horas é regularmente obrigado a permanecer em cada uma das repartições em que serve?

g) Tem alguma gratificação ou abono inerente ao cargo ou por serviço extraordinário?

h) Exerce alguma comissão?

Onde?

É remunerada?

Qual a remuneração?

A que horas desempenha a comissão?

i) Desempenha algum cargo municipal?

A que horas o exerce?

É remunerado?

j) Tem pensão de reforma ou aposentação de cargo do Estado ou do município?

k) Percebe de alguma empresa honorários por funções de nomeação do Estado?

l) É membro de direcções ou conselhos fiscais de empresas que tenham contrato com o Estado ou do Estado tenham subvenção?

m) Exerce alguma profissão lucrativa, como advocacia, comércio, indústria, etc?

Onde?

Paga dela contribuição?

*Quanto nos últimos três meses?*³⁹

Deste «censo» não encontramos nos arquivos o seu resultado, mas ele é bem esclarecedor da tentativa do Governo Provisório em fazer um quadro mais esclarecido da situação global dos magistrados, em especial no que respeita aos vencimentos e cargos e comissões por eles desempenhados. Centrava-se o inquérito nas questões de incompatibilidade, horários e acumulação de tarefas. No dia 20, era decretada como idade limite para os magistrados do continente, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas os 70 anos de idade⁴⁰. Bigotte Chorão explica esta medida do executivo como tendo ela em vista a renovação do corpo da magistratura superior, todo ele nomeado durante a monarquia⁴¹; da mesma forma, Pascual

³⁹ Portaria de 13 de Dezembro de 1910. A 9 de Janeiro de 1911, por portaria, o prazo de resposta seria alargado até ao dia 20, DG nº 7, *COLP*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 9.

⁴⁰ Decreto de 20 de Dezembro de 1910, DG nº 66, *COLP*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, p.176.

⁴¹ Luis Bigotte Chorão, «A I República entre a legalidade a excepção: a propósito do “Poder Judicial”», in António Pedro Barbas Homem (coord), *O perfil do juiz na tradição Ocidental* (Coimbra: Almedina, 2009), 208

Marzal Rodríguez mostrou como a redução da aposentação para os setenta anos de idade (decreto de 22 de Abril de 1931), nos primeiros anos da República espanhola, se enquadrou num movimento de substituição dos quadros da alta magistratura vindos da Ditadura e numa política de reformas republicanizantes de Fernando de los Rios⁴².

Ainda em Dezembro, um acontecimento excepcional produzirá efeitos graves entre a magistratura e o Governo Provisório. Como refere também Bigotte Chorão⁴³, a 25 de Outubro de 1910, o visconde da Ribeira Brava apresenta, no 1º Juízo de Investigação Criminal de Lisboa, participação contra João Franco e os seus ministros, pela prática de desvio de dinheiros públicos por terem assinado o famoso decreto dos «adiantamentos ao Rei». O tribunal pronuncia os participados e João Franco recorre para a Relação de Lisboa, que decide julgar incompetente o juízo recorrido dando provimento ao recurso. Em reacção a este facto, o Governo Provisório decide-se por uma posição de força, acabando por colocar na Relação de Nova Goa, a 21 de Dezembro, os quatro juízes que intervieram no julgamento de agravo sobre responsabilidade ministerial: Abel de Matos Abreu⁴⁴, Basílio Alberto Lencastre da Veiga, António Augusto Barbosa Viana e Manuel Pereira Pimenta de Sousa e Castro. O preâmbulo do decreto expõe com clareza a extensão e profundidade do conflito gerado em redor do caso. O que alegava o governo? Em primeiro lugar, expunha que o 5 de Outubro tinha sido um acto de delegação directa da Nação, na sua soberania, ao governo provisório. Este, por sua vez, tinha iniciado uma obra de separação entre o poder executivo e o judicial, nomeadamente através da extinção dos poderes crescentes do Juízo de Instrução Criminal. Pelo decreto de 10 de Outubro as leis de excepção tinham sido abolidas, de modo que, para a República, «não havia mais irresponsabilidades» pois todos os cidadãos deveriam

⁴² Pascual Marzal Rodríguez, *Magistratura y República – El tribunal supremo (1931-1939)* (Valencia: Editorial Práctica de Derecho, 2005), 60 «En un primer momento, se decidió eliminar del Supremo a aquellos magistrados de edad más avanzada. El 22 de abril fue aprobado un decreto por el que se restablecían las disposiciones para la jubilación de funcionarios de las diferentes carreras del Estado, en los términos establecidos por las respectivas leyes antes del 13 de septiembre de 1923. En consecuencia, quedarán en vigor, el artículo 239 de la Ley Provisional sobre Organización del Poder Judicial y el decreto de 26 de enero de 1920, en los que establecía la edad de jubilación de los magistrados del Supremo en setenta años. La aplicación de esta medida causó diez bajas en la plantilla del Alto Tribunal – doce si contamos la jubilación de su presidente y la muerte unos días antes de Leopoldo Lopez Infante-»

⁴³ Luis Bigotte Chorão, *Crise Política e Política do Direito – O Caso da Ditadura Militar* (Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007), 347-353. Também, numa referência breve, v., Douglas L. Wheeler, *Republican Portugal – a Political History 1910-1926* (London: The University of Wisconsin Press, 1978), 81, onde se alude à fraca atenção dada ao caso pela opinião pública.

⁴⁴ Luis Bigotte Chorão, *Crise...*, p.346 Sobre o papel deste magistrado, durante a Ditadura de João Franco, nomeadamente a sua posição de que o Governo constituído após a dissolução da Câmara dos Deputados actuava à margem da lei.

prestar contas à justiça e à justiça ordinária. A tese que o governo defendia, por isso, era de que as leis excepcionais de julgamento relativas a ministros, por exemplo, tinham «caído perante a democracia» - não só pelo decreto de 10 de Dezembro mas pelo próprio acto de criação de uma República. Assim, os magistrados da Relação de Lisboa teriam tentado, abusivamente, julgar os factos à luz de um direito morto.

*Pois os senhores juízes retomaram a tese monárquica da irresponsabilidade dos ministros, e defenderam-na com as razões políticas de diversos estadistas dos partidos monárquicos, como se nada tivesse ocorrido neste país, nem a abolição, em 5 de Outubro, da monarquia com os seus privilégios e irresponsabilidades, nem a substituição dum sistema de desigualdade perante a justiça por um claro e inequívoco regime de obediência à lei e à moral.*⁴⁵

Trata-se de um documento notável da história da magistratura, pelo seu teor quase de resumo da obra republicana feita pelo Governo Provisório, bem como pela sua posição de força face aos magistrados. Mas o caso não terminaria aqui. No próprio dia em que era publicado o decreto de transferência dos quatro magistrados, a Relação de Lisboa emitia um novo acórdão no qual dois juízes dos anteriormente visados e um terceiro, César Augusto Homem de Abranches Brandão, estabeleciam a irresponsabilidade de todos os ministros de Estado, defendendo a incompetência dos tribunais comuns para querelar e julgar. Um dia depois, a 22 de Dezembro, este terceiro juiz era por decreto colocado no quadro da magistratura judicial, sem exercício, até ser aposentado a seu pedido ou por limite de idade⁴⁶. As transferências forçadas só acabariam em Janeiro, quando no dia 14, um sexto magistrado, no âmbito do mesmo processo, era transferido para a Relação de Luanda⁴⁷; era este acusado de assinar vencido no acórdão da Relação do dia 4, fundamentando o voto na incompatibilidade dos tribunais comuns julgarem o antigo ministro António José Teixeira de Abreu. Todos estes magistrados seriam reintegrados uns meses depois, por resolução do Conselho de Ministros de 3 de Junho⁴⁸, quando o Supremo Tribunal de Justiça decidira dar provimento ao recurso de João Franco. A questão não deixaria de ser irónica, pois João

⁴⁵ Decreto de 21 de Dezembro de 1910, DG nº 66, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1911), 178.

⁴⁶ Decreto de 22 de Dezembro de 1910, DG nº 67, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1911), 181.

⁴⁷ Decreto de 14 de Janeiro de 1911, DG nº 12, *COLP*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 17.

⁴⁸ Decreto de 5 de Junho de 1911, DG nº 131, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 1365.

Franco seria um dos defensores de uma liberalização que propunha a independência das magistraturas e a sua competência na vigilância aos governos⁴⁹.

Difícil é perceber como teria reagido a magistratura a todos estes factos, se é que porventura ela chegou a formar uma opinião dominante. Mas, do lado das hostes republicanas, a lição não seria esquecida. A nova Constituição, obra da Assembleia Nacional Constituinte, decretada a 21 de Agosto de 1911, previa, na parte dedicada aos ministros, o artigo 51º, onde expressamente se referia que «Cada ministro é responsável política, civil e criminalmente, pelos tribunais ordinários.»⁵⁰ Estava assim terminada a questão.

O mês de Dezembro de 1910 reservaria ainda medidas de vulto por parte do Governo Provisório. Por ironia, no dia de Natal, eram promulgadas as leis laicizantes sobre o casamento como contrato civil e sobre a protecção de filhos⁵¹. A 28, eram codificadas as penalidades e a forma de processo a aplicar aos crimes por ofensa ao Governo Provisório e às instituições republicanas. O artigo 5º, após o costumado «Enquanto não se publicar a reforma judiciária», definia os tribunais competentes para julgar estes crimes – os distritos criminais de Lisboa e Porto⁵². A terminar o ano, no dia 31, eram criados os Tribunais de Honra⁵³. Os Tribunais de Honra funcionavam em Lisboa e Porto, sendo constituídos por sete membros nomeados pelo Governo (e sete substitutos), servindo por dois anos, não se tratando, contudo, de magistrados de carreira. Competia a estes tribunais julgar casos de honra e de ofensa, tendo para tal atribuições específicas, como mandar inquirir testemunhas, ordenar diligências e aplicar penas. O seu regulamento seria promulgado a 21 de Março de 1911⁵⁴. Contudo, segundo Barbosa de Magalhães⁵⁵, nunca teve oportunidade de ser posto em execução.

⁴⁹ Rui Ramos, *João Franco e o fracasso do reformismo liberal* (Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2001), 114, «Esta liberalização, segundo Franco, devia começar em três medidas: a possibilidade de qualquer cidadão iniciar processos no Supremo Tribunal de Justiça (a chamada «responsabilidade ministerial»); o restabelecimento dos pequenos círculos eleitorais; e a vigilância e a validação pelos tribunais das eleições para deputados.»

⁵⁰ Decreto de 21 de Agosto de 1911 – Constituição Política da República Portuguesa. Art. 51º, DG nº 195, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 1767.

⁵¹ Decretos de 25 de Dezembro de 1910, DG nº 70, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1911), 185-191.

⁵² Decreto de 28 de Dezembro de 1910, DG nº 72, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1911), 199-200..

⁵³ Decreto de 31 de Dezembro de 1910, DG nº 15, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1911), 225-226.

⁵⁴ Decreto de 21 de Março de 1911, DG nº 69, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 521-523.

⁵⁵ Barbosa Magalhães, *Estatuto Judiciário* (Lisboa: Empresa Universidade Editora, 1937), VIII

Como temos vindo a registar, a acção do Governo Provisório, em apenas três meses, de Outubro a Dezembro, foi extraordinariamente produtiva no que respeita a diplomas promulgados sobre o mundo judiciário. Os decretos seguem-se, por vezes, de um dia para o outro. Só em Outubro, após o dia 5, contamos pelo menos vinte diplomas, entre decretos e portarias, que afectavam directamente a área da justiça. Não admira, por isso, que a promessa de uma reforma judiciária global se viesse a protelar, actuando o Governo Provisório por decretos com força de lei que tentavam regular e dar expressão às questões mais prementes. O ano de 1911 começa com uma nova redefinição de alguns serviços judiciais, como os juízos de investigação criminal e o processo crime⁵⁶. No dia 14 de Janeiro, como vimos atrás, o juiz Carlos Augusto Velez Caldeira Castelo Branco sofria a transferência forçada para o Tribunal da Relação de Luanda. Um mês depois, a 18 de Fevereiro, era criado o registo civil obrigatório⁵⁷, uma das medidas emblemáticas do movimento republicano. A 11 de Março, o juiz de direito da comarca de Moncorvo, António Luís de Freitas, era louvado em portaria, junto de sua mulher, por terem oferecido terreno e material para a construção de um edifício escolar em Pombal⁵⁸. A 16 de Março, era aprovado o Código de Processo Criminal Militar⁵⁹.

Vale a pena, aqui, fazer observar o papel da magistratura judicial no processo da Justiça Militar. Constituídos por militares, estes tribunais reservavam à magistratura judicial o lugar de auditores. Eram eles nomeados por decreto expedido pelos ministérios da Guerra e da Marinha e serviam pelo espaço de três anos, podendo ser reconduzidos no lugar (art. 50º). Os vencimentos eram distribuídos da seguinte forma: 1:200\$000 réis para os auditores dos tribunais militares de Lisboa e Porto e 1:000\$000 para os outros tribunais, «se pela categoria lhes não pertencer outro maior» (art. 54º). Quanto ao Supremo Tribunal Militar, estava a magistratura judicial representada no lugar de juiz relator. Era este escolhido entre o «juiz que estiver servindo de adjunto», um juiz do Supremo Tribunal de Justiça ou das Relações de Lisboa e Porto – ainda não estava criada a Relação de Coimbra -, que tenha servido durante mais de três anos de auditor ou outro qualquer juiz do Supremo Tribunal de Justiça ou das Relações, neste último caso com, pelo menos, dois anos de serviço. Por fim, nos tribunais de guerra, criados apenas quando as forças do exército ou da armada entrassem em operações

⁵⁶ Decreto de 12 de Janeiro de 1911, DG nº10, *COLP*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 11-12.

⁵⁷ Decreto de 18 de Fevereiro de 1911, DG nº 41, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 145-171.

⁵⁸ Portaria de 11 de Março de 1911, DG nº 62, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 454.

⁵⁹ Decreto de 16 de Março de 1911, DG nº 96, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 472-496.

contra países estrangeiros. Nos tribunais de guerra, a magistratura judicial estava representada igualmente por um juiz auditor, escolhido este entre os juizes de direito de 1ª Instância (art. 199º). As competências destes auditores eram, em resumo, as de fazer a instrução dos processos, dar-lhes andamento, mandá-los para a justiça ordinária ou mantê-los na militar, fazer prova de culpabilidade, ouvir testemunhas, investigar, e expor o caso e o seu parecer. Após a sentença, tinham eles o direito de ordenar recurso. Uma vez que era o seu cargo de nomeação do Governo, e tendo os auditores um papel de relevo nos processos, organizando praticamente toda a instrução, estes constituíam uma peça chave dos executivos no controlo da justiça militar.

A 8 de Abril, um juiz de direito, Alberto Aureliano da Silveira Costa Santos, era incumbido por portaria de «inquirir os factos anormais passados no arsenal da marinha» no dia anterior⁶⁰. A nomeação pelo Governo de magistrados para sindicar acontecimentos mais ou menos turbulentos manter-se-ia ao longo do ano de 1911. Este dispositivo legal não deixava de representar uma utilização do poder de legitimidade da magistratura para resolver determinadas situações onde, em casos não raros, existiam dissidência políticas. Algumas destas sindicâncias versavam, mais propriamente, infracções ao decreto de 28 de Dezembro de 1910, sobre delitos e ofensas contra as instituições republicanas. Seria de prever que estes magistrados fossem escolhidos pelo governo numa situação de confiança política. Assim, a 27 de Maio, um decreto do Ministério do Interior nomeava novamente o juiz Costa Santos para averiguar dos incidentes cometidos em Coimbra, debaixo do decreto de 28 de Dezembro⁶¹; o juiz Manuel Joaquim Teixeira de Vasconcelos seria encarregado, a 12 de Junho, de averiguar os delitos cometidos em Moimenta da Beira⁶²; dois dias depois, o Ministério do Interior encarregava o juiz José Xavier de Moraes Cabral de auscultar os acontecimentos ocorridos no distrito de Almeida⁶³; a 10 de Julho, novamente o juiz Costa Santos era mandado para o distrito de Aveiro, para proceder a investigação aos factos ocorridos debaixo do decreto de 28 de Dezembro⁶⁴; a 4 de Agosto, era enviado o mesmo magistrado para averiguar dos atentados ocorridos no dia 2 no largo do edifício das Cortes⁶⁵.

⁶⁰ Portaria de 8 de Abril de 1911, DG nº 82, *COLP*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 632.

⁶¹ Decreto de 27 de Maio de 1911, DG nº 125, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 1303.

⁶² Decreto de 12 de Junho de 1911, DG nº 137, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 1380.

⁶³ Decreto de 14 de Junho de 1911, DG nº 138, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 1382.

⁶⁴ Decreto de 10 de Julho de 1911, DG nº 160, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 1496.

⁶⁵ Decreto de 4 de Agosto de 1911, DG nº 181, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 1554.

A 3 de Outubro, este dispositivo deixa de ser de nomeação ocasional. O juiz Costa Santos, do 2º juízo de investigação criminal de Lisboa (de lembrar que os juízes de investigação criminal eram, desde a sua criação em 14 de Outubro de 1910, nomeados por confiança do Governo) era encarregue de proceder à investigação administrativa de todos os delitos cometidos em todos os distritos do Continente e compreendidos nos artigos 1º e 4º do decreto de 28 de Dezembro de 1910⁶⁶. Finda a instrução, o magistrado era obrigado a enviar ao Ministério do Interior o processo e o relatório daquilo que fosse apurado. Para levar a cabo a sua missão, o juiz Costa Santos poderia propor ao Ministério os magistrados e funcionários que lhe fossem indispensáveis⁶⁷.

No dia 11 de Abril era extinto o Tribunal de Contas e instituído o Conselho Superior da Administração Financeira do Estado⁶⁸. O Governo Provisório justificava a medida com a ineficácia do organismo em fiscalizar as despesas públicas. A 18 de Abril reformavam-se os Estudos Jurídicos⁶⁹ e, dois dias depois, o Governo decretava a famosa separação do Estado da Igreja⁷⁰. A 3 de Maio era criada a Guarda Nacional Republicana⁷¹.

No dia 5 de Maio, o juiz de direito de 3ª Classe, Luís Gonzaga de Assis Teixeira de Magalhães, estando em Valença, passa-se para Espanha, sendo por isso demitido⁷². Começava uma nova época de crispação entre a magistratura e os Governos da República, por causa da oposição monárquica ao regime e o problema dos conspiradores⁷³. Havendo

⁶⁶ Decreto de 3 de Outubro de 1911, DG nº 232, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 1976.

⁶⁷ Importava, aqui, conhecer o percurso individual destes magistrados nomeados por confiança política. Infelizmente, apenas existe o processo individual referente a um deles. Manuel Joaquim Teixeira de Vasconcelos, n. 09-12-1865 / Celorico de Basto. Delegado do Ministério Público na Ilha das Flores (25-07-1889), depois em Cabeceiras de Basto (08-05-1890 e 19-09-1900) e Felgueiras (17-03-1904). Entrou na magistratura judicial aos 38 anos, sendo colocado na Ilha das Flores (07-12-1904), depois sendo transferido para Almodovar (27-02-1905), Tabualo (03-05-1906), Castro Daire (23-06-1910) e Cabeceiras de Basto (01-11-1913). Era, portanto, juiz de 3ª Classe, em Castro Daire, aquando da nomeação para a sindicância em Moimenta da Beira. Não teve qualquer comissão de serviço política ou militar/policial durante a sua carreira de magistrado. Não chegou a ascender à 2ª Instância, sendo aposentado como juiz de primeira classe a 15-09-1925.

⁶⁸ Decreto de 11 de Abril de 1911, DG nº 85, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 637-640.

⁶⁹ Decreto de 18 de Abril de 1911, DG nº 91, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 669-681.

⁷⁰ Decreto de 20 de Abril de 1911, DG nº 92, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 697-708.

⁷¹ Decreto de 3 de Maio de 1911, DG nº 163, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 781-796.

⁷² O juiz Luis Gonzaga de Assis Teixeira de Magalhães seria reintegrado na magistratura judicial em 1930, aprovada a sua reintegração por Conselho de Ministros de 6 de Junho. A 13 de Janeiro de 1932 ascenderia à Relação do Porto, sendo aposentado no mês seguinte, a 3 de Fevereiro.

⁷³ Sobre os problemas causados pelas incursões monárquicas, nos primeiros anos da República, v. Hipólito de la Torre Gómez, *Conspiração contra Portugal 1910-1912* (Lisboa: Livros Horizonte, 1978).

tensões e movimentos nestes meses, a primeira intentona de restauração monárquica dar-se-ia apenas em Outubro, quando o Governo Provisório fora já afastado no mês anterior.

A última reforma de envergadura do Governo Provisório, no que toca à justiça, seria o decreto de 27 de Maio de 1911, que criava as Tutorias de infância e a legislação correspondente à assistência infantil⁷⁴. Nelas, seria nomeado um juiz de segunda ou terceira classe, nomeado pelo Governo. Lisboa, Porto e Coimbra eram dotadas de uma «Tutoria central» e cada comarca de uma «Tutoria comarcã». Julgavam as causas cíveis e crimes dos menores «em perigo moral», dos menores «desamparados» e dos menores «delinquentes» (art. 10º).

Nos meses seguintes, a actividade do Governo Provisório mostra-se menos intensa. A 19 de Junho eram abertas as sessões da Assembleia Nacional Constituinte, eleita a 28 de Maio. No dia 21 de Agosto era promulgada a nova Constituição⁷⁵.

A secção terceira do Título terceiro - «Da Soberania e dos Poderes do Estado» -, era dedicada ao Poder Judicial. O artigo 56º definia como órgãos do Poder Judicial «um Supremo Tribunal de Justiça e tribunais de primeira e segunda instância». O artigo 57º reproduzia o conceito de inamovibilidade dos juízes, o artigo 60º o da sua irresponsabilidade nos julgamentos – dois dos direitos mais caros ao património liberal e à independência da magistratura. As disposições quanto ao poder judicial eram curtas (do artigo 56º ao artigo 65º). No artigo 85º, como vimos antes, a Constituição prometia uma «Lei de Organização Judiciária», tarefa a ser elaborada pelo primeiro Congresso da República. Era uma promessa que a Primeira República não iria cumprir.

A 3 de Setembro tomava posse o primeiro governo constitucional, sob a presidência de João Chagas e com Diogo Tavares de Melo Leote na pasta da Justiça⁷⁶.

Para a historiografia de hoje, torna-se problemático avaliar a obra do Governo Provisório no que toca à reforma judiciária. Muitos dos problemas da sua organização foram esquecidos ou

⁷⁴ Decreto de 27 de Maio de 1911, DG nº 137, *COLP*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 1316-1331.

⁷⁵ Decreto de 21 de Agosto de 1911, DG nº 195, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 1763-1769.

⁷⁶ Diogo Tavares de Melo Leote, ministro da Justiça entre 4 de Setembro de 1911 e 13 de Novembro do mesmo ano, era Procurador da República junto da Relação do Porto desde 20 de Outubro de 1910. A sua carreira continuou pelos tribunais superiores, sendo nomeado para a Relação do Porto a 7 de Março de 1914. Não chegou a juiz conselheiro, sendo aposentado a 29 de Agosto de 1919.

ficaram por regular. O acesso à carreira da magistratura e a sua progressão nesta, por exemplo, continuaram a ser regulados pelos critérios que transitavam da Monarquia Constitucional. Por outro lado, alinham-se várias disposições avulsas que vão retocando e alterando o edifício judiciário: a extinção dos tribunais de excepção, a constituição dos Juízos de Investigação Criminal, o «censo» feito à magistratura a que aludimos atrás, a reposição do Código Administrativo de 6 de Maio de 1878, a alteração do mapa judicial (extinção da Relação dos Açores e outras modificações de pormenor⁷⁷), um novo Código de Processo Criminal Militar, a extinção do Tribunal de Verificação de Poderes, a fixação da idade de aposentação dos magistrados nos 70 anos, a criação das Tutorias de Infância, além da alteração de nomenclaturas e outras disposições simbólicas. Certamente, estas reformas de organização judiciária nunca tiveram o peso social e a publicidade da questão religiosa, por exemplo, que centrou e absorveu grande parte da discussão ideológica sobre a justiça⁷⁸. Outras, acabaram mesmo por nunca serem implementadas, como foi o caso dos Tribunais de Honra. Outras ainda, como a reconstituição de um órgão de governo judicial como o Conselho Superior da Magistratura Judicial, vieram só depois. Os onze meses do Governo Provisório constituíram, no entanto, um momento de certa estabilidade em relação à forte rotatividade dos governos nos seguintes anos da vida política da Primeira República. Não admira, por isso, que o comentário que ao início reproduzimos, de Alberto dos Reis, se detivesse na incapacidade do Governo Provisório em fazer uma reforma global da organização judiciária e pusesse de lado a mesma incapacidade de todos os restantes anos da República⁷⁹. Contudo, a estrutura judiciária, como mostramos, esteve longe de permanecer imóvel. Ela foi sendo modificada por medidas avulso, por retoques, e se é possível falar de uma «oportunidade perdida» é igualmente justo falar de algumas reformas, de carácter

⁷⁷ Podemos elencar as seguintes: redução a dois distritos criminais em Lisboa (21 de Outubro de 1910); extinção do 3º distrito criminal do Porto (26 de Outubro de 1910); modificação de disposições relativas aos tribunais criminais de Lisboa e Porto (18 de Novembro de 1910); distribuição dos agentes do Ministério Público pelos distritos criminais e juízos de investigação criminal da comarca de Lisboa (25 de Novembro de 1910); remodelação dos juízos de investigação criminais (12 de Janeiro de 1911); redefinição das áreas de jurisdição do 2º juízo de investigação criminal e do 2º distrito criminal do Porto (25 de Maio de 1911); criação de mais uma vara comercial na cidade do Porto (26 de Maio de 1911); definição da área de jurisdição da comarca de Albergaria-a-Velha (26 de Maio de 1911).

⁷⁸ Sobre este problema, v. Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa na Primeira República* (Lisboa: Editorial Notícias, 2004).

⁷⁹ Barbosa de Magalhães explica esta falta do Governo Provisório com a doença de Afonso Costa, durante os dois meses que precederam a reunião da Assembleia Constituinte; essa doença teria impedido o estadista de «publicar um diploma fazendo a reorganização judiciária, em que desde a primeira hora pensou e para o qual já tinha trabalhos, tencionando nomear uma comissão de jurisconsultos que os coordenasse e que formulasse o respectivo projecto», v. MAGALHÃES, Barbosa, *Estatuto...*, p.IX.

intermitente, que povoaram os meses vão de Outubro de 1910 a Setembro de 1911. É, no entanto, justo afirmar que a falta de um programa político concreto e visível do primeiro governo republicano, como notou João B. Serra⁸⁰, se fez sentir na ausência da reforma esperada.

Não menos significativa, foi a posição de conjunto do Governo Provisório quanto à magistratura. Na verdade, a magistratura judicial não sofreu os riscos de uma depuração dos seus efectivos por questões de fidelidade à nova República. E nisto tinha razão o Governo Provisório, no longo decreto que reproduzimos atrás sobre a transferência forçada dos quatro magistrados da Relação de Lisboa implicados no acórdão que isentara os antigos ministros da Monarquia, quanto à observância da separação dos poderes. O caso destes magistrados transferidos e, depois, novamente reintegrados, é mais uma prova de uma interferência arbitrária e excepcional do que de qualquer depuração nos quadros judiciais, que não chegou a existir.

1.1.1 Os debates da Constituinte – entre o ideal lateral de autogoverno e a «lição dos factos»

O Governo Provisório da República partilhou, desde 28 de Maio de 1911, o espaço político com a Assembleia Constituinte. Aqui como lá, os problemas da organização judiciária estariam divididos e sem um programa coerente e comum. Através do sistema de sufrágio secreto, directo e facultativo, por círculos foram eleitos 200 deputados, num acto onde participaram 250 000 eleitores. A origem social dos deputados, como observou Fernando Catroga, não marcou uma ruptura significativa com os seus pares da monarquia constitucional; predominaram os funcionários, os proprietários e os diplomados universitários, com especial destaque para a classe dos médicos (possivelmente, por

⁸⁰ João B. Serra, «A evolução política (1910-1917)», in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (dir.), *História da Primeira República Portuguesa* (Lisboa: Tinta da China, 2009), 93, «(...) não foi identificado nem acordado previamente o elenco das reformas a adoptar. As providências adoptadas, ministério a ministério, exprimem não um programa comum, mas aspirações herdadas dos temas da propaganda republicana, à mistura com preocupações pragmáticas ditadas pela evolução da conjuntura política, pelas relações momentâneas de força no Estado e no partido em face das pressões, por vezes contraditórias, da base social republicana.»

afinidade ideológico-profissional). A comissão redactora do projecto foi presidida por Correia de Lemos e secretariada por José Barbosa, José de Castro e João de Meneses; o seu redactor foi Sebastião de Magalhães Lima.

À parte os debates técnico-jurídicos, Fernando Catroga divide os temas controversos da Constituinte de 1911, em cinco: a fundamentação historicista dos direitos fundamentais (onde se entrelaçam as várias Constituições-Modelo, como a brasileira de 24 de Fevereiro de 1891 e uma tradição própria e portuguesa de organização jurídica), o problema da soberania nacional/popular, o dilema da existência de um Senado, Conselho de Municípios ou Câmara Corporativa, a questão do federalismo republicano e o sufrágio universal. Daqui interessamos, sobretudo, o modo como o regime se colocou a si próprio e como foi abandonando a expressão de «República Democrática» do seu programa. Na verdade, esta expressão constava do projecto da Constituição de 1911 e, igualmente, do decreto do Governo Provisório que tinha abolido a Monarquia (19 de Junho de 1911). No entanto a fórmula foi bastante contestada nos debates da Constituinte e a redacção final, do artigo 1º, usaria a expressão de «Estado Unitário». O que estava, aqui, em causa? Em primeiro lugar, como sublinha Fernando Catroga, encontrava-se o projecto republicano do federalismo, que desde José Félix Henriques Nogueira, nos anos cinquenta do século anterior, enformava a tradição de propaganda republicana. O federalismo, que evoluiu nos anos seguintes, ora com defensores, ora com alguma quebras, resistiu até ao 5 de Outubro, e proclamava ele um Estado dividido em federações de municípios. A Constituinte, por sua vez, rejeitou-o na modalidade de «Estado Unitário» defendido pela maioria dos seus representantes, eliminando a ideia federativa e dando continuidade ao modelo de Estado-Nação jacobino. Eliminava-se, ainda, uma certa «polissemia» que poderia dar a ideia de uma República exclusivamente parlamentar e oposta à aristocrática. A juntar a isto havia ainda o sentido de «oportunidade» e a «falta de preparação cívica dos portugueses». Na verdade, o projecto federalista poderia ser aquele que era desejado num futuro próximo, mas a situação e o momento poderiam ser fatais à República perante um passo tão largo (o mesmo problema da «situação», por exemplo, foi defendido para justificar a presença de um Senado ao lado do Parlamento, dando-se como exemplo a malograda República Francesa de 1848), como defendeu Manuel de Arriaga; por outro lado, como defendeu José de Castro, havia um sério problema de falta de cultura cívica e democrática entre os portugueses, o que levaria a que o ideal democrático

tivesse que ser sacrificado por certo período de tempo. Como refere Fernando Catroga, «Dir-se-á que o critério iluminista servia aqui para mostrar que a consecução de certos ideais teria de assentar numa prévia preparação cultural; o que mostra que o cientismo republicano, ao mesmo tempo que ajudava a prevêê-los, também não deixava de os adiar em nome da «oportunidade» e da lição dos «factos»⁸¹.

Estaria o mesmo debate da «oportunidade» reflectido no que diz respeito ao aparelho judiciário? Na verdade, a Constituição de 1911 não aproveitou a ocasião para resolver o problema, abdicando dele num artigo 85º onde previa que uma nova organização judiciária seria tarefa das legislaturas seguintes. Mas o debate, sobretudo em Julho e Agosto de 1911, seguiria o mesmo critério da oportunidade e da lição dos «factos». O problema mais delicado dizia respeito, naturalmente, à nomeação dos magistrados judiciais. Far-se-ia por eleição, por nomeação dos executivos? Estando em discussão o projecto da Constituição, Egas Moniz declara-se abertamente contra a nomeação dos juízes pelo poder executivo, nomeadamente os do Supremo Tribunal de Justiça⁸², sendo a favor da eleição destes pela própria magistratura judicial. Numa intervenção ainda mais ousada, fiel aos princípios da tradição mais republicana-jacobina, Goulard de Medeiros defenderia a eleição dos magistrados judiciais pelos próprios cidadãos. Declarava ele que a sua proposta era, de facto, «inovadora» e sujeita a provocar «irritações». Mas, pesando as duas tendências, a da eleição ou nomeação, apresentava-as deste modo:

«E digamos a verdade. Qual será preferível: que um juiz seja nomeado pelo executivo, e fique, portanto uma criatura dependente dos ministros, ou seja absolutamente independente, porque a sua eleição resulta da confiança que inspiram as suas qualidades?»

Porque é preciso acrescentar: no projecto há condições de elegibilidade; não se pode escolher qualquer indivíduo, mas sim o que satisfizer a um certo número de condições; em primeiro lugar ter exercido durante um certo período a advocacia; em segundo lugar, o ter exercido o lugar de juiz em classes inferiores.

⁸¹ Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro* (Lisboa: Notícias Editorial, 2000), 174

⁸² *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, Sessão nº17, 10 de Julho de 1911, p. 8-9

*Havia portanto, além do mais, a garantia das condições de elegibilidade; e estou convencido de que todo o cidadão, pesando os enormes poderes que se confere aos juizes, teria o máximo cuidado de fazer uma boa escolha.»*⁸³

Nada havia a reear da eleição dos magistrados judiciais, uma vez que os cidadãos, tomando consciência dos altos poderes a eles atribuídos, teriam um cuidado ainda maior na sua escolha do que na dos próprios deputados da Nação. A irritabilidade adviria, por certo, daqueles a quem a «falta de preparação cultural e cívica» dos portugueses fazia temer pela própria viabilidade do projecto republicano. Mas não só. E, na verdade, além deste particular aspecto, a própria eleição dos magistrados judiciais por eles mesmos fazia em alguns constituintes mostrarem-se apreensivos pelos destinos da República. Será esta a posição oficial de Afonso Costa, declarando abertamente que a eleição dos magistrados pelos seus pares seria a criação de um «Estado dentro do Estado». À magistratura judicial, Afonso Costa reservava apenas um poder consultivo, nas nomeações, transferências e promoções, ressaltando os seus direitos de inamovibilidade e de serem vitalícios, mas não mais do que isso, por estar em causa a criação de uma «casta, estabelecendo um princípio perigosíssimo em direito público.»⁸⁴ Na posição de Afonso Costa estava certamente a lição dos «factos», o sentido da «oportunidade», o risco da própria República futura e da sua viabilidade. Na resposta, Barbosa de Magalhães tomará a posição contrária, de defesa do princípio de eleição pelos próprio corpo da magistratura. Na sua visão, as nomeações, promoções e transferências da magistratura judicial deveriam estar a cargo dela mesma, não constituindo isso a formação de uma casta, pois, de resto, uma casta seria na mesma forma mantida acaso o poder de nomeação ficasse nas mãos dos executivos. A independência seria garantida pelos concursos para a magistratura, num júri escolhido com rectidão. Barbosa de Magalhães chamaria ainda ao debate a proposta de Golard de Medeiros, não a aceitando por esta criar laços pouco recomendáveis entre as populações das comarcas e os seus juizes eleitos – um facto que, dizia, era repudiado por «todos os tratadistas»⁸⁵. Estas duas propostas, de Afonso Costa e Barbosa de Magalhães, espelham bem o que estava em causa na Constituinte: por um lado, o sentido de oportunidade e o sacrificar da ideologia republicana mais avançada, em nome da

⁸³ *Diário da Assembleia...*, Sessão nº20, 13 de Julho de 1911, p.14

⁸⁴ *Diário da Assembleia...*, Sessão nº48, 15 de Agosto de 1915, p.12

⁸⁵ *Diário da Assembleia...*, p.13

defesa de um regime que dava ainda os seus primeiros passos e, por outro lado, a defesa dos seus programas, a formalidade da sua letra e os seus princípios e cartilha. Assim como a «República Democrática» tinha ficado de lado, também o problema do autogoverno da magistratura judicial o será, vencendo o partido de Afonso Costa, e ficando o problema adiado num artigo 85º que esperará ainda muito tempo para a sua realização efectiva.

1.2 Os primeiros anos (1911-1917)

A primeira intentona monárquica, de Outubro de 1911, levaria à consequente Lei de 23 de Outubro, que regulava o julgamento dos crimes de rebelião⁸⁶. O primeiro governo constitucional era, portanto, obrigado a reagir aos acontecimentos. Seria, muito justamente, a sua única medida de vulto no que toca à Justiça, tendo cessado as suas funções logo no dia 7 de Novembro. O decreto reformava o seu antecessor de 28 de Dezembro de 1910, sobre atentados e ofensas às instituições republicanas, aplicando novas disposições, como a inexistência de instrução contraditória. No § único do artigo 1º, o decreto dizia-se aplicável aos processos pendentes, mas ainda não julgados – este efeito quase retroactivo visava claramente apanhar os rebeldes de Outubro. E, pelo artigo 9º, o governo criava um tribunal criminal em Lisboa para o julgamento destes processos, encarregando um juiz de 1ª Classe, em comissão, de a ele presidir. Afonso Costa, pelo seu lado, parecia confiante no júri, recrutado essencialmente na classe média de Lisboa, como garantia de fidelidade ao regime⁸⁷. Seria o começo de uma longa caminhada histórica, primeiro ponto e origem de toda uma tradição de tribunais «especiais» que atravessará a primeira metade do século⁸⁸? A República limitava-se a reagir aos acontecimentos. Nada estava planeado de antemão, e o tribunal criado em Lisboa era uma clara tentativa de controlar os movimentos de rebelião do início do mês.

⁸⁶ Lei de 23 de Outubro de 1911, DG nº 251, *COLP*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912, pp. 1989-1990. Ao abrigo desta lei foi demitido um magistrado. v. Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Fundo dos processos individuais de magistrados judiciais - *António Cardoso e Silva*.

⁸⁷ Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa...*, 484-489.

⁸⁸ Sobre os tribunais «especiais», durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, v. Fernando Rosas (dir.), *Tribunais políticos – tribunais militares especiais e tribunais plenários durante a Ditadura e o Estado Novo* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2009).

O segundo governo constitucional, de Augusto de Vasconcelos, com António Caetano de Maceira Júnior na pasta Justiça, sobreviveria mais tempo, até Junho do ano seguinte. O problema dos conspiradores e do julgamento dos crimes de rebelião ocuparia toda a acção do executivo nestes meses, e a questão tornava-se de ordem pública e gerava polémica. Assim, o Governo decide por Lei de 29 de Novembro reformar a anterior Lei de 23 de Outubro, mantendo contudo o seu essencial. No dia 4 de Dezembro, quatro juízes são destacados para julgar os «crimes contra o Regime»⁸⁹. A 30 de Janeiro do ano seguinte era declarado o estado de sítio no distrito de Lisboa. Mais uma vez, o governo era obrigado a reagir aos acontecimentos, publicando o diploma de 3 de Fevereiro⁹⁰, que regulava os julgamentos dos crimes de atentado contra a ordem pública que acabavam de ocorrer. Estes crimes saíam da competência dos tribunais ordinários e eram mandados julgar pelos tribunais militares territoriais com sede em Lisboa.

Na polémica, a magistratura e os partidos da República encontram um segundo momento de crispação, depois do caso da transferência forçada dos juízes implicados no acórdão de irresponsabilidade ministerial. No dia 26 de Fevereiro, o deputado Joaquim Ribeiro acusava a magistratura de, no caso dos conspiradores, os condenar na 1ª Instância para depois os absolver nas Relações, pedindo explicações públicas⁹¹. A 1 de Março, o deputado Henrique Cardoso voltava ao tema, atacando a propensão da Relação de Lisboa em absolver os conspiradores e falando da necessidade de depurar a magistratura.

Henrique Cardoso: Meus senhores: analisemos os factos, sem que toquemos na lógica e necessária independência da que, em uma República imposta tenha o Poder Judicial; estudemos o modo de ser de uma magistratura herdada do antigo regime; aprofundemos a filosofia da sua acção e procuremos os remédios para os seus vícios; porque, o papel que a V.Exa [o ministro da Justiça], nesta hora mais importa, é o de organizar

⁸⁹ Tratavam-se dos magistrados Adelino Augusto da Silveira Costa Santos, António Carlos de Almeida e Silva, José de Oliveira da Costa Gonçalves e Alpheu Policarpo Ferreira e Cruz. O primeiro, Adelino Augusto Costa Santos, viria a ser auditor do Tribunal Militar da 5ª Divisão, por nomeação a 25 de Janeiro de 1913. O segundo, não voltaria a exercer qualquer comissão militar/policial. José de Oliveira Gonçalves seria nomeado auditor do Tribunal de Guerra de Lisboa, por nomeação de 17 de Julho de 1912. Quanto ao último, Alpheu Policarpo Ferreira e Cruz, seria nomeado a 27 de Junho de 1912 para investigar os crimes de rebelião na cidade do Porto. Também nesse ano, a 11 de Novembro, seria comissionado para Chefe da Repartição de Investigação do Comando da Polícia Cívica de Lisboa. Todos estes magistrados eram, aquando da nomeação para julgar os «crimes contra o Regime», da 3ª Classe da 1ª Instância.

⁹⁰ Lei de 3 de Fevereiro de 1912, DG nº 29, COLP (Lisboa: Imprensa Nacional, 1915), 59-60.

⁹¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, Acta de 26 de Fevereiro de 1912, p. 4.

uma magistratura republicana, integrada com o regime legalista que é a República, e que para ser garantia de todos urge que o seja principalmente das instituições democráticas. (Apoiados).

Sr. Presidente: um grande espírito, honra e lustre desta terra, que seguramente a Câmara lastima não ver aqui a iluminar-nos com a sua alta cerebração, Basílio Teles, escreveu, admiravelmente bem, ser medida indispensável, à defesa e consolidação da República, o depuramento e remodelação da magistratura portuguesa. (Apoiados).

Nada mais lógico; nada mais indispensável e nenhuma previsão mais fácil do que essa (...)

Sr. Ministro da Justiça: homens que, com os seus nomes, firmaram dezenas de monstruosos acórdãos em que impudentemente roubaram o direito de voto a cidadãos reconhecidamente republicanos; homens que sancionaram e deram mão forte aos decretos mais criminosos da ditadura franquista (Repetidos apoiados); homens que apoiaram cegamente o Executivo em todas as violências e arbítrios – eram e são incompatíveis com o regime republicano democrático! (Muitos apoiados).

Sr. Presidente e Sr. Ministro: os factos que ultimamente se estão passando neste jubileu que a magistratura está dando a todos os conspiradores, são eloquentes e reclamam de V.Exa e desta Câmara cuidado e estudo. O que se não fez no período revolucionário, pode ainda, sem tocarmos na intangibilidade da letra constitucional, fazer-se agora, e rapidamente, de modo a impedirem-se maiores perigos. Senão de um modo tão completo, pelo menos de maneira a evitar muitas complicações.

A mais grave das consequências que pode resultar, e essa resultará sem dúvida, se lhe não acudirmos, é a de o povo republicano, descrente da justiça togada, ser nas horas de crise arrastado à desvairada justiça das ruas.

E, nessa hora desafio, quem quer que seja e por mais comovido que se sinta, não encontrará palavras de desculpa à lamentável ira popular.

Os factos são o que são, e como o principalíssimo dever de homens de Estado é prever, trata-se rapidamente de fazer a obra que se não fez de reorganização da magistratura. Isto, não só importa aos fundamentos da República, mas também à vida harmónica, necessária e indispensável, dos poderes do Estado.

E é tão urgente, Sr. Ministro, tratar deste problema que, comigo, muitos Srs Deputados, estão absolutamente decididos a não abandonar mais o assunto, até que se lhe encontre solução. Desde que a magistratura se tornou incompatível com o regime (Apoiados), não por culpa própria, individual dos seus membros, mas pela estrutural educação e sua organização essencial, ela não pode, evidentemente, mais servir as novas instituições. (Apoiados).⁹²

⁹² *Diário da Câmara dos Deputados, Acta de 1 de Março de 1913, p. 3-4.*

A questão dos conspiradores incendiava os ânimos e falava-se abertamente de uma magistratura conservadora, que seria necessário reorganizar sob bases republicanas.

As leis de 23 de Outubro e 29 de Novembro de 1911 constituíam, como atrás dissemos, um certo precedente histórico. Sendo uma das traves mestras da propaganda republicana a abolição dos tribunais de excepção, medida levada a cabo pelo Governo Provisório, elas pareciam ferir essa consciência com o seu tribunal «especial» para julgamento dos crimes de rebelião. O mesmo se passava com a Lei de 3 Fevereiro de 1912, que mandava para os tribunais militares territoriais os desertores pelos crimes de atentado contra a ordem pública. Talvez por isso, ainda no Governo de Augusto de Vasconcelos, todas estas leis seriam revogadas e os processos encaminhados para os tribunais comuns. A Lei de 11 de Março mandava que os agentes dos crimes previstos pelas leis de 23 de Outubro e 19 de Novembro fossem julgados pelos tribunais ordinários e extinguia o tribunal especial previsto⁹³. Pouco depois, a 15 de Março, o mesmo era ordenado para os crimes previstos pela Lei de 3 de Fevereiro⁹⁴.

A 24 de Abril, o Governo regulava a constituição e funcionamento da Tutoria de Infância do Porto⁹⁵, mas o problema dos crimes e atentados contra as instituições republicanas voltava à ordem do dia. A 30⁹⁶, uma nova lei previa as penas para os diferentes actos considerados como atentados à ordem vigente. A repressão era particularmente dura. Contudo, a experiência do tribunal especial criado pela lei de 23 de Outubro anterior não seria retomada, seguindo os processos o seu curso nos tribunais ordinários (art. 10º).

Esta disposição não se manteria por muito tempo. Julho seria o mês da segunda incursão monárquica e a República voltaria a reagir aos acontecimentos. A 8 de Julho de 1912, uma nova lei vem determinar a organização de tribunais militares para o julgamento dos crimes de rebelião⁹⁷. Estávamos já perante o terceiro governo constitucional, de Duarte Leite. O problema da magistratura judicial e dos conspiradores mantinha-se aberto nas hostes republicanas, falava-se de novo na questão da depuração política dos juízes; em Maio, saía

⁹³ Lei de 11 de Março de 1912, DG nº 60, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1915), 164.

⁹⁴ Lei de 15 de Março de 1912, DG nº 63, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1915) 165.

⁹⁵ Lei de 24 de Abril de 1912, DG nº 98, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1915), 252-253.

⁹⁶ Lei de 30 de Abril de 1912, DG nº 107, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1915), 260-261.

⁹⁷ Lei de 8 de Julho de 1912, DG nº 159, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1915), 454.

um artigo não assinado no jornal «A Capital – Diário Republicano do Norte», do seguinte teor:

«A revolução não sacrificou ninguém. A República não sacrificou ninguém. Levou a sua generosidade a ponto de deixar na alta magistratura da nação criaturas que eram suas acérrimas inimigas, entre elas ex-ministros de Estado que tinham a maior responsabilidade nas depredações e violências do regime findo, e juizes que, no auge da ditadura franquista, invocados como a égide da lei, tinham vergonhosamente sancionado o atropelo dessa mesma lei que deviam defender e observar.

Se a República tivesse corrido esses homens para fora dos tribunais, que os mancharam com a sua presença, a República não só teria exercido um direito, que a Revolução lhe conferia, mas até um dever, que os seus princípios lhe impunham.»⁹⁸

Coube ao governo de Duarte Leite uma das medidas mais fortemente simbólicas da República junto da magistratura – a recriação de um Conselho Superior da Magistratura Judicial, a 12 de Julho⁹⁹. O decreto de 24 de Outubro de 1910, do Governo Provisório, que extinguiu a Relação dos Açores, tinha também extinguido o anterior Conselho Superior Judiciário e o Conselho Disciplinar da Magistratura Judicial. Estes organismos esperavam, por isso, que algo viesse substituí-los. Não o tinha feito o Governo Provisório, nem os dois primeiros governos constitucionais. Ao novo Conselho Superior da Magistratura Judicial eram atribuídas competências sobre «a responsabilidade disciplinar dos juizes, por actos ou omissões da sua vida pública ou particular, que, não constituindo crimes, representem, todavia, transgressão de deveres profissionais, ou sejam incompatíveis com o decore e dignidade indispensáveis ao exemplar exercício da função de julgador» (art. 1º). A sua composição era de três vogais nomeados pelo Governo de entre os juizes do Supremo Tribunal de Justiça e da Relação de Lisboa, servindo por um ano, podendo ser reconduzidos¹⁰⁰. O artigo 3º, que aqui reproduzimos, estabelecia as suas competências:

⁹⁸ A Capital – Diário republicano do Norte, 19 de Maio de 1912.

⁹⁹ Lei de 12 de Julho de 1912, DG nº 173, COLP (Lisboa: Imprensa Nacional, 1915), 472-473.

¹⁰⁰ A composição do Conselho Superior da Magistratura Judicial, sendo feita por nomeação governativa levou Paulo Pinto de Albuquerque a apelidá-la de verdadeiros «Comissários do Governo», A Reforma..., p. 426. Abel Pinho, o seu primeiro presidente, fora dos primeiros a mandar felicitações à Assembleia Nacional Constituinte,

1º Investigar, por meio de inspecções directas, do modo como é administrada a justiça em todos os tribunais do Continente da República e Ilhas Adjacentes, podendo para esse fim requisitar de todas as autoridades os elementos de informação de que careça e indicar ao Governo, no interesse da mesma justiça, as providências indispensáveis e urgentes que o bem do serviço reclamar.

2º Propor ao Governo, ou ordenar por iniciativa sua ou sobre participação do Ministério Público, as sindicâncias que entenda necessárias;

3º Consultar sobre a aposentação ordinária dos magistrados judiciais, hajam ou não atingido o limite de idade, e, bem assim, sobre a aposentação por impossibilidade moral de continuarem os mesmos magistrados no exercício de suas funções;

4º Impor aos mesmos magistrados, em virtude das inspecções ou sindicâncias a que mande proceder, nos termos dos nº1 e 2º, e sem prejuízo da jurisdição disciplinar, que pela lei vigente cabe aos tribunais ordinários, as penas disciplinares de censura, multa de 30\$000 a 100\$000 réis, transferência e suspensão de três meses a um ano com um terço do ordenado, e propor ao Governo, em casos mais graves, com parecer fundamentado sobre consulta do mesmo Governo, ou por iniciativa própria, a suspensão por mais tempo, a transferência para comarca ou tribunal de inferior categoria, e até a demissão, se o magistrado não houver completado o tempo necessário para a aposentação, e independentemente do procedimento criminal a que haja lugar.

5º Classificar, pela documentação dos méritos os serviços de cada um, de preferência ao critério da antiguidade, os candidatos a juízes de 2ª e 1ª Classe, e juízes das Relações.

6º Consultar em todos os assuntos que o Ministro da Justiça proponha.

Em seguida, estabeleciam-se as disposições relativas às penalizações a aplicar. As inspecções ordinárias, previstas na lei, apenas se irão tornar vulgares na década seguinte, como teremos oportunidade de ver em capítulo próprio. Aliás, até 1919, o Conselho Superior da Magistratura Judicial não terá sequer inspectores fixos, servindo-se dos magistrados do quadro nomeando-os. Por outro lado, o seu papel de classificação dos magistrados, segundo o nº 5 do artigo 3º, tornava-se na prática bastante abstracto para ter execução. Não havendo inspecções regulares até à década de vinte, os critérios de escolha para uma classificação por mérito «de preferência ao critério da antiguidade» levou a que o Conselho Superior da Magistratura Judicial tivesse tido um papel mais de exclusão de certos magistrados, por

em nome da magistratura judicial e enquanto Presidente da Relação do Porto v. *Actas das sessões da Assembleia Nacional Constituinte*, Sessão nº 2, de 20 de Junho de 1911, p.3.

terem pendentes processos disciplinares, do que a propor classificações baseadas nos bons serviços destes. Em 1916, o próprio Conselho faz disso menção, ao tentar pela primeira vez promover na lista de classificações um magistrado por mérito.

Procedeu-se à classificação dos juízes de 3ª e 2ª Classes que devem ser promovidos às classes imediatamente superiores, resolvendo o Conselho que o Exmo. Ministro fosse dirigida uma proposta nos seguintes termos:

Exmo Ministro – O Conselho Superior da Magistratura Judicial, mantendo a orientação seguida e manifestada em anteriores pareceres, resolveu propôr a V.Exa para promoção os seguintes juízes de direito: (...)

Por diferentes vezes se tem discutido no Conselho o momento oportuno de efectivar uma das mais altas e mais melindrosas atribuições – A sua obra não poderá ser apenas ingrata, negativa, demolidora, a de excluir para a promoção aqueles que, em sua consciência, julga que pelas suas faltas, pelo seu procedimento oficial e pelas suas qualidades, de magistrado e pessoais, procuram ser, por essa forma, assinalados a fim de que uma nova orientação os ilumine, levando-os a resgatar pelos seus actos e procedimento, futuros, a mancha que alcançou o seu nome e o conceito desfavorável em que incorreram. Não: essa obra tem, por sua vez, de ser construtiva, e eficiente, de pura glorificação, para que o exemplo se imponha ao espírito de todos os magistrados e se desperte e estimule o pundonor e o brio, fortalecendo-se a aspiração legítima de ser verem, mais cedo ou mais tarde, recompensados de todos os serviços e de todos os esforços que para tanto se tenham conjugado. – Assim o manda a lei rasgando num grande élan de suprema justiça novos horizontes à proficiência e à actividade da nossa magistratura judicial. – O Conselho vai, pois, pela primeira vez, usar da faculdade delicadíssima que lhe é atribuída. Nenhuma mais nobre. Em todo o caso o Conselho não hesita. Convencido de que pratica um dever imperioso e indeclinável, exigido pela missão austera de que está encarregado tem a honra de propôr a promoção à 1ª Classe do juiz de 2ª Bernardo de Sousa Brito. É um magistrado tanto quanto possível impecável em todas as variadíssimas manifestações da sua vida oficial, pondo ao serviço da sua profissão o melhor da sua alma, do seu carácter e da sua ilustração. – Zela com uma virtude rara, e com uma constância apaixonada, a sua autoridade e o prestígio das leis e do seu Tribunal – E todos os esforços, e todos os sacrifícios pratica, para que nem a mais ligeira sombra duma suspeita, macule a integridade absoluta da Justiça. – Disciplinado, incorruptível e pertinaz, exige e consegue a melhor ordem e a mais perfeita regularidade em todos os funcionários e serviços das comarcas em que tem servido. (...)

É por isso que o Conselho oficial e publicamente a consagra [a fama do seu nome], fazendo a proposta acima já referida.¹⁰¹

¹⁰¹ Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Actas das Sessões do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Acta nº 157, 4 de Julho de 1916. O magistrado seria efectivamente promovido à 1ª Classe, por decreto de 2 de Dezembro. Bernardo de Sousa Brito, n. 08 de Março de 1959 / Tondela. Começou a

A Lei de 12 de Julho de 1912, que recriava o Conselho Superior da Magistratura Judicial, seria completada pelo seu Regulamento, que se lhe seguiu, decretado a 26 de Outubro¹⁰². Nele se afinavam os pormenores do seu funcionamento corrente. Apesar da importância simbólica da sua criação e da sua efectiva competência disciplinar em casos de transgressão, o Conselho, destituído de inspecções regulares e composto apenas por três juízes, funcionando «numa sala do Ministério da Justiça»¹⁰³, era ainda um organismo mais ou menos débil, do ponto de vista administrativo, nestes primeiros anos. De resto, ele não escapará às duras críticas de um magistrado como Pinto Osório. Em artigo polémico publicado na «Revista dos Tribunais»¹⁰⁴, no ano seguinte, o magistrado faz desfilar uma longa série daquilo que considera falhas e erros no novo Conselho: a nomeação governamental dos seus vogais, a existência de penalizações que acarretam nova pena (por exemplo, a incapacidade futura de servir certos lugares), o artigo 5º que obrigava a uma classificação dos magistrados por mérito em vez do critério da antiguidade («mas como é isto?!.. Como é que aqui nos urge e aparece esta disposição?.. Como é que, em uma lei penal disciplinar para juízes, se foi estabelecer a regra, reguladora das promoções, que é, por essência, pertinente à lei geral da organização judiciária?»¹⁰⁵), o método de classificação dos magistrados pelos inspectores judiciais e, por fim, o facto de o Conselho funcionar, em certos momentos, como tribunal de segunda instância.

Entretanto, o Governo continuava dirigindo a sua atenção para com os crimes de rebelião. A segunda incursão monárquica tinha deixado marcas e os decretos e circulares tentando regulamentar os tribunais militares para o seu julgamento sucediam-se – a 16 de Julho eram

sua carreira como Delegado do Ministério Público em Castelo de Paiva (20-09-1890), depois transferido para Barcelos (25-05-1899) e Beja (auditor administrativo, 19-07-1903). Ingressou na magistratura judicial aos 45 anos, sendo colocado na comarca de Castro Daire, a 03-03-1904. Depois transferido para Tabuaço (23-06-1910) e Resende (23-12-1910). Subiu à 2ª Classe a 09-11-1912, sendo colocado em Aldeia Galega do Ribatejo, depois transferido para Cantanhede (31-05-1913). Ascendeu à primeira classe a 2 de Dezembro de 1916, sendo colocado em Silves. Foi depois transferido para Vila do Conde (02-05-1919) e Barcelos (10-09-1919). A sua carreira continuou nos tribunais superiores, sendo nomeado para a Relação de Lisboa, a 5 de Junho de 1924. Não chegou a ocupar o lugar de Juiz Conselheiro, sendo aposentado a 22 de Julho de 1929.

¹⁰² Decreto de 26 de Outubro de 1912, DG nº 255, *COLP*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915, pp. 888-891.

¹⁰³ *Decreto de 26 de Outubro...*, art. 1º

¹⁰⁴ Augusto Carlos Pinto Osório, «Conselho Superior da Magistratura», in *Revista dos Tribunais*, ano 32º, 1913, 129-132, 145-150, 161-166, 177-184, 193-196, 209-213.

¹⁰⁵ Pinto Osório, *Conselho...*, 162

constituídos tribunais militares em Braga, Coimbra e Lisboa¹⁰⁶, a 1 de Agosto uma circular do Ministério da Guerra definia instruções para a Lei de 8 de Julho¹⁰⁷, a 8 de Agosto uma nova circular estabelecia as competências dos tribunais militares¹⁰⁸. Até mesmo a magistratura não esteve imune a estes ecos. A 12 de Dezembro, o juiz de direito de Alcácer do Sal era encarcerado pela polícia militar e enviado de seguida para o quartel de infantaria 2, de Portalegre, acusado de estar envolvido nas incursões dos conspiradores. O caso seria significativo o suficiente para uma audiência com o próprio ministro da Justiça, Francisco Correia de Lemos, onde o magistrado é levado a dar explicações sobre a sua actuação¹⁰⁹. Como veremos em capítulo ao tema dedicado, os processos disciplinares levantados à magistratura durante a Primeira República, por motivos políticos, versam sobretudo as atitudes e acções tidas como reaccionárias e, dentro disto, sobretudo monárquicas de alguns juízes. Não são eles consideráveis em termos de volume, sendo contudo simbólicos e elucidativos dos ambientes por vezes turbulentos em certas comarcas do país. À parte o caso atrás referido, apesar de tudo, não se encontram casos demonstrativos de juízes empregues em acções concertadas contra a República, envolvendo antes atitudes esporádicas, opiniões formuladas mais ou menos publicamente ou a frequência de certos meios tidos como contrários às instituições vigentes.

No início de Fevereiro, Afonso Costa voltava ao Governo, desta vez com a Presidência e as Finanças, ficando a pasta da Justiça entregue a Álvaro de Castro. Juntamente com Luis Augusto de Mesquita Carvalho¹¹⁰, Álvaro de Castro seria dos ministros que por mais tempo estaria à frente dos negócios da Justiça durante a Primeira República. Era mais tempo do que o Governo Provisório tinha tido à disposição, com os seus onze meses. Constituiria o ano 1913 uma nova oportunidade perdida por Afonso Costa, para fazer a reforma da Justiça que a Constituição prometera? Na verdade, o ano não foi particularmente produtivo no que respeita a medidas adoptadas, se bem que se possam enumerar algumas: competência de revisão das

¹⁰⁶ Decreto de 16 de Julho de 1912, DG nº 167, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1915), 501.

¹⁰⁷ Circular / Ministério da Guerra de 1 de Agosto de 1912, DG nº 220, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1915), 570.

¹⁰⁸ Circular / Ministério da Guerra de 8 de Agosto de 1912, DG nº 220, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1915), 578-579.

¹⁰⁹ Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Fundos dos Processos Disciplinares, Processo Disciplinar, M10, N19 (1912).

¹¹⁰ Luís Augusto Pinto de Mesquita Carvalho – exerceu funções como ministro da Justiça entre 15 de Março de 1916 e 25 de Abril de 1917.

sentenças condenatória pelo Supremo Tribunal de Justiça (18 de Janeiro)¹¹¹, redefinição da área judicial da comarca de Rio Maior (25 de Janeiro)¹¹², criação da comissão da Reforma Penal e Prisional (29 de Janeiro)¹¹³, regulação da situação dos juizes no quadro sem exercício e sem vencimento (19 de Julho)¹¹⁴, regulação dos juizes que exerciam funções no Conselho Superior da Magistratura Judicial (29 de Julho)¹¹⁵, um novo Código das Execuções Fiscais (23 de Agosto)¹¹⁶, regulação da concessão de licenças aos magistrados (13 de Outubro)¹¹⁷ e obrigatoriedade dos delegados do Ministério Público facultarem mensalmente aos seus superiores hierárquicos um relatório sobre o estado dos processos (27 de Outubro)¹¹⁸. Eram apenas reformas de pormenor; mas, a prova de que a reforma judiciária não tinha ficado esquecida era a comissão criada a 8 de Fevereiro¹¹⁹, destinada a estudar e a elaborar um plano tendo em vista esse efeito¹²⁰. Da comissão participavam trinta e cinco personalidades, escolhidas entre os vários ramos da actividade judiciária. Só magistrados, eram nomeados oito, como assinalamos atrás. A comissão chegaria a publicar o seu projecto¹²¹, mas como outros que se seguiram ou antecederam, não chegou a ter qualquer execução. Foi apresentado

¹¹¹ Lei de 18 de Janeiro de 1913, DG nº 42, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1913), 15.

¹¹² Lei de 25 de Janeiro de 1913, DG nº 25, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1913), 386.

¹¹³ Lei de 29 de Janeiro de 1913, DG nº 25, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1913), 386.

¹¹⁴ Lei nº 77, de 19 de Julho de 1913, DG nº 177, *COLP*, Coimbra, França Amado, 1913, p. 2681. A partir de 1 de Julho de 1913 os diplomas são numerados. A lei nº 1 era sobre a organização da Guarda Nacional Republicana. A Lei nº 77 voltava a preocupar-se com a situação dos juizes no quadro, que se mantinham inactivos. Pelo art. 1º, eram eles obrigados a apresentarem-se perante uma junta médica.

¹¹⁵ Decreto nº 63, de 29 de Julho de 1913, DG nº 175, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1913), 2809. Eram aplicadas novas disposições quanto ao exercício e vencimento.

¹¹⁶ Decreto nº 82, de 23 de Agosto de 1913, DG nº 197, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1913), 3154-3167.

¹¹⁷ Portaria de 13 de Outubro de 1913, DG nº 242, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1913), 3845. As licenças dos magistrados eram solicitadas directamente ao ministro da Justiça, sem informação aos seus superiores hierárquicos. A portaria estabelecia que essa informação era doravante obrigatória, sendo que as licenças superiores a 30 dias só seriam atribuídas «em casos muito extraordinários».

¹¹⁸ Portaria de 27 de Outubro de 1913.

¹¹⁹ Decreto de 8 de Fevereiro de 1913, DG nº 33, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1913), 498-499.

¹²⁰ Álvaro de Castro, «Tentativas de Reforma», in *Boletim do Instituto de Criminologia*, Vol III – Tomo I, s/d, p.113. Álvaro de Castro, explicando as suas tentativas de reforma, seria bastante parco nas explicações sobre esta comissão: «A reforma da organização judiciária foi incumbida a uma numerosa comissão presidida pelo então presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Dr. Poças Falcão, tendo como vice-presidente o Dr. Sousa Andrade. Desta comissão saiu uma sub-comissão que ficou constituída entre outros pelo Dr. Caetano Gonçalves, Dr. Oliveira Guimarães e Dr. Catanho de Meneses. Esta sub-comissão teve como relator o Dr. Oliveira Guimarães e conseguiu ter concluído o seu trabalho à data da queda do Ministério. Mais tarde, o Sr. Dr. Catanho de Meneses, que fora um dos elementos activos da comissão, quando Ministro da Justiça, aproveitou parte do trabalho feito e apresentou ao Parlamento uma proposta que, como tantas outras, não logrou sequer ter um começo de discussão.»

¹²¹ *Relatório e projecto de lei sobre organização judiciária, apresentado na Câmara dos Deputados em 25 de Abril de 1916*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1916).

ao Parlamento pelo deputado Catanho de Meneses, a 25 de Abril. A oportunidade, por isso, voltava a ficar de lado.

Do governo que se seguiu, sob a presidência de Bernardino Machado e com Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro na Justiça, apenas se conhece, com algum relevo, a Lei nº 114, de 22 de Fevereiro de 1914, que amnistiava condenados por crimes políticos¹²². Os fantasmas das incursões pareciam ter passado, era permitida uma maior abertura por parte do regime. Os quatro meses que o executivo esteve em funções, de Fevereiro a Junho, não foram seguidos, contudo, pelo apresentar de qualquer medida no que concerne à magistratura. Bernardino Machado ficaria ainda com a presidência no sexto governo constitucional. Nele, actuou com o interino da Justiça desde 23 de Junho, e por um mês, sendo depois substituído por Eduardo Augusto de Sousa Monteiro que permaneceria no cargo até Dezembro. Sousa Monteiro era um magistrado que fizera carreira nas colónias, tendo aí completado quinze anos de serviço efectivo. Depois, agregado à Relação de Lisboa, em 14 de Agosto de 1912, era ainda aí juiz aquando da sua nomeação para a pasta da Justiça. Da sua passagem pelo ministério ficaram algumas medidas que importa conhecer e uma reestruturação da secretaria de Estado da Justiça¹²³. Logo em Agosto, a Tutoria Central da Infância de Coimbra era organizada¹²⁴. Apesar de já estar prevista desde a lei de 27 de Maio de 1911, não tinha sido realmente criada; o novo decreto dava-lhe existência e conferia as suas atribuições. E, em Outubro, algumas disposições eram tomadas no sentido de regular a magistratura. Assim, a 1 desse mês, saía uma portaria que providenciava no sentido de assegurar o cumprimento das normas legais que obrigavam os magistrados (bem como funcionários dependentes do Ministério da Justiça) a residir na área do tribunal onde exerciam funções¹²⁵. A portaria era acompanhada de duas circulares: a primeira, obrigava o Supremo Tribunal de Justiça a enviar ao Conselho Superior da Magistratura Judicial a relação dos juízes que, «em visos e acórdãos», excediam os prazos legais designados na lei¹²⁶; a segunda, ditava a mesma norma,

¹²² Lei nº 144, de 22 de Fevereiro de 1914, DG nº 28, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1915), vol. I, 78-79.

¹²³ Sobre este ponto v. Eduardo de Sousa Monteiro, *Relatório apresentado ao Parlamento pelo Ministro da Justiça* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1915).

¹²⁴ Decreto nº 722, de 4 de Agosto de 1914, DG nº 13, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1915), vol II, 113.

¹²⁵ Portaria de 1 de Outubro de 1914, DG nº 231 [II série], *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1915), vol. II, 769.

¹²⁶ Circular / Ministério da Justiça, de 1 de Outubro de 1914, DG nº 235 [II série], *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1915), vol. II, 769.

mas aplicando-a às Relações¹²⁷. Eram medidas que tentavam responsabilizar os magistrados mais lentos nas suas sentenças, desígnio que estaria presente igualmente nas inspecções judiciais que entretanto, e muito lentamente, iam ganhando terreno. No dia 7, uma nova portaria mandava a rigorosa observância quanto aos trajes, por parte de magistrados, advogados e funcionários judiciais¹²⁸.

Mas o principal problema do governo seria a guerra mundial. Desde 1 de Agosto que esta tinha sido decretada e Bernardino Machado procurava um entendimento com os ingleses. Do lado da oposição monárquica, havia fortes resistências à intervenção, mesmo havendo uma ideia de que D. Manuel estaria do lado da Inglaterra. Segundo Rui Ramos, eles seriam tudo o que estivesse em oposição ao governo¹²⁹. A 20 de Outubro dá-se a «Segunda Outubrada». A partir de Mafra, um tenente monárquico subleva alguns sargentos, armando civis e fortificando-se em Torres Vedras. O movimento teria o apoio de alguns sindicalistas, sabotando os caminhos-de-ferro, e seria secundado fracamente em Bragança. As tropas governamentais, comandadas pelo Capitão Álvaro Poppe derrotariam facilmente o movimento. Entretanto, alguns jornais monárquicos eram assaltados em Lisboa, num acto de vingança.

A «Segunda Outubrada» daria lugar, dois dias depois, a uma reacção do governo. Pelo decreto nº 963, de 22 de Outubro¹³⁰, era criado um tribunal militar «especial» em Lisboa para julgamento dos conspiradores (art. 4º), sendo que eram estes, tendo sido apanhados em flagrante delito, facultativamente julgados segundo processo sumário. A 31, um novo decreto prescrevia a forma de julgamento dos revoltados, aclarando certas disposições¹³¹. Do tribunal criado, eram o Presidente, o auditor, defensor e secretário nomeados directamente pelo ministro da Guerra (art. 7º). A República reagia numa posição de força perante os acontecimentos, voltando a criar tribunais especiais. A primeira vez tinha sido a 23 de Outubro de 1911, perante a primeira incursão monárquica, acabando este tribunal por ser

¹²⁷ *Circular...*

¹²⁸ Portaria de 7 de Outubro de 1914, DG nº 239 [II série], *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1915), vol II, 770-771.

¹²⁹ Rui Ramos, *A Segunda Fundação – História de Portugal*, Vol. 6 (Lisboa: Editorial Estampa, 1994), 503

¹³⁰ Decreto nº 963, de 22 de Outubro de 1914, DG nº 194, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1915), vol II, 398.

¹³¹ Decreto nº 997, de 31 de Outubro de 1914, DG nº 202, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1915), vol II, 449-451.

extinto a 11 de Março de 1912, sendo os processos encaminhados para os tribunais ordinários.

O governo seguinte, de Vítor Hugo de Azevedo Coutinho, com Barbosa de Magalhães na pasta da Justiça, apenas durou até Janeiro, não se lhe conhecendo qualquer obra no que toca à magistratura. Quase o mesmo se pode dizer da Ditadura de Pimenta de Castro, que esteve em funções de 28 de Janeiro até meados de Maio. A única excepção seria o decreto nº 1:499, de 13 de Abril¹³², onde se estabelecia que os magistrados do Ministério Público não pudessem pertencer por mais de seis anos em cada comarca ou vara, obrigando-os a fazer candidatura à magistratura judicial. A medida era justificada não devendo aqueles que «ocupem os melhores lugares», por se terem distinguido «pelo seu zêlo e inteligência» deixarem de ser chamados à magistratura judicial. Deste período turbulento, não resultou qualquer acção concertada por parte da magistratura, assinalando-se, contudo, que na resistência à ditadura alguns juízes de direito (Arganil, Bragança, Carrazeda de Anciães, Castro Daire, Celorico de Basto, Évora, Meda, Montemor o Novo, Nisa, Santarém, Valença e Vinhais), «dando provas de grande coragem cívica e independência moral e política»¹³³, declararam inconstitucionais e nulos os decretos de 24 de Fevereiro e de 2 e 15 de Março, relativos à lei eleitoral. Estes magistrados, apesar disso, não sofreriam qualquer represália institucional, não havendo lugar a processos disciplinares a qualquer um deles.

Após o governo de Pimenta de Castro, seguiu-se-lhe, até fins de Novembro, o de José de Castro. Nele, serviram como ministros da Justiça Paulo José Falcão e João Catanho de Meneses, que transitaria para o governo seguinte de Afonso Costa. Destes dois governos restam apenas medidas de pormenor. A portaria de 12 de Junho¹³⁴ mandava cumprir as disposições legais quanto à residência dos magistrados. A 16 de Outubro, numa tentativa mais simbólica, era determinado que nas salas de audiências e sessões de todos os tribunais se colocasse o busto da República¹³⁵. Em Junho, a 16, tinha saído uma lei que autorizava o Governo a separar do serviço efectivo os funcionários que «não dão uma garantia da sua

¹³² Decreto nº 1:499, de 13 de Abril de 1915, DG nº 72, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1916), 273-274.

¹³³ A expressão é de David Ferreira, *História Política da Primeira República Portuguesa*, vol.I – II Parte (Lisboa: Livros Horizonte, 1973), 118-119.

¹³⁴ Portaria nº 383, de 12 de Junho de 1915, DG nº 111, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1916), 381-382.

¹³⁵ Portaria nº 497, de 16 de Outubro de 1915, DG nº 210, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1916), 408.

adesão à República e à Constituição»¹³⁶. A lei contemplava os «funcionários», nada se dizendo a respeito da magistratura, que estava por norma acima desse termo. Aliás, não se conhece, a partir dos processos individuais dos magistrados recolhidos, qualquer depuração que tivesse vindo na sequência desta lei. Catanho de Meneses, por seu turno, não faria qualquer reforma de vulto na Justiça, durante a sua presença à frente do ministério (de 19 de Junho a 15 de Março seguinte); estranho é, quando, em 25 de Abril de 1913, tinha sido ele próprio a apresentar nas Câmaras a proposta de reforma judiciária elaborada pela comissão criada a 8 de Fevereiro desse ano. Mas não quis voltar a ela.

António José de Almeida seria o chefe do governo seguinte. Tinha a acompanhá-lo, na pasta da Justiça, Luís Augusto Pinto de Mesquita Carvalho, que ficou o tempo que durou o governo, isto é, até Abril do ano seguinte. O ministério da Justiça não tinha alguém à sua frente por tanto tempo desde que Álvaro de Castro o deixara. Mesmo assim, e durante esse ano, as reformas da Justiça seriam escassas. Contam-se algumas disposições quanto à apreensão de periódicos¹³⁷; uma amnistia, decretada a 15 de Maio, visando concretamente os delitos ocorridos durante a ditadura de Pimenta de Castro¹³⁸ e uma rectificação orçamental, afim de acorrer à publicação do «Boletim Oficial do Ministério da Justiça»¹³⁹. Era, de facto, muito pouco. Com Afonso Costa e os democráticos de novo no poder, seria a pasta da Justiça confiada a Alexandre Braga. A agonia da reforma judiciária continuaria. A 12 de Maio eram criados em Lisboa mais dois juízos de transgressões e execuções¹⁴⁰. Em Junho, a 16, uma outra lei regularia o procedimento a seguir pelo Ministério Público quanto houvesse lugar a dissidências na jurisprudência¹⁴¹. E era tudo.

¹³⁶ Lei nº 319, de 16 de Junho de 1915, DG nº 114, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1916), 398.

¹³⁷ Decreto nº 2:270 e Lei nº 495, de 12 e 28 de Março, respectivamente. Por ordem: DG nº 47, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1917), vol I, p. 175 e DG nº 59, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1917), vol I, 199.

¹³⁸ Lei nº 512, de 17 de Abril de 1916, DG nº 75, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1917), vol I, 222-223.

¹³⁹ Lei nº 530, de 15 de Maio de 1916, DG nº 94, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1917), vol I, 521. O «Boletim Oficial do Ministério da Justiça» viera substituir o «Ementário Judicial», antes publicado.

¹⁴⁰ Lei nº 683, de 12 de maio de 1917, DG nº 73, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1917), 246-248.

¹⁴¹ Lei nº 706, de 16 de Junho de 1917, DG nº 97, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1917), 287-288. Voltaremos a esta lei em lugar próprio, sobre as questões mais tarde levantadas quanto ao papel da unificação da jurisprudência.

1.2.1 Quatro propostas sem unanimidade

Mas os primeiros anos da República foram igualmente anos de alguns projectos de organização judiciária que, contudo, não seriam levados à prática.

Barbosa de Magalhães, na sua edição comentada ao «Estatuto Judiciário» de 1927/1928, refere ter conhecimento de quatro propostas de organização judicial elaboradas ao tempo da Primeira República Portuguesa¹⁴²: a de Mesquita de Carvalho (1912), a de Abraão de Carvalho (1915), a de Catanho de Meneses, à qual já nos referimos brevemente atrás (1916) e, por fim, a do magistrado Alfeu Cruz (1918). É curioso notar que as três primeiras pertencem ainda à «República Velha» e, mesmo a última, foi publicada no final desse ciclo, ao tempo de Sidónio Pais. Não será alheio a este facto, por certo, o eco ainda audível do artigo 85º da Constituição de 1911 que previa a realização próxima de uma nova organização judicial do território, e que o tema ocupasse nos anos seguintes as figuras próximas ao campo da justiça.

Em qualquer dos casos, estas quatro propostas demonstram ter em comum, à excepção da de Mesquita de Carvalho (1912), uma ambição e extensão parcamente formuladas; nenhuma seria comparável, por exemplo, ao primeiro «Estatuto Judiciário» de 1927. A proposta de Abraão de Carvalho contém 51 artigos, a de Catanho de Meneses, 66 artigos e a de Alfeu Cruz, 93 artigos. São, por isso, de uma proporção modesta, dir-se-iam, mesmo, ocasionais, e tentando responder a um problema dito urgente, não avançando, contudo, um plano trabalhado de forma sistemática e operativa de todo o aparelho judicial. Com a excepção já referida da proposta de Mesquita de Carvalho (1912), que se debruça ainda sobre o problema de uma Ordem dos Advogados, dos vencimentos, dos impostos e das cadeias, todas as outras quase se limitam a abordar as questões ligadas ao recrutamento, nomeação e promoção dentro da hierarquia judiciária. Este aspecto do carácter limitado das reformas apresentadas é, também, indissociável do facto de elas terem tido origem em motivações de índole individual e em nome próprio – e mesmo a de Catanho de Meneses (1916), que admite ter aproveitado

¹⁴² Barbosa Magalhães, *Estatuto...*, p.X-XI

os trabalhos da comissão de 1913, nomeada por Álvaro de Castro para dar uma solução ao problema de uma nova organização judiciária.

O carácter limitado e reduzido das propostas seria o único ponto em comum, já que o teor delas difere significativamente de caso para caso, sendo impossível falar de uma tendência homogénea nas suas propostas. O modo como são tratados os problemas da antiguidade vs. mérito, o recrutamento, a divisão judicial ou a questão da magistratura ultramarina não nos permite concluir da existência de um caderno de reivindicações unânime por oposição a um sistema judicial herdado da monarquia constitucional e retocado pelos primeiros governos republicanos. Assim, para uma questão tão delicada quanto a das nomeações dos magistrados e sua promoção na carreira, as propostas dividem-se entre o despacho ministerial, o poder de proposta do Conselho Superior da Magistratura Judicial, o concurso ou a promoção automática por antiguidade, quando não a selecção por distinção e mérito ou uma combinação destas duas modalidades. O recrutamento para a magistratura judicial tanto oscila entre uma abertura genérica a várias profissões jurídicas (Mesquita de Carvalho, 1912), como se mantém hermeticamente fechada sobre os delegados do Procurador da República (Abrão de Carvalho, 1915 e Alfeu Cruz, 1918). E mesmo a questão das carreiras ultramarinas não gera um consenso nas propostas, duas delas defendendo a separação completa das duas magistraturas, ultramarina e da metrópole, enquanto uma outra as quer reunidas e fundidas num corpo único (Alfeu Cruz, 1918)¹⁴³.

É preciso, pois, para compreendê-las, tomá-las uma a uma.

A primeira proposta foi a de Mesquita de Carvalho, de Dezembro de 1912, sendo composta por 494 bases¹⁴⁴. Mantinha ela uma linha de reforço do poder executivo, sendo que era este quem despachava todo o circuito de nomeações, promoções e transferências dos magistrados (base 9º), ocultando o poder de proposta e de intervenção do Conselho Superior da Magistratura Judicial. Por outro lado, teve a preocupação de fortalecer uma organização detalhada e objectiva nos critérios que a estes movimentos presidiam: as transferências, um problema herdado da Monarquia Constitucional e que motivara já as duras críticas de Alberto

¹⁴³ A propósito deste assunto, em defesa da separação das duas carreiras, da metrópole e ultramarina, ver também Matos Cid, «Organização Judiciária», in *Gazeta da Relação de Lisboa*, 26º ano, nº78, 23 de Fevereiro de 1913, 621-622.

¹⁴⁴ *Diário do Governo*, nº272, de 19 de Novembro de 1912, 4103-4117.

dos Reis e Chaves e Castro nos seus manuais de organização judiciária, eram libertadas do arbítrio do executivo no preenchimento das vagas, para ficarem escalonadas pelo critério da antiguidade (base 58º)¹⁴⁵; as promoções às Relações eram organizadas por concurso (documental, escrito e oral), de entre os juízes de 1ª classe com mais de 15 anos de serviço efectivo (base 26º) e, quanto ao Supremo Tribunal de Justiça, ascendiam os magistrados mais antigos das Relações. O recrutamento para a magistratura judicial era bastante alargado e por concurso – cabiam nele, agora, não só os delegados do Procurador da República como também os juízes municipais, os conservadores do registo predial e os advogados, todos tendo completos um número fixado de anos de serviço (base 55º). Mesquita de Carvalho, ele próprio advogado, dava também instruções para a criação de uma Ordem dos Advogados e previa, pela base 114º, um Supremo Conselho Disciplinar Judicial (numa altura em que o Conselho Superior da Magistratura Judicial estava já em funcionamento havia alguns meses e dispunha de um Regulamento desde Outubro) onde os advogados participavam na eleição de dois dos seus membros (dos restantes, cinco eram eleitos pela magistratura judicial e dois nomeados pelo Ministro da Justiça). Este novo organismo era ainda constituído, segundo a proposta, por três inspectores judiciais, algo que só viria a acontecer durante o período de vigência da Primeira República em 1919. A magistratura do ultramar ficava separada por

¹⁴⁵ Chaves e Castro seria bastante crítico da situação que regulava as transferências dos magistrados judiciais: «As leis reguladoras das transferências dos juízes de direito de 1ª instância do continente do reino e das ilhas adjacentes deixam o poder judicial bastante dependente do poder executivo, pois, dando ao governo a faculdade de transferir os juízes a requerimento seu, antes de findar o sexénio, para as comarcas que forem vagando, ou para as que eles adquiram por meio de troca, dão azo a que os juízes lhe peçam e devam favores, e a que o governo possa colocar em certas comarcas os juízes que mais convenham a seus intuitos políticos. As próprias transferências ordinárias e periódicas conferem ao poder executivo grande influência sobre os juízes, por isso que, desejando todos colocar-se nas melhores comarcas da sua classe, e não havendo lei que regule esta colocação, o governo pode favorecer os seus protegidos e prejudicar os desafeiçoados ou indiferentes.», Manuel de Oliveira Chaves e Castro, *A Organização e competência dos tribunais de justiça portugueses*, Coimbra, França Amado, 1910, p. 440-441; também, do mesmo modo, Alberto dos Reis: «Relativamente à transferência ordinária e à transferência extraordinária a requerimento do interessado, parece-nos que o regime vigente deixa ao governo margem ampla para o favoritismo político e portanto para a corrupção partidária. Convém renovar periodicamente a magistratura judicial das localidades pequenas: mas é indispensável que o destino dos juízes não fique à mercê das afeições ou animosidades políticas. Vagando uma comarca, por transferência, promoção ou morte do titular, o governo, de entre os magistrados que requererem esse lugar, tem a faculdade absoluta de escolha: e o magistrado que termina o sexénio é transferido, de entre as comarcas da mesma classe, para aquela que o governo lhe indicar.

Para acabar com este arbítrio, que ofende a inamovibilidade dos magistrados, é necessário introduzir nas transferências o respeito pela antiguidade (...).», Alberto dos Reis, *Organização Judicial – lições feitas ao curso do 4º ano jurídico de 1908 a 1909* (Coimbra: Imprensa Académica, 1909), 386-387.

completo da metrópole, funcionando as carreiras sem qualquer tipo de sobreposição ou possibilidade de transferência (base 2º). Quanto à divisão judicial do território eram agregados à estrutura em curso nove tribunais de círculo judicial e as comarcas eram divididas em 1ª e 2ª classes (terminando assim com a 3ª classe), havendo três Relações ao todo, instituindo a de Coimbra (a dos Açores tinha sido já extinta em 1910, dizendo dela Barbosa de Magalhães que a medida não suscitara sequer qualquer protesto¹⁴⁶, e a de Coimbra que seria efectivamente criada, mas apenas em 1918).

Num balanço geral da proposta de Mesquita de Carvalho, pode dizer-se ser ela apenas ilusoriamente um reforço do poder ministerial (que detinha formalmente os poderes de nomeação, promoção, colocação e transferência), visto que para cada um destes movimentos eram previstas regras precisas: antiguidade na ascensão ao Supremo Tribunal de Justiça, concursos para as Relações e no ingresso na magistratura, critério da antiguidade nas transferências. Neste contexto é de assinalar, contudo, que o Conselho Superior da Magistratura Judicial já criado era substituído por um Supremo Conselho Disciplinar Judicial que estava longe de se tornar um verdadeiro instituto de autogoverno dos magistrados, perdendo qualquer poder de intervenção perante a fixação destas regras objectivas. É de notar ainda que a modalidade de promoção dos magistrados oscila entre o concurso (ingresso na carreira e promoção às Relações) e a antiguidade (transferências e ascensão ao Supremo Tribunal de Justiça). Esta modalidade é em extraordinário interessante e nada ingénua. Na verdade, compõem-se aqui os dois critérios sempre debatidos – o da antiguidade e do mérito – , mas a novidade (que, de resto, nunca será tentada) reside no afastar da graduação do mérito dos critérios tidos como subjectivos, no mais fixados por um órgão de autogoverno dos magistrados. É através do concurso somente que ele se realiza, deixando de lado qualquer papel interventivo a uma classificação dada pelo previsto Supremo Conselho Disciplinar Judicial. Esta combinação ímpar de concursos/antiguidade, aplicada a todo o circuito da hierarquia judiciária, propunha-se a limitar ao extremo o poder de intervenção quer dos executivos quer de um órgão corporativo da magistratura.

¹⁴⁶ A este propósito, v. Barbosa de Magalhães, «Organização Judiciária e Divisão Judicial», in *Gazeta da Relação de Lisboa*, 23º ano, nº67, de 30 de Janeiro de 1910, 529-530, onde refere a proposta de extinção da Relação dos Açores pelo magistrado António Alves de Oliveira Guimarães; Barbosa de Magalhães, «Organização Judiciária», in *Gazeta da Relação de Lisboa*, 26º ano, nº79, 27 de Fevereiro de 1912, 629-630 - «A extinção da Relação dos Açores era de há muito reclamada, foi bem recebida e nenhuns motivos surgiram a favor da sua reaparição, que só traria aumento de despesa.»

Pouco mais de três anos depois, surgia uma nova proposta, desta vez pela mão de Abraão de Carvalho, em Dezembro de 1915, composta por 51 artigos¹⁴⁷. Era uma proposta demasiado modesta no seu alcance, tentando regular quase em exclusivo o circuito de nomeações, promoções e recrutamento da magistratura. Ficava ele assim organizado: o recrutamento para a magistratura recaía sobre os delegados do Procurador da República, por concurso, e com mais de seis anos de serviço efectivo e trinta anos de idade (três reprovações equivalia à preterição), segundo o artigo 5º; a selecção dos magistrados para ascensão às Relações combinava um sistema duplo, por um lado, fazia-se a promoção de um magistrado mais antigo da primeira instância e, por outro, escolhia-se um magistrado por critério de mérito, a partir de uma lista tríplice proposta pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial – e assim sucessivamente; quanto ao Supremo Tribunal de Justiça, o critério recaía apenas no mérito, escolhendo este tribunal livremente de entre uma lista dos nove magistrados mais antigos.

A completar este texto eram ainda incluídos um novo mapa judicial referentes às comarcas da primeira instância e a proposta da separação total entre as carreiras do ultramar e metropolitanas.

Tratava-se, no geral, de um projecto muito modesto, exíguo e «mínimo», que regulava quase em exclusivo a progressão na carreira judicial. Fechado no que respeita ao recrutamento (previa a profissão na magistratura judicial como a continuação natural da carreira do Ministério Público), tentava combinar o critério do mérito com o da antiguidade nas promoções aos tribunais superiores.

De maior amplitude, se bem que ainda tímido, era o projecto de organização judiciária de Catanho de Meneses, apresentado no parlamento a 27 de Abril de 1916 e contendo 66 artigos¹⁴⁸. Catanho de Meneses diz ter aproveitado os ensinamentos de vários projectos de reforma anteriores, recuando a Martens Ferrão (1860) ou Veiga Beirão (1887), assim como da comissão criada em 1913 para esse efeito e da qual tivera feito parte. Propunha uma nova divisão judicial, criando os «juízes de concelho», eliminando assim por etapas sucessivas os juízes de paz e municipais. Estes juízes poderiam ainda concorrer aos lugares na magistratura

¹⁴⁷ *Diário do Governo*, II série, nº284, de 8 de Dezembro de 1915, 3749-3752.

¹⁴⁸ *Diário da Câmara dos Deputados*, 27 de Abril de 1916, 9-25.

judicial junto dos seus naturais candidatos, os delegados do Procurador da República de primeira classe. Catanho de Meneses diz ter preterido os conservadores do registo predial pois «raros são aqueles que têm concorrido aos lugares de juízes e que, divergindo tanto as suas funções das dos magistrados do Ministério Público, não há vantagem nenhuma nessa admissão.»¹⁴⁹ Quanto às nomeações e promoções estavam elas assim organizadas: nas promoções à 2ª e 1ª classes da primeira instância, deveria colocar-se o mais antigo, tendo em atenção também o mérito; nas promoções aos tribunais superiores, a mesma regra. O projecto de Catanho de Meneses não é particularmente detalhado, nomeadamente em definir o que o «mérito» seria ou como deveria ele ser reconhecido (e por quem). Quanto ao Conselho Superior da Magistratura Judicial, era ele composto pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça e por quatro juízes desse tribunal, eleitos por três anos. Era uma medida inovadora, a da eleição, em 1916, que teria de esperar por Sidónio para ser realizada (e que, após este, seria de novo revogada). Na proposta distinguem-se ainda uma regulação minuciosa e atenta do júri, acolhendo o texto ainda disposições sobre os delegados do Procurador da República, sobre os oficiais de justiça, sobre emolumentos e salários.

Por último, a proposta de Alfeu Cruz, ele próprio um magistrado judicial. De nome completo Alfeu Policarpo Ferreira e Cruz, tinha sido ele nomeado juiz de direito a 21 de Abril de 1910. Em Setembro de 1918, quando publica o seu projecto de organização judicial na «Revista de Justiça»¹⁵⁰, era juiz de segunda classe em Vila Franca de Xira, aos 49 anos de idade. O texto da sua proposta compõe-se de 93 artigos, sendo talvez o projecto mais conservador de todos. Todo o circuito de nomeações, promoções e transferências saía da mão do Ministério da Justiça e seria organizado e deliberado pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial. Por sua vez, este teria como critério em todos estes movimentos da progressão na carreira o critério da antiguidade apenas, não havendo lugar para distinções por mérito. O projecto previa ainda algumas disposições sobre o Conselho, na sua acção disciplinar (que não diferem em grande parte do seu Regulamento e lei de criação de 1912), assim como sobre o processo de aposentação, licenças, sobre os delegados do Procurador da República (candidatos únicos à nomeação para juízes de direito), oficiais de justiça e

¹⁴⁹ *Diário...*, 10.

¹⁵⁰ Alfeu Cruz, «Projecto de Organização Judiciária apresentado pelo juiz Alfeu Cruz, com as modificações que lhe foram introduzidas pela comissão revisora», in *Revista da Justiça*, t. 3º, nº 62 e 63, p.611-614 e 627-630.

vencimentos. A proposta de Alfeu Cruz distinguia-se da de Mesquita de Carvalho (1912) e de Abraão de Carvalho (1915) ao propor uma carreira e corpo únicos, fundindo as magistraturas ultramarina e da metrópole.

1.3 O interregno (1918-1919)

A «República Nova», de Sidónio Pais, viria a modificar esta situação e este impasse. Apesar da forte rotatividade na pasta da Justiça¹⁵¹, durante o ano em que Sidónio esteve à frente do país, foram tomadas várias medidas para acudir ao que se julgava ser um dos grandes problemas da nação. Sinal de que a intenção era preparada e estava nas ambições do novo governo, seria o decreto da Junta Revolucionária, logo a 11 de Dezembro, que dissolvia o Conselho Superior da Magistratura Judicial¹⁵². De facto, este organismo, composto por três magistrados nomeados pelo governo, parecia ser um instrumento nas mãos dos executivos. Pelo menos, era assim que era visto pela Junta Revolucionária, que o dissolvia (art. 1º) e, numa tentativa de «entregar o Conselho Superior da Magistratura Judicial à própria magistratura», decidia que o novo organismo seria composto por três juizes conselheiros eleitos pelo Supremo Tribunal de Justiça, sendo presidido pelo mais antigo destes. O organismo ficaria numa situação mais ou menos híbrida até fins de Abril, quando seriam estabelecidas as suas novas disposições¹⁵³. A sua composição seria de novo alterada. Pelo artigo 1º, era ele formado por seis juizes do Supremo Tribunal de Justiça (três efectivos e três substitutos), eleitos trienalmente por «toda a magistratura portuguesa». Até ao dia 31 de Outubro do ano em que o triénio findava, eram convocados todos os magistrados a enviar ofícios com as suas declarações de voto ao Supremo Tribunal de Justiça. O voto era obrigatório (art. 4º) e, caso algum magistrado a ele falhasse, seria impedido de intervir nas

¹⁵¹ Durante a «República Nova» estiveram em funções quatro ministros da Justiça: Alberto de Moura Pinto (11 de Dezembro de 1917 a 7 de Março de 1918), Martinho Nobre de Melo (7 de Março de 1918 a 15 de Maio de 1918), Alberto Osório de Castro (15 de Maio de 1918 a 9 de Outubro de 1918) e Jorge Couceiro da Costa (9 de Outubro de 1918 a 23 de Dezembro de 1918).

¹⁵² Decreto / Junta Revolucionária, de 11 de Dezembro de 1917, DG nº 216, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1917), 530-531.

¹⁵³ Decreto nº 4:172, de 26 de Abril de 1918, DG nº 92, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1917), 122-125. Além do Conselho Superior da Magistratura Judicial, era também criado o Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público.

eleições seguintes. O novo Conselho continuava a funcionar nas dependências do Supremo Tribunal de Justiça, mas dispondo de uma secretaria especial, composta por um secretário, um amanuense e um servente. O secretário seria um juiz de 1ª Instância, servindo em comissão, nomeado pelo ministro da Justiça. Das suas atribuições, repetiam-se as antigas linhas, mas com algumas alterações. Assim, ao Conselho eram dadas instruções mais claras quanto ao seu papel na promoção e escolha dos magistrados para as vagas a preencher. Como vimos atrás, este tinha sido um problema da lei e regulamento de 1912, que mantinha uma certa abstracção quanto a este ponto. O novo Conselho, em casos de promoção de classe, apresentaria ao ministro da Justiça uma lista de cinco juízes, dentro do terço superior de cada uma, os quais graduaria «atendendo não só ao tempo de serviço, mas também aos seus méritos e deméritos» (art. 11º). No caso das vagas que ocorressem, por promoção, falecimento, aposentação, termo do sexénio (a obrigatoriedade de mudar de comarca ao fim de seis anos), passagem ao quadro ou transferência, o Conselho apresentaria uma lista de três nomes, de entre os juízes que houvessem requerido cada comarca. A novidade era, portanto, a apresentação de listas graduadas. Mas a lei era omissa quanto ao papel do ministro, não se prevendo o caso de ele não se conformar com elas. Este passo ambíguo era de extraordinária importância, porque só ele determinava na prática o real peso da relação de forças entre o Conselho e o Ministério da Justiça na escolha dos magistrados. Eram alteradas igualmente várias disposições no que respeitava às molduras penais a aplicar e aos serviços das inspecções¹⁵⁴.

Até ao fim do ano, novas medidas visariam o Conselho. A 18 de Maio, era regulamentado o modo de formulação das listas para a eleição dos seus vogais¹⁵⁵. A 13 de Julho, pelo importante decreto nº 4:691, aumentava-se o número de vogais para cinco, no caso dos efectivos, auxiliados por três substitutos, e regulava-se de modo mais claro o caso das nomeações e promoções de magistrados¹⁵⁶. De facto, a ambiguidade do papel do ministro, que não era só uma questão de pormenor mas que levantava as velhas suspeitas das redes clientelares e partidárias na escolha dos magistrados, obrigaria o governo a afastar as dúvidas e a dispor, pelo artigo 4º, que este apenas podia afastar-se das decisões do Conselho «para seguir o princípio da antiguidade». Outras duas medidas de relevo estavam contidas neste

¹⁵⁴ Voltaremos a este ponto, no capítulo dedicado às inspecções judiciais.

¹⁵⁵ Portaria nº 1:375, de 18 de Maio de 1918, DG nº 109, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1918), 165-166.

¹⁵⁶ Decreto nº 4:691, de 13 de Julho de 1918, DG nº 163, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1919), 368-369.

decreto. Por um lado, a nomeação dos magistrados que ingressavam na carreira. Para esse feito, o Conselho Superior da Magistratura Judicial, em conjunto com o Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público, organizavam uma lista de dez delegados de 1ª Classe, tirados da metade superior da lista de antiguidade, graduando-os atendendo «também aos méritos e deméritos». Por outro lado, o lugar dos presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e das Relações, que eram «livremente escolhidos pelo Governo» (art. 5º). Ainda em Julho, uma nova portaria viria a esclarecer, quanto à sua prática, o modo de provimento das vagas e o método dos magistrados a elas concorrerem¹⁵⁷. Por fim, a 6 de Agosto, uma outra portaria regulava o método de eleição dos dois vogais acrescentados ao Conselho, devendo a esta recair em dois juízes conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça que «na primeira eleição não tenham sido eleitos para efectivos ou para substitutos»¹⁵⁸.

Eram alterações de vulto, no que toca à magistratura, a que se podem acrescentar ainda outras mais. Numa das medidas isoladas da ditadura de Pimenta de Castro, tinha o governo mandado que os delegados do Ministério Público fossem obrigados a concorrer à magistratura¹⁵⁹. Agora voltava-se à carga, repetindo-se a mesma disposição e declarando-se «de nenhum efeito» as renúncias feitas¹⁶⁰. A 4 de Junho era enviada uma circular aos Presidentes das Relações e aos Procuradores da República junto destas sobre a residência e ausências ilícitas das sedes das comarcas por parte dos magistrados¹⁶¹. Ainda sobre residência, conta-se o decreto nº 4:681, de 9 de Julho, que promulgava várias disposições sobre a residência fornecida pelo Estado aos juízes presidentes das Tutorias Centrais de Lisboa, Porto e Coimbra¹⁶². Dois dias depois, a 11, era aprovado um decreto «inovador», que permitia às mulheres exercer certas funções públicas, como a advocacia, e reconhecida a sua capacidade para servirem de testemunhas nos actos do estado civil e actos notariais¹⁶³. Em França, por exemplo, a abertura da advocacia às mulheres datava já desde 1 de Dezembro de 1900¹⁶⁴. Mas o papel das mulheres nos actos judiciais teria uma história difícil. Ainda em

¹⁵⁷ Portaria nº 1:443, de 20 de Julho de 1918, DG nº 163, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1918), 308.

¹⁵⁸ Portaria nº 1:461, de 6 de Agosto de 1918, DG nº 174, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1918), 310.

¹⁵⁹ Decreto nº 1:499, de 13 de Abril de 1915, DG nº 72, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1916), 273-274.

¹⁶⁰ Decreto nº 3:786, de 24 de Janeiro de 1918, DG nº 21, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1918), 19.

¹⁶¹ Circular / Ministério da Justiça, de 4 de Junho de 1918, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1919), 925.

¹⁶² Decreto nº 4:681, de 9 de Julho de 1918, DG nº 160, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1918), 253.

¹⁶³ Decreto nº 4:686, de 11 de Julho de 1918, DG nº 160, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1918), 255.

¹⁶⁴ Jean-Pierre Royer, *Histoire de la Justice en France* (Paris, PUF, 2001), 667-674.

1925, o Conselho Superior Judiciário emitia o seguinte parecer, onde se recusava a uma mulher o lugar de ajudante de contador.

Exmo Sr. Director Geral da Justiça,

Devolvendo a V.Exa o adjunto requerimento em que o contador da comarca de Valpaços propõe para sua ajudante L., tenho a honra de informar que este Conselho é de parecer que a proposta deve ser desatendida, não só porque o decreto nº 4676 de 11 de Julho de 1918 especifica os lugares públicos que podem ser exercidos por mulheres, entre os quais não figura aquele para o qual a interessada foi proposta, mas ainda porque a severa gravidade que deve caracterizar todos os actos judiciais pode ser prejudicada pelo facto destes serem exercidos por pessoal feminino.

Saúde e Fraternidade

O Juiz secretário do Conselho (rubrica)¹⁶⁵

A 29 de Novembro, era mantida a idade de 75 anos como limite para os magistrados judiciais¹⁶⁶.

O conjunto destas reformas, que era sem dúvida de longo alcance, foi completado por duas outras vertentes que convém assinalar: a alteração ao mapa judicial e uma reforma «económica» do sistema judiciário.

Quanto ao primeiro aspecto, podemos elencar uma série mais ou menos extensa de mudanças. Assim, a 25 de Março, era criado em Lisboa o 4º juízo de investigação criminal e o 4º juízo das transgressões e execuções¹⁶⁷. No dia seguinte, era criado em Braga um juízo

¹⁶⁵ Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Fundos dos Offícios, Offício de 29 de Janeiro de 1925.

¹⁶⁶ Decreto nº 5:022, de 29 de Novembro de 1918, DG nº 261, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1918), 390-391.

¹⁶⁷ Decreto nº 3:978, de 25 de Março de 1918, DG nº 62, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1918), 61-63.

criminal para a instrução e julgamento dos crimes e contravenções aí praticados¹⁶⁸. A 8 de Maio, era instituído em Coimbra um juízo criminal com as mesmas atribuições do de Braga¹⁶⁹. A 5 de Junho, pelo decreto nº 4:416, era proposta uma nova classificação das comarcas¹⁷⁰. A medida pretendia reparar a «injustiça» que resultava de existirem magistrados promovidos a classes superiores e que eram colocados em comarcas de mais baixo rendimento. A nova classificação teria por critério, por isso, a questão dos emolumentos¹⁷¹. A 9 de Julho, mais três reorganizações pontuais: a criação de um distrito de paz com sede na freguesia de Virandelo, concelho de Valpaços¹⁷², um outro em Seia, com sede em Sandomil¹⁷³ e extinguido o de Pero Moniz, na comarca de Torres Vedras¹⁷⁴. Mas a alteração mais significativa de todas seria a criação da Relação de Coimbra, a 8 de Maio, pelo decreto nº 4:250¹⁷⁵. Desde a extinção da Relação dos Açores pelo Governo Provisório, a 24 de Outubro de 1910, que estavam em funcionamento apenas as de Lisboa e Porto. O governo justificava a sua decisão pela necessidade de maior rapidez nos julgamentos e, na escolha da cidade de Coimbra, a sua «posição no centro do país, com fáceis vias de comunicação para todos os lados», assim como a sua proximidade com a Faculdade de Direito. Estas justificações tinham já sido levantadas por José Alberto dos Reis, anos antes, nas páginas do *Boletim da Faculdade de Direito*¹⁷⁶, onde propunha a sua criação. As suas áreas de jurisdição eram definidas¹⁷⁷ e o quadro de magistrados das três Relações era fixado em catorze juizes em cada, além do Presidente.

Daquilo a que se poderia chamar de uma «reforma económica», salienta-se sobretudo a disposição genérica de elevar os vencimentos dos magistrados e funcionários judiciais, bem

¹⁶⁸ Decreto nº 3:979, de 26 de Março de 1918, DG nº 62, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1918), 64.

¹⁶⁹ Decreto nº 4:251, de 8 de Maio de 1918, DG nº 102, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1918), 156.

¹⁷⁰ Decreto nº 4:416, de 5 de Junho de 1918, DG nº 132, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1918), 175.

¹⁷¹ Decreto nº 4:416. O artigo 1º dispunha, por isso, que fossem classificadas como comarcas de 3ª, 2ª e 1ª classe, aquelas em que os emolumentos dos juizes contados nos processos, calculados pela média dos últimos cinco anos judiciais, anteriores a 30 de Setembro de 1917, tivessem sido, respectivamente, iguais ou inferiores a 300\$, 500\$ ou superiores. Para o efeito, todos os magistrados do continente e ilhas deviam enviar certidões ao Conselho Superior da Magistratura Judicial indicando os emolumentos recebidos. A nova classificação das comarcas saíria apenas no fim do ano, pelo decreto nº 5:070, de 29 de Dezembro.

¹⁷² Decreto nº 4:567, de 9 de Julho de 1918, DG nº 155, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1918), 252.

¹⁷³ Decreto nº 4:568, de 9 de Julho de 1918, DG nº 155, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1918), 252.

¹⁷⁴ Decreto nº 4:459, de 9 de Julho de 1918, DG nº 155, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1918), 252.

¹⁷⁵ Decreto nº 4:250, de 8 de Maio de 1918, DG nº 102, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1918), 154-155.

¹⁷⁶ José Alberto dos Reis, «A Relação de Coimbra», in *Boletim da Faculdade de Direito*, Ano II, nº12 (1915), 37-46.

¹⁷⁷ Pouco depois, pelo decreto nº 4:427, de 12 de Junho, estas áreas de jurisdição eram retocadas, DG nº 134, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1918), 182-183.

como uma actualização dos custos com a justiça. A medida era mesmo justificada como sendo de real valor para uma séria «independência moral» que apenas se conseguiria com uma «independência material». A situação necessitava de urgente intervenção, devido à «angustiosa situação dos magistrados»¹⁷⁸. Eis o quadro de vencimentos, que, pelo artigo 1º do decreto nº 3:968, de 22 de Março, ficava assim definido,

Categoria do magistrado	Vencimento
O Presidente do Supremo Tribunal de Justiça	2.200\$ + Gratificação de 600\$
Juízes do Supremo Tribunal de Justiça	2.200\$
Os Presidentes dos Tribunais das Relações	1.800\$ + Gratificação de 200\$
Juízes dos Tribunais das Relações	1.800\$
Juízes da 1ª Instância – 1ª Classe	1.400\$
Juízes da 1ª Instância – 2ª Classe	1.300\$
Juízes da 1ª Instância – 3ª Classe	1.200\$

Um juiz do Supremo Tribunal de Justiça ganhava, assim, quase o dobro de um magistrado no início de carreira. Não havendo grande distinção remuneratória entre as classes da 1ª Instância, havia uma progressão mais significativa, de 400\$, na ascensão aos tribunais das Relações; a mesma que distanciava estas do vencimento dos juízes do Supremo Tribunal de Justiça. Devemos ter em conta, contudo, alguns dados para este período. Assim, e das informações que pudemos recolher¹⁷⁹, dos juízes entrados entre 1 de Janeiro de 1910 e 1 de

¹⁷⁸ Decreto nº 3:968, de 22 de Março de 1918, DG nº 60, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1918), 56-59.

¹⁷⁹ Esta e outras questões serão posteriormente desenvolvidas com maior detalhe na Parte II deste trabalho.

Janeiro de 1920 na carreira da magistratura judicial, uma parte muito razoável nunca chegou aos tribunais superiores, ficando-se pela primeira instância – 56% (90 em 160). Ou seja, cerca de metade. Em 1934, os vencimentos dos magistrados calculavam-se de forma ligeiramente superior: 2:700\$ para os juizes do Supremo Tribunal de Justiça e entre 1:300\$ e 2000\$ para os juizes da 1ª Instância. Para se ter uma ideia, basta dizer que, por essa altura, um professor primário ganhava 644\$, um professor liceal ganhava 1500\$, um empregado bancário médio entre 500\$ e 1:000\$, um capitão do exército cerca de 1:800\$ e um ministro vencia 4:000\$¹⁸⁰. Em Espanha, segundo Pascual Marzal Rodríguez, os vencimentos da magistratura provocaram sistematicamente queixas pela sua insuficiência, desde os cargos mais altos até aos primeiros lugares da hierarquia judicial, havendo, no entanto, uma melhoria com o advento da República, disposta a agraciar e a tomar do seu lado a magistratura¹⁸¹.

Ainda no que toca à economia da justiça, podem referir-se outras medidas: o decreto de 14 de Abril, que reformulava os emolumentos judiciais¹⁸²; o decreto de 16 de Abril, dois dias depois, que estabelecia as normas a seguir na arrecadação das receitas do Estado nas custas judiciais e regulava a fiscalização do seguimento dos processos nos tribunais¹⁸³; a portaria de 31 de Maio, que mandava ser interpostos os recursos legais, nas decisões contrárias à Fazenda Nacional, fora da 1ª Instância, apenas quando houvesse probabilidade de revogação da decisão proferida¹⁸⁴; e, por fim, o decreto de 9 de Julho, que aumentava em 50 por cento os preparos judiciais¹⁸⁵.

As reformas do sidonismo podem sintetizar-se, pois, em três frentes: a reforma do Conselho Superior da Magistratura Judicial (que implicava uma mudança estrutural na orgânica da magistratura), a reforma do mapa judicial e uma espécie de «reforma económica»¹⁸⁶. À parte

¹⁸⁰ Fernando Rosas (dir.), *O Estado Novo – História de Portugal* (Lisboa: Estampa, 1994), 107

¹⁸¹ Pascual Marzal Rodríguez, *Magistratura y...*, 117-119. José Echevarría, numa conferência pronunciada em Bilbao, em 1916, recolhera mesmo estes versos, escutados no parlamento: «*Conviene que tengan hambre/ Los jueces y magistrados/ Si hemos de estar bien servidos/ Nosotros los diputados./ Si hay un juez que se resiste,/ Después del primer traslado,/ Cuando le suelto el segundo/ Se le dobla el espinazo.*»

¹⁸² Decreto nº 4:096, de 14 de Abril de 1918, DG nº 81, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1918), 87-88.

¹⁸³ Decreto nº 4:097, de 16 de Abril de 1918, DG nº 81, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1918), 90-91.

¹⁸⁴ Portaria nº 1:392, de 31 de Maio de 1918, DG nº 122, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1918), 173.

¹⁸⁵ Decreto nº 4:679, de 9 de Julho de 1918, DG nº 160, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1918), 252.

¹⁸⁶ Ainda podemos considerar, não tendo contudo implicações ao nível da magistratura, a «questão religiosa», que levou ao decreto nº 3:856, de 22 de Fevereiro, modificando várias disposições da Lei de Separação do

a criação da Relação de Coimbra, foi a primeira destas frentes a de maior importância. Propunha-se ela a entregar os destinos da magistratura à própria magistratura. E, de facto, isto dependeria do lugar reservado aos executivos. Mesmo com algumas presenças destes (o juiz secretário do Conselho Superior da Magistratura e os presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e das Relações eram da livre escolha do governo), a verdade é que cabia à magistratura, ela própria, a escolha do principal: a eleição dos vogais do Conselho num quadro de reforço da posição deste. Sobretudo a partir do decreto nº 4:691, de 13 de Julho, o ministro da Justiça era impedido de recusar as escolhas dos magistrados pelas listas graduadas apresentadas pelo Conselho, excepto para seguir o princípio da antiguidade. E isto era fundamental para pôr de lado pelo menos as suspeitas de que os governos dispunham a seu prazer da nomeação dos juízes que mais lhe interessassem para as vagas que ocorriam.

Sidónio acabaria morto, a 14 de Dezembro de 1918, depois de ter sido alvejado na Estação do Rossio. O clima de instabilidade que se lhe seguiu deu uma nova oportunidade aos monárquicos de conspirar e tentar a sua sorte. A 19 de Janeiro era proclamada no Porto a monarquia e declarado o estado de sítio e suspensão das garantias constitucionais no território português¹⁸⁷. A monarquia, que não conseguira levantar todo o Norte, acabaria às mãos do governo como as outras tentativas de restauração. Mas a República voltaria a reagir numa posição de força e, desta vez, a magistratura acabaria implicada e voltava a colocar-se na mesa a questão da sua depuração.

1.3.1 Uma Monarquia a Norte e a política de saneamentos

Assim, logo a 28 de Fevereiro, o governo decreta a instituição de tribunais militares para o julgamento de militares e civis implicados na monarquia do Norte¹⁸⁸. Eram estes criados «onde pelo Ministério da Guerra for designado» e tinham a missão de fazer «um rápido

Estado da Igreja. Sobre este ponto, v. Armando Barreiros Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo – História e Mito* (Braga: Universidade do Minho, 1997) [policopiado], 2 Vol, 124 e segs.

¹⁸⁷ Decreto nº 5:110, de 19 de Janeiro de 1919, DG nº 13, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1919), 5. Sobre os factos ocorridos a 19 de Janeiro, v. Helena Moreira Silva, *Monarquia do Norte – 1919* (Matosinhos: Quidnovi, 2008), 48

¹⁸⁸ Decreto nº 5:188, de 28 de Fevereiro de 1919, DG nº 43, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1919), 11-13.

julgamento» dos envolvidos. Mais uma vez, a República recorria aos tribunais «especiais», numa política reactiva aos acontecimentos. A 5 de Março, pouco depois, no ministério da presidência de José Relvas, o governo publicava o decreto nº 5:203, que determinava o apuramento «da responsabilidade dos magistrados e funcionários públicos civis ou militares», implicados na insurreição monárquica¹⁸⁹. Desta vez, a palavra «magistratura» aparecia à cabeça e a intenção era declarada. As infracções previstas pelo artigo 2º do decreto eram numerosas, desde a «ofensa» às instituições até à «pública e espontânea adesão» a qualquer movimento revolucionário. A acção disciplinar cabia exclusivamente ao Poder Executivo, segundo o artigo 1º, e o processo era instaurado por despacho do ministro ou de sindicante em que este tivesse delegado tal competência (art. 6º). Ainda no rescaldo dos acontecimentos, saíria o decreto nº 5:368, de 8 de Abril, por ter o anterior diploma mostrando-se «insuficiente para levar a efeito, com a necessária eficácia e rapidez, o saneamento da República»¹⁹⁰. O decreto repetia com ligeiras alterações o de Março e, nas palavras de Bigotte Chorão, «na prática, o novo regime autorizou que a acção saneadora do Executivo se realizasse, a bem dizer, sem peias legais de qualquer espécie.»¹⁹¹ Desde 5 de Março, pelas páginas do «Diário do Governo», o magistrado Caetano Francisco Cláudio Gonçalves era encarregue de inquirir todos os factos de «reconhecida deslealdade ou hostilidade às instituições republicanas» praticadas nos tribunais do país¹⁹² e no final desse mês, a 26, alguns inspectores eram mandados com urgência para uma lista mais ou menos alargada de comarcas ligadas ao movimento monárquico¹⁹³.

É necessário, hoje, fazer uma revisão mais detalhada desta possível depuração nas magistraturas. No caso do exército, Sollari Allegro fala na expulsão de cerca de quinhentos oficiais¹⁹⁴. Ela foi, é certo, permitida e convocada pela legislação promulgada. Mas qual o seu número e peso real? O primeiro indicador que temos é a reintegração de três magistrados,

¹⁸⁹ Decreto nº 5:203, de 5 de Março de 1919, DG nº 45, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1919), 18-20.

¹⁹⁰ Decreto nº 5:368, de 8 de Abril de 1919, DG nº 73, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1919), 38.

¹⁹¹ Luís Bigotte Chorão, *Crise...*, 405

¹⁹² *Diário do Governo*, 5 de Março de 1919, II série, nº 50, 737 A missão de Caetano Gonçalves seria confirmada depois pelo *Diário do Governo*, 7 de Abril de 1919, II série, nº 79, p.1143, onde se referia expressamente que as averiguações deveriam levar em conta todo o tipo de queixas e participações, não havendo distinção de tribunal ou instância.

¹⁹³ *Diário...*, 26 de Março de 1919, II série, nº 68, p.1000 – As comarcas a receber inspecção foram as seguintes: Ponte de Lima, Viana do Castelo, Vila Verde, Guimarães, Famalicão, Arcos de Valdevez, Barcelos, Braga, Vieira, S. Pedro do Sul, Mangualde, Resende, Sinfães, Castro Daire, Feira, Castelo de Paiva, Elvas, Baião, Vila do Conde, Bragança, Mirandela, Armamar, Tabuaço, Fornos de Algodres, Moimenta da Beira e Vouzela.

¹⁹⁴ José Luciano Sollari Allegro, *Para a história da Monarquia do Norte* (Lisboa: Bertrand, 1988), 277-278

por decretos do governo, a 30 de Novembro de 1926¹⁹⁵. Nele, os magistrados Albano Leite Ribeiro de Magalhães¹⁹⁶, António Augusto Crispiniano da Costa¹⁹⁷ e António Vicente Leal Sampaio¹⁹⁸ eram novamente admitidos no quadro da magistratura judicial, após terem sido demitidos em 1919, por se acharem implicados nos acontecimentos da Monarquia do Norte. Mas dispomos de novos dados, tendo na nossa pesquisa recolhido todos os processos individuais de magistrados para o período 1910-1945¹⁹⁹, bem como toda a movimentação no quadro da magistratura judicial, através do «Diário do Governo» até ao final do ano de 1919. A acreditar que são eles fiáveis e que as demissões foram devidamente registadas, encontramos os seguintes casos, além dos já referidos: José Cupertino de Oliveira Pires, demitido a 1 de Maio de 1919, por se achar envolvido na incursão monárquica (depois a pena fora convertida em dois anos de inactividade com metade do vencimento)²⁰⁰; Domingos Rodrigues Ramos, demitido por decreto de 26 de Março de 1919, por estar incluso no artigo nº 2, nº 4 alínea a) do decreto nº 5:368, de 8 de Abril de 1919²⁰¹; António Maria Augusto Pereira Seves de Oliveira, demitido a 8 de Abril de 1919, por envolvimento na restauração monárquica (reabilitado para receber aposentação em 28 de Julho de 1930)²⁰²; Manuel Joaquim Wendel dos Reis, suspenso a 21 de Maio de 1919, por ter acatado a Junta

¹⁹⁵ Decretos nº 13:106, 13:107 e 13:108 de 30 de Novembro de 1926.

¹⁹⁶ Juiz em Vila Real, fora demitido por publicação oficial no *Diário do Governo*, 7 de Junho de 1919, II série, nº131, 1902

¹⁹⁷ Juiz em Estarreja, fora suspenso por ter aderido «ostensivamente» à restauração monárquica, por publicação oficial no *Diário do Governo*, 6 de Maio de 1919, nº105, 1488

¹⁹⁸ Juiz na Póvoa do Varzim, fora demitido por publicação oficial no *Diário do Governo*, 19 de Maio de 1919, II série, nº114, 1626, por estar incurso no nº4 e 5 do art. 2º do decreto de 8 de Abril.

¹⁹⁹ Na nossa pesquisa recolhemos todos os processos individuais de magistrados que estiveram em actividade entre 1910 e 1945. Conseguimos recolher 897 processos de um total de 988.

²⁰⁰ A suspensão de Oliveira Pires, juiz de direito em Vouzela, teve publicação oficial no *Diário do Governo*, 8 de Maio de 1919, II série, nº105, p.1488, onde é referido ter o magistrado «andado pelas ruas em manifestações monárquicas, dando vivas à monarquia e à religião católica, assistir à posse do administrador revolucionário e ir a Viseu pedir ao comandante da divisão monárquica a nomeação do administrador». Incorreu, assim, nos nº3 e 4 do art. 2º do decreto de 8 de Abril.

²⁰¹ O artigo 2º, nº 4 alínea a) do decreto nº5:368 de 8 de Abril de 1919 previa a infracção de «assistência a actos considerados oficiais». Juiz em Amarante, Domingos Rodrigues Ramos teria a publicação oficial da sua suspensão no *Diário do Governo*, 30 de Abril de 1919, II série, nº99, p.1416, onde se diz «pois assistiu em 3 de Fevereiro à posse do administrador nomeado pela Junta Governativa, assinado o respectivo auto, e acompanhou no dia 5 um cortejo que, em manifestações de regozijo pela monarquia (...)»

²⁰² Juiz no quadro, sem exercício, Seves de Oliveira veria a sua suspensão publicada no *Diário do Governo*, 12 de Maio de 1919, II série, nº108, 1540, onde é acusado do seguinte: «ter embandeirado a casa quando da insurreição monárquica, assistindo à posse do administrador, assinando o respectivo auto, sendo ele próprio quem o ditou ao empregado encarregado de o escrever; acompanhou publicamente o administrador monárquico e com ele foi dar ordens à estação telégrafo-postal e ao comandante da força monárquica que estava na Vila de Moimenta da Beira, a quem recomendou que fuzilasse os republicanos ao menor sinal de alarme, tendo, por fim, ido enfileirar-se com os revoltosos do Porto (...)»

Revolucionária Monárquica (depois a pena fora convertida em dois anos de inatividade)²⁰³; Justino José Correia, demitido e depois reduzida a sua pena para dois anos de inatividade²⁰⁴; Adriano Maria Cerqueira Machado, suspenso por publicação do «Diário do Governo» de 28 de Abril²⁰⁵; Henrique Ernesto da Costa Santos, suspenso por estar incurso nos nº3 e 4, alínea a) do decreto de 8 de Abril²⁰⁶; Adriano Carlos Vaz Pinto, juiz da Relação de Coimbra, suspenso por ter assistido ao auto de posse do Conde de Mangualde, como Governador do Porto, foi depois absolvido por Conselho de Ministros²⁰⁷; Eduardo Augusto de Campos Paiva, que esteve suspenso por um curto período de tempo, depois reassumindo funções por nada se ter provado contra ele²⁰⁸; Eduardo de Campos de Castro Azevedo Soares, juiz de direito de Santo Tirso, que foi suspenso por dois anos, incorrendo no nº4, do art. 2º do decreto de 8 de Abril²⁰⁹; e Adriano Augusto Veiga Rodrigues, que sofreu uma pena de 90 dias de suspensão²¹⁰. A somar a estes, ainda Inácio Alberto José Monteiro, suspenso de exercício e vencimento por «ter assistido na Vila do Conde à proclamação da Monarquia nos Paços do Concelho, como também acatou o regime monárquico, respeitando e fazendo respeitar os decretos e portarias da Junta Governativa e mandando colocar na sua cadeira de juiz a coroa da monarquia (...)»²¹¹, acabando depois por ver a sua pena reduzida para 45 dias

²⁰³ Juiz de direito em Paços de Ferreira, foi publicada a sua suspensão no *Diário do Governo*, 24 de Maio de 1919, II série, nº199, 1702; a redução da pena para dois anos de inatividade, com metade do vencimento, apareceu no *Diário do Governo*, 16 de Julho de 1919, II série, nº163, p.2469.

²⁰⁴ Juiz de direito em Caminha, o seu percurso é eloquente da instabilidade que o movimento de depuração sofreu; foi publicada a sua suspensão no *Diário do Governo*, 28 de Abril de 1919, II série, nº97, 1392, devendo fazer a sua defesa junto da Relação do Porto; foi readmitido por nada se ter provado contra ele, por publicação no *Diário do Governo*, 5 de Junho de 1919, II série, nº129, 1873; após isto, foi novamente demitido oficialmente pelo *Diário do Governo*, 11 de Junho de 1919, II série, nº133, 1930; o processo apenas se encerrou com a redução da pena para dois anos de inatividade, com metade do vencimento, por publicação no *Diário do Governo*, 4 de Julho de 1919, nº153, p.2295.

²⁰⁵ Juiz de direito em Fafe, não existe hoje o seu processo individual no Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial. A sua suspensão foi publicada no *Diário do Governo*, 28 de Abril de 1919, II série, nº97, 1392.

²⁰⁶ Suspensão publicada no *Diário do Governo*, 24 de Maio de 1919, nº119, 1702. Era, na altura, juiz do quadro sem colocação.

²⁰⁷ Carlos Vaz Pinto viu publicada a sua suspensão no *Diário do Governo*, 26 de Maio de 1919, II série, nº120, p.1722; foi depois reduzida a pena para 90 dias de suspensão, por publicação no *Diário do Governo*, 13 de Junho de 1919, II série, nº135, p.1958; finalmente a decisão de absolvição do Conselho de Ministros foi publicada no *Diário do Governo*, 12 de Julho de 1919, II série, nº160, p.2433.

²⁰⁸ Juiz da 3ª Vara cível do Porto, foi suspenso por publicação no *Diário do Governo*, 26 de Maio de 1919, II série, nº120, 1722, acusado de incorrer nos nº 1, 3 e 4 do art. 2º do decreto de 8 de Abril. Foi readmitido pouco tempo depois, publicada a sua reintegração no *Diário do Governo*, 13 de Junho de 1919, II série, nº135, 1958.

²⁰⁹ Azevedo Soares foi suspenso com publicação oficial no *Diário do Governo*, 26 de Maio de 1919, II série, nº120, 1722.

²¹⁰ *Diário do Governo*, 16 de Junho de 1919, II série, nº163, 2469.

²¹¹ *Diário...*, 23 de Julho de 1919, II série, nº169, 2581.

apenas²¹² e, finalmente, com maior gravidade, a aposentação forçada de António Honorato Marques Perdigão e Diogo Tavares de Melo Leote. Estes dois magistrados exerciam funções na Relação do Porto, sendo que o último tinha sido já Ministro da Justiça da República, o que pesava na gravidade da situação. O texto das suas aposentações contém ainda uma reprovação formal aos magistrados da Relação, por «pouca fé» no regime:

No processo disciplinar instaurado aos juízes da Relação do Porto, que declararam acatar a autoridade da Junta Governativa e cumprimentaram pessoalmente alguns dos membros dela, foi proferido despacho ministerial julgando os juízes bacharéis António Honorato Marques Perdigão e Diogo Tavares de Melo Leote, incursos no nº 5 do art.º 2 do decreto nº5:368, e mandando que sejam aposentados nos termos do artigo 3º do mesmo decreto, por o primeiro menosprezado, numa sua tenção transcrita nos autos e publicada na imprensa, as leis e instituições da República, a sobriedade e isenção política que deve caracterizar as sentenças judiciais, e o segundo ter nas suas respostas ao sindicante declarado que havia fundamentado a sua declaração à Junta Governativa, por considerar subsistente a monarquia em todo o país e para manter o seu lugar, o que importa a falta de energia e fé republicana em magistrado que sob a República serviu em cargos de confiança, como de Ministro e Procurador da República junto da Relação do Porto.

*Quanto aos outros juízes, não constituindo os factos apontados infracções puníveis por esse decreto, mas sendo apenas demonstrativos de pouca fé e menos dedicação ao regime, o Governo da República limita-se a significar-lhes o seu desagrado por esses factos.*²¹³

Foram ambos aposentados a 29 de Agosto de 1919. Ao todo, portanto, contam-se dezassete magistrados penalizados, sendo as demissões e aposentações forçadas limitadas a menos de metade dos casos. Foi frequente, aliás, a redução de pena após algumas suspensões indeterminadas no tempo.

Neste ambiente de depuração ordenada pelo Ministério, o próprio Conselho Superior da Magistratura Judicial teria perdido algum controlo destas sanções. A 11 de Junho, o Conselho enviava ao Director Geral da Justiça, o seguinte ofício,

²¹² *Diário...*, 8 de Agosto de 1919, II série, nº183, p.2841.

²¹³ *Diário...*, 29 de Abril de 1919, II série, nº98, p.1405.

Ao Exmo Sr Director Geral da Justiça

Rogo a V.Exa, a bem da regularidade dos serviços deste Conselho, que se digne a enviar-me uma nota dos magistrados judiciais que se acham implicados em processos disciplinares, por motivo da revolta monárquica.

Saúde e Fraternidade

O Secretário (rubrica)²¹⁴

De facto, os processos correram pelo poder executivo, como constava da lei, e o Conselho Superior da Magistratura Judicial ficava de fora na acção disciplinar. A sua atitude, pelo contrário, seria a de acatamento das decisões sem protesto, como se vê pelo seguinte ofício, onde se questiona a contagem de antiguidade de um magistrado suspenso por 90 dias por ter estado envolvido na revolta monárquica,

Exmo Sr Ministro da Justiça,

A propósito da inclusão na lista, que este Conselho tem de formular, para que V.Exa se habilite a promover um magistrado à classe superior, do nome do juiz Adriano Augusto Veiga Rodrigues, suspenso por 90 dias em consequência dos acontecimentos políticos do Norte, em Janeiro passado, mas que já reassumiu o exercício das suas funções judiciais, suscitou-se uma dúvida referentemente ao lugar que deveria ocupar na respectiva lista de antiguidade, dúvida suscitada somente por um escrúpulo, acaso escusado, mas justíssimo, qual o de evitar que um dia se pudesse acusar o Conselho de não ligar a natural atenção e a consideração devida às decisões do Ministério da Justiça.

(...)²¹⁵

²¹⁴ Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Fundo dos ofícios, Ofício de 11 de Junho de 1919.

²¹⁵ Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Fundo dos ofícios, Ofício de 6 de Dezembro de 1919.

Em qualquer dos casos, os números não nos permitem falar numa depuração em grande escala. E, para mais, a legislação até ao diploma de 8 de Abril era extraordinariamente abrangente naquilo que considerava infracções. Crispiniano da Costa, que mandou imprimir uma espécie de sua defesa em relação aos acontecimentos²¹⁶, argumenta que teria sido implicado nestes apenas por ter conversado com oficiais monárquicos e os ter em sua casa, assim como ter viajado para o Porto num comboio couceirista. Augusto Jaime Ferreira de Sousa Fontes, depois juiz mas ainda delegado do Ministério Público, tinha sido demitido em 1919 por «ter deixado de observar o formulário da República»²¹⁷. António Vicente Leal Sampaio publicaria também uma defesa relativa ao seu processo de demissão, alegando a forte indisposição do Ministério da Justiça contra ele próprio, nomeadamente de Germano Lopes Martins, que apelida de «alma negra»; monárquico de princípios, Leal Sampaio diz ter assistido com lealdade a qualquer que fosse o regime vigente, não negando ter participado em actos públicos da chamada Monarquia do Norte²¹⁸. Mais forte, por certo, teria sido o impacto simbólico destes saneamentos, envolvendo juízes e movimentando correntes de opinião. Estava-se, contudo, longe das grandes depurações francesas na magistratura, por exemplo²¹⁹; mas longe também da Inglaterra, onde o nome de Sir Jonah Barrington figura ainda como símbolo, tendo sido o último magistrado a ser afastado pelo «address for removal», em 1830²²⁰.

²¹⁶ António Augusto Crispiniano da Costa, *Pela Justiça! Como se encarcera e demite um juiz de direito* (Porto: Imprensa Comercial, 1919)

²¹⁷ Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Fundos dos processos individuais dos magistrados judiciais – *Jaime Ferreira de Sousa Fontes*.

²¹⁸ António Vicente Leal Sampaio, *A minha defesa – no processo de sindicância ao corpo judicial da comarca da Póvoa do Varzim por causa da restauração monárquica de 19 de Janeiro de 1919* (Famalicão: Tip. Minerva, 1919).

²¹⁹ Sobre as depurações na magistratura durante a III República francesa, v. Jean-Pierre Royer, *Histoire...*, 617-641, Jean-Yves Mollier, Jocelyne George, *La plus longue des Républiques 1870-1940* (Paris: Fayard, 1994), 109, Jean-Pierre Machelon, *La République contre les libertés?* (Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1976).

²²⁰ Shimon Shetreet, *Judges on Trial – A study of the appointment and accountability of the english judiciary* (Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1976), XVII.

1.4 Os «pobres» anos vinte (1920-1926)

Antes dos anos vinte, e ainda em 1919, uma alteração era digna de registo numa história da magistratura – a alteração da organização do Conselho Superior da Magistratura Judicial. A 5 de Maio, pelo decreto nº 5:499, a obra do sidonismo seria praticamente desfeita²²¹. A começar pela composição do organismo: um presidente e quatro vogais (dois efectivos e dois substitutos), sendo que o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça funcionava como Presidente do Conselho (como vimos atrás, ele era de nomeação livre do governo) e os quatro vogais eram de nomeação do executivo. A bandeira sidonista, de entregar os destinos da magistratura «à própria magistratura», com a sua eleição dos membros do Conselho por todos os magistrados, ficava, pouco mais de um ano depois, na gaveta. Teria a «depuração» da magistratura monárquica e as sequelas dos incidentes de Janeiro-Fevereiro, que corriam entretanto, motivado esta decisão de regressar ao princípio do governo em escolher os representantes da magistratura? Por outro lado, a significativa alteração feita pelo decreto de 13 de Julho de 1918, onde se referia que o ministro da Justiça podia contrariar o Conselho, na escolha dos magistrados que eram colocados nas vagas existentes, apenas para seguir a ordem de antiguidade, parecia esfumar-se perante o artigo 14º do novo diploma; este, declarava explicitamente que o ministro podia não se conformar com as propostas do Conselho, sendo que em tal caso «motivará o seu despacho». O decreto trazia ainda uma novidade de relevo: a instituição de três inspectores permanentes, escolhidos de entre os magistrados das três Relações. Ora, é precisamente nos anos vinte que as inspecções judiciais se tornarão regulares e uma prática instituída. Em anos como 1917 e 1918, por exemplo, não há registo de nenhum processo de inspecção conclusivo. Por sua vez, em 1921 fecharam-se 14 processos, passando no ano seguinte este número a 40. Até ao fim da década, os valores nunca ficariam abaixo das vinte inspecções anuais.

O Conselho sofreria, já nos anos vinte, novas modificações. A 6 de Outubro de 1921, pelo decreto nº 7:725, o órgão era consideravelmente reformado²²². A começar pela sua designação, que passava a ser a de Conselho Superior Judiciário. Não era apenas uma

²²¹ Decreto nº 5:499, de 5 de Maio de 1919, DG nº 93, *COLP* (Coimbra: França Amado, 1919), 67-69.

²²² Decreto nº 7:725, de 6 de Outubro de 1921, DG nº 206, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1925), 202-206.

alteração de nomenclatura. O novo organismo exercia agora a sua competência não só sobre os magistrados judiciais, como também sobre os agentes do Ministério Público e os oficiais de justiça. A medida era justificada por várias ordens de razões: a «unidade de vistas e de acção» a que correspondia a fusão numa só instituição dos diferentes conselhos disciplinares, a necessidade de criar um critério «harmónico» nos diferentes serviços de inspecção, uma simplificação e uniformização de processos, a insustentabilidade de haverem julgamentos diferentes a pessoas que eram «muitas vezes agentes das mesmas faltas». O artigo 1º, que definia as suas competências, repetia de forma mais ou menos igual, os diplomas anteriores. A composição mantinha-se, com o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça a funcionar como Presidente do Conselho, assistido por dois vogais nomeados pelo governo, escolhidos de entre os juizes do Supremo Tribunal de Justiça. O secretário do Conselho continuava a ser um juiz de primeira instância, também nomeado pelo executivo. Quanto ao problema da colocação dos magistrados, que estivera na origem da limitação sidonista ao poder do ministro da Justiça, nada era dito. Mesmo o artigo 14º do diploma de 5 Maio de 1919 tinha desaparecido. O caminho estava de novo aberto às interferências dos executivos nas colocações e promoções dos magistrados. A 28 de Outubro desse ano, um novo decreto viria modificar alguns pormenores quanto à posição do Ministério Público no Conselho²²³. Finalmente, em Fevereiro de 1923, um novo diploma viria a regular a substituição do seu Presidente, nas suas faltas ou impedimentos, pelo juiz mais antigo do Supremo Tribunal de Justiça²²⁴. A reforma, por isso, era mais centrada na fusão dos antigos Conselhos do Ministério Público e dos Oficiais de Justiça num só organismo, com competência sobre todo o sistema judiciário, do que em alterações significativas na sua composição ou modo de funcionamento.

Mas um dos casos mais turbulentos da vida dos tribunais, nos inícios dos anos vinte, foi a criação do chamado Tribunal de Defesa Social. Foi ele instituído durante o curto ministério na pasta da Justiça de José Ramos Preto, que esteve à frente desta de 8 de Março de 1920 até 26 de Junho. O tribunal, previsto pela lei nº 969, de 11 de Maio de 1920, pretendia regular a forma de julgamento dos agentes de atentados por meio de bombas, portadores e detentores de explosivos, dos agentes «de instigação à prática de crimes previstos nos artigos 463º e

²²³ Decreto nº 7:751, de 28 de Outubro de 1921, DG nº 215, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1925), 235.

²²⁴ Decreto nº 8:622, de 7 de Fevereiro de 1923, DG nº 26, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1925), 99.

483º do Código Penal», bem como dos vadios e reincidentes. O Tribunal de Defesa Social era composto por um membro da magistratura judicial ou do Ministério Público e dois indivíduos formados em direito, de nomeação do governo, sendo o primeiro o seu presidente (art. 1º). Pelo artigo 2º, ficava consignado que provada a acusação dos réus, eram estes condenados a ser postos à disposição do Governo, que poderia determinar-lhes a interdição de residência por tempo não inferior a dezoito meses, nem superior a dez anos, para lhes fixar em qualquer parte do território colonial quando não «possa, sem exceder a respectiva lotação, interná-los em qualquer dos estabelecimentos penais a que se refere o artigo 14º da lei de 20 de Julho de 1912»²²⁵.

A magistratura judicial ficava assim com a presidência do Tribunal de Defesa Social, sendo que este cargo podia também ser ocupado pelo Ministério Público. De facto, dos processos individuais de magistrados consultados, para o período de 1910-1945, apenas temos a indicação de um juiz de direito que ocupou o lugar – Joaquim Crisóstomo da Silveira Junior²²⁶. Tal verificação pode, contudo, não ser conclusiva, havendo processos hoje omissos e, igualmente, tendo em conta que o registo das comissões de serviço pode não ser inteiramente completo.

Seja como for, o novo tribunal representava uma dura quebra do património republicano, que fizera nos seus tempos de propaganda uma forte contestação aos tribunais de excepção. A República tinha feito excepções aquando das incursões monárquicas, reagindo aos acontecimentos e montando tribunais «especiais» militares para o julgamento dos revoltosos, mas nunca tinha feito de antemão um projecto que os instituísse. Além do mais, a competência do Tribunal de Defesa Social recaía sobre um enorme grupo indistinto: dos vadios aos reincidentes até aos fabricantes de explosivos. Esta última indicação, era, aliás, uma alusão clara aos movimentos operários contestatários e anarco-sindicalistas, que

²²⁵ Lei nº 969, de 11 de Maio de 1920, DG nº 97, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1922), 503-504.

²²⁶ Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Fundo dos processos individuais dos magistrados judiciais – *Joaquim Crisóstomo da Silveira Júnior*. Este magistrado tinha já servido a República em outras ocasiões, na averiguação de distúrbios políticos, onde foi sindicante nomeado em comissão pelo governo – Castelo Branco (1913-14) e Lisboa (1918). Nascido a 5 de Março de 1876, na Horta, foi Delegado do Ministério Público a 19 de Julho de 1900. Juiz de direito a 21 de Junho de 1913, ascendeu à segunda instância a 20 de Março de 1929; seguiu daí para o Supremo Tribunal de Justiça a 19 de Novembro de 1938, acabando por falecer no ano seguinte. Fez carreira política como deputado no ano de 1918 e senador em 1922 e 1925.

instruídos pela ideologia da «acção directa» eram os principais alvos do novo tribunal²²⁷. De resto, o movimento sindical guardará do Tribunal de Defesa Social, até tarde, uma memória negra de repressão.

*Outra providência repressiva do democratismo foi a constituição dum tribunal de excepção, denominado de defesa social, sem júri e apenas com três juízes, nem sempre magistrados, escolhidos pelo governo. Era um tribunal sumário, que por isso se podia dispensar de normas processuais, com a função de julgar, de cambulhada com vadios e prostitutas, os militantes operários envolvidos em processos formados por essa polícia política, que por sua vez se dispensava do corpo de delito. Todas estas providências excepcionais, na realidade arbitrárias, ofendiam a Constituição, negavam na prática os direitos de defesa, desprezavam os direitos do cidadão, contrariavam os preceitos jurídicos que regem a democracia. Aquele que caísse na alçada desse tribunal, dado como vadio, declarado indesejável, seria condenado a ser entregue ao governo, o que implicava o internamento numa colónia penal, aqui sujeito a trabalho obrigatório.*²²⁸

Os conflitos com os anarco-sindicalistas geraram polémica e o juiz Manuel António Pedro de Matos acabou abatido a tiro, à porta de sua casa, por um anarquista chamado Alexandre Belo, que depois fugiu para a Argentina donde não voltou. Um operário de mobiliário, Manuel Vieira, também de ideologia anarquista, ferira a tiro Félix Horta, um diplomata de carreira que servia no tribunal. Na sequência, acabaria também por ser ele próprio atingido com um tiro nas costas, pela polícia, depois sendo ilibado em tribunal²²⁹. Outros juízes foram feridos a tiro e o próprio tribunal foi uma vez atacado à bomba. A violência empenhada lembrava os conflitos no país vizinho, na aproximação da guerra civil²³⁰. O parlamento votaria mais tarde uma pensão à viúva do juiz Pedro de Matos, dando o ministro da Justiça, Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso, as seguintes explicações:

²²⁷ Sobre o movimento anarquista e sindical nestes anos, v. João Freire, *Anarquistas e operários – ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940* (Porto: Edições Afrontamento, 1992), 193-247

²²⁸ David de Carvalho, *Os sindicatos operários e a república burguesa (1910-1926)* (Lisboa: Seara Nova, 1977), 114

²²⁹ Carvalho, *Os sindicatos...*, 174

²³⁰ Em Espanha, ficou célebre o assassinato do juiz Manuel Pedregal, a 13 de Abril de 1936, por ter sentenciado a trinta anos de prisão um membro da Falange que havia morto um jovem que vendia jornais esquerdistas. v. Stanley Payne, *Falange – A History of Spanish Fascism* (California: Stanford University Press, 1961), 103-104; Gabriel Jackson, *La República Española y la Guerra Civil* (Barcelona: Crítica, 1995), 187.

O Ministro da Justiça, Lopes Cardoso:

Ainda outro dia vagou um lugar de presidente desse tribunal [Tribunal de Defesa Social], após licenças sobre licenças, pedidas pelo presidente, desde a morte do doutor Pedro de Matos, e dirigi um convite à magistratura de todo o país, para que alguém viesse a exercer em comissão esse cargo e ninguém quis aceitar.

É por isso que não devemos em caso algum regatear uma pensão à família do juiz que morreu no cumprimento do seu dever.

Aproveito o ensejo para dizer que foi com verdadeira tristeza que soube que um vogal desse tribunal se dirigira a várias companhias de seguros – companhias que muito têm a lucrar com a manutenção da defesa social – para elas lhe segurarem a vida e que essas companhias tinham respondido que a vida de um juiz do Tribunal de Defesa Social não podia ser segura.²³¹

O Tribunal de Defesa Social teria, além da turbulência que conseguira gerar, uma vida curta. A 19 de Julho de 1922, o ministro Catanho de Meneses, no parlamento, enviava para a mesa uma proposta que visava a sua extinção²³². A 18 de Agosto, entrava em discussão, na especialidade, um projecto de lei que o extinguiu²³³. Mais de um ano passaria e, em 22 de Outubro de 1923, o deputado Paulo Menano pedia explicações ao ministro da Justiça, Abranches Ferrão, por este ter afirmado nos jornais estar o tribunal extinto, sem que, contudo, houvesse qualquer diploma que o tivesse feito. Abranches Ferrão explicaria que o seu antecessor no cargo tivera já a oportunidade de apresentar o projecto de lei, mas que o Senado ainda não se tinha ocupado da questão²³⁴. Finalmente, a 19 de Dezembro desse ano, o Tribunal de Defesa Social acabaria por desaparecer legalmente²³⁵, passando os respectivos processos a ser da competência dos tribunais ordinários. Mas a questão do alarme social manter-se-ia uma das preocupações da República, que voltava a legislar sobre o assunto em 19 de Maio de 1925²³⁶. Por questões de segurança, os fabricantes e detentores de «bombas explosivas» eram mandados julgar em comarca diferente àquela onde tinham praticado o

²³¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, Acta de 7 de Dezembro de 1920, 7

²³² *Diário...*, Acta de 19 de Julho de 1922.

²³³ *Diário...*, Acta de 18 de Agosto de 1922.

²³⁴ *Diário...*, Acta de 22 de Outubro de 1923.

²³⁵ Lei nº 1:529, de 19 de Dezembro de 1923.

²³⁶ Decreto nº 10:773, de 19 de Maio de 1925, DG nº 109, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1927), 421.

crime. Apesar disso, a experiência equivocada de um tribunal especial não voltaria a ser colocada.

Os anos vinte, até ao 28 de Maio, não foram particularmente pródigos em reformas judiciárias. Lendo a legislação e enquadrando-a na sucessão dos vários ministérios torna-se mesmo impossível definir uma linha programática definida, tratando-se o mais das vezes de medidas avulsas. À parte as reestruturações do Conselho Superior Judiciário e a criação do Tribunal de Defesa Social, contam-se apenas, além de algumas disposições de menor alcance no que toca à magistratura²³⁷, duas outras: a promulgação da Organização Disciplinar Judiciária, em Novembro de 1924, e o decreto nº 10:734, de 2 de Maio de 1925, sobre infracções disciplinares.

Este último decreto reavivava o de 5 de Maio de 1919, de saneamento da República após as incursões monárquicas. Na verdade, ele determinava que a acção disciplinar sobre magistrados, funcionários e empregados civis e militares, por apreciação ou julgamento de infracções de carácter político, caberia exclusivamente ao poder executivo²³⁸. Pelo artigo 2º, ficavam definidas as infracções: ofensa ou injúria contra a República ou a Constituição; revelação de assunto que constituísse segredo profissional e inconfidência de matéria oficial em prejuízo do Estado; provocação e incitamento à indisciplina ou o desrespeito à República; adesão a movimento revolucionário; prática de actos de deslealdade para com a República. Para a execução do diploma, as autoridades judiciais, civis e militares, deviam comunicar ao respectivo ministro, sob pena de desobediência, os nomes dos funcionários que incorriam nas

²³⁷ Anotamos, como de algum relevo, os seguintes diplomas: Lei nº 926, de 20 de Janeiro de 1920, que eleva ao dobro os emolumentos e os salários judiciais, bem como os preparos; Decreto nº 6:448, de 13 de Março de 1920, que concede uma ajuda de custo de vida aos funcionários civis do Estado, magistrados judiciais e do Ministério Público e polícia cívica de Lisboa e Porto; Lei nº 1:120, de 1 de Março de 1921, proíbe para nomeação de notários dos ascendentes, descendentes, irmãos e afins nos mesmos graus do juiz de direito da respectiva comarca; Circular de 1 de Junho de 1921, sobre a necessidade de residência dos juízes nas comarcas respectivas; Decreto nº 7:902, de 13 de Dezembro de 1921, que faz passar a comarca de Ribeira Grande à 3ª Classe; Lei nº 1:388, de 14 de Agosto de 1922, que cria um júzo criminal em Barcelos; Decreto nº 8:436, de 21 de Outubro de 1922, que aprova uma nova tabela de emolumentos judiciais; Portaria nº 3:401, de 16 de Dezembro de 1922, que determina que a Procuradoria Geral da República, as Presidências dos Tribunais das Relações e as Procuradorias junto destas sejam informadas, do andamento e estado dos serviços; Portaria nº 3:407, de 21 de Dezembro de 1922, que determina que todos os magistrados assumam o exercício efectivo nas suas comarcas, sob pena de procedimento disciplinar; Lei nº 1:631, de 16 de Julho de 1924, que autoriza o governo a rever a tabela dos emolumentos judiciais, fixando o quadro de juízes do Supremo Tribunal de Justiça e das Relações, assim como eleva os vencimentos dos juízes das ilhas adjacentes; Decreto nº 10:291, de 13 de Novembro de 1924, que aprova uma nova tabela de emolumentos judiciais; e, por fim, o Decreto nº 11:292, de 26 de Novembro de 1925, que aprova o Código de Justiça Militar.

²³⁸ Decreto nº 10:734, de 2 de Maio de 1925, DG nº 96, COLP (Lisboa: Imprensa Nacional, 1927), 363-364.

infracções previstas. Se a República tentava de novo, pela legislação posta em vigor, fazer uma depuração da magistratura não fiel ao regime, a verdade é que, no que toca aos juízes, tal medida não chegou a ter efeitos práticos. Dos processos individuais de magistrados que pudemos recolher, não se encontrou qualquer juiz que tivesse sido afastado ao abrigo deste decreto.

Quanto à Organização Disciplinar Judiciária, promulgada pelo decreto nº 10:310, de 19 de Novembro de 1924, podemos apelidá-la da única reforma estruturante e judiciária que a República conseguiu operar. Rodrigues Gaspar, ministro do Interior e Presidente do ministério, no parlamento, chegaria a afirmar ser ela a lei de organização judiciária que a Constituição prometera no seu artigo 85º e que nunca havia sido concluída²³⁹. A medida era mesmo tomada como sendo ímpar no contexto dos outros países: «A República Portuguesa pode orgulhar-se de neste particular ter lançado, com a nobreza de intuítos e largueza de vistas, as bases de uma organização judiciária que quando terminada, não terá quem a supere em qualquer outro país.»²⁴⁰ A Organização Disciplinar Judiciária trazia dez capítulos e 136 artigos. Era um diploma extenso que regulava o Conselho Superior Judiciário, o serviço das inspecções, inquéritos e sindicâncias, o sistema de aposentações, consultas, classificações para promoção ou nomeação dos magistrados, assim como as penalizações previstas e os seus efeitos.

A organização do Conselho Superior Judiciário não sofreria alterações. A sua composição mantinha-se, sendo o seu presidente o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, acompanhado de dois vogais efectivos, nomeados trienalmente pelo ministro da Justiça, de entre os juízes do mesmo tribunal. As competências do Conselho, definidas pelo artigo 8º, continuavam a ser as mesmas, com algumas modificações de pormenor. Eram elas, essencialmente, as de lançar e regulamentar as inspecções judiciais, instaurar processos disciplinares, classificar em lista graduada os magistrados promovidos a classes superiores, consultar sobre a transferência dos magistrados (quer por razões disciplinares, quer por pedidos de ingresso na metrópole de juízes vindos do ultramar), dar parecer sobre os projectos de decretos referentes a emolumentos e à divisão comarcã, resolver de reclamações

²³⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, Acta de 4 de Novembro de 1924, «Dentro em poucos dias espera o Governo apresentar a V.Exas, uma proposta de lei sobre organização judiciária que a Constituição prometeu no seu artigo 85º, promessa que até hoje não havia sido cumprida.»

²⁴⁰ Decreto nº 10:734, de 2 de Maio de 1925 – preâmbulo.

várias. O papel do ministro da Justiça era, contudo, salvaguardado, uma vez que este poderia não se conformar com as propostas do Conselho, tendo que, na contrariedade, fundamentar o seu despacho (art. 19º). O capítulo III organizava a secretaria do Conselho e todo o serviço corrente, desde os livros de registo que deveriam existir, até à contabilidade das receitas e despesas. Quanto ao serviço das inspecções, era ele pela primeira vez regulamentado em extensão. Certamente, neste ponto, a Organização Disciplinar Judiciária repetia em muitos dos pontos uma codificação que tinha vindo a desenvolver-se pela prática e pelas instruções dadas aos inspectores em serviço. Estes, mantinham-se em número de três, sendo nomeados pelo ministro da Justiça, sob proposta do Conselho, escolhidos entre os juízes das três Relações ou do Supremo Tribunal de Justiça. Nas suas missões, tinham a faculdade de levantar autos, de inquirir testemunhas e tomar declarações, fazer exames, requisitar por correspondência oficial, postal ou telegráfica, de quaisquer autoridades ou repartições públicas as informações de que carecessem (art. 27º). Em seguida, todo o processo era normalizado: prazos, vencimentos, relatórios e todos os itens que deveriam os inspectores ter em atenção nas suas averiguações²⁴¹. No campo das classificações dos magistrados, quer para promoção a classe ou instância superior, quer para classificação dos delegados do Ministério Público nomeados para juízes de direito, introduzia-se pela primeira vez uma questão importante: eram excluídos das listas graduadas os magistrados que não houvessem obtido, na última classificação, a nota de «regular», pelo menos (art. 70º, § único). Esta significativa alteração continha em si duas ordens de razões; a primeira, era a de que desde a criação em 1912 do Conselho Superior da Magistratura Judicial, tinham-se repetido nas suas atribuições e competências que era este encarregue de ordenar listas graduadas dos magistrados tendo em conta os seus «méritos e deméritos», de preferência ao critério da antiguidade. Ora, não dispondo de inspecções regulares até aos anos vinte, não havendo por isso um critério objectivo e indiscutível para fazer essa graduação, o Conselho limitara-se, o mais das vezes, a um papel negativo de exclusão de magistrados por terem estes processos disciplinares pendentes. Havendo agora inspecções judiciais, sendo estas progressivamente regulares, aproveitava-se pela primeira vez para que elas tivessem um impacto na classificação graduada para as promoções e nomeações de juízes de direito. Havia, por isso, uma situação de facto - as classificações das inspecções judiciais -, que permitia a sua utilização. A

²⁴¹ Trataremos em pormenor destas disposições, no capítulo referente às inspecções judiciais.

segunda razão, mais ampla, era a de introduzir o mérito como critério objectivo nas promoções da magistratura. O capítulo VII seria reservado às penas e seus efeitos, prevendo-se pormenorizadamente cada situação e, pela primeira vez, introduzindo, à imagem do direito penal, circunstâncias agravantes ou atenuantes. Quanto à questão das posições do ministro da Justiça e do Conselho Superior Judiciário, no que tocava à nomeação dos magistrados para as vagas existentes, o papel do primeiro continuava a não ser claro na lei, não se prevendo o seu não conformismo com as listas graduadas que eram elaboradas. A não ser que o artigo 19º, atrás referido, valesse também para estes casos, o que, pelo menos, não era explícito.

Lendo a história em retrospectiva, há dois factos que merecem ser apontados e que parecem-nos essenciais para repor uma certa justiça no quadro da evolução da organização judiciária. Em primeiro lugar, a «novidade» da Organização Disciplinar Judiciária, de 1924, é relativa, ao contrário do modo como foi anunciada. A lei que fazia inveja a todos os outros países, não passava, em muitos casos, de uma fusão de legislação anterior, um tanto aumentada e melhor codificada. O Conselho Superior Judiciário, por exemplo, não teria modificações orgânicas significativas; o regulamento das inspecções é, em muitos pontos, um decalque das instruções dadas aos inspectores judiciais e que já existiam quase desde a sua recriação em 1912. Por outro lado, a Organização Disciplinar Judiciária será o embrião dos Estatutos Judiciais de 1927 e 1928 que, na parte específica da disciplina, os repetem quase integralmente. E isto ficou um pouco de lado, aparecendo os Estatutos Judiciais, pela propaganda das ideias que vieram depois, como também inovadores e revolucionários. Para além das diferentes bandeiras políticas que estiveram por detrás da evolução da organização judiciária portuguesa, esteve também uma história mais geral, europeia, de longo curso, de crescente complexificação e burocratização do Estado e da sua máquina e que, nem sempre, é fácil fazer emergir do discurso político circunstanciado.

1.5 A República em debate

Uma das questões mais controversas, ontem como hoje, prende-se com o autogoverno da magistratura. Isto é, a quem compete controlar os destinos do poder judicial; nomeadamente,

no que importa à representação nos seus órgãos de direcção (o Conselho Superior da Magistratura Judicial, depois Conselho Superior Judiciário) e ao poder de nomeação, promoção e colocação dos magistrados.

Durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, muito pela mão de Manuel Rodrigues Junior, constitui-se um discurso, ao mesmo tempo reformista e de propaganda, de que a República teria mantido a magistratura sobre a sua dependência, controlando-a; as novas reformas vinham repor a justiça necessária. A crítica visava muito claramente a suposta existência de redes clientelares e partidárias que dominavam as promoções e colocações dos magistrados, ficando o poder judicial numa atitude de serventia que deveria ser resgatada. Esta questão, dos «partidos», convocava na altura toda uma constelação ideológica bem precisa. Os partidos eram associações de quase malfeitores, destruidores do bem da nação e alimentados pelo único desejo de se servirem a eles próprios. A este respeito, escreverá o próprio Manuel Rodrigues páginas contundentes²⁴². Em 23 de Junho de 1926, menos de um mês depois do 28 de Maio, Manuel Rodrigues haveria de lançar, numa das suas primeiras medidas, uma reforma no sistema das nomeações e promoções dos magistrados. O provimento de todas as vagas deveria ser feito, necessariamente, sobre o nome do juiz indicado pelo Conselho Superior Judiciário. Eis a justificação dada no preâmbulo do decreto:

Independência do Poder Judicial e entrega ao arbítrio do Poder Executivo da faculdade de nomear e colocar nos cargos da justiça os magistrados judiciais são expressões antagónicas.

*E certo que vários diplomas legais, quase todos promulgados em ocasiões anormais da vida política nacional, mas posteriormente restringidos até se fixarem na organização disciplinar judiciária, de 19 de Novembro de 1924, fazendo proceder de pareceres e propostas do Conselho Superior Judiciário a colocação dos membros do Poder Judicial, parecem dar a este uma certa autonomia, mas a liberdade conferida ao Ministro de não respeitar aqueles pareceres e propostas, formulados aliás pela entidade mais competente para, com justiça, indicar o magistrado próprio para cada lugar a preencher, mostra claramente que esta autonomia é um mero simulacro de independência judicial. A nomeação e colocação dos magistrados judiciais era de facto decidida, em regra, com vexames para estes, nos directórios dos partidos políticos, sujeita ainda por vezes ao placet das comissões locais.*²⁴³

²⁴² Manuel Rodrigues, *Política, Direito e Justiça* (Lisboa: Empresa Jurídica Editora, 1934), 27

²⁴³ Decreto nº 11:751, de 23 de Junho de 1926 – preâmbulo, DG nº148, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1927), 402.

Esta ideologia, que não teve depois réplica, ressuscitava o tema do oportunismo. A República não teria tocado no velho problema da nomeação dos magistrados porque lhe interessava que assim fosse, aproveitando para colocar os juizes numa rede de favores e apoios partidários. Cabia pois à Ditadura Militar, depois ao Estado Novo, restaurar a independência dos magistrados, moralizar a vida pública, afastar dos directórios dos partidos, lugares onde o favoritismo e o simples arranjo político grassavam, as escolhas dos juizes que haveriam de ser colocados e promovidos. Quando Alberto dos Reis se referia à oportunidade perdida, pela República, de fazer a reforma judicial, tinha também, certamente, a intenção velada de aludir a esta questão. Como tivemos oportunidade de ver, a República legislou bastante sobre a vida judiciária e, pelo menos no que toca à parte disciplinar, quase se poderia ter a Organização Disciplinar Judiciária, de 1924, como um Estatuto Judiciário. Há, por isso, no reparo de que a República nada fizera, uma referência mais ou menos explícita ao problema do autogoverno das magistraturas.

Discurso marcadamente ideológico e político, ele tentava na sua propaganda veicular aos partidos políticos, origem dos grandes males da nação, um oportunismo e uma tentativa de controlo do poder judicial. Ao contrário, a Ditadura Militar e, depois, o Estado Novo, apareciam como os seus libertadores e restauradores da sua independência. Além do reforço do poder do Conselho Superior Judiciário na escolha dos magistrados para os diferentes lugares, a medida de 23 de Junho alterava ainda a composição deste: trocava-se a nomeação pelo executivo de todos os vogais do Conselho por uma repartição equilibrada – dois vogais de confiança do governo e dois vogais eleitos pela magistratura.

O empenho ideológico e reformista não era tão novo quanto isso. Se bem que tal não tenha sido pronunciado na altura, este discurso tivera um precursor não muito longínquo - o sidonismo. Como tivemos oportunidade de mostrar, ocupara-se este, desde logo, numa missão de entregar a magistratura «à própria magistratura». A Junta Revolucionária, a 11 de Dezembro de 1917, começara por dissolver o Conselho Superior da Magistratura Judicial, onde os vogais nomeados pelo governo eram vistos como agentes deste. Quando o sidonismo reformou o órgão, deu aos magistrados a oportunidade de escolher, por método de eleições, todos os seus membros. Mais tarde, através do decreto nº 4:691, de 13 de Julho de 1918, o

ministro da Justiça via o seu poder nas nomeações e promoções dos magistrados bastante limitado. Acaso não se conformasse com o parecer do Conselho, apenas podia desviar-se das listas elaboradas para seguir o princípio da antiguidade.

O reformismo da Ditadura Militar e do Estado Novo merece, hoje, alguns reparos. Na verdade, a ideia de uma República oportunista e tentando viciar a magistratura contra os princípios da independência judicial tem de ser olhada com cuidado.

É preciso recuar até à Revolução Francesa e aos seus princípios republicanos e, até, jacobinos. No elenco da ideologia republicana, a magistratura deveria ser a voz do povo libertado. A soberania das gentes, unicamente, deveria ter o comando sobre as leis e a sua aplicação. Direito e soberania popular confundiam-se, tendo um a sua origem no outro. É no decorrer deste pensamento que surgiram várias instituições tipicamente «republicanas», desde a preferência pelo júri à eleição dos juízes. O júri era a soberania popular no tribunal. A eleição dos juízes mostrava que estes apenas tinham poder por delegação do povo. A ideia de que a magistratura era um poder autónomo, desligado da soberania daquele era, por isso, descabida nas origens do pensamento republicano. O poder das gentes, delegado representativamente nos parlamentos, deveria ter o controlo sobre o poder judicial, porque era do povo que vinha indirectamente o direito e a lei²⁴⁴.

Para muitos republicanos, como para Afonso Costa, deixar livremente aos juízes o papel de nomear, colocar e promover os seus pares nos quadros da magistratura, era o mesmo que criar um Estado dentro do Estado, formar uma casta inaceitavelmente livre de dar explicações a quem quer que fosse; no fundo, entregar a República às mãos do poder judicial²⁴⁵. Que a matriz republicana pesava, mostra-se também pela intenção do governo ao criar, em 1913, uma comissão para elaborar uma lei de organização judiciária. Entregando a tarefa um conjunto de personalidades, abstendo-se o governo de nela entrar, não deixava este

²⁴⁴ Sobre as reformas na organização judicial francesa após a Revolução, v. Frédéric Chavaud, *Le Juge, le tribun et le comptable – Histoire de l'organisation judiciaire entre les pouvoirs, les savoirs et les discours (1789-1930)* (Paris: Anthropos, 1995), 51-87.

²⁴⁵ A.H. Oliveira Marques, *Ensaio de história da I República portuguesa* (Lisboa: Livros Horizonte, 1988), 235.

contudo de enunciar alguns princípios que defendia; e, neles, vinha o princípio da eleição dos juízes²⁴⁶.

A ideia, pois, de que o poder judicial devia ser vigiado pelo poder dos governos era, por isso, uma ideia que pertencia ao património ideológico republicano, para além da questão do oportunismo. O que aqui entrava em conflito era, sobretudo, o problema dos partidos políticos. Se a República tinha deles uma visão de candura, de legítimos representantes do povo soberano e imparciais vigilantes da ordem judicial, a Ditadura Militar e o Estado Novo, por sua vez, olhavam-nos com a desconfiança conhecida, vendo neles a origem da corrupção de uma classe que dependia deles para fazer carreira.

Teria havido na República, além dos princípios, o falado oportunismo? É inegável que esta questão se tenha, pelo menos, apresentado aos republicanos. Entronca-se nela um outro problema, mais profundo, que é o do conservadorismo político dos magistrados. Na Europa, o papel das magistraturas revelou-se particularmente activo contra os regimes republicanos. São conhecidas as depurações feitas pela III República francesa nos quadros da magistratura, de modo a criar um peso mais favorável ao regime. A jovem República de Weimar, na Alemanha, tivera nos juízes um contra-poder assinalável, segundo Eberhard Kolb:

*Muitos magistrados, de que as atitudes políticas e sociais eram a reprodução dos valores e ideologia dos tempos do império, questionaram a legitimidade da nova ordem. Protegidos pelo privilégio da inamovibilidade, que o governo revolucionário deixou intocado e que ficou gravado na nova Constituição, eles levaram a cabo muitos julgamentos onde expressavam abertamente a sua aversão à República e aos seus leais apoiantes. Neste sentido, o poder judicial teve uma larga parte de responsabilidade no colapso da República, contribuindo para a sua queda pelos movimentos autoritários e totalitários.*²⁴⁷

No caso italiano, Orazio Abbamonte demonstrou que as magistraturas superiores receberam de braços abertos o *ventennio* fascista²⁴⁸. Por sua vez, Mónica Lanero Táboas assinalou as

²⁴⁶ Decreto de 8 de Fevereiro de 1913, DG n° 33, COLP (Coimbra: França Amado, 1913), 498-499.

²⁴⁷ Eberhard Kolb, *The Weimar Republic* (London: Routledge, 2005), 37; sobre a imagem de conservadorismo dos juízes deixada na cultura de Weimar, v. Peter Gay, *Weimar Culture* (London: Penguin Books, 1974), 21-22.

²⁴⁸ Orazio Abbamonte, *La politica invisibile – Corte di Cassazione e magistratura durante il Fascismo* (Milano: Giuffrè Editore, 2003).

preocupações republicanas espanholas com a magistratura nomeada pela Restauração e Ditadura, levando a que os executivos não abdicassem dos instrumentos sobre o seu controlo e desencadeando sucessivas depurações²⁴⁹. Em Portugal, Fernando Rosas referiu-se igualmente ao problema do conservadorismo da magistratura e Bigotte Chorão fez um elucidativo retrato onde esta aparece como tendo um papel de tolerância na legitimação da Ditadura Militar, embora também aponte que a República não mereceu oposição por parte dos juízes, salvo raras excepções²⁵⁰.

É difícil, a esta distância, fazer um retrato fiel do posicionamento político da magistratura durante a primeira República portuguesa. Os processos disciplinares levantados aos juízes, agora conhecidos e estudados na sua totalidade para o período em questão, mostram a existência de focos dispersos e intermitentes de acções tidas como reaccionárias e, sobretudo, monárquicas por parte de alguns magistrados. Não se demonstra, contudo, que tenha existido uma acção concertada contra a República ou que, no âmbito disciplinar, pese embora o extraordinário simbolismo de alguns dos casos, tenha havido uma verdadeira vaga de contestação e oposição. Parecendo uma questão lateral, mas que certamente concorre para o caso, é a distribuição dos magistrados pelo território nacional. Na verdade, o corpo da magistratura, no que toca à primeira instância, encontrava-se como hoje disperso pelo país, pelas diferentes comarcas, sendo estruturalmente difícil a tomada de posições de conjunto, as acções concertadas, o espírito de classe. Por outro lado, existiram alguns episódios de crisperia entre a República e a magistratura judicial, que por certo ajudaram a criar uma imagem conservadora do corpo dos juízes: a transferência forçada de magistrados, durante o Governo Provisório, devido à tese da irresponsabilidade ministerial sustentada pela Relação de Lisboa; a absolvição pelos tribunais superiores dos conspiradores monárquicos na sequência das duas primeiras incursões; ou, ainda, o saneamento político de alguns juízes, em 1919, por terem acatado a proclamada Monarquia do Norte.

²⁴⁹ Mónica Lanero Táboas, *Una milicia de la justicia. La política del franquismo (1930-1945)* (Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1996), 60 «(...) la desconfianza hacia una magistratura reclutada y seleccionada en la Restauración y la Dictadura. Este parece ser el motivo de que el ejecutivo no abdique del tradicional control sobre la organización judicial, e incluso contradiga las declaraciones constitucionales de inamovilidad e independencia con sucesivas depuraciones.»

²⁵⁰ Luis Bigotte Chorão, *Crise...*, 357, «Resulta da análise de um conjunto de decisões judiciais demonstrativas da tolerância da magistratura para com o regime dos decretos com força de lei, o mesmo é dizer, para com o regime da Ditadura Militar.»; 399, «Com contadas excepções, o novo regime [republicano] não encontrou na magistratura um obstáculo à sua acção..»

Não é, por isso, absurda, a ideia de que a magistratura fosse olhada com desconfiança por parte dos republicanos e que, por mera tática política, o regime tivesse decidido guardar um poder de vigilância e controlo quer no quadro da composição do Conselho Superior da Magistratura Judicial quer na competência ministerial para promover, nomear e colocar os magistrados. Estando por avaliar em que medida ter-se-ia operado esta fidelização ao regime por parte dos juizes, parece hoje claro que ela existiu nos quadros do próprio ministério da Justiça, pela mão de Germano Lopes Martins²⁵¹. Em qualquer dos casos, será por este lado que a Ditadura Militar e o Estado Novo construirão o seu discurso libertador, fazendo bandeira política da entrega dos destinos da magistratura aos próprios magistrados.

Outra questão de assinalável importância foi a criação de juízos excepcionais. Como tivemos oportunidade de ver, apesar da propaganda republicana defender a sua extinção, foi a República obrigada a reagir aos acontecimentos, em particular na sequência das revoltas monárquicas, criando tribunais «especiais» para os julgamentos destes crimes. Em alguns casos deixou-os cair depois, entregando aos tribunais ordinários esta competência. Mais difícil de explicar é a curta existência do Tribunal de Defesa Social, que esteve em funções entre Maio de 1920 e Dezembro de 1923. A indistincção da sua alçada, sobre vadios, reincidentes e detentores de bombas (numa referência clara ao anarco-sindicalismo), procedendo por julgamentos sumários, foi a primeira criação judicial republicana que visava a sua esquerda política e que, certamente, concorreu para a afastar mais das soluções de compromisso como o que a tinha feito integrar a base sociológica de apoio ao 5 de Outubro. Tal como as outras experiências de excepção, o tribunal acabaria por ser desfeito e os processos encaminhados para os tribunais ordinários. A «política de excepção» da República foi mais marcante nos seus primeiros anos. Dão prova disso os juízos de investigação criminal, que tinham sido criados a 14 de Outubro de 1910, pelo Governo Provisório, e que estavam nas mãos do executivo, nomeando este em confiança política os juizes para aí destacados. Era uma medida de forte aperto e controlo da malha judiciária. Durante o ano de 1911 um conjunto de juizes foi encarregado de sindicar acontecimentos mais ou menos turbulentos que estivessem debaixo do decreto de 28 de Dezembro de 1910, sobre atentados e ofensas às instituições republicanas. Saía-se da via ordinária dos tribunais, utilizando magistrados, por nomeação política, para o averiguar dos incidentes. Uma fórmula

²⁵¹ Chorão, *Crise...*, 452-453.

excepcional, entre a legitimidade judicial e o processo administrativo, acabando os relatórios nas mãos do ministro do Interior. Também excepcional, foi a nomeação, em 4 de Dezembro de 1911, de quatro magistrados para julgar os «crimes contra o regime».

Sobre este ponto, é lícito dizer que a República foi mais reactiva do que propriamente instauradora de qualquer projecto pensado de antemão. A excepcionalidade ocorreu sempre tendo como pano de fundo acontecimentos que podiam proporcionar perigo ao regime. E, na maior parte dos casos, as medidas vieram depois dos incidentes ocorrerem, como em todos os casos envolvendo tentativas de restauração monárquica²⁵². Os tribunais «especiais» criados surgiram sempre poucos dias depois das insurreições e nunca antes, acabando por vezes os processos por seguirem o seu curso normal nos tribunais ordinários. Em certo sentido, a excepção durou o tempo que os acontecimentos duraram. No caso dos magistrados encarregados de sindicâncias ao abrigo do decreto de 28 de Dezembro, em 1911, eles foram sempre nomeados na sequência de incidentes; só a 3 de Outubro ficou esta missão atribuída de forma permanente a um juiz. Oliveira Salazar, nas suas entrevistas a António Ferro, falaria mesmo do carácter português ser oposto a uma violência continuada, acabando os tribunais políticos por «adormecer» passadas as turbulências de circunstância:

*«Em Portugal não há homens sistematicamente violentos. Fraquejam todos a meio caminho e acabam por ser as primeiras vítimas dessas violências falhadas. O caso das nossas revoluções é significativo. Gastam-se milhares e milhares de contos, perdem-se vidas, semeiam-se lágrimas, acumulam-se prejuízos de toda a ordem, desacredita-se o País. Reclama a opinião pública sanções severas, um castigo que acabe por uma vez com o fermento de tanta desordem, e os governos obedecem-lhe na primeira hora. Afastam-se e demitem-se os funcionários, dá-se baixa aos militares, criam-se tribunais próprios para o julgamento dos crimes, decretam-se as penalidades adequadas. A certa altura estão os tribunais adormecidos, os presos em liberdade, os funcionários reintegrados de novo nos seus lugares, o público esquecido da revolução e das lágrimas passadas, a opinião dos amigos e inimigos reclamando, perante a obra inacabada, uma esponja sobre o que lá vai.»*²⁵³

²⁵² Este facto, dos tribunais especiais surgirem depois dos acontecimentos, por norma com efeitos retroactivos, deu origem a críticas sobre a sua própria constitucionalidade. Sobre este ponto, numa leitura radicalmente crítica sobre os juízos de excepção criados pela Primeira República Portuguesa, ver o testemunho da época de Cunha e Costa, *O perfeito advogado – e as leis de excepção e circunstância da República Portuguesa* (Coimbra: Coimbra Editora, 1921).

²⁵³ António Ferro, *Salazar – o homem e a sua obra* (Aveiro: Edições Fernando Pereira, 1982), 115-116

Do conjunto de reformas que a República instaurou no mundo judicial é inevitável, ainda, fazer uma apreciação do seu «tempo». De facto, foi nos períodos mais conturbados que a iniciativa de legislar sobre a magistratura se deu. O Governo Provisório e o ano de Sidónio aparecem como dois momentos de forte renovação, enquanto os anos de 1911 a 1917 e, depois, de 1920 a 1926 aparecem como anos «pobres». Não quer isto dizer que, neles, nada se tenha passado. O Conselho Superior da Magistratura Judicial, importante recriação da República, data de 1912. A Organização Disciplinar Judiciária data de 1924. Mas, no conjunto, estes dois intervalos temporais surgem como sendo de menor intervenção legislativa e, sobretudo, carecendo de uma linha programática definida no atravessar dos diferentes ministérios. É possível falar, ao contrário, de uma política do Governo Provisório ou do Sidonismo para a organização judiciária. No caso do Governo Provisório, tratou-se de uma obra multifacetada que tentou atingir um número muito diferente de campos, regulando-os por diplomas avulsos e que, por vezes, é preciso seguir de um dia para o outro. O edifício judiciário foi modificado e retocado, quer por extinções quer por criações; a extinção dos tribunais de excepção foi a grande linha programática, vindo ela dos tempos da propaganda republicana. Mas também a Relação dos Açores ou o Tribunal de Verificação de Poderes foram dados como extintos. Por outro lado, criaram-se os juízos de investigação criminal, no Porto e em Lisboa ou as Tutorias de Infância. Estas modificações, contudo, em nada são comparáveis à questão religiosa, que absorveu grande parte dos trabalhos do Governo Provisório e ocupou, também, a própria opinião pública. É de notar, por exemplo, que um episódio emblemático da história da magistratura, durante este período, como foi o da transferência forçada de magistrados da Relação de Lisboa por terem defendido a tese da irresponsabilidade ministerial, não teve sequer uma repercussão significativa e passou um tanto despercebido. No caso do Sidonismo, apesar da forte rotatividade da pasta da Justiça, nesse ano, consegue identificar-se uma tripla vertente reformista: (i) na organização do Conselho Superior da Magistratura Judicial e no sistema de promoções, nomeações e colocações dos magistrados; (ii) na estruturação do mapa judicial e, por fim, (iii) na economia do sistema judiciário (vencimentos, emolumentos, preparos).

Talvez sem um paradigma judiciário novo, talvez não cumprindo a prometida Lei de Organização Judiciária da Constituição de 1911, a experiência republicana tinha, contudo, modificado o edifício da justiça e concorrido para a crescente complexificação da sua

máquina operativa. Já a Ditadura Militar e o Estado Novo, como iremos ver em seguida, trariam não só reformas estruturais, mas um paradigma judiciário novo, inscrito numa nova ideia de direito, que iria dar um novo rosto – bem diferente – à magistratura e aos tribunais.

Capítulo 2- A MAGISTRATURA DURANTE A DITADURA MILITAR E O ESTADO NOVO (1926-1945)

O período que se inicia com o 28 de Maio e a marcha de Gomes da Costa sobre Lisboa e termina na institucionalização do Estado Novo é um dos mais complexos da história do século XX português, não correspondesse ele, segundo Fernando Rosas, a «uma esquina decisiva da sua mudança de rumo: a liquidação de mais de um século, quase ininterrupto, de experiência liberal (sob a forma republicana e monárquica) e o parterujamento de um novo regime autoritário, corporativo, anti-parlamentar e anticomunista, destinado a durar quarenta e um anos.»²⁵⁴

A indefinição inicial do movimento albergava republicanos convictos, que esperavam não a queda do sistema parlamentar mas apenas a sua regeneração, bem como grupos da direita anti-liberal para quem a instauração de um regime autoritário como o que veio depois seria ainda uma verdadeiro sonho distante. Quando Manuel Rodrigues, junto a Oliveira Salazar e Mendes dos Remédios, integrou o trio de professores que a pedido de Mendes Cabeçadas vinham compor o governo saído do primeiro golpe de Estado, e dissera em conversa ao futuro ditador que estaria na disposição de estar presente porque «sempre se apanha alguma coisa»²⁵⁵, também ele estaria ainda desconfiado sobre o rumo que o movimento militar levaria. Num dos seus primeiros decretos, logo em Junho, que tomava como orientação a regeneração da magistratura judicial no que respeitava às suas nomeações e colocações, o preâmbulo exaltava o novo fim como patriótico, mas também como «verdadeiramente democrático»²⁵⁶. Era ainda possível, nestes primeiros meses, falar de verdadeira democracia para defesa de princípios a implementar na organização judiciária. O que era consensual, neste início da caminhada, era a queda dos «bonzos» de António Maria da Silva, da «ditadura» do partido democrático, e isto convinha a grupos políticos tão diferenciados como a esquerda mais radical ou a direita fascizante. Desde a noite sangrenta de 19 de Outubro de 1921 que o apoio das direitas nas forças militares vinha ganhando força e elas naturalmente

²⁵⁴ José Mattoso (dir), Fernando Rosas (org), *História de Portugal – O Estado Novo* (Lisboa: Estampa, 1994), 151

²⁵⁵ Franco Nogueira, *Salazar – a mocidade e os princípios* (Porto: Livraria Civilização Editora, 2000), 308; Sobre o percurso de Manuel Rodrigues, ver também Luís Bigotte Chorão, *Crise...*, 411-468

²⁵⁶ Decreto nº 11:751, de 23 de Junho de 1926

interpretaram o sinal como sendo a «reserva moral da Nação»²⁵⁷, encarnando este consenso gerado em torno da queda dos democráticos. Se havia consenso político (mesmo que por motivos antagónicos claros), havia, no entanto, um programa ainda muito reduzido em torno do qual se pudesse orientar a política dos primeiros governos. Segundo Fernando Rosas, as primeiras clarificações políticas surgem nas movimentações que se seguem até finais de Julho – a eliminação do republicanismo conservador, o afastamento definitivo da classe política da Primeira República dos centros de poder, a perda de influência notória da direita radical²⁵⁸. Daí em diante, trava-se uma luta complexa pela hegemonia do poder, dividindo-se a agrupando-se os diferentes grupos. A esquerda do Partido Republicano, a Esquerda democrática, os seareiros, os radicais e alvaristas vão juntar-se aos membros activos do anarco-sindicalismo e ao operariado comunista, começando uma luta armada, tentado «virar» o regime de novo a seu favor – será o «Revirinho»²⁵⁹. Neste sentido, de contrariar o regime e de retomar a ordem republicana perdida estará também a Liga de Paris, reunindo exilados como Afonso Costa, e que terá um papel mais ou menos apagado, excepto na questão do empréstimo externo que procurava Sinel de Cordes, conseguindo aqui que os banqueiros londrinos recusassem a operação²⁶⁰. O Revirinho, que iniciou as suas ofensivas com o «3 de Fevereiro» de 1927, iria sucessivamente perdendo força a cada tentativa gorada, acabando por se desintegrar progressivamente até finais de 1931, levando o governo, já no ano de 1932, a «sentir-se suficientemente forte» para decretar, a 5 de Dezembro, uma amnistia para os implicados nas revoltas, da qual excluiu apenas cinquenta personalidades²⁶¹. São ainda de referir as lutas académicas, estudadas por Cristina Faria, neste período, e que espelham este conflito a um nível gremial²⁶². Quanto aos «bonzos» de António Maria da Silva, a União Republicana Liberal e o Partido Nacionalista tentaram demarcar-se do revirinhismo, optando pela via do diálogo e de um compromisso que levasse a uma regeneração do regime mas que o mantivesse dentro do quadro de uma República de cariz parlamentar. Por último, a direita radical e fascizante irá sucessivamente reagrupar-se e recompor-se, até enveredar finalmente pelo nacional-sindicalismo de Rolão Preto e dos seus «camisas azuis», chegando a confrontar

²⁵⁷ Fernando Rosas, *História...*, 154

²⁵⁸ Fernando Rosas, *História...*, 159

²⁵⁹ Luís Farinha, *O revirinho – Revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo 1926-1940* (Lisboa: Estampa, 1998)

²⁶⁰ A.H. Oliveira Marques, *A liga de Paris e a Ditadura Militar, 1927-1928* (Mem Martins: Europa-América, 1976).

²⁶¹ Fernando Rosas, *História...*, 213

²⁶² Cristina Faria, *As lutas estudantis contra a Ditadura Militar (1926-1932)* (Lisboa: Edições Colibri, 2000).

o próprio Salazar após a sua subida ao poder – o que levará à rápida decapitação do movimento pela mão do próprio ditador²⁶³. É nesta luta entre as várias «forças vivas» que Salazar, começando pelo tradicionalismo católico-conservador, fará o seu sinuoso percurso de ascensão, obtendo compromissos entre as várias direitas até que, no início dos anos trinta, o caminho ficará livre para uma hegemonia da «corrente salazarista»²⁶⁴. A direita, segundo António Costa Pinto, dividia-se agora entre um liberalismo conservador, um conservadorismo autoritário e uma direita radical mas, num ano como o de 1934, «com alguns sobressaltos, o liberalismo político estava erradicado e as velhas instituições republicanas substituídas»²⁶⁵.

O percurso complexo e indefinido da Ditadura Militar, de progressivas clarificações, cedências e agrupamentos, onde a figura e actuação equilibradora de Óscar Carmona é ainda, muitas vezes, deixada em claro²⁶⁶, colocava também uma crise do direito sobre a crise política. No notável estudo de Luís Bigotte Chorão, este período é rotulado de «tempo constituinte»²⁶⁷, de uma ditadura que foi além da ditadura, elaborando a sua própria viabilização jurídico-legal, com a tolerância da magistratura.

Esta crise do direito, é certo, nunca teve o papel extraordinário dos regimes totalitários como o alemão. O caso extremo do nazismo, com o seu longo desfile dos *Volkgerichtshof* (tribunais do povo), que entre 1934 e 1944 condenaram à morte mais de doze mil civis, o controlo da magistratura pelo NSDAP – para Roland Freisler, o próprio recrutamento dos juízes deveria ser feito pelo partido -, o *Führerprinzip*, redução de todo o direito e lei à própria vontade do Führer, os ataques sistemáticos à independência da magistratura feitos pelos dirigentes nazis²⁶⁸ ou a defesa de um Estado policial que viesse corrigir os «defeitos» do direito liberal, tudo isso, levou a que o papel das jurisprudências e do direito, na defesa do património liberal e democrático, fosse reconsiderado. Foi assim que, após a Segunda Guerra

²⁶³ António Costa Pinto, *Os camisas azuis – ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal 1914-1945* (Lisboa: Estampa, 1994)

²⁶⁴ Fernando Rosas, *História...*, 193

²⁶⁵ António Costa Pinto, «O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX», in António Costa Pinto, Francisco Carlos Palomanes Martinho (dir), *O corporativismo em português – Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008), 31

²⁶⁶ Douglas Wheeler, *A ditadura militar portuguesa 1926-1933* (Lisboa: Europa-América, 1986), 17-18

²⁶⁷ Luís Bigotte Chorão, *A crise...*, 816

²⁶⁸ O discurso de Adolf Hitler, de 26 de Abril de 1942, seria tido por muitos como a «morte» do poder judicial, v. H.W. Koch, *In the name of the Volk – political justice in Hitler's Germany* (London: I.B.Tauris Publishers, 1989) 113

Mundial, se popularizou a «fórmula de Radbruch», segundo a qual o positivismo jurídico ajudou a guindar o nazismo ao poder²⁶⁹, e se tornaram alvos críticos da filosofia política os debates, à época mais teóricos, entre figuras como Carl Schmitt²⁷⁰ ou Kelsen, indicadores de uma «crise das jurisprudências»²⁷¹.

Neste sentido, o fascismo italiano evidenciou-se mais moderado, sendo que, no entanto, o princípio da vontade do Duce como fonte de direito manteve-se, alicerçado num direito positivo que lhe servia. O caso italiano demonstrou-se ainda influenciador do português (se bem que as referências explícitas em autores como Manuel Rodrigues sejam muito vagas e raras), sobretudo no que respeita ao modelo processualista inquisitório (por exemplo, de Chiovenda). Como provou Orazio Abbamonte²⁷², o *ventennio* fascista teve o forte apoio das magistraturas judiciais superiores, que foram progressivamente mantidas sobre o apertado controlo do aparelho judiciário. Segundo Antonella Meniconi, este processo terminou com o «ordinamento Grandi», em 1941, onde se podia verificar reforma «completamente fascista» da magistratura, com poderes quase plenos do ministro da justiça²⁷³. Tiago Marques, em estudo recente, demonstra pelo seu lado como a construção do processo penal italiano, até à promulgação do Código de 1930 (1925-1930), obedeceu aos princípios do novo regime²⁷⁴.

²⁶⁹ David Dizenhaus, *Legality and legitimacy – Carl Schmitt, Hans Kelsen and Hermann Heller in Weimar* (Oxford: Oxford University Press, s/d),.1

²⁷⁰ Carl Schmitt foi considerado o grande jurista do terceiro Reich. Intelectual controverso, filiou-se no NSDAP em Maio de 1933, no mesmo mês que Martin Heidegger. Pensa-se que a sua teoria amigo-inimigo, sobretudo, influenciou a magistratura alemã na legitimação dos tribunais políticos e na repressão. v. Carl Schmitt, *Political Theology – Four chapters on the concept of sovereignty* (Chicago: The University of Chicago Press, 2005); Carl Schmitt, *The Crisis of Parliamentary Democracy* (Cambridge: MIT Press, 1988); Carl Schmitt, *The Concept of the Political* (Chicago: The University of Chicago Press, 2007); Carl Schmitt, *Legality and Legitimacy* (Durham: Duke University Press, 2004). Para uma interpretação do significado da obra de Schmitt, v. Ellen Kennedy, *Constitutional Failure – Carl Schmitt in Weimar* (Durham: Duke University Press, 2004); Chantal Mouffe (ed.), *The challenge of Carl Schmitt* (London: Verso, 1999)

²⁷¹ Sobre a crise das jurisprudências alemãs, v. Arthur J. Jacobson, Bernhard Schlink, *Weimar – a jurisprudence of crisis* (Los Angeles: University of California Press, 2000).

²⁷² Orazio Abbamonte, *La politica invisibile – Corte di Cassazione e magistratura durante il Fascismo* (Milano: Giuffrè Editore, 2003).

²⁷³ Antonella Meniconi, «Magistrati e ordinamento giudiziario negli anni della dittatura», in Guido Melis (dir), *Lo Stato negli anni trenta – istituzioni e regimi fascisti in Europa* (Bologna: Il mulino, 2008); sobre o problema metodológico na abordagem da magistratura italiana durante o fascismo, v. Yannick Beaulieu, «Magistratura italienne et régime fasciste: une approche socio-historique», in Vincent Bernaudéau (dir), *Les praticiens du droit – du Moyen Âge à l'époque contemporaine* (Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2005), 153-170.

²⁷⁴ Tiago Marques, *Mussolini's nose: a transnational history of the penal code of fascism*, (Florence: European University Institute, 2007) – a sua hipótese de trabalho remonta à criação de um modelo penal italiano, em torno da fabricação do código penal entre 1925 e 1930, p. 7

Quanto ao caso espanhol, é marcado significativamente pela experiência da guerra civil. Mónica Lanero Táboas apresenta um retrato significativo, onde a questão do direito esteve longe de entrar em crise. A forte implementação do tradicionalismo processual espanhol manteve-se a coberto da influência italiana, havendo apenas projectos, como o programa falangista, nos anos 40, que aproveitavam as suas teses em comum as nacional-socialistas alemãs²⁷⁵. Quanto à magistratura, ela não deixou de estar presa a sucessivas vagas de depuração ideológica e de controlo administrativo.

Como muitas vezes tem sido observado, depois de Braga da Cruz, o regime salazarista sempre se invocou como pertencendo à «moral e ao direito»²⁷⁶. Mas a que nível foi isto feito, sobretudo no que diz respeito à organização judiciária e à magistratura? Como defendemos em outro lugar²⁷⁷, acreditamos que aquilo que foi depois a obra do Estado Novo foi antecipada precursoramente para a Ditadura Militar, através da acção de Manuel Rodrigues Júnior, ministro da justiça entre 1926 e 1928. A indefinição de um programa coerente e planeado de antemão, pelos governos que se seguem ao 28 de Maio, deu de certo modo uma «acção livre» a Manuel Rodrigues para desencadear um conjunto de reformas, de forte cunho pessoal, que visavam claramente uma regeneração do aparelho judiciário. Mas mais do que isso. Se o momento para a formulação teórica e doutrinal da sua acção aparece apenas nos anos trinta, sobretudo a par e depois da institucionalização constitucional do regime, depois da eliminação do liberalismo político ser já um dogma mais ou menos consensual, pronto a ser propagandeado, a verdade é que podemos entrever nas suas linhas reformistas, desde 1926, a consagração de um ideário completamente novo. Como iremos ver em seguida, Manuel Rodrigues desenvolveu a sua linha de acção em quatro diferentes níveis: (i), um, primeiro, onde buscou uma articulação firme e doutrinal entre os princípios do Estado Novo (antiparlamentarismo, anti-liberalismo, corporativismo) e um novo direito *autoritário e social*; (ii) um segundo, onde tentou uma reforma de regeneração da independência da magistratura judicial (redefinição dos concursos de acesso, política independente de nomeações e colocações de magistrados, divisão de poderes nos órgãos de decisão como o

²⁷⁵ Mónica Lanero Táboas, *Una milicia de la justicia. La política del franquismo (1930-1945)* (Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1996), 69-143

²⁷⁶ Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo* (Lisboa: Editorial Presença, 1988), 50

²⁷⁷ Nuno Lopes, «A nova justiça no Estado Novo», in Gladys Sabina Ribeiro, Edson Alvisi Neves, Maria de Fátima Cunha Moura Ferreira (Dir), *Diálogos entre direito e história: cidadania e justiça* (Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2009), 205-217

Conselho Superior Judiciário); (iii), um terceiro, numa ideia de *família judiciária*, ligada à função judicial como descoberta da verdade, onde cada actor procura desempenhar o seu papel em conformidade com o apuramento desta, desaparecendo a noção de conflito no espaço do tribunal, para dar lugar a conceito harmonioso de partes que se complementam harmonicamente; (iv), um quarto, com a criação de um *juiz forte*, imagem reproduzida do Estado autoritário, iniciando uma reforma processual que sucessivamente lhe dá mais amplos poderes de acção e condução dos litígios.

Manuel Rodrigues participou parcamente, ao que se sabe, no novo diploma constitucional de 1933. Este, sendo uma das bases essenciais do novo regime, não adiantou, no entanto, nenhuma perspectiva inovadora sobre o mundo judicial (à excepção da diferenciação semântica entre «poder» e «órgão/função» judicial), deixando o papel regulador central aos Estatutos Judiciários de 1927/1928 – estes, sim, levados a cabo em grande parte por Manuel Rodrigues. Este «esvaziamento» do poder judicial pela Constituição de 1933, no entanto, não deixa de ser importante realçar.

Mas este novo enquadramento doutrinal e no terreno foi também complementado por um fenómeno a salientar – a «despolitização da justiça». Retomando a análise de Pedro Coutinho Magalhães, procuramos aqui explicitar, mais à frente, como a magistratura judicial foi sendo cautelosamente posta de lado da dimensão política; através de uma «juridificação obsessiva», da construção de jurisdições especiais, da criação de um «triângulo repressivo», segundo Fernando Rosas, que administrativamente escapa à alçada dos tribunais ordinários na repressão política, na criação de tribunais militares especiais para os crimes políticos, compostos essencialmente por militares (só após 1945 surgem os «tribunais plenários», onde a questão da co-responsabilização da magistratura se coloca com mais afinco), na criação de um modelo de juiz-funcionário, boca da lei, mero executante da letra da lei, desaparecendo pelo Estatuto de 1944 a referência sempre consagrada anteriormente à «consciência» do magistrado.

A composição e competências do Conselho Superior Judiciário mereceram, analogamente, um subcapítulo próprio. É possível detectar, na evolução deste organismo, uma pretensão inicial, por parte de Manuel Rodrigues, de «regenerar» a magistratura judicial, supondo-a viciada politicamente pela Primeira República. Este primeiro momento levou a que se

optasse por uma libertação do processo de nomeações e colocações dos juízes de todas as tentativas políticas e partidárias de clientelismo, acabando por se dar ao Conselho Superior Judiciário a competência de «determinar» todas as vagas. Na composição do Conselho, por sua vez, ensaiou-se uma fórmula mista, entre eleição e nomeação governamental. Este primeiro momento, ainda ligado reactivamente às contestações feitas contra a República, não teve ocasião para durar muito tempo. Os anos trinta vão de novo colocar o poder ministerial de pé, agindo através de um curioso jogo onde ora se elevam as competências do Conselho mas decide-se por uma composição governamentalizada, ora, ao invés, se esvaziam as competências e autoriza-se uma composição eleita pelos magistrados.

Dois outros pontos mereceram uma reflexão particular: o debate dos critérios de mérito vs. antiguidade na promoção dos magistrados judiciais e o controlo administrativo exercido sobre a magistratura durante os anos trinta e quarenta. Quanto à questão dos critérios adoptados nas promoções, em especial a referência muito alterada do artigo 517º do Estatuto Judiciário, é de notar a instabilidade que a norteia, tentando-se aqui e ali vias diferentes. Em qualquer das modalidades adoptadas, é possível ver nelas uma forte dimensão de controlo governamental bem como uma progressiva utilização das classificações como filtro na ascensão aos tribunais superiores – o que termina, em Novembro de 1941, com a necessidade da classificação máxima de «muito bom».

Finalmente, o controlo administrativo exercido sobre os magistrados judiciais. Na verdade, através do arquivo do Ministério da Justiça, é possível hoje reconstituir, embora com alguma dificuldade devido à falta de sequência das séries, um forte controlo por via administrativa no sistema de colocações, nomeações e promoções. São sobretudo os governadores civis, mas também os administradores do Conselho, as comissões da União Nacional, a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (P.V.D.E. – depois, P.I.D.E.), que fazem funcionar um circuito fechado de informações sobre a «idoneidade política» dos magistrados do Ministério Público e dos juízes, informações essas que são desencadeadas pelas colocações dos magistrados, sobretudo, e que terminam a cadeia de transmissão no gabinete do ministro da Justiça. Este material arquivístico vem, por isso, esclarecer sobre a fidelização política da magistratura em relação ao regime, limitando em muito o discurso «regenerador» da independência da magistratura judicial propagandeado pela Ditadura Militar e pelo Estado Novo.

2.1 O novo direito autoritário e social de Manuel Rodrigues: a crítica ao modelo liberal e os novos pilares fundacionais (Estado, Contrato, Propriedade, Família e Litígio)²⁷⁸

«(...) Um novo direito surge por todo o Mundo, novo nos princípios, novo nos processos, novo nos objectivos. Foi este facto que o Ministro da Justiça alemão, na celebração do cinquentenário da fundação do Supremo Tribunal do Império, salientou quando disse: «O carácter deste tempo está na passagem de uma idade individualista a uma idade social.»

Qual é, então, a estrutura deste direito novo? Qual o seu ponto de partida? Quais os seus processos e os seus fins?»

Manuel Rodrigues Júnior, «Discurso proferido na sessão comemorativa do centenário do Supremo Tribunal de Justiça», 14 de Outubro de 1933

Se bem que se possam fazer recuar as reformas ministeriais de Manuel Rodrigues Junior a 1926, a verdade é que os seus escritos, onde se estabelece um claro arco entre um novo direito autoritário e a nova política, são já dos anos trinta. Alguns deles levam a marca de propaganda ao Estado Novo, tendo sido proferidos enquanto discursos em ocasiões diversas, depois reunidos em livro. Manuel Rodrigues propôs-se um plano ambicioso: o de tentar reunir numa única placa ideológica os princípios autoritários do regime e uma reforma judicial e do direito que fossem deles uma extensão lógica.

De facto, o ponto de partida deste novo direito surge desde logo no lugar atribuído ao Estado. A ele é acometida a função de ser o primeiro facto social; não é pois uma consequência das várias individualidades obrigadas a viver em comunhão, um *contrato* feito por cidadãos livres e iguais, como na tradição liberal de oitocentos, mas torna-se ele próprio a condição primeira, o que antecede o próprio indivíduo e, por isso, antecipa a sua existência. Toda a existência é, por isso, uma existência delegada pelo Estado. A matriz de Rousseau era assim invertida, aparecendo a condição sociológica do ordenamento dos povos, as suas

²⁷⁸ Seguimos de perto, neste subcapítulo, a nossa comunicação na Universidade Fluminense, depois publicada em Nuno Lopes, «A nova justiça no Estado Novo», in Gladys Sabina Ribeiro, Edson Alvisi Neves, Maria de Fátima Cunha Moura Ferreira (Dir), *Diálogos entre direito e história: cidadania e justiça* (Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2009), 205-217

instituições, à frente do seu livre-arbítrio. Tratava-se, sobretudo, de uma troca de «tempos». Se na tradição liberal o tempo do indivíduo antecede o das instituições, aparecendo estas somente depois e por acordo daqueles, aquilo que a «nova idade social» propunha era o seu contrário. O tempo do Estado e das instituições antecedia o indivíduo, que neles cresce e se forma. O Estado é condição, é o primeiro na linha do tempo. O indivíduo a ele deve a sua existência, a sua língua, a sua cultura, os seus hábitos. O pensamento liberal era rodeado assim de um aspecto sempre ficcional. Era obrigado a imaginar indivíduos sem história, já formados, já crescidos, que, por um acordo de vontades, decidiam sobre as suas instituições, contratavam entre si. Ao contrário, no pensamento de Manuel Rodrigues, o dado sociológico – o Estado, as instituições – era o dado político. Aquilo que é a condição da existência deveria ser também a condição em política. Como observou António Manuel Hespanha²⁷⁹, há nestas linhas uma influência da Itália de Mussolini e da *Carta del Lavoro*:

*O Estado é o primeiro facto social, condição de todos os outros, e não pode, por isso, a sua existência deixar de ser a primeira existência, a sua vida a primeira vida, e o seu lugar o primeiro, num problema de valores sociais. Mas, sendo o primeiro, condição de todos os outros, ele é a fonte da regra superior do homem social. O cidadão não pode recorrer a um princípio estranho ao seu país, nem mesmo invocar regras de humanidade. Só é humano o que é nacional.*²⁸⁰

Antecipando assim o indivíduo, sendo-lhe primeiro na ordem natural das coisas, o Estado deixa de ser uma categoria transitória, um espectador passivo da realidade social, com a missão de intervir apenas quando estes entram em conflito. Tratava-se, portanto, de recolocar o indivíduo, pedra de base do direito liberal, num novo papel na sua relação com o direito.

O indivíduo isolado, abstracto, nem é o criador do direito nem a figura central, porque, como tal, não tem realidade, não tem verdade. O panorama social mostra-nos homens ricos e pobres, fracos e fortes, incultos e esclarecidos, todos eles unidos em quadros, grupos e classes. É desta realidade social que o direito parte para

²⁷⁹ António Manuel Hespanha, *Cultura Jurídica Europeia – Síntese de um Milénio* (Lisboa: Europa-América, 2003), 302

²⁸⁰ Manuel Rodrigues, *Política, Direito e Justiça* (Lisboa: Empresa Jurídica Editora, 1934), 41.

*definir poderes e deveres, de maneira que nem o poder de alguns seja excessivo ou prejudicial, nem a fraqueza desprotegida de outros os conduza à inutilização do seu próprio valor.*²⁸¹

Este passo é fundamental para se compreender a nova ideia de direito, mas também a própria natureza do regime. O indivíduo, isolado, não é sequer tomado em linha de conta, «não tem realidade». O liberalismo, que o ficciona para edificar o contrato social, é substituído pela sociologia. O que existe são classes, grupos, instituições. Há um «corporativismo filosófico», por assim dizer. O indivíduo é uma abstracção, ele é destituído, até, «de verdade». O novo direito não podia, deste modo, fazer dele a sua figura central. Se o que existe são homens reunidos em «quadros, grupos e classes», é a estes que o direito deve dar a sua atenção, é a estes que se deve o direito dirigir para «definir poderes e deveres».

Existe igualmente, na defesa destas linhas, uma teoria da justiça e uma crítica ao liberalismo. Se este define os homens como formalmente livres e iguais, e mostrando a realidade social que, de facto, eles não o são, o direito liberal ajudava a preservar a injustiça, não atendendo aos desequilíbrios naturais. Por outro lado, o novo direito, partindo de uma realidade social que é, aos seus olhos, desequilibrada, com homens «ricos e pobres», os «fracos e fortes», os «incultos e esclarecidos», poderia mais facilmente alcançar um estado de justiça ao limitar o poder excessivo de uns e ao proteger a fraqueza de outros. Na linha de Manuel Rodrigues, ficcionar o indivíduo abstracto, como o faz o liberalismo, é esconder os desequilíbrios sociais sob o manto da igualdade, inutilizando ao direito o seu papel correctivo de harmonizar o excesso ou a fraqueza dos diferentes grupos. Um indivíduo, isolado, tratado de forma igual a todos os outros, não sendo na realidade igual a todos os outros, é um princípio de injustiça. Nesta perspectiva, a ideologia do Estado como o primeiro facto social, não era apenas uma condicionante sociológica e filosófica, mas um princípio de justiça. O liberalismo negava a natureza e a história, que dividia desigualmente os homens, fazendo da igualdade no direito, por contradição, um ataque à própria igualdade social.

O novo direito é assim um direito que reconhece o indivíduo como consequência de uma ordem anterior, o Estado, este sim o primeiro facto social, o primeiro facto de direito. Anti-individualista, o novo direito comunga com a nova postura ética de cidadania, na sua

²⁸¹ Rodrigues, *Política...*, 87

dimensão política. Sendo o Estado anterior aos indivíduos, o processo político como jogo individual, como um fim particular em si mesmo ficava destituído de sentido. Há no pensamento de Manuel Rodrigues, por isso, uma ligação essencial entre o direito, a justiça e a política.

*Se o processo político era um fim, ele por si próprio podia constituir uma profissão, e aqueles que a ele inteiramente se dedicavam tinham o direito de exigir da Nação que os dispensasse da outra, tão absorvente ela era e tão intensamente a ela se entregavam. E porque à cidade davam uma agitação permanente, a si próprios se chamam cidadãos, e cidadãos por excelência. Outra é, porém, a posição do cidadão na cidade moderna, outra é a missão do homem do Estado Novo.*²⁸²

Nega-se ao indivíduo o seu papel central no direito, assim como se nega o seu papel primeiro na política. Em ambos os casos, ele é uma figura posterior, que se deve integrar no Estado, e não encabeçar à partida todo o jogo social, resultando daí, como consequência, o próprio Estado enquanto síntese do somatório dos indivíduos. O direito novo afirmava-se, pois, neste primeiro ponto do seu programa, contra a própria ideia de Estado deixada pelo modelo demo-liberal. Mas era também a formulação de um novo homem, um «homem do Estado Novo». O processo político, num Estado que era o primeiro facto social, pedia aos cidadãos que nele se filiassem e integrassem, e não que, supondo-se acima ou ao lado deste, lhe tomassem os destinos. O que o Estado Novo propunha, por isso, e no pensamento de Manuel Rodrigues, era um retorno à origem. Se o indivíduo devia a sua existência ao Estado, deveria depois integrar-se nele regressando à sua origem. Ele é uma figura posterior, que se deve integrar no Estado, e não encabeçar à partida todo o jogo social, resultando daí, como consequência, o próprio Estado enquanto síntese do somatório dos indivíduos. O direito novo afirmava-se, pois, neste primeiro ponto do seu programa, contra a própria ideia de Estado deixada pelo modelo demo-liberal. Segundo Manuel Rodrigues, este modelo tolerava o Estado como um «mal necessário», dava-lhe uma existência que se opunha à liberdade dos indivíduos, um Estado fraco, portanto, que historicamente se tinha colocado à disposição das massas que o tentavam negar, ultrapassando-o em nome de uma ilusória evolução social. E,

²⁸² Rodrigues, *O cidadão do Estado Novo* (Lisboa: Edição da União Nacional, 1935), 8-9

neste ponto, voltava a indicar a igualdade formal do demo-liberalismo como princípio de injustiça.

Dizendo que o Estado é um mal necessário, a democracia liberal criou o espírito de destruição do Estado e tornou possível a formação de massas que o negam e combatem, procurando atingir imediatamente aquele período que lhes foi indicado como o termo lógico da evolução social – a solidariedade espontânea, a mútua cooperação voluntária – objectivo que, para muitos, é dificultado pelo próprio Estado.

Dizendo aos homens que todos eles são iguais, mas deixando que as forças naturais actuem livremente, causando a injustiça e a miséria, ela justificou e tornou possíveis as tendências demagógicas dos que consideram, as «elites», as pessoas superiores, como os organizadores da opressão.²⁸³

A crítica ao modelo demo-liberal de Estado que realiza, estende-se, necessariamente, aos seus pressupostos base materializados nas ideias de contrato, de propriedade, de família e de litígio. Daí que, na sua perspectiva, é todo o direito que deve ser reformado, não só constitucional mas também o direito civil. Rejeita-se assim a formulação contratualista liberal, assente na livre declaração vontade dos contraentes que exclui as considerações de potenciação da sociedade no seu todo, colocadas sob a protecção e guarida do Estado, a quem compete assegurar a vida colectiva.

O princípio de autonomia da vontade, o que quer dizer que os contratantes podem estipular todas as cláusulas que entenderem, salvas as excepcionais restrições da lei, e que só obrigam aquelas que por eles forem aceitas. A vontade é o elemento essencial da sua formação e será o elemento único da sua interpretação porque a integração e interpretação das cláusulas há-de fazer-se pela indagação da vontade dos contratantes.²⁸⁴

O que estava em causa, na ideia liberal de contrato, era a vontade dos indivíduos. Esta exclusividade das partes, que «podem estipular todas as cláusulas que entenderem, salvas as excepcionais restrições da lei», mergulhava o Estado numa ausência, num árbitro distante. Por oposição, o direito novo e autoritário deveria tomá-lo em linha de conta, fazendo dele

²⁸³ Rodrigues, *Política...*, 19

²⁸⁴ Rodrigues, *Política...*, 82

uma terceira parte omnipresente. O contrato passaria deste modo a deixar de estar ligado umbilicalmente à sua natureza pura de um acordar de vontades individuais para se relacionar daí em diante com o seu papel público. Analogamente à rejeição da concepção de contrato na sua formulação liberal, também a propriedade e família são reconvertidas e moldadas de acordo com a nova ideologia. Assim, contesta-se, portanto, toda a noção jurídica de propriedade desinscrita da noção de valor público, e de família confinada a um conjunto de laços voluntários e de obrigações, sem a consideração da sua elevada função social.

O direito velho, liberal, sofreria, assim, de uma ausência de correspondência com a nova realidade a instaurar não só nos domínios do direito constitucional (Estado) e civil (contrato, propriedade, família), como ainda no direito processual – a ideia de litígio.

Na leitura de Manuel Rodrigues, o litígio, no modelo demo-liberal, é visto apenas como um conflito entre duas partes, levadas a tribunal pelos seus interesses próprios, sem consideração do seu lugar social ou colectivo. Dai, o papel do juiz limitar-se a um lugar passivo, de mera reparação de um direito lesado ou recorrido.

*No direito processual, o esquecimento do valor social do litígio levou a considerá-lo apenas como uma questão das partes, toda dominada pela vontade delas mesmo quando levada a tribunal. Entregou-se, por isso, não só a organização dos elementos da demanda, mas até a sua própria instrução exclusivamente aos litigantes, fazendo-se do juiz apenas um espectador neutral da luta processual.*²⁸⁵

Se para Karl Von Clausewitz a política era a continuação da guerra por outros meios, aqui o espaço do tribunal seria a continuação do litígio dos indivíduos por outros meios. O tribunal perde a sua natureza sagrada de lugar de justiça, para se tornar o prolongamento da sociedade e dos seus conflitos. Esta concepção privatística da relação processual, de onde as partes dispõem da iniciativa e do principal papel, era a continuação de um liberalismo e individualismo que negava ao Estado, no papel do juiz, o poder e a responsabilidade da condução do litígio. Um Estado fraco reproduzia a sua imagem, no tribunal, num juiz igualmente fraco, um «mero espectador». Existia, assim, uma associação metafórica entre a

²⁸⁵ Rodrigues, *Política...*, 84

própria sociedade e o espaço do tribunal. Este era a sua reprodução em miniatura, a sua imagem. Se no contrato, figura jurídica primeira da relação entre os indivíduos, era a sua simples vontade que guiava a sua execução, o litígio era o contrato quebrado, mantendo as partes a sua vontade e reclamando reparo, por outros meios. O conflito existente na sociedade prolongava-se no tribunal. Nesta perspectiva, a todos os actores é atribuída uma função precisa. A cada parte, defender o seu interesse próprio por intermédio dos advogados. Ao juiz, manter uma distância neutral e passiva, tal como o próprio Estado deveria ter na sociedade. Nesta perspectiva, era também o lugar reservado à verdade que estava em causa. Cada parte usaria o litígio para um fim que era apenas o seu, individual. E, assim sendo, o espaço do tribunal reproduzia em audiência fins particulares e opostos, estando o interesse do Estado, da verdade, do bem comum, apagados na figura passiva do juiz. A metáfora é ainda mais viva se associarmos as partes no processo aos partidos políticos. É ao tribunal-parlamento, deixado pela tradição demo-liberal, que o pensamento crítico de Manuel Rodrigues se dirige, contra o conflito meramente particular levado às instâncias jurídicas. Cabia ao novo direito autoritário, social, inverter a situação através da criação de um juiz forte, de um tribunal-templo onde se procura a verdade e limita o arbítrio das partes e dos seus interesses egoístas.

Por último, a reforma do direito penal liberal impõe-se, analogamente. Estrito observador do interesse particular, o modelo demo-liberal colocava o enfoque no crime, no dano, e não na figura do delinquente. A causa era apenas olhada como um conflito entre partes, de modo que apenas o crime resultava como tendo um valor em si.

Rejeitados liminarmente, em termos marcadamente simplistas e propagandísticos, os fundamentos jurídicos do modelo demo-liberal, aqui equacionados a partir das noções de contrato, de propriedade, de família e litígio serão reformulados a partir do novo direito, assente numa perspectiva autoritária e social.

O contrato passará, deste modo, a deixar de estar ligado à sua natureza pura, isto é liberal, mero acordo de vontades individuais, para incluir uma vertente social, regulada pelo Estado. Por exemplo, nos contratos de adesão e de trabalho e na fixação não unilateral de preços e salários, o Estado assume o seu papel de árbitro, conciliando o interesse individual, particular com o interesse social.

A mesma orientação preside à noção de propriedade, justificando a intervenção do Estado em nome do interesse nacional.

*Daqui, os princípios de que o proprietário não pode servir-se dela como instrumento da ruína pública ou particular e, por isso, que não lhe é permitido manter improdutivo em prejuízo da economia nacional certos instrumentos de produção; não pode explorar produtos que sejam susceptíveis de perturbar a economia nacional ou não pode explorá-los senão em certas condições ou em determinados lugares.*²⁸⁶

E o mesmo em relação à família. Concebida como enquanto instituição social, estrutura basilar da vida do Estado e «tendo em consideração o seu valor e destino e não a liberdade e autonomia dos que a compõem.»²⁸⁷

Contrato, propriedade e família são assim dotados de uma nova perspectiva, no olhar do novo direito civil.

Igualmente o direito processual e penal que recebem novas formulações. A ideia liberal de litígio como simples conflito entre partes é abandonada, para passar a incluir o Estado como terceiro interessado. Assim, cabe ao Estado, como entidade superior e «síntese das situações individuais»²⁸⁸ realizar a verdadeira justiça, uma vez que toda a causa é tornada uma causa pública. No direito penal, desloca-se o enfoque do crime para o delinquente, uma vez que é este que interessa ao Estado, e não apenas a simplicidade do acto que viola o direito de uma parte. «Para o direito penal há delinquentes, não há, em rigor, crimes.»²⁸⁹

Todas estas transformações do direito repousam, no fundo, numa politização do bem comum que deveria atravessar toda a ordem jurídica.

²⁸⁶ Rodrigues, *Política...*, 90

²⁸⁷ Rodrigues, *Política...*, 90

²⁸⁸ Rodrigues, *Política...*, 90

²⁸⁹ Rodrigues, *Política...*, 91

*O bem comum é, por isso, um dado necessário, um elemento material a integrar em toda a relação jurídica, que exclui, como é intuitivo, todo o uso abusivo ou anti-social do próprio direito.*²⁹⁰

O bem comum deveria estar em *toda a relação jurídica*. É assim que o direito, o novo direito social, se torna político e político a todo o tempo. Ele não é mais um poder exterior de um Estado liberal que aparece apenas para mediar um conflito entre partes, que vem somente para proibir ou fazer reparar um dano; pelo contrário, o Estado está em todas noções de direito, cria-as, mesmo. Não para proibir ou mandar fazer reparar, mas *integrar* aquilo que é decidido, dar a direcção e o sentido do bem comum a todo o conflito.

Este novo direito, autoritário e social, tal como proposto por Manuel Rodrigues, veio assim alimentar a ideologia do Estado Novo com um discurso jurídico que o sustinha e ao mesmo tempo o legitimava. Um Estado que se sobrepõe ao individualismo, um Estado que deixa de lado o seu mero papel de espectador para sobreestar teoricamente em todas as relações jurídicas, seja no contrato, na propriedade, na família ou no litígio.

2.2 As reformas ministeriais (1926-1945)

As transformações ideológicas na ideia de um novo direito tiveram a sua consequência prática num longo período de reformas levadas a cabo pelo Ministério da Justiça, desde 1926 até ao final dos anos trinta, e que foram encabeçadas por Manuel Rodrigues. Entrando no ministério logo a seguir ao golpe militar, as primeiras medidas surgem no imediato mês de Junho. No dia 12 são promulgados três diplomas em simultâneo: um primeiro, modificava a área de jurisdição dos três distritos judiciais²⁹¹, um segundo diploma criava a Ordem dos Advogados²⁹² e, por último, eram fixadas as regras a seguir para a primeira nomeação dos

²⁹⁰ Rodrigues, *Política...*, 87

²⁹¹ Decreto nº 11:713, de 12 de Junho de 1926.

²⁹² Decreto nº 11:715, de 12 de Junho de 1926.

delegados do Procurador da República, conservadores do registro predial, notários, contadores, escrivães de direito, regulando a constituição dos concursos para estes lugares²⁹³.

A criação de uma Ordem dos Advogados vinha na sequência de algumas tentativas frustradas desde a Monarquia Constitucional (Veiga Beirão, 1887; Mesquita de Carvalho, 1912; Álvaro de Castro, 1913; Abranches Ferrão, 1923) e aparecia como uma exigência não cumprida ainda pelo país, numa época em que «até a Rússia» dispunha já de um estatuto profissional desde 26 de Maio de 1922. A medida retomava a proposta de Abranches Ferrão, uma vez que ela «equilibra satisfatoriamente os princípios do sistema francês com a exigência fundamental do sistema italiano»²⁹⁴. Os fins da Ordem eram alinhados pelo artigo 2º do decreto:

1º Determinar quais são as pessoas que estão habilitadas a exercer a advocacia no continente da República e ilhas adjacentes;

2º Defender os direitos, imunidades e interesses dos seus membros;

3º Exercer o poder disciplinar sobre os advogados por forma a assegurar-se o prestígio da classe e a garantir-se a observância das boas normas de conduta profissional;

4º Contribuir para o progresso do direito e para o aperfeiçoamento das instituições judiciais; e

*5º Auxiliar a administração da justiça.*²⁹⁵

A inscrição na ordem era obrigatória para o exercício da profissão (excepto no caso dos advogados de provisão) e podiam a ela candidatar-se todos os indivíduos formados em direito. Os candidatos deveriam completar com êxito o tirocínio, de dezoito meses junto de um advogado, estão dispensados dessa modalidade os juizes de direito ou municipais com dois anos de serviço, os magistrados do Ministério Público excluindo os subdelegados e os professores das Faculdades de Direito (art. 11º). A criação da ordem dos advogados, em 1926, reflectia certamente uma crescente complexificação do Estado burocrático, na linha

²⁹³ Decreto nº 11:716, de 12 de Junho de 1926.

²⁹⁴ Decreto nº 11:715, de 12 de Junho de 1926, preâmbulo.

²⁹⁵ Decreto 11:715, art. 2º

européia, mas não há dúvida que a medida servia também os interesses da nova política de Manuel Rodrigues, organizando-a depois, no ano seguinte, num Estatuto Judiciário onde se mesclava no resto das profissões jurídicas.

Quanto à primeira nomeação dos delegados do Procurador da República e outras profissões judiciárias, a medida vinha tentar reparar a injustiça de serem colocados pela primeira vez indivíduos com classificações menores às de outros. Este ponto não estava devidamente esclarecido nos diplomas anteriores (decreto nº 5:265, de 15 de Março de 1919; lei nº 1:134, de 31 de Março de 1921; decreto nº 8:668, de 26 de Fevereiro de 1923 e lei nº 1:481, de 31 de Outubro de 1923), de modo que o decreto 11:716 aclarava, pelo seu artigo 1º, que o critério estabelecido era a melhor classificação em concurso; este, por sua vez, era regulado nos artigos seguintes do diploma, nomeando o ministro da Justiça os seus membros entre uma lista definida – um juiz da Relação de Lisboa (que servia como presidente), um professor do grupo de Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, um professor nas mesmas condições mas da Universidade de Coimbra, o Procurador da República junto da Relação de Lisboa ou um seu ajudante e um vogal especial (art. 2º). Os concursos procuravam moralizar o sistema de nomeações e entravam numa política, mais alargada, de evitar os vícios de um edifício da justiça que se julgava mais ou menos corrupto ou, pelo menos, dependente de situações um tanto obscuras.

Na mesma linha, saía pouco depois o decreto 11:751, de 23 de Junho, já referido no anterior capítulo, onde se dispunha que o provimento de todas as vagas da magistratura judicial deveriam ser preenchidas pelo nome indicado pelo Conselho Superior Judiciário, eliminando-se assim o poder do ministro da Justiça em recusar a nomeação ou indicar outro nome para o lugar. Pretendia-se com esta medida dar uma independência *de facto* à magistratura, libertando-a da dependência dos partidos políticos e da classe política que, segundo se dizia, intervinha nas colocações dos magistrados e decidia dos seus destinos. A própria composição do Conselho Superior Judiciário era alterada, sendo que dois dos seus vogais eram de nomeação do governo, mas os dois restantes deveriam ser eleitos livremente pelos juízes.

Esta reforma do sistema de nomeações dos magistrados judiciais não acabaria por aqui. A 29 de Julho, um novo diploma viria regular o funcionamento dos concursos para juízes de

direito²⁹⁶. Assim, eram admitidos a concurso os delegados do Procurador da República da metade superior da 1ª Classe. Prestavam provas compostas por dois exames escritos, consistindo na resolução de uma questão de direito civil, comercial ou penal e outra na elaboração de um trabalho «adequado às funções de juiz» - uma sentença, despacho, julgamento de uma reclamação. O concurso era feito pelo Conselho Superior Judiciário, sendo o júri dos exames composto pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça e quatro vogais (um juiz de segunda instância, um juiz de direito de 1ª Classe e um professor do grupo de ciências jurídicas de cada uma das Faculdades de Direito). O decreto continha ainda, no seu artigo 10º, uma reforma de extraordinária importância. A Organização Disciplinar Judiciária, de 19 de Novembro de 1924, tinha pela primeira vez introduzido a questão das classificações como possíveis barreiras na progressão na carreira. Pelo artigo 70º, eram excluídos das listas de promoção a classe ou instância superior, os magistrados que não houvessem obtido, pelo menos, a classificação de «regular» na última avaliação. O novo decreto de Manuel Rodrigues, de 29 de Julho, elevava a exigência, pelo seu artigo 10º, onde ficava definido que só poderiam ser promovidos à segunda instância os juizes direito de 1ª Classe que o Conselho Superior Judiciário avaliasse com a classificação de «bom».

Na verdade, esta disposição, alinhada no fim do decreto de 29 de Julho, era uma alteração significativa no modelo de ascensão na carreira. O princípio da antiguidade, que tinha sempre prevalecido na elaboração das listas de promoção, sofrera um primeiro revés com a Organização Disciplinar Judiciária de 1924, mas era ainda uma limitação tímida. De facto, a classificação de «regular» era, como teremos oportunidade de estudar no capítulo referente às inspecções judiciais, atribuída em casos muito pontuais. A reforma de Manuel Rodrigues, por outro lado, tentava criar um filtro na ascensão aos tribunais superiores mais apertado, com a exigência da classificação de «bom». Mais à frente veremos que esta discussão entre os princípios da antiguidade e do mérito iriam gerar ainda avanços e recuos.

Os concursos, que ficavam assim regulados, seriam objecto ainda de algumas novas disposições específicas (prazos, reclamações) que, no final do ano, seriam esclarecidas pelo decreto nº 12:890, de 27 de Dezembro.

²⁹⁶ Decreto nº 12:013, de 29 de Julho de 1926.

2.2.1 A reforma processual de Manuel Rodrigues

Em Dezembro de 1961, aquando da reforma do processo civil do decreto-lei nº 44:129, dizia-se ainda que o decreto nº 12:353, de 22 de Setembro de 1926, tinha assinalado «o começo da reacção legislativa contra o descrédito da justiça a que conduziu o sistema anterior»²⁹⁷.

Em 1926, o código que estava então em vigor era ainda o primeiro Código de Processo Civil português, de 1876, da autoria de Alexandre de Seabra. Aos olhos de Manuel Rodrigues, tratava-se portanto de um código marcado pela época onde nascera, de tendência liberal e desadequado à nova ideia de um direito autoritário e social. Nisto se revelava ele, sobretudo, por o tipo de processo ser maioritariamente *dispositivo*; quer isto dizer, as principais fases processuais estariam na mão das partes, podiam elas *dispor* dos principais meios, cabendo-lhes o impulso processual. Por outro lado, ao juiz restava uma posição passiva, de um quase espectador. Era às partes que era pedido o esclarecimento dos contornos a resolver, ficando àquela que alegava os factos a obrigação de os provar²⁹⁸; era aos particulares que pertencia o ónus da prova. A parte, no depoimento, era perguntada pelo juiz e nunca pela parte contrária (art. 226º); os peritos eram nomeados por estas (art.236º); eram os advogados quem interrogava as testemunhas que tivessem produzido ou dado no rol (art.237º e 174º); o juiz não podia condenar além ou em coisa diversa do que se pedisse (art. 281º)²⁹⁹.

Além destas disposições de tipo dispositivo e liberal, o Código de Processo Civil de 1876 era ainda visto por Manuel Rodrigues como um exemplo de um direito formalista e burguês, demasiado preso à observância de certas formulações rígidas, o que levava ao atraso intencional dos processos assim querendo os advogados de alguma parte. «Juntavam-se ao

²⁹⁷ Decreto-lei nº 44:129, de 28 de Dezembro de 1961 – preâmbulo.

²⁹⁸ Luis Correia de Mendonça, *Direito Processual Civil – as origens em José Alberto dos Reis* (Lisboa: Quid Juris? Sociedade Editora, 2002), 25, «Às partes cabia definir o objecto da controvérsia a resolver, incumbindo àquela que alegava os factos a obrigação de os provar, salvo tendo a seu favor alguma presunção de direito, o que vedava a atendibilidade de factos não alegados, mesmo os notórios.»

²⁹⁹ *Código de Processo Civil, aprovado por Carta de Lei de 8 de Novembro de 1876*, Edição Oficial (Lisboa: Imprensa Nacional, 1876),.80, art. 281º, «Produzidas as provas e findas as alegações, o juiz, certificando-se da legitimidade das partes, proferirá sentença, na qual resolverá toda a questão, não podendo condenar além, ou em coisa diversa do que se pedir.»

processo um jornal, um qualquer papel, e requeria-se depois o exame»; «davam-se testemunhas em número fantástico»; «faziam-se requerimentos para provocar despachos, dos quais em seguida se agravava e tinham, por consequência, a suspensão da causa»³⁰⁰.

É contra este modelo global, liberal e dispositivo³⁰¹, portanto, que se irão voltar as reformas operadas pelo Ministério da Justiça desde 1926 até à promulgação de um novo Código de Processo Civil, em 28 de Maio de 1939³⁰².

A primeira grande reforma foi operada em 22 de Setembro de 1926, através do famoso decreto nº 12.353. Nele, era apontada como causa de imperfeição no processo judiciário português o carácter individualista do código de 1876. Apontava-se no preâmbulo da lei o defeito do « conceito individualista da relação processual, donde derivam, como corolários, o princípio da *inércia* e *passividade* do juiz e a liberdade ilimitada das partes em orientar e dirigir toda a estrutura do processo.³⁰³» Em contrapartida, continuava a lei, eram aos juízes destinados agora amplos poderes.

*A instrução e a discussão concentram-se numa ou nalgumas audiências, o mais aproximadas possível, a que o juiz preside e onde tudo se liquida. As partes, os peritos e as testemunhas prestam as suas declarações perante o magistrado e são interrogados por ele. O interrogatório reduz-se naturalmente aos factos que interessam à discussão em causa. A discussão oral trava-se em volta dos pontos essenciais. E o juiz, tendo assistido a toda a instrução e discussão e tendo-a dirigido, absolutamente senhor da matéria do pleito, encontra-se habilitado a proferir imediatamente a sentença ou, pelo menos, a anunciar o sentido em que será julgada a causa.*³⁰⁴

O decreto dispunha, por isso, um conjunto de medidas que ampliava os poderes do juiz de forma concreta, sobretudo as enumeradas no seu art.28º, como a de ordenar exames, vistorias e avaliações, ordenar preparos e remover todos os obstáculos ao seguimento do processo, requisitar a apresentação de documentos ou objectos indispensáveis ao esclarecimento da

³⁰⁰ Manuel Rodrigues, *A Justiça no Estado Novo* (Lisboa: Empreza Jurídica Editora, 1933), 52

³⁰¹ Sobre a oposição entre a concepção privatística do processo e a concepção publicística, reflectida na oposição princípio dispositivo versus princípio inquisitório, para o período em causa e respectiva trajectória v. Manuel Domingues de Andrade, *Noções elementares de Processo Civil* (Coimbra: Coimbra Editora, 1963).

³⁰² O Código de Processo Civil de 1939 foi promulgado simbolicamente a 28 de Maio, data do 13º aniversário da Ditadura Militar portuguesa.

³⁰³ Decreto nº12.353, 22 de Setembro de 1926.

³⁰⁴ Decreto nº12.353.

questão, chamar à ordem os advogados quando estes «estejam versando assuntos estranhos à causa», podendo mesmo retirar-lhes a palavra. E também o art. 36º, que estipulava o interrogatório como pertencendo exclusivamente ao juiz.³⁰⁵

Na tentativa de evitar o formalismo do processo, era instituído o princípio da oralidade³⁰⁶ em vários dos seus pontos, como forma a evitar, dizia a lei, o *alheamento do juiz* e a *demora*. E, na sua defesa, mais uma vez se voltava novamente contra a figura de um juiz passivo, mero espectador, que ainda dominava o processo. «O sistema processual vigente é informado pelo velho conceito de *inércia* e *passividade* do magistrado. O juiz não tem iniciativa: é um autómato, movido mecanicamente pela vontade das partes. Só procede mediante um impulso dado pelos interessados; só conhece e aprecia aquilo que aos litigantes aprouver submeter à sua consideração.»³⁰⁷

Um outro ponto que o decreto tocava era o da uniformização da jurisprudência. O individualismo dominante, diria mais tarde Manuel Rodrigues nas suas aulas de Processo Civil³⁰⁸, tinha levado a que os tribunais inferiores julgassem o mais díspar possível, contrariando assim um direito unívoco e hierarquizado, partindo do Supremo Tribunal de Justiça. Assim, o artigo 66º do decreto 12:353 instituíu o *assento* como fonte de direito. Quando o Supremo Tribunal de Justiça se pronunciasse de forma diferente em dois acórdãos, poderia recorrer-se para o tribunal pleno do acórdão proferido em último lugar, sendo que a doutrina que resultasse do acórdão que resolvesse o conflito seria obrigatória para os tribunais inferiores.

Estava-se longe da lei republicana de Alexandre Braga, de Junho de 1917 (Lei nº706), em que se previa um sistema que partia «de baixo», por assim dizer. Era ao Ministério Público, através dos seus delegados, que cabia encontrar as disparidades nas decisões dos tribunais em casos semelhantes ou mesmo «qualquer pessoa», em «requerimento assinado por um

³⁰⁵ Decreto nº12.353, «As testemunhas são inquiridas sempre pelo juiz, que deve limitar o seu interrogatório ao apuramento dos factos e circunstâncias essenciais à resolução da causa e obstar a que o depoente se espraie em divagações inúteis (...)»

³⁰⁶ A campanha pela oralidade no processo teve origem na Europa sobretudo com Chiovenda, uma das referências de Manuel Rodrigues e de José Alberto dos Reis.

³⁰⁷ Decreto nº12.353.

³⁰⁸ Manuel Rodrigues, *Lições de Direito Processual Civil – das prelecções do Exmo. Sr. Prof. Dr. Manuel Rodrigues ao 3º ano – curso de 1944-45* (Lisboa: Tip. Freitas Brito, 1946), 25

advogado» (art.2º)³⁰⁹. No final era emitido um parecer do Supremo Tribunal de Justiça, enviado depois ao Ministério da Justiça, «para servir de base à respectiva proposta de lei, que será por ele apresentada ao Congresso até ao fim da primeira sessão legislativa» (art.8º). Este parecer constava obrigatoriamente do relatório da nova lei, mesmo quando esta dele divergisse. Em resumo, não era dado ao Supremo Tribunal de Justiça o poder de ditar jurisprudência, já que a nova proposta de lei, partida do Congresso, poderia não estar conforme ao parecer daquele. Tratava-se, portanto, de um sistema de vigilância à lei que dava participação aos cidadãos, que movia o Ministério Público e que, no final, resolvia as dificuldades da controvérsia politicamente, com uma nova lei apresentada ao Congresso.

Síntese de todas estas reformas que se alongam pela década de trinta, foi o Código de Processo Civil de 1939, aprovado em 28 de Maio, da autoria de José Alberto dos Reis³¹⁰, um dos mais significativos processualistas da primeira metade do século, vindo depois a participar nos anos trinta e quarenta na Assembleia Nacional.

O modelo do juiz «forte», do juiz «interventivo» era aí desenvolvido largamente. Dizia o seu autor, «O juiz não assiste hoje, de braços cruzados, ao desenvolvimento da actividade processual das partes; não é *inerte*; não é um mero espectador do pleito que se trama.»³¹¹ A ele estavam confinados novos poderes: de *instrução*, no ordenar oficioso de diligências e actos para o descobrimento da verdade; de *disciplina*, recusando tudo o que fosse impertinente ou dilatatório; de *promoção*, ordenando o que necessário fosse para o seguimento do processo. Pode inferir-se daqui a larga influência da escola italiana em Alberto dos Reis, como notou Luís Correia de Mendonça, sobretudo de Chiovenda e Rocco, talvez ainda mais do segundo, por este assegurar «a supremacia do Estado, a subordinação dos interesses individuais aos colectivos»³¹².

Estes conceitos tinham no Código uma consequência lógica, em cada passo processual³¹³. A demanda, por exemplo, não era apenas um acto individual de uma das partes, designando

³⁰⁹ Lei nº706, 16 de Junho de 1917.

³¹⁰ O Código de Processo Civil de 1939 foi promulgado simbolicamente a 28 de Maio, data do 13º aniversário da Ditadura Militar portuguesa.

³¹¹ Alberto dos Reis, *Código de Processo Civil anotado* (Coimbra: Coimbra Editora, 1940), 181

³¹² Luís Correia de Mendonça, *Direito Processual*., 48

³¹³ Manuel Rodrigues, nas suas aulas de Direito Processual, mostrava-se descontente por o novo Código não começar pela Jurisdição mas sim pela Acção, ao contrário do italiano. «Quer-se assim mostrar – e é a doutrina

contra quem se propôs uma acção; lia-se esta como um veículo de que o Estado se aproveitou para conhecer de um conflito e a partir dele realizar justiça. E, desde logo, ao juiz eram atribuídos poderes ordenativos: mandar esclarecer os termos da demanda (art.482º), mandar citar um réu, mesmo que não fosse requerido (art.483º e 487º), modificar e inverter a forma dada ao processo pelas partes (art.199º). Na instrução, também, os poderes do juiz eram alargados. O princípio fundamental encontrava-se no art.264º: «O juiz tem o poder de ordenar officiosamente diligências e actos que entender necessários para o descobrimento da verdade.»³¹⁴ Podia ele requisitar documentos (art.55º), ordenar exames e vistorias (art.584º), dirigir-se ao local da questão para esclarecer determinado ponto ou examinar objectos em tribunal (art. 616º), inquirir determinada pessoa não oferecida como testemunha mas que se revelasse importante no processo (art.646º).

Era a passagem do modelo liberal e *dispositivo*, para o modelo *inquisitório*, onde é o juiz quem toma as rédeas do processo e lhe dá seguimento. A inspiração remetia para o processualismo do fascismo italiano, mas também para o nacional-socialismo alemão, onde, como refere Mónica Lanero Táboas, se apregoavam os ideais de um processo rápido e acessível ao público, o incremento das faculdades directivas do juiz ou a inexistência de direitos públicos subjectivos frente à autoridade do Estado³¹⁵.

Barbosa de Magalhães³¹⁶, participante da comissão revisora do novo Código, lembrava pouco depois que esta «quase deificação do juiz» e do princípio inquisitório se tinha tornado uma norma na Itália, na Espanha e nos Estados Unidos. Na Alemanha, diz, «o princípio do inquisitório, levado ao extremo, transformou-se no Führerprinzip – o juiz é o Führer do processo e representante soberano da vontade do Führer, que, por sua vez, é o Rechtsfinder – o inspirador e criador do direito.»³¹⁷ Mais à frente lembrava Friedrich Hubber, para quem o

seguida no Código Italiano – que a justiça pertence ao Estado, sendo os particulares simples subsidiários na sua realização» v. Manuel Rodrigues, *Lições de...*, 21

³¹⁴ *Código de Processo Civil* (Lisboa: Procural, 1939), 53

³¹⁵ Mónica Lanero Táboas, *Una milícia...*, 75-76; Mónica Lanero Táboas indica que algumas destas medidas, nomeadamente a de rapidez processual, existem hoje de modo naturalmente desligado das ideologias fascistas, embora à época essa conotação fosse significativa.

³¹⁶ Barbosa de Magalhães tinha sido deputado da Assembleia Nacional Constituinte, após a implantação da Primeira República, ministro da justiça, dos negócios estrangeiros e da instrução pública, foi bastonário da Ordem dos Advogados (1933) e membro de diversas comissões. Fez parte do MUD, nos anos quarenta, em oposição ao regime.

³¹⁷ Barbosa Magalhães, *Estudos sobre o novo Código de Processo Civil* (Lisboa: Imprensa Vitória, 1940), vol.I, 346.

direito deveria ser em tudo nacional-socialista e Baumbach, que propunha a abolição do processo civil e a sua absorção pela jurisdição voluntária, com poderes ilimitados nas mãos do juiz. E concluía, depois, quanto ao caso português: «daqui ao juiz Fuhrer, ao juiz ditador, vai alguma distância, mas que é fácil de transpor, mesmo à margem da lei, principalmente em países, como o nosso, em que geralmente de oito se passa logo para oitenta.»³¹⁸

Quanto à uniformização da Jurisprudência, o novo Código confirmava a reforma de 1926, pelos artigos 763º e 768º, mantendo o Supremo Tribunal de Justiça no seu papel na fixação da doutrina.

O modelo inquisitório servia assim um programa autoritário e social que aproximava o modelo de justiça ao modelo ideológico do Estado Novo. Compreendia ele uma matriz anti-individualista em face de um direito de tipo novo (Estado, Contrato, Propriedade, Família, Litígio), assim como uma prática assente nos poderes do juiz, de um «juiz forte», dominador do processo. Mas estas reformas judiciais, de que Manuel Rodrigues foi o principal mentor, propunham igualmente um novo modelo no respeitante aos vários intervenientes do aparelho judiciário.

São sobretudo os advogados aqueles que mais visados serão pelo novo modelo. De facto, o novo paradigma de direito e justiça, profundamente crítico em relação ao seu anterior liberal, não via nos advogados mais do que a continuação do egoísmo das partes, levadas a tribunal. A ideia da advocacia como defesa de um indivíduo, quer ele tivesse ou não razão, parecia ir contra os novos princípios de uma realização da justiça a bem da Nação, a bem do Estado. Vaz Serra, Ministro da Justiça já em 1940, proclamava que «todos tenham sempre diante dos olhos que a sua actividade deve dirigir-se à descoberta da verdade e à solução acertada, por muito que isso custe o sacrifício de quantas tentações possam procurar desvia-los daquele caminho. Quem assim não fizer, traiçoeirá o Estado, a comunidade nacional e os particulares que nele confiaram, e tornar-se-á, por conseguinte, indigno de servir uma função que foi criada para dar a cada um o que for seu.»³¹⁹

³¹⁸ Magalhães, *Estudos...*, 347.

³¹⁹ Vaz Serra, «O papel do juiz na interpretação da lei», in *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 1, nº1, Lisboa (1941), 3

A imagem do tribunal como um litígio entre partes, cada uma servida de um advogado como um prolongar do seu egoísmo individual, resultava, pois, aos olhos da nova ideia de direito, como uma espécie de parlamento em miniatura, aberto a todo o tipo de intrigas, de obscuridades, de *chicana*. António Batoque, vogal do Conselho distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados, resumia assim as transformações que se tinham operado no campo da Justiça:

Antes dessa reforma [reforma do processo civil] e da reorganização judiciária, assistia-se a um espectáculo nada dignificante: o juiz era uma espécie de fantoche que no decurso do litígio tinha uma intervenção passiva.

Os processos arrastavam-se, os expedientes da chicana proliferavam e, diga-se em abono da verdade, tudo isto era desprestigiante da própria classe dos advogados, não falando do alto prejuízo que representava para os interesses das partes.

O abuso conduziu, como não podia deixar de ser, a medidas legislativas absolutamente opostas àquelas que vigoravam quando o referido Ministro [Manuel Rodrigues] iniciou a sua reforma e, esta, em certos domínios, foi longe demais e tornou-se motivo sério de maior irritação na sorte das relações entre a magistratura judicial e a advocacia.³²⁰

A advocacia queixava-se ainda da extinção do júri, da supressão de alguns recursos e do exclusivo da inquirição das testemunhas por parte do juiz, o que tinha criado, continuava António Batoque, «um sentimento geral da quase inutilidade da profissão.»³²¹

Era pois difícil de compreender, à luz do novo direito autoritário e social, a missão da advocacia, retirada a esta a sua dimensão técnica, que naturalmente não estava ao dispor dos cidadãos. O advogado era reconhecido como alguém dotado de um saber academicamente certificado, que era colocado à disposição da sua clientela, mas era-lhe negado o seu papel de defensor incondicional da parte que representava, pois isso poderia colidir com o interesse mais forte, o interesse da Nação e da justiça, que se sobrepunha a todos os outros. Manuel Rodrigues, nas suas aulas de Direito Processual Civil, comentava mesmo que «apesar das

³²⁰ António Batoque, *Paz e solidariedade na vida do fôro – alocução proferida em 1 de Outubro de 1940, no tribunal judicial de Pombal, aquando da reabertura solene dos trabalhos judiciais* (Coimbra: Coimbra Editora, 1940), 25

³²¹ Batoque, *Paz...*, 27

inúmeras críticas de que tem sido alvo, a advocacia continua a existir e a manter-se.»³²² Em igualdade de circunstâncias, encontrava-se o Ministério Público, que na sua função de representar o Estado teria erradamente como princípio a acusação sistemática, independentemente de este ter razão ou estar esta em falta. Sendo o «advogado do Estado», o próprio Ministério Público incorria no vício de defendê-lo como parte, independentemente da verdade da causa.

Esta reformulação do espaço do tribunal e dos seus actores, repousava numa dimensão que substituíra o conflito e o litígio pela noção de verdade e de defesa do bem comum. Cada um dos seus membros deveria deixar o seu interesse privado às portas do tribunal, encarando a sua missão como sacerdócio, como fazendo parte de uma *família judicial*, interessada em velar pela verdade e pela sua descoberta. O juiz forte representava o Estado forte e autoritário, que conduzia todo o processo, por nele ser interessado. A ideia de que toda a relação jurídica deveria ter presente o bem comum, como afirmava Manuel Rodrigues, via-se assim representada na figura dos magistrados, tendo estes um papel activo de condução dos processos. Os advogados deveriam *auxiliar* o juiz, prestando pela sua intervenção um esclarecimento sobre a lei a aplicar, conhecimento esse que as partes não dispunham – e apenas isso justificava a existência da advocacia. Por sua vez, as próprias partes, deveriam estar interessadas em que a justiça fosse realizada em favor do bem comum, da verdade, abdicando do seu interesse particular quando fosse ele injusto. Cada um dos actores do tribunal pertenceria assim a uma família comum, a um objectivo e interesse comuns, onde o espírito de missão e sacerdócio fazia elevar o espaço do tribunal à arquitectura de um templo. A imagem política, aqui, é inevitável. Também a eliminação do parlamentarismo como espaço de conflito e prolongamento das partes/partidos corre a par; o tribunal-parlamento, o tribunal como arena de interesses afastados da verdade e do bem comum deveria ser substituído por essa orgânica da *família judicial*, comunhão das profissões jurídicas ordenadas num mesmo texto – o Estatuto Judiciário, de 1927 -, colaborando activamente na descoberta do fim superior da nação, do equilíbrio e da justa medida.

³²² Manuel Rodrigues, *Lições de...*, 97

2.2.2 Os «Estatutos Judiciários» de 1927 e 1928

Os anos de 1927 e 1928 foram marcados pela promulgação de dois «Estatutos Judiciários», os primeiros diplomas que vieram compilar e reunir a organização judiciária, depois da Organização Disciplinar Judiciária de 1924.

O Estatuto Judiciário de 1927 foi promulgado a 22 de Junho e continha não só uma mera codificação mas também uma remodelação da organização judicial³²³. Ainda em 1935, Barbosa de Magalhães diria que, depois de todas as modificações sofridas até então, continuava o Estatuto de 1927 a ser preferível.³²⁴

O diploma era extenso, composto por 856 artigos, e regulava e tutelava todos os intervenientes da vida judiciária: a magistratura judicial, o Ministério Público, os oficiais de justiça e a advocacia. Havia, neste primeiro aspecto, uma clara intenção de dirigir de uma forma centralizada a estrutura judicial, reunida num único texto. Era, como atrás referimos, a extensão e prolongamento da ideia de uma *família judicial*, reunida em torno de objectivo comum, de procura do bem comum e da verdade. Se o novo e primeiro Estatuto trazia algumas novidades, como no caso dos filtros das classificações para progressão na carreira, é indubitável que ele era também uma compilação, em muitos dos seus passos, de toda a legislação avulsa anterior.

O Título I, «Da divisão judicial do continente e ilhas adjacentes», regulava a hierarquia das diferentes instâncias e a sua jurisdição. Todo o território da «Nação» era sujeito à jurisdição do Supremo Tribunal de Justiça (art. 1º), depois dividindo-se este em distritos judiciais. Lisboa, Porto e Coimbra eram sedes desses distritos, havendo em cada um deles um tribunal, «denominado de Relação» (art. 3º). Os distritos judiciais, por sua vez, dividiam-se em comarcas, tribunais de primeira instância, onde exercia jurisdição um «juízo de direito» (art. 6º). Para efeitos de «vencimentos, nomeações, transferências e promoções», os juízos eram divididos de forma decrescente de categoria, de primeira, segunda e terceira classe (art. 7º).

³²³ Decreto nº 13:809, de 22 de Junho de 1927.

³²⁴ Barbosa de Magalhães, *Estatuto..*, XX, «Nós, sinceramente o dizemos, preferíamos que se lhe não tivesse mexido e que, salvo num ou noutro ponto, o 1º Estatuto ainda hoje estivesse em vigor.»

O Título II, «Da magistratura judicial», dividido em quatro capítulos, regulava a situação dos juízes. Na secção I do Capítulo I, eram alinhadas as garantias essenciais dadas à magistratura – independência, responsabilidade, inamovibilidade, jurisdição e hierarquia. O artigo 13º resumia: «A magistratura judicial é independente, responsável e inamovível.» Os artigos seguintes discriminavam, em detalhe, estas três atribuições.

Art. 14º A independência da magistratura judicial consiste no direito de, por intermédio do Conselho Superior Judiciário, escolher os seus membros para os diversos cargos judiciais, e no de exercer livremente as respectivas funções, sem sujeição a outros ditames que não sejam os que as leis impõem e a consciência inspira.

Art. 15º A responsabilidade dos magistrados pelos actos praticados no exercício das suas funções é civil, criminal e disciplinar, nos termos das leis, e exigível pela forma nelas declarada.

Art. 16º A inamovibilidade da magistratura judicial consiste em os magistrados serem de nomeação vitalícia, não podendo ser transferidos, promovidos, suspensos, colocados na inactividade, aposentados e demitidos, senão nos casos e pelo modo expressamente fixados neste Estatuto.

A independência da magistratura era assim definida como tendo ela o direito de escolher os seus membros, por intermédio do Conselho Superior Judiciário. Esta tinha sido, como vimos atrás, uma batalha com diferentes fases, durante a Primeira República e a Ditadura Militar. Na verdade, à excepção do sidonismo, a República tinha mantido nas mãos do ministro da justiça o poder de contrariar o Conselho Superior Judiciário na escolha dos magistrados para os cargos judiciais. O decreto 11:751, de 23 de Junho de 1926, da autoria de Manuel Rodrigues, tinha vindo reformar esta situação, dando ao Conselho o poder de nomeação e classificação dos magistrados, eliminando o papel do ministro em não se conformar com as escolhas feitas. A noção de independência da magistratura judicial tinha, portanto, segundo o modo como era formulada, precisamente um ano (de 23 de Junho de 1926 a 22 de Junho de 1927). Responsabilidade e inamovibilidade completavam o trio de garantias, passando os artigos seguintes a definir a hierarquia entre os magistrados (art. 17º), e os seus poderes e jurisdições.

Na secção II do Título II, artigos 25º a 28º, eram definidos os prazos das tomadas de posse para o Continente e Ilhas adjacentes, bem como o provimento de lugares por requisição (art. 27º, “O Governo, por qualquer dos Ministérios, poderá requisitar magistrados judiciais para inquéritos, sindicâncias e outros cargos ou comissões de serviço público, remuneradas ou gratuitas, mas a indicação dos magistrados a nomear pertencerá exclusivamente ao Ministro da Justiça”); são ressalvadas as instruções que pertencem a outros diplomas, como os lugares de auditor ou relator junto dos tribunais militares, definidos no Código de Justiça Militar, e era estabelecido o sexénio (impedimento de permanência por mais de seis anos na mesma comarca), pelo art.28º § único.

O ingresso dos magistrados judiciais vindos das colónias era tratado na secção III, artigos 29º a 35º. O requerimento destes seria dirigido ao Conselho Superior Judiciário das Colónias e nas seguintes condições de tempo de serviço: “(...) para ingressar na terceira classe, três anos; na segunda, oito anos; na primeira, doze anos; e nas Relações, dezoito anos, sendo três na segunda instância”, art.29º. Apenas no caso de o Conselho Superior Judiciário das Colónias “lhe conferir a nota de *bom*”, art. 32º, poderá ter seguimento o processo. Eram colocados como agregados aos tribunais e, depois, providos definitivamente na proporção de uma para quatro vagas.

O tempo de férias era estabelecido pelo art. 36º, “O tempo de férias é considerado de licença graciosa para os magistrados judiciais que, durante elas, poderão ausentar-se dos seus cargos, mediante prévia comunicação ao seu imediato superior hierárquico, na qual indicarão a data da saída e o lugar para onde vão residir; mas são obrigados a assumir as suas funções logo que por ele assim lhes for ordenado, sob pena de perda da antiguidade e dos vencimentos mencionados no §2º, por todo o tempo em que tenham estado ausentes, e de processo disciplinar pela desobediência ou abandono do lugar.” A ausência para o estrangeiro obrigava a autorização ministerial (art. 36º, §1º), a licença até sessenta dias por ano importava a perda das gratificações e o direito à partilha dos emolumentos (art. 36º, §2º), as licenças não podiam ser gozadas interpoladamente (art. 36º, §6º).

Eram colocados na inactividade os magistrados que estivessem inibidos de exercer funções por mais de cento e oitenta dias consecutivos (art. 37º), podendo ser mandados inspecionar pelo Governo (art. 37º, §1º). No caso de passagem à inactividade a pedido do próprio

magistrado, ficava este sem vencimento e apenas poderia regressar ao serviço após um ano, “no cargo que o Conselho Superior Judiciário lhe determinar” (art. 38º).

A aposentação era feita nos mesmos termos dos funcionários do Estado, com algumas alterações: a pensão de aposentação era fixada em relação à categoria e vencimentos dos lugares que estavam desempenhando, “(...) independentemente do tempo de serviço neles prestado (...)”, art. 40º, §1º; “Os professores das Faculdades de Direito, que forem juízes de direito, não poderão aposentar-se com a categoria de magistrados judiciais sem terem, pelo menos, três anos de exercício efectivo na magistratura judicial”, art. 40º, §2º; e “Os magistrados com mais de quarenta anos de serviço, que requererem a sua aposentação, e os que, com menos tempo, forem julgados absolutamente incapazes, serão, por decreto do Ministro da Justiça, desligados do serviço e os lugares declarados vagos logo que o respectivo processo dê entrada na Direcção Geral da Contabilidade Pública com consulta favorável do Conselho Superior Judiciário”, art. 40º, §3º. O limite de idade ficava fixado pelo artigo 41º, “Todos os magistrados judiciais cessarão o exercício das suas funções no dia em que completarem setenta e cinco anos de idade.”

A secção VII, artigos 42º a 45º, era destinada às “incompatibilidade e inibições”. Era proibido aos juízes de direito, das Relações e do Supremo Tribunal de Justiça, “na efectividade do serviço”, o exercício, “por si ou por seus cônjuges, as profissões de comerciante e de advogado, nem desempenhar quaisquer funções nos corpos administrativos.”, Art. 42º. Segundo o artigo 43º, “Os magistrados judiciais, quando forem proclamados Senadores ou Deputados da Nação ou tomarem posse de cargos administrativos de nomeação do Governo, não poderão acumular o exercício dessas funções com as do seu cargo na magistratura judicial, o qual será imediatamente provido.” O artigo seguinte (art. 44º) definia algumas situações “expressamente proibidas”: (i) “residir fora da sede da sua circunscrição judicial”; (ii) ausentar-se da sua circunscrição judicial, salvo por virtude de licença ou nas férias judiciais, ou deixar as suas funções sem justificação legal”; (iii) “convocar, promover ou assistir, na área da sua jurisdição, a reuniões, manifestações e outros actos públicos de carácter político ou praticar, com respeito a eleições, outros actos que não sejam o de votar e os que lhes forem cometidos por lei”; (iv) “manifestar-se pela imprensa, em comícios públicos, ou em mensagens individuais ou colectivas, sobre actos dos poderes do Estado, funcionários e corporações oficiais, apoiando-os ou censurando-os, salvo em

apreciação meramente doutrinária”; (v) “revelar opiniões por eles ou por outros emitidas durante as conferências dos tribunais e fazer declarações que não constem das respostas, acórdãos, actas ou documentos oficiais correlativos” e, (vi), “renunciar a qualquer promoção, que lhe competir.” Por último, o artigo 45º estendia esta renúncia aos cargos de vogais do Conselho Superior Judiciário, inspectores judiciais, sindicantes e inquiridores, bem como presidentes e vice-presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e das Relações, “salvo alegando motivo de escusa que a entidade que os nomeou julgue atendível”. As antiguidades eram confirmadas pelo *Boletim Oficial* do Ministério da Justiça (art. 46º). O art. 47º previa todas as situações que eram contadas ou não para efeitos de antiguidade.

A secção IX ficava destinada à questão “Dos vencimentos, subsídios e regalias”. Segundo o art. 48º, “Os juízes percebem, além dos vencimentos orçamentais, o que lhes for atribuído na tabela dos emolumentos judiciais. Sobre os seus vencimentos não poderão incidir impostos votados pelos corpos administrativos.” Regulavam-se situações como a do pagamento em caso de os magistrados serem proclamados Senadores ou Deputados da Nação ou nomeados pelo Governo para cargos administrativos, deixando de receber nestes casos através do Ministério da Justiça (art. 48º, §4º). Estipulava-se o aumento do terço do ordenado, após vinte anos de serviço efectivo (art. 49º) e a situação diferenciada, de remuneração, para os magistrados colocados nas Ilhas adjacentes – eram congratulados com “mais a quarta parte dos vencimentos totais; e a todos os que desempenharam, desempenham ou venham a desempenhar aqueles cargos, o tempo de serviço assim prestado será acrescido de vinte e cinco por cento para os efeitos da aposentação”, art. 50º. Eram definidas, por último, algumas regalias: a possibilidade de usar armas de qualquer natureza, independentemente de licença (art. 54º), o desconto de cinquenta por cento nas passagens dos Caminhos de Ferro e outras empresas de transporte do Estado, assim como a entrada em todas as gares com a apresentação do bilhete de identidade (art. 55º) e a isenção de aboletamento e de todo o serviço pessoal do concelho (art. 56º).

O Capítulo II, regulava a instituição do Supremo Tribunal de Justiça; o Capítulo III, as relações e o Capítulo IV, as comarcas. No Supremo Tribunal de Justiça, os magistrados tinham o título de conselheiros e eram nomeados pelo Ministro da Justiça, “de entre os das Relações, que satisfaçam às condições exigidas (...)”, art. 57º. Usavam capa sobre a beca de desembargadores e tinham tratamento de excelência (art. 57º, §2º). O art. 65º definia, com

detalhe, todas as obrigações que competem ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que era nomeado, assim como o vice-presidente, pelo Ministro da Justiça de “entre os juizes do respectivo quadro” (art. 58º). Nas Relações, os magistrados tinham o título de desembargadores e “tratamento de excelência e usam beca” (art. 68º). O Presidente da Relação era nomeado por três anos, pelo Ministro da Justiça, de entre os juizes do Supremo Tribunal de Justiça e não podia servir por mais de dois triénios sucessivos (art. 69º). O vice-presidente era também nomeado pelo Ministro da Justiça, mas pertencia ao quadro de juizes da respectiva Relação (art. 69º, § único). O artigo 73º enumerava os deveres do Presidente da Relação. Eram ainda fixadas algumas normas: a competência exclusiva da Relação de Lisboa sobre o conhecimento de quaisquer causas ou recursos pertencentes às Relações ultramarinas, “quando, por suspeição ou algum outro motivo, não houver no respectivo tribunal número suficiente de juizes” (art. 75º); nas causas em que havia matéria de facto resolvida pelo júri ou pelo tribunal colectivo de primeira instância, as Relações julgavam apenas de direito, salvos os casos expressamente exceptuados na lei (art. 76º) e, por fim, a alçada das Relações era estabelecida na quantia de 4.000\$, em matéria cível ou comercial, “qualquer que seja a natureza dos bens”, sendo que em matéria criminal ou de custas ela não existia (art. 77º).

Nas comarcas, “haverá tantos juizes de direito da classe correspondente, quantas as varas ou juízos que nela existirem” (art. 78º). Eram eles nomeados “de entre os delegados do Procurador da República de primeira classe e os doutores em direito com, pelo menos, cinco anos de exercício da profissão de advogado, mediante aprovação em concurso feito (...)”, art. 79º. Nestes concursos, definia o § único deste artigo, podiam também ser admitidos, “requerendo-o até 30 de Outubro de cada ano, os professores da secção de sciências jurídicas das Faculdades de Direito”. Existia a inibição de colocação em comarca que fosse a da naturalidade do magistrado (art. 81º) e, também, a de servir simultaneamente na mesma comarca, vara ou juízo, “como magistrados ou oficiais de justiça, indivíduos ligados por parentesco de consanguinidade ou afinidade em qualquer grau da linha recta ou primeiro grau da linha colateral” (art. 82º). Usavam beca e tinham tratamento de excelência (art. 86º). O artigo 87º definia com detalhe todas as atribuições do juiz de direito e o artigo 88º as do juiz auxiliar de investigação criminal. A alçada dos juizes de direito em matéria cível ou comercial era fixada em 1.000\$ e, em matéria penal ou de custas, tal como na segunda instância, não existia (art. 89º). A sua substituição era feita sucessivamente, uns pelos outros

e, em caso de falta, pelos conservadores do registo predial e civil das mesmas comarcas, “(...) que os presidentes das respectivas Relações nomearem segundo as conveniências do serviço” (art. 91º).

As tutorias centrais de infância – Lisboa, Porto, Coimbra -, tinham um só juiz, nomeado pelo Ministro da justiça, por um triénio, “de entre os magistrados judiciais de primeira instância, o qual poderá ser reconduzido por triénios sucessivos” (art. 101º) e, nas tutorias de infância comarcãs, eram tribunais colectivos presididos pelos juízes de direito da respectiva comarca (art.102º).

No que respeita à habitação dos magistrados, os municípios, à excepção dos que forem sede de Relação, “são obrigados a fornecer, mediante o pagamento das competentes rendas, casas mobiladas para habitação dos juízes de direito” (art.165º), que eram “sem ostentação, mas com as comodidades exigidas pela posição social dos magistrados” (art. 165º, §1º). O artigo 169º prevenia o cumprimento do estipulado sobre esta questão, ameaçando que “as comarcas, em que as câmaras municipais não cumpram o disposto nos artigos 164º [sobre mobiliário e equipamento dos tribunais de comarca] e 165º, eram extintas e anexadas, segundo as conveniências de serviço, às comarcas mais próximas, ou a sua sede transferida para qualquer concelho próximo cuja câmara cumpra o preceituado nos mesmos artigos (...)”

Ainda sobre a magistratura judicial, são de reter as disposições do Título V, “Dos concursos de habilitação para cargos judiciários”, quer nas disposições gerais do Capítulo I, quer nas disposições especiais sobre juízes de direito, no Capítulo II, onde eram definidas as regras de concurso de habilitação para a magistratura. Os concursos para juízes de direito realizavam-se, anualmente, no mês de Março, no Supremo Tribunal de Justiça, perante um júri presidido pelo seu Presidente e composto pelos vogais da secção judicial do Conselho Superior Judiciário e quatro juízes – dois designados pelo Ministro da Justiça e dois pelo Conselho (art. 416º). Este concurso “poderá deixar de se abrir, quando seja desnecessário, por se verificar que o número dos candidatos, aprovados em concursos anteriores e não nomeados, é superior à média das nomeações nos últimos três anos (...)”, art. 418º. As provas escritas eram em número de duas: uma sobre direito civil, comercial ou penal; outra, a elaboração “de um trabalho adequado às funções de juiz, como a redacção de uma sentença ou despacho, ou o julgamento de uma reclamação por nulidade, ou a enunciação de quesitos.”(art. 419º) A

prova oral constava de “quatro interrogatórios sobre pontos de direito e processo civil, direito e processo penal, e direito internacional privado, indicados pelo júri com antecedência de, pelo menos, trinta dias, e extraídos à sorte duas horas antes do começo da prova.” (art. 421º) A fechar, uma última disposição sobre os delegados do Ministério Público que concorriam: “Os delegados que não forem admitidos a concurso pela segunda vez, aqueles que faltarem à prestação de provas ou não forem aprovados em dois concursos, e os que, tendo faltado a um concurso, forem excluídos no seguinte, ou vice-versa, serão colocados na inactividade com metade dos seus vencimentos, devendo ser providos, independentemente de concurso e de preferência a quaisquer outros concorrentes, nas vagas de oficiais do registo civil, em concelhos de 2ª Classe, ou de conservadores do registo predial, em comarcas de 3ª ou 2ª Classe. (...)”, art. 423º.

Para concurso de habilitação para Delegado, além do disposto no artigo 400º (ser maior de idade, não estar inibido dos direitos civis e políticos, ter cumprido os preceitos do recrutamento militar, estar quite com a Fazenda Nacional), que era normal geral para todos os cargos judiciais, as disposições específicas estavam enumeradas nos artigos 424º a 427º. O júri dos concursos era exercido por um juiz da Relação, que servia como presidente, um professor do grupo de ciencias jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, outro de Lisboa, um Procurador da República ou seu ajudante e um vogal designado pelo Conselho Superior Judiciário, escolhido entre os agentes do Ministério Público; todo o júri era nomeado pelo Ministro da Justiça (art. 424º). Existiam duas provas, uma prática em que os concorrentes devem usar dos “termos e fórmulas legais, consiste na resposta a um ponto sobre direito ou processo civil, comercial, criminal e fiscal.” (art. 425º)

O Estatuto Judicial de 1927 mantinha, no seu conjunto, alguns pontos essenciais das reformas de 1926. Em primeiro lugar, o Conselho Superior Judiciário era composto por dois vogais de nomeação governamental e dois outros eleitos pela magistratura judicial (art. 439º). Havia, por isso, uma divisão equitativa de lugares. Por outro lado, cabia ao Conselho a responsabilidade de indicar os nomes dos magistrados a preencher as vagas existentes ou nos lugares destinados a promoção, fazendo-o por lista graduada, «atendendo não só ao seu tempo de serviço, mas também e principalmente aos seus méritos e deméritos.» (art. 517). Mantendo a disposição do decreto nº 12:013, de 29 de Julho de 1926, o artigo 517º determinava como exigência para a ascensão aos tribunais superiores a classificação de

«bom». Um novo filtro era colocado igualmente quanto ao Ministério Público: os delegados não admitidos a concurso pela segunda vez, que faltassem ou não fossem aprovados, seriam colocados na inactividade com metade dos seus vencimentos.

Quanto ao Ministério Público, “é o representante do Estado e da sociedade, e o fiscal do cumprimento da lei, e compete-lhe: 1º Representar o Poder Executivo perante os tribunais e repartições públicas; 2º Promover a acção da justiça, a aplicação da lei, e fiscalizar o seu cumprimento; 3º Intervir em todos os processos e actos em que seja interessado o Estado, ou alguma das pessoas a quem ele deve protecção, e velar pelos direitos delas; 4º Dar o seu parecer fundamentado sobre a interpretação ou aplicação das leis, sempre que o Governo lho requisite; 5º Cumprir as demais atribuições que estiverem designadas na lei.”, Art. 192º. O Ministério Público dividia-se pelos seguintes membros e organismos: O Procurador Geral da República e os seus ajudantes, o Ouvidor da Junta do Crédito Público, os Procuradores da República e seus ajudantes e, em último lugar, os delegados e subdelegados do Procurador da República. Todos eles estavam subordinados hierarquicamente entre si, de forma ascendente (Art. 197º) e eram, globalmente, dependentes do Ministro da Justiça – “O Ministério Público é imediatamente subordinado ao Ministro da Justiça e constitui uma magistratura amovível, responsável e hierárquica.” (Art. 194º)

Junto do Supremo Tribunal de Justiça, funcionava o Procurador Geral da República com os seus ajudantes, das Relações, o Procurador da República e seus ajudantes e, em cada juízo ou vara cível, comercial ou de transgressões, um delegado do Procurador da República. Nas tutorias centrais de infância do Porto e Lisboa, o Ministério Público era representado pelo curador de menores (Art. 202º).

Na relação com a magistratura judicial, “A magistratura do Ministério Público é paralela à magistratura judicial e dela independente, não podendo os agentes do Ministério Público receber ordens ou censuras dos juízes.” (Art. 204º) Eram considerados “iguais em categoria aos juizes dos tribunais junto dos quais funcionam, usam de beca e gozam dos mesmos tratamentos e honras.” (Art. 204º) Era-lhes proibido o exercício da profissão de comerciante, bem como ao seu cônjuge, a cargos administrativos (Art. 209º) e à advocacia em quaisquer causas criminais e naquelas em que o Ministério Público deva intervir como parte, sob pena

de suspensão (na primeira vez) ou de colocação na inactividade sem vencimento (em caso de reincidência), Art. 210º.

O Capítulo segundo, na primeira secção, definia as condições para o exercício de funções no Ministério Público: ser cidadão português, ter mais de vinte e um anos e estar no pleno gozo dos direitos civis e políticos, ter a formatura ou licenciatura em direito por qualquer das universidades portuguesas (Art. 213º). Apenas para o lugar de subdelegado não era exigida a formatura em direito. O Procurador Geral da República era nomeado de entre os magistrados judiciais de qualquer categoria, magistrados superiores do Ministério Público, lentes das Faculdades de Direito ou jurisconsultos “de reconhecido mérito” (Art. 215º). Os seus ajudantes, bem como o Ouvidor da Junta do Crédito Público, eram nomeados de entre os juízes de direito de 1ª Classe ou 2ª Instância, ou lentes das Faculdades de Direito (Art. 216º). Os Procuradores da República eram nomeados de entre os seus ajudantes ou entre juízes de direito de primeira classe (Art. 217º) e os seus ajudantes entre os secretários da Procuradoria Geral da República ou Procuradorias da República, ou entre juízes de direito de primeira classe (Art. 218º). Os delegados, por fim, ficavam nomeados “de entre os indivíduos habilitados com o concurso feito nos termos do presente Estatuto, para comarca de terceira classe, e depois promovidos às segunda e primeira classes, por antiguidade ou distinção, mediante os elementos resultantes das inspecções judiciais, existentes no Conselho Superior Judiciário, ou doutras informações oficiais.” (Art. 219º) Os subdelegados, por sua vez, eram nomeados “sob proposta do Delegado respectivo, e informação do Procurador da República, sendo preferidos os indivíduos diplomados em direito.” (Art. 221º)

Todas as nomeações eram feitas pelo Ministro da Justiça, segundo o artigo 214º: “Todos os membros ou magistrados do Ministério Público são nomeados pelo Ministro da Justiça.”

A demissão podia ter como motivos os mesmos pelo que o podiam ser os juízes, ao que se acrescia: “1º Desobediência ou falta de acatamento às ordens dos seus superiores; 2º Negligência ou omissão de que resulte perigo ao interesse público ou aos serviços que lhes estão confiados.” (Art. 227º)

Os artigos 228º a 231º eram dedicados às atribuições do Procurador Geral da República, “o chefe do Ministério Público” (Art. 228º). Estas eram extensas, incluindo a promoção de condenações por má fé quando os litigantes demorassem propositadamente o andamento da

justiça, o dever de consulta nos assuntos em que fosse solicitado pelo Governo, o de vigilância dos magistrados judiciais e do Ministério Público informando qualquer erro de serviço, o de intervenção nos processos do Conselho Superior Judiciário, a orientação nos processos em que o Estado fosse interessado, entre outras. Era auxiliado por seis ajudantes.

O Conselho da Procuradoria Geral da República era formado pelo Procurador Geral e os seus ajudantes. Discutiam sobre todas as dúvidas apresentadas, consultavam sobre os contratos em que o Estado tivesse interesse, entre outros, e as resoluções eram tomadas à pluralidade de votos (artigos 235º a 240º).

Os Procuradores da República tinham, em regra, as mesmas atribuições do Procurador Geral, junto das Relações, ao que se acresciam outras tarefas, como a visita regular aos estabelecimentos prisionais e a promoção do seu bom funcionamento (Art. 242º). Existia, igualmente, um Conselho – o Conselho da Procuradoria da República, junto de cada relação, em regra com as mesmas atribuições do Conselho Geral (Art. 250º a 253º).

Aos delegados competia: “1º Exercer as funções do Ministério Público junto dos tribunais de primeira instância em todos os processos em que for interessado o Estado ou alguma das pessoas a quem este deve protecção e em todos os actos em que tiver de intervir por disposição legal; 2º Exercer as atribuições de curador dos órfãos, velando pelos interesses dos menores e pessoas a eles equiparadas, tendo voto deliberativo nas conferências de interessados (...); 3º Organizar os mapas e as informações oficiais exigidas por lei, ou pelos seus superiores (...); 7º Fiscalizar o modo como os magistrados e empregados judiciais da comarca dão cumprimento às leis e participar superiormente o modo como desempenham as funções do seu cargo; (...); 12º Interpor sempre os competentes recursos das decisões que em primeira instância forem proferidas contra o Estado (...)”, Art. 254º. Além destas atribuições, cabia ao delegado a superintendência das cadeias comarcãs, visitando-as “pelo menos uma vez em cada semana, ouvindo as reclamações dos presos e adoptando as necessárias providências, tanto acerca do andamento dos processos como do cumprimento das disposições regulamentares da cadeia” (Art. 262º) e a direcção da polícia judiciária (Art. 266º). Os subdelegados substituíam os delegados, em caso de necessidade, e “têm as mesmas atribuições que a estes competem, e nos mais casos desempenharão as funções que por eles lhes forem indicadas” (Art. 273º). A prova teórica consistia na exposição oral de um ponto e

um interrogatório, onde eram versados vários ramos do direito. Aos candidatos a delegados era exigido: “1º Ter o curso completo de direito em qualquer Faculdade Portuguesa; 2º Ter completado o estágio de advogado durante seis meses, pelo menos, e o exercício durante o mesmo período de tempo, com bom e efectivo serviço, do cargo de subdelegado do Procurador da República, ou do delegado interino, os quais poderão ser desempenhados simultaneamente com o estágio; 3º Ter a prática de exercícios de dactiloscopia perante os Institutos de Criminologia ou a Repartição de Antropologia Criminal do Porto” (Art. 427º).

O Estatuto Judiciário de 1927 era ainda composto por uma parte dedicada aos oficiais de justiça e à advocacia, sendo que no capítulo dedicado à disciplina judiciária ele repetia-se, na maior parte das vezes em decalque, a Organização Disciplinar Judiciária de 1924.

A 10 de Abril de 1928, o Estatuto Judiciário do ano anterior era revogado e substituído por um novo³²⁵. As alterações não eram significativas, mantendo-se, no essencial, o texto anterior.

Não existiam grandes modificações quanto à divisão judicial. O artigo 2º era ligeiramente alterado, prevendo em § único, além dos julgados de paz, já contemplados, os julgados municipais: “Nos concelhos, onde as necessidades do serviço o exigirem, haverá julgados municipais, com a organização e competência que forem determinadas em diploma especial.” No artigo 5º, referente aos magistrados das províncias ultramarinas de Cabo Verde e Guiné, previa-se além da subordinação hierárquica ao Presidente da Relação de Lisboa e ao Procurador da República junto dela, a subordinação disciplinar.

Quanto à alteração nos juízos de direito da primeira instância registavam-se apenas duas alterações: acrescentava-se uma vara cível na comarca do Porto (Art.6º, §2º); nas comarcas de Aveiro, Braga, Funchal e Setúbal, onde estava definido um juízo especial, para o serviço de crime e de transgressões, eram previstos “um juízo cível e comercial e, para o serviço crime e de transgressões, um juízo criminal” (Art.6º, §5º). O artigo 11º, que dava ao Governo a autorização de proceder uma só vez à remodelação do mapa da divisão judicial, era eliminado.

³²⁵ Decreto nº 15:344 de 10 de Abril de 1928.

No capítulo da independência, responsabilidade, inamovibilidade, jurisdição e hierarquia dos magistrados, o texto era mantido na íntegra: artigos 12º (missão da magistratura judicial), 14º (independência), 15º (responsabilidade), 16º (inamovibilidade) e 17º (hierarquia).

As nomeações e prazos eram ligeiramente alterados em dois pontos: no artigo 25º, §2º, onde o prazo para posse dos cargos, que era definido em ambos os estatutos como de trinta dias para o Continente e de sessenta para as Ilhas Adjacentes, era agora definido como correndo “mesmo em férias”; o artigo 27º, no seu § único, que tratava das requisições para os tribunais militares territoriais e da Marinha, era substituído por um texto mais genérico, que resumia as requisições assim “O provimento em juizes dos lugares dependentes de outros Ministérios será feito nos termos das respectivas leis orgânicas” (Art. 27º, § único).

O ingresso de magistrados do ultramar na metrópole era, de igual forma, ligeiramente alterado em dois pontos: na contagem de serviço efectivo para o ingresso, onde as alíneas e), f) e g) eram resumidas num texto mais abrangente “O tempo durante o qual exercerem funções, que, pela organização judiciária das colónias, forem equiparadas a serviço judicial” (Art. 30º); e, no artigo 34º (o mesmo em ambos os estatutos), era incluída a situação dos magistrados de 1ª instância, candidatos a ingresso “desde a data do acórdão da liquidação definitiva do seu tempo de serviço” (Art. 34º).

Já a secção IV (Tít. II, Cap. I), dedicada às licenças dos magistrados, fora profundamente alterada. O artigo 36º, que começava com “O tempo das férias é considerado de licença graciosa para os magistrados judiciais que, durante elas (...) era substituído por “Aos magistrados judiciais é permitido gozar, em cada ano, até trinta dias de licença, sem prejuízo dos respectivos vencimentos e tempo de serviço.” Esta alteração não era suficientemente clara. Em primeiro lugar, o anterior artigo definia o tempo de férias como licença graciosa, remetendo portanto as férias como uma licença, não prevendo qualquer licença adicional prevista, excepto nos casos depois indicados (falecimento de conjugue, doença, entre outros). Em segundo lugar, o novo artigo, definindo uma licença de trinta dias, por ano, aos magistrados, não esclarecia se esta se deve contar como sendo o período de férias ou não, embora fique a ideia de que não seria este o caso, uma vez que as licenças por falecimento do cônjuge e parentes e as faltas a sessões nos tribunais eram “descontadas na licença a que se refere o proémio deste artigo”, ou seja, a licença de trinta dias anual.

O antigo § único do artigo 36º, que obrigava os magistrados que “carecerem de se ausentar para o estrangeiro, durante as férias ou em gozo de qualquer licença” a autorização superior do Ministro da Justiça e aos superiores hierárquicos, ficava agora eliminado. Contudo, o novo § 9º do mesmo artigo, com um texto mais genérico, acabava por poder cumprir a mesma função, uma vez que deixa em aberto todas as situações: “Nenhum magistrado poderá ausentar-se do seu lugar sem que lhe tenha sido concedida a competente licença, salvo no caso do §2º, no qual contudo lhe cumpre avisar, com declaração de motivo, directamente ou por telegrama, o respectivo superior hierárquico, providenciando sobre os serviços a seu cargo e mandando na primeira oportunidade a conveniente justificação, a fim de se legalizar devidamente a sua ausência”. De qualquer modo, há assinalar que o anterior artigo, sobre saídas para o estrangeiro, era eliminado como referência explícita e, em segundo lugar, o novo artigo não era claro quanto a este ponto, uma vez que voltava a haver uma situação confusa entre licença e férias.

A secção referente à passagem à inactividade e à situação de adido era mantida, textualmente, na íntegra e a seguinte, sobre aposentações e limite de idade, era apenas alterada no antigo artigo 40º, no seu § 1º, que ficava completamente eliminado, onde se dizia que a pensão de aposentação dos magistrados judiciais era fixada “em relação à categoria que estavam desempenhando, independentemente do tempo de serviço neles prestado, tendo-se porém em atenção o seu tempo de serviço público para as correcções a fazer nos termos das leis em vigor.” Este parágrafo era eliminado e, independentemente das razões para isso, ele era, de facto, contraditório com os outros artigos.

Quanto às incompatibilidades e inibições dos magistrados, todo o texto se mantinha, à excepção do artigo 42º, sobre o exercício das profissões de comerciante, advogado e cargos administrativos. Onde era referido que “não podem em caso algum exercer, por si ou por seus cônjuges, as profissões de comerciante e advogado, nem desempenhar quaisquer funções nos corpos administrativos”, o novo texto referia “não podem em caso algum exercer, por si ou por interpostas pessoas, as profissões de comerciante e advogado”. Era portanto alargada a inibição, não se restringindo apenas aos cônjuges mas a qualquer “interposta pessoa”.

No capítulo das antiguidades, apenas o artigo 47º fora alterado. No caso de prorrogação do prazo para posse do lugar, por motivo de doença, onde antes era necessário “exame médico especialmente ordenado pelo Ministro da Justiça”, dizia-se agora “O motivo de doença só constitui, para este efeito, caso de força maior quando o excesso de prazo se contiver dentro dos trinta dias de licença graciosa a que os magistrados tiverem direito.”

No que respeita aos vencimentos, era alterado o artigo 48º, no § 3, sobre a remuneração das requisições de serviço por outros ministérios. Enquanto no Estatuto de 1927 os juízes não podiam ser remunerados pelo Ministério da Justiça, após sessenta dias (salvo caso de sindicância ou inquérito), em mais do que cinco sextos do seu ordenado, sendo o resto pago pela entidade que os requisitou, o Estatuto de 1928 definia agora que o Ministério da Justiça limitava-se ao pagamento do vencimento de categoria, sendo o vencimento de exercício e as gratificações a cargo da entidade que requisita.

Na orgânica do Supremo Tribunal de Justiça, era alterado o artigo 58º; onde antes estava “O Supremo tribunal de Justiça terá um presidente e um vice-presidente, escolhidos pelo Ministro da Justiça de entre os juízes do respectivo quadro”, era agora eliminada a referência ao Ministro da Justiça – deixava-se assim de ter a entidade que nomeia. O artigo 65º era alterado, reforçando o poder do Presidente, no tribunal, numa clara referência aos advogados: onde estava “manter a ordem nos actos a que presidir, advertindo os perturbadores, podendo fazê-los sair do tribunal (...)”, dizia-se agora: “retirar a palavra aos advogados, quando for caso disso, e manter a ordem nos actos a que presidir advertindo os perturbadores, podendo (...)” Por outro lado, a referência que era feita de “retirar a palavra aos advogados”, no artigo 66º, §11, como competência do Supremo Tribunal de Justiça, ficava eliminada. Tratava-se, por isso, de uma correcção, passando das competências do Tribunal para o seu Presidente, nas sessões e audiências. Nas competências do Supremo Tribunal de Justiça, definidas pelo artigo 66º, era incluída, à cabeça, uma nova disposição, como § 1º: “Uniformizar a jurisprudência, nos termos das leis do processo.” Vimos, já, como a questão da uniformização da jurisprudência pelo Supremo Tribunal de Justiça fora uma das preocupações de Manuel Rodrigues.

Na orgânica das Relações, voltava a ser eliminada a referência ao Ministro da Justiça, no caso das nomeações para a presidência destas; dizia-se apenas “nomeado de entre os juízes

do respectivo tribunal” (Art. 69º, § único). Quanto às atribuições do Presidente da Relação, era agora incluída, como §7 do Art.72º, o “Conceder aos juizes de direito e aos funcionários sob a sua jurisdição até trinta dias de licença cada ano.” Tratava-se da licença que era referida no Art.36º, e que substituiu o anterior artigo sobre férias como licença graciosa. A alçada das relações era elevada de 2000\$ para 4000\$, em matéria civil e comercial (Art.77º).

Quanto aos juizes de direito, o artigo 70º seria alterado, sendo eliminado § único, que permitia o acesso dos professores da secção de sciências jurídicas das Faculdades de Direito aos concursos para juizes de direito. Outra alteração era a diminuição do valor da alçada, em matéria civil e comercial, de 1000\$ para 500\$ (Art. 89º). O capítulo relativo aos concursos de acesso para juizes de direito era mantido, quase textualmente, na íntegra.

Pese embora todas estas alterações, é possível falar de um mesmo Estatuto Judiciário, de 1927/1928. O texto mantém a sua unidade e todos os pontos principais tinham sido conservados no novo diploma – divisão judicial, garantias fundamentais, composição do Conselho Superior Judiciário e processo de ascensão na carreira.

2.3 A Constituição de 1933 e a «função judicial»

Como assinalou Jorge Miranda, a Constituição de 1933 é aquela sobre a qual se desconhece mais a sua génese³²⁶. António de Araújo, num conjunto de trabalhos a ela dedicados³²⁷, retrata o seu percurso da seguinte forma: o caminho da sua evolução até ao texto final está indissoluvelmente ligado às sucessivas clarificações do regime da Ditadura Militar e à trajectória política de Oliveira Salazar.

O que estava, portanto, em questão? Segundo António de Araújo, parece correcto afirmar que, do ponto de vista ideológico, as «traves-mestras» da Lei Fundamental estariam preparadas já em meados do ano de 1930. Mas apenas as derrotas definitivas do reviralhismo de 1931 dariam a tranquilidade necessária para que a preparação do texto tivesse um impulso

³²⁶ Jorge Miranda, *Manual de Direito Constitucional*, Tomo I (Coimbra, 1997),..294

³²⁷ António Araújo, *A lei de Salazar* (Coimbra: Tenacitas, 2007)

decisivo. Este autor divide ainda dois momentos: um primeiro, entre finais de 1931 e Março de 1932, onde se trabalhava tendo em mente a publicação do projecto na imprensa diária; um segundo, entre finais de 1932 e Março de 1933, onde, já com Oliveira Salazar na presidência do ministério, se trabalha num «circuito fechado» de aconselhamento e revisão, tendo em vista a publicação oficial do texto e o plebiscito³²⁸. Neste segundo momento, é de notar a intervenção de conselheiros privados, nas emendas e comentários: participam Fezas Vital, Martinho Nobre de Melo, Mário de Figueiredo, Alberto dos Reis, Manuel Rodrigues, Afonso Lucas e Quirino de Jesus. Este último, aliás, segundo António de Araújo, teria sido o autor do primeiro projecto constitucional, do documento que depois terá servido de base à discussão³²⁹.

Gomes Canotilho define o lastro ideológico constitucional de 1933 enquanto um «constitucionalismo corporativo», do qual enuncia alguns princípios: a ideia hierárquico-corporativa de Estado, a ideia de Estado Forte, a ideia supra-individualista de Nação e, por fim, a ideia de economia dirigida e a existência de uma constituição económica³³⁰.

Na ideia hierárquico-corporativa de Estado, estava subjacente uma filosofia política interessada em derrubar o regime demo-liberal, apostada em contrariar os perigos de uma sociedade atomista herdada da Revolução Francesa, eminentemente ligada à experiência da Primeira República e da sua instabilidade parlamentar. Procurava-se, por isso, antepor a esta visão individualista uma composição que reconhecesse o nível orgânico do tecido social, valorizando os «grupos intermediários» como a família, as corporações, as autarquias locais ou a igreja. Assim sendo, o regime rotulava-se a si próprio de uma *república corporativa*, criando propriamente uma Câmara Corporativa, onde estavam representados, directamente ou indirectamente, os «elementos estruturais»³³¹. Gomes Canotilho levanta ainda uma questão: quem representava o primado do político no Estado Corporativo? E, tendo sido suprimida a liberdade sindical, a liberdade partidária, a autonomia local, «é fácil de ver-se

³²⁸ Araújo, *A lei...*, 73

³²⁹ Araújo, *A lei...*, 60

³³⁰ J.J. Gomes Canotilho, *Direito Constitucional* (Coimbra: Almedina, 1993), 328-333

³³¹ Sobre a história e funcionamento da Câmara Corporativa, v. Nuno Estevão Ferreira, «O corporativismo e as instituições do salazarismo: a Câmara Corporativa (1935-1945)», in António Costa Pinto, Francisco Carlos Palomanes Martinho (dir), *O Corporativismo em Português – Estado, política, sociedade no salazarismo e no varguismo* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008), 168-205; Com maior detalhe, Nuno Estevão Ferreira, *A câmara corporativa no Estado Novo – Composição, funcionamento e influência* (Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009) [policopiado]

que a ideia gremial não se compatibilizava com uma estrutura democrática e daí a transformação da ideia corporativa na sua contrária: uma ditadura inorgânica, centralista e sem continuidade orgânica»³³².

O «Estado forte» era também uma ideia central no novo programa constitucional. Era, mesmo, uma das exigências que se procurava ler no movimento histórico desde o 28 de Maio, acabando com a «balbúrdia» do parlamentarismo da Primeira República. Traduzia-se ele num executivo forte, independente do órgão legislativo, acabando por se dirigir a um «presidencialismo do primeiro-ministro». Ligado ao «Estado forte» estava a ideia supra-individualista de Nação, onde se buscava um regime autoritário, coeso e viável em permanência. Distanciando-se de um «panteísmo estatal», do folclore italiano da paramilitarização das massas e da deificação fascista do próprio regime, o autoritarismo português combinou o fascismo com «pensamento tradicionalista»³³³, mais fortemente até 1945, onde a vitória aliada obrigará Salazar a reformular e deixar cair algumas instituições mais suspeitas, como os tribunais militares especiais ou o apoio reforçado à Legião. O lema «Tudo pela Nação, nada contra a Nação» resumiria bem a concepção supra-individual do regime, encarnando uma perspectiva onde moral e política se confundiam, não sendo a isso avessa a doutrina social da igreja ou o integralismo lusitano, fontes inspiradoras do programa do Estado Novo (e que, a seu tempo, Salazar saberá utilizar mas também colocar um travão nas suas pretensões).

Finalmente, o projecto constitucional derivava numa economia dirigida, numa constituição económica, que rejeitava os princípios do liberalismo «mais como uma concepção do mundo e da vida (*Weltanschauung*) do que como forma de domínio social e económico, correspondente à época do capitalismo de concorrência».³³⁴

Como se apresentou, pois, a Constituição de 1933 aos portugueses? O relatório da Constituição, de 1932, tentava expor os seus grandes princípios com clareza, visto não ser ele destinado aos «cultores do direito político»³³⁵, mas ao grande público. Logo à cabeça, aparecia a Constituição de 1911 e os seus «erros»: o seu simplismo de ver apenas o

³³² J.J. Gomes Canotilho, *Direito...*, 329-330

³³³ Canotilho, *Direito...*, 332

³³⁴ Canotilho, *Direito...*, 332-333.

³³⁵ António Araújo, *A lei...*, 129

«cidadão», ignorando as forças activas da sociedade portuguesa, como a família, a corporação, o município; o seu «extremado racionalismo», feito de fórmulas abstractas que se dirigiam para uma lista de garantias e direitos individualista, não tendo em conta a unidade da Nação, o seu superior interesse; a fraqueza dos governos perante o Poder Legislativo, acabando inevitavelmente na ruína destes ao fim de poucos meses. A tudo isto cabia agora remediar, no rescaldo da Grande Guerra, esforço esse o dos juristas, de «procurar concertar ou remediar o grande estendal de estragos e cisões»³³⁶.

O «espírito da Constituição» declarava-se aberto, fruto de uma maturação lenta e rigorosa do percurso histórico português, sobretudo a «lição» do 28 de Maio, aproveitando o que podia ser salvo da Constituição de 1911, mas modelando o novo texto em volta de uma ideia de Nação totalmente transformada. O relatório, orgulhoso, mostrava-se independente, explicando que não fora a Lei Fundamental o produto fechado de escolas filosóficas, de partidos políticos, de «compromissos revolucionários»³³⁷. Marcello Caetano, no seu estudo dedicado à Constituição de 1933, enumeraria quatro fontes essenciais à escrita do texto: a experiência da Ditadura Militar (presidência e faculdade legislativa do governo); a Carta Constitucional da monarquia e a Constituição de 1911, o direito constitucional germânico, especialmente a Constituição de Weimar de 1919 e, por fim, a tendência corporativa³³⁸.

O texto oficial da Constituição fora publicado a 22 de Fevereiro de 1933 e a 9 de Abril foi declarada aprovada, com 1 292 864 votos favoráveis e 6 190 contra. A 11 de Abril, entrava a Constituição em vigor.

Deixamos aqui de lado, por conhecida e já explicitada em vários lugares, a organização política que a Constituição de 1933 veio introduzir, podendo dela dizer-se, com Braga da Cruz, que o reforço do poder executivo e a redução de poderes da Assembleia Nacional gerou uma «ditadura pessoal» de Salazar, plasmada num texto «híbrido» que recorria a muitas concessões conjunturais do início dos anos trinta³³⁹. Interessa-nos, contudo, situar o papel dedicado ao mundo judiciário e à magistratura judicial.

³³⁶ Araújo, *A lei...*, 134

³³⁷ Araújo, *A lei...*, 139

³³⁸ Marcello Caetano, *A Constituição de 1933 – estudo de direito político* (Coimbra: Coimbra Editora, 1956), 8

³³⁹ Manuel Braga da Cruz, *O partido...*, 102

O primeiro ponto que interessa sublinhar é a notória falta de um discurso transformador, que fosse produto de um longo debate, no que toca ao Poder Judicial. O relatório da Constituição, de 1932, é tão parco neste ponto que se limita a referir que o texto estabelecia «afinal os princípios tradicionais»:

*Sobre os tribunais não faremos especial referência visto que a Constituição estabelece afinal os princípios tradicionais da independência do Poder Judicial, cercando o exercício das suas funções das garantias reputadas necessárias.*³⁴⁰

O texto do relatório não esclarece, não discute, não coloca em causa os princípios herdados da Constituição de 1911, simplesmente os refere como «tradicionais» e novamente observados. Mas não deixa de ser curioso que o relatório se sirva da expressão «Poder Judicial». Isto, porque a ideia de que os tribunais são um «poder» seria arredada firmemente, substituindo-a pela de «órgãos» e de «função judicial».

Podemos rastrear esta modificação, pelo menos, desde um manuscrito de Oliveira Salazar, publicado por António de Araújo, onde o ditador, em Dezembro de 1931, alinhava já as ideias da nova lei. Salazar anota pelo seu punho as garantias dos direitos, escrevendo que a soberania se delega em «órgãos a que é confiado o poder (não há poderes)»³⁴¹. E, mais à frente, esclarece, a propósito da estrutura do Estado, a «substituição da noção de poderes pela de órgãos: quais – Presidente da República – Congresso – Governo – magistratura judicial»³⁴². Seria este, pois, o embrião do artigo 71º da Constituição de 1933, num momento em que se tinha abandonado já a ideia do nome de «Congresso», substituindo-o pelo de «Assembleia Nacional»:

*Artigo 71º A soberania reside em a Nação e tem por órgãos o chefe do Estado, a Assembleia Nacional, o Governo e os tribunais.*³⁴³

³⁴⁰ António Araújo, *A lei...*, 147

³⁴¹ Araújo, *A lei...*, 126. Sublinhado nosso.

³⁴² Araújo, *A lei...*, 127. Sublinhado nosso.

³⁴³ Decreto nº 22:241, de 22 de Fevereiro de 1933. *Diário do Governo*, Ia série, nº 43, de 22 de Fevereiro, 232

Marcello Caetano observava, aqui, a herança da Carta Constitucional com os seus quatro poderes, mas não deixará, também ele, de referir-se a «poderes» colocando-os entre aspas:

Na concepção dos quatro órgãos do Estado é manifesta a influência dos quatro «poderes» consignados na Carta Constitucional.³⁴⁴

Não se tratava, por isso, de uma simples troca semântica. Tratava-se, isso sim, de eliminar a tradição liberal do Estado alicerçado no princípio da divisão dos poderes. A ideia de que a sociedade tinha por base celular o cidadão individual, a sua vontade, levava à confiança do momento da decisão a poderes centrais, vigiando-se reciprocamente, colocando-se como expressão final da vontade comum. Mas a visão do novo texto Constitucional emanava de uma outra ideologia, orgânico-corporativa, onde o cidadão individual não delega directamente o seu momento de decisão a instituições soberanas centrais. Há, por isso, a tentativa de reproduzir legalmente a sociedade enquanto corpo orgânico (esta «bio-noção» é, de resto, essencial a toda a doutrina, por exemplo, do integralismo), vendo em cada membro um «órgão», funcionando harmonicamente com os demais. Na tradição liberal, ao contrário, a teoria dos poderes é fundamentada essencialmente pela divisão desconfiada e vigilante de uns em relação aos outros, acabando esta tensão por ser purificadora e limitando os excessos de cada um. Na tomada organicista da questão, o desenvolvimento harmonioso de cada parte é conseguida de forma não conflitual mas harmónica, exercendo uma «função» cada um destes membros.

«Órgão» e «Função» são, por isso, muito mais do que uma modificação semântica, mas uma total transformação da ideia de Estado e de Nação. Assim, a Justiça e os tribunais, pelo artigo 115º da Lei Fundamental, serão definidos assim:

Artigo 115º A função judicial é exercida por tribunais ordinários e especiais.³⁴⁵

³⁴⁴ Marcello Caetano, *A constituição...*, 38

³⁴⁵ Decreto nº 22:241, de 22 de Fevereiro. *Diário do Governo*, Ia série, nº 43, de 22 de Fevereiro, 235. Sublinhado nosso.

Os artigos 118º e 119º do texto fixariam os «princípios tradicionais» das garantias dadas à magistratura judicial: os juízes dos tribunais ordinários eram dados como vitalícios e inamovíveis, estando fixados por lei os «termos» em que ocorreriam as nomeações, promoções, demissões, suspensões, transferências ou colocações no quadro; era proibido aos magistrados judiciais o aceitar de outros cargos remunerados, sem prejuízo das requisições governamentais; finalmente, já através do artigo 119º, era constituída a irresponsabilidade dos juízes nos seus julgamentos, com as restrições «que a lei consignar»³⁴⁶.

Era, de facto, muito pouco para um texto constitucional, que, de resto, acabava por remeter quase toda a definição do quadro do aparelho judiciário para os Estatutos de 1928. Na interpretação de Carlos Fraga, havia o intuito, assim, de «esvaziar» o conteúdo destas garantias, visto que eram o regime de classificações profissionais, o exercício da actividade disciplinar e as nomeações compensatórias por comissões de serviço que, de facto, tornavam estas garantias «meramente formais»³⁴⁷.

A terminar, cabe ainda referir uma disposição «polémica» da Constituição de 1933 – a proibição da criação de tribunais especiais, com competências para julgamento de determinados crimes (excepto sendo fiscais, sociais ou de crimes contra o Estado) confiada pelo artigo 116º. A ideia, era, por isso, evitar uma justiça de excepção ou política. Na verdade, o texto do artigo referia os «crimes», sendo por isso possíveis os casos de «transgressão» ou «contravenção». Este intuito da Constituição é difícil de perceber e seria aliás interessante esclarecer o seu motivo. É que os tribunais militares especiais, por exemplo, seguiam-se em desfile nos anos antecedentes e, por isso, o texto constitucional seria, pelo menos, uma barreira legal a contornar. A explicação de Marcello Caetano, no seu estudo sobre a Constituição de 1933, apresenta assim o problema:

Diz o artigo 116º da Constituição que é proibida a criação de tribunais especiais com competência exclusiva para julgamento de determinada ou determinadas categorias de crimes, excepto sendo estes fiscais, sociais ou contra a segurança do Estado.

³⁴⁶ Decreto n.º 22:241, 235

³⁴⁷ Carlos Fraga, *Subsídios para a independência dos juízes – o caso português* (Lisboa: Cosmos, 2000), 214

*A Constituição não implicou, portanto, a abolição dos tribunais especiais existentes na ordem judicial e por isso não se põe o problema de saber se os tribunais militares devem ou não ser considerados como tribunais especiais para julgamento de determinadas categorias de crimes: apenas se proíbe a criação de novos tribunais especiais.*³⁴⁸

Este desenlace terminológico, de «criar» e não «manter», ilibava assim a existência dos tribunais militares e da sua justiça política, além de que permitia o iludir do texto constitucional, como observou Carlos Fraga, através da atribuição de competências a tribunais já criados antes da promulgação da Constituição³⁴⁹. De qualquer das formas, é difícil entender o que estaria na mente dos autores desta disposição constitucional, sendo ela tão obviamente contra a realidade dos tribunais militares instituídos pela Ditadura Militar e pelo Estado Novo.

Em resumo, o texto constitucional de 1933 limitou-se a definir os princípios «mínimos», consagrados, da independência da magistratura, remetendo o essencial para os Estatutos de 1928. A sua grande novidade, semântica e transformadora, seria o vincular da justiça a uma «função», operada por «órgãos» de soberania – os tribunais.

2.4 A «despolitização da justiça»

Faz parte do discurso historiográfico, mas também dos discursos mais globais sobre os regimes autoritários nascidos na Europa do entre-guerras, uma notável ausência quanto ao processo de construção e enquadramento dos aparelhos judiciais e seu funcionamento, sobretudo quando comparado com as perspectivas económicas e sociais. Neste aspecto, é de salientar a história recente dos estudos ligados à justiça, onde a questão criminalidade teve um papel pioneiro, apenas se seguindo depois, à imagem do caso francês, o das prisões e penalidades, a repressão política e, de um forma mais tardia, o das instituições e actores

³⁴⁸ Marcello Caetano, *A Constituição...*, 139-140

³⁴⁹ Carlos Fraga, *Subsídios...*, 212

judiciários³⁵⁰. Pedro Coutinho Magalhães explica esta deficiência expondo-a a três níveis: as correntes dominantes da ciência política que desvalorizavam o funcionamento do aparelho político em si próprio, as dificuldades dos cientistas políticos em lidarem com um discurso jurídico hermético e excessivamente técnico e, por fim, o problema, para alguns sem solução, que decorre das contradições entre a legitimidade democrática e o poder judicial³⁵¹.

A estas dificuldades, acrescentamos uma outra – a sobreposição histórica do problema da *injustiça*, que decorreu naturalmente através da afirmação das democracias e do seu discurso de legitimação e revisitação do passado próximo, desvalorizando o problema técnico-jurídico ou tomando-o apenas como uma cobertura aparente de um modelo que circunstanciadamente dele precisou, sem contudo encontrar nele a sua verdadeira matriz³⁵². Assim, o discurso historiográfico atravessou nos primeiros anos de reflexão sobre os regimes do entre-guerras uma posição extremada de colocá-los enquanto *negação do próprio direito*, encontrando no discurso jurídico formal apenas um ritual de legitimidade vazio, colateral e tardio. Entroncou neste debate o problema dos fascismos europeus, o problema da natureza dos próprios regimes e, da assimilação e agremiação em bloco inicial, passou-se a uma reflexão mais complexa e categorial, sob o ponto de vista historiográfico, ainda que de acesa discussão sob o prisma político. Depois de trabalhos como os de Linz ou Payne, pareceu acertada a divisão entre regimes autoritários e totalitários, por exemplo, e daí se seguiu para estudos mais particulares das realidades concretas de cada país, confrontando-os com os modelos gerais de uma história comparada que, apesar disso, não deixa ainda hoje de ser problemática e permeável a ideologias políticas³⁵³. A este título, devemos ter em conta que, apesar de tudo, o debate permanece vivo – Manuel Loff, em estudo recente, classifica o regime de Salazar e Franco como «corpos celestes desenhando as suas próprias trajectórias na galáxia do *eurofascismo*»³⁵⁴; também em trabalho recente, Luís Reis Torgal interroga-se se o Estado

³⁵⁰ Para um panorama dos estudos franceses sobre a história da justiça, v. Jean-Claude Farcy, *L'histoire de la justice française de la Révolution à nos jours* (Paris: PUF, 2001)

³⁵¹ Pedro Coutinho Magalhães, «Democratização e independência judicial em Portugal», in *Análise Social*, vol. XXX (130), Lisboa (1995) 52

³⁵² Sobre o problema da *injustiça* enquanto ponto de partida não só histórico, mas filosófico, v. Paul Ricoeur, *O justo ou a essência da justiça* (Lisboa: Instituto Piaget, 1997)

³⁵³ Sobre estas questões e numa visão comparada do entre-guerras europeus, v. Stanley G Payne, *A history of fascism 1914-1945* (Madison: The University of Wisconsin Press, 1995); Gregory Luebbert, *Liberalism, fascism or social democracy – social classes and the political origins of regimes in interwar Europe* (Oxford: Oxford University Press, 1991).

³⁵⁴ Manuel Loff, *O nosso século é fascista! – o mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)* (Porto: Campo das Letras, 2008), 513. Contudo, Loff coloca assim a questão do totalitarismo: «Há evidente consenso entre os

Novo não teria sido um «fascismo à portuguesa», segundo os nossos condicionalismos, embora recusando o totalitarismo nos seus discursos³⁵⁵; Fernando Rosas, em artigo um pouco mais antigo, sobre a mesma questão, utilizou a expressão «apetência totalitária do regime» para classificar o salazarismo nos anos 30 e 40³⁵⁶.

A atenção agora colocada no estudo particular de cada regime libertou, por isso, momentaneamente, o debate dos grandes modelos e a preocupação em encontrar respostas globais. Libertou-se, igualmente, a preocupação em encontrar modelos regimentais tipificados, que por globais mereciam apenas uma catalogação sintética dos vários domínios (social, político, económico), e o estudo de áreas delimitadas e autónomas começou a afirmar-se lentamente, como é o caso dos aparelhos judiciais.

Sob este aspecto, a divisão entre autoritarismo e totalitarismo revelou-se útil em extremo. Como assinalou Braga da Cruz e depois se tornou uma expressão indispensável na caracterização do regime do Estado Novo, ao contrário dos regimes totalitários e sendo característica de um autoritarismo mais ou menos moderado, o sistema político português procurou definir-se como uma «ditadura de direito». Como observou Pedro Coutinho Magalhães, esta posição do regime levou uma obsessiva «juridificação do autoritarismo»³⁵⁷, ficando desta forma bastante longínquos os casos extremos de totalitarismo, como a Alemanha Nazi e o seu *Führerprinzip*. Ao contrário dos regimes onde se torpedeou simplesmente o antigo direito liberal, através de normas secretas, ilegais e informais, o regime português tentou fornecer uma validade positiva e formal dos mecanismos legais, através de regulamentos menores e decretos governamentais, apoiados num importante trabalho doutrinal de constitucionalistas e académicos. Ainda segundo este autor, esta juridificação teve dois efeitos básicos: por um lado, ela levou a que o regime levasse a sua agressividade até aos limites mínimos da lei e, por outro lado, construiu-se a par deste

vários autores para não o aplicar («totalitarismo») ao caso Salazarista, argumentando quer com a quase ausência do adjectivo nos discursos políticos produzidos no interior do regime, quer com a sua rejeição activa ao nível desses discursos, designadamente no período anterior à Guerra de Espanha e posterior à viragem pós-aliada do governo de Lisboa em 1943-44, mas também, e sobretudo, aplicando uma definição do conceito introduzida a posteriori, ou seja, o da chamada tese totalitária da corrente da Ciência Política do Ocidente, na qual, por exemplo, a Itália fascista, ainda que se reivindicando totalitária, não o seria.» p. 144-145

³⁵⁵ Luís Reis Torgal, *Estados Novos – Estado Novo* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009), Vol I, 288

³⁵⁶ Fernando Rosas, «O Salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», in *Análise Social*, Lisboa, Vol XXV, 2001 (nº157), 1032

³⁵⁷ Pedro Coutinho Magalhães, «Democratização..», 55

movimento uma doutrinação jurídica positiva de limitação dos direitos cívicos através de uma ideologia própria da moral, dos interesses sociais e de um direito autoritário. A tese da *negação do direito*, por isso, e pelo menos no caso português, foi propriamente revista no seu completo contrário - numa autêntica «juridificação obsessiva».

Esta produção jurídica aliviou e ajudou a uma harmonização dentro dos próprios tribunais, não havendo o risco de uma quebra na continuidade da aplicação das leis ou de uma significativa conflitualidade na sua interpretação, o que poderia facilmente dar azo a uma jurisprudência muito activa, recorrente, e que trouxesse atrás de si os ventos políticos. De uma certa forma, esta contribuição positiva do direito, dos regulamentos, das normas e dos decretos, evitou uma politização da justiça que, de outro modo, seria inevitável. Ela marcou claramente a distinção entre «legalidade e ilegalidade» e, como também refere Pedro Coutinho Magalhães, sob o prisma dos cidadãos, ela disponibilizou uma consistente dimensão formal que dava a ideia de «previsibilidade», reforçando uma abordagem coercitiva à violação dos direitos, uma propagação dos processos de «autodemilitação» individual, do poder da norma e do seu funcionamento interno.

Mas, se este risco de politização da justiça foi significativamente eliminado pela «juridificação obsessiva», a verdade é que permaneciam feridas abertas no sistema, tornando os tribunais num espaço nem sempre seguro ou confiável. Ainda segundo Pedro Magalhães Coutinho existiram três níveis onde isso poderia ocorrer: (i) em primeiro lugar, a manutenção dos tribunais e a execução processual exigiam um custo que teria de ser ponderado em função do ganho legitimador que a decisão poderia proporcionar; (ii) em segundo lugar, a natureza híbrida e «semântica» da Constituição de 1933 mantinha alguns traços liberais, nomeadamente no elenco dos direitos, que poderiam ser explorados pelos magistrados; (iii) por fim, sendo o conflito dos particulares ultrapassado pelo interesse do Estado, verifica-se a necessidade de uma lei unívoca e harmónica.

Estes riscos foram ultrapassados de várias formas, recorrendo-se sobretudo a uma redução da área de jurisdição dos tribunais e a um controlo hierárquico e político dos próprios magistrados. A redução da área de jurisdição obtinha-se frequentemente com a ocupação administrativa destes, dando lugar a jurisdições de forte dependência governamental (onde nem sempre estavam em exercício por juízes de carreira, mas sim simples funcionários) – são

os casos dos tribunais de trabalho, integrados no Ministério das Corporações, os tribunais fiscais, no Ministério das Finanças, os tribunais militares, no Ministério da Defesa, os tribunais administrativos, ligados à Presidência do Conselho. Não devemos esquecer, aqui, o caso muito particular da polícia política (PVDE e, depois, PIDE), como um caso extremo de ocupação «administrativa» da jurisdição criminal, adquirindo poderes formais e informais quase ao nível da arbitrariedade, na sua função repressiva³⁵⁸. Igualmente, o caso paradigmático dos tribunais políticos.

É preciso recuar, pelo menos, até à Primeira República para perceber todo o processo gerado em volta destes tribunais ditos especiais. Implementados na sequência de turbulentos acontecimentos políticos, maioritariamente na sequência de revoltas monárquicas, o regime viu-se na obrigação de criar por decreto tribunais militares que tinham a sua alçada sobre os revoltosos dos dias anteriores. Estes tribunais não funcionaram em permanência durante a Primeira República; foram instituídos na sequência dos acontecimentos e, quase sempre, no seu rescaldo, os processos seguiram nos tribunais ordinários. Sendo tribunais militares, eles foram organizados à luz do Código de Processo Criminal Militar, com ligeiras alterações consoante os casos. Isto significava que a magistratura judicial neles intervinha de forma delimitada. Apenas enquanto juízes auditores, por nomeação governamental, tendo a seu cargo, sobretudo, a fase da instrução. Nenhum destes tribunais se manteve em funções por tempo indeterminado, acabando a sua existência aquando do esquecimento político das insurreições. A Ditadura Militar, em 1926, inaugurou uma política diferente, no que toca às situações anormais de revolução e perigo do regime estabelecido. A indefinição política dos primeiros anos, as revoltas do reviralhismo, o afastamento dos democráticos para uma algo incipiente Liga em Paris, o abafar do nacional-sindicalismo nascente, exigiram por parte dos governos da ditadura e do Estado Novo, como salienta Fernando Rosas, um «triângulo repressivo»³⁵⁹, que se estende de 1927 a 1945, assim orientado: a colocação dos revoltosos «à ordem do governo», a prisão política e os tribunais de excepção. Os tribunais militares especiais foram criados em 1927, 1930 e 1932, mas apenas em 1933 ganham a sua estrutura definitiva e funcionam em larga escala. Este triângulo repressivo, saindo da órbita das

³⁵⁸ Em especial o modelo da prisão preventiva. Sobre o funcionamento da PVDE, v. Maria da Conceição Ribeiro, *A Polícia política no Estado Novo* (Lisboa: Estampa, 1995).

³⁵⁹ Fernando Rosas (dir), *Tribunais Políticos – Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2009), 29.

instâncias judiciais ordinárias, colocou-se assim como uma das formas mais modelares da despolitização da justiça e da magistratura judicial, remetendo o campo político para fora do edifício da justiça ordinária. É, por isso, necessário algum cuidado histórico na afirmação de que o regime tornou a magistratura «co-responsável pela repressão política»³⁶⁰. Tendo presentes os dados para o período da Ditadura Militar e do Estado Novo até 1945, temos que apenas dez magistrados foram indicados para os lugares de juízes auditores nos tribunais militares: José Homem da Silveira Fernandes Vaz, Gustavo Teixeira Dias, Gilberto Magno de Beça Aragão (um dos mais activos em toda a história do Tribunal Militar Especial de Lisboa), Arnaldo Augusto Bártolo, Suidberto Loureiro Túlio, Aquiles Manuel Brochado Brandão, Joaquim Eduardo de Almeida Homem, José da Cunha Mota e Augusto Pais de Almeida e Silva³⁶¹. De facto, estamos a falar de uma vinculação do corpo da magistratura judicial tão reduzida que não chega a ser senão residual dos seus efectivos, tendo em conta o número de anos do período e a natural renovação do corpo de magistrados. Isto não impede a afirmação de que o recurso a magistrados judiciais existiu e teve uma forte carga simbólica, mas limita em grande parte o discurso da co-responsabilidade do corpo da magistratura em relação ao regime. Destes dez juízes colocados enquanto auditores, cinco passaram a juízes desembargadores e apenas um se tornou conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça³⁶². Portanto, cai também por terra a afirmação tornada vulgar de que estes cargos, exercidos por confiança política, eram agraciados com uma progressão na carreira fulgurante como forma de «pagamento» pelos serviços prestados. A progressão na carreira destes juízes é perfeitamente enquadrada nos números de que dispomos para o período, sendo até diminuta no caso de magistrados a atingir o Supremo Tribunal de Justiça – apenas um.

O fim da Segunda Guerra Mundial e a vitória dos aliados mereceu, em Portugal e em Espanha, regimes que mantiveram uma estrutura próxima das ditaduras acabadas de sucumbir, uma necessidade de adaptação aos novos desenvolvimentos geopolíticos, depois dos difíceis anos de «economia de guerra»³⁶³. Em Setembro de 1944, Salazar procede a uma remodelação do governo, de modo a enfrentar e combater os ventos do fim da guerra «como

³⁶⁰ Pedro Coutinho Magalhães, «Democratização...», 57.

³⁶¹ Fernando Rosas (dir), *Tribunais Políticos...*, 77.

³⁶² Rosas, *Tribunais...*, 57

³⁶³ Sobre o impacto económico e social da II Guerra Mundial em Portugal, v. Fernando Rosas, *Portugal entre a paz e a guerra 1939-1945* (Lisboa: Estampa, 1995).

uma ameaça»³⁶⁴. Na linha de cedências aos novos ditames da circunstância, fazem-se algumas alterações, algumas cosméticas, como o SPN transformado em SNI, a PVDE em PIDE ou esbatimento do papel da Legião. É neste sentido que a permanência de tribunais militares especiais é colocada em causa, dando eles uma imagem demasiado conotada aos ambientes de guerra e aos fascismos acabados de cair. Deste modo, a partir de Outubro de 1945, estes tribunais militares dão lugar aos chamados tribunais plenários, estes já fazendo parte da justiça ordinária. Mais detalhadamente, julgavam crimes contra a segurança interior e exterior do Estado, os de imprensa, açambarcamento e especulação. Eram compostos por um juiz desembargador presidente e pelos dois juízes mais antigos dos respectivos júzós criminais. Desta vez, a co-responsabilização da magistratura judicial na repressão política seria bem mais grave: ao todo, exerceram funções de presidente 39 magistrados e de segundos e terceiros juízes um total de 59. Destes, 17 exerceram simultaneamente as funções de presidentes, ficando calculado, ao todo, um número de 81 juízes que exerceram funções nos tribunais plenários entre 1945 e 1974³⁶⁵.

Em resumo, as jurisdições especiais funcionaram como um mecanismo importante, um factor de despolitização da justiça, que seguiu a par com o controlo hierárquico e orgânico do corpo de magistrados, caso que estudamos também neste capítulo quando falamos da evolução do Conselho Superior Judiciário.

Mas o fenómeno de despolitização da justiça não será ainda compreensível na sua totalidade sem que se preste atenção a uma das inovações mais polémicas e definidoras destes anos – a criação de um juiz-funcionário, de um juiz boca-de-lei. Na verdade, o autoritarismo jurídico, uma vez estabelecido e ocupado a produzir normas, decretos e regulamentos, dispensou os magistrados da necessidade de agir contra a lei expressa, bastando-lhe que esta fosse cumprida de forma mecânica. Este modelo de passividade e neutralidade dos magistrados servia os propósitos do regime de forma muito mais segura e com custos mínimos do que a abertura polémica de colocar magistrados a julgar contrariamente à lei, como aconteceu, por exemplo, na Alemanha de Hitler. Segundo Pedro Magalhães Coutinho, juízes «executando tarefas rotinizadas e socializados num contexto burocrático e hierarquizado cedo compreendiam que ir para além do que deles era esperado poderia causar danos permanentes

³⁶⁴ Fernando Rosas, *História de Portugal – O Estado Novo* (Lisboa: Estampa, 1994), 375

³⁶⁵ Rosas, *Tribunais políticos...*, 171

e irreversíveis às suas carreiras.»³⁶⁶ E, além do poder coercitivo gerado, o modelo do juiz-funcionário permitia uma defesa moral dos magistrados, escudando-se estes na soberania da lei acima dos seus interesses individuais. O corolário de todo este processo veio com a publicação, no Suplemento do «Diário do Governo», de 23 de Fevereiro de 1944, do novo Estatuto Judiciário. O seu Capítulo II – dos magistrados judiciais – Secção I – funções da magistratura judicial, suas garantias e direitos, espelhava a nova ordem. Onde antes vinham à cabeça as tradicionais garantias dos magistrados judiciais – a independência, a responsabilidade, a inamovibilidade –, fazia-se anteceder esta tríade por um artigo onde se tentava amarrar o juiz à letra da lei, mesmo que esta lhe parecesse imoral ou injusta. A precedência textual, nada ingénua, mostrava também que os deveres estavam bem acima das garantias. Este artigo, o 240º do novo Estatuto, estava redigido da seguinte forma:

Artigo 240º A magistratura judicial tem por missão julgar em harmonia com as fontes a que, segundo a lei, devia recorrer e fazer executar as suas decisões. Os juízes não podem deixar de aplicar a lei sob pretexto de que ela lhes pareça imoral ou injusta e as suas decisões deverão ter em consideração todos os casos que merecerem o mesmo tratamento, a fim de, tanto quanto possível, se obter uma jurisprudência uniforme. O dever de obediência à lei compreende o de respeitar os juízos de valor legais, mesmo quando se trate de resolver hipóteses não previstas nela. Os juizes não podem deixar de julgar com o fundamento de obscuridade da lei nem, se o caso dever ser juridicamente regulado, com o da sua falta.

*§ único. Os magistrados judiciais só têm jurisdição dentro da área da circunscrição respectiva, salvo quando a lei determinar o contrário.*³⁶⁷

A aplicação da lei seria irreversível. Toda a consciência do magistrado deveria ser eliminada, não poderia ele deixar de aplicar a lei, mesmo que esta lhe parecesse imoral e injusta. O que aqui estava em causa, também, era uma questão mais grave e lata: a de substituir o judicial enquanto «poder» para uma «função». O Estatuto Judiciário de 1944 é o passo decisivo nesta transformação semântica. O seu relatório, longo, merece aqui uma citação, onde se procura explicar esta mudança com detalhe:

³⁶⁶ Pedro Coutinho Magalhães, «Democratização..», p.60

³⁶⁷ Decreto nº 33:547, de 23 de Fevereiro de 1944, artigo 240º.

Não houve o propósito de tomar posição acerca de todos os problemas que a actividade do juiz, como executor ou criador do direito, pode suscitar, nem semelhante atitude seria razoável.

E não o seria porque ainda não se obteve unanimidade, nem sequer um decidido predomínio a respeito destes importantíssimos problemas, aliás pedra angular de toda a actividade do jurista prático. Embora se trate dos problemas capitais da ciência do direito, é neles que se notam as maiores dúvidas, oscilando os espíritos entre as soluções mais opostas.

Sendo assim, e porque é útil não impedir, com uma disposição legal, a livre discussão destes problemas, o que poderia comprometer o progresso jurídico, deixa-se a sua solução à doutrina e à jurisprudência, na esperança de que conseguirão encontrar a que melhor satisfizer os interesses da comunidade, acompanhando a evolução do pensamento jurídico e as necessidades da vida. Posto isto, far-se-á uma breve justificação das diferentes regras que se contêm neste artigo e que traduzem apenas aquilo que neste domínio pode considerar-se mais seguro.

A primeira – aos juízes compete julgar de harmonia com as fontes a que, segundo a lei, devam recorrer – traduz a doutrina de que a acção do juiz deve desenvolver-se em obediência à lei.

Esta disposição seria estranha num país onde nada se dissesse acerca das possíveis fontes do direito a observar pelos tribunais. E isso sucede, na verdade, em alguns, nos quais se quis deixar à doutrina e à jurisprudência o trabalho de determinar as fontes que hão-de inspirar as decisões judiciais. Mas no nosso País as cousas passam-se de outra maneira, como se vê do artigo 16º do Código Civil, onde se indicam, pela sua hierarquia, as fontes do direito civil.

Este mesmo preceito tem sido aplicável no domínio de outros ramos do direito, de modo que a primeira parte deste artigo do Estatuto significa apenas que o juiz deve conformar-se com as fontes de direito a que a lei manda atender e pela ordem nela estabelecida.

Declara-se, também, que o juiz não pode abster-se de julgar com o fundamento de que a lei é obscura; nem com o de que não há lei que regule o caso a decidir, quando este deva ter regulamentação jurídica.

A declaração de que o juiz não pode abster-se de julgar com o fundamento de que a lei é obscura encontrava-se já no artigo 97º do Código de Processo Civil de 1876, e é óbvia; a de que o juiz não pode deixar de julgar com o fundamento de que não há lei que regule o caso a decidir, quando este deva ter regulamentação jurídica, carece de breve explicação.

É notório que nas legislações e nos escritores existem sérias disputas quanto a saber como há-de determinar-se o chamado «espaço livre de direito» ou, o que é afinal o mesmo, o domínio que há-de considerar-se dever ser disciplinado pelo direito.

É claro que o direito não pode ter a pretensão de regular toda a vida, da qual uma parte se encontra apenas sob a alçada de outras normas. Nem toda a vida, com efeito, exige aquela mais enérgica sanção que é característica das normas jurídicas.

Mas também se admite geralmente que, além dos casos que a lei prevê e regula, outros deverão julgar-se sujeitos a uma disciplina jurídica.

Suscitam-se, então, dois problemas: em primeiro lugar, o de saber quais são precisamente esses casos que a lei não prevê e não regula, mas que, apesar disso, devem sujeitar-se ao direito; em segundo lugar, o de apurar qual a fonte ou quais as fontes onde o juiz deve ir procurar a norma jurídica reguladora de tais matérias.

É assim que, no que respeita ao primeiro destes problemas, enquanto uns sustentam que só devem considerar-se objecto possível de regulamentação jurídica aqueles casos em relação aos quais a lei mostra querer que não escapem a essa regulamentação, outros entendem que esta limitação não é de fazer, deixando ao juiz uma liberdade, mais ou menos extensa, de circunscrever o campo de aplicação do direito; e quanto ao segundo, quando o juiz não possa recorrer à analogia da lei, grandes divergências se notam igualmente, desde aqueles que apenas consintam ao juiz o recurso aos princípios gerais do direito positivo (era o sistema do antigo Código Civil italiano), ou, mais largamente, aos princípios gerais da ordenação jurídica do Estado (como no artigo 12º do novo Código Civil italiano), até aos que impõem ao juiz que atenda à chamada convicção ou consciência jurídica do povo ou de certa classe do povo, ou mesmo à sua própria convicção.

Diz-se ainda que o juiz não pode deixar de aplicar a lei com o pretexto de que ela lhe parece imoral ou injusta. Quer dizer, o juiz não pode substituir a lei – resultado da vontade dos órgãos legislativos – por normas criadas por ele: o seu primeiro dever é cumpri-la.

Isto não significa, como é manifesto, que o juiz deva interpretar literalmente as leis e executá-las sem mais nada. As leis devem ser entendidas de harmonia com as regras de interpretação conhecidas; mas, uma vez averiguado que a sua significação é uma certa, não é legítimo pô-la de parte e fazer prevalecer outra solução, produto do arbítrio judicial.³⁶⁸

A fundamentação do relatório, como se vê, era baseada nas fontes do direito e na obrigação do seu cumprimento por parte dos magistrados. Mesmo quando a lei era obscura ou pouco clara, deveria procurar-se o seu sentido na analogia, começando pela hierarquia das próprias fontes do direito. Acima da consciência, o dever de cumprir a lei – outra solução seria um «produto do arbítrio judicial».

³⁶⁸ IDEM – relatório.

Mas o que o relatório escondia é que esta nova noção de juiz-funcionário, de juiz como mero aplicar da lei e passivo, sem fazer intervir a sua consciência, esbarrava claramente com os textos anteriores onde se definia a independência dos magistrados. É por isso curioso observar como em apenas quinze anos a ideia de independência teve de ser sucessivamente adaptada. O Estatuto Judiciário de 1927, no seu artigo 14º, afirmava-a como sendo:

*(...) o direito de, por intermédio do Conselho Superior Judiciário, escolher os seus membros para os diversos cargos judiciais, e no de exercer livremente as respectivas funções, sem sujeição a outros ditames que não sejam os que as leis impõem e a consciência inspira.*³⁶⁹

Portanto, em 1927 a independência está definida a partir da noção de autonomia (escolha dos seus membros), do livre exercício de funções e, finalmente, da observação da lei e da «consciência» individual.

O diploma de 12 de Fevereiro de 1930, tendo afastado da competência do Conselho Superior Judiciário o poder de determinar os lugares ocupados pelos magistrados, substituindo-a apenas pelo de indicar e propor (com competência a ministerial para rejeitar estas propostas), viu-se obrigado a eliminar da noção de independência da magistratura a parte que ficava consignada ao direito desta «escolher os seus membros». A nova redacção do artigo 14º, sobre a independência ficava assim constituído:

*Artigo 14º A independência da magistratura judicial consiste no direito de exercer livremente as respectivas funções sem sujeição a outros ditames que não sejam os que as leis impõem e a consciência inspira.*³⁷⁰

Nada se dizia, agora, do autogoverno judicial, do Conselho Superior Judiciário ou da livre escolha dos seus membros. Esta parte do texto fora pura e simplesmente eliminada, restando o livre exercício de funções e a observação da lei e da consciência.

³⁶⁹ Decreto nº 13:809, de 22 de Junho de 1927 – art. 14º.

³⁷⁰ Decreto nº 17:955, de 12 de Fevereiro de 1930 – art. 14º.

Com o Estatuto de 1944, a noção de independência, por intermédio do novo artigo 240º, que obrigava os juízes a aplicar a lei mesmo contra a sua consciência íntima, seria obrigado a defini-la de outra forma:

*Artigo 241º a) A independência consiste no direito de exercer as funções de julgar sem sujeição a ordens de outros juízes ou tribunais onde quaisquer autoridades, salvo nos casos expressamente consignados na lei.*³⁷¹

Apagados ficavam agora os «ditames que a consciência inspira» e definia-se a independência como o direito de julgar sem sujeição a outras instâncias. Tinha sido uma notável caminhada, feita de sucessivos cortes e ajustes.

Por fim, reportamo-nos ainda e brevemente à questão da profissionalização, especialização e incompatibilidades da magistratura judicial, factor igualmente concorrente para uma despolitização da justiça. Começando pelo último aspecto, é de salientar que a carreira judicial foi sendo progressivamente bloqueadora da actividade política dos juízes. O Estatuto Judiciário de 1927, por exemplo, impedia, através do seu art. 44º, a convocação, promoção ou mera assistência, na sua área de jurisdição, a reuniões, manifestações e outros actos públicos «de carácter político» ou praticar outros quaisquer actos, no que respeitava a eleições, senão o de votar³⁷². Também, pelo mesmo artigo, eram os magistrados judiciais proibidos de se manifestarem pela imprensa ou comícios públicos sobre actos e poderes do Estado. Estas restrições contribuíam, pela certa, para um progressivo afastamento dos juízes da intervenção política. Mas também a progressiva especialização e complexificação do próprio direito, acompanhados de uma progressiva profissionalização (e sua vigilância através das inspecções que se tornam regulares) foi obrigando os magistrados, durante a primeira metade do século, a figurar um modelo de magistrado-técnico, mais afastado de um modelo intelectual de crítico-construtor da sociedade.

³⁷¹ *Estatuto Judiciário* (Lisboa: Santelmo, 1944), 90

³⁷² *Estatuto Judiciário e Divisão judiciária* (Lisboa: Procural, 1927), 9 (art. 44º)

2.5 O Conselho Superior Judiciário – a centralidade do Ministério da Justiça (1926-1945)

Como tinha chegado o Conselho Superior Judiciário a 1926? O último decreto que definia e articulava as suas competências e atribuições datava de 6 de Outubro de 1921³⁷³. Um pouco antes, a 5 de Maio de 1919, pelo decreto nº5:499, a obra do sidonismo tinha sido desfeita. Como vimos no primeiro capítulo, o consulado sidonista tinha procurado entregar os destinos da magistratura «à própria magistratura», instituindo as eleições para todos os vogais do organismo, tratando assim de negar as influências governamentais no autogoverno dos magistrados judiciais. Trata-se, igualmente, de uma política apoiada nas corporações e no seu agraciamento, como forma de apoio ao novo regime da «República Nova». Morto Sidónio, passando a curta experiência monárquica do Norte, de Janeiro-Fevereiro do princípio do ano de 1919, e a consequente política de saneamentos, a República decidiu-se por apertar o cerco ao ainda chamado Conselho Superior da Magistratura Judicial. Este decreto, de Maio, saído ainda aquando da depuração de alguns magistrados do quadro, voltava a uma composição fortemente dominada pelo executivo: um presidente (que seria o presidente do Supremo Tribunal de Justiça) e quatro vogais (dois efectivos e dois suplentes), todos escolhidos por nomeação governamental. Também o papel do ministro da justiça saía reforçado em relação às disposições do ano anterior. Como também tivemos oportunidade de ver, saíra a 13 de Julho de 1918 um decreto que limitava a sua actuação: nas nomeações de magistrados, o ministro poderia apenas não se conformar com as escolhas do Conselho para seguir a lista de ordem de antiguidades. Ora, esta disposição iria esfumar-se por completo no novo decreto de 5 de Maio, ficando o ministro da justiça livre para rejeitar as propostas do Conselho, desde que fundamentasse a sua decisão. Fora também uma novidade deste decreto a instituição de três inspectores judiciais permanentes, num quadro que certamente implicava o próprio crescimento do organismo e da sua máquina burocrático-administrativa.

A última reforma republicana do organismo veio, portanto, a 6 de Outubro de 1921. Aí, o agora nomeado Conselho Superior Judiciário ganhava novas atribuições, sendo a mais destacada a sua competência alargada ao Ministério Público e aos oficiais de justiça. A medida justificava-se pela exigência de um critério disciplinar harmónico nas diferentes

³⁷³ Decreto nº 7:725, de 6 de Outubro de 1921.

instâncias judiciais, a redução de custos, a simplificação e uniformização de processos. A composição do Conselho mantinha-se à imagem do diploma anterior, de 5 de Maio de 1919, mas a limitação ao poder de interferência do ministro da justiça nas escolhas dos magistrados ficava totalmente fora de questão. Se o decreto de 13 de Julho de 1918 procurava amarrar a decisão ministerial à lista de antiguidades, caso não quisesse observar a escolha do Conselho, o diploma de 5 de Maio do ano seguinte já se retraía, devendo apenas o ministro «fundamentar» a sua escolha. Agora, pelo novo decreto de 6 de Outubro, nem essa limitação de «fundamentar» ficava de pé. O caminho, por isso, ficava aberto, pelo menos em teoria, para qualquer digressão clientelar na escolha dos magistrados judiciais para os diferentes lugares, ultrapassando e deixando de lado as propostas do Conselho.

O 28 de Maio de 1926 e a nova Ditadura Militar trouxeram Manuel Rodrigues Júnior para a pasta da Justiça. Manuel Rodrigues parecia disposto a subverter esta ordem de coisas e, logo em Junho desse ano fazia sair um importante decreto³⁷⁴ que tentava contrariar as ligações clientelares e políticas na escolha dos magistrados judiciais. O preâmbulo do decreto apregoava que a Independência Judicial e a entrega ao arbítrio do executivo das nomeações e colocações de juízes eram «expressões antagónicas»³⁷⁵. Referia-se claramente o papel arbitrário do ministro da justiça, que poderia nunca seguir as propostas do Conselho. E, concluindo, retratava-se o modo de escolha dos magistrados judiciais da pior maneira, sendo ele, de facto, organizado de forma vexatória nos «directórios dos partidos políticos», sujeita ainda por vezes ao «placet das comissões locais»³⁷⁶. Estávamos ainda em 1926, no rescaldo do movimento de Maio, e o decreto ainda falava na medida como tendo um fim patriótico e «verdadeiramente democrático»³⁷⁷. Ora, a verdade é que este problema da nomeação dos magistrados judiciais era algo herdado já desde a monarquia constitucional. Não afectava ele, por assim dizer, toda a carreira da magistratura, sendo que nas promoções de classe a classe ou entre instâncias as regras eram ditadas com clareza, sobretudo, pelo regime de antiguidade. Mas as transferências e nomeações dentro de cada classe ou instância eram um terreno frágil, sem regulamentação apropriada, onde a decisão governamental cabia de forma mais ou menos arbitrária. A República não tocara neste estado de coisas e, daí, que se possa

³⁷⁴ Decreto nº 11:751, de 23 de Junho de 1926.

³⁷⁵ *Decreto nº 11:751*

³⁷⁶ *Decreto nº 11:751*

³⁷⁷ *Decreto nº 11:751*

conjecturar sobre a sua posição de tentativa de controlo sobre o aparelho judiciário. Manuel Rodrigues parecia disposto a acabar de vez com o problema, e logo pelo artigo 1º do decreto o provimento de todas as vagas de todos os cargos judiciais ficava ao dispor dos juízes indicados pelo Conselho Superior Judiciário³⁷⁸. Não tinha o ministro da Justiça qualquer papel ou intervenção neste processo. Quanto à composição do organismo, tentava-se uma solução mista: além do presidente, que era por inerência o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, haviam dois vogais nomeados pelo executivo e outros dois, estes escolhidos em eleições por toda a magistratura judicial (art 2º). Finalmente, eram elevados a cinco os inspectores judiciais em permanência.

O cunho de Manuel Rodrigues, como depois virá a teorizar nos seus textos e conferências dos anos trinta, era significativamente o de «regenerar» o aparelho judiciário dos seus vícios. Torná-lo independente, é certo, mas mais do que isso: torná-lo independente dos partidos políticos. Assim se explica que, pouco depois do decreto de Junho, um outro viria a regulamentar de forma clara a nomeação dos juízes de direito³⁷⁹. Também aqui o Conselho Superior Judiciário teria a sua missão fortalecida. Os candidatos à magistratura fariam provas escritas e orais num concurso feito pelo Conselho. O júri era composto pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça, um juiz desembargador designado pelo Conselho, um juiz de 1ª classe escolhido também pelo Conselho e, finalmente, um professor do grupo de ciências jurídicas de cada uma das Faculdades de Direito. Não havia, na composição do júri dos concursos, uma intervenção ministerial ou de membros escolhidos pelo governo. Um novo decreto, de Dezembro desse ano, viria ainda regulamentar com maior detalhe o processo de candidatura, não havendo porém modificações quanto ao essencial³⁸⁰.

Esta situação manteve-se até 22 de Junho do ano seguinte, aquando da promulgação do primeiro Estatuto Judiciário. Aqui, a composição do Conselho manteve-se: além do presidente, dois vogais de nomeação governamental e dois eleitos pela magistratura. O princípio de uma solução mista, portanto, não tinha sido colocado em causa no novo texto. Também o papel na nomeação e colocação de magistrados se manteria, referindo o artigo 449º que cabia ao organismo «determinar a comarca, tribunal ou cargo em que hão de ser

³⁷⁸ *Decreto nº11:751*

³⁷⁹ Decreto nº 12:013, de 29 de Julho de 1926.

³⁸⁰ Decreto nº 12:890, de 27 de Dezembro de 1926.

obrigatoriamente colocados, definitiva ou temporariamente, os magistrados judiciais, por nomeação, promoção, transferência, reingresso na efectividade de serviço, ou em comissão.»³⁸¹ Quanto ao resto, sobretudo no que respeita à sua actividade disciplinar e inspectiva do Conselho, o Estatuto Judiciário fazia uma reimpressão quase decalcada da Organização Disciplinar Judiciária de 1924. O Estatuto saído no ano seguinte, a 10 de Abril, seguia o primeiro em todas estas disposições³⁸².

A solução mista de composição do Conselho, entre dois vogais eleitos e dois de nomeação governamental não durou muito – a 2 de Março de 1929 o decreto nº 16:563 voltava à nomeação integral. A 12 de Fevereiro de 1930, pelo decreto nº 17:955, o artigo 439º do Estatuto saía modificado, devendo por isso todos os quatro vogais serem escolhidos por eleição. Um deles por escolha dos juizes do Supremo Tribunal de Justiça, outro pelos juizes das Relações e, finalmente, dois pelos juizes da primeira instância³⁸³. Aparentemente, havia um reforço do poder de autogoverno dos magistrados, ficando estabelecido o princípio de eleição de todos os vogais do Conselho. Mas não era assim. O que se dava com uma mão, retirava-se com a outra. Na verdade, este organismo, agora escolhido por juizes eleitos, deixara de ter a faculdade de «determinar» as nomeações e colocações dos magistrados, passando apenas a «indicar»³⁸⁴. Deixou de «graduar e classificar» para apenas «propor» e deixou de «autorizar» transferências para apenas «informar» sobre a sua conveniência. E, no final, o ministro da Justiça poderia novamente rejeitar a proposta e decidir de outro modo. O preâmbulo do decreto esclarecia que a obra de regeneração da Ditadura Militar, dispondo-se contra o péssimo exemplo dos ministros republicanos, tinha agido de forma a limitar em extremo a sua actuação. Mas, passadas as águas mais turbulentas, «não há que recear»³⁸⁵ de um regresso ao modelo de repartição de poderes entre o ministério e os magistrados, voltando-se a um reforço do papel na pessoa do ministro da justiça. Barbosa de Magalhães, no seu comentário ao Estatuto revisto, em 1937, mostrava-se bastante crítico: «Foi o começo da *investida*.»³⁸⁶

³⁸¹ *Estatuto Judiciário e Divisão Judiciária* (Lisboa: Procural, 1927), 86

³⁸² *Estatuto Judiciário* (Lisboa: Procural, 1928)

³⁸³ Decreto nº 17:955, de 12 de Fevereiro de 1930

³⁸⁴ IDEM,

³⁸⁵ IDEM

³⁸⁶ Barbosa Magalhães (pref.), *Estatuto Judiciário* (Lisboa: Universidade Editora, 1937), XXIII

Na verdade, havia um jogo possível entre *composição* e *competências* do Conselho. Dando-se a composição aos magistrados judiciais por eleição, retiravam-se depois as competências de este funcionar com autoridade de decisão. Este jogo entre composição e competência voltou a ocorrer três anos depois, em 1933, pelo decreto nº 22:779³⁸⁷. A determinação dos vogais do Conselho ficava à livre escolha do ministro da justiça, voltando o organismo a ter competências de decisão e não de proposta – de «determinar» a comarca onde eram colocados os magistrados, de «classificar e graduar» os méritos e deméritos dos juízes. Ou seja, dava-se desta vez a «competência» ao organismo, mas eram os vogais escolhidos por nomeação governamental. Em qualquer destes dois sistemas, o papel do executivo era o predominante, acabando por isso o sistema original e misto criado pelos Estatutos.

Este sistema de composição, criado em 1933, ficou para durar. Não o alterou a posterior revisão dos Estatutos feita em Novembro de 1941, pelo decreto nº31:667³⁸⁸. Finalmente, o Estatuto Judiciário de 1944 viria a reconfirmar a situação de composição governamental do Conselho. O artigo 363º definia a composição como tendo um presidente (por inerência o presidente do Supremo Tribunal de Justiça) e três juízes conselheiros, escolhidos livremente pelo ministro da justiça (art. 365º)³⁸⁹. Mais à frente, pelo artigo 372º, o Conselho continuava a «determinar» a comarca ou cargo ocupados pelos magistrados judiciais, definitiva ou temporariamente.

A história do Conselho Superior Judiciário não se pode desligar, obviamente, de outras questões, abordadas em outros capítulos: a evolução dos critérios de promoção, entre antiguidade e mérito (o que reforça ou diminui, à vez, os poderes efectivos da instituição) ou a evolução dos seus mecanismos disciplinares e concretização no terreno (inspecções, processos disciplinares, classificação e graduação). Mas a história da sua composição e competências mostra, claramente, duas fases distintas. A primeira, que vai desde os primeiros meses da Ditadura Militar e chega aos Estatutos de 1927/28, é sobretudo uma história de «reação» aos supostos abusos de poder da Iª República. Pela mão de Manuel Rodrigues, houve uma tentativa clara de demarcação da influência ministerial e sustentou-se uma composição mista do Conselho, entre eleição e nomeação governamental. Esta tentativa,

³⁸⁷ Decreto nº 22:779, de 29 de Junho de 1933. Entretanto, saíra um diploma em 1932, a 20 de Julho (decreto nº21:485), que voltava ao modelo de nomeação governamental.

³⁸⁸ Decreto nº 31:667, de 22 de Novembro de 1941.

³⁸⁹ *Estatuto Judiciário* (Lisboa: Santelmo, 1944), 131

como referem alguns decretos, voltava-se para uma «regeneração» moral da magistratura judicial, de limpeza dos seus vícios, e do estabelecimento de regras claras, como na admissão ao próprio corpo da magistratura (por exemplo, a nova regulamentação dos exames de acesso). Este sistema «regenerado», contudo, não durou muito. Os anos trinta irão voltar a um princípio de dominação do executivo sobre o autogoverno da magistratura, entrando com frequência num jogo entre «composição» e «competência», que retirando de um lado o que se dá no outro, acabavam por figurar como personagem central o ministro da justiça. O princípio eleitoral na composição do Conselho levou atrás de si um esvaziamento das suas competências e, por outro lado, o princípio de nomeação governamental deu, como «consolação»³⁹⁰, algumas competências formais. Mas este jogo, que iria durar em toda a segunda fase até aos anos quarenta, moldava uma situação de poder *de facto* nas mãos ministeriais, deixando o Conselho como um organismo apenas consultivo.

2.6 Entre o mérito e a antiguidade – a história do artigo 517º

Um dos problemas fundamentais, lançado pelo artigo 517º dos Estatutos Judiciários de 1927 e 1928, era o da ascensão na carreira. De facto, os artigos 516º e 517º tiveram esta redacção:

Art. 516º Para o provimento das vagas, o Conselho atenderá de preferência às classificações e às informações que tiver sobre os méritos dos magistrados. Em igualdade de circunstâncias, atenderá em primeiro lugar ao serviço prestado como oficial miliciano ou como juiz auditor nos tribunais de guerra no corpo expedicionário à França ou nas expedições ao ultramar nas colónias, em segundo lugar à antiguidade.

Art. 517º As classificações dos magistrados judiciais para a promoção à classe superior, à Relação e ao Supremo Tribunal de Justiça será feita, em lista graduada pelo Conselho que, para tal efeito, atenderá não só ao seu tempo de serviço, mas também e principalmente aos seus méritos e deméritos.

§ 1º O Conselho classificará e graduará, de cada vez, cinco juízes de entre os que compõem o terço superior de cada classe ou categoria, devendo a promoção ser feita segundo a ordem rigorosa da graduação.

³⁹⁰ A expressão é de Barbosa de Magalhães, *Estatutos...*, XXIII.

§ 2º Só podem ser classificados para a nomeação ao Supremo Tribunal de Justiça os juízes das Relações de assinalado merecimento.

§ 3º Só podem ser classificados, para a promoção à segunda instância, os juízes de direito de 1ª Classe que o Conselho considere como merecendo, pelo menos, a classificação de bom.

Em primeiro lugar, era o critério do mérito, de preferência ao da antiguidade, aquele que deveria presidir à orientação do Conselho Superior Judiciário na composição e graduação das listas para promoção. Em segundo lugar, este critério não era vazio e subjectivo, ele ancorava-se nas classificações dadas pelas inspecções judiciais: no caso da promoção aos tribunais superiores era exigido um mínimo de «bom». O caso da ascensão ao Supremo Tribunal de Justiça era mais ambíguo, uma vez que não existiam inspecções regulares feitas às Relações e o texto do artigo referia apenas o «assinalado merecimento».

Convém, aqui, relembrar a evolução destes dois critérios, mérito e antiguidade, durante a Primeira República. Com a criação de um Conselho Superior da Magistratura Judicial, em 1912, e no diploma que o instituía, referia-se no artigo 3º, que cabia a este, nas suas atribuições, a de «Classificar, pela documentação dos méritos os serviços de cada um, de preferência ao critério da antiguidade, os candidatos a juízes de 2ª e 1ª Classe, e juízes das Relações.»³⁹¹ O critério do mérito, de preferência ao de antiguidade, era, por isso, uma ambição antiga. Mas, de facto, esta atribuição do Conselho não fora cumprida por impossibilidade prática. As inspecções judiciais apenas começam o seu ciclo regular nos anos vinte e, como vimos no primeiro capítulo, ainda em 1916, o Conselho debatia-se para tentar promover um magistrado pelo critério do mérito, proclamando que apenas tivera até aí uma função negativa de excluir nomes das listas por razões disciplinares. O sidonismo tinha invertido o texto da lei de 1912. Onde o critério do mérito aparecia à cabeça, depois dizendo-se «de preferência ao da antiguidade», o decreto nº 4:172, de 26 de Abril de 1918, referia, para os casos de promoção, «atendendo não só ao tempo de serviço, mas também aos seus méritos e deméritos» (art. 11º)³⁹². O mérito tinha desaparecido do início da frase, para ser incluído num *mas também*. Com a Organização Disciplinar Judiciária de 1924, tinham-se utilizado pela primeira vez as classificações das inspecções judiciais para envolver o critério

³⁹¹ Lei de 12 de Julho de 1912.

³⁹² Decreto nº 4:172, de 26 de Abril de 1918.

do mérito, apoiado numa classificação objectiva, nos casos de promoção. Pelo artigo 70º, eram excluídos de promoção a classe ou instância superior, os magistrados que não houvessem obtido, pelo menos, a classificação de «regular» na última avaliação. Esta exigência subiria de grau com o decreto nº 12:013, de 29 de Julho de 1926, onde o artigo 10º definia que só poderiam ser promovidos à segunda instância os juízes de direito de 1º Classe que o Conselho Superior Judiciário avaliasse com a classificação de «bom».

Ora, foi este último decreto que se viu continuado nos Estatutos Judiciários de 1927/1928. Neles, o artigo 517º, no seu § 3º, repetia esta exigência da classificação de «bom» para ascensão aos tribunais superiores. Mas, mais amplamente, dizia-se que o critério do mérito devia ser seguido «principalmente», deixando o critério da antiguidade atrás.

Esta prevalência do critério do mérito sobre o da antiguidade não demoraria muito a cair. O decreto 17:955, de 12 de Fevereiro de 1930, viria a repor o critério da antiguidade como o preferencial. O preâmbulo do decreto, ainda que extenso, é significativo da linha de rumo adoptada, pelo que o transcrevemos em parte.

O sistema do Estatuto, desprendido inteiramente do conceito, ainda hoje corrente, da magistratura escala de promoção, não originaria preterições, pois um magistrado de uma classe inferior tinha, no desempenho do cargo que lhe estava confiado, a integral realização das suas aspirações.

Podia, é certo, ser escolhido para mais altos desígnios; mas o facto de o não ser o diminuía na sua autoridade de julgador.

E mais se evidencia a verdade do que estamos afirmando se ponderarmos que bem pode suceder que dois juízes de real merecimento estejam indicados para o desempenho de funções em tribunais de categoria diferente, visto um ser mais meticoloso na apreciação da matéria de facto, e portanto estar bem na Relação, e outro ser mais inclinado aos altos problemas de ordem jurídica, e ser por isso o Supremo o meio mais adequado para o exercício da sua actividade.

Estaria porém o ambiente preparado e apto a receber e assimilar esta completa inovação?

A experiência de mais de dois anos demonstrou exuberantemente que não.

A orientação adoptada no Estatuto constituiu, por assim dizer, um enxêrto no nosso conceito tradicional da promoção por antiguidade que, se não foi por completo eliminado da lei, muito menos desapareceu da consciência social.

E assim, quando se aspirava a criar juízes distintos, criaram-se juízes preteridos, que, pelo facto de não terem sido chamados à classe superior, ficaram desprestigiados para o exercício do próprio lugar em que se encontravam.

Por outro lado, como para os juízes preteridos não cominou a lei qualquer sanção além de uma eventual transferência jamais posta em prática, a exclusão aos tribunais superiores traduziu-se, em regra, num maior prejuízo para o exercício da função judicial, visto ser muito mais nocivo um mau juiz em primeira instância do que na Relação, pois enquanto aqui a sua deficiência pode ser corrigida pela acção dos seus colegas, no tribunal inferior, decidindo por si e imediatamente, cria situações que um tardio provimento de recurso bem pode não reparar.

Urge, portanto, pôr termo a este estado de coisas, que – repetimo-lo – é derivado do erro inicial de se não ter tomado em linha de conta, ao introduzir uma reforma tão radical, que o meio não estava apto a recebê-la.

E por isso entende o legislador, sem deixar de aproveitar os ensinamentos da tentativa do Estatuto, que, em face do ambiente mental do momento, o sistema preferível será o da antiguidade, corrigido com o princípio da promoção por distinção e o da exclusão por insuficiência.

Não há, portanto, para efeitos de promoção, que classificar magistrados pelo seu mérito relativo, mas apenas constatar se o juiz a quem, pela sua ordem, cabe a promoção está ou não em condições de ocupar o lugar no tribunal superior.³⁹³

O critério do mérito era assim posto de parte, em definitivo. As explicações do preâmbulo do decreto eram claras: alegava-se que a «mentalidade» não estava ainda preparada para receber a inovação do Estatuto, que a mudança dera origem a juízes «preteridos», em vez de criar juízes «distintos». O critério voltava a ser o da antiguidade, apenas *corrigido* pelo critério do mérito. Que significava esta correcção? A nova redacção do artigo 517º esclarecia este ponto:

Art. 517º Para a promoção à classe superior, à Relação e ao Supremo Tribunal de Justiça o Conselho Superior Judiciário organizará uma proposta tendo em atenção o tempo de serviço dos magistrados, mas excluindo aqueles que, pelas informações, inspecções e outros elementos ao seu alcance, repute não estarem em condições de ser promovidos.

³⁹³ Decreto nº 17:955, de 12 de Fevereiro de 1930 – preâmbulo.

§ 1º A proposta a que se refere este artigo, constituída por cinco nomes, será requisitada pela Direcção Geral da Justiça e a esta enviada logo que seja elaborada pelo Conselho.

§ 2º A proposta será submetida a despacho do Ministro, o qual, obtidos os elementos de informações indispensáveis, poderá não se conformar com ela; neste caso, de harmonia com o despacho ministerial, será comunicada ao Conselho Superior Judiciário a organização definitiva da lista.

§ 3º Quando a lista dos magistrados a promover deixar de, por qualquer motivo, conter cinco nomes, a Direcção Geral da Justiça requisitará ao Conselho uma proposta para o preenchimento desse número, seguindo-se, quanto a essas propostas suplementares, o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º O juiz excluído da promoção será, em regra, por proposta do Conselho Superior Judiciário e decisão do Ministro da Justiça, transferido ou colocado em comissão de serviço fora da judicatura; a segunda exclusão implica sempre a aposentação do magistrado, excepto quando este estiver desempenhando alguma daquelas e não dependerá do exame médico a que se refere o artigo 3º do decreto nº 16:669, de 27 de Março de 1927.

§ 5º Pode também o Ministro, por proposta do Conselho Superior Judiciário, fazer promover, por distinção os juizes que, no desempenho dos lugares que lhes tenham sido confiados, revelem excepcionais merecimentos, não significando tal facto a exclusão dos outros magistrados.

Por outras palavras, havia dois tipos de correcção ao princípio da antiguidade: (i) a exclusão de magistrados que «pelas informações, inspecções e outros elementos» não se mostrassem em condições de ser promovidos e (ii) por proposta do Conselho ao ministro, poderia um magistrado pelo seu mérito ser distinguido com a promoção, desde que isso não excluísse outros magistrados. No resto, era o princípio da antiguidade que prevalecia.

Mas a nova redacção do artigo 517º trazia três outras modificações de envergadura. A primeira, era o reforço da posição ministerial face ao poder do Conselho. De facto, o Conselho apenas *propunha* o nome dos magistrados para promoção, ficando ao critério do ministro da Justiça aceitar o nome indicado ou não se conformar com ele. Este reforço do poder ministerial era, aliás, repetido em outros artigos do Estatuto que eram alterados pelo decreto. Assim, o artigo 449º, que definia as atribuições do Conselho, determinava que este deveria apenas *indicar* a comarca, tribunal ou cargo em que os magistrados deveriam ser colocados, sendo que o § único do artigo voltava a lembrar que «o Ministro da Justiça pode não se conformar com as informações, consultas, propostas e indicações do Conselho Superior Judiciário». Em segundo lugar, havia uma penalização dos magistrados excluídos

pela segunda vez para efeitos de promoção. Nestes casos, o juiz teria de enfrentar a aposentação. Por último, tinha desaparecido do artigo 517º o filtro de uma classificação mínima, dada pelas inspecções judiciais, que era pelo Estatuto definida como a de «bom» para a ascensão aos tribunais superiores.

É neste quadro de perda de poderes efectivos, por parte do Conselho Superior Judiciário, que o novo diploma viria a abrir mão da escolha dos seus vogais pelo executivo. Assim, além do Presidente, que era por inerência o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, os restantes quatro vogais eram todos eles eleitos pela magistratura judicial de entre os juízes conselheiros. O sistema adoptado, por isso, combinava uma função dupla; por um lado, reforçava a independência da magistratura, abrindo os lugares do Conselho Superior Judiciário à eleição directa mas, por outro lado, fazia com que este se visse limitado nas suas responsabilidades. Na verdade, esta limitação que o fazia *propor e indicar* os magistrados para os diferentes lugares, sem com isso ser ele a determinar as escolhas, viria a afectar os próprios princípios de independência da magistratura consignados pelo Estatuto. Desta forma, o próprio artigo 14º seria modificado, ficando com a seguinte redacção:

*Artigo 14º A independência da magistratura judicial consiste no direito de exercer livremente as respectivas funções sem sujeição a outros ditames que não sejam os que as leis impõem e a consciência inspira.*³⁹⁴

Ficava eliminado do texto a parte que assegurava o «direito [da magistratura] de, por intermédio do Conselho Superior Judiciário, escolher os seus membros para os diversos cargos judiciais». A obra de Manuel Rodrigues, de 1926 e, posteriormente, reproduzida nos Estatutos de 1927/28, ficava assim anulada.

Mas esta situação não se alongou no tempo. Pouco mais de dois anos depois, com Manuel Rodrigues novamente no governo, saía um novo diploma que iria regressar ao antigo sistema³⁹⁵. Quais as razões para este regresso? Carlos Fraga adianta que ele estaria ligado à

³⁹⁴ Decreto nº17:955.

³⁹⁵ Decreto nº 21:485, de 20 de Julho de 1932.

tentativa de controlo da magistratura por parte dos executivos. O sistema do mérito, preferido ao da antiguidade, convocaria na prática um sistema de controlo dos juízes por parte dos governos bastante mais eficaz.

*O Regime cedo, porém, se apercebeu, de que o anterior sistema lhe atribuía um muito maior controlo sobre os magistrados judiciais pelo que, dois anos volvidos, regressava ao sistema combinado do mérito com a antiguidade com prevalência do primeiro.*³⁹⁶

Sendo esta hipótese verídica ou não, a verdade é que Manuel Rodrigues decidiu voltar ao seu Estatuto de 1927/28, e os artigos 516º e 517º voltaram a entrar em vigor tal como tinham sido redigidos na origem. O novo decreto 21:485, de 20 de Julho de 1932, consagrava ainda uma mudança assinalável – todos os vogais do Conselho Superior Judiciário, efectivos ou substitutos, passavam a ser nomeados livremente pelo ministro da Justiça (art. 3º). Esta nova disposição seria aliás mantida pelo importante decreto que se lhe seguiu, de 29 de Junho de 1933³⁹⁷. Desta vez, o Conselho veria os seus poderes reforçados, voltando a ter a capacidade de *determinar* os lugares a ser ocupados por magistrados judiciais (art. 449º); mas, aqui, é de registar que o ministro da justiça nomeava todos os membros do Conselho. Tratava-se, por isso, de um regresso do reforço dos poderes do Conselho, mas num quadro em que este era constituído por personalidades da confiança do ministro. O artigo 517º ficava, assim, regulado por esta forma:

Artigo 517º Para a promoção à classe superior e à 2ª Instância, o Conselho Superior Judiciário apreciará, de cada vez, os cinco juízes mais antigos de cada classe, excluindo da classificação os que julgar em condições de não deverem ser promovidos e graduando os restantes. A promoção será feita rigorosamente segundo a ordem de graduação.

§ 1º Em caso algum, e seja a que título for, poderão ser graduados para a promoção os juízes cuja última classificação de serviço tiver sido inferior à de regular.

³⁹⁶ Carlos Fraga, *Subsídios para a independência dos juízes – o caso português* (Lisboa: Cosmos, 2000), 184.

³⁹⁷ Decreto nº 22:779, de 29 de Junho de 1933 – artigo 441º (nova redacção)

§ 2º Só podem ser classificados para a promoção à 2ª Instância os juízes de direito de 1ª Classe, que o Conselho considere como merecendo, pelo menos, a classificação de bom, sendo aposentados oficiosamente, sem dependência de exame médico os excluídos da lista de promoções.

(..) ³⁹⁸

Era, ainda assim, um critério combinado, se bem que o mérito fosse o principal. Dos cinco juízes mais antigos da classe, graduavam-se pelo critério do mérito os nomes da lista a promover. Por outro lado, excluía-se todos os que tinham uma classificação inferior a «regular» e, no caso da ascensão à 2ª Instância, a classificação de «bom» era indispensável.

O artigo 517º e os critérios do mérito e da antiguidade ficaram assim definidos para a década de trinta. Nenhuma alteração foi feita durante este período. Mas, até aos Estatutos Judiciários de 1944, o artigo seria mais uma vez modificado. Isto, a 22 de Novembro de 1941³⁹⁹. Desta vez, a modificação era de pormenor, mantendo-se o quadro de combinação entre mérito e antiguidade. A alteração seria apenas feita ao filtro que conduzia os magistrados à 2ª Instância. O § 2 do artigo 517º, que anteriormente estipulava a classificação de «bom» para a ascensão aos tribunais superiores, era agora substituído, exigindo-se a classificação de «muito bom» para esse efeito.

Em resumo, a história do debate dos critérios de mérito e antiguidade chega à Ditadura Militar numa situação mais ou menos ambígua. Sendo o critério do mérito apontado na legislação como factor essencial à promoção e graduação dos magistrados, a verdade é que só tardiamente aparecem filtros objectivos; a Organização Disciplinar Judiciária de 1924, pelo artigo 70º, trouxe a novidade da classificação de «regular» como sendo necessária para a promoção. Já em Ditadura Militar, pelo decreto de 12:013, de 29 de Julho de 1926, o artigo 10º subiria a exigência para a classificação de «bom», na ascensão aos tribunais superiores. Esta disposição, da autoria de Manuel Rodrigues, ficaria nos anos seguintes imposta nos Estatutos Judiciários de 1927 e 1928. Em 1930, pelo diploma de 12 de Fevereiro, o critério do mérito e as classificações mínimas desapareceriam da lei. Regressava-se ao princípio da antiguidade, alegando a impreparação da «mentalidade» na magistratura e a criação de

³⁹⁸ Decreto n.º 22:779, art. 517º (nova redacção)

³⁹⁹ Decreto n.º 31:667, de 22 de Novembro de 1944.

«juízes preteridos». Usavam-se as classificações vindas das inspecções judiciais apenas como correctivo, pelo poder negativo de exclusão. De novo com Manuel Rodrigues no governo, em Julho de 1932, era reposto o artigo 517º tal como tivera redacção nos Estatutos de 1927/28. Quer porque houvesse, de facto, um melhor controlo sobre o aparelho judiciário, quer fosse essa a ideologia judiciária de Manuel Rodrigues, o critério do mérito voltou a prevalecer na escolha dos magistrados para os diferentes lugares. Estas modificações e alterações nunca vieram, em regra, isoladas. Pelo contrário, os critérios do mérito e da antiguidade estiveram sempre veiculados a reformas do sistema de recrutamento dos vogais do Conselho Superior Judiciário e do seu papel de determinar ou apenas indicar os lugares dos magistrados. Estas três vertentes, foram-se articulando entre si, acabando nos anos trinta por estabilizar num reforço do poder ministerial na composição do Conselho, da posição deste em nomear e colocar magistrados (mas com anterior escolha dos seus vogais pelo ministro) e na afirmação do critério do mérito como superior ao da antiguidade, até à última formulação de Novembro de 1941, onde se estabelece um filtro rigoroso na ascensão aos tribunais superiores, pela nota mínima exigida de «muito bom». Esta sequência que acaba por se afirmar nos anos trinta – Conselho Superior Judiciário nomeado pelo ministro da Justiça, com o poder de determinar os lugares ocupados pela magistratura e nomeando os inspectores que classificavam os magistrados -, permite concluir que tendo ou não existido, de facto, a verdade é que o caminho estava aberto a um forte controlo da magistratura por parte do governo.

2.7 Os anos trinta e quarenta: um controlo da magistratura judicial por via de um canal paralelo e administrativo?

Vimos, atrás, como as noções de independência e governamentalização da magistratura se foram desenrolando durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, ao nível da sua proclamação legal. Problemas como a composição do Conselho Superior Judiciário, o papel ministerial na nomeação dos magistrados para os diversos cargos judiciais ou, simplesmente, a própria definição da garantia de independência da magistratura judicial, tiveram alterações significativas durante estes anos. Mas a história da magistratura, neste ponto, não fica completa por aqui. Na verdade, os anos trinta e quarenta deixam-nos indicadores bastante

conclusivos de que, por via administrativa, a magistratura judicial foi controlada e vigiada politicamente. Trata-se, à margem da organização judiciária, da construção de um canal paralelo e sigiloso de vigilância e controlo essencialmente político da magistratura judicial. Dois diplomas legais, públicos, ambos dos anos trinta, o confessam abertamente. O primeiro, trata-se do decreto de 16 de Setembro de 1931. Nele, determinava-se que os ministérios competentes afastassem do serviço todos os magistrados, funcionários e empregados civis e militares que «demonstrem espírito de oposição à política nacional do Governo»⁴⁰⁰. Era uma primeira barreira colocada às posições políticas dos magistrados e que teria permitido uma depuração a partir do ministério. Contudo, segundo os dados que dispomos, através dos processos individuais dos magistrados recolhidos, tal depuração não chegou a existir. O segundo diploma, igualmente emblemático, foi o decreto nº 27:003, de 14 de Setembro de 1936, que tornava obrigatória uma declaração de fidelidade ao regime do Estado Novo, bem como o repúdio do comunismo e das associações secretas. Todos os funcionários e lugares do Estado, para efeitos de nomeação, colocação, concurso, eram obrigados sob compromisso de honra a fazerem a seguinte declaração escrita e assinada:

*«Declaro por minha honra que estou integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas.»*⁴⁰¹

Não seria um caso isolado na Europa. Em França, por exemplo, e sob Vichy, os magistrados foram obrigados pelo Acto Constitucional nº 9, de 14 de Agosto de 1941, a fazer juramento de fidelidade ao regime. Isto, quando em Julho do ano anterior, o governo se permitia o direito de retirar das suas funções magistrados e funcionários, acabando com a garantia de inamovibilidade⁴⁰².

Este princípio de fidelidade ao regime, contudo, não era deixado a si mesmo. Pelo contrário, e segundo fontes ainda hoje existentes no Arquivo Histórico do Ministério da Justiça, mostra-se que existia uma máquina administrativa vigilante e operativa. Na correspondência oficial

⁴⁰⁰ Decreto nº 20:314, de 16 de Setembro de 1931.

⁴⁰¹ Decreto nº 27:003, de 14 de Setembro de 1936.

⁴⁰² Alain Bancaud, *Une exception ordinaire – la magistrature en France 1930-1950* (Paris: Gallimard, 2002), 120

recebida e emitida, entre 1935 a 1952, são vários os casos que o demonstram. Muitos deles, correspondem a diferentes instâncias oficiais, que trocam entre si informações sobre a «idoneidade política» de magistrados. Quatro casos exemplares o demonstram, para um ano como o de 1937.

A 31 de Julho, o Governador Civil de Bragança enviava ao Chefe do Gabinete do Ministério da Justiça, em ofício rotulado de confidencial, as informações que lhe tinha prestado o Presidente da Câmara Municipal de Vimioso, a respeito do magistrado ***:

*«Respondendo à confidencial n.º 35 de 29 do corrente mês, tenho a honra de informar V.Exa de que o Sr. Bacharel ***, é pessoa idónea e julgo bastante honesta, mas, politicamente, talvez por intolerante, suponho-o desafecto à actual situação política, no entanto a sua colocação na comarca que requereu não prejudica o concelho nem a política local.»*⁴⁰³

O Governador Civil concluía ainda que o «funcionário visado» tinha estado preso pela P.V.D.E., tendo depois sido «restituído à liberdade». O que este episódio nos demonstra, é que o aparelho era suficientemente eficaz para, num caso de requerimento ao lugar de uma comarca, ele precipitar uma rede que vai do Presidente da Câmara local, passando depois ao Governador Civil e acabando no próprio ministro da Justiça. Em oposição a esta informação negativa, encontrava-se o juiz de direito proposto para Vila Real, dizendo dele o Administrador do Concelho de Alijó que teria este «bom comportamento moral e civil e politicamente é dedicado ao Estado Novo e tanto que se acha inscrito como Legionário.»⁴⁰⁴ O mesmo diria o Administrador do Concelho de Alcácer do Sal, sobre um outro magistrado: «É indivíduo de toda a idoneidade moral e de política toda nacionalista. É legionário de absoluta confiança.»⁴⁰⁵ Pelo contrário, as informações prestadas pelo Governador Civil de Braga quanto ao magistrado *** seriam profundamente desfavoráveis:

⁴⁰³ Ofício / Arquivo Histórico do Ministério da Justiça, Gabinete do Ministro da Justiça, 16.05, Correspondência oficial recebida e expedida, 16.05/01

⁴⁰⁴ Ofício/ *Idem*

⁴⁰⁵ Ofício / *Idem*

*Em satisfação do por V.Exa solicitado, transmito, por copia, a informação que pela autoridade competente me é prestada: «O Dr. ***, ex-juiz do Tribunal Administrativo de Braga, um ex-monárquico, aderiu ao partido democrático pouco antes do 28 de Maio. Concentra agora as suas esperanças na vitória marxista espanhola, que crê e proclama como certa e que virá por de novo o partido democrático no poder. Afora isso parece-me inofensivo e atribuo à idade já avançada a facilidade com que aceita o que os seus correligionários lhe metem na cabeça.»*⁴⁰⁶

Esta cadeia de transmissão acabava, invariavelmente, nas mãos do ministro da Justiça, que depois decidia das nomeações que, como vimos, dele dependiam. Ainda em 1937, por exemplo, um Governador Civil servia-se das informações prestadas pela Comissão Política Local da União Nacional, o que mostra a que ponto esta rede de informações estava firmemente estabelecida entre os órgãos políticos e administrativos. O cuidado nas escolhas, muitas vezes, não era sequer dirigido apenas aos magistrados. A União Nacional, num ofício de 22 de Dezembro de 1937, era desfavorável quanto à colocação de um copista, sendo o parecer do Governador Civil local de que «o meio é muito pequeno, e, por isso, a simples colocação de um copista pode desequilibrar, razão porque eu venho rogar a V.Exa me ajude a manter o equilíbrio existente, que bem me tem custado a estabelecer.»⁴⁰⁷

Mas nem só os Governadores Cíveis eram responsáveis por esta vigilância aos actos dos magistrados. Em 1938, o magistrado *** seria alvo de um processo completo, organizado pela P.V.D.E., que junta documentos de várias instâncias depois enviadas ao ministro da Justiça. A Legião Portuguesa, Comando Geral, 2ª Repartição, faria o seguinte depoimento sobre o magistrado:

«Para os fins que V.Exa julgar convenientes, incumbe-me S. Exa o Senhor General Comandante Geral de transcrever a V.Exa anota confidencia n.º 44-C do Comando Distrital de Faro, de 28 de Fevereiro findo, que segue: - «Há na comarca de Portimão um sr. Juiz de Direito que, em pleno tribunal, se desprestigia e desprestigia o Estado Novo, fazendo da sua cátedra uma espécie de comícios, dizendo que «na Rússia as coisas não são tão más como se diz por aí» e «que estava ali para defender os desprotegidos da sorte» tendo também, há tempos, feito afirmações do mesmo género que levaram um advogado não afecto ao Estado Novo a dizer em plena audiência: «Muito bem, sr. Dr. Juiz; embora vemos a ficar varados nas valetas, havemos de defender

⁴⁰⁶ *Ofício / Idem*

⁴⁰⁷ *Ofício / Idem*

*sempre a liberdade!». – Tudo isto representa uma formidável propaganda esquerdista, feita de um modo vergonhoso em pleno tribunal, e que, num meio operário de más tendências, como o de Portimão, representa um perigo, além de ser uma autêntica vergonha, que carece de remédio urgente (...)*⁴⁰⁸

A mesma comunicação era feita à Polícia de Segurança Pública de Faro. Por outro lado, era também a Guarda Nacional Republicana chamada a prestar declarações em ofício:

*«Informo que o indivíduo a que o mesmo se refere não só no tribunal como for a dele, manifesta a sua hostilidade à situação, tendo até há pouco tempo por este motivo, tido um incidente na sala de jantar do Hotel Central desta cidade, com um legionário de nome G. empregado na casa ***. Parece também que pelos mesmos motivos, foi aquele indivíduo punido com 90 dias de suspensão, no tempo em que chefiava a Comarca da Golegã.»*⁴⁰⁹

O processo organizado pela P.V.D.E. não terminaria, ainda, sem a participação da própria Câmara Municipal de Portimão, pela mão do seu Presidente:

*«De facto, o juiz de direito desta comarca, Dr. *** (que aliás os profissionais do foro, sem distinção de ideologias políticas, dizem ser honesto e sabedor nas suas decisões), segundo me consta, é pessoa que (seja-me permitida a expressão) não «morre de amores» pela actual situação política.»*⁴¹⁰

Na verdade, este processo seria exemplar de como a vigilância fazia desencadear um completo grupo administrativo, desde a P.V.D.E., a Guarda Nacional Republicana e uma Câmara Municipal. Mas também a União Nacional aparece com frequência em outros casos. Em Dezembro de 1937, a pedido de uma das suas comissões distritais, faz-se requerer a exoneração de um arbitrador judicial em Lisboa⁴¹¹. Este procedimento era vulgar, nesta época, fazendo a União Nacional denúncias sobre a idoneidade política de magistrados e

⁴⁰⁸ *Ofício / Idem*, 16.05/02

⁴⁰⁹ *Ofício / Idem*

⁴¹⁰ *Ofício / Idem*

⁴¹¹ *Ofício / Idem*

funcionários. Do mesmo modo, pode falar-se de um controlo inequívoco por parte dos governadores civis, exemplares «mãos do governo» nos seus distritos. O governador civil de Lisboa, a 3 de Outubro de 1936, escrevia ao ministro Manuel Rodrigues, em ofício, o seguinte:

*«De harmonia com a conversa que há dias tive o prazer e a honra de ter com V.Exa, venho em folhas separadas enviar a esse gabinete os nomes dos funcionários recentemente nomeados por esse ministério, que a lei da moral e defesa do Estado Novo impõem sejam quanto antes afastados do serviço.»*⁴¹²

Estas fontes podem facilmente cruzar-se com os pastas relativas a concursos, também existentes no Arquivo Histórico do Ministério da Justiça. Nelas, existem vários testemunhos que assinalam o controlo do mundo judiciário por esta rede de vigilância administrativa, para os anos entre 1940 e 1955. É sobretudo notória a actuação da P.V.D.E., em processos de concursos para magistrados e funcionários. Em 1942, haviam até folhas normalizadas e impressas com a seguinte estrutura: nome / idade / filiação / residência / informação. Neste último capítulo, a P.V.D.E. assinalava o posicionamento político do candidato, com expressões tornadas frequentes: «é elemento afecto ao Estado Novo», «é elemento simpatizante do Estado Novo», «nada consta em seu desabono», «é elemento politicamente suspeito ao Estado Novo», etc. Noutros casos, a informação era mais detalhada. Num processo de concurso para delegados do Ministério Público, a P.V.D.E. informava, por exemplo:

*«*** - quando estudante em Coimbra manifestou ideias nitidamente comunistas e não há elementos para garantir que se encontre completamente regenerado.*

**** - professa ideias contrárias ao Estado Novo com pronunciadas tendências extremistas.*

**** - adversário da actual situação com acentuadas tendências extremistas.*

**** - politicamente suspeito, convivendo de preferência com indivíduos desafectos ao Estado Novo.*

⁴¹² *Ofício/ Idem*, 16.05/05

*** - *fez parte do bloco académico anti-fascista, que tinha como órgão o jornal clandestino «A Liberdade», mantinha ligações e afinidades com pessoas do partido comunista português. Não há elementos que levem a garantir que no seu espírito se tenha produzido uma evolução no sentido nacionalista.»*⁴¹³

Em concurso para candidatos a delegados do Ministério Público, num ano como o de 1944, dos trinta nomes que constavam das listas, vinte e seis foram rotulados de «nada consta em seu desabono», apenas dois foram tomados como «afecto ao Estado Novo», um deles foi considerado «simpatizante» e, por último, um candidato era descrito como «não reside nem é conhecido na morada indicada»⁴¹⁴.

A informação existente é, contudo, descontínua. O que nos leva a pensar que muitos destes relatórios se encontram hoje perdidos. No caso específico dos concursos à magistratura, recolhemos sobretudo relatórios que dizem respeito ao Ministério Público, nada havendo quanto à magistratura judicial, com excepção desta enigmática folha, que não vem assinada por qualquer instância, sendo provavelmente da P.V.D.E.:

*«Dr. *** - Juiz em Lousã*

Trata-se de um magistrado, competente, imparcial e honesto.

Politicamente é tido como indiferente, não lhe sendo conhecida qualquer ideologia, fugindo sempre a qualquer exteriorização nesse sentido.

*Dr. *** - Juiz em Vila Franca*

Trata-se de um elemento de esplêndida formação moral e política, conhecido pelas suas ideias nacionalistas.

Como juiz, goza de boa reputação, sendo considerado como magistrado bastante inteligente, de porte e carácter irrepreensíveis.

*Dr. *** - Juiz em Celorico da Beira*

⁴¹³ *Ofício / Idem – 12.02 Concursos: idoneidade política, 12.02/02*

⁴¹⁴ *Ofício / Idem 12.02/04*

As informações conhecidas junto de diversas pessoas de absoluta confiança moral e política, garantem tratar-se de um magistrado competente, austero, estudioso e imparcial.

Politicamente, embora sem qualquer actividade conhecida, é tido como elemento de tendências adversas ao Estado Novo.»⁴¹⁵

À parte a descontinuidade das fontes, hoje, é possível e legítimo falar de um controlo e vigilância exercidos sobre a magistratura judicial e sobre o funcionalismo da justiça, nos anos trinta e quarenta. Essa vigilância fazia intervir vários ramos administrativos e mesmo policiais, desde as câmaras municipais e os governadores civis, até à P.V.D.E. e as polícias de segurança públicas. De notar, ainda, o papel assinalável da União Nacional e das suas comissões distritais, na recolha de elementos sobre os magistrados. O desencadear desta complexa máquina ficava a dever-se a situações por si próprias tidas como excepcionais (comportamentos abusivos notados pelas autoridades, atitudes que fazem movimentar as elites locais e as forças políticas fieis ao regime, etc), mas também fixando-se em momentos específicos: as colocações e nomeações para determinadas comarcas e os concursos de habilitação aos lugares.

O controlo efectivo pela via administrativa, aqui demonstrado, vem recolocar a equação da independência da magistratura, durante o Estado Novo, num novo lugar. A retórica de uma independência dos juízes, por exemplo, levada a cabo por Manuel Rodrigues Júnior, em finais dos anos vinte e inícios de trinta, por oposição a uma rede política e clientelar da República, vê-se assim fortemente colocada em causa. As leis «regeneradoras» de 1926 e as que vieram com os dois Estatutos Judiciários que se lhe seguiram, procurando assegurar a independência dos magistrados, a sua libertação da política, eram apenas um dos rostos daquilo que viria depois. Muitos destes relatórios da P.V.D.E., dos governos civis, da União Nacional, esta máquina de vigilância apertada e efectiva, acabou, nos anos trinta, no gabinete do próprio Manuel Rodrigues. A fidelização ao regime não foi realizada apenas pela legislação promulgada, pela retórica e ideologia de um novo direito, mas articulou de forma extremamente cuidada um sistema e uma rede de informações entre várias instâncias

⁴¹⁵ *Ofício/ Idem* 12.02/01

administrativas e policiais, que vêm assim completar o quadro da magistratura nos anos trinta e quarenta.

Capítulo 3 – DEFINIÇÃO E INDEFINIÇÕES DO CORPO DA MAGISTRATURA JUDICIAL (1910-1945). CONSTRUÇÕES BUROCRÁTICAS, PROFISSIONALIZAÇÃO DO CORPO E NATUREZA DA CARREIRA

Introdução

A disciplina e o controlo da magistratura judicial na primeira metade do século XX não podem ser descontextualizados da definição de um corpo de juízes que se transporta da Monarquia Constitucional e dos contornos de um aparelho burocrático e hierarquizado em consolidação.

Fillipo Ranieri, em artigo pioneiro, lembrava, ainda em 1988, como o estudo do corpo de juristas na Europa moderna se enformara frequentemente numa «história da literatura jurídica», numa análise de autores consagrados e da sua obra, deixando de lado a sociologia de um corpo, maioritariamente anónimo, que se constitui, entre dificuldades e avanços, desde a Baixa Idade Média⁴¹⁶. O percurso, que o historiador assinala, é o de um corpo de juristas que atravessa sobretudo duas fases distintas. A primeira, que compreende todo o Antigo Regime, diz respeito à constituição de uma classe letrada ainda indiferenciada, dotada mais de um espírito de corporação do que de profissionalização, e que se vai arregimentando nos sulcos deixados em aberto pelas posições sociais alcançadas, guindadas entre as universidades e os ofícios. Apenas no alvor do século XIX, Ranieri identifica a aspiração do ideal de profissionalização entre o universo dos juristas, que se irá consumir a partir da consagração de algumas noções-chave: (i) a formação dirigida para o exercício profissional, (ii) a posse de um saber técnico-profissional, (iii) a diferenciação de ramos profissionais, (iv) o cultivo de um ideal específico de serviço e (v) a autonomia no exercício e autodisciplina na actividade forense. Esta génese encontra-se primeiramente, ainda segundo Ranieri, na Inglaterra e nos Países Baixos, onde o processo de industrialização teve lugar precedendo o resto da Europa⁴¹⁷. As transformações político-ideológicas da Revolução Francesa, aliadas ao

⁴¹⁶ Fillipo Ranieri, «A profissão do corpo de juristas como objecto de estudo da História do direito europeu da época moderna», *Penélope*, nº1, 1988, p. 43

⁴¹⁷ Ranieri, *A profissão*, 55

sistema de separação de poderes fixado, repercutir-se-ão na adopção do modelo moderno da magistratura, a partir do exemplo modelar francês do «juiz-funcionário», cujos contornos se definem pela aplicação estrita da lei e da neutralização do poder do passado, assente na dimensão do interpretar da lei, reproduzindo a síntese elaborada por Luis Maria Diez-Picazo⁴¹⁸. A imposição deste modelo realiza-se e afirma-se, não obstante a sobreposição de elementos do passado, como o método herdado do romano e do canonístico. De resto, este modelo europeu das magistraturas judiciais, à excepção do caso inglês, define-se também por aquilo a que Luis Maria Diez-Picazo definiu como a constituição de um «modelo burocrático», uma vez que o direito europeu, herdado do germano-românico, beneficiava um estilo burocrático de processo, de prova e formalização silogística crescente, que vinha de encontro a uma classe letrada formada nas universidades, verdadeira proprietária da tradição e do método⁴¹⁹. A Revolução Francesa acrescentou a este movimento técnico-profissional a elevação da própria lei, tida como «expressão da vontade geral e garantia suprema da liberdade»⁴²⁰, numa verdadeira constituição do Estado como «legicentrado». O modelo nascido da Revolução Francesa e continuado pelas reformas napoleónicas acabou por se contagiar no século XIX aos outros países europeus (Bélgica, Itália, Espanha, Alemanha), pesem embora algumas especificidades nacionais como é o caso germânico, e foi aprofundado pelo liberalismo europeu da segunda metade do século. É, como explica Luca Mannori, em artigo recente sobre a passagem da justiça do antigo para o novo regime, a constituição de um modelo de judicatura onde os governos centrais têm o monopólio exclusivo, com a bandeira do interesse público, através de uma administração da justiça compacta, hierárquica e «quase militar»⁴²¹. Aqui, convém frisar o papel central do processo de nascimento do Estado Moderno, acompanhado, como bem notou Jean-Pierre Royer, pela passagem de uma justiça real, «delegada», isto é, o poder de fazer justiça como emanado e delegado da figura do rei, para uma justiça abstracta e realizada em nome da sociedade, através de um segmento especializado do funcionalismo do Estado, sendo significativa a abolição da categoria do «magistrado-proprietário»⁴²². É, como assinalamos no capítulo

⁴¹⁸ Luis Maria Diez-Picazo, «Il modello europeo di magistratura: un approccio storico», *Magistrati e potere nella storia europea* (Il Molino: Bologna, 1997), 29

⁴¹⁹ Diez-Picazo, *Il modello...*, 27

⁴²⁰ Diez-Picazo, *Il modello...*, 30

⁴²¹ Luca Mannori, «Giustizia e amministrazione tra antico e nuovo regime», *Magistrati e potere nella storia europea*, (Bologna: Il Molino, 1997), 64

⁴²² Jean-Pierre Royer, *Histoire de la justice en France* (Paris: PUF, 2001), 647

precedente, o fenómeno já bem conhecido e localizado da constituição de um «juiz-funcionário», o que não pode ser desarticulado do movimento de crescente burocratização, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, como nos mostra o trabalho pioneiro de Tavares de Almeida e, com contornos ainda mais significativamente politizados aquando das ditaduras europeias do pós-guerra.

No panorama português, como mostrou Fátima Moura Ferreira, apesar de pouco envolvida num verdadeiro debate judiciário, a Constituição de 1822 definiu e consagrou o papel do «juiz letrado» e o monopólio judicial dos juizes, na esteira da consagração do princípio de independência do poder judicial e da afirmação da sua inamovibilidade da judicatura, como seu corolário, orientação consagrada pela Carta Constitucional de 1826⁴²³. A reforma de Mouzinho da Silveira, em 1832, institui e regulamenta os princípios base da carreira e da orgânica judiciárias, a partir da Carta Constitucional, designadamente a fixação de regras no sistema de ingresso da magistratura judicial e na progressão na carreira para os estratos superiores da judicatura. Princípios que se conservarão parte integrante do traçado da carreira da judicatura contemporânea.

Os alvares do liberalismo irão trazer, portanto, no plano legislativo, uma maior separação do político face ao judicial e uma maior transparência nos processos de recrutamento e circuito interior dentro das carreiras da magistratura, judicial e do Ministério Público. Num movimento, aliás, que se pode fazer integrar no processo mais geral da referida construção do Estado moderno, da sua crescente burocratização. Mas mesmo antes da Regeneração, podemos atentar num factor importante na definição do corpo judicial – a imbricação entre a carreira do Ministério Público com a da Magistratura Judicial. Apesar de independentes entre si no que toca ao regime de atribuições e competências, a segunda é uma clara continuação da primeira, no que concerne à base maioritária do recrutamento dos juizes.

Com efeito, de acordo com o princípio estabelecido na reforma de 1832⁴²⁴, eram apenas os delegados e subdelegados, necessariamente bacharéis em direito, os primeiros com 6 meses de exercício e os segundos com um ano, que se podiam candidatar à magistratura judicial.

⁴²³ Fátima Moura Ferreira, «Alguns contornos da configuração do campo jurídico – a elite judicial do STJ (1833-1851)», *Penélope*, nº24, 2001, 121-146.

⁴²⁴ Decreto nº 24, de 16 de Maio de 1832, *Colecção de decretos e regulamentos mandados publicar por S.M. Imperial* (Lisboa:1936), 87.

Este recrutamento fechado foi gradualmente incluindo outras categorias das magistraturas estatais. Assim, em 1843⁴²⁵ foram admitidos os administradores do concelho, também formados em direito (o que teve um curta vigência e foi apenas observado um par de vezes), em 1863, somavam-se os conservadores do registo predial, aprovados em concurso de provas públicas e com diploma de bacharel em direito⁴²⁶; em 1886, incluem-se, por decreto de Julho, os juízes municipais com bom e efectivo serviço em dois triénios sucessivos e que, sob proposta de umas das Relações, fossem classificados para o efeito⁴²⁷.

Chegados a 1910, ao tempo da Iª República, encontrava-se ainda em vigor o decreto de 29 de Março de 1890, que permitia o ingresso ou a candidatura à magistratura judicial, para além do universo privilegiado dos delegados do Ministério Público, aos conservadores do registo predial e aos juízes municipais, e que motivava, nesse mesmo ano de 1910, a crítica de Chaves e Castro (partilhada por outros juristas) por estar o diploma a vedar o acesso a advogados com 10 anos de experiência e aos lentes da Faculdade de Direito⁴²⁸. Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, também as propostas de organização judicial dos primeiros anos da República apresentaram concepções diferentes sobre o problema do recrutamento da judicatura, sintetizadas em duas versões distintas, que apresentamos no primeiro capítulo deste trabalho. Em síntese, é a partir do exercício do cargo de delegados Ministério Público que, desde os alvares do Liberalismo, se realiza maioritariamente o recrutamento dos juízes da primeira instância. Esta trajectória iniciática permite um contacto próximo ao universo e à cultura judiciária, designadamente através do sistema hierárquico e de estreito controlo disciplinar e funcional que, por canais distintos ainda que interligados, regula a orgânica judiciária. Esta espécie de tirocínio no Ministério Público permite conjecturar sobre o impacto desta aprendizagem e cultura do meio judiciário na modelação da futura magistratura judicial enquanto corpo. Pelos cálculos que apresentaremos, veremos que este período era considerável em extensão, sendo que 40,7% dos juízes entre 1910 e 1945 tinham passado entre 10 a 12 anos enquanto delegados. É por isso lícito falar com propriedade de uma cultura de grupo já inculcada e interiorizada, à sua escala, ainda antes do recrutamento para a magistratura judicial. De assinalar, de igual forma, a influência do

⁴²⁵ Lei de 29 de Maio de 1843, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1943), 119.

⁴²⁶ Lei de 1 de Julho de 1863, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1864), 213-260.

⁴²⁷ Decreto de 29 de Julho de 1886, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1887), 474.

⁴²⁸ Manuel de Oliveira Chaves e Castro, *Organização e competência dos tribunais de justiça portugueses*. (Coimbra: França Amado, 2010), 299.

sistema hierárquico de vigilância contínua que se traduzia em informações circulantes de forma ascendente, acabando mesmo por constar dos exames de candidatura a juiz de direito. A aprendizagem da cultura e da disciplina judiciárias começava muito antes do ingresso na magistratura judicial, pelo contacto e ligações entre as duas magistraturas, não obstante as diferenças profissionais que separavam o ofício de julgar do exercício de funções no Ministério Público, e é de crer que este tipo de códigos (formais e informais) permanecessem e se prolongassem do Ministério Público para a primeira instância. Falamos, é claro, de códigos de conduta e disciplina, de espírito e ideal de serviço público, de respeito pela hierarquia estabelecida, da consciência de corporação e autonomia disciplinar e de saber específicos, como assinala Ranieri. E pode igualmente falar-se, de forma mais hipotética, sempre difícil de averiguar e provar, numa cultura de Estado, de dependência ao poder executivo que estes primeiros anos poderiam inculcar enquanto cultura de grupo e sociabilidade. Não é aqui de menor importância assinalar que o Ministério Público não beneficiava da autonomia conquistada pela magistratura judicial, sobretudo no que toca ao vínculo à carreira e à independência (havendo uma lógica hierárquica de poderes piramidal, que terminava no Procurador Geral da República, nomeado pelo executivo). Antes de abordarmos esta questão, que trataremos no segundo subcapítulo com maior profundidade, estudando igualmente os processos de candidatura e exame à magistratura judicial, passaremos em revista a análise da evolução do quadro da magistratura judicial. É nosso objectivo traçar uma visão global e detalhada sobre a evolução quantitativa da magistratura judicial, nas diferentes instâncias, temática que se relaciona com matérias diversas e correlativas, como são exemplo mapa judicial português e a evolução do quadro legal da magistratura ordinária, objecto do segundo subcapítulo.

No terceiro subcapítulo, entramos, posteriormente, na análise dos aspectos morfológicos da carreira judiciária começando pela naturalidade da magistratura portuguesa. Este indicador afigura-se expressivo do perfil da carreira judiciária, no que toca, designadamente ao poder de atracção da judicatura, no período em estudo. Os dados de que dispomos apontam com fiabilidade elevada para representação do Norte e Centro do país, com dados importantes das grandes cidades (Lisboa, Porto) mas que se diluem um pouco ao acrescentar as suas áreas limítrofes. O quarto subcapítulo é constituído por uma análise minuciosa dos tempos de serviço e da progressão na carreira. O estudo apenas pode ser realizado através da recolha e

monitorização de todos os processos individuais de magistrados judiciais, para o período, agora devidamente inventariados e classificados no Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial, através da construção de uma base de dados informatizada. O primeiro aspecto a considerar, certamente, é o da sua validade e fiabilidade. Temos que, para o período em análise, de 1910 a 1945, integraram a magistratura judicial da metrópole 988 juízes. Deste universo, identificamos 897 processos, o que se traduz numa taxa de cobertura de 90,8%. Por aqui, poderíamos avaliar a fiabilidade dos dados encontrados como sendo muito elevada. Mas não é bem assim; e explicamos: os processos individuais dos magistrados judiciais são compostos pelo conjunto de decretos e despachos de colocação e, na maioria dos casos, de um par de folhas normalizadas onde a progressão na carreira é devidamente registada, a par de outras informações úteis – naturalidade, local da formatura ou a data de nascimento (nem sempre preenchidas). Ora, existem processos onde as folhas normalizadas pura e simplesmente não existem e apenas se encontram algumas cópias de despachos de colocação – e, eventualmente, sem o despacho final de aposentação, o que acaba por iludir por completo o investigador, sem ficar este a saber se o magistrado interrompeu ou não o seu percurso nesse momento.

A opção metodológica seguida para resolver este problema, isto é, dos processos incompletos e dos processos completos, é fazer uma representação por defeito e concluir que apenas são processos completos onde há registo da data de aposentação e na sequência de todo um percurso entre instâncias também devidamente identificado. Deste modo, chegamos a estes resultados: do conjunto dos 897 processos existentes, classificamos 683 como processos completos, o que representa 76,1 % do corpo documental existente. Temos, por isso, que cerca de $\frac{3}{4}$ dos processos encontrados são processos completos e aqui reside o grau de fiabilidade da base de dados construída. Em certos cálculos, como na passagem entre instâncias (tempos de serviço), foram considerados não só os dados dos processos completos como também dos incompletos (quando existem dados), o que nos permite falar em fiabilidade mínima assegurada (os 683 processos, 76,1 %) e fiabilidade real (consoante os casos, o número é mais ou menos elevado com o acumular dos dados dos processos incompletos). No caso de outras variáveis, que escapam ao percurso na carreira, como são exemplo a naturalidade ou os ingressos da magistratura ultramarina, todos os totais vêm respectivamente assinalados.

Abordamos, por fim, duas temáticas que se relacionam de forma estreita com a caracterização do traçado da carreira judiciária, ainda que em termos distintos. Uma primeira sobre o movimento de ingresso de magistrados ultramarinos na metrópole e, uma segunda, sobre as comissões de serviço efectuadas por magistrados judiciais. Quanto à movimentação de magistrados no sentido ultramar-metrópole, é de registar a sua fraca fluidez, havendo no entanto, em certas ocasiões, um preenchimento tido como abusivo pelos juízes «continentais» nos tribunais superiores. Esta questão é historicamente identificada como um problema a resolver nos primeiros anos da Iª República, faz parte da discussão dos projectos de reforma que se discutem até ao sidonismo, e volta a colocar-se no centro das atenções ainda durante a Ditadura Militar e o Estado Novo. No que diz respeito às comissões de serviço, elas dividem-se aqui em políticas e militares-policiais. Em ambas, a percentagem de representação destas comissões ronda os 10% do contingente global de magistrados em exercício durante o período. Não sendo frequentes, elas permitem-nos identificar o perfil do magistrado que nelas participa, através de inúmeros vértices – a frequência do número de comissões, o máximo atingido na carreira judicial, a duração, a categoria na carreira aquando da prestação do serviço.

Começamos, portanto, pelo estudo da evolução do quadro da magistratura.

3.1. Evolução do quadro da magistratura judicial

A carreira na magistratura judicial, no período em estudo, estava dividida em primeira, segunda instância e Supremo Tribunal de Justiça, na continuação intocada do modelo hierárquico herdado do liberalismo oitocentista e de acordo com a sua estrutura piramidal fixada. No interior da primeira instância, a carreira estava dividida em três classes, correspondendo a 3ª Classe à etapa inaugural que marca a entrada na carreira judiciária. Esta divisão em classes não era arbitrária. Ela correspondia a uma graduação da comarca em termos do seu rendimento, por norma, assim como do seu movimento processual. Algumas reformas, como ao tempo do sidonismo e já identificadas no primeiro capítulo deste trabalho, tentaram mesmo graduar as diferentes classes comarcãs através de uma tabela fixa de

rendimentos. Não era indiferente, também para os magistrados, a colocação numa ou outra classe. As classes superiores, mais movimentadas e de maior rendimento, proporcionavam também emolumentos mais significativos para os juízes aí colocados, o que representava um importante complemento nos seus vencimentos globais. Neste subcapítulo, procuramos analisar a evolução do corpo da magistratura, em relação ao seu número e peso nas diferentes classes e instâncias.

O quadro I mostra-nos a evolução do quadro da magistratura judicial na 1ª Instância:

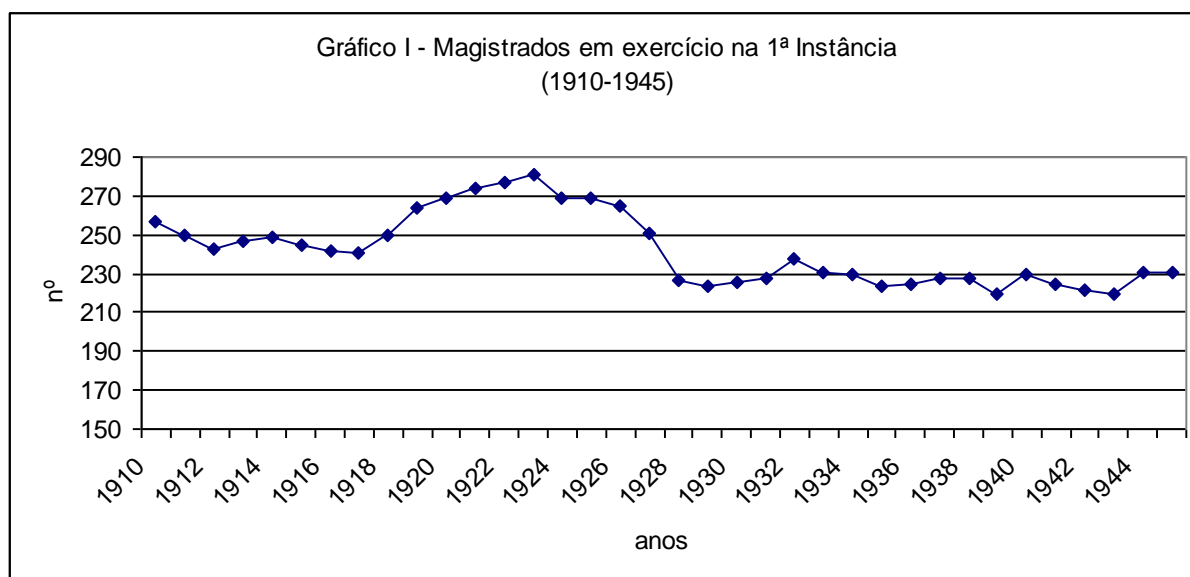
**Quadro I – Magistrados judiciais em exercício na 1º Instância
(1910-1945)**

1ª Instância

Ano	Efectivos	Ano	efectivos	Ano	efectivos
1907	254	1920	269	1933	231
1908	249	1921	274	1934	230
1909	260	1922	277	1935	224
1910	257	1923	281	1936	225
1911	250	1924	269	1937	228
1912	243	1925	269	1938	228
1913	247	1926	265	1939	219
1914	249	1927	251	1940	230
1915	245	1928	227	1941	225
1916	242	1929	224	1942	222
1917	241	1930	226	1943	219
1918	250	1931	228	1944	231
1919	264	1932	238	1945	231

Fonte: *Ementário dos magistrados e empregados judiciais*, 1907 a 1914, Lisboa, Typ. da Empresa da História de Portugal; *Boletim Oficial do Ministério da Justiça*, 1915 a 1945, Lisboa, Oficinas Gráficas da Cadeia Nacional

A leitura da série é simplificada pela apresentação do gráfico seguinte:



Pesem embora as oscilações e irregularidades que pontuam a série, sobretudo notórias até à promulgação dos Estatutos Judiciários de 1927 e 1928, é possível apreender no interior do período em estudo três ciclos: os dois primeiros referentes ao regime republicano e o terceiro e último que compreende a Ditadura Militar e o Estado Novo. Globalmente, duas razões maiores justificam as flutuações, de intensidade variável, que atravessam a evolução do quadro de magistrados da primeira instância. Por um lado, as variações inerentes às promoções para a segunda instância e as saídas de efectivos (motivadas por aposentação e morte, atendendo que as aposentações compulsivas são apenas residuais), a que acrescem as eventuais saídas do corpo da magistratura por motivos que não nos foi possível verificar. Por outro lado, as alterações pontuais que se realizam no mapa judiciário. Partindo destas considerações, analise-se a evolução do quadro de efectivos.

Um primeiro ciclo, compreendido entre 1910 e 1917, é marcado por uma tendência de quebra relativa do número de magistrados efectivos de primeira instância, relativamente aos anos terminais da Monarquia. O recuo desenha-se logo nos primeiros anos e traduz-se na

descida, praticamente contínua, do número de efectivos, de acordo com o valor máximo de 257 magistrados, registado em 1910, e o valor mínimo, de 241, verificado em 1917.

Um segundo ciclo de crescimento, ainda que não linear, como veremos, inicia-se com a experiência sidonista e tem o seu término no ano de desfecho da experiência republicana. Observe-se, porém, que o número de efectivos, por ano, reveste sempre valores superiores aos patenteados no ciclo anterior. A única excepção verifica-se em 1918, que corresponde, justamente, ao momento de inversão da tendência, atendendo ao aumento de 14 efectivos que se regista no ano seguinte (250 para 264, respectivamente). A partir de então, 1919, o crescimento apresenta-se notório, atingindo o seu valor máximo, 281 magistrados efectivos, em 1923. Os últimos anos do ciclo evidenciam uma quebra, na ordem de uma dezena, sensivelmente, mas segundo valores superiores, entre os 265 e os 269, aos registados no primeiro ciclo, como assinalamos.

Um terceiro ciclo, afirma-se na sequência dos Estatutos de 1928, norteado pelo recuo e estabilização do quadro de efectivos da primeira instância. Note-se a quebra abrupta que baliza o intervalo cronológico entre 1926 e 1928: o número de magistrados passa de 265 para 227, o que corresponde a uma descida de 38 lugares do quadro da primeira instância, na esteira da quebra já sinalizada em 1927 (251). Dir-se-ia que a partir de então se inaugura a estabilização do mapa judicial, marcada pela redução significativa do número de efectivos e respectiva fixação em valores compreendidos entre 225 e os 231, pesem embora as quebras pontuais registadas em 1939 e em 1943 (219). Seja como for, a tendência detectada vai ao encontro do pensamento da reforma global da justiça, protagonizada pelo ministro Manuel Rodrigues Júnior. Consuma-se, por fim, a ideia corrente no passado (recente e distante) sobre a exigência de racionalizar o mapa judiciário, orientação que o Estado Novo potencia, no horizonte da política de redução de despesas públicas e de contenção dos orçamentos de Estado⁴²⁹.

Como se pode facilmente depreender da comparação entre o quadro de comarcas existentes e o número de juízes efectivos em exercício, existe uma disparidade acentuada entre os respectivos valores. O número de juízes em exercício ultrapassa significativamente o quadro de comarcas existentes, o que nos permite falar, com alguma propriedade, de uma «bolsa de

⁴²⁹ Nuno Valério, *Os Orçamentos no parlamento português* (Lisboa: Dom Quixote, 2006).

magistrados» excedente. Num ano como 1910, por exemplo, existem 257 magistrados em exercício, para um total de 193 comarcas. Um excedente, portanto de 64 juízes de direito. Esta situação de desvio é, aliás, mantida em todo o período considerado. Deve ela ser explicada, sobretudo, por duas ordens de razões: a primeira, radica no facto de que o número de comarcas não é idêntico ao número de magistrados em exercício, uma vez que algumas delas (Lisboa e Porto) compreendem tribunais criminais e cíveis, onde estão em exercício mais do que um magistrado. A segunda razão, deve-se ao facto da existência de um número considerável de cargos judiciários que não se encontram compreendidos no quadro legal da magistratura ordinária e que são preenchidos por magistrados em comissão ou requisição de serviço. São exemplos disso os lugares de adjuntos nas procuradorias do Ministério Público, as comissões em lugares políticos (governo civil, secretarias ministeriais, câmara de deputados, entre outros), as comissões em tribunais militares ou policiais, os tribunais de menores e tribunais de curta vigência, como o Tribunal de Defesa Social. Esta «bolsa de magistrados», excedente, como iremos ver em seguida, reveste-se ainda mais desproporcional tendo em conta o número elevado de magistrados judiciais no quadro sem exercício, durante os primeiros anos da República.

O quadro II apresenta os valores dos magistrados em exercício na terceira classe da primeira instância, entre 1910 e 1945:

**Quadro II – Magistrados judiciais em exercício na 3ª Classe da
primeira instância (1910-1945)**

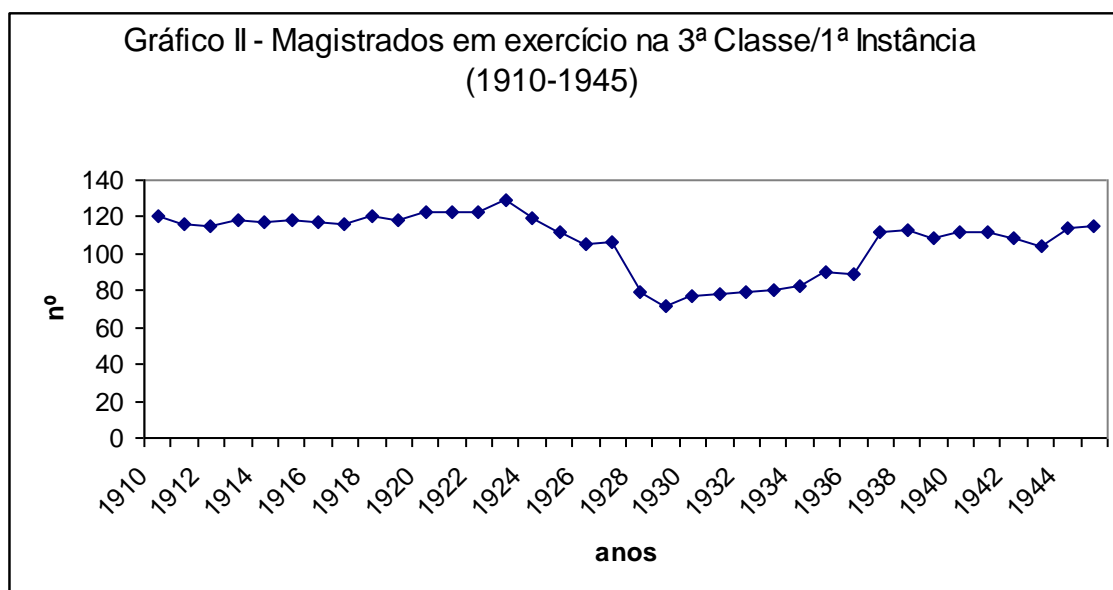
3ª Classe		1ª Instância			
Ano	Efectivos	Ano	efectivos	Ano	efectivos
1910	121	1922	123	1934	83
1911	116	1923	129	1935	90

1912	115	1924	119	1936	89
1913	118	1925	112	1937	112
1914	117	1926	105	1938	113
1915	118	1927	106	1939	109
1916	117	1928	79	1940	112
1917	116	1929	72	1941	112
1918	121	1930	77	1942	109
1919	118	1931	78	1943	104
1920	123	1932	79	1944	114
1921	123	1933	80	1945	115

Fonte: *Ementário dos magistrados e empregados judiciais*, 1910 a 1914, Lisboa,

Typ. da Empresa da História de Portugal; *Boletim Oficial do Ministério da Justiça*, 1915 a 1945,

Lisboa, Oficinas Gráficas da Cadeia Nacional



O número de efectivos na terceira classe, entre 1910 e 1945, mostra algumas tendências de conjunto. Em primeiro lugar, uma certa estabilização do número de magistrados em exercício, entre 1910 e 1923. Neste período, os números variam sempre ultrapassando os 114 magistrados atingindo um máximo em 1923, precisamente, com 129 juízes de direito em exercício. Após este máximo, a série decresce ligeiramente nos anos imediatos – 119 (1924), 112 (1925), 105 (1926) e 106 (1927). Este pequeno ciclo de decréscimo tem no seu fim uma queda abrupta. Em 1928, o número de magistrados na terceira classe era de 79. De um ano para o outro, os efectivos decrescem de 106 para 79 (uma diferença de 27 juízes). Começa aqui um longo ciclo em baixa, que se prolonga até 1936, oscilando o número de magistrados entre os 70 e os 90 efectivos. A partir daí, a série conhece uma flutuação ascendente, voltando os valores a estabilizar em números superiores aos cem efectivos. O último ano, 1945, será o máximo deste pequeno segmento, atingindo os 115 efectivos. Em qualquer dos casos, esta recuperação do número de magistrados ficará, no entanto, nos limites inferiores do período que vai de 1910 a 1923. É nesta distribuição mais do que notória a presença das reformas do mapa judicial. A terceira classe manteve o seu número nas 95/94 comarcas até ao Estatuto Judiciário de 1927 e à reforma do mesmo ano, que reduziu significativamente o seu quadro. Apenas já em meados dos anos trinta, num ano como 1935, o número de comarcas na terceira classe volta aos 99. Assim, há um paralelismo entre os três ciclos de efectivos e o número de vagas à disposição. Esta distribuição, assim feita, acompanha de perto o retrato de conjunto que atrás fizemos para o global da primeira instância. O período republicano é marcado por uma acentuada estabilidade, havendo na Ditadura Militar, com a promulgação dos Estatutos Judiciais uma política de redução do quadro e das comarcas existentes. Mas, já durante a vigência do Estado Novo, em meados dos anos trinta, as comarcas de terceira classe conhecem uma progressão em número: se em 1931 estas eram 69, em 1935 seriam já de 99 (uma diferença de trinta). Esta recuperação da terceira classe e do seu número de vagas explica, por isso, o último terço do gráfico seguinte, com a tendência em alta que retorna aos valores das primeiras décadas do século.

Em seguida, apresentamos os valores relativos à segunda classe da primeira instância, para o mesmo período:

**Quadro III – Magistrados em exercício na 2ª Classe da
primeira instância (1910-1945)**

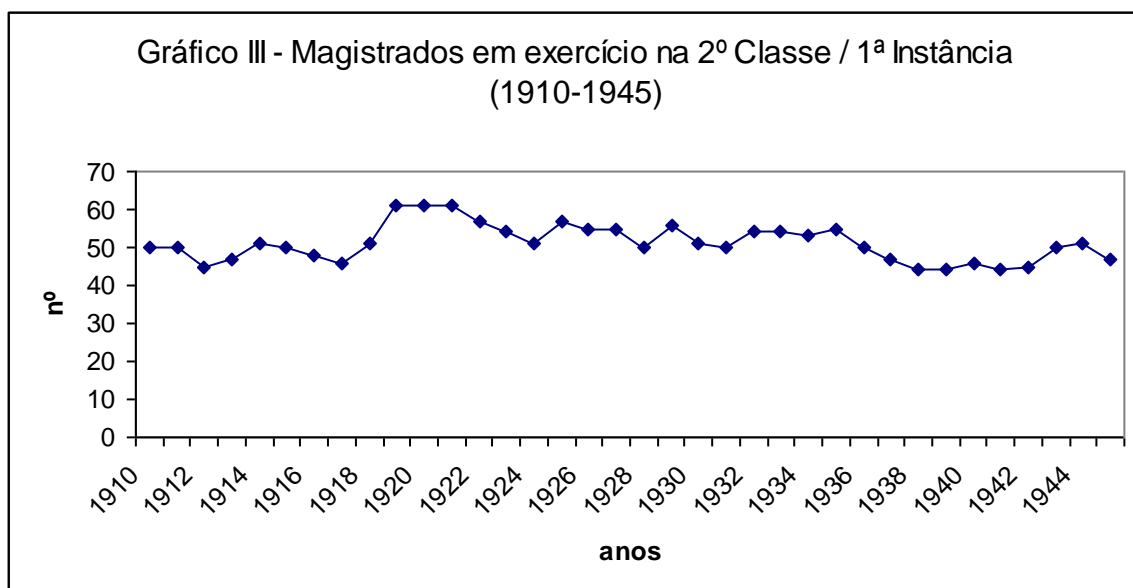
2ª Classe 1ª Instância

Ano	Efectivos	Ano	efectivos	Ano	efectivos
1910	50	1922	57	1934	53
1911	50	1923	54	1935	55
1912	45	1924	51	1936	50
1913	47	1925	57	1937	47
1914	51	1926	55	1938	44
1915	50	1927	55	1939	44
1916	48	1928	50	1940	46
1917	46	1929	56	1941	44
1918	51	1930	51	1942	45
1919	61	1931	50	1943	50
1920	61	1932	54	1944	51
1921	61	1933	54	1945	47

Fonte: *Ementário dos magistrados e empregados judiciais*, 1910 a 1914, Lisboa,

Typ. da Empresa da História de Portugal; *Boletim Oficial do Ministério da Justiça*, 1915 a 1945,

Lisboa, Oficinas Gráficas da Cadeia Nacional



É curioso que os dados relativos à segunda classe não se encontram em paralelo relativamente aos da terceira classe. De facto, toda a série é algo uniforme, havendo apenas ligeiras oscilações, suaves, de subida ou baixa. Assim, podemos dividi-la num primeiro ciclo, que vai de 1910 a 1918, onde os números se situam, em regra, inferiores aos 50 efectivos. A partir daí e até 1936, os valores conhecem uma subida ligeira, passando a estar nos limites superiores deste número. O máximo é atingido nos anos de 1919-1921, com 61 magistrados. A partir de 1936, os valores voltam a decrescer, apenas atingindo a casa dos 50 magistrados em 1943 e 1944. Não alheia, aqui, a reestruturação das classificações das comarcas a que atrás nos referimos. Este último ciclo apresenta-se, assim, em contraponto com o verificado na terceira classe, que conhece um ligeira tendência de subida. De novo, devemos aqui ter a noção da evolução do mapa judicial atrás referido. Se a terceira classe e a primeira conhecem variações significativas ao longo dos anos, a segunda classe mostrou-se sempre dentro de um intervalo mais ou menos fixo de vagas – entre as 39 e as 47 comarcas. Esta uniformidade no número de vagas explica, assim, que a variação dos efectivos seja igualmente ténue e apenas explicada por razões circunstanciais de cada ano.

Por fim, ainda a propósito da primeira instância, a primeira classe, a classe superior na hierarquia. Eis os dados relativos ao período em questão:

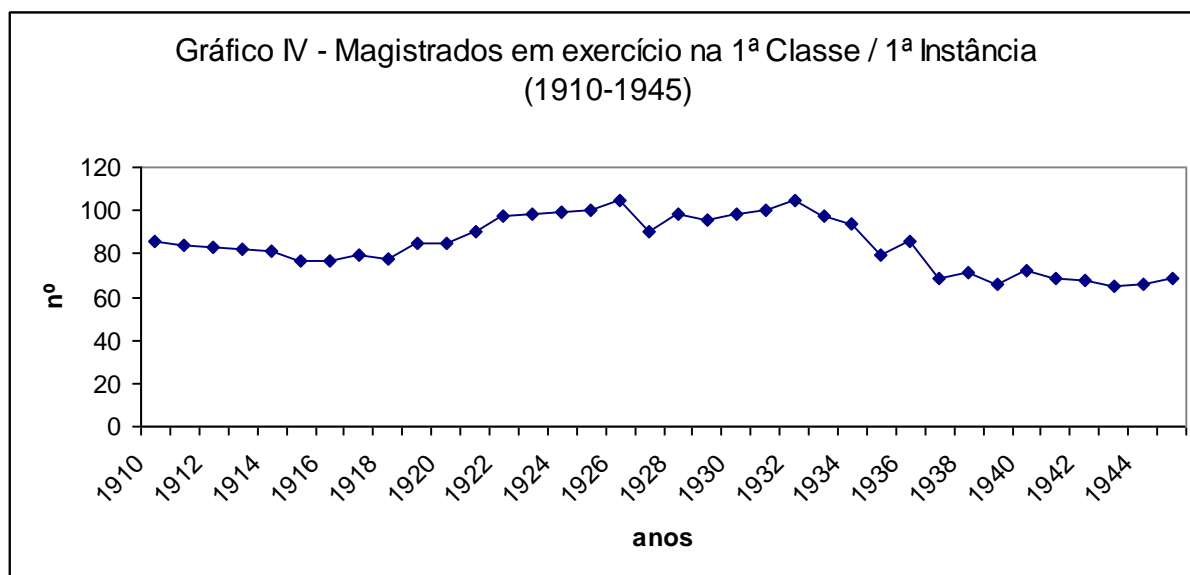
**Quadro IV – Magistrados em exercício na 1ª Classe da
primeira instância (1910-1945)**

1ª Classe		1ª Instância			
Ano	Efectivos	Ano	efectivos	Ano	efectivos
1910	86	1922	97	1934	94
1911	84	1923	98	1935	79
1912	83	1924	99	1936	86
1913	82	1925	100	1937	69
1914	81	1926	105	1938	71
1915	77	1927	90	1939	66
1916	77	1928	98	1940	72
1917	79	1929	96	1941	69
1918	78	1930	98	1942	68
1919	85	1931	100	1943	65
1920	85	1932	105	1944	66
1921	90	1933	97	1945	69

Fonte: *Ementário dos magistrados e empregados judiciais*, 1910 a 1914, Lisboa,

Typ. da Empresa da História de Portugal; *Boletim Oficial do Ministério da Justiça*, 1915 a 1945,

Lisboa, Oficinas Gráficas da Cadeia Nacional



A situação da primeira classe da primeira instância conhece oscilações regulares, de ano para ano. Ainda assim, é possível, olhando a globalidade dos números, traçar algumas tendências e ciclos. Em primeiro lugar, podemos assinalar um período inicial, de 1910 a 1920, onde o número de efectivos nunca chega a alcançar os 90 magistrados, sendo o mínimo registado nos anos de 1915 e 1916 (77 magistrados em exercício). Daí em diante, um novo ciclo se opera, em subida, até 1934. Neste período, os valores estão sempre acima dos 90 efectivos, atingindo o seu máximo nos anos de 1926 e 1932, com 105 magistrados. Com o ano excepcional de 1936, onde se registam 86 magistrados, é de assinalar este último ciclo até ao final da série, que fica sempre em números inferiores aos 80 efectivos. Aliás, a partir de 1941, será mesmo inferior aos setenta efectivos. Podemos relacionar este movimento de efectivos em exercício com a evolução do quadro comarcão? Dificilmente. Na verdade o número de comarcas de primeira classe manteve-se inalterado de 1910 até aos Estatutos Judiciais de 1927 – 58 comarcas. E aqui talvez se compreenda a fraca oscilação também do primeiro ciclo aqui identificado. Mas o número de comarcas de primeira classe, daí em diante, irá decrescer através das reformas operadas – em 1931 serão 41 e 1935, por exemplo, serão já apenas 19. Por sua vez, identificamos aqui um segundo ciclo até meados dos anos trinta em crescimento e, por isso, a contra ciclo com o número de vagas existentes. Já o último ciclo, em baixa, parece acompanhar o número a diminuição do número de vagas existentes.

O que estas distribuições nos mostram é que a situação nas três classes da primeira instância estiveram longe de correr em paralelo. A segunda classe, a que menos efectivos regista, mantém uma posição mais ou menos uniforme, concorrendo por isso, no global da primeira instância, com uma pequena parte. Mostramos como isso se prende com a uniformidade do número de vagas existentes na classe durante todo o período. Quanto às primeira e terceira classes, onde os números de magistrados em exercício são mais elevados, elas registam, por vezes, situações em contra-ciclo. Por exemplo, a série que parte de 1936 até 1945 é, na terceira classe, um ciclo de recuperação do número de efectivos, uma tendência em alta, enquanto na primeira classe esse mesmo ciclo representa uma tendência em baixa.

De todo o conjunto pode dizer-se que é a terceira classe quem mais influencia o curso da globalidade da primeira instância, caminhando os ciclos com algum paralelo. A segunda classe, pelos números reduzidos de efectivos que tem não vem alterar com significado a distribuição e, por fim, a primeira classe, mesmo a contra ciclo em alguns pontos, que apenas modera ou acresce com algum significado alguns pontos do mapa da série.

O caso dos tribunais superiores, as Relações e o Supremo Tribunal de Justiça, é bastante diverso. Na verdade, sendo tribunais com um número fixado de magistrados, eles apenas revelam uma variação ocasional, de magistrados ainda por nomear ou já nomeados, inactivos ou activos, ausentes em comissões de serviço e, por isso, substituídos, em determinado período, o que diz pouco do crescimento ou refracção do corpo da magistratura na sua globalidade, até pelo número reduzido dos números. Esta uniformidade das vagas a preencher, é decisiva, portanto. A única variação significativa, de um ano para o seguinte, como veremos em seguida para os tribunais da segunda instância, encontra-se no ano de 1919, com um crescimento dos magistrados em exercício, mas que tem uma explicação simples: a criação, no ano anterior, da Relação de Coimbra. Os números de vagas disponíveis, como referimos, mantêm-se praticamente inalterados. Dando conta desta pequena variação, apenas a lei de 16 de Julho de 1924⁴³⁰, que somou mais dois magistrados na Relação de Lisboa, e o decreto de 26 de Dezembro de 1935⁴³¹, que os retirou e retomou a composição anterior.

⁴³⁰ Lei nº 1:631, de 16 de Julho de 1924, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1925), 32-35.

⁴³¹ Decreto 26:156, de 26 de Dezembro de 1935. *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1935), 761-764.

Quadro V – Magistrados em exercício nos tribunais da Relação

(1910-1945)

Relações

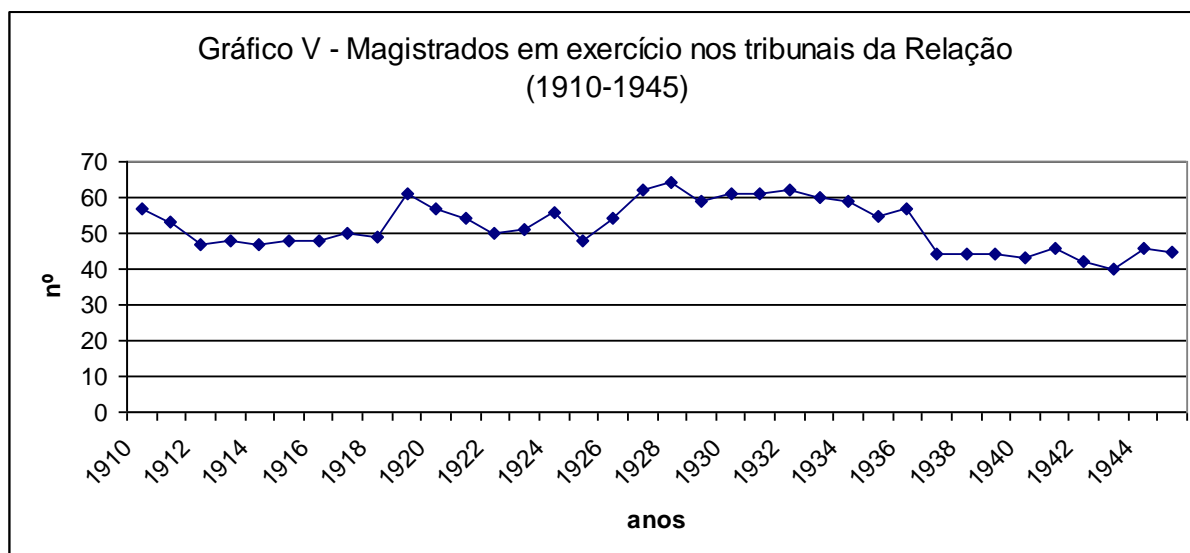
Ano	efectivos	Ano	efectivos	Ano	efectivos
1910	57	1922	50	1934	59
1911	53	1923	51	1935	55
1912	47	1924	56	1936	57
1913	48	1925	48	1937	44
1914	47	1926	54	1938	44
1915	48	1927	62	1939	44
1916	48	1928	64	1940	43
1917	50	1929	59	1941	46
1918	49	1930	61	1942	42
1919	61	1931	61	1943	40
1920	57	1932	62	1944	46
1921	54	1933	60	1945	45

Fonte: *Ementário dos magistrados e empregados judiciais*, 1910 a 1914, Lisboa,

Typ. da Empresa da História de Portugal; *Boletim Oficial do Ministério da Justiça*, 1915 a 1945,

Lisboa, Oficinas Gráficas da Cadeia Nacional

O gráfico, seguinte, apresenta a mesma distribuição:



A variação nos tribunais da Relação situa-se, sempre, entre os quarenta e os sessenta magistrados, em regra. Os máximos são dados pelos anos de 1919 (61 magistrados), derivados da criação da Relação de Coimbra no ano anterior, e os anos de 1927 e 1928, com 62 e 64 magistrados, respectivamente. Isto permite identificar, a partir de 1919, um ciclo que, com grandes oscilações, se mantém por norma acima dos primeiros anos da década de 1910. Interessante, sem dúvida, os anos posteriores a 1936, onde o número de magistrados em exercício nunca chega a ultrapassar os cinquenta magistrados. Esta quebra no final da série corre em paralelo com os dados obtidos para a primeira classe (embora contrarie o conjunto global da primeira instância), o que indica uma situação conjuntural de menos magistrados dados como aptos para promoção aos tribunais da Relação.

Por fim, a situação do Supremo Tribunal de Justiça:

Quadro VI – Magistrados em exercício no Supremo Tribunal de Justiça

(1910-1945)

STJ

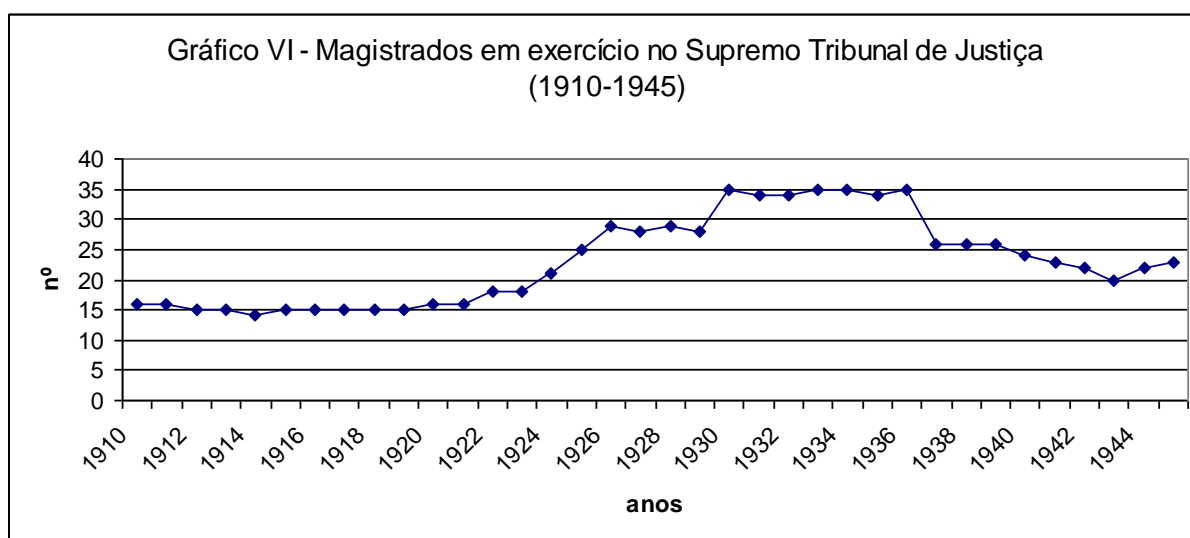
Ano	efectivos	Ano	efectivos	Ano	efectivos
1910	16	1922	18	1934	35
1911	16	1923	18	1935	34
1912	15	1924	21	1936	35
1913	15	1925	25	1937	26
1914	14	1926	29	1938	26
1915	15	1927	28	1939	26
1916	15	1928	29	1940	24
1917	15	1929	28	1941	23
1918	15	1930	35	1942	22
1919	15	1931	34	1943	20
1920	16	1932	34	1944	22
1921	16	1933	35	1945	23

Fonte: *Ementário dos magistrados e empregados judiciais*, 1910 a 1914, Lisboa,

Typ. da Empresa da História de Portugal; *Boletim Oficial do Ministério da Justiça*, 1915 a 1945,

Lisboa, Oficinas Gráficas da Cadeia Nacional

O gráfico seguinte ilustra o modo da distribuição:



A série permite-nos identificar três ciclos bem claros. Em primeiro lugar, um movimento quase inexistente, de uniformidade, entre 1910 e 1924, onde o número de magistrados oscila muito ligeiramente entre os 15 e os 21 magistrados. Daí em diante, com uma composição do quadro definida pela Lei n.º 1:631, de 1924⁴³², fixando o quadro do Supremo Tribunal de Justiça em 17 magistrados, um novo ciclo em crescendo, que atinge um máximo conjuntural em 1926, com 29 magistrados. São números que revelam uma já considerável parte de magistrados que não têm exercício no próprio tribunal, mas certamente em comissões e lugares de requisição. Após alguns anos estável, este número volta a ter uma subida significativa do ano de 1929 para 1930, com 28 e 35 magistrados em exercício, respectivamente. Este valor irá oscilar ligeiramente, mantendo-se, no entanto, estável no patamar que ronda os 35 magistrados, até 1936. Estamos, aqui, a falar de uma composição que praticamente duplica aquilo que é fixado legalmente pela lei de 1924, havendo por isso uma situação de certo modo extraordinária. Finalmente, um último ciclo abre-se em 1937, com uma tendência em baixa, rápida, que atingirá um mínimo conjuntural no ano de 1943, com 20 magistrados.

⁴³² Lei n.º 1:631, de 16 de Julho de 1924, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1927), 34-35.

Ao contrário dos tribunais da Relação, onde a variação tem expressão mas dentro de um intervalo relativamente curto, o Supremo Tribunal de Justiça conheceu neste período drásticas evoluções no seu quadro. Basta dizer que a década de 1910-1920 representa cerca de metade dos efectivos registados nos primeiros anos da década de 1930. A partir de 1937, os valores acabam por estabilizar numa espécie de média entre estes dois ciclos, entre os vinte e os trinta magistrados em exercício.

Temos analisado, até aqui, a situação dos magistrados em exercício nas diferentes classes e instâncias. Mas, é certo, o conjunto apenas fica completo tomando em consideração, ainda, duas ocorrências que condicionam o universo total: os magistrados adidos ao quadro da magistratura judicial e aqueles que se encontram sem exercício. Quanto aos primeiros, representando magistrados que estando em exercício aguardam colocação em alguma comarca do território, os casos são meramente pontuais, nunca havendo mais de dez juízes nesta situação, no período aqui estudado. Esta situação é ainda mais esporádica no caso dos tribunais superiores. Por este facto, ficam fora da análise aqui realizada, restando apenas a indicação de que existia um número reduzido de magistrados que, entre uma e outra colocação, estavam numa situação de espera. Quanto aos segundos, os magistrados colocados no quadro da magistratura judicial e sem exercício, a questão era de outra ordem. De facto, uma das primeiras medidas do Governo Provisório da República, a 20 de Outubro de 1910, fora mandar que todos os magistrados no quadro, sem exercício, fossem submetidos a exames de sanidade⁴³³. Havia um número considerado excessivo, de magistrados sem exercício, o daria lugar à medida. Aliás, podemos rastrear esta problemática até ao final do século XIX. Artur Montenegro, apresentando as suas propostas de reforma ao parlamento, em 1905, lançava assim a questão:

O quadro [sem exercício], actualmente, chegou a uma anormalidade que não pode manter-se. Basta, para convencimento de tal, expôr o seu movimento durante os últimos dez anos, tomando para ponto de partida o dia 30 de Junho de 1895, em que existiam 45 juízes nesta situação (...)

⁴³³ Portaria de 20 de Outubro de 1910. COLP (Lisboa: Imprensa Nacional, 1911), 16

*Assim, num período de dez anos, apenas regressaram à efectividade 8 juízes, ao mesmo tempo que o número dos colocados na inactividade se elevou de 45 para 71.*⁴³⁴

Apresentando como medida a colocação no quadro apenas para magistrados com mais de cinco anos de exercício e com comprovativo de doença, Montenegro tentava assim solucionar um problema que, quanto à despesa nos dez anos considerados tinha absorvido 600:000\$000 dos cofres do Estado.

Em baixo, o quadro referente ao número de magistrados no quadro, sem exercício, entre 1910 e 1945, na primeira instância:

**Quadro VII – Magistrados no quadro da magistratura judicial,
sem exercício – primeira instância (1910-1945)**

No quadro s/exercício

Ano	efectivos	Ano	efectivos	Ano	efectivos
1910	64	1922	35	1934	12
1911	56	1923	29	1935	12
1912	56	1924	30	1936	12
1913	52	1925	33	1937	11
1914	55	1926	35	1938	11
1915	58	1927	41	1939	1
1916	54	1928	39	1940	1
1917	56	1929	32	1941	0
1918	56	1930	24	1942	0

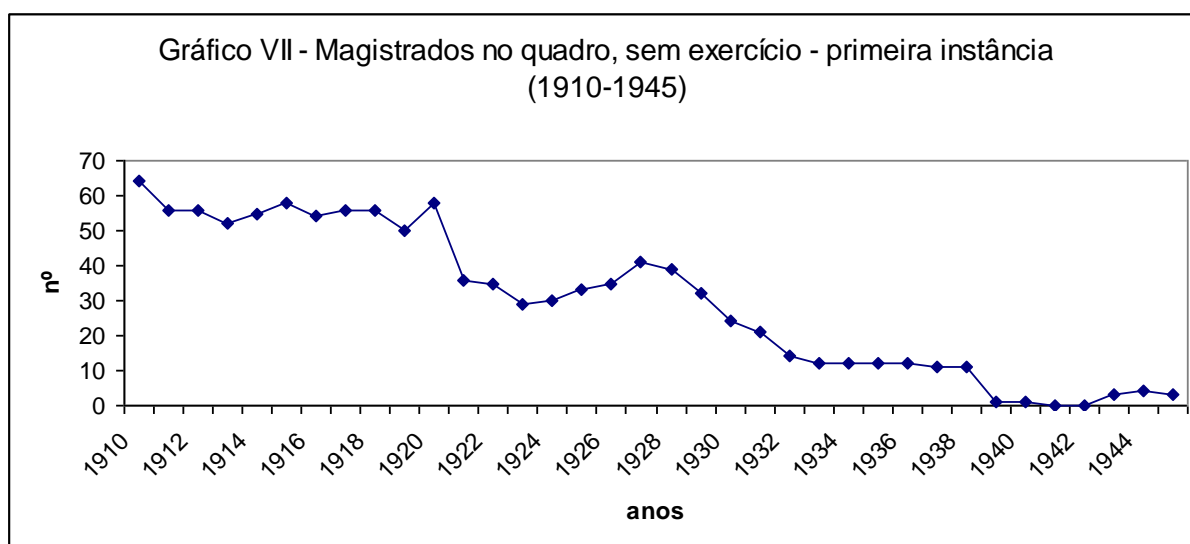
⁴³⁴ Artur Montenegro, *Reformas de Justiça: Propostas apresentadas à câmara dos senhores deputados nas sessões de 22 e 23 de Agosto de 1905* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1905), 7

1919	50	1931	21	1943	3
1920	58	1932	14	1944	4
1921	36	1933	12	1945	3

Fonte: *Ementário dos magistrados e empregados judiciais*, 1910 a 1914, Lisboa,

Typ. da Empresa da História de Portugal; *Boletim Oficial do Ministério da Justiça*, 1915 a 1945,

Lisboa, Oficinas Gráficas da Cadeia Nacional



Trata-se de uma progressão em queda, sobretudo a partir da década de trinta, onde o número de magistrados sem exercício, na primeira instância, se coloca em números inferiores aos 30 efectivos. Os anos de 1941 e 1942 atingem os mínimos de toda a série, colocando-se no grau zero. Não possuímos dados objectivos que nos ajudem a explicar esta contínua queda dos números dos magistrados sem exercício, mas é talvez provável que a própria fiscalização destas situações se tivesse acentuado. Como atrás referimos fez parte da campanha republicana a «moralização» desta situação excessiva e é de reter, sobretudo, que os exames de sanidade foram regulamentados com maior cuidado e, possivelmente, o rigor neles cometido ter-se-á acentuado. É também de assinalar que a década de 20, onde a queda se acentua, coincide com a regularidade do serviço das inspecções. E que, a conjuntura dos novos Estatutos Judiciários, em 1927/28, coincide também com o segundo momento de

queda. Nos tribunais superiores, o número de magistrados sem exercício é apenas residual (em muitos anos, mesmo ausente), não havendo, por isso, necessidade de aqui o tratar.

Finalmente, apresentamos os dados relativos ao total absoluto dos magistrados judiciais portugueses da metrópole para o período considerado. Guardamos esta apresentação para o fim pois, como vimos atrás nas diferentes instâncias e categorias as explicações vão divergindo e, assim, o quadro total de magistrados esconde realidades complexas que só o estudo detalhado de cada vector pode dar conta. De qualquer das formas, os dados globais demonstram, sobretudo, uma quebra nos primeiros anos, depois recuperada em crescendo até ao máximo da série, em 1920, com 412 magistrados, para depois cair suavemente até 1927/1928; daqui em diante, a queda será praticamente contínua, com ligeiríssimas alterações. Há, nesta evolução global, dois pontos essenciais, porque de peso na contabilidade do conjunto: em primeiro lugar, a reforma comarcã, que atinge a primeira instância, sobretudo, com os Estatutos Judiciários de 1927/1928 e, depois, a quebra significativa que também é operada pelo número de magistrados no quadro, sem exercício, em queda livre sobretudo a partir desse período. As movimentações dos tribunais superiores, sendo que nem sempre foram ténues, participam como pequenos números no conjunto global, não tendo por isso valor explicativo. Em seguida, a tabela e o gráfico referentes a estes dados:

Quadro VIII – Total de magistrados judiciais (1910-1945)

Ano	nº	Ano	nº	Ano	nº
1910	394	1922	387	1934	337
1911	375	1923	385	1935	325
1912	361	1924	380	1936	329
1913	362	1925	380	1937	309
1914	365	1926	391	1938	309

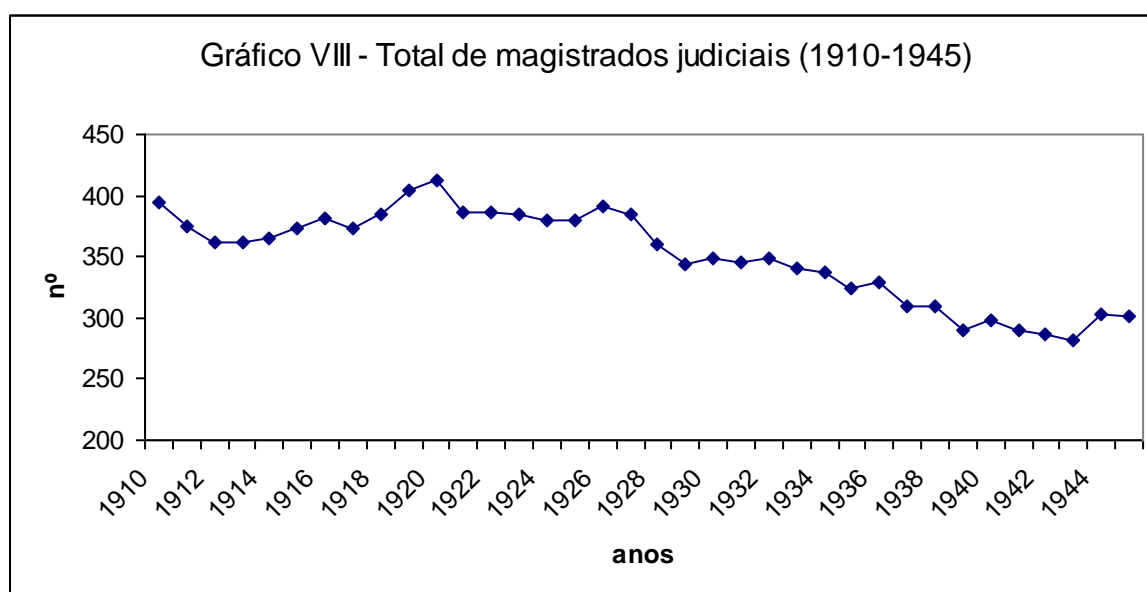
1915	373	1927	384	1939	290
1916	381	1928	360	1940	298
1917	374	1929	343	1941	290
1918	384	1930	348	1942	286
1919	405	1931	345	1943	282
1920	412	1932	348	1944	303
1921	386	1933	341	1945	302

Fonte: *Ementário dos magistrados e empregados judiciais*, 1910 a 1914, Lisboa,

Typ. da Empresa da História de Portugal; *Boletim Oficial do Ministério da Justiça*, 1915 a 1945,

Lisboa, Oficinas Gráficas da Cadeia Nacional

E, em seguida, o gráfico correspondente:



3.2. Candidaturas e ingresso na magistratura judicial

Até muito tarde, entrando pela época da Ditadura Militar e do Estatuto Judiciário de 1927, valeu como lei para candidatura à magistratura judicial o decreto de 29 de Março de 1890. Este decreto, de uma longevidade assinalável, previa no artigo 10º, que os candidatos à magistratura judicial seriam recrutados nas seguintes três categorias profissionais: (i) os magistrados do Ministério Público com três anos de serviço efectivo e aprovados no concurso para delegados do Procurador Régio e (ii) os conservadores do registo predial, igualmente aprovados em exame e (iii) os juízes municipais com oito anos de serviço efectivo e aprovação no concurso para delegados do Procurador Régio ou com doze anos de serviço efectivo nos seus respectivos cargos, «não tendo aquela aprovação»⁴³⁵.

Na prática, os candidatos mais representados nos concursos à magistratura judicial fossem os delegados do Procurador da República. Com a República, eles não seriam não só os mais representados, como seriam obrigados a isso. Numa das raras medidas atinentes à magistratura judicial, o governo de Pimenta de Castro, pelo decreto nº 1:499, de 13 de Abril de 1915, tornava esta candidatura dos delegados obrigatória. Talvez esta medida tenha acabado por perder-se com os acontecimentos turbulentos desse ano, porque o sidonismo, através do decreto nº 3:786, de 24 de Janeiro de 1918, repetia a mesma norma, dando como «de nulo efeito» as recusas já adiantadas.

Estas disposições «mínimas» haveriam de ser finalmente alteradas com a promulgação do Estatuto Judiciário de 1927. Aí, fixavam-se instruções mais claras e extensas. Os concursos para habilitação aos lugares judiciários deveriam ser abertos no mês de Novembro de cada ano, para se realizarem no ano seguinte. No caso dos candidatos à magistratura judicial, previa-se que estes fossem realizados no mês de Março seguinte, no Supremo Tribunal de Justiça. Os candidatos, por sua vez, eram recrutados de entre dois grupos: os delegados do Ministério Público de 1ª classe (terço superior da lista) e os doutores em direito que tivessem requerido e solicitado apresentação em concurso. As provas consistiam em dois exames escritos, um consistindo na resolução de uma questão de direito civil, comercial ou penal, e

⁴³⁵ Decreto de 29 de Março de 1890, art. 10º. *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1890), 174.

outra na elaboração de um trabalho adequado às funções de juiz, como a escrita de uma sentença ou de um despacho. Seguia-se uma prova oral, que consistia em quatro interrogatórios sobre pontos do direito e processo civil, direito e processo comercial, direito e processo penal e, finalmente, direito internacional privado. As classificações apenas se reduziam a três situações: o «Muito Bom», o «Bom» e o «Reprovado/Excluído». O exame era ainda complementado com uma sanção exemplar: aqueles que fossem por duas vezes consecutivas colocados fora da aprovação do concurso, teriam de deixar a magistratura do Ministério Público e ser providos em lugares de oficiais do registo civil ou registo predial.

O Estatuto Judiciário de 1944 viria a modificar um pouco os critérios de recrutamento, acrescentando aos habituais candidatos no recrutamento, os diplomados com o 5º ano de direito e a informação final universitária de «Bom» com distinção ou superior, menores de 45 anos de idade, e com serviço prestado em um de vários cargos assinalados – secretário do Supremo Tribunal de Justiça, da Procuradoria Geral da República ou das Relações, distribuidor ou secretário geral, contador, chefe de secretaria ou chefe de secção (nestes casos com dez anos de serviço) ou delegado do Procurador da República, advogado ou juiz municipal (nestes casos com sete anos de serviço). Ou seja, em lugar afectos ao funcionalismo judiciário superior ou administração judiciária.

O que mostra tudo isto? Em primeiro lugar, como avançamos na introdução deste capítulo, que a República e o Estado Novo irão conservar o legado da Monarquia Constitucional sobre o monopólio da justiça aos juízes e aos quadros de si dependentes, numa profissionalização que começa no Ministério Público e que é dependente do poder executivo. Trata-se, por isso, de um exclusivo de uma carreira profissionalizada, que faz com que o corpo da magistratura seja a continuação, na maior parte dos casos, de uma cultura de funcionalismo de Estado apreendida nos tribunais durante cerca de dez anos enquanto delegado e na defesa dos seus interesses. Deste modo o mecanismo disciplinar aplicado à magistratura judicial começa muito antes. A hierarquia do Ministério Público faz-se aplicar segundo uma lógica idêntica, de supervisão dos superiores sobre os cargos intermédios e destes para os de nível inferior, existindo um mecanismo mais ou menos desenvolvido, à época, que compreendia um circuito de avaliações e informações registadas, relatórios anuais, que operavam de forma vigilante a sua actuação. Como iremos ver mais adiante, este circuito aplicava-se inclusivamente até aos exames para a magistratura judicial, indicando estes uma informação

sumária sobre o perfil e actuação do delegado candidato. Em segundo lugar, o sistema de avaliação e classificação dos exames. Como vimos, ele desenrola-se apenas entre duas classificações positivas («Muito Bom» e «Bom») e uma de exclusão. O que mostra, sem dúvida, a tentativa de organizar o corpo da magistratura como um corpo de excelência, dotado de uma aptidão comprovada para o exercício pleno da função. Com os primeiros Estatutos Judiciários de 1927, detalhando em pormenor o processo de exame, sem dúvida contribuiu também para uma maior transparência na colocação dos magistrados e um reforço de um estrutura formal que fosse alheia a situações de arbitrariedade.

Os processos de candidatura para ingresso na magistratura judicial, apenas nos dão conta dos figurados a partir do ano de 1927, ano em que os concursos para juízes de direito serão regulados pelo Estatuto Judiciário. A partir daí, a série encontra-se completa até ao ano de 1945. Por sua vez, as classificações obtidas pelos candidatos apenas encontram registo a partir do concurso de Fevereiro de 1930.

Os candidatos naturais à magistratura eram, como atrás vimos, os delegados do Ministério Público. E, se a legislação apontava para o terço superior da lista de graduação destes, a verdade é que circunstâncias extraordinárias, como o aumento de vagas a prover, levou a que em certos anos fossem também considerados os pertencentes ao segundo terço da lista. Isto aconteceu nos concursos de Março de 1942, Março de 1943, Outubro de 1943 e Junho de 1944. Em outros casos, realizou-se mesmo um concurso classificado de «extraordinário», como foram os de Outubro de 1937 e Março e Abril de 1940.

Em seguida, apresentamos as respectivas datas do concurso, para o período entre 1927 e 1945:

Quadro IX – Concursos para ingresso na magistratura judicial

(1927-1945)

<i>Data dos concursos para ingresso na magistratura judicial</i>
Março de 1927
Abril de 1928
Fevereiro de 1930 e Julho de 1930 e Novembro de 1930
Março de 1931
Maio de 1932
Março de 1935
Março de 1936
Março de 1937 e Outubro de 1937 (extraordinário)
Março de 1938
Março de 1939
Março e Abril de 1940 (ordinários e extraordinários)

Março e Abril de 1941
Março de 1942
Março de 1943 e Outubro de 1943
Junho de 1944

Fonte: Processos de candidatura a juízes de direito/ AHCSM

Os concursos para a magistratura judicial foram pois de carácter anual, havendo contudo alguns anos em que eles não se realizaram (1929, 1933, 1934, 1945) e, outros, em que tiveram lugar mais do que um: 1930 (três concursos), 1937 (dois concursos) e 1943 (dois concursos). Esta interrupção ou necessidade de concursos extraordinários prende-se, é claro, com as oscilações na existência de vagas em aberto, não esquecendo que existiam candidatos aprovados em concursos anteriores que, por se encontrarem sem colocação, transitavam para o ano seguinte quando se desse vacatura em comarcas da 3ª classe.

A análise da informação permite retirar duas confirmações importantes. A primeira é a de que os candidatos mais representativos dos concursos à magistratura são os delegados do Ministério Público. Com efeito, durante todo este arco cronológico apenas se verificam três excepções: o chefe da secretaria judicial de Lisboa, António Arlindo Teixeira Martins, que se candidatou no concurso de Março de 1936, o advogado Armando Simões Pereira, candidato à magistratura no concurso de Março de 1939, tendo na altura mais de dez anos de serviço na sua profissão e licenciado em direito e, por fim, o também advogado António Miguel de Sousa Otto, que concorreu em Março/Abril de 1940. Os doutores em direito nunca concorreram ao lugar de magistrados. A segunda constatação relevante, é a de que a passagem do Ministério Público para a magistratura decorria de forma fluida, havendo apenas casos muito pontuais em que os delegados da primeira classe não ascendiam a juízes de direito, faltando sucessivamente às provas ou não obtendo classificação mínima.

Com efeito, dos processos de candidatura constava, em norma, o terço superior da lista de delegados de primeira classe (os «clientes habituais» e legais aos lugares na magistratura judicial), os candidatos extraordinários (quando os havia, o que era raro), uma folha informativa sobre os delegados oriunda do Procurador da República e, por fim, as classificações obtidas em exame. As informações eram de carácter meramente sumário e tentavam dar conta do modo como o candidato tinha desempenhado funções enquanto delegado. Valorizava-se a competência, a assiduidade, a honestidade, o cuidado no serviço. Por exemplo, as notas apostas ao concurso de Março de 1927, prestavam estas considerações:

«S.M.F.L.S. -> O Procurador da República considera-o competente – quanto às restantes não dá informações

J.F.G.C. -> O Procurador da República considera-o assíduo diligente e honesto. Foi classificado de medíocre.

J.L.A. -> O Procurador da República considera-o competente, assíduo diligente e honesto. Foi castigado.

A.A.C. -> O Procurador da República considera-o um pouco menos que regular, tem deixado a impressão não ter muito cuidado no serviço a seu cargo.

A.J.F.S.F. -> O Procurador da República considera-o regularmente competente, assíduo, diligente e honesto.

(...)»⁴³⁶

Esta situação, como atrás vimos, demonstra não só até que ponto as duas carreiras (Ministério Público e magistratura judicial) estavam entroncadas, mas como os mecanismos de disciplina e controlo se prolongavam e estendiam de uma à outra, acompanhando a vida

⁴³⁶ Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial / Fundo dos processos de concurso para juízes de direito, *Processo nº M211, NI*, 1927

profissional de um delegado até ao próprio momento de candidatura ao corpo dos juízes de direito.

Em seguida, o quadro das classificações obtidas pelos candidatos para o período de 1927-1945:

Quadro X – Classificações dos candidatos à magistratura judicial

(1930-1944)

<i>Data do concurso</i>	<i>Muito Bom</i>	<i>Bom</i>	<i>Aprovados</i>	<i>Reprovado/Excluído</i>	<i>Faltou</i>	<i>Total</i>
Fevereiro de 1930	7	4	11	4	2	17
Julho de 1930	2	10	12	2	3	17
Novembro de 1930	5	8	13	2	1	16
Março de 1931	5	8	13	0	2	15
Maio de 1932	4	8	12	0	3	15
Março de 1935	4	5	9	7	0	16
Março de 1936	5	4	9	1	0	10
Março de 1937	1	4	5	4	0	9

Outubro de 1937	2	5	7	2	1	10
Março de 1938	3	9	12	3	4	19
Março de 1939	5	6	11	4	6	21
Março e Abril de 1940	3	14	17	0	3	20
Março e Abril de 1941	0	5	5	5	3	10
Março de 1942	6	7	13	4	4	21
Março de 1943	4	10	14	5	3	22
Outubro de 1943	5	11	16	4	2	22
Junho de 1944	4	15	19	2	1	22

Fonte: Processos de candidatura a juízes de direito/ AHCSM

Da análise do Quadro X, podemos concluir que a maioria dos candidatos conseguia ter êxito nas provas. Apenas nos concursos de Fevereiro de 1930, Março de 1935, Março e Abril de 1941, a taxa de reprovação evidencia significado. Sobretudo o ano de 1935, onde existem 9

aprovados para 7 reprovados, havendo quase um paralelo. Por outro lado, a classificação de «Muito Bom» é atribuída com alguma reserva, sendo que a maioria aprovada em concurso se fica pela classificação de «Bom». Os dados mostram números muito reduzidos nas candidaturas, de modo que falar em percentagens ou taxas de aproveitamento parece abusivo por se tratar de universos de reduzidas dimensões. Ao contrário do que possa parecer de a um primeiro olhar, a aprovação em concurso para a magistratura judicial não implicava o acesso imediato a esta. Os ingressos estavam dependentes das vagas a prover, de modo que alguns dos candidatos aprovados em concurso transitavam para o ano seguinte constituindo uma espécie de lista de espera. Contudo, não eram eles obrigados a novo exame, ficando a sua classificação anterior retida e valendo para a nova atribuição de colocações.

Convém, aqui, conhecer um pouco do percurso dos candidatos mais representativos à magistratura judicial, os delegados do Ministério Público. Com que idade ingressavam na carreira? A nossa base de dados, tendo recolhido os processos individuais dos magistrados em exercício de 1910 a 1945, mostra-nos que ela era bastante elevada. A média de idade, à entrada no Ministério Público, era de 28,9 anos. Nos poucos casos onde conhecemos também a data de conclusão da formatura, vemos que ela está próxima da entrada no Ministério Público, antecedendo-a em dois ou três anos. Mas a enorme escassez de informação dada pelos processos individuais, quanto a este ponto, não permite tirar conclusões definitivas nem mesmo parciais.

Quadro XI – Ingresso no Ministério Público dos magistrados judiciais

Em exercício de 1910 a 1945, por classes etárias

C.Etárias	Nº	%
<20	1	0,2
20-24	66	11,6
25-29	276	48,8

30-34	169	29,9
35-39	42	7,4
>40	12	2,1
TOTAL	566	100

Dos 566 magistrados de que dispomos informação, para um total de 897 processos reconstituídos e 988 magistrados de total, em exercício entre 1910 e 1945, quase metade encontra-se no intervalo dos 25 aos 29 anos. Mas, se assim é, um número também bastante significativo – 69, 29,9% - encontra-se no intervalo dos 30 aos 34 anos. Juntos, estes dois intervalos acumulam 78,6% da distribuição. Devemos, no entanto, reflectir também de outro modo: a junção do intervalo dos 25 aos 29 anos com o seu anterior, o dos 20 a 24 anos, acumula 60% dos casos. Em todo o caso, com muito menor expressão, situam-se os intervalos de 20 a 24 anos e de 35 a 39 (11,6 e 7,4%, respectivamente). Nos limites inferiores e superiores, os números são apenas residuais. Neste segundo campo, encontramos sobretudo delegados que exerceram anteriormente outras profissões jurídicas ou administrativas. São exemplos Tomás Tiago Mexia Leitão (1857-1929), administrador do concelho e juiz municipal em Arraiolos e Campo Maior, respectivamente, antes de ingressar aos 41 anos no Ministério Público; Augusto da Fonseca Pereira Guimarães (1858-?), que realizou uma carreira enquanto conservador do registo predial (Reguengos de Monsaraz, Macedo de Cavaleiros, Pombal, Horta e, de novo, Pombal); Armindo Augusto de Almeida (1877-?), que exerceu enquanto juiz municipal o lugar por quinze anos, antes de ingressar aos 44 anos no Ministério Público; mas, mais exemplar de todos, João Augusto Seixas (1852-?), que exerceu as funções de administrador do concelho em Murça, durante dois anos, para a seguir ser aí juiz municipal durante três anos, passando depois a Mesão Frio, nas mesmas funções, durante novos três anos; em seguida, foi conservador do registo predial em Vinhais, durante um ano e em Vila Flor no ano seguinte; mas não terminaria por aí: dois anos depois era notário em Guimarães, durante dois anos e, após isso, administrador do concelho em Chaves. Ingressou na qualidade de delegado do Ministério Público aos 53 anos de idade, quando a carreira ainda lhe pareceu apetecível.

Quanto tempo permaneciam enquanto delegados do Ministério Público? A média de tempo de serviço no Ministério Público era de 11 anos. Em seguida, a divisão por intervalos de idade. De notar que existem 612 processos com informação, de um total de 897 processos reconstituídos de um total de 988 magistrados em exercício entre 1910 e 1945.

Quadro XII – Anos de serviço no Ministério Público
dos magistrados judiciais em exercício de 1910 a 1945

Anos	Nº	%
< 7 anos	17	2,8
7 a 9 anos	174	28,4
10 a 12 anos	249	40,7
13 a 15 anos	153	25
> 15 anos	19	3,1
Total	612	100

Fonte: Processos individuais dos magistrados judiciais / AHCSM

A distribuição mostra-se equilibrada nos intervalos centrais. Se bem que a maioria dos delegados do Ministério Público tenham um tempo de serviço entre os 10 a 12 anos (249, 40,7%), coincidindo este valor com o da média – 11 anos -, os intervalos imediatamente superiores e inferiores registam números consideráveis e próximos entre si: 28,4%, dos 7 aos 9 anos e 25% dos 13 aos 15 anos de serviço.

Isto permite-nos, desde logo, traçar um modelo-tipo dos magistrados judiciais entre 1910 e 1945. Terminando a licenciatura, seguem de imediato para um conjunto mais ou menos alargado de anos onde com toda a probabilidade exercem profissões jurídicas (advogado, conservador, administrador de Concelho). Daí aguardam o ingresso na carreira do Ministério Público enquanto delegados, que acontece sobretudo entre 25 e os 29 anos (a média é 28,9 anos). Permanecem cerca de dez anos ou um pouco mais, até ao ingresso na magistratura judicial. Assim, é fácil concluir que a idade média dos magistrados judiciais, no seu ingresso na carreira enquanto juízes de direito, se faria por volta dos quarenta anos de idade, o que atesta a maturidade no recrutamento para o cargo.. De facto, como iremos ver em seguida, este número é confirmado pelos dados de que dispomos, havendo, no entanto, uma pequena variação de década para década.

Em seguida, o quadro que representa a idade de entrada na magistratura judicial, de 1 de Janeiro de 1900 a 1 de Janeiro de 1910. Acrescentamos, apenas, que para esta década os cálculos não são absolutos, mostrando apenas aqueles que prosseguiram carreira após esta última data. Os dados reportam-se, nas seguintes tabelas, a um total de 897 processos reconstituídos, dos quais se obteve informação para 680 casos (75,8%).

Quadro XIII – Idade de entrada na magistratura judicial
de 1 de Janeiro de 1900 a 1 de Janeiro de 1910
(>01-01-1900 e <01-01-1910)

C.Etárias	Efectivos	%
27-30 anos	0	0,00
31-35 anos	4	4,49
36-40 anos	29	32,58

41-45 anos	42	47,19
46-50 anos	9	10,11
51-55 anos	4	4,49
56-60 anos	0	0,00
61-66 anos	1	1,12
TOTAL	89	100,00

Fonte: Processos individuais dos magistrados judiciais / AHCSM

A distribuição detalhada dos dados mostra que, a partir dos 34 anos de idade, existem efectivos em todos os intervalos anuais, seguidamente, até aos 48 anos de idade. Casos pontuais são registados com 50, 51, 52 e 53 anos de idade. Assinale-se o caso excepcional de início da judicatura, registado com 65 anos de idade. Tratava-se de Constantino Camilo Beleza de Vasconcelos. Este conservador do registo predial entrara já tardiamente para o Ministério Público, enquanto delegado, passando pelas comarcas de Ourique, Mértola, Portel e Armamar. Obteve o ingresso enquanto juiz de direito a 3 de Maio de 1906. A sua avançada idade, contudo, não lhe permitiria qualquer percurso significativo – menos de um ano depois estaria no quadro da magistratura sem exercício, mas com vencimento, por razões de saúde⁴³⁷. Dentro desta repartição, são de notar os dois máximos da série: os 42 anos de idade (com 13 efectivos, sendo a moda) e os 45 anos de idade (com 10 efectivos). A média da distribuição é de 42,0 anos de idade, o que coincide precisamente com o valor da moda. Na análise por grupos, como o quadro acima apresenta, dois grupos de concentração são claramente identificados: o grupo dos 36 aos 40 anos, com 29 casos (32,58%) e o imediatamente posterior, dos 41 aos 45 anos, com 42 casos registados (47,19%). O quadro apresentado, compreendendo uma aglomeração dos dados por intervalos, assinala um peso

⁴³⁷ *Constantino Camilo Beleza de Vasconcelos*, Processos individuais dos magistrados judiciais, Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura.

muito considerável entre os 41 e 45 anos de idade, com praticamente metade do conjunto – 47,19%.

Em baixo, o quadro relativo à década de 1910/1920:

Quadro XIV – Idade de entrada na magistratura judicial
de 1 de Janeiro de 1910 a 1 de Janeiro de 1920
(>=01-01-1910 e <01-01-1920)

C.Etárias	Efectivos	%
27-30 anos	0	0,00
31-35 anos	10	6,71
36-40 anos	64	42,95
41-45 anos	46	30,87
46-50 anos	20	13,42
51-55 anos	7	4,70
56-60 anos	0	0,00
61-66 anos	2	1,34
TOTAL	149	100,00

Fonte: Processos individuais dos magistrados judiciais / AHCSM⁴³⁸

⁴³⁸ Daqui em diante, a fonte dos quadros indicados é a mesma, pelo que nos escusamos de a repetir.

A repartição pelos intervalos anuais é mais acentuada nesta década. A série tem início, de forma igual à anterior, aos 34 anos de idade, o valor mínimo. Mas, sobretudo a partir dos 36 anos até aos 41 anos de idade, a série regista números sempre acima dos dez efectivos. É neste grupo de concentração que se encontra a moda, de 38 anos, com 17 efectivos registados. Os anos seguintes mostram uma ligeira quebra, sendo que o intervalo dos 45 e 46 anos regista uma ligeira subida. Daí em diante, a série decresce fortemente até aos 54 anos de idade. Dois casos atípicos e excepcionais, encontrados nos 64 e 66 anos de idade, com um magistrado registado em cada um desses intervalos. A média de toda a série coloca-se nos 41,6 anos de idade, um valor acima da moda, mas que se aproxima da década anterior, de 42,1 anos de idade. De resto, há um outro paralelo: a distribuição alinha-se, aproximadamente, entre os 34 e os 53 anos de idade, sendo excepcionais os casos fora deste intervalo. No agrupamento da tabela anterior vemos, contudo, que o maior intervalo, nos dados agrupados, é aquele que vai dos 36 aos 40 anos de idade, com 64 casos. Os dois intervalos posteriores conhecem números mais restritos mas ainda representativos. Quantos aos intervalos em limites superiores e inferiores relativos a este pequeno núcleo, os números são claramente residuais. No limite superior, os casos excepcionais de João Augusto Seixas, que entrou na magistratura judicial aos 65 anos de idade, depois de longa carreira em várias profissões jurídicas e administrativas e treze anos de Ministério Público e, também, João Cândido de Sousa Machado, que esteve praticamente vinte anos enquanto praticante efectivo dos correios, só depois ingressando no Ministério Público – entrou na magistratura judicial aos 64 anos de idade. O quadro apresentado, que concentra em intervalos a distribuição anual, mostra já uma redução da idade de entrada, sendo que é a classe dos 36 a 40 anos que soma maior número de efectivos (em oposição ao verificado no quadro da década anterior), contando em percentagem 42,95%.

Quadro XV – Idade de entrada na magistratura judicial

de 1 de Janeiro de 1920 a 1 de Janeiro de 1930

(>=01-01-1920 e <01-01-1930)

C.Etárias	Efectivos	%
27-30 anos	0	0,00
31-35 anos	43	27,04
36-40 anos	79	49,69
41-45 anos	26	16,35
46-50 anos	10	6,29
51-55 anos	1	0,63
56-60 anos	0	0,00
61-66 anos	0	0,00
TOTAL	159	100,00

A década de 1920/1930 revela um recuo da idade média no ingresso na magistratura judicial, passando dos 41,6 anos de idade da década anterior para os 38,7 anos de idade. Uma diferença de quase três anos, o que representa possivelmente um alargamento do quadro e um maior número de vagas deixadas em aberto. É também o início da série que recua para os 32 anos de idade, mantendo-se, contudo, o fim da série nos 53 anos de idade. Há um forte grupo de concentração, entre os 34 e os 40 anos de idade, sendo que todos os intervalos aí contidos apresentam efectivos sempre acima dos dez. A moda situa-se nos 37 anos de idade (22 casos), estando perto, por isso, da média. No conjunto, pode afirmar-se que a década de 1920/1930 fez recuar a idade média de ingresso na magistratura, apoiada sobretudo num forte

grupo de concentração nos intervalos dos 34 aos 40 anos de idade. Analisando por dados agrupados, como no quadro, vemos claramente a regressão da idade média pelo forte intervalo de dados entre os 36 e os 40 anos – 79 casos. Mais revelador, ainda, é o peso, pela primeira vez, dos juízes ingressados entre os 31 e os 35 anos, com 43 casos. O agrupamento por intervalos, dado pelo quadro, mostra uma intensificação da concentração no intervalo dos 36 a 40 anos – 49,69%.

Em seguida, o quadro relativo à década seguinte:

Quadro XVI – Idade de entrada na magistratura judicial
de 1 de Janeiro de 1930 a 1 de Janeiro de 1940
(>=01-01-1930 e <01-01-1940)

C.Etárias	Efectivos	%
27-30 anos	0	0,00
31-35 anos	12	11,21
36-40 anos	51	47,66
41-45 anos	33	30,84
46-50 anos	10	9,35
51-55 anos	1	0,93
56-60 anos	0	0,00
61-66 anos	0	0,00
TOTAL	107	100,00

A série é bastante aproximada das anteriores. O intervalo da distribuição é feito entre os 33 e os 53 anos de idade. Dentro desta série, o grupo de concentração encontra-se entre os 37 e os 41 anos de idade (segundo os dados desagregados), sempre superiores aos dez efectivos (os 38 anos de idade constituem um caso excepcional, com os seus 6 efectivos). A moda situa-se nos 41 anos de idade, com 15 efectivos, estando um pouco acima da média, que se coloca nos 40,0 anos de idade. Em relação à década anterior, há, por isso, um elevar gradual da idade média na entrada na magistratura judicial. Seja como for, o quadro de dados agrupados, acima, mostra que é ainda o intervalo dos 36 aos 40 anos de idade o maior grupo de concentração – 51 casos (47,66%). À imagem dos outros quadros, vemos que existe o seguinte fenómeno: sendo o maior grupo de concentração o intervalo dos 35 aos 40 anos, existem depois dois intervalos menores, dos 41 aos 50 anos, que acabam por fazer subir o número médio da idade de entrada para valores próximos ao fim desse primeiro intervalo (35 aos 40 anos).

Por fim, os dados relativos aos anos de 1940 a 1945:

Quadro XVII – Idade de entrada na magistratura judicial

de 1 de Janeiro de 1940 a 1 de Janeiro de 1946

(>=01-01-1940 e <01-01-1946)

C.Etárias	Efectivos	%
27-30 anos	0	0,00
31-35 anos	14	17,95
36-40 anos	31	39,74
41-45 anos	23	29,49
46-50 anos	7	8,97

51-55 anos	2	2,56
56-60 anos	0	0,00
61-66 anos	1	1,28
TOTAL	78	100,00

A distribuição mostra uma repartição muito regular dos efectivos entre a idade de 33 e 47 anos. É, pois, a distribuição mais repartida de todas, sendo que a moda e a média dão-nos apenas um ideia muito geral da realidade do conjunto. O que a série nos apresenta, de facto, é uma situação de bastante uniformidade num intervalo bastante longo e amplo. Há o mesmo número de magistrados, quatro, com idades de 34 e 44 anos, por exemplo. Esta repartição faz com que não exista, por assim dizer, um modelo-tipo de magistrado, quanto à idade, nestes anos. A média encontra-se nos 40,1 anos de idade (praticamente igual à da década de 1930/1940) e a moda nos 38 anos de idade (10 casos). O agrupamento por intervalos, indicado acima, continua, contudo, a mostrar uma distribuição algo semelhante às anteriores. O caso excepcional de um magistrado ingressado com 65 anos é dado por João de Melo Machado. Nascido em 28 de Março de 1875, apenas ingressaria como juiz direito a 29 de Abril de 1940. Teve, por isso, uma curta carreira na terceira classe da primeira instância, nunca chegando a subir desta posição, acabando por se reformar aos 70 anos de idade⁴³⁹.

De todo este conjunto, podemos portanto afirmar que a idade média à entrada na magistratura judicial esteve sempre próxima dos 40 anos de idade. A progressão por décadas apresenta números sempre próximos: 42,1 anos (1900/1910), 41,2 anos (1910/1920), 38,7 anos (1920/1930), 40,0 anos (1930/1940) e 40,1 (1940/1945). Há um recuo até à década de 1920/30, atingindo aí um mínimo (38,7 anos), voltando depois a subir estabilizando nos 40 anos. Ou seja, a primeira década Republicana mantém a tendência do final da Monarquia Constitucional, sendo que a Ditadura Militar e o Estado Novo vão manter o quadro inalterado. Estes números médios, no entanto, escondem uma realidade mais complexa; a de que existem em todas as décadas consideradas um intervalo extremamente lato, sempre com

⁴³⁹ *João de Melo Machado*, Processos individuais dos magistrados judiciais, Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial.

efectivos – em norma, dos 34 aos 53 anos de idade. E, dentro deste intervalo, um grupo de concentração que gira em volta dos intervalos imediatamente inferiores ou superiores à média.

Ou seja, uma maioria de magistrados encontra-se perto dos quarenta anos de idade, no momento da sua aprovação em concurso para ingresso na carreira da magistratura judicial. No entanto, o grupo é mais alargado, havendo sempre um número efectivo de magistrados entre os 34 e os 53 anos de idade. Fora deste grupo, os casos são verdadeiramente pontuais.

3.3 Naturalidade

Os processos individuais dos magistrados judiciais dão também a referência da naturalidade destes. Se bem que alguns magistrados sejam omissos no preenchimento deste campo, na ficha normalizada dos seus processos, a verdade é que um número muito significativo deles o preenche – são, ao todo, 788 os processos que indicam a naturalidade dos magistrados, de um total de 897 processos reconstituídos (87,8%), de um universo global de 988 magistrados em exercício entre 1910 e 1945 (79,8%). Convém aqui referir, no entanto, que este campo apenas indica a naturalidade, não indicando contundo a forma correcta de a indicar – se a freguesia, se a aldeia, se a vila, se a cidade. Esta liberdade era deixada ao próprio, que, por vezes, indicava a freguesia e a cidade ao mesmo tempo. Nestes casos, registamos apenas a cidade⁴⁴⁰, não levando a análise ao pormenor das freguesias; de resto, isto impediria uma correcta análise comparativa, pois só um número reduzido o faz.

São, naturalmente, as grandes cidades – Lisboa, Porto e Coimbra -, aquelas que contribuem com mais magistrados no lugar de origem. No entanto, como se vê no quadro seguinte, o seu peso em relação ao conjunto não é significativo.

⁴⁴⁰ De notar que, no Quadro XVIII, Felgueiras e Ponte de Lima não eram, à época, cidades.

Quadro XVIII – Naturalidade dos magistrados judiciais

em exercício entre 1910 e 1945

(cidades e vilas de origem com mais de dez magistrados)

<i>Naturalidade</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
Aveiro	19	2,4
Braga	11	1,4
Celorico da Beira	11	1,4
Coimbra	35	4,4
Covilhã	11	1,4
Felgueiras	10	1,3
Guimarães	11	1,4
Lisboa	34	4,3
Ponte de Lima	10	1,3
Porto	37	4,7
Viseu	14	1,8
Outros (menos de 10 magistrados)	585	74,2
Total	788	100

Na verdade, são as localidades mais pequenas que, em conjunto, fazem a maior parte da distribuição e não as grandes cidades. Lisboa, Porto e Coimbra não chegam a contribuir, cada uma delas, com mais do 5% do total de magistrados. Com alguma surpresa, é o Porto que domina a lista, com 37 magistrados, seguido de Coimbra com 35 e Lisboa com 34. O resultado de Coimbra é também digno de registo, sendo esta cidade bastante mais reduzida em termos populacionais do que o Porto e Lisboa, albergando contudo a Faculdade de

Direito. Algumas cidades a Norte acabam por se destacar, também, como Felgueiras, Guimarães, Braga ou Ponte de Lima, obtendo números acima dos dez magistrados. O que daqui se pode concluir é, em primeiro lugar, o peso naturalmente maior das três grandes cidades do país. Em segundo lugar, que este peso relativo não é proporcional à dimensão destas cidades, havendo uma distribuição muito uniforme pelas cidades de menor dimensão. A naturalidade da magistratura judicial, entre 1910 e 1945, fica-se a dever, sobretudo, às cidades médias e mais pequenas, não havendo um peso relativo proporcional das cidades de maior dimensão.

Em seguida, apresentamos os resultados por distrito:

Quadro XIX – Naturalidade dos magistrados judiciais

em exercício entre 1910 e 1945

por distrito e ilhas atlânticas

<i>Distrito</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
Aveiro	82	10,9
Beja	10	1,3
Braga	68	9,0
Bragança	47	6,2
Castelo Branco	27	3,6
Coimbra	85	11,3
Évora	6	0,8
Faro	16	2,1
Guarda	72	9,6

Ilha da Madeira	6	0,8
Arquipélago dos Açores	22	2,8
Leiria	10	1,3
Lisboa	35	4,6
Portalegre	22	2,9
Porto	72	9,6
Santarém	10	1,3
Setúbal	2	0,3
Viana do Castelo	46	6,1
Vila Real	30	4,0
Viseu	87	11,5
TOTAL	755	100

Os resultados por distrito mostram bem que o peso das grandes cidades se dilui na distribuição pelo território nacional. O distrito de Viseu é o que apresenta o maior lugar de origem da magistratura, com 87 magistrados (11,5% do total). Um resultado considerável, tendo em conta que o distrito de Lisboa, por exemplo, apenas contribui com 35 magistrados (34 deles pertencendo à própria cidade de Lisboa) e 4,6% do total. Aveiro e Coimbra seguem-se, respectivamente, com 10,9 e 11,3%. São os únicos casos onde a percentagem se eleva acima dos dez por cento. Um segundo grupo alinha-se abaixo deste números, com o Porto 9,6%, Viana do Castelo 6,1%, Bragança 6,2% e Braga 9,0% - todos acima dos 5 %. Os outros distritos conhecem números bem mais modestos, como Leiria 1,3% ou Faro 2,1%. Também de espanto são os números dos distritos de Évora ou Setúbal, com apenas 6 e 2 magistrados, respectivamente. O caso das ilhas atlânticas é compreensível, tendo em conta a sua pequena dimensão populacional.

Em termos geográficos, pode afirmar-se que o Norte e Centro dominam a naturalidade dos magistrados judiciais, havendo uma pequena representação a Sul. As cidades do Porto e

Lisboa, as que mais contribuem com magistrados para o quadro total, vêm o seu número aumentar apenas ligeiramente – sobretudo o caso extremo de Lisboa –, com a inclusão das suas áreas limítrofes. Viseu, Aveiro e Coimbra são três os distritos que contribuem mais para a distribuição total, seguidas de alguns dos distritos do Norte – Viana do Castelo, Braga ou Bragança.

3.4. Tempos de serviço e progressão na carreira judicial

O tempo de serviço nas diferentes classes e diferentes instâncias é essencial para um entendimento mais claro sobre a progressão na carreira e sobre o próprio corpo da magistratura judicial. Como iremos ver, detalhadamente, a imagem de que o corpo da magistratura é linear, que a ascensão na carreira é uniforme, que a progressão se dá de forma automática, estas e outras interpretações que sempre giram em torno do funcionalismo do Estado, não resistem à observação e análise dos seus números e tempos. Pelo contrário, estes mostram que a carreira na magistratura judicial, na primeira metade do século XX, conhece filtros sérios na ascensão e progressão entre classes e instâncias, sobretudo, na passagem aos tribunais superiores (classificações mínimas para ascensão, dadas pelas inspecções judiciais, abertura ou fechamento de vagas), bem como alterações significativas no tempo de serviço prestado em cada nível.

O estudo que realizamos, tendo por base os processos individuais dos magistrados judiciais que estiveram em exercício entre 1910 e 1945, foi, sob este aspecto, rigoroso ao ponto do cálculo por dia de serviço. É de relembrar, aqui, o percurso natural da carreira na magistratura e suas etapas, durante este período. A primeira instância, primeira etapa da carreira de um magistrado, estava dividida em três classes, a que correspondia idêntica graduação das comarcas. Assim, um juiz de direito de terceira classe seria sempre colocado numa comarca também de terceira classe. Esta era a primeira, ingressando nela os candidatos à magistratura judicial aprovados em exame. Em seguida, a segunda classe, que sempre teve um número mais reduzido de efectivos, de comarcas e em que o tempo de serviço é por norma mais reduzido e, finalmente, a primeira classe, a última antes da subida aos tribunais

superiores. Completada a primeira instância, seguiam-se, como hoje, os tribunais da Relação e o Supremo Tribunal de Justiça.

O primeiro ponto a observar, portanto, é o do tempo de ascensão da terceira classe da primeira instância para o seu nível imediatamente superior – a segunda classe. Para melhor compreensão do ritmo e do tempo histórico, dividimos a análise por décadas. Eis a tabela com os dados relativos aos magistrados em serviço entre 1900 e 1910:

**Quadro XX – Tempo de ascensão à 2ª Classe – Magistrados judiciais
entrados na 3ª Classe entre 1 de Janeiro de 1900 e 1 de Janeiro de 1910**

(>01-01-1900 e <01-01-1910)

Total de magistrados com informação: 82

Média: 3462,85 dias / 9,48 anos

Mínimo: 136 dias

Máximo: 7302 dias

Moda: 9 a 10 anos (36 casos)

Período	nº	%	
< 1 ano	2	2,44	
de 1 a < 6 anos	1	1,22	
de 6 a < 11 anos	75	91,46	
de 11 a < 16 anos	3	3,66	
de 16 a < 21 anos	1	1,22	
TOTAL	82	100,00	

Em primeiro lugar, devemos ter em conta na análise deste período de que os processos de magistrados utilizados são aqueles relativos aos que estiveram em exercício entre 1910 e 1945. Deste modo, o total destes 82 magistrados não é absoluto para o período em causa, mas apenas dá conta daqueles que continuaram na magistratura após 1910. À parte esta ressalva, os dados mostram uma tendência muito clara: uma parte muito significativa dos juizes de direito de terceira classe, ingressados na magistratura entre 1900 e 1910, levaram entre 8 e 11 anos a atingir a segunda classe, 70 casos em 82, 85,37%, como se pode verificar pelo anexo 1. Esta regularidade confirma-se ainda pelo facto da moda se situar no número médio deste pequeno bloco, entre os 9 e os 10 anos de permanência na classe (36 casos). O resto da distribuição é meramente pontual, havendo apenas casos extremos raros: um caso entre os 20 e 21 anos e dois casos inferiores a um ano de serviço. O exemplo de longevidade é dado pelo magistrado José Machado de Serpa, natural da Ilha do Pico, que ingressou na magistratura judicial a 30 de Junho de 1904, tendo ascendido à segunda classe apenas a 27 de Junho de 1924. Por apenas uns dias, não completou os vinte anos de serviço na terceira classe. Não seria uma progressão brilhante, tendo sido aposentado pouco tempo após a promoção, a 20 de Agosto desse ano⁴⁴¹. Neste percurso, é de salientar que ele se perpetua num tempo anterior à Organização Disciplinar Judiciária, de Novembro de 1924, onde a classificação de «regular», dada pelas inspecções judiciais, se tornava um mínimo obrigatório para progressão de classe. Assim, este caso de longevidade é independente dos filtros criados pela avaliação regular, que irão estar presentes sobretudo a partir dos primeiros Estatutos Judiciários, de 1927/28. O quadro, que mostra os dados agregados por intervalos, revela o peso absoluto do intervalo dos 6 a 11 anos - 91,46 %.

De seguida, os dados correspondentes ao período entre 1910 e 1920:

⁴⁴¹ Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial / Fundo dos processos individuais de magistrados, *José Machado de Serpa*.

**Quadro XXI – Tempo de ascensão à 2ª Classe – Magistrados judiciais
entrados na 3ª Classe entre 1 de Janeiro de 1910 e 1 de Janeiro de 1920**

(>=01-01-1910 e <01-01-1920)

Total de magistrados com informação: 134

Média: 2433,25 dias / 6,67 anos

Mínimo: 253 dias

Máximo: 4133 dias

Moda: 6 a 7 anos (86 casos)

Período	nº	%	
< 1 ano	1	0,75	
de 1 a < 6 anos	10	7,46	
de 6 a < 11 anos	122	91,04	
de 11 a < 16 anos	1	0,75	
de 16 a < 21 anos	0	0,00	
TOTAL	134	100,00	

A tabela acima revela uma descida profunda do tempo de serviço na terceira classe até promoção à segunda. Se, para o período entre 1900 e 1910, 85% dos casos se encontravam no intervalo dos 8 aos 11 anos, com a moda a situar-se nos 9 a 10 anos, o período seguinte aqui representado, entre 1910 e 1920, faz descer os tempos médios dos 9,48 para os 6,67 anos. Na verdade, 86 dos 134 casos registados pertencem ao intervalo que vai dos 6 aos 7 anos, ou seja, 64,17 %, bem acima da metade – como se depreende da leitura do anexo 2. Mais significativo ainda se lhe juntar o intervalo seguinte, dos 7 aos 8 anos de serviço, que

conta com 28 casos. O acumular destes dois intervalos representa, só por si, 85,07% da distribuição.

Quer isto dizer que, no caso de um magistrado entrado na terceira classe entre 1900 e 1910, ele esperaria em média 9 a 10 anos para promoção a classe superior; sorte bem diversa teria um magistrado entre 1910 e 1920, a quem bastaria, em média, de 6 a 7 anos de serviço. Há uma redução de três anos, de uma década para a outra; número de enorme peso, visto que representa praticamente um terço do tempo levado para promoção entre 1900 e 1910. Exemplos de longevidade assinalável não são dignos de registo, havendo um caso de permanência máxima entre os 11 e 12 anos. De notar apenas, que este caso de longevidade se aproxima de um número natural para a década anterior, o que apenas vem confirmar esta tendência em baixa para a década de 1910 a 1920. Os dados agrupados por classes, exemplificados pelo quadro anterior, mostram a tendência absolutista do intervalo dos 6 a 11 anos, com 91,4%, já verificada na década anterior.

Quadro XXII – Tempo de ascensão à 2ª Classe – Magistrados judiciais

entrados na 3ª Classe entre 1 de Janeiro de 1920 e 1 de Janeiro de 1930

(>=01-01-1920 e <01-01-1930)

Total de magistrados com informação: 135

Média: 2338,26 dias / 6,41 anos

Mínimo: 1052 dias

Máximo: 7598 dias

Moda: 4 a 5 anos (37 casos)

Período	nº	%
< 1 ano	0	0,00
de 1 a < 6 anos	69	51,11
de 6 a < 11 anos	61	45,19
de 11 a < 16 anos	4	2,96
de 16 a < 21 anos	1	0,74
TOTAL	135	100,00

O movimento em queda dos tempos de ascensão à segunda classe da primeira instância, mantém-se com a década de 1920 a 1930. O tempo médio da década anterior, de 6,67 anos, tem uma ligeira descida para a casa dos 6,41. Contudo, os números de frequência são bem mais distribuídos pelos intervalos. Um exemplo notável é a concentração que é feita pelos intervalos que vão dos 4 anos aos 7 anos – 37, 31 e 36 casos, respectivamente (ver anexo 3). Isto permite não só desvalorizar o peso da moda, que se situa nos 4 a 5 anos (37 casos), como também identificar um grupo que chega a obter 77,03% da distribuição. O intervalo que vai dos 9 aos 10 anos, com 17 casos registados, chega para contrabalançar estes números em baixa, elevando a média significativamente para a casa dos 6 a 7 anos. O quadro acima, mostra, no agrupamento dos dados, que os intervalos de 1 a 6 anos e de 6 a 11 anos, por sua vez, já discutem entre si o monopólio dos efectivos – 51,11 e 45,19%, respectivamente.

Que significado têm estes números na evolução dos anos? Em primeiro lugar, eles permitem confirmar que o tempo médio de serviço na terceira classe, antes da promoção, baixa significativamente para uma maioria de magistrados (a moda está entre 4 a 5 anos), havendo contudo um pequeno grupo, no intervalo entre os 9 a 10 anos, que vem contrabalançar este peso, fazendo a média global aproximar-se da década anterior. Em segundo lugar, eles representam, durante a década de 1920 a 1930, uma distribuição mais versátil e menos uniforme dos tempos de serviço.

Os exemplos extremos são dados por Raul Artur de Abreu (mínimo) e Alberto Nogueira Lemos (máximo). O primeiro, nascido em Meda, a 30 de Janeiro de 1886, ingressou na magistratura judicial a 15 de Dezembro de 1926 (aos 40 anos de idade), sendo colocado, como muitos outros na mesma situação de ingresso, na Vila da Praia da Vitória; a primeira nomeação para as ilhas era frequente, dada a fuga dos magistrados para o continente, criando uma situação de abertura de vagas frequente. Foi depois transferido para Moimenta da Beira, a 9 de Agosto do ano seguinte. Ascendeu à segunda classe a 1 de Dezembro de 1929, pouco menos de três anos depois. Chegou à primeira classe a 17 de Maio de 1938. Este percurso rápido de ascensão, contudo, não teria continuação nos tribunais superiores, sendo Raul Artur de Abreu afastado da magistratura a 31 de Dezembro de 1943, por lhe ter sido aplicada pena de aposentação disciplinar⁴⁴². Quanto a Alberto Nogueira Lemos, nascido em Albergaria a Velha, a 4 de Junho de 1879, tinha sido nomeado juiz de direito a 27 de Julho de 1921, aos 42 anos. Ascendeu à segunda classe apenas a 16 de Maio de 1942, ou seja, vinte anos depois. Esta situação explica-se pelo facto de ter sido colocado no quadro da magistratura judicial, sem exercício e sem vencimento, a 14 de Julho de 1924, voltando a ser reintegrado, com colocação na comarca de Alcácer do Sal, a 5 de Março de 1936 – mais de dez anos depois. O tempo que passou inactivo desvenda o mistério da sua extrema longevidade na classe⁴⁴³.

Os dados para a década de 1930/1940 vêm contrariar esta tendência em baixa:

Quadro XXIII – Tempo de ascensão à 2ª Classe – Magistrados judiciais

entrados na 3ª Classe entre 1 de Janeiro de 1930 e 1 de Janeiro de 1940

(>=01-01-1930 e <01-01-1940)

Total de magistrados com informação: 95

Média: 3621,35 dias / 9,92 anos

Mínimo: 932 dias

Máximo: 6155 dias

⁴⁴² IDEM, *Raul Artur de Abreu*.

⁴⁴³ IDEM, *Alberto Nogueira Lemos*.

Moda: 10 a 11 anos (33 casos)

Período	nº	%	
< 1 ano		0	0,00
de 1 a < 6 anos		2	2,11
de 6 a < 11 anos		77	81,05
de 11 a < 16 anos		15	15,79
de 16 a < 21 anos		1	1,05
TOTAL		95	100,00

Se desde a primeira década do século a tendência seguida é a progressão em baixa da média – 9,48 , 6,67 , 6,41 -, a década de trinta a quarenta inverte a progressão e mais do que repõe os valores iniciais. A média de tempo de serviço até ascensão à segunda classe da primeira instância, para esta década, é de 9,92 anos. A maior de toda a série. Uma parte muito significativa da distribuição concentra-se nos intervalos entre os 8 e os 11 anos – 77,89 % (ver anexo 4). A moda, por sua vez, fica-se nos 10 a 11 anos (33 casos). O resto da distribuição é quase toda deslocada para os intervalos imediatamente seguintes a este grupo de concentração, o que explica que a média se aproxime do intervalo mais alto – 9 a 10 anos. Os extremos encontram-se nos 932 dias (mínimo) e 6155 dias (máximo), com um caso de registo cada, apenas. No agrupamento dos dados, realizado pelo quadro acima, o poder de concentração volta a ser monopólio do intervalo dos 6 a 11 anos – 81,05%.

Por último, os valores relativos aos anos entre 1940 e 1945:

**Quadro XXIV – Tempo de ascensão à 2ª Classe – Magistrados judiciais
entrados na 3ª Classe entre 1 de Janeiro de 1940 e 1 de Janeiro de 1946**

(>=01-01-1940 e <01-01-1946)

Total de magistrados com informação: 75

Média: 2795,40 dias / 7,66 anos

Mínimo: 2190 dias

Máximo: 3609 dias

Moda: 7 a 8 anos (41 casos)

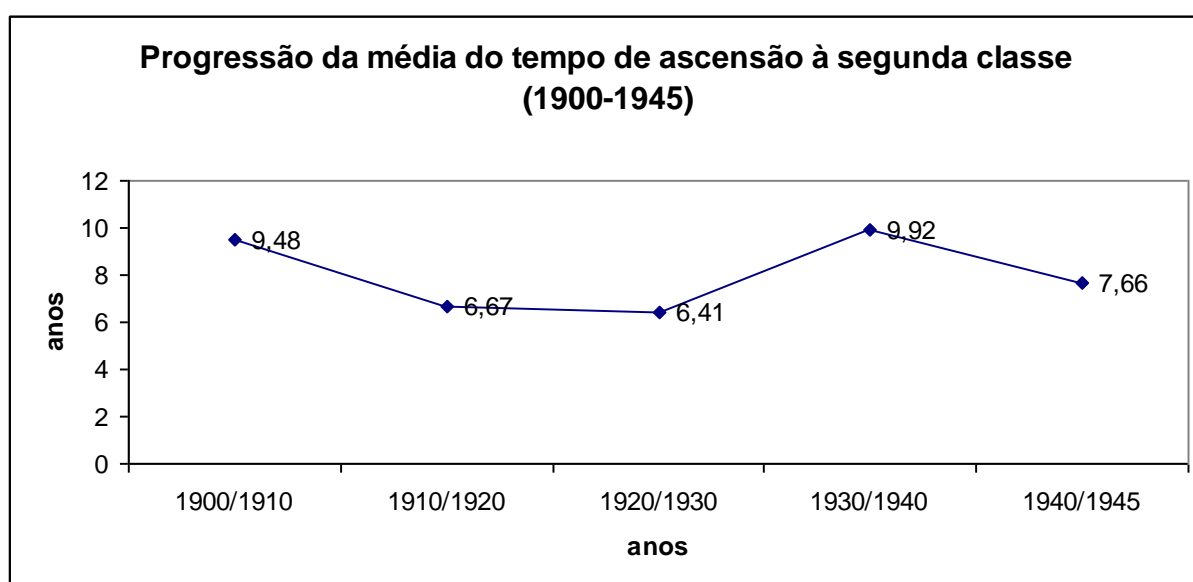
Período	nº	%	
< 1 ano	0	0	0,00
de 1 a < 6 anos	2	2	2,67
de 6 a < 11 anos	73	97	97,33
de 11 a < 16 anos	0	0	0,00
de 16 a < 21 anos	0	0	0,00
TOTAL	75	100	100,00

Depois da subida rompanete da década de 1930 a 1940, os anos de 1940 a 1945 voltam a conhecer uma tendência em baixa. Mas, desta vez, não chegando aos valores anteriores, situando-se a média do tempo de serviço até ascensão à segunda classe nos 7,66 anos. Este valor médio é confirmado pela moda, que está no intervalo dos 7 aos 8 anos, com 41 casos registados num total de 75, ou seja, 54,6% - mais de metade. O grupo de concentração da distribuição encontra-se nos intervalos imediatamente inferior e superior (dos 6 aos 7 anos e dos 8 anos aos 9). Compreende ele, acumulado, um total de 96%. No quadro, agrupando os

dados no intervalo de 6 a 11 anos, a percentagem sobe ligeiramente para os 97,33%. Os casos extremos da série apresentam valores próximos deste grupo de concentração, sendo pontuais, não tendo por isso um significado especial.

Em seguida, o gráfico que projecta os valores da média de tempo de serviço até ascensão à segunda classe, por décadas:

Gráfico IX



A progressão parte de valores próximos dos 9 anos e meio, descendo depois significativamente para os 6,67 na década de 1910/1920. Esta tendência é confirmada na década seguinte; se bem que o número médio esteja algo próximo – 6,41 anos –, é de relembrar que a moda nesta década é de 4 a 5 anos, havendo um pequeno grupo que se situa nos 9 a 10 anos e que alavanca o número médio para valores mais altos. A década de 1930/1940 conhece uma reposição dos valores para níveis próximos do início do século – 9,92 anos –, sendo que os seguintes cinco anos voltam a colocar o número médio em termos mais conformes com as décadas anteriores: 7,66 anos.

Isto permite concluir que os magistrados em início de carreira foram mais beneficiados pelo sistema de progressão entre os anos de 1910 a 1930, esperando apenas entre 6 a 7 anos para subirem à segunda classe. Por sua vez, os magistrados que ingressaram no início do século ou na década de trinta, tiveram que esperar bastante mais, cerca de três anos (metade do tempo esperado pelos seus pares em outras décadas), para poderem progredir. Os anos finais da série, de 1940 a 1945, repõem valores mais baixos, próximos de um intervalo entre estas duas situações: 7,66 anos.

De seguida, iremos ver a situação da passagem da segunda classe para a primeira. De notar que a esta classe, a segunda, correspondia um menor número de comarcas assim graduadas e que o tempo de serviço era menor, bem como o número de efectivos.

Eis o quadro para a primeira década, 1900/1910, que, como já tivemos oportunidade de ver, não é absoluto; antes, eles apenas dão conta dos magistrados que exerceram o seu lugar no quadro da magistratura nesta década, mas também após 1910:

Quadro XXV – Tempo de ascensão à 1ª Classe – Magistrados judiciais

entrados na 2ª Classe entre 1 de Janeiro de 1900 e 1 de Janeiro de 1910

(>01-01-1900 e <01-01-1910)

Total de magistrados com informação: 78

Média: 1956,65 dias / 5,36 anos

Mínimo: 868 dias

Máximo: 3601 dias

Moda: 5 a 6 anos / 7 a 8 anos (15 casos)

Período	nº	%
< 1 ano	0	0,00
de 1 a < 6 anos	48	61,54
de 6 a < 11 anos	30	38,46
de 11 a < 16 anos	0	0,00
de 16 a < 21 anos	0	0,00
TOTAL	78	100,00

A distribuição, como se verifica, é bastante dividida pelos intervalos. A moda, por exemplo, divide-se entre o intervalo dos 5 a 6 anos e os 7 a 8 anos (15 casos). Neste conjunto, pode dizer-se que a média – 5,36 anos – não revela a complexidade da tabela de frequência. De qualquer modo, existe um claro grupo de concentração dos 2 aos 8 anos, que praticamente recolhe todos os casos registados (ver anexo 6). Dentro dele, a distribuição é muito semelhante entre os vários intervalos, estando sempre acima da casa dos dez efectivos. Segundo o agrupamento de dados realizado pelo quadro acima, o intervalo de 1 a 6 anos recolhe a maior parte dos efectivos, mas cerca de um terço destes vai concentrar-se ainda no intervalo seguinte, dos 6 a 11 anos – 38,46%.

A situação da magistratura na segunda classe, na década de 1900/1910, é por isso bastante irregular. Há um número de magistrados equilibrado, que tanto demora 2 como 8 anos a passar à primeira classe. Uma situação difícil de explicar, visto que nesta época ainda não existia um impacto da avaliação na progressão da carreira, funcionando o critério da antiguidade como o predominante. De registar, ainda, a ausência de casos extremos na distribuição.

**Quadro XXVI – Tempo de ascensão à 1ª Classe – Magistrados judiciais
entrados na 2ª Classe entre 1 de Janeiro de 1910 e 1 de Janeiro de 1920**

(>=01-01-1910 e <01-01-1920)

Total de magistrados com informação: 101

Média: 1460,29 dias / 4,00 anos

Mínimo: 924 dias

Máximo: 4037 dias

Moda: 3 a 4 anos (48 casos)

Período	nº	%	
< 1 ano		0	0,00
de 1 a < 6 anos	98	97	03
de 6 a < 11 anos	2	1	98
de 11 a < 16 anos	1	0	99
de 16 a < 21 anos	0	0	00
TOTAL	101	100	00

À imagem da progressão da terceira para a segunda classe, a passagem da segunda para a primeira conhece, nesta década de 1910/1920, uma tendência em baixa. O número médio do tempo de serviço necessário à progressão decresce dos 5,36 anos para os 4,00. Aqui, o número médio é exemplar do modo da distribuição. Quase todos os casos estão inscritos nos

intervalos entre os 2 os 5 anos, sendo que a moda se situa nos 3 a 4 anos (48 casos). A partir daí, seguem-se apenas casos pontuais, havendo dois casos mais extremos – um caso, entre os 10 e 11 anos e também um caso entre 11 e 12 anos. De notar, ainda, que o intervalo dos 3 aos 5 anos, acumulado, participa com 79,2 % do total (ver anexo 7). No quadro acima, mostrando os dados agrupados, é de salientar que o intervalo dos 1 a 6 anos tem um peso esmagador sobre todos os outros, reunindo 97,03% dos casos registados. E o intervalo seguinte, que antes representava um pouco mais de um terço do universo, emagrece para uns residuais 1,98%.

Em baixo, o quadro relativo à década de 1920/1930:

Quadro XXVII – Tempo de ascensão à 1ª Classe – Magistrados judiciais

entrados na 2ª Classe entre 1 de Janeiro de 1920 e 1 de Janeiro de 1930

(>=01-01-1920 e <01-01-1930)

Total de magistrados com informação: 165

Média: 1209,05 dias / 3,31 anos

Mínimo: 334 dias

Máximo: 5504 dias

Moda: 2 a 3 anos (77 casos)

Período	nº	%
< 1 ano	1	0,61
de 1 a < 6 anos	147	89,09
de 6 a < 11 anos	16	9,70

de 11 a < 16 anos	1	0,61
de 16 a < 21 anos	0	0,00
TOTAL	165	100,00

A tendência em baixa é confirmada também nesta década. Dos 4 anos, o tempo de serviço médio para ascensão à primeira classe passa os 3,31 anos. Há, por isso, uma evolução em paralelo com a progressão na classe anterior. A moda situa-se, é de registar, em números ainda menos elevados – dos 2 aos 3 anos (77 casos). Há bastantes casos no interior do intervalo dos 1 a 2 anos (21) e, ainda mais, no intervalo que vai dos 3 aos 4 anos (47). Estes três intervalos, em números acumulados, participam com 87,87% da distribuição (ver anexo 8). Estes cálculos fariam baixar ainda mais o número médio, de 3,31 anos, acaso não fosse um pequeno grupo de 13 efectivos que situam no intervalo entre os 8 a 9 anos de serviço. Um tanto difícil de explicar, visto que em intervalos médios, como dos 5 aos 8 anos, não há registo de qualquer caso. Os extremos são dados por Mário Macedo de Carvalho, com o tempo mínimo de 334 dias e José Maria Pinto de Sousa Magalhães. Quanto ao primeiro, ingressou na magistratura judicial a 22 de Abril de 1921, passando à segunda classe a 2 de Fevereiro de 1928. Teve um tempo recorde de permanência, aqui, permanecendo menos de um ano na classe. Ainda assim, passou por duas comarcas: Ceia e Celorico de Basto. Esta progressão rápida teve contudo interrupção anos depois. De facto, após subir à primeira classe aí permaneceu até aposentação, não progredindo para os tribunais superiores⁴⁴⁴. Quanto a José Maria Pinto de Sousa Magalhães, nascido em 8 de Dezembro de 1880, ingressou ele na magistratura judicial a 20 de Maio de 1919 (38 anos de idade). Subiu à segunda classe a 18 de Julho de 1925 e aí permaneceu por 5504 dias, sendo o maior exemplo de longevidade nesta década. Apenas ascendeu à primeira classe a 12 de Agosto de 1940, depois de passar pelas comarcas de Tavira, Idanha a Nova e Ponta do Sol. Esteve, é certo, colocado no quadro da magistratura judicial, sem exercício, de 15 de Maio de 1929 a 27 de Fevereiro de 1932; este facto, ainda assim, não explica a sua permanência de 15 anos na

⁴⁴⁴ IDEM, *Mário Macedo de Carvalho*.

classe, não sendo de excluir que, após a Organização Disciplinar Judicial de 1924, tenha ele obtido avaliações menos favoráveis⁴⁴⁵.

Vejamos o quadro para a década de 1930/1940:

**Quadro XXVIII – Tempo de ascensão à 1ª Classe – Magistrados judiciais
entrados na 2ª Classe entre 1 de Janeiro de 1930 e 1 de Janeiro de 1940**

(>=01-01-1930 e <01-01-1940)

Total de magistrados com informação: 50

Média: 2498,46 dias / 6,85 anos

Mínimo: 52 dias

Máximo: 3706 dias

Moda: 9 a 10 anos (17 casos)

Período	nº	%
< 1 ano	1	2,00
de 1 a < 6 anos	18	36,00
de 6 a < 11 anos	31	62,00
de 11 a < 16 anos	0	0,00
de 16 a < 21 anos	0	0,00
TOTAL	50	100,00

⁴⁴⁵ IDEM, *José Maria Pinto de Sousa Magalhães*.

Também aqui, as situações da terceira e da segunda classe correm em paralelo. A década de 1930/1940 iria acentuar fortemente os tempos de serviço até progressão a classe superior. Neste caso, o tempo médio passa dos 3,31 anos para os 6,85. Ou seja, mais do que duplica. E, a isto, deve juntar-se o resultado revelador da moda, que se situa no intervalo dos 9 aos 10 anos (17 casos). No quadro acima, onde se evidenciam os dados agrupados por intervalos, é já o núcleo dos 6 a 11 anos que toma a dianteira da distribuição, com uns significativos 62% dos casos registados. É, pois, uma grande inversão na tendência em baixa que começa a partir da primeira década do século. Nos extremos, apenas a assinalar o tempo invulgarmente curto, de 52 dias, que o magistrado Luís Gonzaga de Assis Teixeira de Magalhães precisou para passar da segunda para a primeira classe. Fora colocado naquela a 18 de Junho de 1930, obtendo promoção a 9 de Agosto desse ano. O que explica esta situação? Na verdade, Luís Gonzaga de Magalhães tinha sido demitido da magistratura judicial, em 1 de Maio de 1911. Estava nessa altura em Valença, passando-se para Espanha por razão das incursões monárquicas. Por resolução do Conselho de Ministros, de 6 de Junho de 1930, foi reintegrado na magistratura judicial, numa época de acalmção e quando a direita política, ainda republicana, estava no poder. Os longos anos de ausência foram assim compensados com uma ascensão rápida, que continuaria na passagem para os tribunais superiores. Apenas precisou de 522 dias, na primeira classe, para ser colocado na Relação do Porto, a 13 de Janeiro de 1932. Poucos dias depois, a 3 de Fevereiro desse ano, receberia a aposentação⁴⁴⁶. É muito possível que nesta rápida ascensão estivesse o favor político, desde a sua reintegração na magistratura, sendo inexplicáveis, de outra forma, tempos de serviço tão invulgarmente baixos.

Em baixo, o quadro relativo aos anos de 1940 a 1945:

Quadro XXIX – Tempo de ascensão à 1ª Classe – Magistrados judiciais

entrados na 2ª Classe entre 1 de Janeiro de 1940 e 1 de Janeiro de 1946

(>=01-01-1940 e <01-01-1946)

Total de magistrados com informação: 53

⁴⁴⁶ IDEM, *Luís Gonzaga de Assis Teixeira de Magalhães*.

Média: 1591,17 dias / 4,36 anos

Mínimo: 1004 dias

Máximo: 2970 dias

Moda: 4 a 5 anos (23 casos)

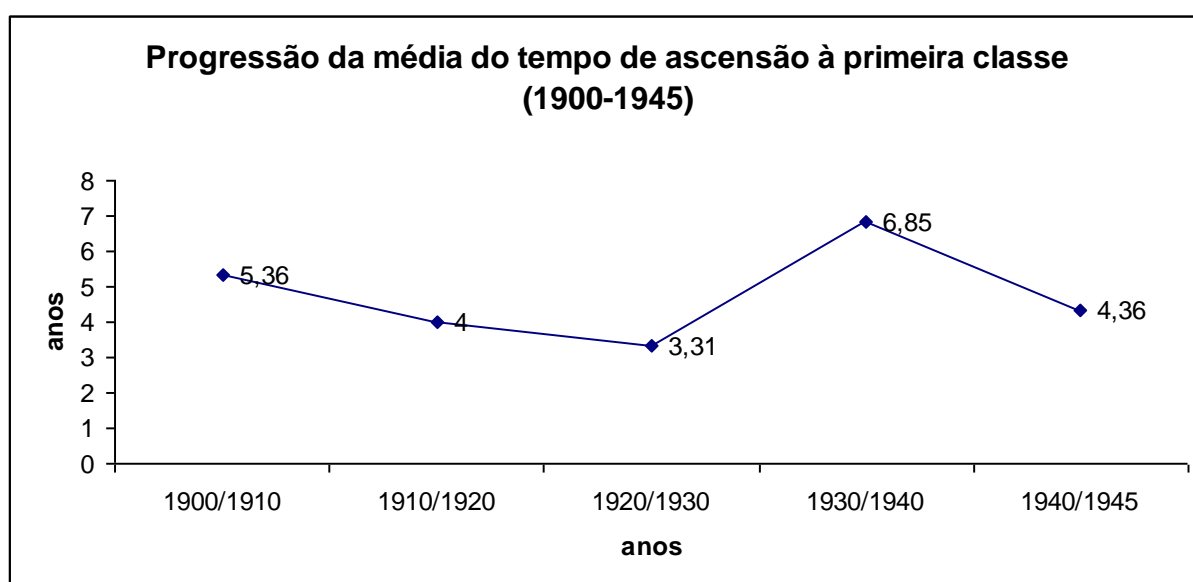
Período	nº	%
< 1 ano	0	0,00
de 1 a < 6 anos	52	98,11
de 6 a < 11 anos	1	1,89
de 11 a < 16 anos	0	0,00
de 16 a < 21 anos	0	0,00
TOTAL	53	100,00

Aos anos de 1940 a 1945 mostram uma quebra na progressão em alta que vem da década anterior. Os valores atingem níveis mais baixos, com o tempo médio de serviço a situar-se nos 4,36 anos. Ainda assim, números mais altos do que os da década de 1910/20 e 1920/30. A moda coloca-se no intervalo dos 4 a 5 anos, confirmando assim o valor da média. De resto, o resultado acumulado deste intervalo com o seu imediato anterior proporciona 79,25 % do total (ver anexo **10**). Não há, nesta década, casos extremos a registar, estando os máximo e mínimo próximo destes intervalos centrais. No quadro acima, dos dados agrupados por intervalos, o núcleo dos 1 a 6 anos aparece como esmagador – 98,11% da distribuição.

O gráfico seguinte, que representa a progressão do tempo médio de serviço na promoção à primeira classe é, por isso, muito próximo daquele atrás apresentado, contendo os valores para a promoção à segunda classe. Ambos demonstram uma tendência em baixa até à década

de 1920/30, conhecendo depois uma subida acentuada (acima dos valores iniciais da década de 1900/1910). Em seguida, uma quebra para valores mais baixos, ainda assim acima das duas décadas de baixa (1910-1930).

Gráfico X



Encontrados os tempos de ascensão e promoção dentro da primeira instância, passamos agora em revista o caso dos tribunais superiores, começando pelos tribunais da Relação. Como veremos, mais adiante, existe um filtro significativo na progressão para estes tribunais. Contudo, iremos ocupar-nos, por agora, no tempo levado pelos magistrados para subirem à segunda instância.

O quadro abaixo dá-nos conta dos valores para a década de 1900/1910. Lembramos, como atrás, que estes números reportam-se apenas aos magistrados que continuaram em exercício após 1910, não sendo dados absolutos.

Quadro XXX – Tempo de ascensão à 2ª Instância – Magistrados judiciais

entrados na 1ª Classe entre 1 de Janeiro de 1900 e 1 de Janeiro de 1910

(>01-01-1900 e <01-01-1910)

Total de magistrados com informação: 36

Média: 4547,75 dias / 12,46 anos

Mínimo: 85 dias

Máximo: 6880 dias

Moda: 11 a 12 anos (13 casos)

Período	nº	%
< 1 ano	1	2,78
de 1 a < 6 anos	0	0,00
de 6 a < 11 anos	3	8,33
de 11 a < 16 anos	28	77,78
de 16 a < 21 anos	4	11,11
TOTAL	36	100,00

Os dados para esta década mostram dois intervalos de concentração: dos 11 aos 12 anos (13 casos) e dos 13 aos 14 anos (12 casos) – ver anexo 11. Juntos, acumulam cerca de 69,44% do total – bastante acima da metade. O resto da distribuição apresenta apenas casos pontuais distribuídos pelos outros intervalos. O quadro acima, dos dados agrupados por intervalos mais latos, mostra um peso bastante considerável nos 11 a 16 anos – 77,78%. A moda situa-

se nos 11 a 12 anos, quase coincidindo com o valor da média, que se coloca nos 12,46 anos. Há um pequeno grupo de magistrados, quatro, que têm uma passagem aos tribunais da Relação um tanto tardia, com mais de 16 anos de serviço na primeira classe. O mínimo da série é dado com uns invulgares 85 dias apenas, pelo magistrado José dos Santos Pegas Cabrita. Entrando na primeira classe em 3 de Fevereiro de 1909, sendo colocado em Arganil, subiu à Relação dos Açores a 29 de Abril do mesmo ano. O seu processo individual encontra-se hoje incompleto, não se sabendo com exactidão o seu percurso posterior⁴⁴⁷.

**Quadro XXXI – Tempo de ascensão à 2ª Instância – Magistrados judiciais
entrados na 1ª Classe entre 1 de Janeiro de 1910 e 1 de Janeiro de 1920**

(>=01-01-1910 e <01-01-1920)

Total de magistrados com informação: 57

Média: 2918,95 dias / 8 anos

Mínimo: 1090 dias

Máximo: 4863 dias

Moda: 6 a 7 anos (19 casos)

Período	nº	%	
< 1 ano	0	0	0,00
de 1 a < 6 anos	1	1	1,75
de 6 a < 11 anos	55	96	96,49

⁴⁴⁷ IDEM, *José dos Santos Pegas Cabrita*.

de 11 a < 16 anos	1	1,75
de 16 a < 21 anos	0	0,00
TOTAL	57	100,00

Os dados relativos à década de 1910/1920 conhecem uma tendência de acentuada quebra no tempo médio de serviço. Dos 12,46 ele baixa para os 8 anos, uma diferença de mais de 4 anos, cerca de um terço. Como tivemos já oportunidade de ver, esta é uma tendência que acompanha em paralelo a situação outras classes da primeira instância. A confirmar esta tendência em baixa, há que acrescentar o valor da moda, que se coloca nos 6 a 7 anos. Um valor ainda inferior ao do tempo médio, com 19 casos. A distribuição reúne-se de forma significativa nos intervalos dos 6 aos 11 anos, ocupando cerca de 96,49% do total. Nos casos extremos, apenas há a assinalar com algum relevo o mínimo de tempo prestado pelo magistrado Aires Guedes Coutinho Garrido, com 1090 dias. Colocado na primeira classe a 2 de Dezembro de 1916, na comarca do Porto (1ª Vara civil), foi promovido à segunda instância e colocado na Relação de Coimbra a 27 de Novembro de 1919. A sua progressão terminaria aí, não ascendendo a juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Foi aposentado a 20 de Fevereiro de 1926, por limite de idade, aos 76 anos⁴⁴⁸.

De seguida, o quadro relativo à década de 1920/1930:

Quadro XXXII – Tempo de ascensão à 2ª Instância – Magistrados judiciais

entrados na 1ª Classe entre 1 de Janeiro de 1920 e 1 de Janeiro de 1930

(>=01-01-1920 e <01-01-1930)

Total de magistrados com informação: 100

Média: 2409,49 dias / 6,60 anos

Mínimo: 1347 dias

⁴⁴⁸ IDEM, *Aires Guedes Coutinho Garrido*.

Máximo: 5926 dias

Moda: 5 a 6 anos (30 casos)

Período	nº	%	
< 1 ano		0	0,00
de 1 a < 6 anos		55	55,00
de 6 a < 11 anos		41	41,00
de 11 a < 16 anos		3	3,00
de 16 a < 21 anos		1	1,00
TOTAL		100	100,00

A década de 1920/30 continua a ser, aqui, a que atinge os mínimos históricos. A média do tempo de serviço até promoção é a mais baixa de toda a série, com uns 6,60 anos. A confirmar estes valores em baixa, temos a moda que se coloca nos 5 a 6 anos (30 casos). A distribuição é bastante uniforme, havendo um grupo de concentração significativo entre os 4 e os 7 anos, com 66% - mais de metade dos casos (ver anexo **13**). No quadro acima, os dois intervalos de 1 a 6 anos e, o seguinte, de 6 a 11 anos, parecem discutir a prevalência do conjunto. Um pequeno grupo, situado entre os 9 e os 11 anos, ajuda a elevar o valor do tempo médio, fugindo aos valores ainda mais baixos da moda. Não há mínimos de importância, havendo dois casos de permanência longa – um caso entre os 13 e os 14 anos e um outro entre os 16 e os 17 anos.

Eis o quadro para a década seguinte:

Quadro XXXIII – Tempo de ascensão à 2ª Instância – Magistrados judiciais

entrados na 1ª Classe entre 1 de Janeiro de 1930 e 1 de Janeiro de 1940

($\geq 01-01-1930$ e $< 01-01-1940$)

Total de magistrados com informação: 38

Média: 3390,68 dias / 9,29 anos

Mínimo: 522 dias

Máximo: 5637 dias

Moda: 11 a 12 anos (8 casos)

Período	nº	%
< 1 ano	0	0,00
de 1 a < 6 anos	3	7,89
de 6 a < 11 anos	24	63,16
de 11 a < 16 anos	11	28,95
de 16 a < 21 anos	0	0,00
TOTAL	38	100,00

Os números de efectivos, para esta década, são relativamente baixos – 38. Ainda assim, temos uma quebra na tendência em baixa, dada pelos anos anteriores, subindo a progressão para os 9,29 anos de tempo médio para ascensão. Este valor é ainda subido pela moda, que se coloca nos 11 a 12 anos, com 8 casos registados. Muito próximo, está o intervalo imediatamente inferior, com 7 efectivos. Juntos, acumulando os valores, estes intervalos representam 39,47% da distribuição (ver anexo 14). Esta, por sua vez, não é uniforme, havendo efectivos em muitos dos intervalos acima ou abaixo deste grupo de concentração. O

mínimo é de 522 dias, dado pelo magistrado Luís Gonzaga de Assis Teixeira de Magalhães, por situação extraordinária já aqui referida.

Por último, o quadro relativo aos anos de 1940 a 1945:

**Quadro XXXIV – Tempo de ascensão à 2ª Instância – Magistrados judiciais
entrados na 1ª Classe entre 1 de Janeiro de 1940 e 1 de Janeiro de 1946**

(>=01-01-1940 e <01-01-1946)

Total de magistrados com informação: 43

Média: 3273,07 dias / 8,97 anos

Mínimo: 2055 dias

Máximo: 4048 dias

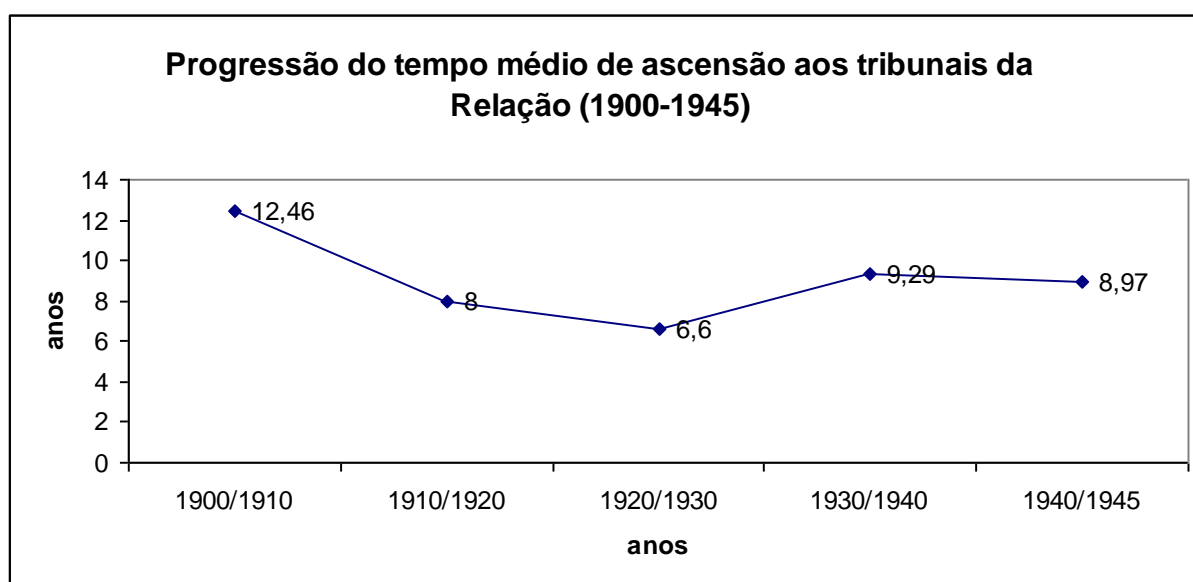
Moda: 10 a 11 anos (13 casos)

Período	nº	%	
< 1 ano	0	0	0,00
de 1 a < 6 anos	1	2	3,33
de 6 a < 11 anos	41	95	35
de 11 a < 16 anos	1	2	3,33
de 16 a < 21 anos	0	0	0,00
TOTAL	43	100	00

Os valores para estes últimos anos mostram uma ligeira descida dos números, fixando-se a média do tempo de serviço até promoção nos 8,97 anos. É, por isso, uma descida muito ténue, mas real. A moda coloca-se no intervalo dos 10 aos 11 anos, com 13 efectivos. O grupo de concentração, segundo os dados desagregados (ver anexo 15) é dado por este intervalo com o seu imediatamente anterior, dos 9 aos 10 anos, acumulando juntos cerca de 53,48% do total – mais de metade. Os extremos não são significantes, estando muito próximos dos intervalos com mais efectivos. O quadro acima, com agregação por intervalos mais abertos, revela um peso absoluto do intervalo dos 6 a 11 anos – 95,35%.

Em baixo, o gráfico que dá conta da progressão dos tempos médios para promoção aos tribunais de segunda instância:

Gráfico XI



O tempo médio de serviço para promoção à segunda instância corre, como vemos, em paralelo com o tempo de progressão nas diferentes classes da primeira instância. Isto é, de um valor elevado na década de 1900/1910 (12,46 anos), segue-se uma progressão em baixa

até 1920/1930. Esta descida sofre uma quase alteração significativa em 1930/1940, subindo para os 9,29 anos, valores ainda aquém do início da série. Por fim, os anos de 1940 a 1945 conhecem uma quebra ligeira, mantendo-se o tempo médio, ainda assim, superior aos valores alcançados pelas décadas de 1910 a 1930.

Por último, iremos ver qual a situação no caso das promoções ao Supremo Tribunal de Justiça. O quadro XXXV dá-nos os valores para a primeira década, magistrados entrados nos tribunais da Relação entre 1900 e 1910, voltando a referir que estes dados não são absolutos, mas apenas dando conta daqueles juízes que tiveram carreira pelo menos, a partir de 1910.

Quadro XXXV – Tempo de ascensão ao Supremo Tribunal de Justiça – Magistrados judiciais entrados nas Relações entre 1 de Janeiro de 1900 e 1 de Janeiro de 1910

(>01-01-1900 e <01-01-1910)

Total de magistrados com informação: 24

Média: 3737,17 dias / 10,24 anos

Mínimo: 2613 dias

Máximo: 5035 dias

Moda: 7 a 8 anos (4 casos)

Período	nº	%	
< 1 ano	0	0	0,00
de 1 a < 6 anos	0	0	0,00
de 6 a < 11 anos	14	58	33,33
de 11 a < 16 anos	10	41	67

de 16 a < 21 anos	0	0,00
TOTAL	24	100,00

A distribuição acima mostra uma distribuição quase uniforme entre os intervalos que vão dos 7 aos 14 anos. Mesmo colocando-se a moda nos 7 a 8 anos, o intervalo inferior deste grupo, e o tempo médio de ascensão nos 10,24, deve ter-se em conta que a distribuição é muito diluída pelos intervalos. Por exemplo, dos 11 aos 12 anos há ainda seis casos a registar. Com isto, pode afirmar-se que os valores da moda e da média podem iludir quanto à verdade dos tempos de serviço, estando eles muito distribuídos pelos intervalos. Não há, por assim dizer, grupos de concentração ou tendências apertadas dos tempos de ascensão. No quadro acima, referente a dados agregados, os intervalos de 6 a 11 anos e de 11 a 16 anos, discutem a prevalência do conjunto, não havendo casos registados além ou aquém destes.

De seguida, o quadro para a década seguinte:

Quadro XXXVI – Tempo de ascensão ao Supremo Tribunal de Justiça – Magistrados judiciais entrados nas Relações entre 1 de Janeiro de 1910 e 1 de Janeiro de 1920

(>=01-01-1910 e <01-01-1920)

Total de magistrados com informação: 25

Média: 3011,68 dias / 8,25 anos

Mínimo: 1787 dias

Máximo: 4086 dias

Moda: 6 a 7 anos (9 casos)

Período	nº	%
< 1 ano	0	0,00
de 1 a < 6 anos	2	8,00
de 6 a < 11 anos	20	80,00
de 11 a < 16 anos	3	12,00
de 16 a < 21 anos	0	0,00
TOTAL	25	100,00

O quadro acima mostra uma redução significativa no tempo médio de serviço para promoção ao Supremo Tribunal de Justiça – de 10,24 para 8,25 anos. Esta tendência em baixa é confirmada ainda pela moda, que se coloca em valores mais baixos: dos 6 a 7 anos (9 casos). Dos 8 aos 12 anos há ainda um pequeno grupo que serve para elevar este número baixo da moda, ficando a média na casa dos 8 anos. Os extremos não são significativos, estando juntos aos valores médios da progressão. No quadro acima, dos dados agregados, nota-se sobretudo, em comparação com o anterior, a perda de significado do intervalo dos 11 a 16 anos, que em vez de discutir a prevalência da distribuição com o seu imediato anterior, fica reduzido a apenas 12%.

A década de 1920 a 1930 confirma e continua esta progressão em baixa:

Quadro XXXVII – Tempo de ascensão ao Supremo Tribunal de Justiça – Magistrados judiciais entrados nas Relações entre 1 de Janeiro de 1920 e 1 de Janeiro de 1930

(>=01-01-1920 e <01-01-1930)

Total de magistrados com informação: 58

Média: 2133,57 dias / 5,85 anos

Mínimo: 89 dias

Máximo: 6049 dias

Moda: 5 a 6 anos (12 casos)

Período	nº	%
< 1 ano	1	1,72
de 1 a < 6 anos	38	65,52
de 6 a < 11 anos	17	29,31
de 11 a < 16 anos	1	1,72
de 16 a < 21 anos	1	1,72
TOTAL	58	100,00

A descida do tempo médio de serviço para promoção a juiz conselheiro é, nesta década, muito significativa. Se olharmos para o início do século, onde ele se fixava nos 10,24 anos, vemos que a redução é feita para quase metade: 5,85 anos. Estes valores são ainda mais expressivos se tivermos em conta que os intervalos que vão dos 1 aos 6 anos representam cerca de 65,52% do total. A moda, por sua vez, coloca-se nos 5 a 6 anos (12 casos), confirmando o valor da média. Depois deste grupo de concentração, os valores caem, estando a distribuição sempre presente até ao intervalo dos 11 aos 12 anos (ver anexo **18**). Isto permite contrabalançar de alguma forma os intervalos baixos, elevando o número da média do tempo de serviço. O mínimo de 89 dias é dado pelo magistrado António Augusto Moniz de Arriscado Lacerda. Nascido em Viana do Castelo, a 19 de Janeiro de 1949, foi colocado na Relação do Porto a 19 de Março de 1923. A promoção ao Supremo Tribunal de Justiça deu-se apenas alguns meses depois, a 16 de Junho desse mesmo ano. Uma progressão impressionante, não havendo razões que a expliquem. De resto, a sua ascensão na carreira da magistratura não fora até aí rápida, tendo feito cerca de 18 anos na primeira classe da

primeira instância, até promoção aos tribunais superiores. Acabou por se aposentar no ano seguinte, a 9 de Setembro⁴⁴⁹.

Quadro XXXVIII – Tempo de ascensão ao Supremo Tribunal de Justiça – Magistrados judiciais entrados nas Relações entre 1 de Janeiro de 1930 e 1 de Janeiro de 1940

(>=01-01-1930 e <01-01-1940)

Total de magistrados com informação: 22

Média: 2378,18 dias / 6,52 anos

Mínimo: 774 dias

Máximo: 5830 dias

Moda: 4 a 5 anos (5 casos)

Período	nº	%
< 1 ano	0	0,00
de 1 a < 6 anos	13	59,09
de 6 a < 11 anos	7	31,82
de 11 a < 16 anos	2	9,09
de 16 a < 21 anos	0	0,00
TOTAL	22	100,00

O quadro acima é, dentro de toda a série, extraordinário. Se bem que ele conheça uma ligeira subida do tempo médio de ascensão – de 5,85 para 6,52 anos -, a verdade é que esta

⁴⁴⁹ IDEM, *António Augusto Moniz de Arriscado Lacerda*.

subida é bastante ténue, não chegando sequer a ultrapassar o valor da década de 1910/1920, de 8, 25 anos. Este aspecto é o único em toda a série, em todas as classes e instâncias, já que a progressão em todas corre em paralelo quanto a este ponto. De notar, ainda, que a moda se coloca nos 4 a 5 anos (5 casos), valor inferior ao da década anterior – 5 a 6 anos (12 casos). Isto mostra que a progressão em alta da década de 1930/1940, que é generalizada, é bem mais ténue no que diz respeito à promoção ao Supremo Tribunal de Justiça. O número reduzido do quadro e a sua fixação em números mais baixos pode explicar esta pequena diferença.

Por fim, os dados relativos aos anos de 1940 a 1945:

Quadro XXXIX – Tempo de ascensão ao Supremo Tribunal de Justiça – Magistrados judiciais entrados nas Relações entre 1 de Janeiro de 1940 e 1 de Janeiro de 1946

(>=01-01-1940 e <01-01-1946)

Total de magistrados com informação: 26

Média: 2786,12 dias / 7,63 anos

Mínimo: 718 dias

Máximo: 4707 dias

Moda: 6 a 7 anos e 9 a 10 anos (5 casos)

Período	nº	%	
< 1 ano	0	0	0,00
de 1 a < 6 anos	5	19	23
de 6 a < 11 anos	20	76	92

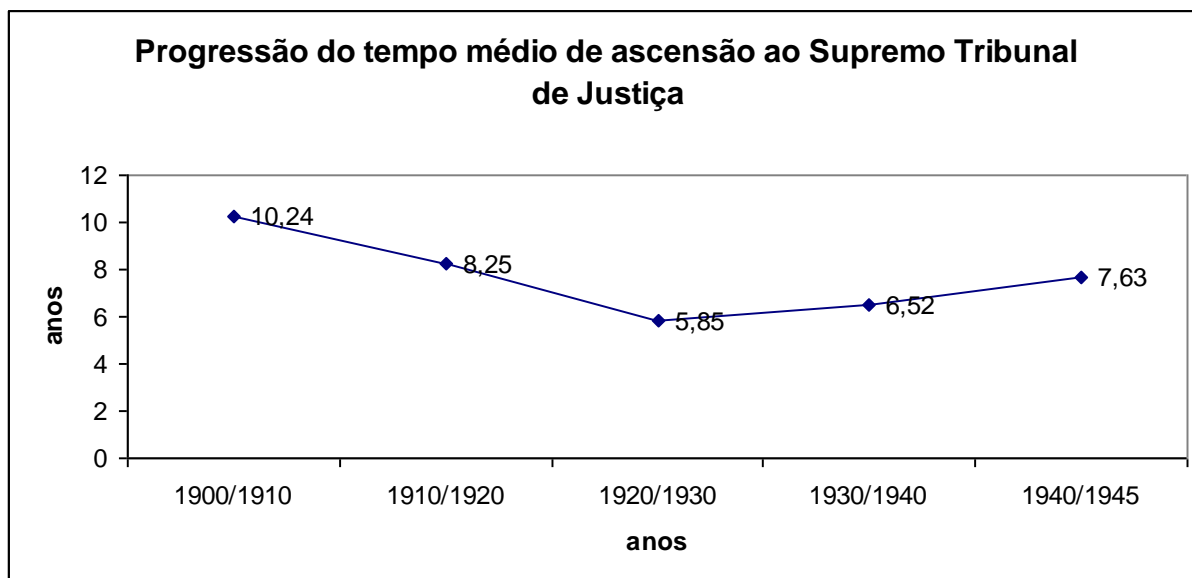
de 11 a < 16 anos	1	3,85
de 16 a < 21 anos	0	0,00
TOTAL	26	100,00

A distribuição para estes últimos anos é bastante dispersa. Se bem que o valor médio do tempo de serviço para promoção ao Supremo Tribunal de Justiça conheça uma ligeira subida, para os 7,63 anos, os valores estão bastante diluídos pelos intervalos. Disso dá conta a moda, que se divide entre os 6 a 7 anos e os 9 a 10 anos, com 5 efectivos cada. Dos 5 anos aos 11 anos, os valores vão-se distribuindo de uma forma quase uniforme, o que não permite considerar no conjunto uma tendência significativa e clara. Um caso extremo, de limite mínimo, é dado pelo magistrado Manuel Joaquim Tavares da Costa, com apenas 718 dias para promoção a juiz conselheiro. Ingressou na segunda instância a 18 de Dezembro de 1944 e foi promovido ao Supremo Tribunal de Justiça a 6 de Dezembro de 1946 (pouco menos de dois anos depois)⁴⁵⁰.

O gráfico que se apresenta abaixo resume a progressão entre 1900 e 1910, para promoção ao Supremo Tribunal de Justiça:

⁴⁵⁰ IDEM, *Manuel Joaquim Tavares da Costa*.

Gráfico XII



O tempo médio de serviço diminuiu até à década de 1920/1930, encontrando aí o seu valor mais baixo – 5,85 anos (quase metade do valor do início da série: 10,24 anos). A partir daí, ele cresce ligeiramente, obtendo 6,62 anos na década de 1930/1940 e 7,63 nos anos que vão de 1940 a 1945. Como referimos atrás, a década de 1930/1940 é a única que conhece, para todas as instâncias, uma subida apenas ténue, ficando abaixo dos valores de 1910/1920 e de 1940/1945.

A tabela seguinte mostra o conjunto global dos tempos de serviço para promoção às diferentes classes e instâncias:

Quadro XL – Tempos médios de ascensão a
classe ou instância superior (1900-1945)
(valores em anos)

Anos	3/2 classe	2/1 classe	1/ Relação	Relação/Supremo	Total
1900/1910	9,48	5,36	12,46	10,24	37,54
1910/1920	6,67	4	8	8,25	26,92
1920/1930	6,41	3,31	6,6	5,85	22,17
1930/1940	9,92	6,85	9,29	6,52	32,58
1940/1945	7,66	4,36	8,97	7,63	28,62

Os valores acima permitem-nos traçar uma realidade concreta. Isto é, a de que a progressão na carreira da magistratura judicial foi significativamente mais rápida na década de 1920/1930. Em toda a série, esta classe obtém sempre os valores mais baixos. No conjunto global, podemos afirmar que o tempo de progressão médio para atingir o Supremo Tribunal de Justiça foi de 37,54 anos no início do século, passando depois a 26,92 anos na década de 1910/1920 – na prática, quase dez anos de diferença – um valor assinalável. Esta progressão em baixa continua pela década seguinte, chegando ao limite mínimo de 22,17 anos (menos quatro anos ainda). Depois, a progressão volta a subir, atingindo os 32, 58 anos. Uma subida também assinalável, de mais de dez anos. Os anos que vão de 1940 a 1945 registam uma quebra para os 28,62 anos.

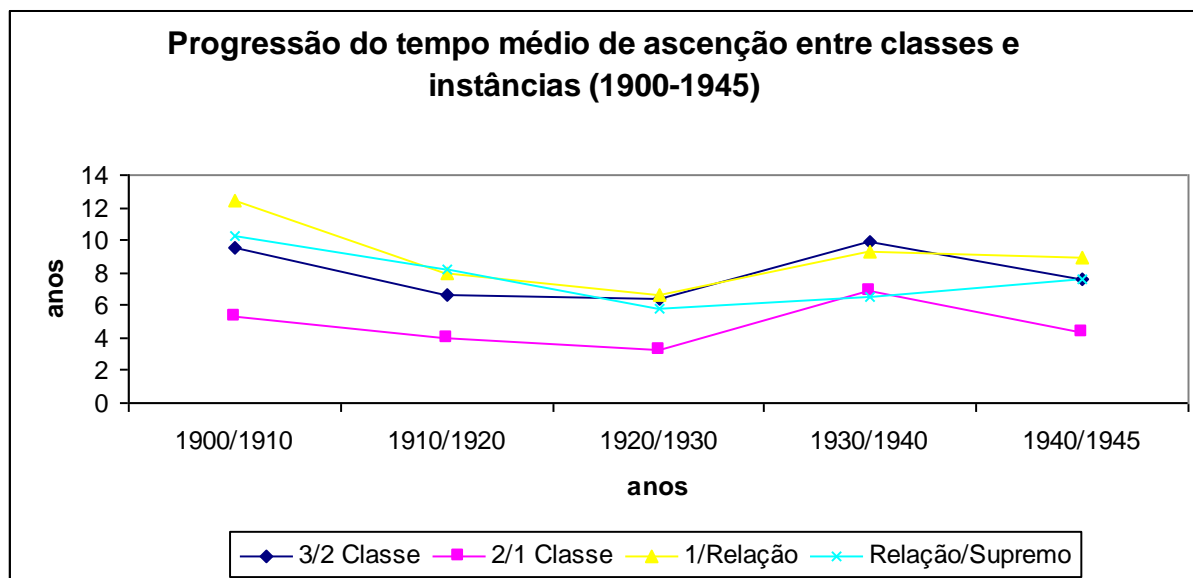
Estes tempos médios devem ter em atenção que o percurso dos magistrados não é fixo, mas prolonga-se nos anos. Quer dizer, um magistrado poderia ter aproveitado a década de 1920/1930 para progredir de forma mais acelerada, mas estaria já provavelmente na década de 1930/1940, de promoção mais lenta, na classe ou instância seguinte. O que a tabela permite concluir é, apenas, que o corpo da magistratura conheceu uma promoção cada vez

mais rápida desde o início do século até 1930. A partir daí, os valores sobem significativamente, voltando a descer um pouco nos anos de 1940 a 1945. Estes altos e baixos não são ligeiros, mas antes muito pronunciados. Da década de 1900/1910 para a de 1920/1930, por exemplo, a progressão até ao Supremo Tribunal de Justiça varia em cerca de 15 anos (de 37,54 para 22,17 anos).

Quanto ao tempo necessário em cada classe e instância, é de registar que os valores são próximos entre a 3ª e a 1ª Classes da primeira instância (entre os 6 e os 9 anos – com a excepção do valor da 1ª Classe para a década de 1900/1910, que ronda os 12 anos e meio). A segunda classe é que ocupa por menos tempo os magistrados, estando os valores entre os 3 e os 6 anos. O tempo de presença nos tribunais da Relação varia também imenso, dos 5 aos dez anos; como se depreende facilmente do que aqui fica registado, é na década de 1920/1930 que o valor alcança o nível mais baixo – 5,85 anos (cerca de metade do início do século).

Em baixo, o gráfico realizado a partir da tabela de frequência:

Gráfico XIII



Após os tempos de ascensão, convém olhar com detalhe a situação do Supremo Tribunal de Justiça. Em primeiro lugar, a idade com que os magistrados chegavam a esta etapa final da carreira. A tabela abaixo dá-nos conta desta situação:

**Quadro XLI – Idade média na entrada no
Supremo Tribunal de Justiça
(valores em anos)**

<i>Anos</i>	<i>Idade (Média)</i>
1900/1910	Sem Informação
1910/1920	64,4
1920/1930	64,1
1930/1940	60,9
1940/1945	61,3

Os dados mostram que, apesar da contínua quebra no tempo médio de ascensão ao Supremo Tribunal de Justiça até 1930, havendo depois uma forte subida até 1940, a idade média com que os magistrados ascenderam a esta última instância quase não parou de descer. A década de menor idade, em média, foi mesmo a 1930/1940, a qual regista uma ligeira subida no tempo de ascensão face às duas décadas anteriores. Em qualquer dos casos, sempre falamos dos sessenta anos de idade; nas décadas de 1910 a 1930, os magistrados ingressados no Supremo registavam perto dos 65 anos, enquanto nos anos seguintes esses valores baixam três a quatro anos.

Passemos agora ao seu tempo de serviço no Supremo Tribunal de Justiça, até aposentação. O quadro abaixo, dá os valores para a década de 1910/1920:

**Quadro XLII – Tempo de serviço no Supremo Tribunal de Justiça,
magistrados entrados no quadro de 1 de Janeiro de 1910 a 1 de Janeiro de 1920**

(>=01-01-1910 e <01-01-1920)

Total de magistrados com informação: 23

Processos incompletos (sem data de aposentação): 8

Média: 2489,43 dias / 6,82 anos

Mínimo: 4 dias

Máximo: 6128 dias

Moda: 3 a 4 anos, 8 a 9 anos e 9 a 10 anos (3 casos)

Período	nº	%
< 1 ano	1	4,55
de 1 a < 6 anos	8	36,36
de 6 a < 11 anos	10	45,45
de 11 a < 16 anos	2	9,09
de 16 a < 21 anos	1	4,55
TOTAL	22	100,00

A distribuição é bastante irregular, apresentando todos os intervalos até os 13 anos de serviço valores acima de zero (ver anexo **21**). Neste sentido, pela uniformidade da distribuição, o valor da média (6,82 anos) e mesmo o da moda diluem-se, perdendo significado especial. Apenas o caso limite extremo de 4 dias de serviço no Supremo Tribunal

de Justiça, merecem uma referência especial, sendo dados pelo magistrado Francisco José de Medeiros. Na verdade, ingressado a 8 de Fevereiro de 1912 no quadro, acabou por falecer dias após, pelo que assim fica explicada a situação anormal de aposentação tão breve⁴⁵¹.

Em seguida, o quadro respeitante à década de 1920/1930:

**Quadro XLIII – Tempo de serviço no Supremo Tribunal de Justiça,
magistrados entrados no quadro de 1 de Janeiro de 1920 a 1 de Janeiro de 1930**

(>=01-01-1920 e <01-01-1930)

Total de magistrados com informação: 53

Processos incompletos (sem data de aposentação): 2

Média: 1739,62 dias / 4,77 anos

Mínimo: 45 dias

Máximo: 6599 dias

Moda: <1 e 1 a 2 anos (11 casos)

Período	nº	%
< 1 ano	11	20,75
de 1 a < 6 anos	28	52,83
de 6 a < 11 anos	5	9,43
de 11 a < 16 anos	7	13,21
de 16 a < 21 anos	2	3,77

⁴⁵¹ IDEM, *Francisco José de Medeiros*.

TOTAL

53 100,00

A década de 1920/30 modifica significativamente a situação. Um número muito apreciável de magistrados pede aposentação com menos de dois anos de serviço (22 em 53), sendo estes intervalos os da moda. A média, aqui, fica nos 4,77 anos, havendo uma partilha regular, em números baixos, por quase todos os intervalos que se seguem aos 4 anos de idade. Neste sentido, a média esconde um pouco a realidade da distribuição. Na verdade, existe um grupo muito significativo que se junta nos intervalos inferiores, até aos 4 anos de idade, e, depois, um grupo alargado, com efectivos reduzidos, que se prolonga quase até aos 17 anos de serviço. Isto mostra que, durante estes anos, o Supremo Tribunal de Justiça conheceu dois grupos distintos: um grupo de forte rotatividade, que apenas aí serviu por pouco tempo, e um outro grupo que mostra uma maior longevidade.

Em baixo, os dados para a década de 1930/1940:

**Quadro XLIV – Tempo de serviço no Supremo Tribunal de Justiça,
magistrados entrados no quadro de 1 de Janeiro de 1930 a 1 de Janeiro de 1940**

(>=01-01-1930 e <01-01-1940)

Total de magistrados com informação: 35

Processos incompletos (sem data de aposentação): 1

Média: 2204,77 dias / 6,04 anos

Mínimo: 52 dias

Máximo: 7843 dias

Moda: 4 a 5 anos (6 casos)

Período	nº	%
< 1 ano	3	8,57
de 1 a < 6 anos	18	51,43
de 6 a < 11 anos	10	2,86
de 11 a < 16 anos	3	8,57
de 16 a < 21 anos	1	2,86
TOTAL	35	100,00

O tempo médio de serviço volta a crescer nesta década, passando dos 4,77 para os 6,04 anos. Esta tendência acompanha, por isso, os tempos de ascensão nas classes e instâncias inferiores. A distribuição é mais equilibrada, havendo efectivos em todos os intervalos até aos 12 anos de idade (ver anexo 23). Estando a moda nos 4 a 5 anos (6 casos), coincidindo com o valor da média, pode igualmente afirmar-se que, mesmo assim, não há um padrão comum a estes 35 magistrados, havendo uma uniforme distribuição pelos vários intervalos. O valor máximo, de 7843 dias de serviço no Supremo Tribunal de Justiça, é dado pelo magistrado Manuel Gonçalves Marques. Depois de servir no Ultramar, acabou por ser colocado na Relação do Porto, a 21 de Novembro de 1936, onde permaneceu até aposentação (13 de Maio de 1958)⁴⁵².

**Quadro XLV – Tempo de serviço no Supremo Tribunal de Justiça,
magistrados entrados no quadro de 1 de Janeiro de 1940 a 1 de Janeiro de 1946**

(>=01-01-1940 e <01-01-1946)

Total de magistrados com informação: 18

Processos incompletos (sem data de aposentação): 3

Média: 2241,61 dias / 6,14 anos

⁴⁵² IDEM, *Manuel Gonçalves Marques*.

Mínimo: 541 dias

Máximo: 5738 dias

Moda: 3 a 4 anos (5 casos)

Período	nº	%
< 1 ano	0	0,00
de 1 a < 6 anos	10	55,56
de 6 a < 11 anos	5	27,78
de 11 a < 16 anos	3	16,67
de 16 a < 21 anos	0	0,00
TOTAL	18	100,00

Os anos de 1940 a 1945 mostram-se em tudo semelhantes à década anterior: uma média que ronda os 6 anos de idade (6,14), uma distribuição muito dividida pelos intervalos até aos 13 anos de idade e uma moda bastante baixa – de 3 a 4 anos (5 casos).

A progressão da média de tempo de serviço no Supremo Tribunal de Justiça é, pois, de 6,82, 4,77, 6,07 e 6,14 anos. Valores muito próximos, havendo, no entanto, uma ligeira redução na década de 1920/1930, que acompanha, de resto, os tempos de ascensão nas classes e instâncias inferiores.

Vimos, até aqui, os tempos de ascensão a classes e instâncias superiores, bem como a idade média e o tempo de serviço no Supremo Tribunal de Justiça. Contudo, temos ainda de assinalar que nem todos os magistrados tiveram, como é óbvio, uma progressão linear até à última instância dos tribunais superiores. Muitos terminam a sua carreira ainda na primeira instância, sem qualquer promoção a um dos tribunais da Relação. Outros, por sua vez, aí a findam sem ascender ao título de juízes conselheiros.

As tabelas abaixo dão conta dos níveis de progressão na carreira entre 1900 e 1945:

Quadro XLVI – Magistrados entrados no quadro da magistratura judicial
entre 1 de Janeiro de 1900 e 1 de Janeiro de 1910
(>01-01-1900 e <01-01-1910)

<i>Magistrados</i>	<i>Nº de efectivos</i>	<i>Em percentagem</i>
Que atingiram o S.T.J.	18	17,31%
Que atingiram as Relações	29	27,88%
Que ficaram pela 1ª Instância	57	54,81%
Total de magistrados	104	100%

Os dados acima, para a década de 1900/1910, não são, como temos vindo a assinalar, absolutos. Eles dizem respeito, antes, àqueles que também prosseguiram carreira após 1910, tendo sido este o nosso critério de recolha dos processos individuais dos magistrados. À parte isto, pode dizer-se que, dos números acima apresentados, que uma boa parte dos juízes, cerca de 54,81% - mais de metade – acaba por terminar a carreira nos tribunais de primeira instância, sem ascender aos tribunais superiores. Por outro lado, 27,88% deles chegam aos tribunais da Relação, aí findando o seu percurso. Apenas uma minoria do total, 17,31% chega finalmente ao Supremo Tribunal de Justiça. Devemos, contudo, ter em atenção o seguinte: o tempo médio de progressão na carreira até ao Supremo Tribunal de Justiça é, nas décadas de 1900 a 1945, em média, cerca de trinta anos (com cerca de 8 anos de desvio máximo). Assim, temos que estes magistrados, entrados no quadro da magistratura judicial entre 1900 e 1910, serão juízes conselheiros – uma pequena parte, é certo -, já nos anos quarenta. Há, por

isso, um efeito de «delay» nos cálculos, que é preciso ter em atenção. São estes, consequentemente, os melhores representantes do período em questão, atravessando a sua carreira praticamente toda a primeira metade do século.

Quadro XLVII – Magistrados entrados no quadro da magistratura judicial
entre 1 de Janeiro de 1910 e 1 de Janeiro de 1920
(>=01-01-1910 e <01-01-1920)

<i>Magistrados</i>	<i>Nº de efectivos</i>	<i>Em percentagem</i>
Que atingiram o S.T.J.	39	24,38%
Que atingiram as Relações	31	19,38%
Que ficaram pela 1ª Instância	90	56,25%
Total de magistrados	160	100%

Os dados para o período seguinte, de 1910 a 1920, mostram uma inversão clara nos tribunais superiores. Se, antes, era uma minoria que atingia o Supremo Tribunal de Justiça (17,31%), agora é uma maioria, dentro daqueles que ascendem aos tribunais superiores, que aí findam a carreira – 24,38%. Apenas 19,38% (31 efectivos) se ficam pelos tribunais da Relação. Quanto aos magistrados que permanecem na primeira instância, sem ascender, o seu número é muito idêntico ao da década anterior: 56,25% dos casos, um pouco mais de metade.

De seguida, os valores relativos aos magistrados que ingressam na magistratura entre 1920 e 1930:

Quadro XLVIII – Magistrados entrados no quadro da magistratura judicial

entre 1 de Janeiro de 1920 e 1 de Janeiro de 1930

(>=01-01-1920 e <01-01-1930)

<i>Magistrados</i>	<i>Nº de efectivos</i>	<i>Em percentagem</i>
Que atingiram o S.T.J.	46	29,68%
Que atingiram as Relações	30	19,35%
Que ficaram pela 1ª Instância	79	50,97%
Total de magistrados	155	100%

A situação na década de 1920 a 1930 é muito semelhante à anterior. Cerca de metade dos juízes de direito permanecem na primeira instância sem ascender (50,97%) e, daqueles que obtêm promoção, uma maioria passa dos tribunais da Relação para o Supremo Tribunal de Justiça – 29,68%.

Em baixo, os dados para a década seguinte:

Quadro XLIX – Magistrados entrados no quadro da magistratura judicial

entre 1 de Janeiro de 1930 e 1 de Janeiro de 1940

(>=01-01-1930 e <01-01-1940)

<i>Magistrados</i>	<i>Nº de efectivos</i>	<i>Em percentagem</i>
Que atingiram o S.T.J.	38	35,2%

Que atingiram as Relações	19	17,6%
Que ficaram pela 1ª Instância	51	47,2%
Total de magistrados	108	100%

As ligeiras tendências verificadas na década anterior acentuam-se neste período. Há um continuado decréscimo do número de magistrados que terminam a carreira na primeira instância, ainda que o seu valor percentual se situe próximo da metade (47,22%). De igual forma, acentua-se o número de juízes que seguem dos tribunais da Relação para o Supremo Tribunal de Justiça. São 35,19% dos magistrados os que conseguem fazer todo o percurso da carreira até à última instância, cerca de um em cada três. Uma minoria, 17,59% dos casos, termina a sua carreira nos tribunais da Relação.

Por fim, o último quadro, respeitante aos anos entre 1940 e 1945:

Quadro L – Magistrados entrados no quadro da magistratura judicial

entre 1 de Janeiro de 1940 e 1 de Janeiro de 1946

(>=01-01-1940 e <01-01-1946)

<i>Magistrados</i>	<i>Nº de efectivos</i>	<i>Em percentagem</i>
Que atingiram o S.T.J.	28	35,4%
Que atingiram as Relações	19	24,1%
Que ficaram pela 1ª Instância	32	40,5%
Total de magistrados	79	100%

Devido ao efeito de «delay», este último quadro já é mais representativo da segunda metade do século do que da primeira, visto que os magistrados entrados no quadro da magistratura judicial nos anos quarenta fizeram carreira nas décadas seguintes. Ainda assim, é de notar que as tendências anteriores se acentuam mais uma vez. Sobretudo, no que diz respeito aos magistrados que permanecem na primeira instância, sendo que o valor percentual deles decresce em 7% (de 47,22 para 40,51%). Esta alteração, contudo, não irá trazer implicações ao nível das promoções ao Supremo Tribunal de Justiça, que mantém o seu valor percentual praticamente inalterado – de 35,19 para 35,44%.

Que razões explicam este forte condicionamento na ascensão aos tribunais superiores, representando, quanto aos magistrados que ingressaram na magistratura durante a primeira metade do século XX, cerca de metade dos casos? Na verdade, é hoje difícil adiantar razões que possam dar conta desta situação. Os processos profissionais dos magistrados são omissos quanto ao percurso posterior dos juízes que pedem aposentação. No entanto, é essencial, aqui, dar uma explicação «negativa». Isto é, poder-se-ia pensar que a promoção aos tribunais superiores estaria condicionada pela avaliação negativa dos magistrados, que existissem filtros dados pelas classificações que tivessem impedido a sua progressão na carreira. Mas, na verdade, tal não é a explicação mais segura. Dos dados que possuímos para a primeira classe da primeira instância, para o período de 1900 a 1945, a última antes da promoção aos tribunais superiores, vemos que a média de permanência na classe é de 8,02 anos (2927,05 dias). Mais, a moda, coloca-se no intervalo dos 5 a 6 anos, com 17 casos entre os 136 do total. Ora, este tempo é significativamente menor do que a média do tempo de ascensão aos tribunais superiores, que se situa progressivamente em 12,46, 8, 6,6, 9,29 e 8,97 anos idade.

Ou seja, aqueles magistrados que permaneceram na primeira classe da primeira instância, sem ascender aos tribunais superiores, aí ficaram por menos tempo, em regra, do que aqueles que efectivamente chegaram a ser promovidos. Não estamos, por isso, em presença de um quadro como este: magistrados que ascendem aos tribunais superiores e um grupo de excluídos que permanece por muito mais anos nas classes inferiores sem ascender. Pelo contrário, os magistrados que não foram promovidos à segunda instância acabam a carreira, em regra, antes do tempo médio que é em norma necessário para promoção. Esta explicação «negativa» permite, pelo menos, afirmar que o condicionamento na progressão para os tribunais superiores foi independente das classificações dadas aos magistrados. Mesmo

dando-se o caso de um juiz de direito, a exemplo, nos anos quarenta, não obter classificação suficiente para promoção à segunda instância, ele poderia ainda esperar nova classificação que lhe permitisse a progressão. Ora, no quadro que acabamos de apresentar, os magistrados saem mesmo antes de atingir o tempo médio que é dado para a promoção. Significa isto que, havendo ou não um filtro efectivo dado pelas classificações, ele é independente da progressão na carreira. Isto é um dado muito relevante, tendo em conta o que diremos no próximo capítulo, a propósito das inspecções judiciais e das classificações obtidas pelos magistrados. Na verdade, as inspecções judiciais, como aqui podemos verificar, não tiveram durante a primeira metade do século um peso significativo na progressão na carreira dos magistrados ou, pelo menos, de um modo global.

3.5. Ingressos da Magistratura do Ultramar

Um dos aspectos ainda por estudar é a questão da magistratura ultramarina. De facto, e apesar de ela constituir parte da magistratura judicial, ela representava uma carreira paralela, bem distinta da metrópole. As suas dependências eram diferenciadas e, como vamos em seguida analisar, o seu grau de interpenetração era relativamente baixo. Apesar disso, a colocação de magistrados ultramarinos na metrópole, sobretudo daqueles que completavam quinze anos de serviço efectivo e eram, em seguida, colocados como agregados numa das Relações, motivou nos efectivos da metrópole uma reacção negativa em alguns momentos. J. Mourisca, por exemplo, num artigo da «Revista dos Tribunais», em 1922, afirmava ser uma reclamação urgente da magistratura metropolitana a limpeza dos juízes das colónias dos tribunais superiores, num momento em que, registava, no Supremo Tribunal de Justiça haviam apenas quatro juízes «continentais». E que isso «não pode ser», concluía⁴⁵³.

Dos processos individuais dos magistrados em exercício entre 1910 e 1945, conseguimos recolher 897 no total. Destes, podemos constatar que apenas 81 magistrados fizeram ingresso

⁴⁵³ J. Mourisca, «Reorganização judiciária. Reclamações da magistratura», *Revista dos Tribunais*, ano 41º, 1922, p. 210.

na magistratura judicial da metrópole, vindos das carreiras ultramarinas – ou seja, 9,03 por cento.

Tendo em conta que a recolha de processos foi realizada sobre os magistrados em exercício entre 1910 e 1945, devemos ter em atenção também que o intervalo de anos que o período cobre estende-se quer abaixo do ano de 1910 quer ultrapassando o ano de 1945. Isto mesmo nos é dado pela tabela anual de frequência dos ingressos, em baixo representada:

**Quadro LI – Ingressos na magistratura judicial da metrópole,
de magistrados oriundos do Ultramar
(magistrados em exercício entre 1910 e 1945)**

Ingressos

Total=81

Anos	Efectivos	Anos	efectivos	Anos	efectivos	Anos	efectivos
s/inf	2	1902	2	1920	0	1938	1
1885	1	1903	0	1921	3	1939	1
1886	0	1904	0	1922	0	1940	2
1887	2	1905	1	1923	0	1941	1
1888	2	1906	2	1924	1	1942	1
1889	0	1907	7	1925	3	1943	2
1890	0	1908	3	1926	2	1944	0
1891	0	1909	3	1927	0	1945	0

1892	1	1910	3	1928	2	1946	0
1893	1	1911	2	1929	2	1947	0
1894	3	1912	3	1930	2	1948	0
1895	1	1913	2	1931	2	1949	0
1896	0	1914	2	1932	0	1950	0
1897	1	1915	2	1933	1	1951	0
1898	0	1916	1	1934	0	1952	0
1899	0	1917	0	1935	1	1953	0
1900	0	1918	2	1936	1	1954	1
1901	0	1919	3	1937	0	1955	0

Como temos oportunidade de ver, pela tabela acima, o número anual de ingressos oriundos do Ultramar é extraordinariamente baixo. O ano de 1907 representa uma exceção, com sete magistrados integrando o quadro da metrópole. Daí em diante, o número de ingressos nunca chega a ultrapassar os três anuais. Um número, portanto, consideravelmente reduzido.

Em que classes e instâncias se deram estes ingressos? O quadro abaixo dá uma representação da qualidade em que foram admitidos na magistratura da metrópole os magistrados ultramarinos.

**Quadro LII – Ingressos na magistratura da metrópole
dos magistrados em exercício entre 1910 e 1945
(por classes)**

<i>INGRESSOS NAS CLASSES</i>	<i>%</i>
	Nº
3 CLASSE	20

2 CLASSE	5		
1 CLASSE	0		
TOTAL PIMEIRA INSTÂNCIA	25	30,86	
RELAÇÃO AÇORES	3		
RELAÇÃO LISBOA	39		
RELAÇÃO PORTO	12		
RELAÇÃO COIMBRA	2		
TOTAL SEGUNDA INSTÂNCIA	56	69,14	
TOTAL	81	81	100

Cerca de 30% dos magistrados que são admitidos na metrópole, vindos do Ultramar, são colocados na primeira instância. Este número é dado quase exclusivamente pelos ingressados na terceira classe (20 magistrados). Uma parte mais significativa, 69,14% (56 magistrados) são admitidos nos tribunais superiores de segunda instância, sendo este número construído em boa medida pelos agregados à Relação de Lisboa. Estes, sozinhos, representam 48,15% do total de ingressos, ou seja, praticamente metade de todo o conjunto. Como vimos em capítulo anterior, falando dos diferentes Estatutos Judiciários, estes magistrados tinham cumprido um número mais extenso de anos de serviço nas colónias – 15 anos de serviço efectivo.

Por último, resta-nos conhecer o destino que estes magistrados tiveram, uma vez ingressados na metrópole. Como se depreende do quadro abaixo, o máximo atingido pelos magistrados vindos do Ultramar é, maioritariamente, com pouco mais de metade do conjunto, o Supremo Tribunal de Justiça – 58,02 %. Por sua vez, 28,39% fica-se pelos tribunais da Relação e, finalmente, cerca de apenas 13% não sobe aos tribunais superiores. Comparando estes números com os atrás vistos sobre o tempo de progressão na carreira, pode dizer-se que os magistrados vindos do Ultramar têm, em média, uma carreira mais

longa e seguem mais longe na hierarquia judiciária. Contudo, devemos sempre ter em conta que boa parte destes magistrados são aqueles que são agregados às Relações, tendo já cumprido no Ultramar um número considerável de anos de serviço, tendo a sua promoção aos tribunais superiores sido já feita nas colónias. Apenas um estudo detalhado da magistratura ultramarina poderia vir a dar um quadro mais preciso da situação concreta dos magistrados que ingressam na metrópole.

**Quadro LIII – Máximos atingidos pelos magistrados
oriundos do Ultramar, dos magistrados em exercício
entre 1910 e 1945**

MÁXIMOS ATINGIDOS

	Nº	%
SUPREMO	47	58
RELAÇÃO	23	28,4
1 CLASSE	7	8,6
2 CLASSE	2	2,5
3 CLASSE	2	2,5
TOTAL	81	100

3.6. Comissões de serviço

Os processos individuais dos magistrados em exercício entre 1910 e 1945, permitem-nos estudar, igualmente, o caso das comissões de serviço. As comissões de serviço representavam ausências da colocação normal dos magistrados, mas contavam da mesma forma para a contagem de antiguidade e tempo de serviço. Em resumo, existiam dois tipos de comissões a que os magistrados eram normalmente vinculados durante a carreira: (i) as comissões políticas e (ii) as comissões militares-policiais. Além destas comissões de serviço, aqui estudadas, convém ainda referir a existência de um outro tipo de deslocação dos magistrados para fora da divisão comarcã – as requisições para lugares oficiais e que contavam igualmente para o tempo de serviço. São o caso das funções em tribunais de menores, como adjuntos do Procurador da República, nas alfândegas, no tribunal de defesa social, entre outros. São lugares reservados a juízes de direito, certas vezes, ou podendo por eles ser ocupados, mas que, aqui, não foram tomados em linha de conta.

Começaremos pelas primeiras, as comissões para lugares e posições políticas. Estas, representam para a totalidade dos magistrados em questão uma comissão ocasional. Na verdade, são 92 os magistrados de um total de 897 processos recolhidos, os que demonstram ter tido este tipo de actividade. Em percentagem, representam 10,26%. É um resultado interessante, pois permite-nos afirmar que existiu um certo distanciamento, pelo menos ao nível de uma actividade formal, da magistratura e da política. Da tabela em anexo (anexo 10), que nos dá as comissões políticas para o período em questão, é de salientar o número bastante considerável de Governadores Cívicos, sendo este o tipo de comissão mais vezes exercida. Alguns magistrados – quinze - chegam à categoria de Ministros, como são os casos de Vasco Borges, Artur Alberto de Campos Henriques, Diogo Tavares de Melo Leote, Eduardo Augusto de Sousa Monteiro, José Ribeiro Castanho, Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro, Afonso de Melo Pinto Veloso, Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso, Alberto Osório de Castro, António de Oliveira e Castro, Pedro Augusto Pereira de Castro, Francisco Manuel Couceiro da Costa, Adolfo Augusto de Oliveira Coutinho, Francisco Correia de Lemos, Alberto de Moura Pinto e Daniel José Rodrigues. .

Uma divisão por períodos esclarece-nos melhor sobre este tipo de comissões.

**Quadro LIV – Comissões e cargos políticos, do universo dos magistrados em
exercício entre 1910 e 1945**

PERÍODO	nº	%
Sem Data	14	9,33
< 1900	6	4,00
1900 a 1909	11	7,33
1910 a 1919	67	44,67
1920 a 1929	38	25,33
1930 a 1939	6	4,00
1940 a 1949	6	4,00
1950 a 1952	2	1,33
TOTAL	150	100,00

O período que regista um maior número de comissões de cariz político é o que vai de 1910 a 1919, ou seja, o dos primeiros anos da República, com 67 comissões (44,67%). O período seguinte, de 1920 a 1929 uma diminuição para as 38 comissões e as duas décadas seguintes registam um número ainda mais diminuto – apenas seis comissões são registadas. Isto mostra que os primeiros anos da República foram bastante mais dados à nomeação de magistrados para a vida política, enquanto as décadas de 1930 a 1950 mostram um esfriar claro, chegando a valores apenas residuais.

Qual o perfil dos magistrados nomeados para comissões políticas? Como demonstra o quadro em baixo, são os juízes de direito de 3ª Classe, ou seja, os que estão ainda no início de carreira os que mais nomeados são para o exercício de comissões políticas: 41 magistrados (27,3%). O resto da distribuição é repartido com algum equilíbrio, havendo no entanto 17

magistrados dos tribunais da Relação que se encontram nesta situação. Este número deve ser tomado em linha de conta com o facto de que o número de efectivos nos tribunais superiores é bastante mais reduzido do que o da primeira instância, devendo, por isso, ser este valor tomado como significativo. Apenas dois magistrados do Supremo Tribunal de Justiça, para todo o período, são chamados à actividade política. O que o quadro demonstra, por isso, é uma progressiva tendência para o afastamento da actividade política consoante a progressão na carreira se vai efectivando.

**Quadro LV – Comissões e cargos políticos, do universo dos magistrados em
exercício entre 1910 e 1945
(por categoria hierárquica)**

CATEGORIA	nº	%
Não identificada	34	22,7
Delegado	16	10,7
3 Classe	41	27,3
2 Classe	20	13,3
1 Classe	17	11,3
Desembargador	17	11,3
Supremo	2	1,3
Ultramar	1	0,8
Aposentado	2	1,3
TOTAL	150	100

O quadro em baixo representa a categoria máxima alcançada pelos magistrados que exerceram comissões políticas:

**Quadro LVI – Comissões e cargos políticos, do universo dos magistrados em
exercício entre 1910 e 1945
(por categoria hierárquica máxima atingida)**

CATEGORIA	nº	%
Não identificada	9	9,8
3 Classe	9	9,8
2 Classe	4	4,3
1 Classe	11	11,9
Relação	26	28,3
Supremo	33	35,9
TOTAL	92	100

O que nos mostram os números acima, tendo em linha de conta o capítulo anterior sobre a progressão na carreira para este período, é que os magistrados que exerceram comissões políticas foram significativamente mais longe na carreira da magistratura do que a média global, quando esta é considerada para as primeiras décadas do século; apenas na década de 1930/1940 a percentagem de magistrados a ascender ao Supremo Tribunal de Justiça ultrapassa os 30%. Aqui, vemos que a percentagem de magistrados, com comissões políticas, que ascenderam a este tribunal são de 35,9%. Estes números devem ter em conta que a maioria das comissões políticas, como vimos atrás, se situa nos anos da Iª República (e, dentro dela, nos primeiros anos), o que contrasta mais com o número global de magistrados a

ascender aos tribunais superiores, que é ainda mais diminuto. Podemos ainda constatar que apenas $\frac{1}{4}$ dos magistrados que exerceram comissões políticas se ficaram pela primeira instância, quando o número médio para a globalidade da magistratura, para este período, coloca-se sempre perto da metade. Este facto permite-nos conjecturar sobre as relações clientelares entre a política e a progressão na carreira.

Finalmente, podemos ainda considerar o perfil dos magistrados envolvidos, quanto à sua participação em comissões políticas, se o é de modo repetido ou não. O que a tabela abaixo nos demonstra é que, na verdade, a considerável maioria dos magistrados envolvidos em comissões políticas apenas o faz por uma vez. Dos 92 magistrados do total, são 60 (65,2%) os que apenas saem das suas colocações ordinárias para exercer comissões de serviço por uma vez. A progressão torna-se, depois, mais rara consoante o número de comissões exercidas aumenta. O que indica que, além da participação política da magistratura entre 1910 e 1945 ser relativamente modesta, ela é-o além disso ocasional, não voltando os magistrados a repetir essas comissões de serviço.

**Quadro LVII – comissões e cargos políticos, do universo dos magistrados em
exercício entre 1910 e 1945
(por número de comissões)**

	nº	%
Magistrados com 1 comissão política	60	65,2
Magistrados com 2 comissões políticas	19	20,6
Magistrados com 3 comissões políticas	6	6,5
Magistrados com 4 comissões políticas	3	3,3

Magistrados com 5 comissões políticas	2	2,2
Magistrados com 6 comissões políticas	2	2,2
TOTAL	92	100

Quanto às comissões de serviço militares e policiais, pode afirmar-se que estas são muito ligeiramente mais regulares do que as políticas. Do total de 897 processos recolhidos sobre a magistratura portuguesa para este período, são 102 os que dão registo destas comissões – 11,37%. Sendo 102 os magistrados envolvidos, são 144 o número de comissões contabilizadas. Dentro destas, são 93 (64,58%) as de carácter militar e apenas 51 as policiais (35,42%)⁴⁵⁴.

Passando em revista apenas as comissões de serviço militares, podemos chegar à tabela abaixo, que contabiliza as comissões por períodos:

**Quadro LVIII – comissões de serviço militares, do universo dos magistrados
em exercício entre 1910 e 1945
(por períodos contínuos)**

PERÍODO	nº	%
Sem Data	5	5,38
<1900	1	1,08
1900 a 1909	3	3,23

⁴⁵⁴ Sobre a construção do ordenamento policial no Estado moderno português, v. Cândido Gonçalo Gonçalves, *A construção de uma polícia urbana (Lisboa – 1890-1940), institucionalização, organização e práticas* (Lisboa: ICSTE, 2007).

1910 a 1919	19	20,43
1920 a 1929	15	16,13
1930 a 1939	11	11,83
1940 a 1949	21	22,58
1950 a 1959	15	16,13
1960 a 1966	3	3,23
TOTAL	93	100,00

A regularidade deste tipo de comissões não sofre grandes alterações dentro do período considerado, ao contrário das comissões políticas. A década que conhece um maior número de comissões é a de 1940/1949, com 21 comissões e a década de menor nomeações deste tipo de comissões é a anterior, de 1930 a 1939 – 11 casos.

Qual o tempo de serviço que estas comissões militares registavam? A tabela em baixo mostra-nos a duração destas comissões.

**Quadro LIX – comissões militares, do universo dos magistrados em
exercício entre 1910 e 1945
(por tempo de duração contínuo)**

Período	nº	%
Até 6 meses	7	7,53
Até 1 ano	10	10,75
Até 2 anos	7	7,53

Até 3 anos	7	7,53
Até 4 anos	5	5,38
Até 5 anos	4	4,30
Até 6 anos	3	3,23
Até 7 anos	9	9,68
Até 8 anos	0	6,45
Até 9 anos	4	4,30
Até 10 anos	2	2,15
Até 11 anos	1	1,08
Até 12 anos	0	0,00
Até 13 anos	1	1,08
Até 14 anos	1	1,08
Sem Informação	32	34,41
 TOTAL	 93	 100,00

Há uma repartição bastante uniforme pelos primeiros intervalos. As comissões mais comuns são aquelas que duram até um ano (10 casos, a moda). Mas os intervalos imediatos, inferior e superiores, registam também um número de casos significativo, com sete comissões. Dos 4 aos 6 anos há decréscimo de tempo de serviço, havendo depois, até aos 7 anos, uma subida ligeira, até às 9 comissões. Daí em diante, a progressão decresce, sendo as comissões superiores a dez anos meramente pontuais.

A categoria a que os magistrados pertencem, aquando das comissões militares, indica-nos que uma larga maioria se encontrava na 1ª Classe da primeira instância, contabilizando quase metade do total:

**Quadro LX – comissões militares, do universo dos magistrados em
exercício entre 1910 e 1945
(por categoria hierárquica)**

CATEGORIA	Nº	%
DELEGADO	2	2,2
3 CLASSE	19	20,4
2 CLASSE	14	15
1 CLASSE	43	46,2
DESEMBARGADOR	14	15,1
SEM INFORMAÇÃO	1	1,1
TOTAL	93	100

A distribuição mostra-nos, além disso uma repartição equilibrada entre todas as outras classes.

O quadro em baixo representa a categoria máxima atingida pelos magistrados que exerceram comissões militares. Ao contrário dos magistrados que exerceram comissões políticas, que em regra progridem mais na hierarquia do que o global dos seus pares, os magistrados que exerceram comissões militares apresentam números muito próximos desta.

Quadro LXI – comissões militares, dos magistrados em

exercício entre 1910 e 1945

(por categoria hierárquica máxima atingida)

CATEGORIA	Nº	%
3 CLASSE	0	0
2 CLASSE	2	3,5
1 CLASSE	22	37,9
RELAÇÃO	14	24,1
SUPREMO	20	34,5
TOTAL	58	100

Apenas de notar que os 58 magistrados do total, representam apenas em que foi possível identificar a categoria máxima atingida.

Quanto às comissões de carácter policial, elas dividem-se da seguinte forma pelos diferentes períodos:

**Quadro LXII – comissões policiais, do universo dos magistrados em
exercício entre 1910 e 1945
(por períodos contínuos)**

PERÍODO	nº	%
Sem Data	1	1,96
< 1900	2	3,92
1900 a 1909	1	1,96
1910 a 1919	7	13,73
1920 a 1929	15	29,41
1930 a 1939	13	25,49
1940 a 1949	7	13,73
1950 a 1959	4	7,84
1960 a 1963	1	1,96
TOTAL	51	100,00

São as décadas de 1920 e 1930 que conhecem um número superior de comissões de tipo policial – 15 e 13, respectivamente.

Quanto à duração destas, o quadro seguinte dá-nos os seguintes números:

**Quadro LXIII – comissões policiais, do universo dos magistrados em
exercício entre 1910 e 1945
(por tempo de duração contínuo)**

PERÌODO	nº	%
Até 6 meses	4	7,84
Até 1 ano	2	3,92
Até 2 anos	2	3,92
Até 3 anos	7	13,73
Até 4 anos	6	11,76
Até 5 anos	5	9,80
Até 6 anos	3	5,88
Até 7 anos	5	9,80
Até 8 anos	1	1,96
Até 9 anos	1	1,96
Até 10 anos	1	1,96
Até 11 anos	0	0,00
Até 12 anos	2	3,92
Até 13 anos	0	0,00
Até 14 anos	0	0,00
Até 15 anos	0	0,00
Até 16 anos	1	1,960784
Sem Informação	11	21,56863

TOTAL	51	100
-------	----	-----

Os valores oscilam entre os 6 meses e os sete anos, estando a maior parte da distribuição aí repartida. Daí em diante, o número de comissões é apenas ocasional. De notar, apenas, que comissões com sete anos de duração foram ainda cinco.

O perfil dos magistrados que servem em comissões policiais é bastante diverso daqueles que servem em comissões militares. Aí, eram os juízes da primeira classe os mais bem representados, com quase metade do total. No que toca às comissões policiais, são os magistrados da terceira classe, ainda no início de carreira, os que mais nomeados são para este tipo de serviço. O que indica, de uma forma geral, que estes lugares eram menos apetecíveis para os juízes com uma carreira já firme no quadro.

**Quadro LXIV – comissões policiais, do universo dos magistrados em
exercício entre 1910 e 1945
(por categoria hierárquica)**

CATEGORIA	nº	%
Delegado	4	7,84
3 classe	31	60,78
2 classe	8	15,69
1 classe	7	13,73
Desembargador	1	1,96

TOTAL	51	100,00
-------	----	--------

O número de magistrados identificados quanto à categoria máxima atingida na carreira, dentro dos que serviram em comissões policiais, é um tanto reduzido, mostrando ainda assim que o percurso não é muito diferente da globalidade dos magistrados do quadro, havendo uma repartição mais ou menos idêntica entre os que ficam pela primeira instância e os que ascendem aos tribunais superiores.

**Quadro LXV – comissões policiais, do universo dos magistrados em
exercício entre 1910 e 1920
(por categoria hierárquica máxima atingida)**

CATEGORIA	nº	%
3 classe	6	14,63
2 classe	2	4,88
1 classe	11	26,83
Relação	7	17,07
Supremo	15	36,59
TOTAL	41	100,00

Por fim, a repetição das comissões. Na verdade, os magistrados que serviram em comissões militares ou policiais não voltam, em regra, a ser nomeados para uma outra

comissão. Isto mostra, por isso, um serviço prestado ocasionalmente, não havendo uma «carreira militar-policial» dentro da magistratura judicial portuguesa para este período.

**Quadro LXVI – comissões militares-policiais, do universo dos magistrados em
exercício entre 1910 e 1945
(por nº de comissões)**

	%	
MAGISTRADOS COM 1 COMISSÃO	73	71,6
MAGISTRADOS COM 2 COMISSÕES	19	18,6
MAGISTRADOS COM 3 COMISSÕES	7	6,9
MAGISTRADOS COM 4 COMISSÕES	3	2,9
TOTAL	102	100

3.7 Reflexões sobre o corpo

Ao abordarmos a questão do corpo da magistratura no início deste capítulo, referimo-nos a Fillipo Ranieri e à sua constatação de que a história judiciária se deteve, sobretudo, numa história parcelar de juristas de renome e no seu percurso individual. Por sua vez, a história desse conjunto anónimo de juristas letrados, estrutural, tem sido rara e, no caso português, para o período em questão e para os juízes, ausente, mesmo. A investigação que levamos a cabo, por isso, teve de debruçar-se sobre uma opção metodológica fundamental: o estudo do corpo da magistratura nas suas linhas estruturais (evolução do corpo, candidaturas e ingresso, naturalidade, tempo de progressão na carreira, comissões de serviço) ou, por outro lado, um estudo prosopográfico que seguisse de modo nominal grupos de destaque, maiores ou menores. Foi a primeira linha a seguida, devido ao seu maior interesse historiográfico num momento de quase completa ausência de dados objectivos sobre a magistratura judicial, embora em casos pontuais se retomasse essa história nominal – caso dos inspectores judiciais, no capítulo seguinte, caso, também, aqui, dos magistrados que por alguma razão saem do percurso normal das principais tendências verificadas, sendo assim exemplos de excepção.

A análise de todos estes vectores estruturais, de parcela em parcela, com a apresentação dos respectivos dados, permitiu-nos identificar tendências, oscilações, ciclos, idades médias, circuitos de carreira, entre outros. Mas falta agora relacioná-los em conjunto, algo que numa apresentação parcelar se tornaria impossível, indo buscar à frente dados para confrontar atrás. E, ainda, inscrevê-los propriamente numa história que é a história de uma corporação, mas também uma história política, de estratégias e avanços e recuos.

O primeiro ponto que deve ser objecto de reflexão é o monopólio da justiça pelos juízes. Essa longa tradição que vem do liberalismo oitocentista e que, não cabe aqui explorar em detalhe mas apenas identificar, é continuada e reafirmada pelo regime da República e, depois, da Ditadura Militar e Estado Novo. Falamos, por isso, a todo tempo de uma corporação que é hierarquicamente bem definida, de um corpo profissional estruturado de forma ascendente e que serve o ideal de progressão numa carreira autónoma, de um serviço e saber técnico instrumental que é partilhado por centenas de indivíduos distribuídos pelo território. É aqui

que entronca a questão da articulação do Ministério Público com a magistratura judicial. Como tivemos oportunidade de observar em detalhe, é na articulação destas duas carreiras que o recrutamento se efectua maioritariamente, havendo, contudo, propostas em sentido contrário e períodos mais ou menos longos onde vigorou o acesso a algumas carreiras judiciárias «menores». Podemos agora falar com mais propriedade desta articulação, apresentados concretos. Quem ingressava no Ministério Público e quando? É difícil, através dos dados obtidos responder à primeira parte da questão. Mas daqueles processos de que dispomos onde existe informação sobre o percurso anterior dos futuros delegados, vemos que após a formatura seria recorrente o exercício de profissões judiciais ou administrativas paralelas – advogado, notário, conservador do registo civil ou predial, administrador do concelho. Quanto à segunda, dispomos agora de um número preciso: o ingresso era realizado, em média, aos 29 anos de idade. Isto permite-nos colocar, por si, uma série de questões. A primeira, sobre a atracção que a carreira poderia proporcionar e a dificuldade de acesso. O que os dados demonstram, tendo em conta a idade média de ingresso na carreira, é que a entrada no Ministério Público não era vulgarmente feita como consequência da saída dos bancos das escolas de direito. Querirá isto dizer que a barreira colocada ao ingresso era difícil? Se assim for, podemos desdobrar a questão em duas outras: difícil em razão das condições de acesso (o exame) ou em razão do número de vagas disponíveis anualmente ser escassa? Só um verdadeiro estudo do Ministério Público em Portugal poderia resolver esta questão com seriedade. De qualquer dos modos, é preciso ter em conta o que a carreira poderia proporcionar, em termos de expectativas profissionais. Referimo-nos a todo tempo da homens (a carreira era fechada às mulheres) que, muito perto dos trinta anos, optavam por uma profissão que exigia uma circulação dentro do território nacional que, por vezes, era duríssima, obtendo remunerações que estavam longe de ser visivelmente atractivas, uma vez que as queixas da própria magistratura judicial (melhor remunerada) são contínuas dentro deste período e, aliás, à imagem do país vizinho. Mais uma vez, podemos agora relacionar os dados da nossa investigação. O que esperaria um delegado recém entrado na carreira, em termos de progressão? Porque este é um dos aspectos mais decisivos – a expectativa de progressão profissional. O ingresso no Ministério Público, devido à articulação das duas carreiras, era um comprometimento não apenas com os 11 anos que, em média, aí iriam permanecer (dados globais entre 1910 e 1945) mas com o futuro e esperado exercício como juízes. Ora, apenas para dar dois exemplos, dos estudados aqui em parte oportuna, um

delegado poderia aspirar a quê, a que probabilidade de progressão? Pelos dados obtidos, para a década de 1910 a 1920, apenas 24% dos magistrados atingiram o Supremo Tribunal de Justiça e, ainda menos, 19% os tribunais de segunda instância. Ou seja, numa década como a de 1910 a 1920, cerca de metade dos juizes de direito permaneceu na primeira instância sem chegar a ascender aos tribunais superiores. Duas décadas depois, entre 1930 e 1940, a ascensão ao Supremo Tribunal de Justiça representava já um pouco mais, 35%, e os tribunais da relação absorviam 17,6%. Uma vez mais, cerca de metade dos magistrados judiciais terminavam a carreira no longo percurso do atravessar das comarcas do país sem ascender aos tribunais superiores. Era isto que um recém delegado do Ministério Público, por isso, poderia aspirar: a uma colocação nos tribunais superiores (com uma colocação estável em termos territoriais e uma melhor remuneração) numa idade já mais avançada da sua vida, que, pelos dados, poderia ou não acontecer, com a mesma probabilidade para um caso ou outro.

Não devemos, ainda, esquecer que esta passagem de uma carreira a outra, entre o Ministério Público e a magistratura judicial, obedeceu ainda à obtenção de aprovação em exames e que, por isso, os delegados do Ministério Público veriam com toda a certeza, ainda, aí um aspecto a não descurar – que a articulação não era automática, mas exigiria ainda a prestação de provas e possivelmente um filtro poderia aí operar-se. Operava-se, na realidade? O estudo que efectuamos sobre o recrutamento e exames, dando-nos dados concretos a partir de 1930, dá-nos conta de que, na verdade, os exames não representaram um filtro sério. A maioria dos delegados chegados a exame são aprovados e as exclusões são pontuais. Apenas no concurso de Março de 1935, onde 7 dos 16 apresentados a provas acabariam reprovados, demonstra alguma severidade no acesso.

É impossível, como atrás referimos, fazer uma ideia justa sobre as expectativas profissionais, embora este seja um ponto essencial. Sabemos com maior clareza a idade no acesso à carreira do Ministério Público, o tempo de exercício médio nessas funções, que tipo de progressão na carreira poderia um futuro magistrado aspirar. Mas estes dados não podem ser conclusivos sem haver, em paralelo, estudos específicos sobre as outras profissões jurídicas durante este período, tendo assim uma base comparativa. O estudo que lançamos, da naturalidade dos magistrados, lança algumas pistas. O peso maior das pequenas localidades, a sua distribuição uniforme pelo território e a falta de assimetria das grandes cidades (Lisboa

e Porto) em relação ao conjunto pode ajudar a explicar uma profissão não muito desejável em face de outras posições sociais, sobretudo na Capital.

Tendo tudo isto em perspectiva, devemos agora olhar para outra consequência desta articulação das carreiras no prisma do monopólio da magistratura pelos juízes. Assim, uma das ilações que se podem retirar é que a conservação deste recrutamento dos magistrados no Ministério Público não foi politicamente neutro. Na verdade, havendo desde sempre propostas de alargamento do recrutamento a outras profissões judiciais, como algumas daquelas estudadas para o período republicano (com insistência, à classe dos advogados) os sucessivos governos da República, da Ditadura Militar e do Estado Novo, depois, mantiveram este regime e esta articulação quase exclusiva. O que se poderia deduzir daqui? Na verdade, o Ministério Público serve o ideal de Estado, o serviço público, o interesse abstracto da nação. Há nele 11 anos, em média para o período estudado, de condutas de aprendizagem desse ideal e serviço, uma hierarquia respeitada e vigiada. Há, depois, um controlo que podemos supor mais fortemente politizado nessa década de carreira, que forma homens saídos aos quarenta anos para a magistratura, certamente menos abertos à mudança do que aqueles saídos dos bancos das Faculdades de direito. E, se na República este alargamento da magistratura judicial a outras profissões jurídicas poderia ser ideologicamente conexo, se bem que menos útil em termos de politização e controlo - tanto, que a República o manteve -, a verdade é que a Ditadura Militar e o Estado Novo seriam certamente mais aptos a fazer desta articulação com o Ministério Público, do ideal de nação e da sua defesa, uma ideologia conexa, num momento em que, como vimos no capítulo II, classes como a dos advogados eram de algum modo postas em causa na sua própria missão tradicional.

Chegamos, aqui, ao segundo ponto de reflexão – a questão do controlo governamental. Como acabamos de explicitar, o monopólio da justiça aos juízes e o entroncar das duas carreiras, magistratura judicial e Ministério Público, são alvos facilmente identificáveis para essa instrumentalização. Mas não só. Um dado relevante, também essencial, é o vazio legal em determinados pontos da definição do corpo das magistraturas. Se bem que regulamentadas com pormenor, as carreiras do Ministério Público e da magistratura judicial atravessaram todo este período carregando dois pontos sensíveis: (i) um primeiro, a que já nos referimos em parte oportuna, das transferências e que, por isso, não voltaremos a ele aqui

e, (ii) um segundo, que diz respeito à progressão na carreira, no que diz respeito à promoção entre classes e instâncias.

Estes dois corpos, Ministério Público e magistratura judicial, nunca detiveram regras concretas de promoção assegurada por lei, dependendo sempre de uma política do número de vagas existente e jamais de um período de anos fixado e determinado. Ou seja, um delegado do Ministério Público e um juiz de direito, ambos, poderiam permanecer indefinidamente na sua classe, sem serem promovidos, arrastando a sua situação, até que as vagas existentes permitissem a abertura ascendente do circuito. Isto possibilitou, da parte dos executivos, um controlo e uma gestão simples de obter, jogando com toda a evolução do corpo de magistrados, consoante a utilidade no terreno ou a disponibilidade financeira e orçamental. Por assim dizer, a carreira das magistraturas nunca foi uma carreira estática de progressão, mas um corpo maleável, permeável à política dos executivos.

De que modo se fez isto observar, em termos históricos? Devemos aqui combinar os dados que esta investigação traz, nomeadamente no que diz respeito à evolução do corpo da magistratura e de uma «política do mapa judicial», levada a cabo pela Ditadura Militar e continuada pelo Estado Novo.

A primeira instância, aquela que absorve o maior contingente de magistrados judiciais, mostra-nos claramente dois ciclos: um primeiro, até 1923, onde há uma oscilação entre 240 e 250 juízes nos anos entre 1910 e 1919, depois seguindo para uma breve expansão até ao fim do ciclo; depois, até ao fim do período, um segundo ciclo de decréscimo dos números entre 220 e 240 magistrados. Os meados dos anos vinte são, por isso um marco a reter. Mas os dados globais de todo o corpo, incluindo os tribunais superiores e os magistrados no quadro, revelam uma situação mais clara: uma expansão até 1920, seguida de uma oscilação ligeira em quebra, para depois de 1927 e 1928 seguir num decréscimo contínuo e acentuado.

É aqui que podemos identificar claramente, após o período republicano de uma ausência de política do mapa judicial (ele manteve-se praticamente inalterado, apesar de uma ou outra reforma como a de Sidónio), uma reforma clara e dirigida que aparece com os Estatutos Judiciais de 1927/1928. Em 1910, o número de comarcas do país era de 193. Após os Estatutos Judiciário restavam 157. Esta política do mapa judicial levou a que o corpo da magistratura, não sendo um corpo estático obedecendo a progressões dados por anos de

efectivo serviço fixados, fosse permeável a um estrangulamento claro por parte dos executivos da Ditadura, com efeitos reflexos e inevitáveis no contingente de magistrados. Esta política de estrangulamento do corpo da magistratura, da sua retracção, teria por certo motivações financeiras em anos delicados como os finais dos anos vinte, mas ela manter-se-ia ao longo dos anos trinta e assim se manteria na primeira metade dos anos quarenta. Este resfriamento, este estrangulamento das vagas, não pode ser desligado de toda uma política autoritária para o edifício judiciário: uma forte vigilância à situação dos magistrados no quadro, sem exercício, essa «bolsa de magistrados» excedente que irá com o tempo quase desaparecer, a arregimentação das profissões jurídicas numa «família judicial», uma moral de austeridade e contenção no serviço público, tudo órbitas na mesma constelação de uma política autoritária que muito deve a Manuel Rodrigues Júnior.

Resta-nos, por fim, sair do jogo e da política de governamentais de utilização do corpo da magistratura para, cruzando os dados, olhá-lo no seu interior. Como se comportou este corpo, mantido quase inalterado pela República e restringido e disciplinado pela Ditadura? A política de «estrangulamento» fez eternizar magistrados nas suas classes, o edifício parou numa situação híbrida?

A leitura e análise dos dados para todo este período permite concluir o seguinte: desde início do século que a expansão do corpo da magistratura judicial fez com que existisse uma aceleração na progressão das carreiras. A década de 1920 a 1930 atinge, neste campo o máximo de renovação do corpo judicial. A política da Ditadura, operada através dos Estatutos Judiciários de 1927/1928 ainda não se reflectem com seriedade nesta década, aparecendo dentro dela já no fim. Mas os anos trinta serão já anos de nova retracção e abrandamento, mantendo a sensivelmente a mesma configuração do mapa dado pelos Estatutos e, por isso, resfriando a muito activa circulação interior da década precedente. A primeira metade dos anos quarenta regista dados muito variáveis, sendo impossível optar por uma recuperação ou resfriamento.

Finalizando com um exemplo característico, um magistrado judicial na década de vinte teria de esperar 6,6 anos apenas para ascender da primeira classe a um dos tribunais da Relação. Após a política de retracção do corpo da magistratura efectuada pela ditadura, já na década seguinte, de trinta, o mesmo magistrado teria de esperar não 6,6 anos mas sim 9,29. Ou seja,

quase três anos de abrandamento do circuito interior da progressão na carreira. Mas mais abismal ainda, pela diferença, é o conjunto de anos necessários para ascender desde o ingresso na carreira até ao Supremo Tribunal de Justiça. Nessa década de vinte, de maior aceleração em movimento que se origina desde o início do século, um magistrado demoraria 22,17 anos.

Na década seguinte, de trinta, o mesmo magistrado demoraria 32,58 anos a fazer o mesmo percurso. Uma diferença de dez anos.

Era um outro corpo.

3.8 Anexos (Quadros 1 a 27)

**Anexo 1 – Tempo de ascensão à 2ª Classe – Magistrados judiciais
entrados na 3ª Classe entre 1 de Janeiro de 1900 e 1 de Janeiro de 1910
(>01-01-1900 e <01-01-1910)**

Total de magistrados com informação: 82

Média: 3462,85 dias / 9,48 anos

Mínimo: 136 dias

Máximo: 7302 dias

Moda: 9 a 10 anos (36 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA

Nº

< 1 ano	365 dias	2
> 1 ano a 2 anos	730 dias	0
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	0
> 3 anos a 4 anos	1460 dias	0
> 4 anos a 5 anos	1825 dias	0
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	1

> 6 anos a 7 anos	2555 dias	2
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	3
> 8 anos a 9 anos	3285 dias	14
> 9 anos a 10 anos	3650 dias	36
> 10 anos a 11 anos	4015 dias	20
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	2
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	0
> 13 anos a 14 anos	5110 dias	0
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	0
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	1
> 16 anos a 17 anos	6205 dias	0
> 17 anos a 18 anos	6570 dias	0
> 18 anos a 19 anos	6935 dias	0
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	1
TOTAL		82

**Anexo 2 – Tempo de ascensão à 2ª Classe – Magistrados judiciais
entrados na 3ª Classe entre 1 de Janeiro de 1910 e 1 de Janeiro de 1920**

(>=01-01-1910 e <01-01-1920)

Total de magistrados com informação: 134

Média: 2433,25 dias / 6,67 anos

Mínimo: 253 dias

Máximo: 4133 dias

Moda: 6 a 7 anos (86 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA		Nº
< 1 ano	365 dias	1
> 1 ano a 2 anos	730 dias	0
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	1
> 3 anos a 4 anos	1460 dias	0
> 4 anos a 5 anos	1825 dias	1
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	8
> 6 anos a 7 anos	2555 dias	86
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	28
> 8 anos a 9 anos	3285 dias	5
> 9 anos a 10 anos	3650 dias	0

> 10 anos a 11 anos	4015 dias	3
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	1
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	0
> 13 anos a 14 anos	5110 dias	0
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	0
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	0
> 16 anos a 17 anos	6205 dias	0
> 17 anos a 18 anos	6570 dias	0
> 18 anos a 19 anos	6935 dias	0
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	0
TOTAL		134

**Anexo 3 – Tempo de ascensão à 2ª Classe – Magistrados judiciais
entrados na 3ª Classe entre 1 de Janeiro de 1920 e 1 de Janeiro de 1930**

(>=01-01-1920 e <01-01-1930)

Total de magistrados com informação: 135

Média: 2338,26 dias / 6,41 anos

Mínimo: 1052 dias

Máximo: 7598 dias

Moda: 4 a 5 anos (37 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA

Nº

< 1 ano	365 dias	0
> 1 ano a 2 anos	730 dias	0
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	1
> 3 anos a 4 anos	1460 dias	0
> 4 anos a 5 anos	1825 dias	37
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	31
> 6 anos a 7 anos	2555 dias	36
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	3
> 8 anos a 9 anos	3285 dias	4
> 9 anos a 10 anos	3650 dias	17
> 10 anos a 11 anos	4015 dias	1
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	3
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	1
> 13 anos a 14 anos	5110 dias	0
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	0
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	0
> 16 anos a 17 anos	6205 dias	0
> 17 anos a 18 anos	6570 dias	0

> 18 anos a 19 anos	6935 dias	0
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	1
TOTAL		135

**Anexo 4 – Tempo de ascensão à 2ª Classe – Magistrados judiciais
entrados na 3ª Classe entre 1 de Janeiro de 1930 e 1 de Janeiro de 1940**

(>=01-01-1930 e <01-01-1940)

Total de magistrados com informação: 95

Média: 3621,35 dias / 9,92 anos

Mínimo: 932 dias

Máximo: 6155 dias

Moda: 10 a 11 anos (33 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA

Nº

< 1 ano	365 dias	0
> 1 ano a 2 anos	730 dias	0
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	1

> 3 anos a 4 anos	1460 dias	0
> 4 anos a 5 anos	1825 dias	0
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	1
> 6 anos a 7 anos	2555 dias	1
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	2
> 8 anos a 9 anos	3285 dias	24
> 9 anos a 10 anos	3650 dias	17
> 10 anos a 11 anos	4015 dias	33
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	8
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	4
> 13 anos a 14 anos	5110 dias	3
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	0
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	0
> 16 anos a 17 anos	6205 dias	1
> 17 anos a 18 anos	6570 dias	0
> 18 anos a 19 anos	6935 dias	0
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	0
TOTAL		95

**Anexo 5 – Tempo de ascensão à 2ª Classe – Magistrados judiciais
entrados na 3ª Classe entre 1 de Janeiro de 1940 e 1 de Janeiro de 1946**

(>=01-01-1940 e <01-01-1946)

Total de magistrados com informação: 75

Média: 2795,40 dias / 7,66 anos

Mínimo: 2190 dias

Máximo: 3609 dias

Moda: 7 a 8 anos (41 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA

Nº

< 1 ano	365 dias	0
> 1 ano a 2 anos	730 dias	0
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	0
> 3 anos a 4 anos	1460 dias	0
> 4 anos a 5 anos	1825 dias	0
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	2
> 6 anos a 7 anos	2555 dias	13
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	41
> 8 anos a 9 anos	3285 dias	18
> 9 anos a 10 anos	3650 dias	1

> 10 anos a 11 anos	4015 dias	0
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	0
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	0
> 13 anos a 14 anos	5110 dias	0
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	0
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	0
> 16 anos a 17 anos	6205 dias	0
> 17 anos a 18 anos	6570 dias	0
> 18 anos a 19 anos	6935 dias	0
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	0
TOTAL		75

**Anexo 6 – Tempo de ascensão à 1ª Classe – Magistrados judiciais
entrados na 2ª Classe entre 1 de Janeiro de 1900 e 1 de Janeiro de 1910**

(>01-01-1900 e <01-01-1910)

Total de magistrados com informação: 78

Média: 1956,65 dias / 5,36 anos

Mínimo: 868 dias

Máximo: 3601 dias

Moda: 5 a 6 anos / 7 a 8 anos (15 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA

Nº

< 1 ano	365 dias	0
> 1 ano a 2 anos	730 dias	0
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	11
> 3 anos a 4 anos	1460 dias	10
> 4 anos a 5 anos	1825 dias	12
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	15
> 6 anos a 7 anos	2555 dias	12
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	15
> 8 anos a 9 anos	3285 dias	0
> 9 anos a 10 anos	3650 dias	3
> 10 anos a 11 anos	4015 dias	0
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	0
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	0
> 13 anos a 14 anos	5110 dias	0
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	0
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	0
> 16 anos a 17 anos	6205 dias	0
> 17 anos a 18 anos	6570 dias	0

> 18 anos a 19 anos	6935 dias	0
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	0
TOTAL		78

**Anexo 7 – Tempo de ascensão à 1ª Classe – Magistrados judiciais
entrados na 2ª Classe entre 1 de Janeiro de 1910 e 1 de Janeiro de 1920**

(>=01-01-1910 e <01-01-1920)

Total de magistrados com informação: 101

Média: 1460,29 dias / 4,00 anos

Mínimo: 924 dias

Máximo: 4037 dias

Moda: 3 a 4 anos (48 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA

Nº

< 1 ano	365 dias	0
> 1 ano a 2 anos	730 dias	0
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	13
> 3 anos a 4 anos	1460 dias	48

> 4 anos a 5 anos	1825 dias	32
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	5
> 6 anos a 7 anos	2555 dias	1
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	0
> 8 anos a 9 anos	3285 dias	0
> 9 anos a 10 anos	3650 dias	0
> 10 anos a 11 anos	4015 dias	1
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	1
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	0
> 13 anos a 14 anos	5110 dias	0
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	0
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	0
> 16 anos a 17 anos	6205 dias	0
> 17 anos a 18 anos	6570 dias	0
> 18 anos a 19 anos	6935 dias	0
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	0
TOTAL		101

**Anexo 8 – Tempo de ascensão à 1ª Classe – Magistrados judiciais
entrados na 2ª Classe entre 1 de Janeiro de 1920 e 1 de Janeiro de 1930**

(>=01-01-1920 e <01-01-1930)

Total de magistrados com informação: 165

Média: 1209,05 dias / 3,31 anos

Mínimo: 334 dias

Máximo: 5504 dias

Moda: 2 a 3 anos (77 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA

Nº

< 1 ano	365 dias	1
> 1 ano a 2 anos	730 dias	21
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	77
> 3 anos a 4 anos	1460 dias	47
> 4 anos a 5 anos	1825 dias	2
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	0
> 6 anos a 7 anos	2555 dias	0
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	0
> 8 anos a 9 anos	3285 dias	13
> 9 anos a 10 anos	3650 dias	3

> 10 anos a 11 anos	4015 dias	0
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	0
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	0
> 13 anos a 14 anos	5110 dias	0
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	0
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	1
> 16 anos a 17 anos	6205 dias	0
> 17 anos a 18 anos	6570 dias	0
> 18 anos a 19 anos	6935 dias	0
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	0
TOTAL		165

**Anexo 9 – Tempo de ascensão à 1ª Classe – Magistrados judiciais
entrados na 2ª Classe entre 1 de Janeiro de 1930 e 1 de Janeiro de 1940**

(>=01-01-1930 e <01-01-1940)

Total de magistrados com informação: 50

Média: 2498,46 dias / 6,85 anos

Mínimo: 52 dias

Máximo: 3706 dias

Moda: 9 a 10 anos (17 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA

Nº

< 1 ano	365 dias	1
> 1 ano a 2 anos	730 dias	1
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	0
> 3 anos a 4 anos	1460 dias	9
> 4 anos a 5 anos	1825 dias	8
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	0
> 6 anos a 7 anos	2555 dias	4
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	1
> 8 anos a 9 anos	3285 dias	8
> 9 anos a 10 anos	3650 dias	17
> 10 anos a 11 anos	4015 dias	1
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	0
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	0
> 13 anos a 14 anos	5110 dias	0
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	0
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	0

> 16 anos a 17 anos	6205 dias	0
> 17 anos a 18 anos	6570 dias	0
> 18 anos a 19 anos	6935 dias	0
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	0
TOTAL		50

**Anexo 10 – Tempo de ascensão à 1ª Classe – Magistrados judiciais
entrados na 2ª Classe entre 1 de Janeiro de 1940 e 1 de Janeiro de 1946**

(>=01-01-1940 e <01-01-1946)

Total de magistrados com informação: 53

Média: 1591,17 dias / 4,36 anos

Mínimo: 1004 dias

Máximo: 2970 dias

Moda: 4 a 5 anos (23 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA

Nº

< 1 ano	365 dias	0
> 1 ano a 2 anos	730 dias	0
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	2

> 3 anos a 4 anos	1460 dias	19
> 4 anos a 5 anos	1825 dias	23
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	8
> 6 anos a 7 anos	2555 dias	0
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	0
> 8 anos a 9 anos	3285 dias	1
> 9 anos a 10 anos	3650 dias	0
> 10 anos a 11 anos	4015 dias	0
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	0
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	0
> 13 anos a 14 anos	5110 dias	0
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	0
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	0
> 16 anos a 17 anos	6205 dias	0
> 17 anos a 18 anos	6570 dias	0
> 18 anos a 19 anos	6935 dias	0
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	0
TOTAL		53

**Anexo 11 – Tempo de ascensão à 2ª Instância – Magistrados judiciais
entrados na 1ª Classe entre 1 de Janeiro de 1900 e 1 de Janeiro de 1910**

(>01-01-1900 e <01-01-1910)

Total de magistrados com informação: 36

Média: 4547,75 dias / 12,46 anos

Mínimo: 85 dias

Máximo: 6880 dias

Moda: 11 a 12 anos (13 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA

Nº

< 1 ano	365 dias	1
> 1 ano a 2 anos	730 dias	0
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	0
> 3 anos a 4 anos	1460 dias	0
> 4 anos a 5 anos	1825 dias	0
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	0
> 6 anos a 7 anos	2555 dias	0
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	1
> 8 anos a 9 anos	3285 dias	0

> 9 anos a 10 anos	3650 dias	0
> 10 anos a 11 anos	4015 dias	2
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	13
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	3
> 13 anos a 14 anos	5110 dias	12
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	0
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	0
> 16 anos a 17 anos	6205 dias	1
> 17 anos a 18 anos	6570 dias	1
> 18 anos a 19 anos	6935 dias	2
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	0
TOTAL		36

**Anexo 12 – Tempo de ascensão à 2ª Instância – Magistrados judiciais
entrados na 1ª Classe entre 1 de Janeiro de 1910 e 1 de Janeiro de 1920**

(>=01-01-1910 e <01-01-1920)

Total de magistrados com informação: 57

Média: 2918,95 dias / 8 anos

Mínimo: 1090 dias

Máximo: 4863 dias

Moda: 6 a 7 anos (19 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA

Nº

< 1 ano	365 dias	0
> 1 ano a 2 anos	730 dias	0
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	1
> 3 anos a 4 anos	1460 dias	0
> 4 anos a 5 anos	1825 dias	0
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	0
> 6 anos a 7 anos	2555 dias	19
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	9
> 8 anos a 9 anos	3285 dias	11
> 9 anos a 10 anos	3650 dias	15
> 10 anos a 11 anos	4015 dias	1
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	0
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	0
> 13 anos a 14 anos	5110 dias	1
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	0
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	0
> 16 anos a 17 anos	6205 dias	0

> 17 anos a 18 anos	6570 dias	0
> 18 anos a 19 anos	6935 dias	0
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	0
TOTAL		57

**Anexo 13 – Tempo de ascensão à 2ª Instância – Magistrados judiciais
entrados na 1ª Classe entre 1 de Janeiro de 1920 e 1 de Janeiro de 1930**

(>=01-01-1920 e <01-01-1930)

Total de magistrados com informação: 100

Média: 2409,49 dias / 6,60 anos

Mínimo: 1347 dias

Máximo: 5926 dias

Moda: 5 a 6 anos (30 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA

Nº

< 1 ano	365 dias	0
> 1 ano a 2 anos	730 dias	0
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	0
> 3 anos a 4 anos	1460 dias	6

> 4 anos a 5 anos	1825 dias	19
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	30
> 6 anos a 7 anos	2555 dias	17
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	5
> 8 anos a 9 anos	3285 dias	1
> 9 anos a 10 anos	3650 dias	7
> 10 anos a 11 anos	4015 dias	11
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	2
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	0
> 13 anos a 14 anos	5110 dias	1
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	0
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	0
> 16 anos a 17 anos	6205 dias	1
> 17 anos a 18 anos	6570 dias	0
> 18 anos a 19 anos	6935 dias	0
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	0
TOTAL		100

**Anexo 14 – Tempo de ascensão à 2ª Instância – Magistrados judiciais
entrados na 1ª Classe entre 1 de Janeiro de 1930 e 1 de Janeiro de 1940**

(>=01-01-1930 e <01-01-1940)

Total de magistrados com informação: 38

Média: 3390,68 dias / 9,29 anos

Mínimo: 522 dias

Máximo: 5637 dias

Moda: 11 a 12 anos (8 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA

Nº

< 1 ano	365 dias	0
> 1 ano a 2 anos	730 dias	1
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	0
> 3 anos a 4 anos	1460 dias	0
> 4 anos a 5 anos	1825 dias	0
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	2
> 6 anos a 7 anos	2555 dias	3
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	6
> 8 anos a 9 anos	3285 dias	8
> 9 anos a 10 anos	3650 dias	0

> 10 anos a 11 anos	4015 dias	7
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	8
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	2
> 13 anos a 14 anos	5110 dias	0
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	0
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	1
> 16 anos a 17 anos	6205 dias	0
> 17 anos a 18 anos	6570 dias	0
> 18 anos a 19 anos	6935 dias	0
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	0
TOTAL		38

**Anexo 15 – Tempo de ascensão à 2ª Instância – Magistrados judiciais
entrados na 1ª Classe entre 1 de Janeiro de 1940 e 1 de Janeiro de 1946**

(>=01-01-1940 e <01-01-1946)

Total de magistrados com informação: 43

Média: 3273,07 dias / 8,97 anos

Mínimo: 2055 dias

Máximo: 4048 dias

Moda: 10 a 11 anos (13 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA

Nº

< 1 ano	365 dias	0
> 1 ano a 2 anos	730 dias	0
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	0
> 3 anos a 4 anos	1460 dias	0
> 4 anos a 5 anos	1825 dias	0
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	1
> 6 anos a 7 anos	2555 dias	5
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	8
> 8 anos a 9 anos	3285 dias	5
> 9 anos a 10 anos	3650 dias	10
> 10 anos a 11 anos	4015 dias	13
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	1
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	0
> 13 anos a 14 anos	5110 dias	0
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	0
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	0
> 16 anos a 17 anos	6205 dias	0
> 17 anos a 18 anos	6570 dias	0

> 18 anos a 19 anos	6935 dias	0
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	0
TOTAL		43

**Anexo 16 – Tempo de ascensão ao Supremo Tribunal de Justiça – Magistrados judiciais
entrados nas Relações entre 1 de Janeiro de 1900 e 1 de Janeiro de 1910**

(>01-01-1900 e <01-01-1910)

Total de magistrados com informação: 24

Média: 3737,17 dias / 10,24 anos

Mínimo: 2613 dias

Máximo: 5035 dias

Moda: 7 a 8 anos (4 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA

Nº

< 1 ano	365 dias	0
> 1 ano a 2 anos	730 dias	0
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	0

> 3 anos a 4 anos	1460 dias	0
> 4 anos a 5 anos	1825 dias	0
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	0
> 6 anos a 7 anos	2555 dias	0
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	4
> 8 anos a 9 anos	3285 dias	3
> 9 anos a 10 anos	3650 dias	5
> 10 anos a 11 anos	4015 dias	2
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	6
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	2
> 13 anos a 14 anos	5110 dias	2
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	0
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	0
> 16 anos a 17 anos	6205 dias	0
> 17 anos a 18 anos	6570 dias	0
> 18 anos a 19 anos	6935 dias	0
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	0
TOTAL		24

**Anexo 17 – Tempo de ascensão ao Supremo Tribunal de Justiça – Magistrados judiciais
entrados nas Relações entre 1 de Janeiro de 1910 e 1 de Janeiro de 1920**

(>=01-01-1910 e <01-01-1920)

Total de magistrados com informação: 25

Média: 3011,68 dias / 8,25 anos

Mínimo: 1787 dias

Máximo: 4086 dias

Moda: 6 a 7 anos (9 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA

Nº

< 1 ano	365 dias	0
> 1 ano a 2 anos	730 dias	0
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	0
> 3 anos a 4 anos	1460 dias	0
> 4 anos a 5 anos	1825 dias	1
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	1
> 6 anos a 7 anos	2555 dias	9
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	0

> 8 anos a 9 anos	3285 dias	4
> 9 anos a 10 anos	3650 dias	4
> 10 anos a 11 anos	4015 dias	3
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	3
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	0
> 13 anos a 14 anos	5110 dias	0
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	0
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	0
> 16 anos a 17 anos	6205 dias	0
> 17 anos a 18 anos	6570 dias	0
> 18 anos a 19 anos	6935 dias	0
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	0
TOTAL		25

**Anexo 18 – Tempo de ascensão ao Supremo Tribunal de Justiça – Magistrados judiciais
entrados nas Relações entre 1 de Janeiro de 1920 e 1 de Janeiro de 1930**

(>=01-01-1920 e <01-01-1930)

Total de magistrados com informação: 58

Média: 2133,57 dias / 5,85 anos

Mínimo: 89 dias

Máximo: 6049 dias

Moda: 5 a 6 anos (12 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA

Nº

< 1 ano	365 dias	1
> 1 ano a 2 anos	730 dias	0
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	4
> 3 anos a 4 anos	1460 dias	11
> 4 anos a 5 anos	1825 dias	11
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	12
> 6 anos a 7 anos	2555 dias	3
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	4
> 8 anos a 9 anos	3285 dias	2
> 9 anos a 10 anos	3650 dias	6
> 10 anos a 11 anos	4015 dias	2
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	1
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	0
> 13 anos a 14 anos	5110 dias	0
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	0
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	0

> 16 anos a 17 anos	6205 dias	1
> 17 anos a 18 anos	6570 dias	0
> 18 anos a 19 anos	6935 dias	0
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	0
TOTAL		58

**Anexo 19 – Tempo de ascensão ao Supremo Tribunal de Justiça – Magistrados judiciais
entrados nas Relações entre 1 de Janeiro de 1930 e 1 de Janeiro de 1940**

(>=01-01-1930 e <01-01-1940)

Total de magistrados com informação: 22

Média: 2378,18 dias / 6,52 anos

Mínimo: 774 dias

Máximo: 5830 dias

Moda: 4 a 5 anos (5 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA

Nº

< 1 ano	365 dias	0
> 1 ano a 2 anos	730 dias	0
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	3

> 3 anos a 4 anos	1460 dias	3
> 4 anos a 5 anos	1825 dias	5
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	2
> 6 anos a 7 anos	2555 dias	2
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	2
> 8 anos a 9 anos	3285 dias	0
> 9 anos a 10 anos	3650 dias	0
> 10 anos a 11 anos	4015 dias	3
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	0
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	0
> 13 anos a 14 anos	5110 dias	0
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	1
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	1
> 16 anos a 17 anos	6205 dias	0
> 17 anos a 18 anos	6570 dias	0
> 18 anos a 19 anos	6935 dias	0
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	0
TOTAL		22

**Anexo 20 – Tempo de ascensão ao Supremo Tribunal de Justiça – Magistrados judiciais
entrados nas Relações entre 1 de Janeiro de 1940 e 1 de Janeiro de 1946**

(>=01-01-1940 e <01-01-1946)

Total de magistrados com informação: 26

Média: 2786,12 dias / 7,63 anos

Mínimo: 718 dias

Máximo: 4707 dias

Moda: 6 a 7 anos e 9 a 10 anos (5 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA

Nº

< 1 ano	365 dias	0
> 1 ano a 2 anos	730 dias	1
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	1
> 3 anos a 4 anos	1460 dias	0
> 4 anos a 5 anos	1825 dias	0
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	3
> 6 anos a 7 anos	2555 dias	5
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	4
> 8 anos a 9 anos	3285 dias	4
> 9 anos a 10 anos	3650 dias	5

> 10 anos a 11 anos	4015 dias	2
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	0
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	1
> 13 anos a 14 anos	5110 dias	0
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	0
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	0
> 16 anos a 17 anos	6205 dias	0
> 17 anos a 18 anos	6570 dias	0
> 18 anos a 19 anos	6935 dias	0
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	0
TOTAL		26

**Anexo 21 – Tempo de serviço no Supremo Tribunal de Justiça,
magistrados entrados no quadro de 1 de Janeiro de 1910 a 1 de Janeiro de 1920**

(>=01-01-1910 e <01-01-1920)

Total de magistrados com informação: 23

Processos incompletos (sem data de aposentação): 8

Média: 2489,43 dias / 6,82 anos

Mínimo: 4 dias

Máximo: 6128 dias

Moda: 3 a 4 anos, 8 a 9 anos e 9 a 10 anos (3 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA

Nº

< 1 ano	365 dias	1
> 1 ano a 2 anos	730 dias	2
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	1
> 3 anos a 4 anos	1460 dias	3
> 4 anos a 5 anos	1825 dias	1
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	1
> 6 anos a 7 anos	2555 dias	2
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	2
> 8 anos a 9 anos	3285 dias	3
> 9 anos a 10 anos	3650 dias	3
> 10 anos a 11 anos	4015 dias	1
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	1
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	1
> 13 anos a 14 anos	5110 dias	0
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	0
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	0
> 16 anos a 17 anos	6205 dias	1

> 17 anos a 18 anos	6570 dias	0
> 18 anos a 19 anos	6935 dias	0
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	0
TOTAL		23

**Anexo 22 – Tempo de serviço no Supremo Tribunal de Justiça,
magistrados entrados no quadro de 1 de Janeiro de 1920 a 1 de Janeiro de 1930**

(>=01-01-1920 e <01-01-1930)

Total de magistrados com informação: 53

Processos incompletos (sem data de aposentação): 2

Média: 1739,62 dias / 4,77 anos

Mínimo: 45 dias

Máximo: 6599 dias

Moda: <1 e 1 a 2 anos (11 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA **Nº**

< 1 ano	365 dias	11
> 1 ano a 2 anos	730 dias	11
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	4

> 3 anos a 4 anos	1460 dias	7
> 4 anos a 5 anos	1825 dias	3
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	3
> 6 anos a 7 anos	2555 dias	1
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	2
> 8 anos a 9 anos	3285 dias	1
> 9 anos a 10 anos	3650 dias	0
> 10 anos a 11 anos	4015 dias	1
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	1
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	4
> 13 anos a 14 anos	5110 dias	0
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	1
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	1
> 16 anos a 17 anos	6205 dias	1
> 17 anos a 18 anos	6570 dias	0
> 18 anos a 19 anos	6935 dias	1
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	0
TOTAL		53

**Anexo 23 – Tempo de serviço no Supremo Tribunal de Justiça,
magistrados entrados no quadro de 1 de Janeiro de 1930 a 1 de Janeiro de 1940**

(>=01-01-1930 e <01-01-1940)

Total de magistrados com informação: 35

Processos incompletos (sem data de aposentação): 1

Média: 2204,77 dias / 6,04 anos

Mínimo: 52 dias

Máximo: 7843 dias

Moda: 4 a 5 anos (6 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA

Nº

< 1 ano	365 dias	3
> 1 ano a 2 anos	730 dias	1
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	4
> 3 anos a 4 anos	1460 dias	2
> 4 anos a 5 anos	1825 dias	6
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	5
> 6 anos a 7 anos	2555 dias	3
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	3

> 8 anos a 9 anos	3285 dias	2
> 9 anos a 10 anos	3650 dias	1
> 10 anos a 11 anos	4015 dias	1
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	1
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	0
> 13 anos a 14 anos	5110 dias	1
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	0
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	1
> 16 anos a 17 anos	6205 dias	0
> 17 anos a 18 anos	6570 dias	0
> 18 anos a 19 anos	6935 dias	0
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	0
> 21 anos a 22 anos	8030 dias	1
TOTAL		35

**Anexo 24 – Tempo de serviço no Supremo Tribunal de Justiça,
magistrados entrados no quadro de 1 de Janeiro de 1940 a 1 de Janeiro de 1946**

(>=01-01-1940 e <01-01-1946)

Total de magistrados com informação: 18

Processos incompletos (sem data de aposentação): 3

Média: 2241,61 dias / 6,14 anos

Mínimo: 541 dias

Máximo: 5738 dias

Moda: 3 a 4 anos (5 casos)

TABELA DE FREQUÊNCIA

Nº

< 1 ano	365 dias	0
> 1 ano a 2 anos	730 dias	2
> 2 anos a 3 anos	1095 dias	1
> 3 anos a 4 anos	1460 dias	5
> 4 anos a 5 anos	1825 dias	1
> 5 anos a 6 anos	2190 dias	1
> 6 anos a 7 anos	2555 dias	1
> 7 anos a 8 anos	2920 dias	2
> 8 anos a 9 anos	3285 dias	1
> 9 anos a 10 anos	3650 dias	1
> 10 anos a 11 anos	4015 dias	0
> 11 anos a 12 anos	4380 dias	1
> 12 anos a 13 anos	4745 dias	1

> 13 anos a 14 anos	5110 dias	0
> 14 anos a 15 anos	5475 dias	0
> 15 anos a 16 anos	5840 dias	1
> 16 anos a 17 anos	6205 dias	0
> 17 anos a 18 anos	6570 dias	0
> 18 anos a 19 anos	6935 dias	0
> 19 anos a 20 anos	7300 dias	0
> 20 anos a 21 anos	7665 dias	0
TOTAL		18

**Anexo 25 – Ingressos na metrópole de magistrados
oriundos do Ultramar
(magistrados em exercício entre 1910 e 1945)**

NOME	DATA INTEGRAÇÃO	EM QUE CATEGORIA	MAXIMO ATINGIDO
João Loureiro Bernardes de Miranda	23-06-1919	3 CLASSE	RELAÇÃO
Afonso Brandão de Mendonça e Vasconcelos	29-04-1916	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
António dos Reis Torgal Roque	20-03-1929	RELAÇÃO LISBOA	RELAÇÃO
Bernardo Augusto do Amaral Polónio	19-07-1930	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
Caetano Francisco Cláudio Eugénio Gonçalves	15-07-1919	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
Augusto Carlos Afonso Marques	29-11-1926	3 CLASSE	2 CLASSE

José Soares Pinto de Cabedo e Lencastre	07-05-1921	RELAÇÃO COIMBRA	RELAÇÃO
Rodrigo António Soares Pinheiro Junior	11-10-1925	3 CLASSE	1 CLASSE
Manuel José Mendes Arnaut	24-07-1924	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
José da Costa	01-11-1929	3 CLASSE	RELAÇÃO
Julio Martins Lobo de Seabra	01-03-1930	RELAÇÃO PORTO	SUPREMO
Arnaldo de Almeida Vidal	22-12-1918	3 CLASSE	SUPREMO
Américo Guilherme Botelho de Sousa	20-11-1926	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
Alberto Nogueira Lemos	27-07-1921	3 CLASSE	1 CLASSE
Jacinto Amado de Vasconcelos Raposo	30-09-1925	3 CLASSE	RELAÇÃO
João Leite da Silva	20-12-1928	3 CLASSE	RELAÇÃO
Luis Fischer Berquó Poças Falcão	24-01-1895	RELAÇÃO AÇORES	SUPREMO
Manuel Álvaro dos Reis Lima	27-02-1905	RELAÇÃO PORTO	SUPREMO
Eduardo Abranches Ferreira da Cunha	04-01-1894	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
Francisco António Ochoa	01-06-1888	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
Augusto Carlos Cardoso Pinto Osório	21-07-1887	RELAÇÃO AÇORES	SUPREMO
Abel de Matos Abreu	19-11-1885	3 CLASSE	SUPREMO
Amadeu Gonçalves Guimarães	14-11-1914	2 CLASSE	SUPREMO
Alberto Osório de Castro	01-03-1913	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
Albano de Magalhães	29-12-1910	RELAÇÃO PORTO	SUPREMO
António Augusto Barbosa Viana	15-02-1908	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
José Maria de Sousa Andrade	10-01-1907	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
José Maria de Sousa Azevedo	20-04-1912	3 CLASSE	RELAÇÃO
António Maria de Sousa Horta e Costa	11-04-1907	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
Alexandre de Barbosa Mendonça	11-04-1907	RELAÇÃO PORTO	SUPREMO

Arnaldo Mendes Norton de Matos	29-12-1910	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
Bernardo Botelho da Costa	19-01-1911	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
Caetano Traumaturgo Furtado	16-01-1915	RELAÇÃO PORTO	RELAÇÃO
Manuel Fernandes Botelho	02-09-1925	RELAÇÃO LISBOA	RELAÇÃO
Alberto de Sousa Larcher	23-11-1910	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
João José da Silva	14-01-1897	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
Eduardo Augusto de Campos Paiva	01-12-1892	3 CLASSE	RELAÇÃO
Lucas Emílio Monteiro Leitão	16-12-1907	2 CLASSE	1 CLASSE
Manuel Borges de Sousa Teles	29-03-1894	3 CLASSE	SUPREMO
Manuel Pereira Pimenta de Sousa e Castro	16-12-1909	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
Manuel Pereira da Silva e Costa	18-07-1914	3 CLASSE	3 CLASSE
Luis Monteverde da Cunha Lobo	12-05-1893	3 CLASSE	1 CLASSE
Basilio Alberto Lencastre da Veiga	11-04-1907	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
Francisco Teixeira de Mesquita	20-03-1906	RELAÇÃO AÇORES	RELAÇÃO
Eduardo Augusto de Sousa Monteiro	24-08-1912	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
José de Ornelas Cisneiros	23-06-1908	2 CLASSE	1 CLASSE
Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro	11-04-1907	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
Diogo Crispiniano da Costa	18-01-1913	RELAÇÃO PORTO	SUPREMO
Eduardo dos Santos	30-10-1912	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
Abel Augusto Correia de Pinho	14-06-1902	RELAÇÃO PORTO	SUPREMO
Carlos Lopes Quadros	08-08-1909	3 CLASSE	1 CLASSE
Augusto César Raposo	28-01-1909	3 CLASSE	1 CLASSE
Abel José Fernandes	06-07-1931	RELAÇÃO PORTO	RELAÇÃO
Alfredo Eduardo Lencastre da Veiga	10-10-1941	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO

Alvaro dos Santos Pato		21-01-1942	RELAÇÃO LISBOA	RELAÇÃO
António Artur da Piedade Rebelo		27-02-1943	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
António Anastácio Bruto da Costa		16-02-1933	RELAÇÃO LISBOA	RELAÇÃO
Augusto Ferreira dos Santos		13-04-1918	RELAÇÃO PORTO	SUPREMO
Carlos António Castêlo de Andrade		21-09-1940	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
Jaime Tomé		27-02-1943	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
João de Melo Sampaio		11-04-1931	RELAÇÃO LISBOA	RELAÇÃO
João Leal		17-12-1954	RELAÇÃO COIMBRA	SUPREMO
José Carlos de Castro Corte Real Machado	SINF		RELAÇÃO PORTO	RELAÇÃO
José da Paixão Pereira		23-08-1911	3 CLASSE	RELAÇÃO
Julio Armando da Silva Pereira	SINF		RELAÇÃO LISBOA	RELAÇÃO
Roberto António Martins		21-03-1939	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
Manuel Gonçalves Marques		21-11-1936	RELAÇÃO PORTO	SUPREMO
Manuel do Sacramento Monteiro		21-05-1919	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
Luis Pedro Moutinho de Gouveia	11-05-1888		3 CLASSE	3 CLASSE
Francisco António Pinto	27-01-1887		3 CLASSE	RELAÇÃO
Augusto Euclides de Meneses		07-01-1935	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
Amilcar José Ribeiro		16-02-1940	2 CLASSE	SUPREMO
Alvaro Eurico Lopes Cardoso		27-05-1938	2 CLASSE	SUPREMO
Francisco Manuel Couceiro da Costa		23-04-1921	RELAÇÃO LISBOA	RELAÇÃO
Avelino Augusto de Oliveira Leite		02-03-1928	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
Eduardo de Sousa Magalhães		24-07-1915	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO
Bernardo Nunes Garcia		15-10-1908	RELAÇÃO PORTO	RELAÇÃO
Manuel Maria de Sousa Cruz Vieira		28-11-1907	RELAÇÃO LISBOA	RELAÇÃO

Alfredo Augusto de Mendonça David	06-09-1906	RELAÇÃO LISBOA	RELAÇÃO
António Carlos de Carvalho Barreto	10-05-1894	3 CLASSE	2 CLASSE
António Maria Vieira Lisboa	08-07-1902	RELAÇÃO LISBOA	SUPREMO

**Anexo 26 – Comissões políticas dos magistrados judiciais
em exercício entre 1910 e 1945**

NOME	TIPO DE COMISSÃO	DATA
António Baltazar Pereira	Chefe do Gabinete do Ministro da Justiça	03-07-1925
Vasco Borges /**/***	Governador Civil da Guarda	08-01-1916
	Governador Civil do Funchal	04-04-1914
	Ministro da Justiça	*1922
	Deputado	*1935
	Deputado	*1940
João Correia da Silva Junior /**	Chefe da Secção Civil da Delegação especial do Governo dos Açores	28-03-1928
	Governador Civil de Ponta Delgada	26-11-1918
	Chefe da Secção Civil da Repartição do Gabinete do Governo dos Açores	29-04-1929
Mário Soares Duque	Chefe do Gabinete do Ministro do Trabalho	25-11-1920
Miguel Homem de Azevedo Queirós Sampaio e Melo	Governador Civil de Setúbal	14-02-1927
Jorge Pais Teles de Utra Machado	Governador Civil da Guarda	*1916
Manuel Lourenço Vasco	Secretário do Subsecretário de Estado da Assistência Social	17-10-1940
Cristóvão Cardoso Cabral Albuquerque Barata	Deputado	*1908
Álvaro Julio Barbosa	Governador Civil de Vila Real	23-11-1921

José Charters de Azevedo Lopes Vieira	Governador Civil da Horta	04-04-1914
António Carlos Alves	Governador Civil de Bragança	06-06-1919
António José Alves Ferreira de Lemos	Comissão no Ministério do Interior	SEM DATA
Raul Teles de Abreu	Administrador do Concelho de Penafiel	*1917
António Pais Rovisco	Auxiliar do Ministro de Estado	*1924
	Deputado	*1913
Adriano Marcolino Pires	Deputado	*1918
Joaquim Teixeira de Sampaio	Deputado	11-01-1883
	Deputado	30-11-1891
	Par do Reino	17-09-1910
Eduardo Abranches Ferreira da Cunha	Comissão Interparlamentar da Colonização do Alentejo	26-07-1902
António das Neves Oliveira e Sousa	Governador Civil de Coimbra	24-01-1890
	Governador Civil de Coimbra	09-03-1893
António Ferreira Pedrosa	Chefe do Gabinete do Ministro das Corporações	21-02-1952
Abel de Matos Abreu	Governador Civil de Viseu	22-02-1908
	Deputado	05-04-1908
António Augusto Nogueira Souto	Presidente da Câmara Municipal de Albergaria a Velha	*1874
Albano de Magalhães /**	Governador Civil do Porto	14-09-1912
Mateus Teixeira de Azevedo	Par do Reino	17-09-1910
Gustavo Teixeira Dias /**	Governador Civil de Coimbra	19-08-1933
	Governador Civil do Funchal	01-02-1941
Artur Alberto de Campos Henriques	Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça	20-03-1906
	Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça	04-02-1908
Diogo Tavares de Melo Leote	Ministro da Justiça	03-09-1911
Eduardo Augusto de Campos Paiva	Governador Civil de Portalegre	28-01-1909
Francisco António Patrício Junior /**	Governador Civil de Beja	14-01-1907
	Governador Civil de Beja	14-01-1909

José de Sousa Mendes	Presidente da Câmara Municipal do Carregal	SEM DATA
Eduardo Augusto de Sousa Monteiro	Ministro da Justiça	22-07-1914
Alfredo Monteiro de Carvalho	Governador Civil de Aveiro	18-08-1910
José Ribeiro Castanho	Ministro do Interior	01-07-1926
Jorge Couceiro da Costa	Secretário de Estado da Justiça e dos Cultos	08-10-1918
Francisco Henriques Góis	Governador Civil de Coimbra	24-05-1915
Justino José Correia	Governador Civil de Viana do Castelo	09-02-1915
Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro	Ministro das Colónias	09-01-1913
	Deputado	*1913
	Ministro do Interior	29-11-1915
	Subsecretário de Estado das Finanças	18-05-1916
	Ministro do Interior	25-04-1917
	Deputado	*1921
Agostinho de Mesquita	Governador Civil de Ponta Delgada	30-01-1935
Alfredo Ornelas Pedreira	Secretário do Ministro do Interior	SEM DATA
Augusto Pais de Almeida e Silva	Governador Civil da Horta	08-07-1931
Henrique Ernesto da Costa Santos	Governador Civil de Évora	SEM DATA
José Coelho da Mota Prego	Governador Civil de Lisboa	19-05-1909
José Maria de Sá Fernandes /**	Governador Civil do Porto	07-12-1911
António Arlindo Teixeira Martins	Chefe do Gabinete do Ministro da Justiça	16-10-1950
Francisco Sieuve de Séguier de Azevedo Soares	Secretário do Subsecretário de Estado das Obras Públicas	23-04-1943
	Governador Civil de Viana do Castelo	26-10-1944
José Machado de Serpa /**/**	Governador Civil da Horta	05-10-1910
	Deputado	*1911
	Senador	*1915
	Senador	*1919

	Senador	*1922
	Senador	*1925
Afonso de Melo Pinto Veloso /**/**	Governador Civil do Funchal	24-02-1910
	Ministro da Justiça	23-12-1918
	Ministro da Instrução	*1920
	Procurador à Câmara Corporativa	*1935
António Augusto de Almeida Arez *	Senador	SEM DATA
José Guilherme Pereira Barreiros *	Senador	SEM DATA
Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso *	Ministro da Justiça	29-06-1919
	Ministro da Justiça	19-07-1920
	Ministro da Justiça	15-11-1923
Alfredo Monteiro de Carvalho * / **	Senador	SEM DATA
	Governador Civil de Bragança	10-02-1915
João Bernardino de Sousa Carvalho *	Deputado	SEM DATA
Alberto Osório de Castro *	Senador	SEM DATA
	Ministro da Justiça	15-05-1918
António de Oliveira e Castro *	Senador	SEM DATA
	Ministro da Justiça	26-06-1920
Custódio Lopes de Castro *	Deputado	SEM DATA
Pedro Augusto Pereira de Castro **/**	Deputado	SEM DATA
	Governador Civil do Porto	02-03-1920
	Ministro da Justiça	22-11-1924
Francisco Manuel Couceiro da Costa *	Ministro dos Negócios Estrangeiros	*1921

Adolfo Augusto de Oliveira Coutinho */**	Deputado	SEM DATA
	Governador Civil de Lisboa	25-03-1920
	Ministro da Justiça	15-02-1925
António Dias */**	Deputado	SEM DATA
	Governador Civil da Guarda	18-02-1919
Adriano António Crispiniano da Fonseca *	Deputado	*1922
	Deputado	*1925
Bernardo Nunes Garcia *	Senador	*1915
Caetano Francisco Cláudio Eugénio Gonçalves *	Deputado	*1911
José de Oliveira Costa Gonçalves */**	Deputado	*1911
	Governador Civil de Lisboa	03-12-1915
Simão José *	Senador	*1915
Francisco Correia de Lemos *	Deputado	*1911
	Ministro da Justiça	16-06-1912
Paulo da Costa Menano *	Deputado	*1921
Alberto de Castro Pereira de Almeida Navarro *	Deputado	*1910
	Deputado	*1918
António Alves de Oliveira Junior *	Senador	*1919
	Senador	*1925
Alberto de Moura Pinto *	Deputado	*1911
	Deputado	*1915
	Deputado	*1922
	Deputado	*1925
	Ministro da Justiça	11-12-1917
Alfredo Narciso Marçal Martins Portugal	Senador	*1919

*

	Senador	*1925
Daniel José Rodrigues */**	Senador	*1913
	Ministro das Finanças	06-07-1924
	Deputado	*1925
	Governador Civil de Lisboa	16-01-1913
Sebastião Maria de Sampaio */**	Senador	*1918
	Governador Civil de Beja	04-01-1906
João Batista da Silva *	Deputado	*1915
	Deputado	*1922
	Deputado	*1925
	Governador Civil de Angra do Heroísmo	01-11-1913
Joaquim Crisóstomo da Silveira Junior *	Deputado	*1918
	Deputado	*1922
	Deputado	*1925
Manuel Fernandes Pinto **	Governador Civil de Viana do Castelo	18-01-1913
António de Freitas Ribeiro **	Governador Civil de Viana do Castelo	12-05-1917
José Joaquim Alvares Pedreira de Moura **	Governador Civil de Braga	06-04-1914
José Joaquim Coimbra **	Governador Civil de Vila Real	21-11-1914
António Luis de Freitas **	Governador Civil de Bragança	09-06-1911
Manuel Joaquim Correia **	Governador Civil de Bragança	09-11-1912
José Alberto Barata Amaral **	Governador Civil de Aveiro	05-03-1915
Adriano de Almeida Campos Amorim **	Governador Civil de Aveiro	02-05-1917
Luis Duarte Sereno **	Governador Civil de Coimbra	05-02-1915
Carlos José Barata Pinto Feio **	Governador Civil de Coimbra	01-06-1915
	Governador Civil do Funchal	18-12-1917
Agostinho Antunes de Lemos Viana **	Governador Civil de Castelo Branco	23-02-1915

António Manuel Pereira **	Governador Civil de Leiria	18-04-1929
Raul António de Barbosa Viana **	Governador Civil de Lisboa	19-01-1926
João Magrassó **	Governador Civil de Portalegre	05-02-1915
José da Cunha Mota **	Governador Civil de Portalegre	30-11-1921
José Féria Teotónio **	Governador Civil de Beja	01-11-1921
Francisco de Sales Pinto de Mesquita de Carvalho **	Governador Civil de Faro	17-02-1915
António Pais de Almeida e Silva **	Governador Civil da Horta	08-07-1931
Armando Candido de Medeiros ***	Deputado	*1945

Legenda: FONTES

sem indicação: processos dos magistrados judiciais/ Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial

* : MARQUES, A. H. Oliveira. *Parlamentares e ministros da Ia República (1910-1926)* (Lisboa, Afrontamento, 2000).

** : PEREIRA, António Manuel, *Evolução da divisão administrativa de Portugal (como nasceram os distritos. quem os tem governado)*, (Porto, Rotary Club do Porto, 1959).

*** : CRUZ, Manuel Braga da, PINTO, António Costa (dir), *Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974)* (Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004).

Anexo 27 – comissões militares-policiais dos magistrados

em exercício entre 1910 e 1945

NOME	TIPO DE COMISSÃO	DATA
------	------------------	------

Alfredo Alenção da Fonseca Bordalo	Auditor do Tribunal Militar Territorial do Porto	20-07-1929
Luis Clemente Pais de Sequeira	Auditor do Tribunal Militar do Porto	22-12-1928
	Auditor do 2º Tribunal Militar de Lisboa	06-07-1929
	Adjunto do Relator do Supremo Tribunal Militar	27-06-1947
Clemente Inácio Gomes	Director da Polícia	13-05-1920
	Ajudante do Director da Polícia Criminal	07-08-1915
António dos Santos Correia Marques	Sindicante das Polícias de Investigação Criminal	21-11-1926
Ernesto Nunes Lobo	Auditor do Tribunal da Marinha	22-10-1936
Mário Soares Duque	Adjunto do Juiz Auditor do Tribunal Militar Especial	01-09-1927
José da Cunha Mota	Tribunal Militar Especial	14-02-1940
Miguel Homem de Azevedo Queirós		14-10-
Sampaio e Melo	Juiz Relator do Supremo Tribunal Militar	1947
Aquiles Manuel Brochado Brandão	Auditor dos Tribunais Militares Especiais de Lisboa	16-07-1931
António Alberto Margarido Pacheco	Director da Polícia de Investigação Criminal do Porto	15-11-1930
José Maria Cardoso de Meneses	Auditor do Tribunal Especial de Lisboa	18-01-1931
	Auditor do Tribunal Militar Territorial de Viseu	17-01-

		1946
		14-01-
	Auditor do Tribunal Militar Territorial de Lisboa	1955
		21-12-
	Juiz do 2º Tribunal Militar Territorial de Lisboa	1955
		27-12-
José Simões Figueirinhas	Subdirector da Polícia de Investigação Criminal de Lisboa	1935
		19-07-
João Loureiro Bernardes de Miranda	Director da Polícia de Investigação Criminal de Coimbra	1926
		15-11-
Manuel Lourenço Vasco	Director da Polícia de Investigação Criminal de Coimbra	1930
		27-04-
Alberto Toscano	Auditor do 2º Tribunal Militar de Lisboa	1943
	Ajudante do Director da Polícia de Investigação Criminal de	15-04-
Manuel Guilherme de Abreu Fonseca	Lisboa	1931
		02-11-
	Director da Polícia de Investigação Criminal do Porto	1934
		20-12-
José Pinto de Vasconcelos	Auditor do Tribunal Militar Territorial do Porto	1946
		08-02-
Acácio de Amorim Girão	Juiz adjunto dos Tribunais Militares de Lisboa	1945
		22-02-
	Auditor do Tribunal Militar Territorial de Lisboa	1949
Caetano Francisco Claudio Eugénio		10-09-
Gonçalves	Inspector permanente dos serviços policiais	1919
		07-04-
António Caetano Figueira	Auditor do Tribunal Militar Territorial de Lisboa	1949
		31-07-
António de Abreu Mesquita	Sudirector da Polícia de Invcestigação Criminal do Porto	1939

	Juiz Relator do Supremo Tribunal Militar	25-04-1958
Raul de Melo e Castro Salter Cid	Militar do C.E.P.	07-05-1917
José Alves Monteiro Junior	Director da Polícia de Investigação Criminal de Lisboa	14-07-1930
	Director da Polícia Judiciária	09-01-1946
João Ribeiro Vieira de Castro	Subdirector da Polícia de Investigação Criminal de Lisboa	15-04-1931
Eduardo Coelho Martins de Almeida	Subdirector da Polícia de Investigação Criminal do Porto	27-05-1940
	Juiz do Tribunal de Polícia	16-01-1946
Jaime Inácio Ferreira	Subdirector da Polícia de Investigação do Porto	02-11-1934
	Subdirector da Polícia de Investigação do Porto	29-04-1940
	Auditor da Secção do Tribunal Militar Especial do Porto	27-05-1940
	Auditor do 1º Tribunal Militar Territorial de Lisboa	19-01-1945
António Freire Falcão de Campos	Auditor do Tribunal da Marinha	19-11-1945
António Maria Gonçalves Ferreira	Auditor do Tribunal Militar Territorial do Porto	19-06-1939
	Adjunto do Relator do Supremo Tribunal Militar	24-10-1952
José Mamede de Magalhães Bastos	Juiz do 2º Tribunal Militar Territorial de Lisboa	06-12-

		1949
		22-08-
José Maria Pinto de Sousa Magalhães	Adjunto do Director da Polícia de Investigação Criminal	1923
		30-10-
Álvaro Julio Barbosa	Auditor do 1º Tribunal Militar Territorial de Lisboa	1925
		05-07-
Amadeu Victor de Miranda Monteiro	Auditor do Tribunal Militar	1926
		01-12-
Camilo Maria de Sá Pinto de Abreu Sotomaior	Auditor do Tribunal Militar do Porto	1923
		19-02-
	Juiz do Tribunal Militar de Lisboa	1927
		07-02-
	Auditor do Tribunal Militar da Marinha	1928
		18-11-
	Adjunto do Relator do Supremo Tribunal Militar	1941
		14-11-
José Charters de Azevedo Lopes Vieira	Auditor do C.E.P.	1918
		05-07-
	Auditor do Tribunal Militar de Lisboa	1926
		20-09-
José Mendes Correia Batista	Auditor do Tribunal Militar da Marinha	1928
		16-11-
António José Alves Ferreira de Lemos	Adjunto do Director da Polícia de Investigação Criminal	1922
Vicente Ribeiro Leite de Sousa Vasconcelos	Adjunto do Director da Polícia de Investigação Criminal de Lisboa	08-04- 1926
		22-10-
Augusto Lopes Carneiro	Auditor dos Tribunais de Guerra do C.E.P.	1917
		27-09-
	Comissário da Polícia do Porto	1919

	Comissário da Polícia de Segurança do Porto	06-01-1922
Bento Coelho da Silva Portela	Adjunto do Director da Polícia de Investigação Criminal do Porto	29-01-1924
José Homem da Silveira Fernandes Vaz	Auditor do Tribunal Militar Especial de Lisboa	02-02-1933
João Eloi Pereira Nunes Cardoso	Director da Polícia Judiciária do Porto	09-09-1908
António Rodrigues de Almeida Ribeiro	Auditor do 1º Tribunal Militar Territorial de Lisboa	20-08-1917
	Adjunto do Relator do Supremo Tribunal Militar	16-04-1940
António de Sá Barreto Pereira do Couto Brandão	Auditor do Tribunal Militar do Porto	30-04-1927
Adriano António Crispiniano da Fonseca	Adjunto do Director da Polícia de Investigação Criminal	03-11-1922
	Director da Polícia de Investigação Criminal de Lisboa	06-02-1924
João Teixeira Direito	Adjunto da Polícia de Investigação de Lisboa	01-03-1924
Afonso de Castro Osório	Director Geral da Segurança Pública	04-05-1932
Afonso dos Santos Monteiro	Adjunto do Director da Polícia de Investigação Criminal	03-11-1922
Alfredo Teles de Sampaio Rio	Auditor do 1º Tribunal Militar Territorial de Lisboa	14-03-1928
Alberto de Araujo Cota	Adjunto da Polícia de Investigação Criminal do Porto	15-12-1922
Francisco António Lopes Moreira	Director da Polícia Judiciária	27-01-

		1955
		29-12-
	Juiz Relator do Supremo Tribunal Militar	1959
		23-05-
Miguel Maria de Mendonça Balsemão	Auditor do Conselho de Guerra do Norte	1904
		02-05-
	Auditor do Tribunal Militar Territorial do Porto	1914
		SEM
Alberto Teixeira de Sampaio	Auditor do Conselho de Guerra da Marinha	DATA
		SEM
	Auditor do Supremo Tribunal Militar	DATA
		26-11-
	Adjunto do Relator do Supremo Tribunal Militar	1927
		19-01-
Bernardo Botelho da Costa	Adjunto do Relator do Supremo Tribunal Militar	1911
		10-04-
Arnaldo Augusto Bártolo	Auditor do Tribunal Militar Especial de Lisboa	1937
		22-01-
Manuel Fernandes Botelho	Comissário da Polícia Civil de Portalegre	1890
		24-02-
João António de Sousa	Comissário de Polícia de Aveiro	1887
Carlos Augusto Velez Caldeira Castelo Branco		17-12-
	Auditor Geral da Marinha	1883
		SEM
Francisco Simões dos Reis	Não identificado	DATA
		19-06-
José Ribeiro Castanho	Auditor do 2º Tribunal Militar de Lisboa	1920
		03-02-
Francisco Henriques Gois	Chefe de Investigação na Polícia de Investigação de Lisboa	1912

José Maria de Magalhães Pinto Ribeiro	Auditor do C.E.P.	22-01-1917
Adelino Augusto da Silveira Costa Santos	Juiz dos crimes contra o Regime	04-12-1911
	Auditor do Tribunal Militar da 5ª Divisão	25-01-1913
António Carlos de Almeida e Silva	Juiz dos crimes contra o Regime	04-12-1911
Gonçalo Loureiro Montenegro Dá Mesquita Paul	Auditor do Tribunal Militar Territorial do Porto	05-11-1917
Carlos Lopes Quadros	Auditor do Conselho de Guerra Territorial de Angola	SEM DATA
José de Oliveira da Costa Gonçalves	Juiz dos crimes contra o Regime	04-12-1911
	Auditor do Tribunal de Guerra de Lisboa	17-07-1912
Abílio Celso Lousada	Presidente do Tribunal Especial	21-04-1949
Adolfo Augusto de Oliveira Coutinho	Director da Polícia de Investigação Criminal	28-05-1915
Adriano Antero Cardoso Vieira	Adjunto da Polícia de Investigação Criminal do Porto	05-08-1931
Alfredo José da Fonseca	Auditor do Tribunal Militar Territorial do Porto	29-12-1945
António Carlos Pires de Miranda	Auditor do Tribunal da Marinha	29-02-1952
António Fragoso de Almeida	Adjunto do Supremo Tribunal Militar	22-03-1960
António Rodrigues Cabral	Adjunto dos Tribunais Territoriais Militares de Lisboa	27-10-

		1955
António Rodrigues da Silva Quintela	Tribunal de Polícia	29-07-1952
Augusto Pais de Almeida e Silva	Auditor do Tribunal Militar Especial	07-04-1944
	Tribunal de Polícia de Lisboa	16-01-1946
	Auditor do 1º Tribunal Militar Territorial de Lisboa	02-04-1957
Bernardo Batista da Costa Gomes	2º Juízo de Polícia de Lisboa	29-11-1963
António Teixeira Botelho	Director da Polícia de Investigação Criminal de Coimbra	22-01-1936
	Subdirector da Polícia Judiciária de Coimbra	09-01-1946
Armando de Araujo Azevedo Amorim	Tribunal Militar Territorial do Porto	22-10-1955
João Duarte Sereno	Auditor junto do tribunal da grande circunscrição militar do Centro	16-12-1909
	Auditor do Tribunal Militar Territorial de Viseu	02-05-1914
José Taveira de Carvalho	Tribunal de Polícia	07-03-1952
	Tribunal Militar Territorial do Porto	26-05-1952
Joaquim de Aguiar Pimenta Carneiro	Auditor do C.E.P.	*1917
Ilídio de Oliveira Correia	Auditor do 1º Tribunal Militar Territorial de Lisboa	17-11-1951

José Ferraz de Carvalho Megre	Adjunto do Director da Polícia de Investigação Criminal de Lisboa	30-12-1919
José da Paixão Pereira	Auditor junto do tribunal militar da 8ª divisão	17-07-1912
José Rodrigues Esculcas	Director da Polícia de Investigação de Lisboa	28-02-1920
Julio Correia da Silva Cabral	Tribunal de Polícia	07-03-1952
	Adjunto dos Tribunais Territoriais Militares de Lisboa	18-08-1959
	Auditor do 1º Tribunal Militar Territorial de Lisboa	28-10-1963
José Maria da Costa	Auditor do Tribunal Militar Territorial de Viseu	SEM DATA
Alfeu Policarpo Ferreira e Cruz	Chefe da Repartição de Investigação do Comando da Polícia Cívica de Lisboa	11-11-1912
	Juiz dos crimes contra o Regime	04-12-1911
	Nomeado para investigar os crimes de rebilião da cidade do Porto	27-06-1912
Alfredo Augusto da Fonseca Aragão	Auditor do tribunal militar da 8ª divisão	06-02-1913
Gilberto Magno de Beça e Aragão	Director da Polícia de Investigação Criminal de Coimbra	18-02-1927
	Juiz do Tribunal Militar Especial	04-08-1934
	Adjunto do Relator do Supremo Tribunal Militar	18-02-1949
Luis Filipe Teles Correia Barreto	Juiz Relator do Supremo Tribunal Militar	16-04-

		1966
		19-11-
Antonino Freire Falcão de Campos	Auditor do Tribunal da Marinha	1945
		17-01-
Joaquim Eduardo de Almeida Homem	Auditor do 2º Tribunal Militar de Lisboa	1931
		29-02-
António Julio Crispininano de Lacerda	Adjunto do Tribunal Militar de Lisboa	1952
		23-05-
Augusto César de Oliveira	Auditor assistente junto da divisão do exército em Vila Real	1919
		26-03-
Flávio de Pimentel	Auditor do 2º Tribunal Militar de Lisboa	1956
		08-10-
Alfredo Sieuve de Séguier de Azevedo Soares	Subdirector da Polícia de Investigação Criminal de Lisboa	1942
		16-12-
	Auditor do Tribunal Militar Territorial do Porto	1954
		25-06-
Manuel Augusto de Sá Costa Reis	Adjunto da Polícia de Investigação Criminal de Lisboa	1931
		16-12-
Afonso de Melo Pinto Veloso	Adjunto do Juiz Relator do Supremo Tribunal Militar	1932
		27-10-
	Juiz Relator do Supremo Tribunal Militar	1934
		SEM
Manuel Moreira Feio	Inspector da Polícia Administrativa de Lisboa	DATA
		05-12-
Gustavo Teixeira Dias	Auditor do Tribunal Militar Especial do Porto	1932
		30-06-
Suidberto Loureiro Tulio	Auditor do Tribunal Militar Especial de Lisboa	1944

Capítulo 4 - O MOVIMENTO INSPECTIVO EM PORTUGAL – A CONSTRUÇÃO LENTA DE UM MECANISMO DISCIPLINAR QUOTIDIANO

Em França, as inspecções judiciais foram tema de debate durante a viragem do século. Em 1910, pelo decreto de 10 de Junho, eram finalmente instituídas para todo o território francês. Contudo, elas tiveram um carácter meramente ocasional e, com o passar dos anos, acabaram mesmo por perder-se. Em 1935, um projecto de lei ambicioso tentava devolvê-las à ordem do dia, mas acabaria abortado. Finalmente, sob Vichy, elas foram reactivadas pelo decreto de 15 de Novembro de 1943. Eram ainda uma instituição tímida, pelo que estavam sob a direcção de apenas dois inspectores permanentes, sob a autoridade do ministro da Justiça. As inspecções judiciais teriam uma vida curta, acabando por desaparecer novamente em Julho de 1947, para depois se voltarem a afirmar, a partir daí de forma contínua, já nos anos sessenta. Como refere Alain Bancaud⁴⁵⁵:

(...) l'inspection des services judiciaires: malgré une composition devenue exclusivement judiciaire et des ambitions de controle serieusement modérées, en particulier à l'égard du siège, cette dernière ne survit pas aux circonstances qui l'ont fait naître, elle est supprimée en Juillet 1947, pour des raisons d'économie budgétaire, mais aussi parce qu'elle heurte trop des parlementaires attachés au clientélisme et un corps judiciaire supportant mal un contrôle jacobin et rationalisateur. Elle ne réapparaitra que dans les années 1960.

Entre nós, as inspecções judiciais têm uma história diferente. Elas foram levadas à prática como uma das missões principais do recriado Conselho Superior da Magistratura Judicial em 1912, tendo as primeiras inspecções judiciais sido concluídas no ano seguinte. Sendo igualmente um tanto ocasionais, elas começam a ganhar um ritmo continuado a partir dos anos vinte, seguindo daí em diante ininterruptamente. Mas a história das inspecções judiciais

⁴⁵⁵ Alain Bancaud, Jean-Paul Jean, «les juges en enquête: histoire de l'inspection des services judiciaires», in *Juger les juges – du Moyen Age au Conseil Supérieur de la magistrature*, (Paris: La Documentation Française, 2000), 185-186; Alain Bancaud, *Une exception ordinaire – la magistrature en France 1930-1950* (Paris: Gallimard, 2002), 62

remonta, de uma forma mais lata, ao debate da antiguidade vs mérito, que se transporta desde a Monarquia Constitucional e que ganha forma nas *sindicâncias*. Como mostrou Fátima Moura Ferreira, a sua «precocidade normativa» desta instituição desde os anos 40 do século XIX não foi acompanhada por uma implementação real, não deixando de mostrar uma manifestação «potencial» do circuito de fiscalização e profissionalização do corpo da judicatura⁴⁵⁶. Não devemos aqui esquecer, contudo, que durante todo este tempo, transportando-se para a República e o Estado Novo, outros mecanismos paralelos existiram e – esses sim – funcionaram com regularidade. São disso exemplo os relatórios anuais de fiscalização e avaliação do sistema judicial, seguindo um percurso ascendente e hierárquico dentro do Ministério Público bem como da magistratura judicial – de delegado a Procurador da República, de juiz de direito a presidente da Relação⁴⁵⁷. Este circuito informativo veiculava notas de apreciação formais sobre o estado da justiça e o desempenho do pessoal judiciário e consistia, assim, num poderoso meio de esclarecimento e vigilância interior do sistema judicial e, sobretudo, de controlo das instâncias superiores sobre as inferiores.

As inspecções judiciais debruçavam-se quase em exclusivo sobre os tribunais de primeira instância (mais tarde, como veremos, incidem sobre os tribunais municipais), embora estivessem previstas igualmente para os tribunais superiores, sendo neste caso rodeadas de algum cuidado. O Estatuto Judiciário de 1927 refere, no artigo 467º, que estas «só serão ordenadas quando circunstâncias ponderosas as justificarem» e, nestes casos, a categoria do inspector estava também ressalvada, indicando-se para as do Supremo Tribunal de Justiça um dos vogais efectivos do Conselho Superior Judiciário e, para as das Relações, um juiz do Supremo Tribunal de Justiça ou «quando necessário, por um juiz da Relação» indicado pelo Conselho (art. 457º). De qualquer modo, consultando a relação das inspecções ordinárias, vemos que o Supremo Tribunal de Justiça apenas recebeu a primeira inspecção no ano de 1960; quanto às Relações, foi a de Lisboa a ser inspeccionada pela primeira vez, em 1955. A partir daí, o Supremo foi regularmente inspeccionado, tendo novas inspecções em 1963, 1967 e 1970, assim como as Relações – Lisboa, em 1960, 1964, 1967 e 1972, o Porto em 1959, 1962, 1966, 1969 e 1974 e, por fim, Coimbra, que recebeu inspecções nos anos de 1963,

⁴⁵⁶ Fátima Moura Ferreira, «A criação do organismo inaugural da disciplina judicial no quadro do legado liberal sobre a justiça (1834-1910)», in *Diálogos entre direito e história: cidadania e justiça*. (Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2009), 187

⁴⁵⁷ Encontramos alguns destes relatórios, por exemplo, no Arquivo Histórico do Tribunal da Relação do Porto. A ausência de séries contínuas impossibilita a sua análise sistemática.

1966, 1970 e 1973. Da enumeração, fica bem patente que o movimento das inspecções debruçou-se durante longo tempo apenas sobre os tribunais de primeira instância, apenas passando aos tribunais superiores na segunda metade da década de cinquenta, havendo a partir daí uma vigilância regular.

As primeiras inspecções ordinárias ordenadas pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial datam de Dezembro de 1912. Foram assim decididas em acta do dia 14: «E porque é urgente iniciar o serviço das inspecções aos tribunais do país, serviço para o qual o decreto de trinta de Novembro último, publicado no “Diário do Governo” número 286 de 6 do corrente, abriu já o crédito orçamental necessário, o Conselho resolveu que sejam inspeccionadas desde já os tribunais das comarcas compreendidas nos distritos de Faro e Beja, Leiria e Coimbra e nas Ilhas Adjacentes, devendo a inspecção em cada comarca abranger todos os serviços de administração de justiça nessa comarca durante os últimos três anos.»⁴⁵⁸ As inspecções recaíam assim sobre os últimos três anos de administração da justiça, princípio que vigorará até ao último dos Estatutos, de 1962: «As inspecções abrangerão todos os serviços judiciais da comarca ou tribunal durante os últimos três anos.» (art. 411º).

A tabela abaixo mostra a sua evolução anual:

QUADRO 1 – INSPECÇÕES ORDINÁRIAS (1913-1945)

***FONTE: Relação das Inspeções ordinárias, CSM**

(processos conclusos)

Ano	nº inspecções	Ano	nº inspecções
1913	7	1931	35
1914	0	1932	27

⁴⁵⁸ Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial / Fundo das actas das sessões, *Actas do Conselho Superior da Magistratura Judicial*, nº8, de 14 de Dezembro de 1912, Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial – daqui em diante, indicado pela sigla AHCSM.

1915	16	1933	23
1916	4	1934	25
1917	0	1935	26
1918	0	1936	23
1919	5	1937	20
1920	9	1938	14
1921	14	1939	8
1922	40	1940	18
1923	26	1941	14
1924	21	1942	14
1925	24	1943	25
1926	23	1944	44
1927	38	1945	35
1928	45		
1929	37		
1930	25		

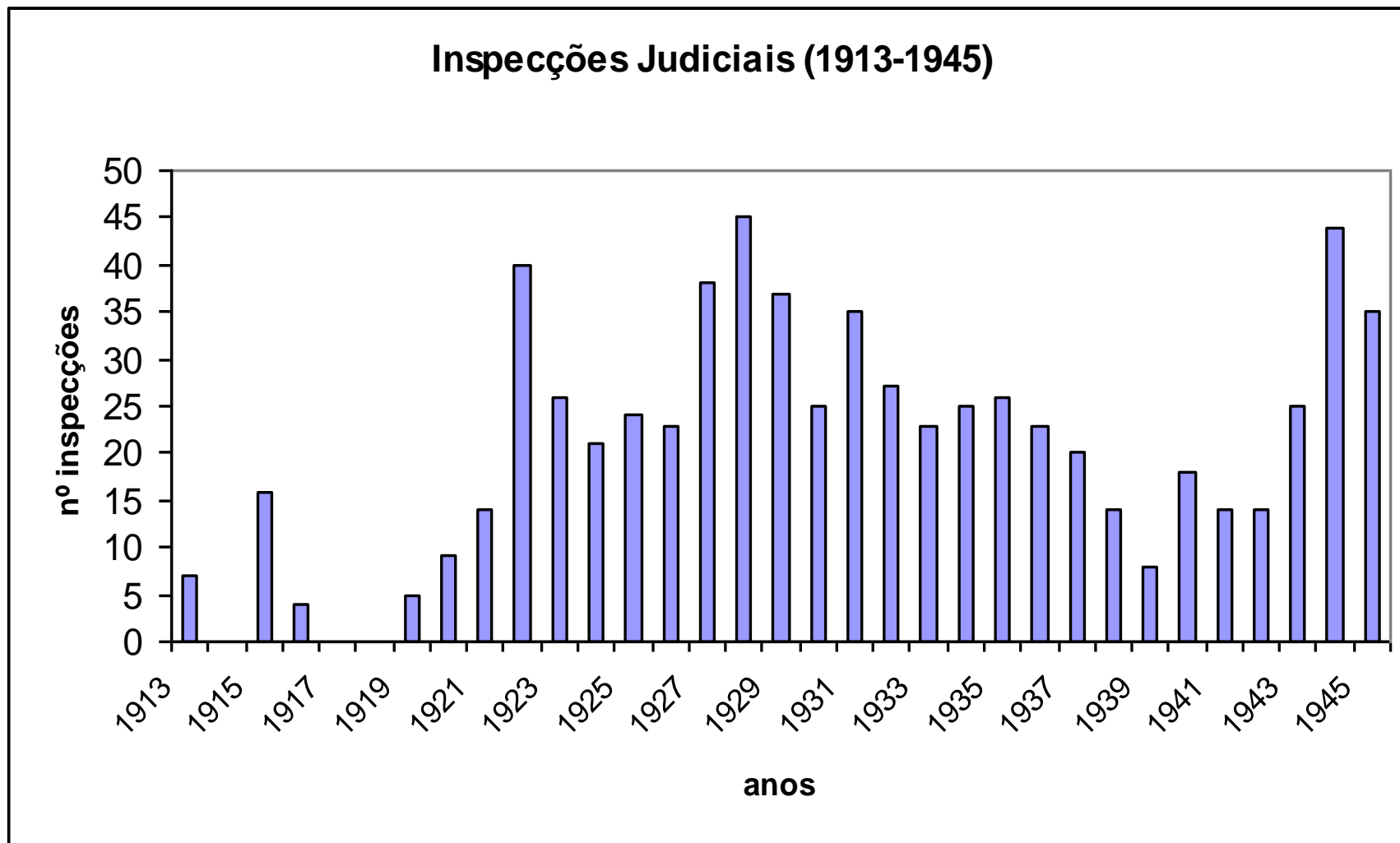
Os resultados mostram que até aos anos vinte apenas o ano de 1915 consegue ultrapassar a barreira dos dez processos de inspecção. Existem mesmo anos em que o valor é nulo – 1914, 1917 e 1918. A partir daí, as inspecções sofrem um crescendo, estando os anos entre 1922 e 1937 nunca abaixo das vinte inspecções anuais. Os valores máximos são alcançados entre os anos de 1927 a 1929, onde o número se situa consecutivamente acima das 35 inspecções anuais e onde se verifica o máximo para todo este período (1928, 45 inspecções). Existe aí um abrandamento significativo, entre 1938 e 1942, caindo os valores novamente abaixo das vinte inspecções anuais. O que, ainda por confirmar, pode tentar explicar-se pelos efeitos de retracção financeira e orçamental devido ao impacto da Segunda Guerra Mundial e da crise política. O mínimo, neste pequeno ciclo, é o ano de 1939, registando apenas 8 inspecções.

Daí em diante, segundo os dados de que dispomos, os valores sofrem um aumento considerável e, desde 1946 até 1974 nunca se registrará um número de inspecções inferior ao das quarenta anuais; são mesmo raros os casos em que o número desce a níveis inferiores aos das cinquenta inspecções anuais – 1946, 1957 e 1973. Os números máximos, neste período, são dados pelos anos de 1965 e 1970, com 77 e 79 inspecções, respectivamente.

Podemos, pois, constatar um primeiro período de avanço tímido, entre 1913 e 1918, onde as inspecções nem são nem regulares nem ultrapassam o número das dez anuais (à excepção de 1915); um segundo período em que elas se estabelecem definitivamente, com regularidade e sempre acima das vinte inspecções anuais, entre 1922 e 1937; um terceiro período que regista uma queda, entre 1938 e 1942, voltando a números inferiores a vinte inspecções anuais e, a terminar, um novo ciclo, este de duração longa, entre 1946 e 1974, onde as inspecções ganham definitivamente uma clara expressão numérica, raramente estando abaixo das cinquenta inspecções anuais.

Existiram ainda inspecções extraordinárias, levadas a cabo por razões de necessidade ocasional de avaliação de magistrados para promoção. Contudo, elas apenas têm lugar já nos anos quarenta, sendo de pouco relevo e, por isso, delas aqui não tratamos.

Gráfico 1 – As inspecções judiciais 1913-1945 / * FONTE: Relação dos processos de inpecção judicial/ Arquivo Histórico do CSM



4.1 Evolução histórica e práticas do sistema das inspecções judiciais ordinárias

Os primeiros processos de inspecção judiciais ficaram concluídos no ano de 1913, um ano após a criação de um Conselho Superior da Magistratura Judicial. Na época, era ainda a lei de criação deste organismo que dava o enquadramento legal a estas. E, em verdade, era a lei em quase tudo omissa. Das inspecções judiciais dizia-se apenas que elas eram uma das atribuições do Conselho, tendo como missão apurar o modo como era «administrada a Justiça» nos tribunais do Continente e das Ilhas adjacentes, podendo para esse fim, os inspectores, requisitar das autoridades competentes todos os elementos de informação que julgassem necessários à sua missão⁴⁵⁹. As inspecções judiciais, ao modo das sindicâncias e inquéritos disciplinares, tinham ainda o poder de aplicar penas disciplinares aos magistrados inspeccionados, sendo previstas a censura, a multa de 30\$000 a 100\$000 réis, a transferência e suspensão de três meses a um ano com um terço do ordenado e, em casos mais graves, mediante proposta do governo ou por iniciativa própria, a suspensão por mais tempo, a transferência para comarca ou tribunal de inferior categoria e, até, a demissão⁴⁶⁰. Seria preciso esperar até 1919 para a existência de inspectores judiciais permanentes, pelo que durante estes anos foram eles nomeados pelo governo, havendo como única precaução que o inspector fosse de categoria igual ou superior ao inspeccionado. Cada magistrado encarregue de uma inspecção recebia, além do seu ordenado, o abono de transportes e uma ajuda de custo diária de 3\$000 réis.

Este pequeno número de normas, deixadas pela lei de criação do Conselho Superior da Magistratura Judicial, seria completado em Outubro com a promulgação do seu Regulamento⁴⁶¹. Aí se avisava os inspectores que nenhuma ingerência lhes era permitida nos serviços judiciais que inspeccionavam e faziam-se novas recomendações. Assim, cada inspector judicial estaria na obrigação de, além dos seus relatórios especiais necessários, realizar um relatório geral da inspecção, que seria entregue ao secretário do Conselho no prazo de trinta dias depois de findo o trabalho. A inspecção, reconhecia-se, era de «carácter reservado» e deveria ser levada a cabo durante vinte dias. Quanto às ajudas de custo, durante

⁴⁵⁹ Lei de 12 de Julho de 1912, art. 2º, § 3, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1913), vol. I, 472

⁴⁶⁰ *IDEM*, art. 2º, § 4

⁴⁶¹ Decreto de 26 de Outubro de 1912, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1913), vol. II, 887-891

os trinta dias que o inspector dispunha, finda a inspecção, para elaborar o relatório geral, elas eram reduzidas a metade do fixado para os vinte dias que ele tinha para trabalhar no tribunal inspeccionado.

Nestes primeiros anos de inspecções, por isso, o trabalho do inspector não era nem particularmente bem remunerado, nem fixo, nem dispunha ele de normas legais precisas, falando-se apenas de um «relatório geral», escrito durante trinta dias, e dos vinte dias para inspeccionar determinado tribunal. Na verdade, a remuneração era apenas uma ajuda de custa adicionada ao seu ordenado regular, a nomeação para a inspecção era ocasional e vinda do governo e todas as normas e formas de apresentar o relatório da inspecção eram deixadas ao cuidado dos inspectores. Para limitar este último passo da lei, com toda a certeza, o Conselho Superior da Magistratura Judicial enviou desde 1913, aos seus inspectores, «instruções» de inspecção. Sabemo-lo através dos ofícios recebidos e expedidos pelo organismo, ainda que não saibamos o seu conteúdo⁴⁶². As primeiras instruções a inspectores judiciais de que temos notícia datam de 1919, um ano de reformulação séria quer no Conselho quer na magistratura, legado pelo consulado sidonista. Pela sua importância histórica, aqui as transcrevemos, na parte respeitante aos magistrados judiciais:

«Serviço da República,

As inspecções terão por fim averiguar, tanto quanto possível, como a justiça foi administrada, durante os últimos três anos, pelos diferentes magistrados que serviram nas comarcas, a inspeccionar e se eles cumpriram, ou não, todos os seus deveres oficiais e profissionais.

Para tanto, o magistrado inspector assinalando, com respeito a cada um, o tempo que lá exerceu funções, e ouvindo todas, ou algumas pessoas da comarca, que pela sua posição oficial, ou social, pelo seu carácter e pela sua honestidade reconhecida e apregoada, estejam nas circunstâncias de formular um juízo desassombrado sobre o conceito que lhes merece ou mereceu, e aos seus conterrâneos, o juiz que preside ou que presidiram ao tribunal, mencionará no respectivo relatório, no qual se expressarão em conclusões

⁴⁶² As primeiras «instruções» de que temos conhecimento datam de 28 de Fevereiro de 1913, enviadas ao Presidente da Relação de Lisboa. Infelizmente, como nos anos seguintes, os ofícios guardados no Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial apenas fazem referência ao facto, não estando as ditas instruções em anexo aos ofícios.

positivas e concretas os resultados da inspecção, e bem assim a sua opinião pessoal sobre tudo o que se viu e escutou, reconheceu e apurou:

1º Se reside ou residiu, ou não, na comarca, ou se alguma vez saíram dela, ilegitimamente, entregando, ou não, o serviço ao substituto, e sem nenhuma comunicação fazerem superiormente;

2º Se todos os livros exclusivamente do juízo, incluindo os da distribuição crime, se encontram devidamente escriturados, e a correspondência oficial e circulares integralmente registadas;

3º Se nos cartórios, incluindo o do distribuidor, existem todos os livros que a lei exige, ou o serviço da distribuição requeira, e o estado em que se encontram;

4º Se aqueles se acham devidamente arrumados, e em boa ordem;

5º Se sim, ou não, se fizeram na época própria as correições que a lei determina;

6º Se todos os empregados cumpriram referentemente a cada processo, e com a devida diligência, todos os seus respectivos deveres;

7º Se nos despachos e sentenças se cumpriram os prazos legais especificando-se algum ou alguma que mereçam referência especial, quer seja pela importância do ponto de direito discutido, e pela proficiência com que foi tratado, quer seja pela ignorância, leviandade ou incapacidade, que traduzam e revelem;

8º E, enfim, todos os factos que a sua própria iniciativa lhe aconselhar, ou, acaso, a inspecção revele, e que sirvam para demonstrar quer a dedicação, o zelo e o cuidado dos magistrados pelo serviço cuja superintendência e direcção lhes pertence tão directa, quer o seu desleixo, abandono ou desprezo pelas obrigações mais simples e rudimentares, que lhes impendem e assistem, devendo verificar especialmente se foram pagas em devido tempo as custas e selos a quem de direito;

(...)»⁴⁶³

É de notar que, à cabeça do texto, é a opinião das pessoas da comarca o que inspector deverá ter em atenção desde logo. Os pontos seguintes averiguam do estado e funcionamento da justiça (cartórios, correições, empregados e processos) e apenas os dois últimos itens voltam-se de novo para a figura do magistrado. Estas primeiras instruções revelam assim uma preocupação sobretudo direccionada ao estado da justiça e dos tribunais, não sendo particularmente voltadas para uma avaliação meticulosa do trabalho do juiz.

⁴⁶³ Fundo dos ofícios enviados e recebidos, *Ofício enviado/24 de Fevereiro de 1919*, AHCSM.

O serviço das inspecções judiciais dizia respeito, escrevia-se no início do ofício, aos três últimos anos anteriores à inspecção – uma norma que vinha já desde o Regulamento do Conselho Superior da Magistratura, de Outubro de 1913. Mas, facto assinalável, a primeira medida que os inspectores deveriam observar era o conceito em que o magistrado era tido na comarca, ouvindo para isso pessoas de «honestidade», de «carácter», de «posição oficial», que pudessem fazer um «juízo desassombrado» da actuação do juiz. Diz isto bem da importância dada à imagem dos magistrados nas comarcas, que se queria preservar numa posição condigna e impoluta. Esta prática gerará, como veremos mais à frente em capítulo próprio, o levantamento, por vezes, de autos de inquérito de testemunhas, de questionários. Mais, regularmente, contudo, os inspectores, depois de ouvir pessoas da comarca, faziam um resumo daquilo que tinham escutado e elaboravam alguns parágrafos debaixo do título, no seu relatório, «Conceito que goza na comarca». Nos anos trinta e quarenta este hábito vai progressivamente perdendo-se, sendo mais frequente o caso de inspectores que nada relatam a este respeito.

A residência em sede da comarca era um dos aspectos igualmente importantes. Encontramos em toda a legislação para o período indicações a este respeito e as inspecções judiciais tornam este um dos primeiros pontos que convém vigiar de perto. Era fundamental que os magistrados aí permanecessem para dar seguimento rápido a situações de gravidade e urgência, bem como para cumprir aspectos como a pontualidade e assiduidade nos serviços do tribunal. O estado dos diversos livros do juízo eram também um dos pontos a observar pelo inspector. Deveriam estar eles em ordem e bem arrumados, completos e dispostos para um bom uso. Também as correições deveriam estar feitas como mandava a lei, e em época própria. A terminar, a questão dos prazos legais. As inspecções judiciais deveriam assim ter um efeito no controlo e vigilância da eficácia da justiça, da sua rapidez, sabendo se os magistrados nas comarcas tinham, de facto, cumprido os prazos legais nos seus processos ou se os tinham excedido.

Estas instruções de inspecção, de 1919, mas certamente iguais às dos anos anteriores, não eram nem muito específicas nem normalizavam os critérios de escrita dos relatórios dos inspectores. Poderíamos resumir o seu conteúdo, quase, em cinco tópicos: opinião formulada por pessoas da comarca, residência, estado dos livros, correições e prazos legais. Não era, por isso, uma lista muito extensa. Por outro lado, deixava aos inspectores um estilo livre na

escrita dos relatórios, que variam consoante a idiossincrasia do seu autor e sem uniformidade. Isto explica que os inspectores, por si próprios, vão gerando códigos interiores, práticas repetidas na escrita. Por exemplo, encontra-se desde os primeiros relatórios uma prática recorrente de descrever e caracterizar o próprio magistrado, na sua globalidade. Como também veremos mais à frente, em secção a isso dedicada, será a tríade «inteligente/honesto/disciplinador» que vingará até aos anos quarenta. Uma nota importante da escrita dos relatórios dos inspectores é a das classificações dos magistrados. Na verdade, os inspectores só muito raramente propunham uma classificação ao Conselho. Não consta esta faculdade das instruções ou da lei, mas também não da prática inspectiva. No conjunto, variando os relatórios de inspector para inspector, é difícil achar alguma coisa que se pareça com um «modelo». Alguns inspectores começavam o seu relatório com uma descrição da comarca que inspeccionavam (o que, depois, se tornará obrigatório), outros pela própria caracterização do magistrado, outros pelo modo como decidiram inspeccionar a comarca, o que averiguaram e estudaram. E esta variabilidade continuava pelo relatório todo, ao modo próprio como cada inspector via a sua função. Por outro lado, é possível achar uniformidade em cada inspector. Em norma, cada inspector seguia o seu próprio estilo e práticas, fazendo-o repetidamente. Como exemplo, a prática do inspector Eduardo de Sousa Magalhães em levantar autos de inquérito de testemunhas para avaliar o conceito em que os magistrados eram tidos na comarca – prática que apenas alguns outros inspectores também seguem.

Mas, ainda em 1919, pelo decreto nº 5:499 de 5 de Maio, haverá novas disposições relativas à inspecção judicial. Pela primeira vez, são constituídos inspectores permanentes aos serviços judiciais, em número de três. Estes inspectores eram propostos pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial ao ministro da Justiça e serviam por um ano, podendo ser reconduzidos por duas vezes. No máximo, por tanto, um inspector judicial poderia estar em funções durante um biénio. Não era ainda uma «carreira judiciária» ser-se inspector dos serviços judiciais. Mas algo que andaria próximo de uma comissão ocasional. Ainda pelo mesmo decreto viriam novas regulamentações. Quanto à remuneração, os inspectores deixavam de ter apenas uma ajuda de custo diária, que subia de 3\$000 réis para 5\$, além dos transportes, mas era agora criada uma gratificação anual, além do seu vencimento regular, de 480\$, livre de deduções. Também os prazos para a escrita do relatório eram alterados. De facto, havia um desequilíbrio na legislação em vigor, dando-se aos inspectores vinte dias para a

realização da inspecção e trinta, finda esta, para a escrita do relatório. Pelo decreto de 5 Maio este último prazo era reduzido a quinze dias, «a menos que o Conselho Superior da Magistratura Judicial autorize que ele seja excedido, ponderados devidamente os motivos que lhe forem expostos.»⁴⁶⁴

Esta codificação «mínima» que presidiu às inspecções desde 1913 prolongar-se-á até 1924, data da promulgação da Organização Disciplinar Judiciária. Aqui, em capítulos próprios («Capítulo IV – Das inspecções, inquéritos e sindicâncias» e «Capítulo V – Da forma de processo, julgamento e recursos»), os serviços de inspecção ganhavam nova moldura de actuação. A começar pelos inspectores judiciais que, sendo igualmente três, eram agora nomeados bienalmente, podendo ser reconduzidos repetidamente. Era o início, previsto na lei, de uma «carreira de inspector», por assim dizer. A remuneração seria fortemente aumentada. Quando estava em 1919 nos 480\$ anuais, ficava agora fixada em 100\$ mensais (1200\$ anuais), além da ajuda de custo diária e dos transportes. De seguida, todo o processo era uniformizado e regulado.

Chegando à comarca a inspecionar, o inspector poderia escolher um empregado do juízo para seu secretário. Além disso, poderia requisitar ao Conselho um revedor, contador, escrevão ou «pessoa de sua confiança», para o auxiliar no seu trabalho⁴⁶⁵. Os escrevões, contadores e distribuidores das comarcas eram agora obrigados a entregar ao inspector, no prazo por ele marcado, todas as certidões e mapas, livros e processos de que ele tivesse necessidade. Pelo artigo 27º, aos inspectores judiciais era, do mesmo modo que os juizes sindicantes e inquiridores, dada a faculdade de levantar autos, de inquirir testemunhas e tomar declarações, fazer exames, ordenar intimações; além disso, poderiam ainda requisitar por correspondência oficial, «postal ou telegráfica», de quaisquer autoridades e repartições públicas, as «informações e diligências de que carecem.»⁴⁶⁶ Durante todo o tempo que o inspector permanecesse na comarca, o oficial de diligências que estivesse de serviço era obrigado a prestar-lhe os serviços de expediente. Apesar do alargamento dos poderes do inspector, este era ainda limitado na sua actuação, como sempre, observando-se que «nenhuma ingerência» deveria ele ter nos serviços judiciais que inspecionava. O longo

⁴⁶⁴ Decreto nº 5:499, de 5 de Maio de 1919, art. 17º, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1921), 590

⁴⁶⁵ Decreto nº 10:310, de 19 de Novembro de 1924, art. 25º *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1927), 598

⁴⁶⁶ *IDEM*, art. 27º, 598

artigo 52º especificava, uma a uma, as tarefas que o inspector deveria ter e os pontos a observar durante a inspecção:

«Art. 52º As inspecções abrangerão todos os serviços judiciais da comarca durante os últimos três anos, referentes aos juízes, aos agentes do Ministério Público e aos oficiais de justiça, os quais serão tratados em relatórios separados onde se citem, em relação a cada indivíduo, os méritos e deméritos verificados. Para tanto, o magistrado inspector, assinalando com respeito a cada um o tempo que lá exerceu funções, e ouvindo todas ou algumas pessoas da comarca que, pela sua posição social ou oficial, pelo seu carácter e pela sua honestidade reconhecida e apregoada, estejam nas condições de formular um juízo desassombrado sobre o conceito que lhes merece ou mereceu e aos seus conterrâneos o pessoal judicial que lá serviu ou está servindo, mencionará no respectivo relatório a sua opinião pessoal sobre tudo o que viu e escutou, reconheceu e apurou, expressando em conclusões positivas e concretas os resultados da inspecção.

E assim averiguará:

1º Se foram residentes em seu lugar ou se alguma vez saíram dele ilegitimamente, entregando ou não o serviço ao substituto, e sem nenhuma comunicação fazerem superiormente;

2º Se possuem os livros necessários e os escrituram com a devida regularidade, se têm a correspondência oficial expedida e as ordens de execução permanente, recebidas e expedidas, integralmente registadas, se têm a restante correspondência recebida registada por extracto e convenientemente catalogada e emmaçada;

3º Se são assíduos nas secretarias e cartórios e se eles se acham devidamente arrumados;

4º Se observam os prazos marcados na lei e são, em geral, diligentes no exercício do seu cargo, devendo indicar, para os efeitos do § 2º do artigo 100º do Código do Processo Civil, a totalidade dos dias de excesso que porventura tenha havido nos mesmos prazos;

5º Se as custas e selos, as receitas dos cofres do juízo, dos emolumentos e do Conselho Superior Judiciário foram integralmente e oportunamente pagas e depositadas;

6º Se em devido tempo elaboraram e remeteram os mapas, relatórios e informações a que são obrigados e se deixam cópias nos livros;

7º Se são urbanos para com as partes, conservando a compostura própria da dignidade do cargo e se mantêm a disciplina e o respeito que devem existir nos serviços judiciais;

8º Se exercem profissões proibidas por lei, como as de advogado, procurador ou comerciante, por si ou por interposta pessoa, ou outras incompatíveis com a dignidade do cargo, e se exercem qualquer outra jurisdição ou lugar;

9º Se são acessíveis a pedidos e recebem peitas ou dádivas de alguém para lhe serem favoráveis nos seus despachos, promoções, termos ou outros serviços;

10º Se deram favor de qualquer modo aos malfeitores;

11º Se os magistrados assistem a reuniões políticas nas circunscrições em que administram justiça e exercem, nas eleições, outros actos que não sejam o de votar e os que lhes forem expressamente permitidos pela lei eleitoral ou requisitados para repressão e punição de criminosos;

12º Se nas promoções, respostas, alegações, despachos e sentenças usam de linguagem grave e urbana própria do fôro e se alguma ou algumas merecem referência especial, quer pela importância do ponto de direito discutido e proficiência com que este foi tratado, quer pela ignorância, leviandade, incapacidade ou espírito de ganância que revelem;

13º Se as audiências gerais e as correições foram ou não feitas nas épocas marcadas na lei, e se comparecem nas audiências do juízo à hora precisa e se marcam aos serviços horas e tempo convenientes;

14º Se os juizes, agentes do Ministério Público e oficiais de justiça usam nas audiências e nas solenidades a que hajam de comparecer os trajes e insígnias que por direito lhes pertencem;

15º Se nas acções da Fazenda Nacional os funcionários do juízo empregaram o devido zêlo e competência;

16º Se na forma de processar e contar os processos e na escrituração de livros e arrumação de cartórios encontram faltas, erros ou divergências de interpretação e de prática seguida que convenha suprir, emendar ou uniformizar;

17º Se os revedores das Relações revêem, com escrupuloso zêlo, se nas sentenças, cartas e mais papéis houve excesso na conta dos emolumentos, se neles se inseriram mais peças do que as necessárias, se cada página tem o número legal de linhas e estas o de letras, se há repetição ociosa de palavras ou se faltam as necessárias, de que resulte obscuridade ou ambiguidade, se a letra é bem inteligível e, finalmente, se há alguma falta que se deva emendar ou reparar, restituindo-se o excesso de custas que houver;

18º Se a sala da audiência, repartições do tribunal e cartórios estão convenientemente instalados e em estado de asseio;

19º Se os presos na cadeia civil, à ordem do Poder Judicial, têm alguma reclamação a fazer acerca dos seus processos, e se os serviços dos postos antropométricos estão em boa ordem;

20º Se estão devidamente arrumados, escriturados e selados os livros das secretrias e conservatórias dos tribunais do comércio;

21º Enfim, todos os factos que a sua própria iniciativa aconselhar, ou acaso a inspecção revele, que sirvam para demonstrar não só a dedicação, o zêlo e a competência, ou o desleixo, o abandono e a incompetências dos

funcionários, nos serviços que lhes pertencem, mas também a inteligência, cultura e sentimento jurídico, o estado de saúde, a energia física e moral, o amor pela justiça, a independência económica e política, a austeridade de carácter, e outras qualidades necessárias ao prestígio das funções judiciais.»⁴⁶⁷

Este extenso rol de itens a abordar pelos inspectores, de facto muito minucioso, nunca foi em geral cumprido. Basta consultar-se de forma aleatória alguns processos para se ter imediatamente a noção de que aspectos como «os serviços dos postos antropométricos» nunca estiveram na preocupação dos inspectores. Este é um exemplo bem extremo de como a legislação estava demasiado à frente de uma prática que, tendo nos anos vinte, e após a Organização Disciplinar Judiciária, por certo evoluído e alargado as suas medidas de observação e o cuidado com bastantes mais aspectos de vigilância, estava ainda aquém das intenções do legislador. Mais à frente, confrontaremos vários destes itens com um estudo por amostra dos processos de 1913, 1919, 1923, 1928, 1933, 1938 e 1943 (cinco em cinco anos). Aqui, no entanto, é de salientar o que o conjunto das novas medidas alargava em muito as antigas instruções que vinham de 1919. No entanto, descobrimos que, em alguns pontos, o artigo 52º não as esquecia e quase as decalcava. Assim, quanto ao problema do conceito em que o magistrado inspeccionado era tido na comarca, os dois textos correm em paralelo:

<i>Instruções de 1919</i>	<i>Organização Disciplinar Judiciária de 1924</i>
«ouvindo todas, ou algumas pessoas da comarca, que pela sua posição oficial, ou social, pelo seu carácter e pela sua honestidade reconhecida e apregoada, estejam nas circunstâncias de formular um juízo desassombrado sobre o conceito que	«ouvindo todas ou algumas pessoas da comarca que, pela sua posição social ou oficial, pelo seu carácter e pela sua honestidade reconhecida e apregoada, estejam nas condições de formular um juízo desassombrado sobre o conceito

⁴⁶⁷ IDEM, art. 52º - a negrito os itens que visam directamente os magistrados judiciais na sua actuação. *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1927), vol II, 602

lhes merece ou mereceu, e aos seus conterrâneos»	que lhes merece ou mereceu e aos seus conterrâneos»
---	--

Contudo, se as instruções se detinham em cinco itens essenciais (opinião formulada por pessoas da comarca, residência, estado dos livros, correições e prazos legais), a nova Organização Disciplinar Judiciária alinhava vinte e um pontos. A atenção dada ao estado da justiça e dos tribunais mantém-se, mas a figura do magistrado é desta vez alvo de maior realce. São a sua urbanidade, o exercício de profissões proibidas e paralelas, a linguagem, a participação política, a parcialidade, o traje, novos itens que vêm preencher a magra atenção dada pelas primeiras instruções.

Mas outros aspectos da inspecção judicial eram uniformizados e regulamentados. Assim, o magistrado inspector deveria ouvir os juízes e os delegados do Ministério Público sobre as suas faltas, ordenando diligências quando isso se tornasse necessário para o esclarecimento de dúvidas levantadas. Antes de começada a inspecção, deveria também o inspector solicitar na secretaria do Conselho Superior Judiciário os extractos do registo disciplinar dos inspeccionados, de forma a conhecer o percurso passado de todos. Quanto aos prazos e tempos de inspecção, eles seriam também reformulados. Nas comarcas de terceira classe, o prazo de inspecção seria de quinze dias, nas de segunda classe, vinte dias e, por fim, nas comarcas de primeira classe, a inspecção teria a duração máxima de vinte e cinco dias. Era primeira vez que se apresentavam estes prazos faseados pela classe da comarca inspeccionada. Quanto ao relatório do inspector, que tinha tido um prazo de trinta dias, depois abreviado a quinze pelo decreto de 5 de Maio de 1919, ele era restaurado nos trinta dias, após o termo da inspecção.

Esta codificação da Organização Disciplinar Judiciária, no que respeita às inspecções judiciais, seria mantida letra por letra nos primeiros Estatutos Judiciários, de 1927/28. A única excepção feita seria quanto aos inspectores judiciais permanentes, que passavam de três a cinco. Tudo o resto era preservado, parágrafo a parágrafo. O mesmo se pode dizer dos Estatutos Judiciários de 1944, que preservam integralmente o texto original, apenas modificando a situação dos inspectores, que passavam de cinco a sete (art. 413º).

4.2 Um estudo por amostra (1913-1943) – os focos da actividade inspectiva

Para avaliar de forma mais pormenorizada a actividade das inspecções judiciais, decidimos realizar um estudo por amostra, onde de cinco em cinco anos foram percorridos todos os processos conclusos, começando por 1913 e acabando em 1943. Este estudo permite esclarecer assim como eram aplicados os critérios legais e os resultados que daí foram tendo lugar. O intervalo da amostra é justificado empiricamente pela reprodução quase literal da grande maioria dos processos, assim como pela relativa proximidade dos dados resultados pela malha regulada pelos cinco anos.

Um dos critérios mais apertados das inspecções judiciais era o da residência dos magistrados na sede da comarca. Contra este problema voltam-se frequentemente as próprias leis, que durante este período insistiam neste ponto. A residência na sede de comarca era essencial à assiduidade da magistratura no tribunal, à pontualidade, à resolução de casos de urgência, além de ser um princípio básico da profissionalização e da assunção da autoridade judicial na comarca. Dos dados que temos para o ano de 1913, a distribuição é a seguinte:

Quadro II - Residência / Ausências Ilegítimas

Processos de inpecção judicial - 1913

*FONTE: Processos de inspecção judiciária / Arquivo Histórico do CSM⁴⁶⁸

<i>Ausências ilegítimas/Residência</i>	<i>nº de magistrados</i>
Nenhuma observação	15
Reside na sede da comarca	26

⁴⁶⁸ Daqui em diante, todos os quadros apresentados neste estudo por amostra das inspecções judiciais têm esta fonte, reportando-se ao ano mencionado no título.

Não residiu na sede da comarca	4
Algumas ausências	0
Total	45

É de registar o número elevado de casos em que o inspector não faz qualquer referência à questão da residência – 15 magistrados. Convém aqui lembrar que as instruções dadas aos inspectores nomeavam este ponto específico da residência como critério a observar, mas apenas dispomos destas a partir de 1919, não se sabendo assim se para os anos anteriores esta norma estava em uso. Mais de metade dos magistrados cumpria o seu dever, residindo na sede da comarca; são vinte e seis os casos. Apenas quatro contornavam a lei, ausentando-se e não residindo na sede da comarca. Vale a pena referir, aqui, que todos estes casos de incumprimento foram observados nas ilhas (Açores e Madeira), numa inspecção levada a cabo pelo inspector Vítor Machado de Serpa. Como é referido nesta como noutras inspecções às ilhas, o problema da habitação colocava-se aqui de forma severa, não havendo com frequência casas de aluguer na sede da comarca.

Em seguida, os resultados para o ano de 1919:

Quadro III - Residência / Ausências ilegítimas

Processos de inspecção judicial – 1919

<i>Ausências ilegítimas/Residência</i>	<i>nº de magistrados</i>
Nenhuma observação	8
Reside na sede da comarca	2

Não residiu na sede da comarca	0
Algumas ausências	0
Total	10

São apenas dez os magistrados inspeccionados no ano de 1919. Deles, apenas sobre dois há referência sobre a sua residência na sede de comarca, obrigação que ambos cumprem. Apesar das instruções de 1919 contemplarem a residência como um dos pontos a observar pelos inspectores, a verdade é que a grande maioria dos casos, oito, são passados em claro.

Quadro IV - Residência / Ausências ilegítimas

Processos de inspecção judicial – 1923

<i>Ausências ilegítimas/Residência</i>	<i>nº de magistrados</i>
Nenhuma observação	20
Reside na sede da comarca	11
Não residiu na sede da comarca	2
Algumas ausências	5
Total	38

Num ano como o de 1923, não se poderia ainda dizer que os inspectores cumprissem com a norma de observar a residência dos magistrados inspeccionados. São vinte os casos em que nenhuma referência é feita quanto a este ponto, uma larga maioria. Dos casos em que temos informação, os juízes por norma cumprem o requisito – 11 casos. Apenas dois não residiram

na sede da comarca, sendo que um número já razoável, cinco deles, ausentam-se frequentemente sem licença. O motivo dado pelos inspectores, nestes casos, é a saída para visitas à família, que se encontra distante. Num dos casos, o inspector atribui a razão à novidade do automóvel, recentemente adquirido por um magistrado: «Possuía um automóvel; e, naturalmente, por tal motivo saía uma ou outra vez da comarca sem licença; mas, tão depressa dela saía, como regressava ao serviço, que nunca sofreu qualquer prejuízo.»⁴⁶⁹

Eis os dados para o ano de 1928:

Quadro V - Residência / Ausências ilegítimas

Processos de inspecção judicial – 1928

<i>Ausências ilegítimas/Residência</i>	<i>nº de magistrados</i>
Nenhuma observação	17
Reside na sede da comarca	48
Não residiu na sede da comarca	9
Algumas ausências	6
Total	80

O ano de 1928 foi particularmente intensivo na prática inspectiva. Foram apreciados, ao todo, oitenta magistrados, um número muito considerável, tendo em conta que, nesse ano, o número de efectivos na primeira instância era de 227 magistrados. Ou seja, o serviço de inspecções judiciais obtinha uma taxa de cobertura do corpo de magistrados de 35,2 % - mais de um terço. Do universo de magistrados cobertos pela prática inspectiva, oitenta, 17 não

⁴⁶⁹ Fundo das inspecções ordinárias, *Processo nº 31/7*, 8, 9, 1923, p. 1, AHCSM.

foram observados quanto ao aspecto da residência; um valor significativo, mas muito ao contrário do ano de 1923, não se trata nem de uma maioria dos casos nem um valor de grande alcance. O que significa que, neste ano, os inspectores foram mais atentos à questão da residência dos magistrados. Dos casos observados, temos que uma maioria muito significativa cumpre a norma: são 48 os magistrados que residem na sede de comarca, não se ausentando ilegitimamente. De um deles se dirá, mesmo, que «reside na sede da comarca com a esposa e filhos, tendo uma vida doméstica absolutamente exemplar, não constando que de ali tenha saído ilegitimamente.»⁴⁷⁰ Os casos de não residência são em número de nove, a maior parte deles justificados pelos magistrados pela dificuldade de arranjar casas para renda. As poucas saídas ilegítimas, em número de seis, explicam-se, por sua vez, por breves viagens, sobretudo no fim-de-semana, de visita a familiares.

De seguida, a tabela referente ano de 1933:

Quadro VI - Residência / Ausências ilegítimas

Processos de inspecção judicial – 1933

<i>Ausências ilegítimas/Residência</i>	<i>nº de magistrados</i>
Nenhuma observação	28
Residiu na sede da comarca	13
Não residiu na sede da comarca	2
Algumas ausências	1
Total	44

⁴⁷⁰ *Processo nº 51/32, 33 e 82/10, AHCSM, p.1*

Os dados para o ano de 1933 confirmam a ideia de que nem sempre os inspetores foram particularmente atentos à questão da residência dos magistrados. Em 44 magistrados inspeccionados, 28 deles não foram observados quanto a este ponto, mais de metade. É possível que alguns dos inspetores, em caso de residência na sede da comarca, não fizessem menção do item, apenas anotando os casos de infração? Este problema não é solúvel a partir da leitura dos relatórios, uma vez que alguns deles provam mesmo o contrário: por vezes, um magistrado é observado como tendo residência na sede da comarca e um outro passa em claro quanto a este ponto. Dos casos observados, 13 mostram um cumprimento da norma e apenas três estão em transgressão: dois deles não residiram na sede da comarca, um outro mostra algumas ausências. São infrações pontuais, aqui, mas o número elevado de casos onde não existe nenhuma observação não permite fazer interpretações muito claras.

Quadro VII - Residência / Ausências ilegítimas

Processos de inspecção judicial – 1938

<i>Ausências ilegítimas/Residência</i>	<i>nº de magistrados</i>
Nenhuma observação	7
Residiu na sede da comarca	17
Não residiu na sede da comarca	0
Algumas ausências	0
Total	24

Em 1938, não existe nenhum caso de infração. Dos magistrados em inspecção, todos aqueles dos quais existem dados cumpriram com a exigência de residir na sede da comarca,

não se ausentando dela ilegítimamente. O número de casos onde não há qualquer observação, sete, se bem que significativa não atinge metade do total, ao contrário do ano de 1933.

Por último, os dados relativos ao ano de 1943:

Quadro VIII - Residência / Ausências ilegítimas

Processos de inspecção judicial – 1943

<i>Ausências ilegítimas/Residência</i>	<i>nº de magistrados</i>
Nenhuma observação	27
Residiu na sede da comarca	19
Não residiu na sede da comarca	1
Algumas ausências	2
Total	49

Mais uma vez, no ano de 1943, voltamos a encontrar uma fraca atenção no registo dos inspectores quanto à questão da residência e das ausências ilegítimas. O valor mais alto, vinte e sete casos, é o que corresponde a nenhuma observação feita. Quanto aos magistrados em que existe esta verificação, são eles maioritariamente cumpridores da obrigação de residência na sede da comarca (19 casos), havendo três casos pontuais de transgressão.

Do conjunto global dos dados podemos tirar algumas conclusões. Em primeiro lugar, nem sempre os inspectores judiciais observam o item da residência de forma rigorosa. Anos existem em que os casos em que nenhuma observação é feita supera os números dos casos observados – 1919, 1923, 1933 e 1943. Isto complica de forma importante a leitura dos dados, mas a explicação mais provável é a de que, nos casos de cumprimento dos

magistrados, o inspector deixasse de registrar observações quanto a este item. É, contudo, uma mera hipótese, visto que existem processos que a parecem contrariar, onde em três magistrados inspeccionados, de um ou dois deles se observa a norma da residência, nenhuma observação sendo feita sobre o terceiro. Em segundo lugar, há que referir que, dos casos observados, a enorme maioria dos magistrados cumpre com a obrigação da residência na sede da comarca. Não existe nenhuma tendência evolutiva neste sentido, sendo que praticamente todos estes anos reconhecem casos pontuais de infracção. Apesar disso, é pois possível afirmar que a estas práticas da inspecção por certo trouxeram com a sua vigilância uma maior noção do cumprimento deste requisito. Sobretudo, a partir dos anos vinte, onde elas se tornam regulares.

Um outro ponto de vigilância apertada, repetido desde as primeiras instruções aos inspectores judiciais, é o que diz respeito ao cumprimento dos prazos legais em sentenças e despachos. Pretendia-se com isso avaliar a eficácia da justiça, do cumprimento do dever dos magistrados, de impedir as tradicionais queixas de morosidade e atrasos nos processos.

Eis o que os dados nos mostram para o ano de 1913, o primeiro em que foram realizadas inspecções judiciais:

Quadro IX - Prazos legais em despachos e sentenças

Processos de inspecção judicial – 1913

<i>Cumprimento dos prazos legais</i>	<i>nº de magistrados</i>
Nenhuma observação	22
Cumpriu os prazos legais	22
Não cumpriu os prazos legais	1
Alguns atrasos	0

Total	45
-------	----

Os dados do ano de 1913 mostram, a par de uma grande irregularidade na observação deste requisito, um forte cumprimento por parte dos magistrados quanto à observação dos prazos legais. Apenas um magistrado se encontra na situação de atraso dos processos de forma sistemática. Nenhum é observado enquanto cumprindo com alguns atrasos.

Eis os dados relativos ao ano de 1919:

Quadro X - Prazos legais em despachos e sentenças

Processos de inspecção judicial – 1919

<i>Cumprimento dos prazos legais</i>	<i>nº de magistrados</i>
Nenhuma observação	5
Cumpriu os prazos legais	5
Não cumpriu os prazos legais	0
Alguns atrasos	0
Total	10

À parte a diferença no número de magistrados inspeccionados, o ano de 1919 mostra uma grande semelhança com o ano de 1913. De igual forma, o número de casos observados quase iguala o de casos não observados, sendo que existe um total cumprimento deste item por parte dos magistrados. Nenhum caso, da mesma forma, regista apenas alguns atrasos.

A tabela para o ano de 1923:

Quadro XI - Prazos legais em despachos e sentenças

Processos de inspecção judicial – 1923

<i>Cumprimento dos prazos legais</i>	<i>nº de magistrados</i>
Nenhuma observação	19
Cumpriu os prazos legais	17
Não cumpriu os prazos legais	0
Alguns atrasos	2
Total	38

Na mesma linha, os dados para o ano de 1923 confirmam os anteriores. Precisamente metade dos casos ficam por observar (19), sendo que do resto há uma quase totalidade de magistrados que cumprem com a norma dos prazos legais em despachos e sentenças. Apenas dois casos se registam onde existem alguns atrasos.

Quadro XII - Prazos legais em despachos e sentenças

Processos de inspecção judicial – 1928

<i>Cumprimento dos prazos legais</i>	<i>nº de magistrados</i>
Nenhuma observação	34
Cumpriu os prazos legais	39

Não cumpriu os prazos legais	3
Alguns atrasos	4
Total	80

O ano de 1928, que representa aquele que da amostra detém um maior número de magistrados sob inspecção, oitenta, apresenta naturalmente números mais elevados. De notar que, desta vez, o número de casos observados supera um pouco aqueles em que nenhuma observação é realizada. São trinta e nove os juízes que cumprem os prazos legais em despachos e sentenças, apenas três aqueles que não as cumprem e, por fim, quatro os que cumprem mas com alguns atrasos. São as infracções pontuais, portanto. Em seguida, o quadro para o ano de 1933:

Quadro XIII - Prazos legais em despachos e sentenças

Processos de inspecção judicial – 1933

<i>Cumprimento dos prazos legais</i>	<i>nº de magistrados</i>
Nenhuma observação	25
Cumpriu os prazos legais	16
Não cumpriu os prazos legais	1
Alguns atrasos	2
Total	44

Os dados para o ano de 1933 mostram um número elevado de casos onde não se faz qualquer referência a este item. São mais de metade dos casos, vinte e cinco. Daqueles em

que há registo por parte do inspector, voltamos a encontrar uma maioria muito significativa de casos em que as obrigações são cumpridas, dezasseis, havendo apenas casos pontuais de infracção à norma: um caso de não cumprimento e dois com alguns atrasos.

A tabela para o ano de 1938:

Quadro XIV - Prazos legais em despachos e sentenças

Processos de inspecção judicial – 1938

<i>Cumprimento dos prazos legais</i>	<i>nº de magistrados</i>
Nenhuma observação	8
Cumpriu os prazos legais	16
Não cumpriu os prazos legais	0
Alguns atrasos	0
Total	24

Não existe qualquer caso de infracção no ano de 1938. Dos vinte e quatro juízes inspeccionados, todos aqueles sobre o qual há referência aos prazos legais (16) mostram cumprir o item. Dos oito restantes não há qualquer indicação por parte dos inspectores.

Por último, os dados para 1943:

Quadro XV - Prazos legais em despachos e sentenças

Processos de inspecção judicial – 1943

<i>Cumprimento dos prazos legais</i>	<i>nº de magistrados</i>
Nenhuma observação	21
Cumpriu os prazos legais	24
Não cumpriu os prazos legais	2
Alguns atrasos	2
Total	49

A maioria dos inspectores, em 1943, está atenta a este item dos prazos legais. Há vinte e oito casos onde se faz menção dele, sendo que vinte e um casos são passados sem qualquer observação. Como em anos anteriores, a quase totalidade dos magistrados cumpre com os prazos da lei, havendo apenas casos pontuais de infracção: dois casos de incumprimento e outros dois de cumprimento, mas com alguns atrasos.

Se é possível dizer que a magistratura cumpriu, nestes anos, a obrigação da residência em sede da comarca, é também possível dizer que ela foi cumpridora quanto aos prazos legais no proferir de sentenças e despachos. Dos anos que recolhemos por amostra, são apenas pontuais os juízes que se encontram em situação de infracção, daqueles a que os inspectores fazem referência. Por outro lado, deparamos mais uma vez com algum incumprimento, desta vez por parte dos inspectores, que nem sempre têm atenção ao requisito dos prazos legais, um dos que é repetido desde as primeiras instruções dadas pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial. A explicação para este facto, de todas a mais provável, é a de que os inspectores, em casos onde não existe infracção, poderiam ser omissos quanto a este ponto. Como atenuante para este comportamento dos inspectores judiciais, há ainda a registar que um número sempre apreciável dos magistrados envolvidos nos últimos três anos na comarca,

nem sempre aí permaneciam tempo suficiente para que os inspectores recolhessem deles elementos.

Mas estes dois aspectos da inspecção, a residência e o cumprimento dos prazos legais, mostram exemplarmente uma das verificações que atrás fizemos – a irregularidade dos relatórios dos inspectores. Na verdade, ambos são aspectos que vêm desde as primeiras instruções aos inspectores judiciais e, nem por isso, são cumpridas com rigor. Em muitos destes anos aqui avaliados, os casos em que nenhuma observação é realizada ultrapassa, por vezes, os casos de que há registo. E, se isto acontece em dois dos principais aspectos referidos pela legislação, o caso é muito mais agravado em todos os outros pontos. Não é mesmo possível realizar quadros de frequência para estes anos quanto à imensidão de todos os outros itens. A frequência dos casos registados é de tal modo baixa que impede qualquer conclusão de conjunto, há excepção da opinião formulada por pessoas da comarca e a descrição desta (que, à frente, teremos oportunidade de ver). Esta situação é mais grave nos anos que antecedem a Organização Disciplinar Judiciária, de 1924, até onde vai sobrevivendo uma codificação «mínima» sobre o modo de realizar as inspecções. Mas, mesmo após esta data, os relatórios estão muito longe de cumprir os vinte e um pontos referidos na lei.

Nos anos de 1913, 1919 e 1923, além dos dois itens aqui vistos, há apenas algumas referências nos relatórios ao estado dos livros do juízo e às correições realizadas pelos magistrados. Quanto ao primeiro ponto, o ano de 1913 é particularmente severo na avaliação. São encontradas várias faltas nas existências, estando por vezes os livros «muito incompletos», como são o caso da 5ª Vara Cível de Lisboa e de várias comarcas das ilhas adjacentes. Apenas a 4ª Vara Cível de Lisboa os tem em bom estado, mesmo aí se notando algumas faltas. Em 1919, esta situação parece mais normalizada. Em alguns casos não existe informação mas, naqueles em que existe registo, há uma alternância entre os casos onde os livros se encontram «em bom estado» e aqueles onde há «algumas faltas». Em 1923, nos casos onde há registo sobre este ponto, os inspectores variam frequentemente de estilo. Alguns limitam-se a dizer que se encontram em bom estado ou que existem todos os exigidos, outras vezes acabam por fazer uma relação das existências sem fazer qualquer comentário. Ainda assim, a apreciação global pode dizer-se positiva, ao contrário do ano de 1913. Quanto às correições, elas estão em falta em quase todos os processos de 1913. Para os

anos seguintes, 1919 e 1923, os dados disponíveis são mínimos, havendo muito poucos casos observados; destes, há talvez um equilíbrio entre as avaliações positivas e negativas, mostrando-se assim que a questão das correições era um problema frequente dos magistrados.

Os anos de 1928, 1933, 1938 e 1943 encontram-se já dentro da codificação detalhada da Organização Disciplinar Judiciária. Mas, nem por isso, eles se mostram muito diferentes quanto à observação dos itens a apreciar. A residência, os prazos legais, a opinião formulada por pessoas da comarca, a descrição desta e a caracterização do perfil dos magistrados continua a ser a base do relatório dos inspectores. Quanto aos pontos novos que a legislação manda ter em atenção, eles são muitas vezes esquecidos e, quando tomados em conta, não ocupam geralmente mais do que um simples parágrafo.

Assim, é o caso do envio dos mapas, relatórios e informações a que os magistrados estavam obrigados. Na prospecção feita nesta amostra, achamos muitas vezes esquecido o item, impossibilitando assim, à imagem de muitos outros, a realização de tabelas de frequência. Além do mais, o resultado delas seria este: todos os processos de inspecção consultados mostram que o envio dos mapas, relatórios e informações foi realizado em tempo próprio e sem falhas. Não há um só caso em que os inspectores tenham registado alguma deficiência neste item. No relatório, a questão dos mapas aparece muitas vezes reduzida a uma só linha, como esta: «elaborou os mapas, relatórios e informações em tempo próprio».

Na mesma circunstância, encontram-se, pelo menos, quatro outros itens das inspecções judiciais: a actividade política dos magistrados, a urbanidade para com as partes, as profissões proibidas por lei e a acessibilidade a pedidos.

A restrição da actividade política dos magistrados era um ponto novo, trazido pela Organização Disciplinar Judiciária de 1924. Pretendia ela, através das inspecções, impedir que os magistrados andassem ligados ao mundo político dentro da sua área de jurisdição, participando neste somente através do voto. As inspecções não só tentavam controlar estas possíveis transgressões, como a sua prática regular acabava por ter um efeito de prevenção. De toda a enorme maioria dos casos, os inspectores judiciais não prestaram atenção a este item, havendo um número extraordinariamente restrito de casos onde é feita qualquer observação. Destes, também uma esmagadora maioria dos casos acabam cristalizados numa

fórmula que se tornará vulgar nos relatórios: «não é político, nem consta que tenha promovido ou assistido a reuniões políticas dentro da sua comarca.»⁴⁷¹ Há, no entanto, dois casos de excepção. O primeiro é registado no ano de 1933. Na comarca de Santo Tirso, diz-se de um dos juízes aí abrangidos pela inspecção que, não tendo actividade política ao momento, fora em tempos passados deputado até:

*«Não praticou o sr. dr. *** o mais insignificante acto, de natureza politica, chegando a ser eleito deputado, há bastantes anos. Hoje, encontra-se desligado de todos os compromissos de carácter político e, dentro da sua comarca, nem como magistrado, nem mesmo como simples cidadão se manifesta politicamente.»*⁴⁷²

O segundo caso, muito exemplar do ano em que foi registado – 1943 -, trata-se de um magistrado que fazia abertamente propaganda a favor do regime nazi alemão, no quadro da Segunda Guerra Mundial. Pelo meio, há um jantar e uma conferência em Berlim em que o referido juiz discursa, publicando o opúsculo em Portugal. A posição do Conselho Superior Judiciário será reservada, tentando afastar o magistrado dessas atitudes «menos adequadas», não lhe aplicando contudo qualquer punição. Ele terá mesmo, nesta inspecção, a classificação de Bom. Em seguida, parte do acórdão em que se tenta admoestar, com cuidado, o juiz:

«É um ponto delicado o versado no quesito 31º, à sua matéria, não se indicam, nem provam, factos concretos.

A palestra de Berlim do ora inspeccionado, em 19 de Novembro de 1942 – autorizada a sua publicação pela Comissão Central de Censura em Portugal -, já feita fora do tempo abrangido na inspecção, representa uma atitude.

Não competiria a este Conselho apreciá-la no aspecto político internacional, mas apenas no campo restriti em que pudesse afectar a função judicial.

E, neste aspecto, evidentemente, que aquela palestra, como qualquer outra manifestação política espectacular – tal o banquete oferecido ao juiz, com os respectivos discursos – não convém à serenidade, ao equilíbrio, à gravidade – apanágios da função nobremente exercida.

⁴⁷¹ Processo nº18/ 12, 13, 14, 1928, AHCSM, p. 2

⁴⁷² Processo nº78/15, 16, 17, 1933, AHCSM, p. 9

É inconveniente e menos ponderada também a atitude do juiz quando – sem disso receber incumbência – pretende definir e esclarecer, perante autoridades estrangeiras, a posição do Governo no conflito mundial, e se apresenta, na visita a Badajoz de 11 de Dezembro de 1940, como representante do Ex. Ministro da Justiça (...)

A magistratura tem uma longa e austera tradição a respeitar e manter e fere essa tradição, que tanto prestígio ainda lhe dá, qualquer acção menos adequada ou sensata, de alguns dos seus membros.»⁴⁷³

Também a urbanidade dos magistrados para com as partes, o exercício de profissões proibidas e a acessibilidade a pedidos se encontram nesta situação de quase ausência dos relatórios, sendo contudo um dos itens da lei. E, para todos estes itens, nos poucos casos onde existe alguma observação dos inspectores, ela é sempre favorável aos magistrados em todos os processos consultados. Os restantes itens presentes na legislação, como a visita aos presos das cadeias, a observação do postos antropométricos ou as condições dos tribunais e cartórios ficam de fora de qualquer interpretação, de tal modo ausentes se encontram das actividades relatadas pelos inspectores.

Um único ponto, esse sim, observado, sobretudo a partir dos anos trinta, é o estudo de alguns pontos de direito e sentenças proferidas pelos magistrados. Nestes casos, o inspector chegava por vezes a fazer algumas perguntas, em inquérito escrito, ao inspeccionado, tendo ele que sustentar em argumentação a posição sustentada. Estas pequenas «provas» a que os magistrados se tinham de sujeitar acabavam por lançar certamente algumas dúvidas quanto ao poder dos inspectores que, de algum modo, faziam aqui o papel dos tribunais superiores. Sobretudo quando, pela legislação em vigor, o interesse seria estudar casos exemplares, pelo «mérito ou demérito», em sentenças e despachos, e não procurar um estudo sistemático dos erros de direito praticados pelos magistrados. Contudo, a partir dos anos trinta, é esta a prática que se vai prolongar por uma década, fazendo os inspectores, não raras vezes, um estudo minucioso do trabalho dos inspeccionados, discutindo e fazendo controvérsia sobre pontos de direito.

Sobre aqueles, os inspectores judiciais, iremos ver em seguida o seu papel e o modo como se constituíram enquanto corpo.

⁴⁷³ *Processo n.º 146/10, 11, 12, 1943, AHCSM, p. 274-177*

4.3 O corpo de inspectores judiciais

As primeiras nomeações de inspectores judiciais foram feitas por nomeação do Conselho Superior da Magistratura. Havendo uma lista de comarcas a inspecionar, eram estas distribuídas por magistrados por ele nomeados. Se bem que esta prerrogativa da nomeação/requisição se irá manter como possível para todo o período, havendo em todos os Estatutos Judiciários uma alínea que salvaguarda a hipótese de tal acontecer, é a partir de 1919, com o decreto nº5:499 de 5 de Maio, que passam a existir inspectores permanentes. São eles em número de três, propostos pelo Conselho ao Ministro da Justiça de entre os juízes de segunda instância e pelo tempo de um ano, podendo ser reconduzidos até duas vezes (art.2º). A Organização Disciplinar Judiciária, de 1924, voltava a repetir o número de três inspectores judiciais, mas desta vez nomeados bienalmente pelo Ministro da Justiça, por proposta do Conselho. A escolha recaía sobre os juízes da Relação ou do Supremo Tribunal, podendo ser reconduzidos repetidamente. O primeiro Estatuto Judiciário, de 1927, estabelece-os já em número de cinco, «nomeados bienalmente de entre os juízes da Relação ou do Supremo Tribunal» (art.454º). Mais tarde, com o Estatuto Judiciário de 1944, eles são fixados em número de sete, mas designados pelo Conselho de entre os desembargadores e juízes de direito de 1ª classe, pelo tempo de um triénio, podendo ser reconduzidos uma vez no lugar (art.413º). O último Estatuto Judiciário promulgado durante o Estado Novo, de 1962, reduz este número para seis, sendo que a nomeação pertence já não ao Conselho mas ao Ministro da Justiça (art.451º).

Da relação de inspectores judiciais, em anexo, temos que entre 1919 e 1945, serviram no Conselho Superior Judiciário 29 inspectores permanentes. O quadro de tempos de serviço fica definido como se mostra na tabela abaixo:

Quadro XVI – Tempo de serviço dos inspectores judiciais

(1919-1945)

Fonte: Boletim Oficial do Ministério da Justiça/ 1919-1945

<i>Tempo de serviço</i>	<i>nº de inspectores</i>
com 1 ano de serviço	4
com 2 anos de serviço	4
com 3 anos de serviço	6
de 4 a 6 anos de serviço	6
de 7 a 9 anos de serviço	7
com 10 ou mais anos de serviço	2
Total	29

Até à Organização Disciplinar Judiciária, isto é, entre 1919 e 1924, um período de seis anos, o lugar de inspector é preenchido por um ano apenas, com a possibilidade de recondução até duas vezes. Isso explica que os magistrados Caetano Gonçalves e Eduardo de Sousa Monteiro, por exemplo, tenham estado em funções apenas um ano, em 1919, sendo dois dos primeiros inspectores judiciais permanentes do Conselho Superior da Magistratura. Como assinalava a lei, eram, ao tempo, magistrados de segunda instância. Caetano Gonçalves nascera a 22 de Outubro de 1868 e servira por longo tempo no ultramar, chegando a Presidente da Relação de Moçambique; fora depois agregado à Relação de Lisboa, a 15 de Julho de 1916. Já no continente fora nomeado vogal da comissão da reforma prisional, a 18 de Agosto de 1917. Quando serviu nas funções de inspector judicial, em 1919, acumulava-a com a de inspector permanente dos serviços policiais. Após o seu serviço de inspector, chegou à Relação de Coimbra, a 10 de Dezembro de 1921. Pouco depois, a 2 de Janeiro de

1921, ingressava na Relação de Lisboa, onde chegou a ser nomeado seu Presidente a 31 de Dezembro de 1927. Era já juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça desde 5 de Junho de 1924. Acabou por se aposentar a 28 de Outubro de 1936⁴⁷⁴. Quanto a Eduardo de Sousa Monteiro, que também exerceu funções de inspector judicial apenas no ano de 1919, era natural de Viseu (Veiga), onde nascera a 13 de Junho de 1864. Como Caetano Gonçalves, fizera o seu percurso nas colónias, tendo aí completado quinze anos de serviço efectivo. Fora agregado à Relação de Lisboa a 24 de Agosto de 1912, acabando por chegar a ministro da Justiça em 1914. Da sua passagem pelo ministério, são de referir uma reforma da estrutura do mesmo, a organização da Tutoria Central de Infância de Coimbra, providências no sentido de obrigar os magistrados a residir na sede de comarca e a cumprir os prazos indicados na lei. De volta à Relação de Lisboa, será nomeado inspector judicial em 1919, onde cumprirá apenas um mandato. Será Presidente da Relação de Lisboa a 12 de Junho de 1922, pouco depois tornando-se juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, a 20 de Agosto desse ano. No seguinte, a 28 de Abril, estaria de regresso ao Conselho Superior Judiciário, mas desta vez como vogal substituto. Aposentou-se a 1 de Junho de 1934, aos setenta anos de idade⁴⁷⁵.

Ao contrário de Caetano Gonçalves e Eduardo Augusto de Sousa Monteiro, o terceiro inspector judicial permanente nomeado em 1919, Eduardo de Sousa Magalhães, seria o que exerceria as suas funções pelo período mais alargado de toda a relação de inspectores – 14 anos (1919-1932). Mas, tal como os seus dois outros pares nomeados em 1919, também fizera carreira no ultramar, sendo agregado à Relação de Lisboa a 24 de Julho de 1915. Seria o facto uma coincidência ou estaria nos planos do Conselho Superior da Magistratura Judicial entregar uma tarefa de difícil execução a magistrados que, por terem estado longe da metrópole, por certo trariam uma certa aura de independência e de imparcialidade quanto aos serviços judiciais do território do continente? Se a intenção fosse essa, o certo é que ela não se teria repetido. De facto, dos restantes 26 inspectores judiciais apenas 3 deles fizeram também carreira no ultramar – António Artur da Piedade Rebelo, Bernardo do Amaral Polónio e Roberto António Martins -, ou seja, 11,5 %, um número que ronda quase na exactidão a própria a percentagem de ingressos do ultramar durante estas décadas. Ainda

⁴⁷⁴ Fundo dos processos individuais de magistrados, *Caetano Francisco Cláudio Eugénio Gonçalves*, AHCSM.

⁴⁷⁵ *Eduardo Augusto de Sousa Monteiro*, AHCSM.

sobre Eduardo de Sousa Magalhães, resta dizer que ascendeu a conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça a 23 de Fevereiro de 1924 e fez quase todo o seu percurso, na metrópole como inspector judicial, sendo repetidamente conduzido ao lugar até 1932. Foi Presidente da Relação de Coimbra, a 11 de Maio de 1934, tendo-se aposentado pouco depois, a 17 de Agosto de 1936⁴⁷⁶. A ele se ficaram a dever dezenas de inspecções, de estilo rigoroso e com o hábito de levantar autos de inquérito de testemunhas para ouvir as pessoas da comarca quanto ao «conceito» que lhes mereciam os magistrados.

Da leitura da tabela do quadro XVI, há que registar que a recondução no lugar de inspector era frequente. São seis os magistrados que ficam no lugar de 4 a 6 anos e, ainda mais, sete, entre os 7 a 9 anos de serviço. Vale a pena conhecer, a título de exemplo, o percurso destes últimos, o mais frequente.

Aires de Castro e Almeida, natural de Coimbra, esteve em funções como inspector judicial de 1926 a 1934. A sua colocação como inspector judicial fora, por certo, uma forma de progressão na carreira. Lembrando que até ao Estatuto de 1944, os inspectores judiciais nunca poderiam ser juízes de primeira instância, a verdade é que Aires de Castro e Almeida consegue a sua nomeação pouco depois de ter ascendido aos tribunais superiores (Relação de Lisboa, a 19 de Julho de 1926 – Inspector Judicial a 19 de Junho do mesmo ano). O seu percurso na carreira será fora do comum. Uma vez inspector, em 1926, ele demorará apenas 3 anos a subir ao Supremo Tribunal de Justiça (nomeado a 31 de Agosto de 1929), quando a média do tempo de ascensão entre esses dois níveis, para os magistrados que ingressaram nos tribunais da Relação entre 1 de Janeiro de 1920 a 1 de Janeiro de 1930, era de 2133 dias (5,85 anos). Teria o cargo de inspector judicial poupado praticamente três anos, metade do tempo, na ascensão ao Supremo? Aires de Castro e Almeida será aposentado já em 1940, a 25 de Abril, com a idade de setenta anos⁴⁷⁷.

António Artur da Piedade Rebelo, natural da Índia, onde nasceu a 24 de Outubro de 1888, ingressou na metrópole como agregado à Relação de Lisboa, a 27 de Fevereiro de 1943. Não ficou aí muito tempo, sendo nomeado inspector judicial a 18 de Dezembro de 1944. Ficou como inspector judicial durante 8 anos, até 1951. Nesse ano, a 13 de Julho, ascenderia a juiz

⁴⁷⁶ Eduardo de Sousa Magalhães, AHCSM.

⁴⁷⁷ Aires de Castro e Almeida, AHCSM.

conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Por certo, este lugar seria do seu agrado, pois não foi mais reconduzido como inspector, ocupando o seu lugar no Supremo Tribunal, onde permaneceu até a sua aposentação, a 27 de Dezembro de 1958⁴⁷⁸.

Outro exemplo de permanência enquanto inspector judicial, foi o magistrado Armando do Amaral Cabral. Nomeado no ano de 1944, ele faz já parte do novo enquadramento dado pelo Estatuto Judiciário desse ano, que previa um mandato no lugar de três anos, sendo escolhidos de entre os juizes dos tribunais superiores ou da primeira instância, neste caso, de 1ª Classe. Na verdade, Armando do Amaral Cabral foi um dos primeiros a beneficiar desta modificação no recrutamento, que abrangia agora os juizes de 1ª Classe. Também ele o era, na comarca de Lisboa (4º juízo criminal) aquando da sua nomeação para inspector. Subiria à segunda instância a 29 de Setembro de 1947, continuando em funções de inspector, que manteria até 1952. Ingressaria na Relação de Lisboa a 16 de Maio de 1953, onde permaneceria até à promoção de juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, a 25 de Abril de 1956. Um pouco mais de um ano depois, pediria a sua aposentação (21 de Maio de 1957)⁴⁷⁹.

Nascido em Nelas (Santar), a 1 de Junho de 1882, filho de Francisco Augusto de Amaral e D. Maria Augusta da Ascensão, o magistrado Bernardo Augusto do Amaral Polónio fizera o seu percurso no ultramar, tendo sido juiz em Moçambique e Angola. Aquando do seu pedido de transferência para a metrópole exercia o seu cargo na Relação de Lourenço Marques. Foi agregado à Relação de Lisboa a 19 de Julho de 1930. Passou pela Relação de Coimbra, no ano seguinte, voltando a Lisboa em 15 de Fevereiro de 1933. Pouco depois, seria nomeado inspector judicial, por decreto de 27 de Julho desse ano. Como António Artur da Piedade Rebelo, também vindo do ultramar, a sua nomeação para inspector judicial ocorreu pouco tempo depois da sua chegada à metrópole. Exerceu funções como inspector permanente até 1940. No ano seguinte, seria nomeado Presidente da Relação de Coimbra e juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, a 21 de Maio de 1941. O seu percurso de oito anos enquanto inspector via-se assim premiado. Ficará no Supremo até 7 de Outubro de 1944, aposentando-se nesta data⁴⁸⁰.

⁴⁷⁸ António Artur da Piedade Rebelo, AHCSM.

⁴⁷⁹ Armando do Amaral Cabral, AHCSM.

⁴⁸⁰ Bernardo Augusto do Amaral Polónio, AHCSM.

Carlos Henrique da Silva e Sousa, nascido a 16 de Julho de 1893, na cidade do Porto (Cedofeita), foi nomeado inspector em 1944, aquando da nomeação de Armando do Amaral Cabral. Na verdade, Carlos Henrique era já o primeiro secretário do Conselho Superior Judiciário, desde 18 de Janeiro de 1943, passando no ano seguinte a inspector judicial e a juiz de primeira classe (4 de Maio de 1944). Como Armando do Amaral Polónio, beneficiou das modificações de recrutamento vindas com o Estatuto Judiciário desse ano, que incluíam os juízes de primeira classe como candidatos ao lugar de inspector judicial. Tinha a vantagem, ainda, de conhecer já a instituição do Conselho Superior Judiciário desde há anos, pois tinha sido já o seu segundo secretário desde 4 de Agosto de 1941. Manteve-se no lugar de inspector judicial até 1952, ou seja, durante 9 anos. Acabadas as suas reconduções no lugar de inspector, subiu no ano seguinte à segunda instância, sendo nomeado juiz da Relação de Lisboa a 23 de Junho de 1953. Cinco anos depois, seria colocado no Supremo Tribunal de Justiça, como juiz conselheiro, a 31 de Outubro de 1958. Após menos de dois anos, acabaria por pedir a sua aposentação, que veio a 30 de Janeiro de 1960. Tal como os outros inspectores aqui referidos, não exerceu qualquer comissão política ou policial/militar⁴⁸¹.

Joaquim Augusto Alves Ferreira, nascido a 6 de Fevereiro de 1859, em Mondim de Basto, chegara à magistratura judicial cedo, aos 33 anos, sendo nomeado como juiz de direito a 21 de Abril de 1892. Subiu à segunda instância a 18 de Junho de 1919, sendo nesse ano nomeado inspector judicial. A sua nomeação para cargo de inspector vinha, pois, na imediata sequência da sua ascensão aos tribunais superiores, pelo que se pode tomá-la como uma distinção. Serviu como inspector judicial até 1928, durante dez anos. Entretanto, tinha sido já nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, a 28 de Novembro de 1925. Ficou cerca de três anos nesse tribunal, acabando por ser aposentado a 8 de Março de 1929, aos setenta anos. Do seu percurso, não constam também o exercício de comissões políticas ou policiais/militares⁴⁸².

Luis Maria de Sousa Horta e Costa, nascera em Coimbra, a 15 de Novembro de 1865. Chegara, como Joaquim Augusto Alves Ferreira, cedo à magistratura judicial, aos 34 anos, sendo colocado como juiz de direito em Mértola, a 21 de Dezembro de 1899. Ascendeu aos tribunais superiores a 7 de Julho de 1927, tendo sido nomeado no ano seguinte inspector

⁴⁸¹ *Carlos Henrique da Silva e Sousa*, AHCSM.

⁴⁸² *Joaquim Augusto Alves Ferreira*, AHCSM.

judicial, sinal de distinção. Serviu oito anos nesse lugar, até 1935. Era já juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça desde 29 de Dezembro de 1932. Aposentou-se a 15 de Novembro de 1935, data em que completou os setenta anos. Também são alheias à sua carreira na magistratura quaisquer comissões políticas ou policiais/militares⁴⁸³.

Finalmente, um outro exemplo de longevidade na carreira de inspector: Manuel Nunes da Silva. Nasceu a 25 de Abril de 1860, em Aveiro. Chegara à magistratura judicial numa idade mais próxima do habitual, na época, aos 38 anos, sendo nomeado para a comarca de Santiago do Cacém a 27 de Outubro de 1898. Tal como nalguns casos anteriores, a sua nomeação para inspector judicial coincidiu com o ano em que fora nomeado para servir nos tribunais superiores – fora nomeado para a Relação de Lisboa a 12 de Outubro de 1920 e nomeado inspector a 26 de Novembro desse ano. Nele permaneceu durante nove anos, sendo consecutivamente reconduzido no lugar até 1928. Desde 3 de Agosto de 1926 que era, já, juiz do Supremo Tribunal de Justiça. Acabou por ser aposentado a 25 de Abril de 1930, completando nesse dia os setenta anos. No seu percurso na magistratura há, ainda, que notar a sua participação como deputado das cortes no ano de 1909, quando era juiz de segunda classe, na comarca de Soure. Um dos raros exemplos, aqui, de participação em cargos políticos⁴⁸⁴.

Da leitura dos processos individuais de inspectores judiciais reconduzidos no lugar com frequência, são de assinalar dois aspectos. Em primeiro lugar, eles foram escolhidos, em norma, próximos do nível mínimo exigido. Quando a regra foi a do recrutamento mínimo nos tribunais da Relação, os inspectores nomeados foram-no geralmente próximos da data de ingresso nesses tribunais. Com o Estatuto Judiciário de 1944, abrangendo no recrutamento os juízes da 1ª Classe da primeira instância, encontramos, precisamente no ano de 1944, dois inspectores nomeados nessa situação. A explicação para esta tendência poderá encontrar-se quer nos juízes com carreira já feita nas Relações, menos dispostos a sair do lugar para os serviços de inspecção, quer nos juízes acabados de chegar aos tribunais superiores, que podiam ver nos serviços de inspecção uma distinção anexa à sua recente promoção. Em segundo lugar, a quase totalidade destes magistrados não exerceu qualquer comissão política ou militar. Este facto vem, pelo menos, afastar um tanto a ideia de os magistrados inspectores

⁴⁸³ *Luís Maria de Sousa Horta e Costa*, AHCSM.

⁴⁸⁴ *Manue Nunes da Silva*, AHCSM.

serem «mãos do governo» (a sua nomeação dependia, em última instância, do ministro da Justiça), dispostos a premiar ou apreciar de forma menos favorável os inspeccionados. Não quer isto dizer que essa relação política não tenha intervindo, de forma mais informal ou de simpatias, sempre impossível de fazer aqui a prova histórica dela, mas, formalmente, os magistrados reconduzidos com frequência no lugar de inspector judicial não fizeram em norma um percurso na carreira apoiado em lugares políticos, até 1945.

Quanto à evolução do recrutamento dos inspectores, podemos afirmar que não existe uma linha ou tendência definida. Quando, em 1919, o cargo de inspector permanente é criado, ele é preenchido por juizes das Relações exclusivamente, por o tempo de um ano. Tratava-se de um lugar para ocupação ocasional, mesmo visto que a recondução poderia apenas acontecer por duas vezes. No máximo, um inspector judicial seria-o por três anos. Com a Organização Disciplinar Judiciária, de 1924, os inspectores mantiveram-se em número de três, mas desta vez ocupando o lugar por dois anos, podendo ser repetidamente. Este facto criava, assim, a possibilidade de uma «carreira de inspector», casos dos magistrados que aqui vimos acima, que permanecem por sete ou mais anos ligados à função. O Estatuto Judiciário de 1927 alargaria o número para cinco inspectores e o de 1944 para sete. O número de inspectores judiciais cresceria, portanto. Mas o *status* talvez tivesse descido. O recrutamento frequente de inspectores acabados de chegar aos tribunais superiores e a alteração do recrutamento feito pelo Estatuto Judiciário de 1944, alargando o cargo a magistrados da primeira instância (1ª classe), faria do cargo um lugar ocupado como distinção para os magistrados que terminavam a primeira instância ou ocupavam recentemente a segunda. O que explica a tendência natural dos magistrados mais graduados, os juizes conselheiros, não virem preencher o cargo, sendo até excluídos dele pelo Estatuto de 1944. A isto não seria alheio o próprio carácter das inspecções judiciais. Sendo elas exercidas sobre a primeira instância, a vigilância sobre esta deveria merecer um certo ar de promoção aos magistrados que a terminavam ou começavam um novo ciclo nos tribunais superiores. Por outro lado, aos magistrados com longa carreira nesses tribunais, o serviço de inspecção à primeira instância poderia ser visto como descida de nível das suas funções, menos atractivo, pelo menos.

4.4 Uma arte do retrato?

Ao estudarem os relatórios dos inspetores judiciais em França, para estes anos, Alain Bancaud e Jean-Paul Jean, notaram-lhes uma característica particular: a de os magistrados sob inspecção receberem, da parte dos seus avaliadores, verdadeiros retratos de recorte literário; por vezes, inspirados nos moldes clássicos:

«J'ai trouvé en M... un homme de taille médiocre, d'allure un peu falote, au front dégarni et au regard peu expressif derrière des lunettes à verre épais. Ses propos sont souvent confus, l'assurance qu'il affiche est manifestement factice.

De taille moyenne, d'allure jeune et sportive, les yeux dans un visage aux traits énergiques, le crane soigneusement rasé, M. le procureur general M.. est un home d'une parfaite courtoisie, don't les propos révèlent la finesse d'esprit et la culture.»⁴⁸⁵

Em Portugal, as inspecções judiciais não deixaram de contemplar, igualmente, um espaço reservado à caracterização do perfil dos magistrados. Esta caracterização genérica não esteve prevista nos diversos enquadramentos legais que foram regulando as inspecções. Antes, ela pertence a uma tradição deixada pelo corpo de inspetores e a uma prática e código interior da escrita dos relatórios, terminada a inspecção. Em regra, o inspetor deixava para o final do relatório este retrato dos magistrados, sendo, por vezes, uma síntese final da sua apreciação do avaliado; outras vezes, era a própria apreciação em si mesma, sobretudo quando o número de juízes sob inspecção era extenso e, por necessidade, a avaliação de cada um deles se resumia a alguns parágrafos.

De um modo geral, podemos afirmar que as primeiras inspecções, até ao final da década de vinte, estavam intimamente dependentes da idiosincrasia do próprio inspetor. Havendo pontos a avaliar, instruções, ordens dadas para observar determinados factos, a verdade é que a construção do relatório varia imenso de caso para caso, e estes retratos dos

⁴⁸⁵ Alain Bancaud, Jean-Paul Jean, «Les Juges en enquête: histoire de l'inspection des services judiciaires», in *Juger les Juges – Du moyen âge au Conseil Supérieur de la magistrature*, (Paris: La Documentation Française, 2000), 199. Mantivemos o original francês, devido ao recorte literário da citação.

magistrados ficam em muito ligados à própria mundividência do magistrado encarregado de proceder à inspecção. Até aí, havendo certamente discursos moldados e repetidos, não existem verdadeiramente «fórmulas» - algumas, verdadeiramente lacónicas - como as que vamos encontrar pelos anos trinta e quarenta e que se vão aplicando aos juízes inspeccionados. Esta liberdade deixada ao inspector judicial, até finais dos anos vinte, mais feita pela incerteza e pela novidade do que por normas estabelecidas, deixou-nos hoje uma verdadeira galeria de retratos que, como no caso francês, chegam por vezes a tocar a literatura. Mas é também uma história mais geral que entronca aqui. Uma história de crescente burocratização e aperfeiçoamento da máquina do Estado, que ainda não chega a todos os pontos, deixando-os vazios e legando aos indivíduos que nele trabalham uma certa folga para criar as próprias regras e estabelecer códigos próprios. Dito de outro modo, um inspector judicial, num ano como o de 1923, não tinha qualquer referência ou manual do qual se servisse e pelo qual se ditassem as normas pelas quais devia ele caracterizar o magistrado que tinha perante si. Mais, ele tinha em seu poder apenas uma lista de instruções dadas pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial, que vimos já neste capítulo, sendo que a Organização Disciplinar Judiciária, que veio finalmente organizar em termos de legislação publicada as regras detalhadas da prática inspectiva, surgiu apenas no ano seguinte. Nela, no seu artigo 52º, fazia-se um primeiro retrato-tipo do que deveria ser o magistrado: «a inteligência, cultura e sentimento jurídico, o estado de saúde, a energia física e moral, o amor pela justiça, a independência política e económica, a austeridade de carácter (...)»⁴⁸⁶

Um aspecto que devemos ter sempre em conta é que a prática da inspecção judicial era feita por pares e iguais, isto é, de magistrados sobre magistrados. Com a ressalva de que o inspector era sempre um juiz mais graduado do que aquele sobre o qual recaía a apreciação, a verdade é que todo este discurso circula num circuito fechado. É a visão de magistrados sobre outros magistrados, é o retrato que tem por autor um par daquele que é retratado. Neste sentido, há um jogo duplo em cada processo de inspecção. Por um lado, o juiz que é caracterizado, o seu perfil. Por outro lado, uma grelha de leitura, de apreciação, que é a de magistrados também eles. E, por muito fidedigno que o retrato apareça, a verdade é que são também os valores e princípios dos seus autores que estão em causa. Por certo, fosse a

⁴⁸⁶ Decreto nº 10:310, de 19 de Novembro de 1924, art. 52º, *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1927), vol. II, 602

entidade inspectiva exterior ao mundo judiciário e os retratos seriam outros, outras as apreciações e os pontos nelas tocados. É necessário, por isso, acompanhar sempre este jogo na sua duplicidade, como numa sala de espelhos. Porque, de facto, há mais interlocutores na cena. Se o inspector e o inspeccionado são as suas figuras centrais, a verdade é que cada processo tem um destinatário, o Conselho Superior da Magistratura Judicial, uma terceira entidade que é preciso ter também em conta. A cadeia é por isso mais do que dupla, é tripla. Tratam-se de retratos de magistrados, feitos por magistrados, mas que têm como destino final outros magistrados, que irão ler os relatórios, dar-lhes vista e seguimento. O inspector judicial é também ele inspeccionado durante este jogo e está, por certo, consciente disso mesmo. Este aspecto, da inspecção feita por pares, deve ainda ser olhada sobre um outro modo – a presença, por vezes, de conhecimentos e laços de afinidade entre inspector e inspeccionado. Em 1928, o inspector judicial Eduardo de Sousa Magalhães fazia constar do seu relatório o seguinte facto:

*«É ele [o magistrado inspeccionado] meu condiscípulo da Universidade. E se eu considero como quasi fundamentais os laços que unem dois companheiros da mesma escola, abstraio por completo de tais relações quando se trate, como agora se trata, de cumprir um dever que a natureza impõe.»*⁴⁸⁷

Na verdade, seria duro para com o seu colega de universidade, dele escrevendo que tinha «carência absoluta de energia disciplinar, e prestígio da autoridade, a consciência da força de que a sua função é ressentida. S.Exa tem medo»⁴⁸⁸. Mas, à parte este caso, o que ele também demonstra é que existe na relação entre inspector e inspeccionado, não raras vezes, um constrangimento próprio das circunstâncias da avaliação entre pares. Até que ponto este constrangimento foi efectivo, real, é o que fica ainda por determinar, não se sabendo com precisão os níveis de relacionamento informal que eram gerados dentro do corpo da magistratura. Mas o relatório do inspector Eduardo de Sousa Magalhães é também ele nítido quanto a outro aspecto: o conhecimento realizado aquando na Universidade. De facto, os magistrados de primeira instância encontravam-se espalhados pelo território nacional e, retirando as comarcas vizinhas, com as quais haveria alguma comunicação, ou com a

⁴⁸⁷ Fundo das Inspecções Ordinárias, *Processo n.º 19/18,19,20*, 1928, AHCSM, p. 9

⁴⁸⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 37

Relação desse distrito, não é provável que o corpo da magistratura fosse particularmente dado a uma unidade de laços pessoais, estando distribuída por espaços diferenciados. Daí que a Universidade seria, para muitos magistrados, sobretudo aqueles mais próximos pela idade, o ponto em comum na rede dos laços de afinidade e amizade. Ainda sobre o caso francês, é de notar que a falta de unidade do corpo da magistratura levou a que este se organizasse tardiamente para reivindicar as suas posições⁴⁸⁹. E é mais do que provável que esta falta de unidade se verificasse também em Portugal, à excepção dos tribunais superiores.

Posto isto, qual era, então, a técnica aplicada ao retrato dos perfis dos magistrados? Tendo recolhido por amostra os processos relativos a 1913, 1919⁴⁹⁰, 1923, 1928, 1933, 1938 e 1943, é sobretudo de realçar a unidade que preside aos diversos retratos. Como afirmamos anteriormente, eles evoluem para fórmulas mais ou menos tipificadas, repetindo-se a partir dos anos trinta de forma mais ou menos retocada, mas, no essencial, são os mesmos os parâmetros que estão em causa. O primeiro aspecto a ter em conta, de longe o primeiro a que os inspectores judiciais se referem e avaliam, é a *inteligência* do magistrado. Não mais do que um adjectivo, mas logo colocado à cabeça da descrição, a inteligência ocupa o lugar principal em quase todos os retratos. Em 1923, o inspector Manuel Nunes da Silva, dizia de um inspeccionado:

*«É um magistrado regularmente inteligente, absolutamente honesto, muito trabalhador, fundamentando o melhor que pode, posto que não tão bem como seria para desejar, as suas decisões.»*⁴⁹¹

Em 1928, o inspector Joaquim Augusto Alves Ferreira, anotava quanto ao único magistrado abrangido pela sua inspecção à comarca da Covilhã:

⁴⁸⁹ Alain Bancaud, *Une exception ordinaire – la magistrature en France 1930-1950* (Paris: Gallimard, 2002).272 – A magistratura não tinha órgãos autónomos representativos; só em Dezembro de 1945 apareceu «une organization professionnelle spécifique (l’Union Fédérale des magistrats), qui aura d’ailleurs du mal à s’imposer dans un corps cultivant l’individualisme et méfiant envers les formes d’organisation des fonctionnaires dont elle entend se distinguer.»

⁴⁹⁰ A amostra recolhida seguiu as coordenadas de 5 em 5 anos, pelo que o ano esperado seria o de 1918. Contudo, não existiu nenhum processo concluso nesse ano, pelo que o substituímos pelo de 1919.

⁴⁹¹ Fundo das inspecções ordinárias, *Processo n.º 27/9*, 1923, AHCSM, p. 6. Sublinhado nosso, aqui e nas seguintes transcrições.

*«É magistrado muito considerado pela sua inteligência, saber, trabalho e honestidade. Conquistou o respeito de toda a comarca, e é adorado pelo pessoal do juízo – não obstante ser disciplinador – mas de uma disciplina bondosa e justa – que cativa e prende. É bom juiz.»*⁴⁹²

Dois exemplos dos anos trinta – 1933 e 1938 -, realizados por inspectores diferentes, Heitor da Cunha Oliveira Martins e Bernardo Augusto do Amaral Polónio, demonstram como a inteligência continuava à cabeça das descrições:

«É um juiz muito inteligente, com inextinguível desejo de acertar e de ser justo, disciplinador e dedicando à sua profissão o maior amor. Com o seu esforço e altas qualidades de trabalho, conseguiu, em pouco tempo, readquirir o poder judicial (...)»⁴⁹³

«Juiz íntegro, muito inteligente, muito culto e sabedor, muito trabalhador, expedito e disciplinador (...)»⁴⁹⁴

Em 1943, na comarca de Évora, o inspector Carlos Fontes Saavedra escreveria sobre um dos três magistrados inspeccionados:

*«É honesto, muito inteligente, calmo e dispõe de razoável critério. Tem, ao que me informaram, bastante cultura geral, mas pareceu-me insuficiente a preparação profissional de que, ao tempo, era portador.»*⁴⁹⁵

A inteligência ocupa quase todos os perfis dos magistrados retratados pelos inspectores, vindo, às vezes, apoiada com o *saber*. Mais raramente, como no último caso aqui transcrito, aparece a *cultura geral* do magistrado, como um terceiro elemento. Esta situação é recorrente e transversal aos diferentes inspectores, que a escolhem, a inteligência, sempre e preferencialmente como o primeiro adjectivo da caracterização dos juízes inspeccionados.

⁴⁹² Processo n.º 48/13, 14, 15, 1928, AHCSM, p. 3

⁴⁹³ Processo n.º 78/15, 16, 17, 1933, AHCSM, p. 17

⁴⁹⁴ Processo n.º 112/22,23 e 177/1, 1938, AHCSM, p. 20

⁴⁹⁵ Processo n.º 151/24, 25, 1943, AHCSM, p. 29

Nas inspecções judiciais, o magistrado é, por isso, avaliado primeiramente quanto à sua inteligência e, é de referir, no seu aspecto mais abstracto. Não se diz, por exemplo, «inteligência jurídica», «saber jurídico» ou outra expressão que relacione a inteligência com a sua área específica, o direito. É o recorte da personalidade, no seu lado abstracto, a inteligência, que aparece como motivo primeiro das descrições dos inspectores. O senso e critério jurídico, o saber do direito, encontra-se mais raramente nestes retratos. Eles estão quase ausentes, por exemplo, em anos como o de 1913 e 1923. Já em 1928, deparamos com alguns exemplos:

*«Sabedor, encontra-se senhor da complicada legislação criminal. Com tais qualidades, ajudadas por um admirável senso jurídico, as suas sentenças são ditadas pelos princípios da mais sã justiça.»*⁴⁹⁶

*«Foi um distinto magistrado de primeira instância. Honesto, com grandes faculdades de trabalho, sabedor e com manifesta competência jurídica.»*⁴⁹⁷

Em 1943, voltamos a encontrar esta referência à inteligência jurídica, mas desta vez na noção de *senso e ponderação*.

*«Muito distinto, pois além de inteligente, trabalhador e estudioso, é do maior equilíbrio e ponderação. Julga com muito acerto e critério, procurando sempre a solução que melhor se adpta ao caso.»*⁴⁹⁸

*«É de inteligência regular, mas de espírito fraco sem senso. E, tendo caído em ridículo, falta-lhe o prestígio indispensável à sua função.»*⁴⁹⁹

⁴⁹⁶ Processo n.º 47/10, 1928, AHCSM, p. 2

⁴⁹⁷ Processo n.º 51/10, 11, 12, 1928, AHCSM, p. 4

⁴⁹⁸ Processo n.º 146/10, 11, 12, 1943, AHCSM, p. 5

⁴⁹⁹ Processo n.º 147/13, 14, 15, 1943, AHCSM, p. 16

O bom senso é uma ideia valorizada pelos inspectores. E pode ela ser independente da inteligência. Neste último caso descrito, ela é a falta característica apontada ao magistrado, mesmo sendo ele de «inteligência regular». Se deve haver inteligência, deve haver também o senso jurídico, a ponderação, o critério, qualidades que devem encontrar-se reunidas para uma boa apreciação por parte dos inspectores.

E, se a inteligência do magistrado é o primeiro critério nas mãos dos inspectores, o segundo é o da honestidade. Percorrendo os vários processos, ele é sem qualquer dúvida o adjectivo que os magistrados mais repetem, a par do primeiro. Formam, ambos, uma verdadeira dupla «inteligente/honesto» que será repetida até aos anos quarenta, até se cristalizar numa das fórmulas aplicadas. Se um magistrado deve ser possuidor de inteligência, de senso, de critério, não lhe poderá faltar a honestidade. Eis alguns exemplos vindos dos relatórios:

«Intelligentíssimo, sabedor, activo, modesto e duma fiscalização rigorosamente benévola, mas eficaz, sobre os seus empregados, como não se encontra facilmente. E sobretudo isto: magistrado respeitadíssimo e absolutamente honesto.»⁵⁰⁰

«Se bem que este magistrado persistiu na prática de actos considerados irregulares, forçado sou a reconhecer que é inteligente, é sabedor, com faculdades de trabalho e grande fundo de honestidade.»⁵⁰¹

Em 1943, a honestidade aparece já numa descrição como esta, que é tornada em uma das «fórmulas» que serão mais ou menos aplicadas indistintamente aos magistrados:

«Magistrado inteligente, sabedor, muito trabalhador, pontual nos serviços judiciais e honesto.»

Um pouco atrás desta fórmula «inteligência/honestidade», encontra-se o espírito de *disciplina*. Na verdade, são muitos e diversos os inspectores que estão atentos à disciplina

⁵⁰⁰ Processo n.º 26/19, 20, 21, 1923, AHCSM, p. 1

⁵⁰¹ Processo n.º 47/13, 14, 1928, AHCSM, p. 4

que o magistrado impõe nos serviços judiciais. E, isto, desde as primeiras inspecções até aos anos quarenta. O juiz é o «patrão» do tribunal, e a indisciplina nos serviços deste poderia valer uma apreciação negativa na avaliação final. Em 1923, o inspector Eduardo de Sousa Magalhães apreciava um magistrado dizendo dele que não tinha tido oportunidade para revelar o seu «feito disciplinador», sendo o pessoal do juízo naturalmente disciplinado:

*«O senhor doutor *** é um magistrado possuindo uma lúcida inteligência, ajudada por grandes faculdades de trabalho e por um aturado estudo. Cumpre a rigor os deveres do seu cargo e se não revela o seu feito disciplinador é porque não tem oportunidade para isso, visto que o pessoal do juízo é naturalmente disciplinado.»*⁵⁰²

No mesmo ano, o inspector Manuel Nunes da Silva observava do único magistrado inspeccionado na 3ª Vara cível de Lisboa:

*«Notei-lhe apenas a sua falta de energia e espírito disciplinador, para combater os abusos dos empregados subalternos.»*⁵⁰³

Ainda nesse ano, um outro magistrado era acusado pelo inspector de «não procurar coibir os abusos» dos seus subordinados:

*«Concluindo, direi que fica exposto, de ver é que o sr. doutor *** tem os defeitos da maioria dos seus colegas quanto à forma de ordenar os termos e formalidades do processo. Não tem sido muito regular nas correções e não procura coibir os abusos e faltas dos seus subordinados.»*⁵⁰⁴

Em 1928, o inspector Aires de Castro e Almeida notava do magistrado em serviço na comarca de Pombal:

⁵⁰² Processo n.º 31/24, 25, 26, 1923, AHCSM, p. 6

⁵⁰³ Processo n.º 30/42, 43 e 30/1, 1923, AHCSM, p. 11

⁵⁰⁴ Processo n.º 30/16, 17, 18, 1923, AHCSM, p. 21

«A acção disciplinadora do senhor doutor *** pareceu-me fraca e pouco vigilante.»⁵⁰⁵

Na comarca de Ancião, o inspector judicial notava de um dos magistrados, em 1938:

«Revelou-se, no desempenho do seu espinhoso cargo, inteligente, amigo da disciplina, e zeloso pelo serviço.»⁵⁰⁶

Em 1943, o magistrado *** acabaria com a classificação de «regular», pois o inspector Álvaro Bordalo de Andrade e Sá notava-lhe a fraca disciplina:

«É honesto e homem de bom coração, muito boa pessoa e respeitado, mas é um espírito fraco, de excessiva benevolência na aplicação das penas e pouco disciplinador.»⁵⁰⁷

É este trio inteligência/honestidade/disciplina que domina o discurso dos inspectores judiciais ao longo destas décadas. Não raras vezes, os magistrados são apenas descritos a partir destas três noções e, nos finais dos anos trinta e na década de quarenta, onde as apreciações são mais concisas e dadas à cristalização em certas fórmulas, um magistrado é facilmente avaliado como «inteligente, honesto e com espírito de disciplina», quando o parecer do inspector é favorável ao seu trabalho.

Numa segunda linha, podemos inscrever outras situações que, por vezes, aparecem à luz nos relatórios. É o caso, por exemplo, dos costumes privados dos magistrados. Como iremos ver em capítulo próprio, as sindicâncias e inquéritos levantados aos magistrados, sobretudo fora das áreas urbanas de maiores dimensões, voltam-se com frequência sobre este ponto. No caso

⁵⁰⁵ Processo n.º 16/10, 1928, AHCSM, p. 7

⁵⁰⁶ Processo n.º 112/2, 3, 4, 1938, AHCSM, p. 4

⁵⁰⁷ Processo n.º 159/16, 17, 18, 1943, AHCSM, p. 4

das inspecções judiciais e, em particular, no perfil do magistrado que é traçado pelos inspectores, a frequência é, no entanto, menor.

O inspector Joaquim Augusto Alves Ferreira, numa inspecção à 1ª Vara cível da comarca do Porto, por exemplo, redigia o seguinte, sobre os usos do magistrado inspeccionado:

*«O doutor *** foi juiz na comarca de Cabeceiras de Basto (terceira classe) e, tendo ali tomado para seu serviço uma rapariga, ainda então de menor idade, esperta, ladina, mas de reles condição – quer pela estirpe quer pelas qualidade de carácter, deixou-se dominar por ela a tal ponto que, segundo as mais fidedignas informações que colhi, a justiça, naquela época, era administrada, naquela comarca, vergonhosamente, ao sabor dos caprichos e dos interesses da amante do juiz.*

*A comarca de Cabeceiras de Basto ficou num verdadeiro caos, quando o doutor *** dali saiu.*

Que não seja verdade tudo quanto se diz – quero acreditar-lo: que o juiz ignore o muito do que se passa em sua casa, e em volta do seu nome de magistrado – tenho-o como certo. Mas eu creio que no assunto melindrosíssimo de que me estou ocupando, o pior de tudo – é o que se diz – é o que toda a gente afirma, com ou sem convicção, mas com a malícia necessária para produzir um desprestígio alarmante na administração da justiça.»⁵⁰⁸

Tratava-se, é certo, de uma situação fora do normal e, por assim dizer, extraordinária. Mas, por vezes, a inspecção recaía no seu discurso sobre os factos mais vulgares, os usos do quotidiano. Assim, o inspector Joaquim Augusto Alves Ferreira, na sua inspecção à comarca de Faro, em 1928, referia-se deste modo sobre um dos três magistrados abrangidos no seu relatório:

«É inteligente, estudioso, culto, cumpridor dos seus deveres profissionais, honestíssimo, e estimado pelos empregados do tribunal. Vive absolutamente isolado do meio social de Faro, numa casa que a câmara municipal conseguiu pela renda de 200\$00 mensais, no extremo da cidade, habitando-a com a família – esposa e quatro filhos. Vem logo de manhã para o tribunal onde a família lhe manda o almoço, e ali se demora, em regra, até às 19 horas, trabalhando com os respectivos funcionários.»⁵⁰⁹

⁵⁰⁸ Processo n.º 30/13, 14, 15, 1928, AHCSM, p. 2-3

⁵⁰⁹ Processo n.º 18/15, 16, 17, 1928, AHCSM, p. 3

Além do par, que já vimos recorrente, da inteligência/honestidade, o magistrado era descrito pela forma como vivia «isolado do meio social», os horários que cumpria, e até o almoço que «lhe manda a família». Num caso bastante próximo estava um dos magistrados da comarca de Mafra, nesse mesmo ano. O inspector escreveria no seu relatório, a seu propósito:

«A vida actual do juiz da comarca é extremamente simples, mas aprumada: almoça todos os dias às 10 e ½ horas e às 11 encontra-se sempre no tribunal.

Logo que entra o pessoal da secretaria judicial vai cumprimentá-lo e quando retira nunca antes das 17 horas, entra ele na secretaria a despedir-se dos oficiais de justiça.

*Pode o senhor doutor ***, por ausência de processos e questões a estudar e decidir, não ter que fazer no seu gabinete, nele se conserva porém inalteravelmente até à hora referida e às vezes ainda mais tarde e do tribunal segue para o seu hotel donde nunca sai a não ser em serviços.»⁵¹⁰*

É um retrato que realça as virtudes, sendo de assinalar a vida «extremamente simples, mas aprumada», as horas de serviço, o ocupar do gabinete mesmo não havendo «processos e questões a estudar» e, no final, como símbolo de uma vida ascética e austera, o hotel, donde o juiz nunca saía a não ser «em serviços». Ainda em 1928, desta vez na comarca de Torres Vedras, o único magistrado abrangido pela inspecção era também descrito nestes termos:

«Desde que sai do tribunal onde vai quase todos os dias, vive na sua casa, sem convivência, e donde apenas sai para vir todos os dias ao cemitério de visita a uma filha que perdeu, já senhora, creio que no ano de 1925.

Disseram-me que não sendo rico possui todavia umas propriedades no Douro, que lhe dão completa independência económica.»⁵¹¹

⁵¹⁰ Processo n.º 16/16, 17, 18, 1928, AHCSM, p. 14-15

⁵¹¹ Processo n.º 18/9, 10, 11, 1928, AHCSM, p. 8

Nele encontramos, mais uma vez, a vida isolada, sem «convivência» e a independência económica, que deparamos descrita em apenas um outro processo, este de 1943⁵¹². Em 1938, um outro magistrado era retratado na intimidade do seu lar, nos seus costumes, dizendo-se dele que tinha por uso recolher crianças desprotegidas em sua casa⁵¹³. Em 1943, o inspector Horta e Vale anotava com agrado, que um dos magistrados inspeccionados na comarca de Mangualde, além da tradicional competência e amor à profissão, dava preferência à vida em família, não frequentando nem cafés nem farmácias:

*«Mostra assim preferir a vida familiar à vida de pensões, dando-se ao ambiente familiar de sua casa e não frequentando clubes, nem cafés nem farmácias.»*⁵¹⁴

Também numa segunda linha, aparecendo menos repetidamente, encontramos as referências, no perfil traçado aos magistrados, à sua força física, à sua saúde e capacidades de trabalho. No seguinte exemplo, datado de 1913, numa inspecção à comarca de Lisboa (5ª Vara Cível), aparece-nos ainda uma referência ao facto de um magistrado ser «bom chefe de família», referência essa que não encontramos nos processos dos anos seguintes, mas que mostra bem a importância dada aos costumes e usos dos juizes sob inspecção e de que fizemos atrás menção:

*«Deve este magistrado, que, segundo tenho ouvido, é já de idade adiantada, gozar duma vigorosa saúde, ser dotado de poderosas faculdade de trabalho (...)»*⁵¹⁵

Do juiz da comarca de Abrantes, o inspector observava, em 1928, que apesar de alguns percalços de saúde o magistrado encontrava-se em situação de resolver os casos mais complexos de uma comarca de grande movimento judicial:

⁵¹² *Processo nº 164/1*, 1943, AHCSM, p. 113, «Apesar de possuir avultada fortuna, é descuidado no seu traje, o que não beneficia o seu prestígio».

⁵¹³ *Processo nº 115/10, 11 e 116/6*, AHCSM, p. 6

⁵¹⁴ *Processo nº 153/22, 23*, AHCSM, p. 19

⁵¹⁵ *Processo nº 9/42*, 1913, AHCSM, p. 6

*«O senhor doutor *** tem 54 anos de idade, presidiu à primeira audiência como juiz de Abrantes no dia 6 de Maio de 1926 e apesar de queixas por vezes de ser precária a sua saúde possui o valor phisico necessário para exercer o cargo nesta ou em comarca de maior movimento judicial – como possui qualidades que o tornam digno de apreço e consideração como seja a honestidade do seu carácter, a sua inteligência, a sua índole bondosa, o grande amor à carreira que exerce e a sua vontade de acertar e ser justo.»⁵¹⁶*

Além das questões de saúde, deparamos neste caso, como uma inevitabilidade, as referências finais à «honestidade do seu carácter» e à «inteligência», coroadas com o «amor à carreira», expressão que, curiosamente, é raro estar na pena dos inspectores.

Por último, podemos ainda incluir no catálogo dos perfis dos magistrados algumas referências à sua educação e temperamento. Tal como as indicações dadas sobre a sua capacidade física e de trabalho, não são elas recorrentes, embora se encontrem em alguns processos. Em 1923, o inspector Manuel Nunes da Silva observava de um magistrado da comarca de Águeda ser ele tímido, o que dificultava a manutenção da ordem no tribunal:

«A timidez do seu espírito não lhe deixa ter a energia necessária para reprimir as faltas e abusos de empregados.»⁵¹⁷

Numa outra comarca, nesse ano, o mesmo inspector referia-se a um dos magistrados notando-lhe a «esmerada educação» e o seu trato «urbano e agradável», após as referências à inteligência, à honestidade e ao senso jurídico:

«É absolutamente honesto, inteligente, sabedor, com apreciável e elevado senso jurídico, pessoa de esmerada educação, de trato urbano e agradável, sendo assim geralmente estimado e considerado.»⁵¹⁸

⁵¹⁶ Processo n.º 18/12, 13, 14, AHCSM, p. 4-5

⁵¹⁷ Processo n.º 27/9, 1923, AHCSM, p. 6

⁵¹⁸ Processos n.º 30/42, 43 e 30/1, 1923, AHCSM, p. 7

Em 1928, na comarca de Oliveira de Azeméis, dois dos magistrados inspeccionados veriam o seu temperamento e educação alvos de avaliação do inspector. De um, diria o inspector ser «tímido» e, do outro, tendo este uma «esmerada educação»:

«Um magistrado absolutamente honesto, muito bem intencionado, deixando-se sempre dominar pela melhor vontade de acertar e ser justo. E tão longe vai essa vontade que o leva a uma exagerada timidez na sua função de julgador.

Pessoa de esmerada educação, de trato urbano e afabilíssimo, sabe muito bem aliar o rigoroso cumprimento dos seus deveres profissionais como o respeito e atenção que a todos são devidos.»⁵¹⁹

Ainda em 1928, desta vez na comarca da Feira, um dos magistrados era apreciado como tendo um temperamento «irritável» e «pouco sereno»:

«É, em verdade, um magistrado inteligente, estudioso e de regular cultura jurídica. Também deixou o nome de magistrado honesto. Noto-lhe um temperamento irritável e pouco sereno, que não se compadece com a compostura, respeito e urbanidade indispensáveis em quem exerce funções públicas e designadamente as inerentes ao seu cargo judicial.»⁵²⁰

Na comarca do Porto (6ª Vara), o inspector Heitor da Cunha Oliveira Martins, destacava também a postura de um dos magistrados abrangidos pela inspecção, notando-lhe o «temperamento excitável» e «nervoso»:

⁵¹⁹ Processo nº 51/24 e 51/37, 38, 1928, AHCSM, p. 10

⁵²⁰ Processo nº 230/10, 11, 12, 1928, AHCSM, p. 14

*«O senhor doutor *** é de temperamento excitável, nervoso e, com o seu «parti-pris» contra advogados e procuradores e percebendo bem que muitos deles desaprovam por completo a sua orientação judicial e modo de fazer e dirigir as coisas, está sempre disposto a ver ofensas, onde, por ventura, as não há.»⁵²¹*

O temperamento excitável e nervoso poderia ser um dos entraves a uma boa apreciação. Um dos magistrados em exercício em Mogadouro, veria um inquérito aberto aos seus actos, durante o período de uma inspecção do ano de 1943, acabando por sofrer a pena de transferência:

«É um magistrado competente, trabalhador e inteligente. Não reúne, porém, todas as qualidades indispensáveis para, como juiz, poder ser completo.

É muito nervoso, sem dúvida um nevropata, como ficou demonstrado no inquérito.»⁵²²

No conjunto global destas galerias de retratos de magistrados, podemos distinguir uma evolução que é nítida – as apreciações tornam-se mais resumidas, mais lacónicas, mais dadas a «fórmulas» e menos expansivas numa descrição de modo pessoal por parte do inspector, com o passar dos anos. A tradição das inspecções por certo gerou códigos interiores, práticas repetidas. Já nos anos quarenta, é vulgar encontrar apreciações breves, que apenas trocam a ordem dos adjectivos nos parágrafos que qualificam os magistrados. Mas, se esta evolução é facilmente distinguida, a verdade é que os critérios que antecedem a apreciação não sofreram qualquer alteração. Há, para todo este conjunto de quase quatro décadas uma uniformidade impressionante. O trio «inteligente/honesto/disciplinador» mantém-se como a principal referência dos inspectores, que o repetem por vezes até à exaustão. Numa segunda linha, bastante menos regular, encontramos as indicações dos usos e costumes dos magistrados, a força física/saúde e a capacidade de trabalho e, por fim, as apreciações voltadas para a educação e temperamento. Não muito longe das apreciações realizadas, por essa época, em

⁵²¹ *Processo n.º 87/3, 4 e 97/27, AHCSM, p. 29*

⁵²² *Processo n.º 158/8, 9, 10, 11, 1943, AHCSM, p. 3*

Itália, onde Orazio Abbamonte notou as ideias de «ordem», «disciplina» e «moderação» no catecismo do modelo ideal dos magistrados⁵²³.

4.5 Uma vigilância informal - as elites locais e judiciárias chamadas a pronunciar-se

Como vimos atrás, desde as primeiras instruções legadas aos magistrados encarregados de inspecionar o território nacional, sempre existiu um particular cuidado em ordenar que pessoas «idóneas», de «categoria social» e que pudessem realizar «um juízo desassombrado» se pronunciassem sobre os juízes da sua comarca. Esta prática foi de uma extraordinária importância na vigilância e controlo destes, pois acarretava um peso significativo na sua apreciação final e importava toda uma rede de elites locais que se via, de súbito, chamada a dizer a sua opinião. Qual o impacto desta iniciativa junto dos próprios magistrados? É hoje, segundo as fontes, impossível fazer um retrato fidedigno do que se teria passado, mas não seria de todo improvável que a medida fosse acolhida na magistratura com alguma desconfiança. Talvez até tivesse sido invocada a própria independência, pois o julgamento das elites locais, convocadas a depor, poderiam ter interesses em tribunal, prestando declarações enviesadas sobre os juízes mais inoportunos. Mas, o facto, é que desde as primeiras instruções aos inspectores, passando pelos Estatutos Judiciários, esta prática foi definida e regulada, imposta.

Outra coisa, bem diferente, é saber se ela, de facto, chegou a ser cumprida pelos inspectores judiciais. Na verdade, tendo recolhido por amostra todos os processos para os anos de 1913, 1919, 1923, 1928, 1933, 1938 e 1943, a ideia que fica é a de que a legislação esteve longe de ser cumprida. Poderíamos agrupar a informação em três núcleos centrais: (i) as inspecções onde existiu, verdadeiramente, uma recolha de depoimentos e foram realizados autos de inquirição de testemunhas, (ii) as inspecções onde o juiz inspector informa sobre o «conceito» que o juiz deixou na comarca, ouvindo pessoas, mas não transcrevendo coisa alguma para o relatório e, (iii), as inspecções que, pura e simplesmente, não registam

⁵²³ Orazio Abbamonte, *La Politica Invisible – Corte di Cassazione e magistratura durante il Fascismo* (Milano: Giuffrè Editore, 2003), 175 «Ordine, disciplina, sicurezza, certezza, moderazione, tradizione, sono i punti di riferimento stabili imposti al magistrato dal catechismo che in molti modi gli viene somministrato»

qualquer opinião das elites locais da comarca, passando assim ao lado da legislação. Destes três núcleos, poderemos dizer com clareza que os mais frequentes são o segundo e o terceiro, sendo que este último é sem dúvida o mais frequente em anos tardios como o de 1938 e 1943. O primeiro, que formaliza autos de inquérito e ouve depoimentos, é raro e consegue-se ligar com facilidade à prática deste ou daquele inspector, mais rigoroso – por exemplo, os cinco autos de inquérito lançados pelo magistrado Eduardo de Sousa Magalhães, no ano de 1928.

Começando por este grupo, pode dizer-se que ele foi levado à prática, sobretudo, de duas formas. Uma, através de um questionário escrito, enviado pelo inspector judicial às pessoas por ele consideradas em situação de prestar declarações sobre o magistrado inspeccionado, outra, através de autos de inquérito de testemunhas, mais formais, onde aquelas vinham depor.

Em 1913, por exemplo, o inspector Eduardo de Sousa Magalhães, enviava a cinco advogados da comarca de Lisboa o seguinte ofício, esperando deles resposta:

«Exmo Sr:

*Tendo sido encarregado de inspeccionar algumas das varas desta comarca de Lisboa e, cumprindo-me, segundo as instruções recebidas, ouvir algumas pessoas da comarca que pela sua posição social, carácter e honestidade reconhecida, possam formular um juízo desassombrado e imparcial acerca do modo como os respectivos magistrados têm administrado a justiça, a respeito das suas faculdades, assiduidade no serviço, inteligência nas decisões, espírito de disciplina, urbanidade para com as partes e, finalmente, acerca das suas virtudes e defeitos como magistrados, no cumprimento desse dever, venho rogar a V. Exa. em quem vejo reunidas os sobreditos predicados, se digne enviar-me por escrito, no mais curto prazo que lhe for possível, o seu parecer e opinião acerca do Dr. ***, juiz da 4ª Vara cível, apreciada sob aqueles diferentes aspectos, no que V.Exa prestará um relevante serviço à missão de que fui incumbido.*

Se preferi a opinião de V.Exa por escrito, foi exclusivamente no intuito de lhe poupar mais pesado incómodo, convidando-o a vir à minha residência, ou a receber-me na de V.Exa, não me negando contudo a optar por qualquer destas soluções, se V.Exa tiver o menor escrúpulo em aceder ao meu pedido pelo modo como se acha

*formulado e, pelo contrário, preferir transmitir-me de viva voz as suas impressões e conceito, referentes ao mencionado magistrado.»*⁵²⁴

Este ofício é, em diferente níveis, essencial na compreensão de uma prática como esta. Em primeiro lugar, porque não dispondo nós do conteúdo das instruções dadas aos inspectores, senão para anos mais tardios, este ofício é o primeiro documento que, indirectamente, se lhes refere. Assim, os magistrados encarregados de inspecção nas diferentes comarcas deveriam estar atentos a diversos itens: assiduidade no serviço, inteligência nas decisões, espírito de disciplina, urbanidade com as partes, conceito formulado pelas pessoas da comarca. Todas estas particularidades a observar ver-se-iam reproduzidas nos anos seguintes até aos Estatutos Judiciais, mas aqui faz-se prova de que elas existiam bem desde o começo, num ano como o de 1913. Em segundo lugar, há ainda uma relação de informalidade que é típica destes anos iniciais: o inspector convida o advogado, caso tal lhe pareça oportuno e preferível, a vir «à minha residência». Estamos longe de um código formal e rigoroso, que institui espaços próprios a observar. Por último, o inspector Eduardo de Sousa Magalhães escolhe, como pessoas indicadas, cinco advogados. A razão para tal facto encontramos-a escondida no texto. Na verdade, o magistrado poderia reclamar-se figura pública em quase todas as comarcas do país mas, em Lisboa, tal não era verdade. Daí a escolha dos advogados. Como anota o mesmo inspector, em outro processo de inspecção: «forçado sou a repetir e, cada vez com mais concisão, que, se esta diligência é de fácil execução, porque desde o modesto operário até à figura primacial da terra, ninguém há que não conheça o juiz, em Lisboa o caso muda de figura. O juiz, por assim dizer, fora do círculo das suas relações particulares, não é conhecido.»⁵²⁵ Figura central das elites locais, na província, em Lisboa, um desconhecido – assim era retratado um magistrado no princípio do século. Os cinco advogados responderiam, por escrito, ao pedido do inspector. Um deles, diria do magistrado inspecionado:

⁵²⁴ Fundo das inspecções ordinárias, *Processo n.º 4/7*, 1913, AHCSM, p. 14-15

⁵²⁵ *Processo n.º 9/42*, 1913, AHCSM, p. 31

*«Conheço o aludido *** há muitos anos como homem e como magistrado e dele faço o mais levantado conceito, porque o tenho na conta de um dos nossos primeiros juízes.*

Tem um vasto saber jurídico; é muito inteligente e honrado, muito disciplinador e, ao mesmo tempo, urbano e delicado para com os seus subalternos e para com os litigantes e seus representantes.

*As suas decisões são a consequência necessária destes distintos predicados; primam pela maior honradez, escrupuloso acerto e manifesta proficiência jurídica (...)*⁵²⁶

Mas esta formalidade poderia provocar, também, certas resistências por parte dos advogados. Num processo em que Eduardo de Sousa Magalhães é também o inspector, um dos advogados mostra reservas em fazer um depoimento escrito sobre o juiz em causa. Neste caso, o inspector, ele próprio, dirige-se ao escritório do advogado para o ouvir:

«Sendo do meu conhecimento, que da parte daquele primeiro advogado havia uma tal ou qual repugnância em dar a sua opinião por escrito, dirigi-me pessoalmente ao seu escritório a fim de o ouvir.

*Fui recebido com a costumada gentileza (...)*⁵²⁷

Os depoimentos interiores ao edifício judiciário tinham, como é fácil de ver, constrangimentos próprios. Os advogados, figuras próximas do juiz e habituados a lidar com ele no quotidiano, poderiam temer represálias ou um relacionamento menos feliz, de modo que, por certo, estas reservas seriam naturais em algumas situações, sobretudo quando os depoimentos seriam menos favoráveis ao juiz inspeccionado.

Em 1928, o inspector Luís Maria de Sousa Horta e Costa usaria o mesmo sistema de apresentar um questionário aos advogados da comarca:

⁵²⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 17-18.

⁵²⁷ *Processo nº 9/42*, 1913, AHCSM, p. 31-32

«1º Considera V.Exa os Exmo Srs Dr Juiz e delegado diligentes no exercício dos seus cargos, pontuais e assíduos nos serviços marcados, observadores, ou não dos prazos legais?

2º Encontra neles aquele aprumo e dignidade que a sua alta posição exige sendo ao mesmo tempo urbanos e da maior correcção para com as partes em especial e para todos em geral?

3º São considerados e respeitados por todos na comarca?

4º O que pensa V.Exa, não tendo dúvida de o referir, sobre a competência e inteligência destes magistrados?

5º Revela o Exmo Juiz na inquirição das testemunhas perfeito conhecimento do caso jurídico e redige os depoimentos com clareza e propriedade?

6º Tem V.Exa nos serviços judiciais e sobretudo nas audiências de expediente ou julgamento que entre os magistrados e seus subordinados existe a boa disciplina que se não exige demasiados rigores, menos pode aceitar complacências e familiaridades?

7º e 8º Tem V.Exa que se queixar do Sr. Contador ou de algum dos srs. escrivães ou oficiais?

Reputa os primeiros competentes, trabalhadores, honestos e fazendo em dia os serviços dos seus cartórios?

9º e 10º São os oficiais de justiça considerados e bem reputados como contador e escrivães da comarca?

Os oficiais de diligências são honestos e trabalhadores e gozam de bom nome?»⁵²⁸

De notar, como referimos atrás, que estes questionários eram da exclusiva responsabilidade e autoria dos inspectores judiciais, não estando eles previstos no enquadramento legal das inspecções. A legislação previa que o inspector ouvisse pessoas da comarca, mas o sistema a adoptar, o modo de o fazer, pertencia aos inspectores. Para os anos de 1933, 1938 e 1943 não encontramos rasto de qualquer questionário semelhante, não podendo, contudo, dizer que eles tenham desaparecido nos anos trinta e quarenta, visto eles pertenceram e andarem ligados à prática como certos inspectores viam o seu trabalho. Mas, para ver até que ponto estes questionários e inquéritos poderiam ir, no seu pormenor, basta dizer que este inspector aqui referido, nesse processo de inspecção, chega a ouvir o próprio empregado de mesa do hotel em que o juiz inspecionado vivia, relatando para o relatório o seguinte:

⁵²⁸ *Processo nº 16/16, 17, 18, 1928, AHCSM, p. 33-34*

*«[Residiu sempre na comarca e] faço esta afirmação por ter sido testemunha por todas as pessoas a quem falei, incluindo a proprietária do hotel onde esteve instalado, e o seu criado de mesa, que ali se conserva de 1925, que asseguraram que este magistrado nele viveu permanentemente com a sua esposa.»*⁵²⁹

Se os questionários não eram prática frequente, mais regulares eram os autos de inquéritos de testemunhas, a outra forma, preferida, de auscultar a opinião da comarca.

Nos autos de inquérito de testemunhas, o inspector convocava as pessoas que lhe pareciam idóneas e capazes de fazer o «juízo desassombrado» sobre a actuação do magistrado. Em 1923, na comarca de Caminha, por exemplo, são chamadas quatro pessoas a depor sobre o magistrado: um advogado, de 41 anos, o Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal, de 45 anos, um comerciante, de 40 anos, e um «marítimo», de 56 anos. Dele dirá J.P.C., comerciante:

*«J.P.C., casado, comerciante, de quarenta anos de idade, natural e residente nesta vila de Caminha, declarou pela sua honra dizer a verdade e aos costumes disse nada – Sobre a matéria desta auto, disse: - Que o Senhor Doutor ***, como magistrado é exemplar, administrando a justiça a contento de todos, motivo porque realmente se impõe pela sua rectidão e imparcialidade das suas decisões. O mesmo magistrado tem a sua residência na sede da comarca. Nada mais disse e lido a ratificou e assina.»*⁵³⁰

No mesmo ano, em Moimenta da Beira, eram ouvidos em auto de inquérito cinco testemunhas: dois advogados, de 42 e 53 anos, um médico municipal, de 47 anos, um proprietário, de 40 anos e um médico, também de 40 anos⁵³¹. Em Santarém, serão quatro os testemunhos ouvidos: um advogado, de 43 anos, um banqueiro, de 44 anos, o Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal, de 58 anos e um jornalista, de 53 anos. Mais uma vez encontramos os advogados, o Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal e pessoas ligadas ao comércio e indústria. O advogado ouvido, prestará as seguintes declarações em auto:

⁵²⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 1

⁵³⁰ Processo n.º 31/24, 25, 26, 1923, AHCSM, p. 42

⁵³¹ Processo n.º 37/8 e 31/11, 12, 1923, AHCSM

«A.C.B., casado, de quarenta e três anos de idade, advogado nos auditórios desta comarca, natural de C. e residente nesta cidade, aos costumes disse nada e sob a sua palavra de honra disse: Que tanto por si como pelas pessoas das suas relações pessoais, ou profissionais pode dizer que o juiz de direito nesta comarca goza legitimamente da reputação de homem digno e honrado, vivendo recatadamente como cidadão exemplar, no seio da sua família. Como magistrado tem.-no por cumpridor dos seus deveres, incorruptível, cuidadoso e prudente e dotado de bom senso jurídico (...)

Como simples particular o juiz vive para a sua família e pouco mais. A testemunha não deve ocultar que o mesmo magistrado apesar de uma grave doença de que sofre e tendo uma filha a braços com uma enfermidade incurável, trabalha assiduamente, o que todos reconhecem. O juiz tem a sua residência na sede da comarca, donde não consta que se ausente sem licença. E mais não disse, lido o seu depoimento o achou conforme e vai assinar comigo secretário.»⁵³²

São de sublinhar a «reputação», que é a de um homem «digno e honrado» e a atenção dada à vida particular do magistrado, que vive para a sua família «e pouco mais», um retrato de austeridade que encontramos com frequência quer nas descrições dos inspectores quer nos processos disciplinares, como que um modelo de virtude. Também de registo, a questão da residência, repetida nestes dois últimos testemunhos, e que se enraíza como um dos principais tópicos da prática inspectiva.

Em Vila Nova de Portimão, também em 1923, o inspector recolheria depoimentos, em autos de inquérito, de três indivíduos: um proprietário, de 48 anos, um professor da escola oficial, de 29 anos e, por fim, um advogado, de 40 anos⁵³³. Em 1928, encontramos esta prática repetida em seis processos, quase todos tendo como inspector judicial o magistrado Eduardo de Sousa Magalhães. No Funchal, o único magistrado abrangido pela inspecção via a sua actuação apreciada por seis testemunhos: dois advogados, um de 26 anos e o outro de 33 anos, um notário, de 36 anos, um solicitador, de idade não indicada, um oficial de artilharia, de idade também não registada e, por fim, o próprio director do «Diário de Notícias»⁵³⁴. Além dos elementos affectos à maquina da justiça, de registar a presença de um elemento do exército e, outro, da imprensa que, como vimos, encontramos também num caso atrás

⁵³² *Processo n.º 30/16, 17, 18, 1923, AHCSM, p. 22*

⁵³³ *Processo n.º 28/11, 12, 13, 1923, AHCSM*

⁵³⁴ *Processo n.º 20/16, 1928, AHCSM*

referido. Na Ribeira Grande, o também único magistrado sob inspecção receberia uma apreciação bastante negativa por parte do inspector judicial: «Sobre o assunto [o conceito de que gozou na comarca] ouvi várias pessoas, advogados, comerciantes e o presidente da câmara. Todos reconheceram que o dr. *** foi um magistrado excessivamente bondoso, muito honesto e com um grande desejo de acertar. Parece que, confiando pouco na sua ciência jurídica, proferia as suas decisões a medo e sempre com a preocupação de não desagradar aos políticos.»⁵³⁵ Ao todo seriam sete as testemunhas ouvidas, acabando o magistrado com a avaliação de «mediocre». Verdadeiramente excepcional, pela sua dimensão, foi o processo de inspecção levantado na comarca de Ponta Delgada, nesse ano. O juiz inspector relatava assim a opinião que era formulada pelas pessoas da comarca:

«Há muito que dizer, e infelizmente, em desabono do juiz, se atendermos, sem mais detido exame, aos depoimentos das testemunhas. (...)

Da sua leitura e exame resulta que, pelo menos, para alguns advogados, o juiz não satisfaz principalmente, pela sua incompetência e ainda porque, com a preocupação doentia de decidir depressa, não dedica aos assuntos submetidos a julgamento aquele estudo e ponderação que lhes deve dedicar. – Também a parcialidade do juiz é objecto de recriminações, atribuindo-se a uma tal C., uma sua serviçal, grande influência sobre o seu espírito, sendo até portadora de bilhetes escritos pelo punho do juiz, com ordem para os escrivães levantarem autos, etc. Que essa mulher se [ilegível] e sendo o juiz um homem dado a mulheres, está justificada aquela influência.»⁵³⁶

O rol das testemunhas, adiante transcrito, dá bem ideia da grande espectacularidade e dimensão que um caso como este por certo teria na comarca de Ponta Delgada:

⁵³⁵ Processo n.º 16/7, 8, 9, 1928, AHCSM, p. 13

⁵³⁶ Processo n.º 19/18, 19, 20, 1928, AHCSM, p. 30-32

Quadro XVII

**Rol de Testemunhas [Processo nº19/18, 19, 20,
1928, Ponta Delgada, Autos de Inquérito]**

<i>Categoria da Testemunha</i>	<i>Idade</i>
Doméstica	22 anos
Marítimo	22 anos
Advogado	39 anos
Advogado	48 anos
Advogado	41 anos
Advogado	33 anos
Presidente da Comissão Administrativa do Município	62 anos
Director de um jornal local	54 anos
Comerciante	50 anos
Negociante	51 anos
Conservador do Registo Predial	46 anos
Escrivão	37 anos
Advogado	41 anos
Morador [sic]	40 anos
Governador Civil	41 anos

Proprietário	72 anos
Advogado e Professor de Liceu	39 anos
Notário e Advogado	40 anos
Advogado	22 anos
Advogado	35 anos
Solicitador	45 anos
Juiz adido	48 anos
Solicitador	49 anos
Solicitador	50 anos
Trabalhadora-a-Dias [sic]	35 anos
Comerciante	59 anos

São, ao todo, trinta as pessoas inquiridas. Na sua maioria, interiores ao aparelho judiciário, em especial os advogados da comarca. De notar que, dois deles, não exercem exclusivamente a profissão, sendo que um a acumula com a de professor de liceu e, o outro, com a de notário. As autoridades administrativas estão também presentes – o próprio Governador Civil e o Presidente da Comissão Administrativa do Município.

Em Vieira, desta vez por boas razões, juntam-se cinco notáveis locais (secretário, notário, conservador do Registo Predial, advogado e delegado do Ministério Público) para louvar no inquérito o único magistrado abrangido pela inspecção. Dele dirá o seu colega e delegado:

«M.J.A., casado, de trinta e nove anos, delegado do PR no quadro, natural do concelho de A. e residente neste. Prometeu pela sua honra dizer a verdade e aos costumes disse nada. Disse que o actual juiz possui um nome nesta comarca que não mais esquecerá, não só pelas suas excelsas qualidades como magistrado, mas pelas suas inigualáveis virtudes como cidadão. É certo que tem hoje alguns inimigos, talvez porque, austero,

administra a justiça com imparcialidade. Ainda não há muito que um desses inimigos, como presidente da comissão executiva assistiu – e concorreu – para que, em sessão soleníssima do município, o mesmo juiz fosse proclamado «cidadão de Vieira», de maneira que o depoente conclui que, talvez por interesses feridos, esta campanha se restringe a um grupo insignificante. E mais não disse. Lido o ratificou e vai assinar, comigo secretário. (rubrica)»⁵³⁷

Assinalável a ideia, noutros relatórios também expressos, da «austeridade» - uma das virtudes mais reclamadas dos magistrados. Em Valença, o mesmo inspector – Eduardo de Sousa Magalhães – ouviria, num caso menos dado a grandes discursos, o administrador do concelho, um farmacêutico e um capitão do exército⁵³⁸. Todos corroborariam a versão de que o juiz em causa era um bom magistrado. Luís Maria de Sousa Horta e Costa, outro inspector, ouviria na comarca de Torres Vedras, em autos de inquérito, onze testemunhas: cinco advogados (um deles, director do jornal «Gazeta de Torres»), um proprietário (antigo presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal), um médico, um tenente de infantaria (também administrador do Concelho), o director da Associação Comercial da vila e, finalmente, um outro proprietário.

É assim que as elites locais e judiciárias se encontram, numa vigilância informal aos magistrados. Nelas encontramos com frequência o poder administrativo (presidentes de câmara, outros órgãos municipais, governadores civis), comercial e industrial (proprietários, negociantes e comerciantes), alguns elementos affectos aos exército (capitães, tenentes), profissões liberais (médicos, farmacêuticos, jornalistas) mas também as diversas carreiras judiciárias, de preferência os advogados, mas também os solicitadores, conservadores do registo predial e delegados do Ministério Público. É, como vimos, um poder exercido sobre outro poder, o das elites locais e judiciárias sobre o poder da magistratura; que assim se via, momentaneamente, aquando das práticas inspectivas, no lado daqueles que são avaliados.

Vimos, de início, que os relatórios onde aparecem informações detalhadas (questionários, autos de inquirição de testemunhas) não são a prática mais comum. Na verdade, eles dependem muito em particular do modo como alguns – reduzido, o número - inspectores judiciais decidiram fazer operar o ditame da lei que convocava a opinião de pessoas de

⁵³⁷ *Processo n.º 67/7 e 51/13, 14, 1928, AHCSM, p. 13*

⁵³⁸ *Processo n.º 50/17, 18, 19, 1928, AHCSM.*

categoria social e que, pela sua posição, poderiam fazer um «juízo desassombrado» sobre o trabalho dos juízes. A prática mais usada pelos inspectores judiciais foi, na verdade, o de fazer esse trabalho de maneira informal, ouvindo diferentes pessoas, transpondo para o relatório da inspecção apenas e em abstracto o «conceito» em que o magistrado era tido na comarca, não havendo lugar a depoimentos individuais ou inquéritos registados. Alguns inspectores, mesmo, colocavam nos seus relatórios, como título sujeito a alguns parágrafos: «Conceito de que goza na comarca.» Diz-se, em regra, que «foram ouvidas pessoas» e, em seguida, declarava-se se o magistrado gozava de bom conceito, bom nome, que tinha deixado tradição de imparcial e justo, ou, ao contrário, que não gozava de boa fama.

Sobre um magistrado da Ilha de São Jorge, em 1913, o inspector declarava:

*«Segundo declarações de pessoas ouvidas, o juiz *** era uma verdadeira jóia, sendo tido no melhor conceito como magistrado e cidadão.»*⁵³⁹

Em 1919, o inspector judicial às comarcas de Mafra, Alcobaça e Cartaxo, era mais prolixo, nomeando uma a uma as pessoas ouvidas: conservador do Registo Predial e advogado, comerciante, oficial do registo civil, médico, farmacêutico, um chefe político local e antigo deputado, um proprietário, etc.⁵⁴⁰ Em 1923, o inspector Joaquim Augusto Alves Ferreira, na comarca de Sinfães, resumia a opinião das pessoas da comarca desta forma:

*«Deixou na comarca o conceito de bom homem – pouco inteligente e pouco sabedor – mas honrado, pontual e consciencioso.»*⁵⁴¹

Mais elogioso, seria o conceito deixado por um dos magistrados abrangidos pela inspecção à comarca de Faro, em 1928:

⁵³⁹ *Processo n.º 4/9, 1913, AHCSM, s/p.*

⁵⁴⁰ *Processo n.º 13/32, 1919, AHCSM, p. 8*

⁵⁴¹ *Processo n.º 26/24, 25, 26, 1923, AHCSM, p. 1*

*«O doutor *** fez a carreira judicial principalmente no Algarve, onde é conhecido de toda a gente, e onde só deixou amigos e admiradores: a pessoa alguma ouviu a mais ligeira referência a qualquer facto que lhe ensombre o carácter; - como magistrado ou como homem – como funcionário público, ou como cidadão; e, antes pelo contrário – a juízes, delegados, advogados enfim a toda a gente com quem falei, ouvi tecer-lhe os maiores encómios.»*⁵⁴²

Num outro estilo, discreto, o inspector António Freitas Ribeiro, observava nesse ano sobre um dos magistrados em exercício em Felgueiras:

*«Sendo para registar que todas as pessoas de posição social e respeitabilidade que ouvi acerca de pessoal que serviu na comarca durante o mesmo período, me fez as melhores e mais honradas referências ao seu carácter e dedicação pelo serviço.»*⁵⁴³

Nos anos trinta e quarenta, quando o discurso dos relatórios se torna mais comedido e parco, envolvido em certas fórmulas dispostas a serem aplicadas mais ou menos repetidamente, encontramos ainda esta prática de auscultar das pessoas da comarca. Mas tratam-se de resumos sintéticos, parágrafos alinhados de forma normalizada, não raras vezes expressos numa só linha. Alguns exemplos, para os anos de 1933, 1938 e 1943, respectivamente:

*«Goza da simpatia geral por ser honesto, independente e trabalhador.»*⁵⁴⁴

*«Gozando na comarca de bom conceito, sendo geralmente estimado.»*⁵⁴⁵

*«Foi ali considerado e respeitado como magistrado íntegro, de educadas maneiras (...)»*⁵⁴⁶

⁵⁴² Processo n.º 18/15, 16, 17, 1928, AHCSM, p. 2

⁵⁴³ Processo n.º 51/15, 16, 17, 1928, AHCSM, p. 7

⁵⁴⁴ Processo n.º 80/10, 11, 12, 1933, AHCSM, p. 11

⁵⁴⁵ Processo n.º 112/16, 17, 18, 1938, AHCSM, p. 16

Finalmente, um último núcleo de informação diz respeito, precisamente, à ausência desta prática de procurar o «conceito» que o juiz teve na comarca. Mesmo sendo um dos aspectos veiculados pela legislação, alguns inspectores, sobretudo nos anos trinta e quarenta, escusaram-se a cumpri-lo. Assim, para se fazer uma ideia, em 1933, onde analisamos 23 processos, foram 12 os que nada concluem sobre o conceito do magistrado na comarca – um pouco mais de metade. Para o ano de 1938, onde existem nos arquivos 14 processos, 8 deles estão ausentes quanto a esta prática. Uma vez mais, mais de metade dos casos verificados. No ano de 1943, o último desta série estudada em amostra, onde existem 25 processos de inspecção, 17 são omissos no prestar de informação sobre a opinião formulada na comarca sobre o magistrado. Aqui, bastante mais de metade dos casos em estudo. Assim, podemos constatar que, não só esta iniciativa tendeu a ficar reduzida a pequenas fórmulas normalizadas, como também ela se foi progressivamente perdendo na importância do relatório, ao longo dos anos trinta e quarenta. Numa análise mais geral, é possível ainda afirmar que, à luz daquilo que os inspectores foram escrevendo e observando nas comarcas, a imagem dos magistrados feita pela população é francamente positiva. São raros os casos em que o juiz é tido como um mau elemento, antes aparecendo frequentemente como «gozando de bom conceito» ou deixando boa «fama» e «nome».

4. 6 O Portugal dos inspectores judiciais

A prática da inspecção movimentou, durante décadas, magistrados que, na sua missão de trabalho, foram obrigados a percorrer o território nacional. Os inspectores judiciais, deste modo, foram deixando, nos seus relatórios, retratos das comarcas por onde passavam. Este item, que é, no relatório, a sua parte introdutória, variava imenso de inspector para inspector, quanto à sua dimensão e quanto à forma de o realizar. Contudo, há traços gerais, alguns dados pelas próprias instruções, que se repetem com frequência: a geografia, o número populacional, as vias de comunicação, o movimento judicial e, até, o carácter e personalidade

⁵⁴⁶ *Processo n.º 151/24, 25, 1943, AHCSM, p. 10*

das gentes da comarca. Existe hoje, para quem o quiser estudar, uma verdadeira galeria de retratos de Portugal, das suas vilas e cidades, feitos por inspectores judiciais, ao longo destas décadas. Não iremos, aqui, tentar a sua descrição completa, mas iremos dar alguns exemplos mais demonstrativos, procurando sobretudo as suas linhas gerais e o modo codificado como foram sendo realizados.

Em 1913, numa das primeiras inspecções realizadas, o inspector judicial Vitor Machado de Serpa, era encarregado de apreciar a conduta dos magistrados dos Açores e Madeira. Tratava-se de um caso que, desde logo, motivou por parte do inspector uma constatação infeliz: a de que os habitantes da Ilha das Flores não apreciavam a justiça realizada por magistrados substitutos, de quem diziam ser parcial e mal administrada. Este era um problema que se iria manter pelos anos seguintes, dado que os magistrados de carreira procuravam ficar o menor tempo possível na Ilha, pedindo transferência para o Continente. Aos magistrados de carreira, por virem estes do continente, chamavam os habitantes da ilha de «juízes de fora». E era neles que depositavam confiança. No relatório, o inspector comunicava:

«Os habitantes desta comarca como todos os dos outros do arquipélago, apreciam e desejam muito a justiça dos juízes de fora, como chamam aos magistrados proprietários, acreditando sempre mais nela, por pior que possa ser, do que na dos substitutos por melhor que seja. Infelizmente, porém, a realização deste seu veemente desejo sofre frequentes intervenções.

Por aqui pouco param os magistrados nomeados. Alguns nem um dia inteiro se demoram. É por isso que certo empregado inferior do juízo, quando lhe noticiam a chegada de um magistrado exclama, irónico e desalentado: «Mais um para o [ilegível]! Não aquece o lugar!» - E às vezes nem chegam a assentar-se.»⁵⁴⁷

As inspecções judiciais, assim, eram também um meio de verificar os problemas levantados pelas populações, de os transmitir à hierarquia judiciária.

Em 1928, o inspector Luís Maria de Sousa Horta e Costa iniciava o seu relatório de inspecção à comarca de Abrantes com esta reflexão:

⁵⁴⁷ *Processo n.º 4/9, 1913, AHCSM, s/p.*

«A sede da comarca de Abrantes com perto de 7.500 habitantes é composta de duas freguesias = Abrantes S. João e S. Vicente.

A de S. João é pouco populosa e muito boa a índole do seu povo, quase decorrendo o ano sem uma participação crime.

Abrantes está situada num monte da margem direita do Tejo que domina todo o vale desse rio Alvega a Constancia.

Tem mais 24 freguesias devendo a população de toda a comarca andar por cerca de 60.000 habitantes. As freguesias mais irrequietas e de maior criminalidade são Souto e Pego destacando-se pela sua boa índole a de S. Facundo onde se passam anos sem que haja motivo de um crime ali feito. (...)

O seu principal comércio consiste na produção e compra de azeites e trigos e também cortiça embora em menor escala.

Tem duas fábricas importantes de ferro e aço.

É sede de um regimento de infantaria e de um grupo de artilharia e distrito nº 2 de Recrutamento e Reserva. É uma região muito rica, cercada de estradas que ligam para todas as partes do concelho e é servida pelos caminhos de ferro de leste 1º e leste 2º e Beira Baixa sendo o meio social da sede da comarca muito distinto, animado e com óptima convivência.

Mas há uma grande falta de casas de renda e os dois hotéis da cidade são dos piores em alimentação, asseio e higiene, e um deles até em sujidade, que tenho encontrado.»⁵⁴⁸

Encontra-se nela uma descrição mais completa do que aquelas dos anos anteriores. Fala-se do número populacional, da «índole do povo», da geografia da região e da sua indústria - «tem duas fábricas importantes de ferro e aço» -, das delegações militares, das comunicações e estradas. Remata-se o discurso com o «meio social», que se diz «animado e com óptima convivência», lamentando-se por fim das casas de renda e dos dois hotéis da cidade.

No mesmo ano, o inspector Joaquim Augusto Alves Ferreira, enviado para Águeda, fará uma descrição não muito longe desta, mas mais concisa:

⁵⁴⁸ *Processo nº 18/12, 13, 14, 1928, AHCSM, p. 1-2*

«A comarca de Águeda deve ter cerca de 30.000 habitantes. É composta do concelho de Águeda e de Sever do Vouga, com excepção de uma só freguesia que pertence à comarca de Albergaria a Velha.

A sua riqueza principal consiste em milho e vinho. Tem estação de caminhos de ferro na linha do Vale do Vouga, tangente mesmo à vila de Águeda, distando cerca de meia hora da cidade de Aveiro.

A índole do povo é excelente, passando-se anos sem uma audiência de querela.

O meio social é regular, e as dificuldades para se conseguir uma casa de renda são as mesmas de toda a parte.»⁵⁴⁹

Encontramos repetidos o número populacional, as freguesias, a economia da região (milho e vinho), bem como a «índole do povo», o «meio social» - que é «regular» - e, por fim, novamente, o problema das casas de renda, um dos aspectos fundamentais para os magistrados observarem a regra de residência na sede de comarca.

O mesmo inspector, nesse ano ainda enviado para Alijó, dar-se-ia a considerações mais literárias sobre a comarca, comparando a índole do seu povo ao sangue dos Celtas, terminando com um enfático: «Não é fácil ser-se juiz em Alijó»:

«Foi sempre a comarca de Alijó de difícil administração de justiça – não só pelo seu natural inquietismo, parecendo conservar-se nos povos que a compõem, um pouco daquele sangue, ávido de independência, que caracterizava os Celtas donde a gente da região provém – mas também pelas suas pronunciadas tendências para a política de vizinhos, com as frequentes vaidades de chefias e as conseqüentes e intermináveis lutas entre si.

Não é fácil ser-se juiz em Alijó.»⁵⁵⁰

Em outra parte do relatório, as considerações seriam muito próximas das já referidas atrás, indicando-se a economia da região, as vias de comunicação, o meio social – mais uma vez, «regular» - , as casas para renda.

⁵⁴⁹ Processo n.º 48/16, 17, 18, 1928, AHCSM, p. 5

⁵⁵⁰ Processo n.º 47/15, 16, 17, 1928, AHCSM, p. 2

«A comarca de Alijó tem quatro estações de caminho de ferro (...) A riqueza principal da comarca de Alijó consiste em vinho e azeite. Possui os melhores vinhos do mundo visto que abrange na sua área a célebre quinta do Roucão.

A exportação de vinho tratado, do concelho de Alijó, foi cerca de 14.000 pipas, no último ano, conforme consta do respectivo manifesto; o que significa que a exportação deve ter sido superior.

Tem um bom hospital, um azilo [sic], e um meio social regular. Tem hotel e uma pensão familiar – casas de renda difíceis de obter (...)

A vila tem ótimo clima, seco, e esplêndida exposição, com abrigo do norte voltada para nascente e sul.

A índole do povo é de seu natural irrequieta.»⁵⁵¹

Também nesse ano, a comarca de Odemira seria vista deste modo pelo inspector judicial, aí enviado para inspeccionar os serviços:

«(...)

A índole do povo da comarca não é má, mas aquela gente não cumprimenta sem primeiro ser cumprimentada; é dotada de um grande espírito de independência, e, quer pela sua aparência e hábitos, quer pelo seu vestuário, sempre de saragoça agasalhadora, quer pelo seu temperamento e carácter, parece mais a genuína representação do sarraceno, mourejando neste antigo rincão árabe, do que parece gente portuguesa. Após a proclamação do regimen sovietista na Rússia, em Odemira, os camponeses vieram para a rua pedir a repartição das terras, os proprietários saíram também em defesa do património legado pelos seus antepassados em riscos de virem às mãos com aqueles, passando-se então nas ruas da vila momentos de verdadeiro terror; até que, intervindo a autoridade para a manutenção da ordem – fez partir para terras do ultramar vinte e tantos dos mais irrequietos sovietistas, pondo assim, e só assim, termo ao grave conflito suscitado.»⁵⁵²

A referência à história da região não é particular deste relatório e encontramos-la em outros momentos, alguns de extraordinário recorte literário e informativo. Mais uma vez, a «índole

⁵⁵¹ IDEM, *Ibidem*, p. 4-5

⁵⁵² *Processo n.º 50/7*, 8, 9, 1928, AHCSM, s/p

do povo» é referenciada, dizendo-se dos habitantes de Odemira que «não cumprimenta sem primeiro ser cumprimentada». Mas, verdadeiramente assinalável, é o impacto que a proclamação do regime comunista soviético tivera na comarca, referindo o inspector incidentes nas ruas e deportações que vieram na sua sequência, o que faz apagar uma imagem muitas vezes repetida de completo alheamento da política, e da política internacional, no Portugal da província - em Odemira, por exemplo, havia dedicados «sovietistas».

Alguns inspectores, chegavam mesmo a descrever, nos seus relatórios, a história da sua viagem à comarca. Eduardo de Sousa Magalhães, em 1933 era enviado à comarca de Moncorvo e relatava a sua chegada, os percalços com a habitação, a natureza de uma vila «pouco asseada» e a antipatia dos seus habitantes:

«Há bastante tempo que tinha sido encarregado de inspeccionar esta comarca e, quando inspeccionei outros do grupo que tinha sido distribuído, a esta me dirigi. Tive que experimentar a empresa de não ter hotel, porque o que na terra há estava repleto de caixeiros viajantes e é curioso que aos respectivos donos não convém receber outra qualidade de hóspedes, porque aqueles não se importam numa pouco desejada promiscuidade, juntando-se quatro ou cinco no mesmo quarto, promiscuidade que por princípio algum se aceitava. Há uma outra hospedaria, mas essa é por tal modo infame que basta dizer que na entrada, por baixo da escada está a fossa, onde se fazem os despejos de modo que os hóspedes são recebidos por um cheiro nauseabundo, que se espalha por toda a casa, que penetra nos quartos, que nos impregna o olfacto, que dorme connosco e que connosco come à mesa. Quarto de banho não há. Cada um que se governe como entender. A vila é pouco asseada. Os habitantes pouco hospitaleiros e nada simpáticos.»⁵⁵³

Mas a prática comum, nos relatórios, era a descrição sóbria, normalizada, que descrevia a população, o seu número, o movimento judicial, a economia e indústria, as vias de comunicação. Contudo, e por vezes, a existência de conflitos locais passa também pela pena dos inspectores, alterando esta moldura tradicional. Na comarca de Póvoa de Lanhoso, no importante ano da promulgação da Constituição de 1933, o inspector judicial não tinha dúvidas quanto a referir-se aos distúrbios e tensões que povoavam a terra:

⁵⁵³ Processo n.º 82/20, 21 e 93/4, 1933, AHCSM, p. 1-2

«De há dois anos a esta parte, porém, mercê de mesquinhas lutas políticas, a população mais graduada da comarca dividiu-se em dois campos irredutíveis, provocando-se e insultando-se, amesquinhando-se reciprocamente.

A paz Octaviana, que durou um longo ciclo, na Póvoa de Lanhoso, desapareceu.

A esta agitação não pôde ser alheio o tribunal judicial, porque, do embate de ódios resultaram processos de vária natureza e ainda porque das relações, ou intimidade, dos juízes, com indivíduos predominantes de uma facção, com preferência aos da outra, se tira toda a espécie de suspeitas, para alimentar a maledicência. (...)

O juiz anda de relações cortadas com o delegado; o juiz não trata, particularmente, com um dos escrivães, não lhe estende a mão; os escrivães andam incompatibilizados há muitos anos, e, como pertence, cada um, ao seu grupo político e só um goza das boas graças do juiz, mais se vão incompatibilizando com o tempo e com os acontecimentos.»⁵⁵⁴

Na comarca de Ancião, em 1938, o inspector judicial dedicaria parte do seu relatório à história da região, ao seu comércio e vias de transporte, para terminar dizendo que «A monotonia da terra somente é quebrada pelos mercados dos domingos e poucas pessoas de vulto realçam no meio social.»⁵⁵⁵ Também nesse ano, o inspector judicial Bernardo Augusto do Amaral Polónio, enviado à Ilha de São Jorge, faria um relatório em que caberia uma descrição da comarca, nos termos usuais, indicando o meio social, as vias de comunicação, a indústria, o movimento judicial, rematando que «A população da Ilha é pacífica, ordeira e muito trabalhadora vivendo de agricultura e criação de gados.»⁵⁵⁶ Mais um exemplo, de 1943, o relatório realizado pelo inspector judicial Joaquim António de Azevedo e Castro, que descreveria, desta vez, a comarca de Estremoz:

«A sua sede é na cidade de Estremoz, importante povoação do Alentejo, servida pelo caminho de ferro do sul, na estação do mesmo nome, situada num dos extremos da cidade. Além disso tem correio diário de camionetas que a ligam a Lisboa, Évora, Portalegre e Castelo Branco.

A sede da comarca tem fácil comunicação com as demais povoações que a compõem, por estradas e caminhos.

⁵⁵⁴ Processo nº 91/24 e 82/1, 2, 1933, AHCSM, p. 1-4

⁵⁵⁵ Processo nº 112/2, 3, 4, 1938, AHCSM, p. 2

⁵⁵⁶ Processo nº 111/21 e 121/16 e 132/10, 1938, AHCSM, p. 2

A população é em geral ordeira, notando-se poucos crimes de gravidade, salientando-se no entretanto os crimes de furto.

A cidade de Estremoz é uma linda terra, muito alegre e bem situada, notável pelos seus mármore e pela sua olaria. A sua população dedica-se em geral à agricultura e criação de gados. Na cidade há um bom hotel e três pensões regulares, tem um pequeno mercado diário onde aparece o mais necessário à vida, havendo aos sábados um importante mercado onde há de tudo em abundância.

A vida é cara e o meio social bom.»⁵⁵⁷

Este exemplo resume, em boa parte, o que era este aspecto particular da prática inspectiva. Nele se condensam as normas usualmente seguidas, apontando a geografia da região, as vias de comunicação, a índole do povo, sua indústria e o meio social, bem como a habitação e o movimento judicial. É um retrato-tipo, por assim dizer, desta prática da inspecção, que atravessa as primeiras décadas do século. Estes retratos do Portugal de então, realizados pelos inspectores judiciais, encontram-se assim codificados nestas normas e itens, não sofrendo quaisquer alterações significativas até à década de quarenta, mostrando-se por isso uma valiosa fonte de história local.

4.7 Avaliações e classificações

Em 1913, o primeiro ano das inspecções judiciais, não existiu qualquer avaliação em acórdão dos magistrados inspeccionados. Seguimos, como atrás, a amostra de cinco em cinco anos, a partir de então, para obter um quadro aproximado das classificações dos magistrados judiciais entre 1910 e 1945⁵⁵⁸. Eis os dados das classificações para o ano de 1919:

⁵⁵⁷ *Processo n.º 143/3, 4, 5, 1943, AHCSM, p. 1-2*

⁵⁵⁸ Como atrás referido, tomamos em conta o ano de 1919 e não o de 1918, devido a não existir qualquer processo de inspecção judicial concluído nesse ano.

Quadro XVIII - Classificações dos magistrados judiciais

Processos de inspecção judicial – 1919

FONTE: Processos disciplinares / Arquivo Histórico do CSM⁵⁵⁹

<i>Classificação em acórdão</i>	<i>nº de magistrados</i>
Não classificado	6
Muito Bom	0
Bom	1
Regular	2
Mau	1
Total	10

São apenas dez os magistrados inspecionados neste ano. A maior parte deles, seis, não receberam qualquer classificação. Este facto deve-se, em grande parte, a que uma inspecção judicial recolhia elementos sobre os magistrados que estivessem em exercício na comarca durante os últimos três anos. Mas, neste pequeno ciclo, vários magistrados permaneciam apenas um par de meses, não havendo por parte dos inspectores elementos que sustentassem uma apreciação concreta e, nesses casos, o Conselho Superior da Magistratura Judicial escusava-se a atribuir uma classificação. Em casos mais raros, o juiz encontrava-se já aposentado, por exemplo, sendo por isso desnecessária a classificação. Em 1919, havendo pela primeira vez inspectores judiciais permanentes, não havia ainda a ideia de classificações mínimas para a progressão na carreira, em especial, para os tribunais superiores. Daí que o escalonamento das classificações é dado apenas pelo seu valor nominal. A nota máxima, de Muito Bom, não foi usada pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial nesse ano.

⁵⁵⁹ Os quadros seguintes têm a mesma fonte, para os anos indicados. Dispensamo-nos de voltar a referi-la.

Apenas um magistrado recebe a classificação de Bom. São dois aqueles que têm avaliação positiva, mas mínima, de Regular. Um magistrado recebe a classificação de Mau, a pior de toda a escala. Esta distribuição é demasiado curta para fazer interpretações mais detalhadas, de modo que passamos ao quadro seguinte, referente ao ano de 1923:

Quadro XIX - Classificações dos magistrados judiciais

Processos de inspecção judicial – 1923

<i>Classificação em acórdão</i>	<i>nº de magistrados</i>
Não classificado	11
Muito Bom	1
Bom	12
Regular	11
Medíocre	3
Total	38

Nas inspecções do ano de 1923, são ao todo abrangidos trinta e oito magistrados avaliados. Destes, onze deles não receberam qualquer classificação, pelos motivos já expostos acima. A nota máxima, de Muito Bom, continua a ser de utilização parca pelo Conselho Superior Judiciário – apenas um magistrado a recebe. Os valores mais frequentes da distribuição encontram-se nas avaliações de Bom (12 casos) e de Regular (11 casos). Dito de outro modo, metade dos magistrados tinha uma classificação positiva, mas mínima, e a outra metade uma classificação positiva, mas já de algum significado. Os casos de avaliação negativa são meramente pontuais, havendo três juízes com a classificação de Medíocre.

Eis o quadro para o ano de 1928, que, como iremos ver, vem alterar significativamente os dados anteriores:

Quadro XX - Classificações dos magistrados judiciais

Processos de inspecção judicial – 1928

<i>Classificação em acórdão</i>	<i>nº de magistrados</i>
Não classificado	16
Muito Bom	9
Bom	33
Regular	19
Medíocre	3
Total	80

Antes de seguir os dados expostos pela tabela, convém aqui recordar algumas alterações nas regras de progressão na carreira. Assim, pela Organização Disciplinar Judiciária, de 1924, a classificação de Regular era a mínima exigida para progressão a classe ou instância superior. Mas o decreto nº 12:013, de 29 de Julho de 1926, fazia elevar esta exigência para a classificação de Bom quando se tratasse de progressão para os tribunais da Relação. Esta alteração viu-se continuada pelos Estatutos Judiciários de 1927/28, pelo que iria transformar significativamente a questão das classificações.

Deste modo, as classificações negativas, de Medíocre, por exemplo, passavam a ter um impacto directo em qualquer progressão de classe ou instância, excluindo dela os magistrados assim classificados. Era, pela primeira vez, a repercussão directa entre as classificações das inspecções judiciais e a progressão na carreira. Mas, com a alteração de

Julho de 1926, era toda a escala de classificações que se via remodelada. Se a classificação de Regular ainda se poderia ter por positiva, até aí, a verdade é que a exigência do Bom para a ascensão aos tribunais da Relação, fez muito certamente com que esta classificação passasse a ser vista como «negativa» pela maioria dos magistrados. Não só pelos magistrados inspeccionados, mas também certamente na mente dos próprios inspectores judiciais e pelo Conselho Superior Judiciário, que ao classificar tinha consciência do poder de exclusão ou de promoção na carreira de que detinha a partir de agora. É pois inteiramente possível que as classificações, elas próprias, tenham sofrido uma alteração do seu valor, passando a classificação de Bom a ser mais ajustada ao comportamento positivo, e a de Regular uma classificação já entrando no domínio do negativo. Levada a cabo esta mudança, é também natural que a classificação de Muito Bom, atribuída em anos anteriores de modo muito excepcional, passasse a ser mais utilizada, devido à diminuição do valor de distinção que a classificação de Bom teve.

Dos valores relativos ao ano de 1928, temos por isso uma ligeira subida nas classificações de Muito Bom – são elas nove. Mesmo assim, um número um tanto excepcional. Por outro lado, a classificação de Bom foi a mais utilizada pelo Conselho Superior Judiciário. São 33 os magistrados assim classificados. Quanto à classificação de Regular, ela foi atribuída por 19 vezes, cerca de $\frac{1}{4}$ do total sob inspecção (80 casos). Pelas primeiras vezes, um número significativo de magistrados via-se, pelo efeito das inspecções judiciais, teoricamente impedido de ascender aos tribunais da Relação por tempo indeterminado (até próxima inspecção). Convém aqui conhecer a situação destes magistrados excluídos, à época. António Xavier Abelho Laranjo, era juiz de segunda classe, em Abrantes, desde 27 de Março de 1926. A sua promoção à primeira classe deu-se nesse ano de 1928, sendo colocado apenas no final, a 20 de Dezembro, na comarca de Arcos de Valdevez⁵⁶⁰. Joaquim Pinto Coelho Soares de Moura, nascido em Lousada, era à época juiz de terceira classe, estando colocado na comarca de Mogadouro desde 2 de Fevereiro de 1928⁵⁶¹. Augusto da Fonseca Pereira Guimarães, era juiz de primeira classe desde 27 de Dezembro de 1924, estando colocado nas Caldas da Rainha por nomeação de 1 de Novembro de 1927; tendo nascido a 5 de Maio de 1858, estava em 1928 já perto da aposentação por limite de idade (70 anos), que acabou por pedir e

⁵⁶⁰ Fundo dos processos individuais de magistrados, *António Xavier Abelho Laranjo*, AHCSM.

⁵⁶¹ *Joaquim Pinto Coelho Soares de Moura*, AHCSM.

receber no ano seguinte, a 19 de Junho⁵⁶². António Joaquim Gomes Lemos, nascido no Porto, era à data da inspecção juiz de primeira classe desde 30 de Setembro de 1925, estando colocado no 3º juízo criminal do Porto desde 2 de Fevereiro de 1928. Recebeu a aposentação dois anos depois, a 25 de Novembro de 1930, aos 59 anos de idade⁵⁶³. José Charters de Azevedo Lopes Vieira, nascido em Leiria, era à época magistrado judicial de primeira classe, sendo auditor, em 1928, do Tribunal Militar de Lisboa. Pediu aposentação, tal como António Joaquim Gomes Lemos, dois anos depois, a 26 de Março de 1930, aos 51 anos de idade⁵⁶⁴. João Inácio da Silva Correia Simões, inspeccionado sobre o seu serviço em Oliveira de Azeméis, era em 1928 juiz de primeira classe, servindo na comarca de Vila Nova de Famalicão desde 26 de Fevereiro de 1925. Pediu aposentação, à imagem dos anteriores magistrados aqui referidos, pouco depois de inspeccionado, a 24 de Abril de 1931, com 65 anos de idade⁵⁶⁵. António de Sá Barreto Pereira do Couto Brandão, era magistrado da primeira classe desde 19 de Julho de 1926, estando à época colocado como auditor do Tribunal Militar do Porto. Apesar desta classificação de Regular, subiu à Relação do Porto a 29 de Dezembro de 1932. Acabou aposentado por limite de idade (70 anos), a 14 de Abril de 1942⁵⁶⁶. Alfredo Teles Sampaio Rio, nascido em Leiria, era à época juiz de primeira classe, colocado no primeiro Tribunal Militar Territorial de Lisboa. Foi aposentado dois anos depois, a 14 de Agosto de 1930, por falecimento⁵⁶⁷. Alfredo Aníbal de Moraes Campilho, era à época juiz da segunda instância, na Relação de Lisboa, desde 7 de Julho de 1927. A inspecção judicial referiu-se ao seu período em exercício na primeira instância, na comarca do Peso da Régua, entre Abril de 1922 e Agosto de 1927. É o primeiro caso aqui referido em que um magistrado se encontrava já nos tribunais superiores quando recebe a classificação das inspecções, uma situação um tanto anormal⁵⁶⁸. José Freire de Carvalho Falcão, nascido em Castelo Rodrigo, era magistrado da primeira classe, desde 18 de Abril de 1923. Estava em 1928 colocado na comarca de Pombal, onde permaneceu até à sua aposentação, a 26 de Dezembro de 1930 (aos 62 anos de idade)⁵⁶⁹. Alberto de Melo Ponces de Carvalho, nascido em Viseu, era juiz de segunda instância à época em recebeu a classificação – tal como

⁵⁶² *Augusto da Fonseca Pereira Guimarães*, AHCSM.

⁵⁶³ *António Joaquim Gomes Lemos*, AHCSM.

⁵⁶⁴ *José Charters de Azevedo Lopes Vieira*, AHCSM.

⁵⁶⁵ *João Inácio da Silva Correia Simões*, AHCSM.

⁵⁶⁶ *António de Sá Barreto Pereira do Couto Brandão*, AHCSM.

⁵⁶⁷ *Alfredo Teles Sampaio Rio*, AHCSM.

⁵⁶⁸ *Alfredo Aníbal de Moraes Campilho*, AHCSM.

⁵⁶⁹ *José Freire de Carvalho Falcão*, AHCSM.

Alfredo Aníbal de Morais Campilho, encontrava-se, por isso, numa situação excepcional. Numa época em que a classificação de Regular impedia o acesso aos tribunais superiores, o receber desta classificação depois de ascender a eles era uma forma bastante negativa de apreciação. Ascendeu ao Supremo Tribunal de Justiça a 1 de Maio de 1930, sendo aposentado a 25 de Julho de 1936⁵⁷⁰. Mário Soares Duque, nascido em Penacova, era em 1928 juiz de primeira classe, servindo como juiz auditor do Tribunal Militar Especial desde 1 de Setembro de 1927. Apesar da sua classificação de Regular em 1928, acabou por ascender à segunda instância a 18 de Junho de 1930 (Relação de Coimbra)⁵⁷¹. José Freire de Carvalho Falcão, atrás registado, voltou a ser inspeccionado em 1928, pela segunda vez. Agora quanto ao seu exercício na comarca da Feira, no ano de 1924. Manuel Pinto Nunes da Costa, nascido em Tábua, era juiz de primeira classe desde 5 de Junho de 1924. Acabou por se aposentar a 9 de Agosto de 1930, sem ascender aos tribunais superiores, aos 65 anos de idade⁵⁷². Mário Macedo Carvalho, nascido em Guimarães, era à época juiz de segunda classe desde 2 de Fevereiro de 1928. Subiu à primeira classe no ano seguinte (a nota de Regular não impedia a ascensão de classe, mas apenas de instância), aí permanecendo até à sua aposentação em 6 de Maio de 1939⁵⁷³. Adelino Pais da Silva, nascido em Coimbra, era juiz de primeira classe, desde 27 de Fevereiro de 1926, colocado em 1928 em Ovar. Permaneceu na primeira classe até à sua aposentação, a 15 de Novembro de 1930, aos 54 anos de idade⁵⁷⁴. António da Fonseca Pestana, natural de Niza, era juiz de primeira classe em 1928, colocado na 2ª Vara de Setúbal. Aí permaneceu até aposentação, que veio a 27 de Maio de 1935, aos 61 anos de idade⁵⁷⁵. Augusto José Feliciano de Mesquita, natural de Tábua, era à época juiz da segunda instância – uma situação semelhante à de Alfredo Aníbal de Morais Campilho e de Alberto de Melo Ponces de Carvalho⁵⁷⁶.

Que ilações podemos retirar deste extenso rol de excluídos para promoção à segunda instância, em 1928? Em primeiro lugar, ele elimina a hipótese da classificação de Regular ser aplicada apenas aos magistrados das terceira e segunda classes. De facto, a classificação de Regular, ao ser aplicada a estes juízes, não tinha o impacto negativo que produzia nos juízes

⁵⁷⁰ *Alberto de Melo Ponces de Carvalho*, AHCSM.

⁵⁷¹ *Mário Soares Duque*, AHCSM.

⁵⁷² *Manuel Pinto Nunes da Costa*, AHCSM.

⁵⁷³ *Mário Macedo de Carvalho*, AHCSM.

⁵⁷⁴ *Adelino Pais da Silva*, AHCSM.

⁵⁷⁵ *António da Fonseca Pestana*, AHCSM.

⁵⁷⁶ *Augusto José Feliciano de Mesquita*, AHCSM.

da primeira classe. Estes últimos, estando no final do trajecto da primeira instância, estando a esperar a promoção aos tribunais da Relação, tinham o natural desejo de ser classificados com o mínimo de Bom, o exigido para a ascensão. O que este grupo de classificados de Regular demonstra, pelo contrário, é que é precisamente uma maioria de magistrados da primeira classe os que são visados – onze. Fica assim afastada a ideia de que o Conselho Superior Judiciário aplicaria a classificação de Regular, impeditiva de progressão posterior nos tribunais da Relação, apenas a juízes no início da sua carreira, em que esta nota – por ainda ser atribuída a bastante distância dos anos próximos da promoção aos tribunais superiores – não tinha efeitos práticos. A disciplina era, por isso, exercida sem excessiva benevolência, havendo um real efeito de «filtragem» que as classificações produziam na ascensão aos tribunais superiores.

A segunda ilação a retirar deste conjunto de magistrados, é a de que um grupo significativo de entre aqueles que esperavam promoção, não a obtendo, vão pedir a aposentação da carreira, poucos anos depois, sem sequer atingir o limite de idade prevista. Dos onze juízes de primeira instância que pertencem a este grupo de excluídos para promoção, são sete os que se encontram nesta ocorrência – António Joaquim Gomes Lemos, José Charters de Azevedo Lopes Vieira, João Inácio da Silva Correia Simões, José Freire de Carvalho Falcão, Manuel Pinto Nunes da Costa, Adelino Pais da Silva e António da Fonseca Pestana. Ou seja, há um efeito de abandono precoce da carreira na magistratura devido ao grupo de excluídos para ascensão aos tribunais superiores. Infelizmente, os processos individuais dos magistrados não nos informam sobre o destino posterior destes magistrados.

Eis os dados para o ano de 1933:

Quadro XXI - Classificações dos magistrados judiciais

Processos de inspecção judicial – 1933

<i>Classificação em acórdão</i>	<i>Nº de magistrados</i>
---------------------------------	--------------------------

Não classificado	21
Muito Bom	3
Bom	13
Regular	7
Medíocre	0
Total	44

A classificação de Muito Bom continua a ser atribuída de forma muito excepcional. Por outro lado, a classificação de Bom é a mais frequente da série, com 13 magistrados. A classificação de Regular vem um pouco abaixo, com sete casos. Não existem, neste ano, classificações negativas.

Quanto ao ano de 1938, a tabela abaixo:

Quadro XXII - Classificações dos magistrados judiciais

Processos de inspecção judicial – 1938

<i>Classificação em acórdão</i>	<i>nº de magistrados</i>
Não classificado	10
Muito Bom	0
Bom	6
Regular	7
Medíocre	1

Total	24
-------	----

Em 1938, as classificações de Regular superam as de Bom (7 e 6, respectivamente), ambas quase ocupando a totalidade do conjunto. Nenhuma classificação de Muito Bom é atribuída e apenas um caso é registado como obtendo a classificação de Medíocre.

Por fim, as classificações dos magistrados judiciais para o ano de 1943:

Quadro XXIII - Classificações dos magistrados judiciais

Processos de inspecção judicial – 1943

<i>Classificação em acórdão</i>	<i>nº de magistrados</i>
Não classificado	15
Muito Bom	2
Bom	23
Regular	7
Medíocre	2
Total	49

Em 1943, a questão das classificações deve ser novamente olhada tendo em conta a evolução nos critérios de progressão na carreira. Assim, dois anos antes, a 22 de Novembro de 1941, pelo decreto nº 31:667, o mínimo exigido para a ascensão aos tribunais superiores passava a ser a classificação de Muito Bom que, como vimos, era atribuída de forma excepcional. Isto veio alterar de novo o significado das avaliações nos magistrados, sendo que para um magistrado no fim do percurso da primeira instância, na primeira classe, uma

classificação de Bom já não representaria algo de muito positivo, vedando-lhe a progressão na carreira.

Os dados para este ano demonstram uma atribuição maioritária do Bom (23 casos). Bastante menos frequente, a classificação de Regular, com sete casos observados. A classificação de Muito Bom foi usada pelo Conselho Superior Judiciário apenas por duas vezes: a Abílio Celso Lousada e a Álvaro Eurico Lopes Cardoso. Este último era juiz de primeira classe desde 16 de Maio de 1942, estando à data colocado na Feira e o primeiro, Abílio Celso Lousada, era ainda juiz de primeira classe, servindo em Mafra nesse ano de 1943. Não se pode dizer que ambos tenham beneficiado da classificação, um vez que Abílio Lousada estava ainda longe do momento em que apreciaria uma classificação de Muito Bom para ascender aos tribunais superiores e Álvaro Eurico Lopes, sendo avaliado pouco depois da ascensão à primeira classe, poderia ainda vir a ser alvo de uma outra inspecção judicial periódica antes da chamada à segunda instância.

Em conclusão, da análise efectuada a partir da amostra das classificações do Conselho Superior da Magistratura, constata-se uma relativa uniformidade na distribuição, da série em estudo, das classificações de Bom e Regular, acompanhada, regra geral, por uma incidência ligeiramente superior da nota mais elevada (Bom). A única excepção verifica-se no ano de 1938, como assinalámos atrás. Acresce, ainda, o valor considerável de magistrados não inspeccionados (ou não classificados), por não preencherem os requisitos legais exigidos, factor que condiciona, à sua escala, o impacto do sistema das inspecções ordinárias no cômputo do sistema de classificação dos juízes. Por último, aponte-se que a prática classificativa do Conselho Superior Judiciário, na série em estudo, caminha, aparentemente, à margem das alterações fixadas aos requisitos legais para a ascensão aos tribunais superiores da segunda instância, na sequência dos diplomas referenciados atrás da Ditadura Militar (1926) e de 1941.

4.8 Anexo: A «geografia» das inspecções ordinárias (1913-1945) - tabela

Tabela – Inspecções ordinárias (por comarca) – 1913-1974

*FONTE: relação das inspecções ordinárias, CSM

<i>Comarca</i>	<i>anos das actividades de inspecção</i>	<i>total de inspecções</i>
Abrantes	1926;1928;1933;1940;1944	5
Águeda	1923;1928;1941	3
Albergaria	1926;1931;1945	3
Albufeira	1915	1
Alcácer do Sal	1915;1927;1930;1935	4
Alcobaça	1919;1928;1934;1944	4

Alenquer	1929;1933;1941	3
Alfandega da Fé	1927	1
Alijó	1928;1932;1937	3
Almada	1927;1931	2
Almeida	1922;1944	2
Almodôvar	1915	1
Alvaiázere	1945	1
Amarante	1919;1922;1925;1929;1934	5
Amares	1922;1924	2
Anadia	1921;1922;1927;1931;1943	5
Angra do Heroísmo	1922;1934	2
Ancião	1927;1931;1938;1945	4
Arcos de Valdevez	1927;1935	2
Arganil	1926;1930;1945	3
Armamar	1927;1945	2

Arouca	1931;1945		2
Arraiolos	1915;1929;1934;1944		4
Aveiro	1915;1920;1922;1930;1933		5
Aveiro - 1ªVara		1942	1
Aveiro - 2ªVara		1942	1
Aviz			0
Baião	1923;1928;1934;1940		4
Barcelos	1926;1936;1940		3
Barreiro			0
Beja	1927;1931;1933;1941;1944		5
Benavente	1922		1
Boticas	1924		1
Braga	1920;1921;1922;1932;1936		4
Braga - Juizo criminal		1928	1
Braga - 2ºJuizo			0

Braga - 1ªVara		1940	1
Bragança	1926;1929;1933;1936		4
Cabeceiras de Basto	1924;1934;1938;1944		4
Caldas da Rainha	1921;1928;1933;1934;1940;1944		6
Calheta			0
Caminha	1923;1929;1934		3
Cantanhede	1927;1930;1937;1941		4
Carraceda de Ansiões	1925		1
Carregal do Sal		1922	1
Cartaxo	1919;1927;1929;1934;1944		5
Cascais			0
Castelo Branco	1922;1929;1937;1941		4
Castelo de Paiva	1922;1928;1945		3
Castelo de Vide	1925;1931;1934;1945		4
Castro Daire	1925;1930;1940		3

Celorico da Beira	1923;1930;1932;1941		4
Celorico de Basto	1921;1927;1934		3
Chaves	1924;1929;1937;1944		4
Cinfães	1923;1928;1936		3
Coimbra	1915;1921;1922;1929;1930		5
Coimbra - 1ªVara		1941	1
Coimbra - 2ªVara	1941;1944		2
Coimbra - 1ºTribunal			0
Coimbra - 2ºTribunal			0
Coimbra - Tutoria Central de Menores			0
Coimbra - Tribunal da Relação			0
Condeixa a Nova	1927		1
Coruche	1915;1925;1930;1935;1939;1943		6
Covilhã	1928;1934;1944		3
Cuba	1915;1929		2

Elvas	1925;1931;1936;1943	4
Esposende	1927;1934;1945	3
Estarreja	1925;1931;1942	3
Estremoz	1921;1931;1943	3
Évora	1926;1931;1943	3
Faro	1928;1929;1941	3
Fafe	1924;1928;1932;1938;1940	5
Felgueiras	1924;1928;1932;1942	4
Ferreira do Alentejo	1915;1933;1944	3
Ferreira do Zêzere		0
Figueira da Foz	1922;1928;1930;1931;1944;1945	6
Figueira de Castelo Rodrigo	1927;1936;1945	3
Figueiró dos Vinhos	1926;1943;1944	3
Fronteira	1924;1931;1941	3
Fornos de Algodres	1923	1

Funchal	1928;1933		2
Funchal - 1ªVara		1940	1
Funchal - 2ªVara		1940	1
Funchal - 1ºTribunal	1945		1
Funchal - 2ºTribunal	1945		1
Fundão	1926;1929;1945		3
Golegã	1932;1944		2
Gouveia	1923;1929;1944		3
Grândola	1927		1
Guarda	1926;1932;1941;1944		4
Guimarães	1925;1928;1935;1943		4
Horta	1922;1938		2
Idanha a Nova	1922;1932;1945		3
Ilha das Flores	1913;1938		2
Ilha de Santa Maria	1937		1

Ilha de São Jorge	1938		1
Ilha do Pico	1922;1938		2
Ilha Graciosa	1913;1922;1937		3
Lagos	1923;1929;1942		3
Lamego	1923;1932;1937;1945		4
Leiria	1925;1933;1934		3
Lisboa - 1ºJuízo criminal	1916;1926;1930;1937;1944		5
Lisboa - 2ºJuízo criminal	1915;1923;1925;1929;1944		5
Lisboa - 3ºJuízo criminal	1925;1926;1929;1944		4
Lisboa - 4ºJuízo criminal	1925		1
Lisboa - 5ºJuízo criminal	1929;1942		2
Lisboa - 6ºJuízo criminal	1943;1945		2
Lisboa - 7ºJuízo criminal		1939	1
Lisboa - 8ºJuízo criminal	1930;1938		2
Lisboa - 9ºJuízo criminal		1944	1

Lisboa - 1ºJuízo Cível	1945	1
Lisboa - 2ºJuízo Cível	1945	1
Lisboa - 3ºJuízo Cível		0
Lisboa - 4ºJuízo Cível		0
Lisboa - 5ºJuízo Cível		0
Lisboa - 6ºJuízo Cível		0
Lisboa - 7ºJuízo Cível		0
Lisboa - 8ºJuízo Cível		0
Lisboa - 9ºJuízo Cível		0
Lisboa - 10ºJuízo Cível		0
Lisboa - 11ºJuízo Cível		0
Lisboa - 1ºJuízo correccional		0
Lisboa - 2ºJuízo correccional		0
Lisboa - 3ºJuízo correccional		0
Lisboa - 4ºJuízo correccional		0

Lisboa - 5ºJuízo correccional		0
Lisboa - 6ºJuízo correccional		0
Lisboa - 7ºJuízo correccional		0
Lisboa - 8ºJuízo correccional		0
Lisboa - 9ºJuízo correccional		0
Lisboa - 10ºJuízo correccional		0
Lisboa - 1ªVara Cível	1922;1930;1937	3
Lisboa - 2ªVara Cível	1939	1
Lisboa - 3ªVara Cível	1913;1923;1927;1932;1935	5
Lisboa - 4ªVara Cível	1913;1926;1930	3
Lisboa - 5ªVara Cível	1928;1929;1941	3
Lisboa - 6ªVara Cível	1928;1945	2
Lisboa - 7ªVara Cível		1937 1
Lisboa - 8ªVara Cível		1935 1
Lisboa - 9ªVara Cível	1935;1942;1944	3

Lisboa - Tutoria Central de Menores		0
Lisboa - T.E.P.		0
Lisboa - Tribunal de Polícia		0
Lisboa - Tribunal da Relação		0
Lisboa - Secretaria Geral		0
Lisboa - Supremo Tribunal de Justiça		0
Loulé	1920;1924;1935	3
Loures		0
Lourinhã	1943	1
Lousã	1927;1930;1937	3
Lousada	1926;1936;1944	3
Mação	1925	1
Macedo de Cavaleiros	1925;1932;1942	3
Mafra	1926;1928;1934;1945	4
Mangualde	1922;1928;1935;1941;1943	5

Marco de Canavezes	1925;1928;1931;1939	4
Meda	1926;1935	2
Melgaço	1927;1934	2
Mértola	1915;1929;1935;1940	4
Mesão Frio	1923;1944	2
Miranda do Douro	1927;1936	2
Mirandela	1925;1930;1936	3
Mogadouro	1921;1922;1930;1943	4
Moimenta da Beira	1923;1931;1936;1944	4
Monção	1920;1921;1927;1929;1933;1945	6
Monchique	1915;1923	2
Moncorvo	1927;1933;1943	3
Mondim de Basto	1923	1
Montalegre	1922;1928;1933;1944	4
Montemor-o-Novo	1931;1935	2

Montemor-o-Velho	1922;1927	2
Montijo	1925;1928;1931;1934;1945	5
Moura	1930;1932;1945	3
Murça	1927	1
Niza	1925;1931;1945	3
Nordeste		0
Odemira	1921;1928;1935	3
Oeiras		0
Oleiros	1945	1
Olhão	1915;1927;1929;1932;1945	5
Oliveira de Azeméis	1920;1928;1945	3
Oliveira de Frades	1925;1932;1936;1942	4
Oliveira do Hospital	1925;1930;1943	3
Ourique	1930;1934;1942	3
Ovar	1930;1937	2

Paços de Ferreira	1921;1922;1944	3
Pampilhosa da Serra	1945	1
Paredes	1921;1922;1928;1929;1940;1942;1944	7
Paredes de Coura	1924;1929;1935	3
Penacova	1928	1
Penafiel	1926;1931	2
Penamacor	1945	1
Penela	1928;1934	2
Peso da Régua	1923;1928;1932;1936;1944	5
Pinhel	1923;1926;1932;1944	4
Pombal	1927;1928;1935;1943	4
Ponta Delgada	1922;1928;1938	3
Ponta do Sol	1929;1933;1940	3
Ponte da Barca	1924	1
Ponte de Lima	1922;1930;1932;1940	4

Ponte de Sor	1925;1935;1939		3
Portalegre	1925;1931;1937;1944		4
Portel	1926		1
Portimão	1915;1923;1935;1936;1943		5
Porto - 1ºJuízo criminal	1931;1936;1939		3
Porto - 2ºJuízo criminal	1931;1936;1944		3
Porto - 3ºJuízo criminal	1931;1936		2
Porto - 4ºJuízo criminal	1929;1944		2
Porto - 5ºJuízo criminal		1937	1
Porto - 1ºJuízo Cível			0
Porto - 2ºJuízo Cível			0
Porto - 3ºJuízo Cível			0
Porto - 4ºJuízo Cível			0
Porto - 5ºJuízo Cível			0
Porto - 6ºJuízo Cível			0

Porto - 7ºJuízo Cível		0
Porto - 1ºJuízo correccional		0
Porto - 2ºJuízo correccional		0
Porto - 3ºJuízo correccional		0
Porto - 4ºJuízo correccional		0
Porto - 5ºJuízo correccional		0
Porto - 1ªVara Cível	1923;1929;1935;1944	4
Porto - 2ªVara Cível	1916;1924;1932	3
Porto - 3ªVara Cível	1916;1924;1929;1931;1937	4
Porto - 4ªVara Cível	1916;1921;1924;1929;1937	5
Porto - 5ªVara Cível		1933 1
Porto - 6ªVara Cível		1933 1
Porto - Secretaria Geral		0
Porto - Tutoria Central de Menores		0
Porto - Tribunal de Execução de Penas		0

Porto - Tribunal de Polícia		0
Porto - Tribunal da Relação		0
Porto de Mós	1930;1934	2
Póvoa de Lanhoso	1923;1928;1933;1940	4
Póvoa de Varzim	1920;1935;1943	3
Povoação	1913;1922;1938	3
Praia da Vitória	1913	1
Redondo	1926;1935;1943	3
Reguengos de Monsaraz	1915;1929;1934;1944	4
Resende	1923;1928	2
Ribeira Grande	1928;1938	2
Rio Maior	1927;1934;1944	3
Sabrosa		0
Sabugal	1922;1929;1943	3
Santa Comba Dão	1922;1931;1934;1944	4

Santa Cruz	1929;1933;1940	3
Santa Maria da Feira	1928;1931;1936	3
Santarém	1923;1927;1933	3
Santiago do Cacém	1927;1932;1944	3
Santo Tirso	1927;1933;1944	3
São João da Pesqueira	1931;1937;1942	3
São Pedro do Sul	1924;1929;1944	3
São Vicente		0
Satão	1922;1945	2
Seia	1926;1930;1943	3
Seixal	1924	1
Serpa	1915;1927;1929;1944	4
Sertão	1922;1932;1945	3
Setúbal	1924;1926;1932	3
Setúbal - 1ªVara		1939 1

Setúbal - 2ªVara		1939	1
Silves	1920;1922;1927;1935		4
Sintra	1927;1930;1945		3
Soure	1928;1937;1943		3
Tábua	1927;1944		2
Tabuaço	1927;1931;1937;1945		4
Tavira	1928;1932;1943		3
Tomar	1931;1935;1942		3
Tondela	1922;1928;1932;1936		4
Torres Novas	1920;1922;1928;1932		4
Torres Vedras	1924;1928;1932;1940		4
Trancoso	1922;1932;1936;1940		4
Vagos	1926;1942		2
Valença	1924;1928;1935		3
Valpaços	1927;1936;1941		3

Viana do Alentejo		0
Viana do Castelo	1921;1922;1929;1934	4
Vieira do Minho	1922;1928;1935	3
Vila do Conde	1920;1931;1934;1940	4
Vila Flor	1927;1930;1936	3
Vila Franca de Xira	1922;1928;1932;1943	4
Vila Franca do Campo	1913;1929;1938	3
Vila Nova de Cerveira	1924	1
Vila Nova de Famalicão	1919;1926;1930;1934	4
Vila Nova de Foz Côa	1923	1
Vila Nova de Ourém	1926;1931;1944	3
Vila Pouca de Aguiar	1923;1928;1933;1937	4
Vila Real	1923;1928;1929;1943	4
Vila Real de Santo António	1921;1935;1938	3
Vila Verde	1924;1938	2

Vila Viçosa	1931;1943	2
Vimioso	1927	1
Vinhais	1925;1933	2
Viseu	1922;1924;1928;1931;1945	5
Vouzela	1924;1944	2

Capítulo 5 - UM ARQUIVO DISCIPLINAR DA MAGISTRATURA JUDICIAL PORTUGUESA 1911-1945. TRANSGRESSÃO, PENALIDADE E VIGILÂNCIA.

5.1 A Evolução dos processos disciplinares à magistratura judicial (1911-1945)

A primeira regulamentação republicana operada sobre as transgressões disciplinares dos magistrados veio com a constituição de um Conselho Superior da Magistratura Judicial, em Julho de 1912 (Lei de 12 de Julho de 1912). A este cabia por lei a responsabilidade disciplinar dos juízes «por actos ou omissões da sua vida pública ou particular, que, não constituindo crimes, representem, todavia, transgressão de deveres profissionais, ou sejam incompatíveis com o decoro e dignidade indispensáveis ao exemplar exercício da função de julgador»⁵⁷⁷ (art.1º). Esta alçada do Conselho, assim definida – ela é concisa e suficientemente genérica para enlaçar vários tipos de transgressão pouco definidos – constituirá a primeira e quase única formulação sobre o campo de actuação da instituição refundada. São da competência do Conselho os casos de transgressão dos deveres profissionais. Mas não só e não de forma rigorosamente exclusiva. Em primeiro lugar, a referência nítida a actos e omissões que resultam da vida pública mas também da vida «particular». Esta distinção – ou indistinção – é complementada pelo resto do parágrafo: transgressões que, não sendo propriamente «profissionais», sejam incompatíveis com o «decoro» e com a «dignidade» da função de julgar. Por outro lado, a exclusão dos casos que pertençam por direito à justiça criminal e cível por erros do foro exclusivamente profissional – embora, como veremos mais à frente, haja um caminho disciplinar paralelo à justiça dos tribunais ordinários, neste quadro particular, quanto às penalizações a aplicar.

Vida pública e vida particular cruzam-se assim num território único do exercício profissional, espaço de vigilância e alçada do organismo refundado, o que dificilmente se compreenderá caso se esqueçam as várias condicionantes da sociedade da época: a pertença do juiz à esfera das elites de poder local, espaços de vigilância recíproca apertada, redes de familiaridade e exposição pública notória (excepto nas grandes cidades), uma longa tradição da missão de

⁵⁷⁷ Lei de 12 de Julho de 1912. *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1913), vol II, 472

julgar como um *topos* rodeado das noções de sacerdócio ou de missão, que atravessa não só o caso português mas que é uma das características da cultura europeia das magistraturas. Note-se, aliás, a estreita filiação da concepção de disciplina própria e distintiva do corpo judiciária no legado do passado, concretamente no âmbito do enunciado legislativo que preside à criação dos Conselhos Disciplinares da Magistratura Judicial (1849) e, já quase no findar de Oitocentos, da implementação do Conselho Superior da Magistratura Judicial (1892)⁵⁷⁸. Nestas circunstâncias, o novo Conselho Superior da Magistratura Judicial, instituído em 1912, retoma o *corpus* da tradição disciplinar da judicatura, inscrevendo a disciplina do ofício de julgar inseparável da conduta irrepreensível exigida aos magistrados do ponto de vista pessoal e público, em paralelo a outros dispositivos disciplinares (igualmente filiados no passado, mas que irão, a partir de agora, ser accionados).

As duas grandes ferramentas postas à disposição do Conselho Superior da Magistratura Judicial, pelo seu diploma de criação, são as inspecções judiciais (já analisadas no capítulo IV) e as sindicâncias. É curioso que os processos disciplinares sejam assim tratados, uma vez que eles não se resumem às sindicâncias. Estas eram, por assim dizer, o último veículo de um processo disciplinar, o mais grave, quando um juiz sindicante se dirigia à comarca do magistrado acusado, tendo este que se ausentar dela durante o tempo que durasse a investigação. Na verdade, os processos disciplinares podiam ser resolvidos desde logo não dando razão ou validade à queixa apresentada ou, em casos de maior dificuldade, iniciando uma inquirição, da qual participavam as testemunhas envolvidas no caso. Os juízes sindicantes (tal como os juízes inspectores) eram nomeados pelo Governo, recebendo além do ordenado um abono de transportes e a ajuda de custo diária de 3\$000 réis. Eram escolhidos dentro de uma categoria nunca inferior à daqueles a quem respeitava a inspecção ou sindicância.

Não eram definidos na lei os passos ou o modo de procedimento dos processos disciplinares. Apresentavam-se apenas as penalizações previstas, que eram ditadas em conjunto para as inspecções e as sindicâncias. Eram elas as de «censura», «multa de 30\$000 a 100\$000 réis» e a «transferência e suspensão de três meses a um ano com um terço do ordenado» (art.3º). Em

⁵⁷⁸ Cfr. desenvolvimento em Fátima Moura Ferreira, “A criação do organismo inaugural da disciplina judicial no quadro do legado liberal sobre a justiça (1834-1910)”, em *Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça*, orgs. Gladys Sabina Ribeiro, Edson Alvisi Neves, Maria de Fátima Moura Ferreira (Niterói, RJ: Editora da UFF, 2009), pp. 179-217. Ver, ainda, António Pedro Barbas Homem, *Judex Perfectus: função jurisdicional e estatuto judicial em Portugal, 1640-1820* (Coimbra: Almedina, 2004) e *Juger les juges du Moyen Âge au Conseil Supérieur de La Magistrature* (Paris: La Documentation Française, 2000).

casos mais graves, propunha-se, através de um parecer fundamentado sobre consulta do Governo, a suspensão por maior espaço de tempo, a transferência para comarca de categoria inferior ou, por último, a demissão, caso o juiz «não houver completado o tempo necessário para a aposentação». Todas estas penalizações acarretavam a perda de antiguidade na lista de classificação dos magistrados, um factor essencial na progressão da carreira. Na pena de censura, a perda de trinta dias, na de multa, a perda de noventa dias, na de transferência, a perda de cento e oitenta dias e, na de suspensão, o triplo do tempo da duração desta. Em caso de reincidência nas penalizações de censura ou de multa, seguia-se uma transferência por conveniência de serviço, que era forçada. Qualquer destas penalizações tinha efeitos inibidores, produzindo a incapacidade para o juiz visado de ascender às funções de presidente dos tribunais superiores.

Quadro I – Penalizações previstas por lei

(Processos disciplinares)

Lei de 12 de Julho de 1912

<i>Penalização (por ordem de gravidade)</i>	<i>Perda de antiguidade</i>
Censura	30 dias
Multa (de 30 a 100\$000 réis)	90 dias
Transferência (3 meses a um ano, com um terço do ordenado)	180 dias
Suspensão (3 meses a um ano, com um terço do	Triplo do tempo da duração

ordenado)	da Suspensão
Suspensão superior a um ano*	
Transferência para comarca de categoria inferior*	
Demissão*	

* sob parecer fundamentado sobre consulta do Governo

No último artigo da lei, o Governo ficava autorizado a estabelecer o regulamento provisório do Conselho, sob proposta deste último. O regulamento aparecerá em finais de Outubro e conterá disposições mais específicas sobre o funcionamento do novo organismo⁵⁷⁹. No que toca aos processos disciplinares, ficava portanto alinhado o seu andamento. Os papéis dos processos eram distribuídos igualmente pelos três juízes vogais do Conselho, ficando a quem este fosse distribuído como o seu relator. Cabia-lhe preparar a decisão final, instruí-lo com documentos, informações e diligências, levando-o às sessões do Conselho, lavrando depois os pareceres, consultas ou acórdãos. Era do Conselho enquanto todo que dependia resolver sobre a admissão ou rejeição dos procedimentos disciplinares bem como dos meios de investigação e prova que parecessem necessários. As decisões eram tomadas em conferência, por maioria, e cada membro teria de colocar o seu visto sobre o processo, tendo quarenta e oito horas para o examinar. Neste processo intervinha também o Ministério Público. Tomava ele conhecimento dos diversos processos, dando neles parecer escrito sobre o procedimento disciplinar a tomar, sobre a procedência ou improcedência da queixa, da arguição ou da defesa do magistrado. Quanto aos magistrados arguidos, dava-se-lhes a conhecer o processo, finda a sua instrução, de

⁵⁷⁹ Decreto de 26 de Outubro de 1912. *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1913), 887-891.

modo a que pudessem pronunciar-se em sua defesa, dentro de um prazo fixado em despacho pelo relator (em geral, vinte dias). Havia cautelas quanto a sindicâncias feitas nos tribunais superiores; estas podiam apenas ser ordenadas pelo Governo, sobre proposta fundamentada do Conselho. O resto podia ser ordenado livremente. No caso das sindicâncias, elas poderiam ser precedidas de uma audiência com o arguido ou o seu superior hierárquico, quando tal não fosse susceptível de prejudicar a investigação. Os efeitos disciplinares das decisões proferidas em tribunais ordinários seguiam um paralelo quanto à disciplina interior do Conselho. Assim, uma condenação civil em perdas e danos, por exemplo, era equiparada à de transferência no regulamento disciplinar. Os processos disciplinares conheciam a prescrição, caso não fossem instaurados dentro de um ano depois dos factos a eles sujeitos.

A Lei de 12 de Julho de 1912 e o seu complemento, o Decreto de 26 de Outubro de 1912 irão vigorar sem alterações até ao sidonismo. Logo a 11 de Dezembro de 1917, a Junta Revolucionária decide, numa das suas primeiras medidas, a dissolução do Conselho Superior da Magistratura Judicial, ficando este a funcionar, provisoriamente, com três juízes do Supremo Tribunal de Justiça, eleitos por este. Ter-se-ia que esperar até Abril seguinte para que o Conselho recebesse um novo regulamento⁵⁸⁰. As mudanças no que respeita aos processos disciplinares não são significativas. Mantém-se o essencial dos trâmites e enquadramento legais, modificando-se algumas disposições de pormenor. É assim que é prevista uma nova modalidade de penalização, a de «mera advertência», que, no entanto, nenhum efeito produz para a classificação, promoção ou transferência (e sem prejuízo da antiguidade) dos magistrados. A demissão, que pelos decretos de 1912 era sujeita a «um parecer fundamentado sobre consulta do Governo», ficava agora reservada exclusivamente ao Conselho, havendo dela recurso para o Supremo Tribunal de Justiça (art. 13º). Também as penas de suspensão por mais de um ano e a de transferência para comarca de categoria inferior, ambas igualmente sujeitas ao parecer do Executivo, eram eliminadas. Por fim, marcava-se um prazo para a duração das sindicâncias, que passava a ser de quinze dias, podendo estas ser prolongadas apenas verificando-se «circunstâncias anormais». A reforma sidonista era apregoada em nome da independência da magistratura judicial, de lhe atribuir uma «sólida garantia» e de que era indispensável, referia o preâmbulo da lei, «entregar o Conselho Superior da Magistratura Judicial à própria Magistratura Judicial». No que toca ao regulamento dos processos

⁵⁸⁰ Decreto nº4:172, de 26 de Abril de 1918. *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1919), 372-374.

disciplinares, ela eliminou, de facto, as penalizações que estavam sujeitas a parecer do Executivo ou reservou-as para o próprio Conselho (caso da demissão), mantendo o essencial de todo o resto.

Quadro II – Penalizações previstas por lei

(Processos disciplinares)

Decreto 4:173 de 26 de Abril de 1918

<i>Penalização (por ordem de gravidade)</i>	<i>Perda de antiguidade</i>
Mera advertência	sem efeitos
Censura	30 dias
Multa (de 30 a 100\$000 réis)	90 dias
Transferência (3 meses a um ano, com um terço do ordenado)	180 dias
Suspensão (3 meses a um ano, com um terço do ordenado)	Triplo do tempo da duração da Suspensão

Demissão*	

* com recurso para o Supremo Tribunal de Justiça

No ano seguinte, a 5 de Maio de 1919, um novo decreto iria modificar a estrutura do Conselho Superior da Magistratura Judicial⁵⁸¹. Dele, nenhuma novidade resulta para a estrutura dos processos disciplinares, excepto a existência de três inspectores permanentes, nomeados pelo Conselho de entre os magistrados das Relações e com aprovação do ministro da Justiça e dos Cultos. Mais de dois anos depois, a 6 de Outubro de 1921, uma nova reestruturação do Conselho dá lugar, desta vez concentrando num só organismo a responsabilidade sobre os magistrados judiciais, do Ministério Público e dos oficiais de justiça⁵⁸². O novo Conselho, agora rotulado de Conselho Superior Judiciário, mantém a sua competência, segundo o art.1º, em decalque da lei de criação do Conselho Superior da Magistratura Judicial, de Julho de 1912, sobre os «actos e omissões» da «vida pública ou particular que constituam transgressão de deveres profissionais ou sejam incompatíveis com o decoro e a dignidade indispensáveis ao exercício das suas funções». Aliás, este parágrafo será conservado até ao Estatuto Judiciário de 1944. O diploma, que alargava as suas competências sobre os agentes do Ministério Público e os oficiais de justiça (eram extintos o Conselho Superior do Ministério Público e Disciplinar dos oficiais de justiça, pelo art.25º) não continha, apesar disso, qualquer modificação no que toca aos processos disciplinares. A única excepção vinha no art.7º, onde se previa, para as penas de suspensão superiores a seis meses, demissão ou aposentação por incapacidade moral, o recurso para o Supremo Tribunal de Justiça. Este recurso era já admitido anteriormente para os dois últimos casos.

Ambos os diplomas (5 de Maio de 1919 e 6 de Outubro de 1921) vinham, em resumo, apenas retocar a Lei e o Regulamento de 1912. O mesmo não se pode dizer quanto à Organização

⁵⁸¹ Decreto nº5:499 de 5 de Maio de 1919. *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1921), 590.

⁵⁸² Decreto nº7:725 de 6 de Outubro de 1921. *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1923), vol II, 202-206.

Disciplinar Judiciária de 19 de Novembro de 1924⁵⁸³, publicada seis dias depois de uma nova tabela de emolumentos judiciais⁵⁸⁴. Esta reforma, contida em 136 artigos, vinha por fim dotar os procedimentos disciplinares do Conselho Superior Judiciário de uma regulamentação extensa, pormenorizada, que não só aglomerava as principais disposições dos diplomas anteriores, como trazia uma série de novidades a implementar. Mais uma vez, a competência e alçada do Conselho traduziam-se na responsabilidade por «actos e omissões» da «vida pública ou particular que constituam transgressão de deveres profissionais ou sejam incompatíveis com o decôro e dignidade indispensáveis ao exercício das suas funções» (art.8º). O capítulo IV, «Das Inspecções, Inquéritos e sindicâncias», estabelecia as novas divisões. De notar que, pela primeira vez, os Inquéritos aparecem na lei⁵⁸⁵. Quanto às sindicâncias, elas eram reservadas apenas para factos considerados graves «pelo número ou pela qualidade», imputados aos magistrados. Começando pelas queixas, elas podiam ser mandadas arquivar logo na sessão em que dela se tivesse conhecimento, se para tal não houvesse uma base manifesta para procedimento. Por outro lado, podia acontecer precisamente o contrário: isto é, havendo pelos documentos apresentados uma prova manifesta de transgressão, o Conselho podia decidir na própria sessão o procedimento disciplinar a tomar, independentemente de prévia audiência do arguido (arts. 41º e 42º). Os deveres e atribuições do inquiridor são regulamentados e definidos, prevendo-se a tomada de diligências, a averiguação dos factos, o ouvir do arguido, terminando num relatório «conciso mas completo» apresentado ao Conselho. Também as sindicâncias são objecto de codificação. O juiz sindicante começava por comunicar ao sindicado o dia em que a diligência iria iniciar, de modo a que este último abandonasse o serviço e a comarca. Em seguida, deveria o sindicante anunciar a sua missão na imprensa, «em um ou dois jornais locais, havendo-os», e através de editais nos julgados. Qualquer pessoa que tivesse razão de queixa do sindicado podia apresentar-se ao juiz sindicante e prestar-lhe as devidas declarações. Este aspecto da publicidade da sindicância é pela primeira vez articulado e dificilmente se pode imaginar que reacção teriam as populações perante estes anúncios. O trabalho do juiz sindicante começava pela análise de todos os processos em que tinha intervindo o magistrado arguido nos

⁵⁸³ Decreto nº10:310 de 19 de Novembro de 1924. *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1927), vol II, 594-608.

⁵⁸⁴ A nova Organização Disciplinar Judiciária seria anunciada no Parlamento poucos dias antes, pelo ministro do Interior e Presidente do ministério Rodrigues Gaspar, como vindo rematar a promessa consignada na Constituição quanto a uma reforma da organização judicial: «Dentro em poucos dias espera o Govêrno apresentar a V.Exas, uma proposta de lei sobre organização judiciária que a Constituição prometeu no seu artigo 85º, promessa que até hoje não havia sido cumprida.», *Diário das Sessões da Câmara dos Deputados*, 4 de Novembro de 1924.

últimos seis anos, «dando preferência aos feitos crimes, da Fazenda Nacional e de orfanologia» (art.50º). Tal como a inquirição, a sindicância terminava com um relatório apresentado ao Conselho, tendo a duração da diligência que ficar-se por uma duração não maior do que os trinta dias. As penas a aplicar eram também modificadas, prevendo-se dez tipos: mera advertência, advertência registada, censura verbal ou por escrito, multa de 50\$ a 1.000\$, repreensão em sessão, transferência, suspensão de exercício e vencimentos de quinze até cento e oitenta dias, passagem ao quadro da inactividade, sem vencimento, de um ano até dois; aposentação ou substituição disciplinar e, por último, a demissão.

A pena de mera advertência mantinha o estatuto que lhe era conferido pelos diplomas anteriores, nenhum efeito produzindo na classificação, transferência ou promoção. A pena de advertência registada, que aparece pela primeira vez, importa o registo nos processos e informações dos juízes; não há lugar a perda de antiguidade quando sofrida pela primeira ou segunda vez, sendo que as vezes seguintes são penalizadas com a perda de trinta dias na lista de antiguidade. A pena de censura, prevista em todos os diplomas anteriores, desdobrava-se agora em duas modalidades, podendo ser verbal ou escrita. Em qualquer dos casos, ela implicava a perda de trinta dias de antiguidade. A multa era aplicada em proporção à gravidade da infracção, importando a perda de noventa dias na lista de antiguidades. Podia ser acumulada com as penas de advertência registada, a de censura ou a de repreensão em sessão. A pena de Repreensão em sessão, outra novidade, consistia numa «exprobação formal pela falta cometida», dada em sessão plena e secreta do Supremo Tribunal de Justiça, quando o juiz arguido pertencia ao quadro deste tribunal ou de uma das Relações, ou em sessão plena e secreta da Relação a que o juiz pertencia, sendo este magistrado da primeira instância. Esta pena implicava a perda de cento e oitenta dias de antiguidade. A transferência era ditada pelo Conselho para uma comarca a determinar, tendo como efeito também a perda de cento e oitenta dias. Quanto à suspensão, ela podia durar de quinze a cento e oitenta dias. A perda de antiguidade, neste caso, era a do dobro do tempo em que o magistrado se encontrava suspenso, nunca podendo ser inferior a cento e oitenta dias. Implicava ainda a perda do tempo da suspensão para efeitos de aposentação. O mesmo se passava com a passagem ao quadro da inactividade, em termos dos seus efeitos, sendo o que tempo aplicável nesta modalidade era o de um a dois anos. A aposentação ou substituição disciplinar apenas se aplicava tendo o magistrado arguido quinze anos de serviço efectivo e que, «por actos praticados no exercícios

dos seus lugares, pela sua conduta como funcionários e cidadãos, mostrem que a sua continuação na efectividade do serviço pode causar graves transtornos à boa administração e prestígio da justiça» (art.93º). Por último, a demissão, a modalidade de pena mais grave de todas. Neste caso, único, eram descritas as situações específicas que a poderiam justificar: divulgação de assuntos confidenciais em prejuízo do Estado ou de particulares, abandono injustificado de lugar por mais de trinta dias seguidos ou quarenta e cinco interpolados no decurso de seis meses, prática de actos desonrosos ou de grave insubordinação, insistência em funções incompatíveis com o cargo, acessibilidade a pedidos e dádivas, comparticipação em oferta ou negociação de emprego público, colaboração em desordens públicas, recusa do juramento ou declaração de fidelidade às instituições políticas e à Constituição, prática de actos de manifesta hostilidade à República, ofensas e injúrias contra as instituições. Este último preceito, de actos de manifesta hostilidade à República, desaparecia da redacção nos Estatutos Judiciários de 1927 e 1928, em tempo da Ditadura Militar.

Pela primeira vez, à imagem do direito penal, são previstas circunstâncias agravantes e atenuantes. São circunstâncias agravantes a premeditação (desígnio formado ao menos vinte e quatro horas antes da prática do acto), o ser cometida durante o cumprimento de pena disciplinar, o ser cometida em combinação com outras pessoas, a acumulação de infracções (quando o arguido comete mais do que uma infracção ou comete outra antes de ser punido pela anterior) e a reincidência (nova infracção antes de terem passado três anos sobre a anterior). São circunstâncias atenuantes o bom comportamento anterior, a confissão espontânea da infracção ou o ter prestado «serviços relevantes à República».

**Quadro III – Penalizações previstas por lei
(Processos disciplinares)
Decreto 10:310 de 19 de Novembro de 1924**

<i>Penalização (por ordem de gravidade)</i>	<i>Perda de antiguidade</i>
Mera advertência	Sem efeitos

Advertência registrada	sem efeitos na 1ª e 2ª vez, trinta dias nas seguintes
Censura verbal ou por escrito	30 dias
Multa de 50\$ a 1.000\$	90 dias
Repreensão em sessão	180 dias
Transferência	180 dias
Suspensão de exercício e vencimentos de 15 a 180 dias	Dobro do tempo da duração da Suspensão (nunca inferior a 180 dias)
Passagem ao quadro de inactividade, sem vencimento, de um ano até dois*	Dobro do tempo da inactividade (nunca inferior a 180 dias)
Aposentação ou substituição disciplinar*	
Demissão*	

* com recurso para o Supremo Tribunal de Justiça

Todas estas penalizações podiam ser livremente aplicadas pelo Conselho Superior Judiciário; mas existia, além disso, um sistema hierárquico de penalizações previstas. Assim, as penas de mera advertência e advertência registada podiam ser aplicadas por funcionários superiores em relação aos inferiores em escala hierárquica, sem dependência de processo disciplinar. Do mesmo modo, as penas de censura verbal ou escrita, multa e suspensão do exercício e vencimentos podiam ser aplicadas pelos juízes da primeira instância (juízes de direito) em relação aos juízes municipais e de paz e oficiais de justiça da sua comarca, bem como pelos presidentes dos tribunais superiores em relação aos magistrados e funcionários da sua área de jurisdição. Quer isto dizer que, através da nova Organização Disciplinar Judiciária de 1924, se mantém os dois caminhos paralelos de disciplina e penalização: uma, a do Conselho Superior Judiciário, outra, a nível hierárquico e sem dependência de processo formalizado. Mesmo não podendo atingir as penas mais graves, como a demissão ou a aposentação disciplinar, o novo diploma permitia ao juízes da primeira instância um controlo mais apertado sobre os seus inferiores hierárquicos, bem como aos presidentes dos tribunais superiores sobre aqueles.

Os recursos, por sua vez, estavam assim organizados: para a pena de mera advertência não cabia qualquer recurso; para a pena de advertência registada igualmente, excepto quando aplicadas pelos contadores, escrivães ou juízes de paz aos seus subalternos; para as penas de censura verbal ou escrita, multa e suspensão havia recurso para o Conselho; a terminar, as penas de passagem ao quadro da inactividade, aposentação ou substituição disciplinar e demissão, onde havia possibilidade de recurso para o Supremo Tribunal de Justiça.

A prescrição dos processos mantinha-se em um ano, após aos factos sujeitos a procedimento disciplinar.

A Organização Disciplinar Judiciária de 1924 é o primeiro texto onde se define em extensão e em pormenor toda a regulamentação dos processos disciplinares. Após os textos fundadores de 1912 (Lei de criação do Conselho Superior da Magistratura Judicial e seu Regulamento Provisório) e os retoques de 1919 e 1921, existe pela primeira vez um diploma completo, que não deixa de lado, passo a passo, a actividade e a fórmula do processo disciplinar. Este seu carácter global e unitário, deve ser lido à luz da própria experiência disciplinar. Mais de dez anos tinham passado sobre a criação do Conselho Superior da Magistratura Judicial e

certamente a prática das inquirições e sindicâncias tinha já gerado códigos interiores, rotinas e enquadramentos informais. Mais adiante veremos o seu volume e distribuição. A reforma incluía por isso a tradição legal trazida pelos diplomas anteriores, mas acrescentava a estes um verdadeiro código detalhado dos diversos procedimentos, situações e penalizações. Não admira, por isso, que o Estatuto Judiciário de 22 de Junho de 1927⁵⁸⁶, mais de dois anos depois e já em plena Ditadura Militar, seja uma repetição e um decalque – palavra a palavra, o mais das vezes - da Organização Disciplinar Judiciária de 1924. O único ponto de destaque e diferenciação encontra-se nos recursos e no caso especial das queixas da imprensa. Quanto ao primeiro, existe um reforço do poder do Conselho Superior Judiciário, sendo que as penalizações que antes cabiam em recurso ao Supremo Tribunal de Justiça passam a ser da competência daquele. No caso das queixas veiculadas pela imprensa, elas merecem uma secção especial (Capítulo V, Secção V) - «Especialidades do processo por acusações na imprensa» -, prevendo-se que o magistrado acusado na imprensa pudesse requerer um inquérito aos actos que lhe eram atribuídos. Caso fosse demonstrada a falta de fundamentação da queixa, a publicação onde tinha sido feita a acusação era obrigada a publicar o acórdão do Conselho Superior Judiciário. As acusações participadas pela imprensa deram lugar, até 1927 (1911-1927), a quinze processos disciplinares em dezasseis anos, ou seja, cerca de uma queixa por ano, em média.

O mesmo se passa com o Estatuto Judiciário que sai no ano seguinte, a 10 de Abril⁵⁸⁷, data em que em que se promulgam igualmente um novo Código do Registo Civil e o Código de Processo Penal. Em tudo semelhante ao anterior, o novo Estatuto reproduz quase na íntegra a Organização Disciplinar Judiciária de 1924.

Este enquadramento legal da disciplina judiciária, relativo aos processos disciplinares, constituído assim pelos Estatutos de 1927 e 1928, sobreviverá às diferentes reformas que se seguem na organização judiciária. Assim, é inalterado pelos decretos nº17:954, de 12 de Fevereiro de 1930, pelo decreto nº21:485, de 20 de Julho de 1932, pelo decreto nº22:779, de 29 de Junho de 1933 e, por fim, o decreto nº31:667, de 22 de Novembro de 1941 – todos eles revogando e aprovando novas disposições.

⁵⁸⁶ Decreto nº13:809 de 22 de Junho de 1927 / *Estatuto.. op. cit..*

⁵⁸⁷ Decreto nº15:344 de 10 de Abril de 1928 / *Estatuto.. op. cit..*

O Estatuto Judiciário seguinte, de 23 de Fevereiro de 1944⁵⁸⁸, não modifica, no essencial, o anterior, no que diz respeito aos procedimentos disciplinares. As principais alterações dão-se no quadro das penalizações: elimina-se a pena de repreensão em sessão (que, de resto, fora aplicada apenas por uma vez), aumenta-se o valor da multa de 50\$ a 1.000\$ para 50\$ a 5.000\$, alarga-se o tempo da suspensão de quinze dias a cento e oitenta dias para de quinze dias a um ano; finalmente, deixa de mencionar-se a censura na forma desdobrada de escrita e verbal (a pena de censura verbal também nunca tinha sido aplicada). As penas de transferência, suspensão e passagem à inactividade inibiam os magistrados penalizados de ascender à presidência dos tribunais superiores (art.479º).

Em resumo, o enquadramento legal dos procedimentos disciplinares conheceu uma crescente complexificação. Os primeiros diplomas de 1912 (Lei de criação do Conselho Superior da Magistratura Judicial e seu Regulamento Provisório) dão a primeira base legal, sendo que são insuficientes no que diz respeito a uma codificação mais completa dos passos processuais a seguir por inquiridores e sindicantes. De 1912 até à Organização Disciplinar Judiciária de 1924, terá sido sobretudo a prática efectiva dos processos a ditar as normas a seguir. Desta cultura disciplinar adquirida durante uma década, provavelmente, terá surgido a pormenorizada codificação da reforma de 1924, depois reproduzida em decalque nos Estatutos Judiciários de 1927 e 1928. Complexificação crescente que chega ao ponto de criar modalidades de penalização – a censura verbal e a repreensão em sessão – que nunca foram utilizadas. O Estatuto de 1944 vai corrigir este excesso, mantendo o essencial da redacção dos seus congéneres anteriores.

⁵⁸⁸ Decreto nº33:547 de 23 de Fevereiro de 1944 / *Estatuto..* op. cit..

O arquivo disciplinar da magistratura judicial portuguesa, mais rigorosamente aquele que diz respeito aos processos disciplinares envolvendo juízes, contém, para o período em estudo (1911-1945), 594 processos. A média anual de processos é, portanto, de 17 processos. No entanto, a distribuição anual mostra grandes variações, como apresenta o gráfico I.

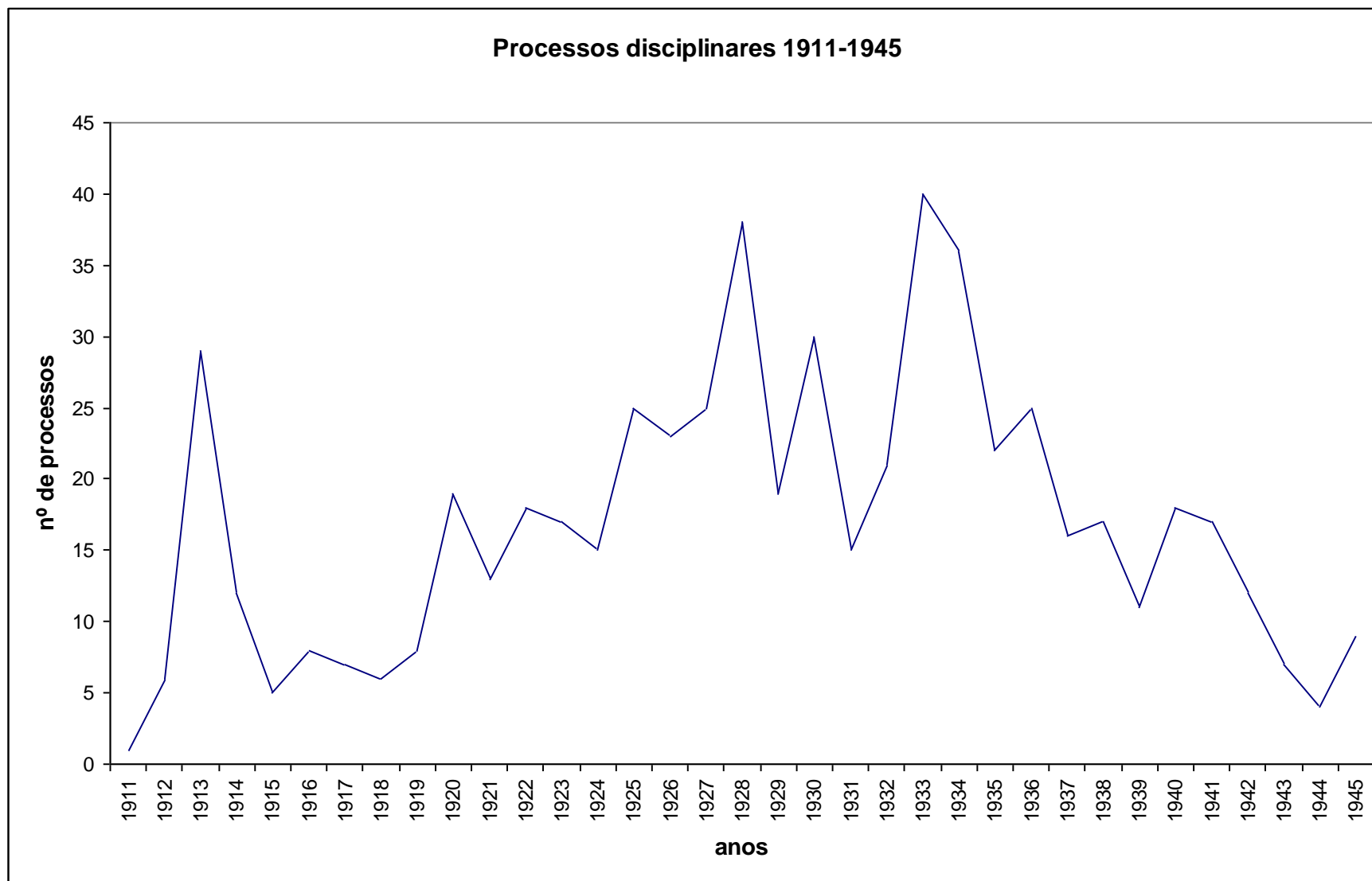


Gráfico I – Processos disciplinares 1911-1945 / Fonte: Arquivo do Conselho Superior da Magistratura Judicia

Quadro IV – Processos Disciplinares

(Valores anuais)

Ano	nº proc	Ano	nº proc	Ano	nº proc	Ano	nº proc
1911	1	1921	13	1931	15	1941	17
1912	6	1922	18	1932	21	1942	12
1913	29	1923	17	1933	40	1943	7
1914	12	1924	15	1934	36	1944	4
1915	5	1925	25	1935	22	1945	9
1916	8	1926	23	1936	25	TOTAL	594
TOTAL 1911-							
1917	7	1927	25	1937	16	1925	189
TOTAL 1925-							
1918	6	1928	38	1938	17	1945	405
1919	8	1929	19	1939	11		
1920	19	1930	30	1940	18		

A leitura do gráfico permite constatar várias tendências. Em primeiro lugar, entre 1911 e 1919, apenas dois anos conheceram um número de processos superior a dez casos. São eles o ano de 1913, onde se regista uma verdadeira alta - 29 processos - e o ano seguinte, 1914, com 12 casos. O ano de 1913, note-se, é o primeiro ano de funcionamento completo do Conselho Superior da Magistratura Judicial, que tinha sido criado em Julho do ano anterior. O aparecimento e a novidade da instituição podem talvez ajudar a explicar este começo em alta.

A primeira metade da década de vinte eleva o registo médio sempre acima dos dez processos anuais, estando os anos de 1920, 1922 e 1923 acima dos quinze. A segunda metade da década volta a elevar os valores sempre acima dos vinte casos à excepção do ano de 1929 (19 processos). O ponto alto deste crescimento encontra-se no ano anterior, 1928, onde se registam 38 processos - o segundo valor mais alto de toda a série.

Os anos de 1930, 1931 e 1932 conhecem oscilações significativas: 30, 15 e 21 processos, respectivamente. Os dois anos seguintes, 1933 e 1934, constituem o pico de toda a série, com o valor mais elevado em 1933 (40 processos) e, depois, em 1934 (36 processos, o terceiro ponto mais alto da série). Após este topo, os processos disciplinares nunca mais irão alcançar os trinta casos anuais. Os dois anos seguintes, 1935 e 1936 ainda conservam valores acima dos vinte processos, 22 e 25 processos respectivamente, caindo os valores até 1942 abaixo dessa casa. Os anos finais, já em período do segundo conflito mundial, de 1943, 1944 e 1945 registam casos pontuais – 7, 4 e 9 processos respectivamente.

Uma leitura mais distanciada permite fazer algumas observações de conjunto. Por exemplo, durante o período de vigência da primeira República (1910-1926), apenas três anos conheceram valores superiores aos vinte casos anuais: 1913, no início e 1925 e 1926, já no fim. Por outro lado, durante os dez anos que vão de 1926 a 1936, o período da Ditadura Militar e o arranque do Estado Novo, conhece o inverso: os valores apenas excepcionalmente descem abaixo dos vinte processos anuais. A partir daí a série decresce atingindo o ponto mínimo no ano de 1944, com apenas 4 processos nesse ano. A República conheceu em média, por isso, 12 casos anuais e o período seguinte, englobando a Ditadura Militar e o arranque do Estado Novo até ao fim da guerra, uma média de 22 processos, quase o dobro.

O quadro IV permite esclarecer sobre as categorias dos magistrados arguidos.

Quadro IV – Categoria dos magistrados arguidos

1911-1945

<i>Categoria do magistrado arguido</i>	<i>nº</i>
Juiz conselheiro	11
Juiz desembargador	19
Juiz de direito	441
Juiz substituto	83
Juiz municipal	36
Juiz de paz	15
Juiz aposentado	1
Total	606*

* o nº de magistrados arguidos é superior ao número de processos, devido a existirem

mais do que um acusado em parte deles

São sobretudo, como seria natural até pela diferença de efectivos nas diferentes instâncias, os juízes de direito aqueles que mais visados são por processos disciplinares – 441 (73%). É na primeira instância, aquela que mais próxima está, também, dos cidadãos (e veremos, mais à frente, que são os particulares quem mais se queixa dos magistrados) que se observam mais casos disciplinares. O número dos juízes substitutos é tendencialmente alto, tendo em conta que apenas entravam em funções na ausência do magistrado proprietário do lugar. Representam 14% dos casos e estão muito à frente dos juízes conselheiros e desembargadores mesmo que juntos. Tendo em conta os efectivos nas respectivas instâncias, pode dizer-se que os casos registados por juízes dos tribunais superiores em transgressão disciplinar são meramente residuais.

Importa agora ver, por isso, qual o peso relativo que os processos disciplinares têm na primeira instância. O gráfico II mostra, em percentagem, o peso relativo dos processos disciplinares quanto ao número de efectivos dos juízes de direito.

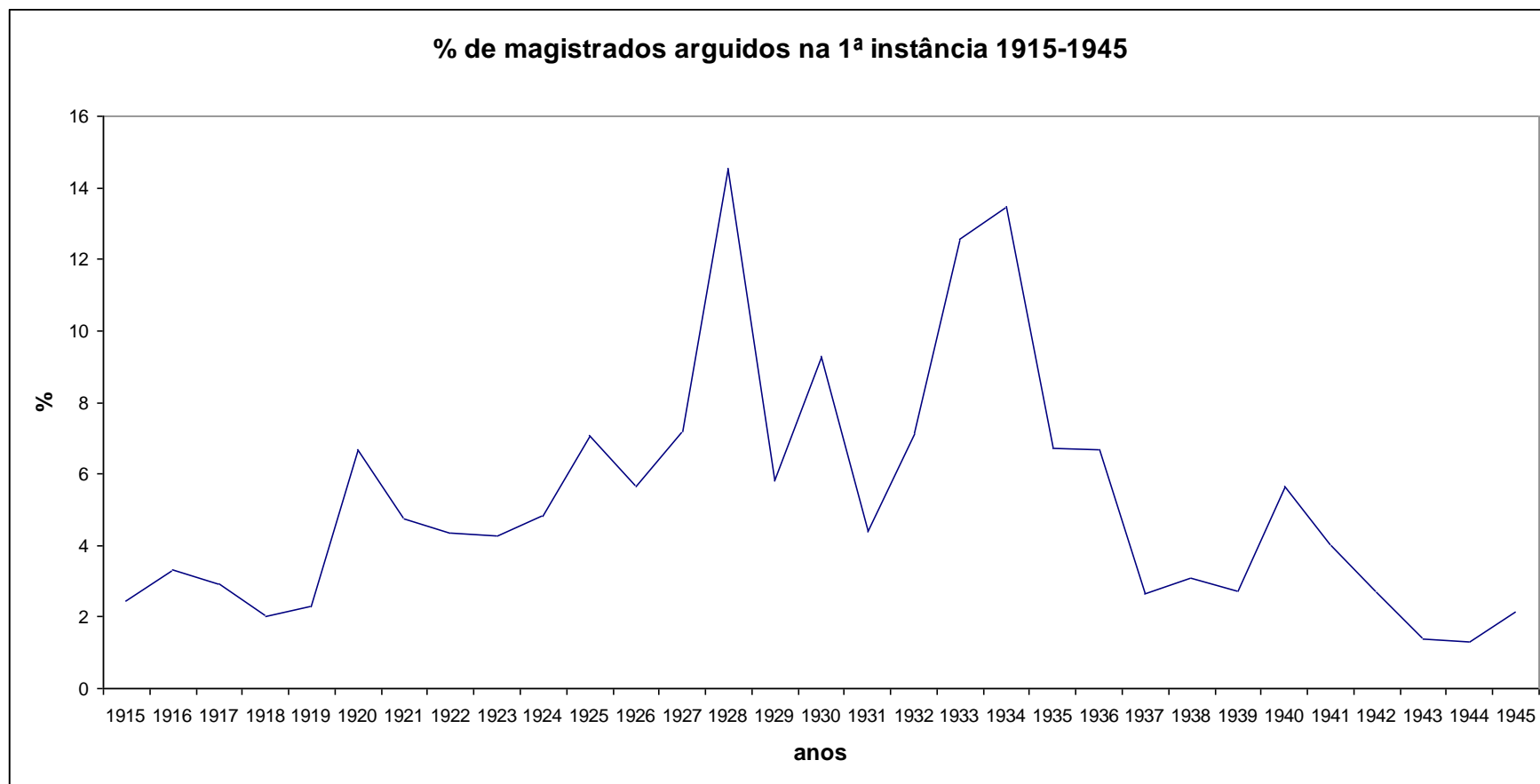


Gráfico II – Peso relativo dos processos disciplinares na primeira instância 1915-1945

FONTE: Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial

Os valores assim apresentados indicam uma relação de parentesco com o gráfico I, sendo as oscilações semelhantes. Quanto ao peso relativo dado pelas percentagens, convém lembrar que a taxa de renovação anual da magistratura é residual quanto aos totais de efectivos, de modo que uma progressão de 16% a 17%, em três anos consecutivos, não andaria longe de metade de toda a magistratura da primeira instância em situação de arguida de processos disciplinares. De modo que, sendo baixas as percentagens anuais em termos absolutos (a mais alta encontra-se em 1928, com 14,5%), o seu impacto na magistratura deve ser calculado tendo em conta que os juízes são maioritariamente os mesmos de um ano para o outro.

De 1915 a 1919, a percentagem oscila entre os 2 e os 3%. A partir daí, os números elevam-se estabilizando-se entre 1921 e 1924 nos 4%. 1920 é um ano excepcional, com 6,6% dos magistrados da primeira instância a estarem sob o foco da disciplina do Conselho Superior da Magistratura Judicial. De 1925 a 1936 as percentagens nunca estão abaixo dos 5%, sendo o ano de 1931 uma excepção. Conhecem-se nesse período os valores mais altos de toda a série: 14,5% em 1928, 9,3% em 1930, 12,5% em 1933 e 13,5% em 1934. Os dois anos seguintes, 1935 e 1936 descem já para a casa dos 6,6% e, daí em diante, os valores caem para níveis que oscilam os 2 e 3%, com a excepção de 1940, onde se registam 5,6%.

Quer isto dizer, simplificando bastante os dados, que entre 1915 e 1919, cerca de um juiz em cada dez tinha sido alvo de processo disciplinar. Entre 1921 e 1924, entre um a dois, em cada dez. Os valores subiriam bastante mais para os anos seguintes. Apenas num triénio como o de 1932/1934, é razoável calcular que um em cada três juízes esteve a braços com a justiça do Conselho Superior Judiciário (7,14%, 12,5% e 13,5%, respectivamente). Os quase dez anos que medeiam entre 1925 e 1936, com percentagens quase nunca inferiores aos 5% permitem assim afirmar que uma parte considerável da magistratura tinha sido, estava ou viria a estar envolvida em processos disciplinares. O período seguinte, de 1937 a 1945 volta aos valores do início da série, oscilando quase sempre em volta dos 2%, atingindo valores mínimos em 1943 e 1944, com percentagens de 1%.

O impacto dos processos disciplinares é, por isso, tudo menos desprezável. Sendo provável que um juiz a eles escapasse até 1924 – curiosamente, o ano da grande reforma da Organização Disciplinar Judiciária -, os onze anos seguintes seriam bastante mais

conturbados. Entre 1925 e 1936 a percentagem acumulada do peso relativo dos processos disciplinares na primeira instância é de 100,5%. Ou seja, toda a magistratura, caso ela mantivesse sempre os mesmos magistrados, teria sido em bloco alvo de processos disciplinares. Durante este período teriam entrado na magistratura 176 novos juízes, o que permite corrigir estes dados para níveis mais baixos. Juntando aos 269 magistrados em exercício no ano de 1924 (Fonte: *Boletim Oficial do Ministério da Justiça*), temos que teriam passado pela magistratura durante este período 445 juízes de direito, para um total de 236 magistrados de primeira instância arguidos em processos disciplinares. Ou seja, cerca de 53% dos juízes de direito, entre 1925 e 1936, foram alvo de processos disciplinares – mais de metade do total. Este valor é ainda determinado por defeito, posto que alguns juízes não estiveram em exercício durante todo este tempo, sendo que alguns saíram da magistratura no intervalo de tempo referido, por aposentação ou outra qualquer razão.

São números verdadeiramente impressionantes, marcando uma época de turbulência da sociedade portuguesa, certamente. Contudo, como iremos mais à frente estudar em maior de detalhe, este aumento exponencial da disciplina judiciária apenas indirectamente se pode relacionar com os factores mais especificamente políticos. Os processos disciplinares por razões políticas, para este período, se bem que indiciando em eco as perturbações destes anos, não são significativos em termos de volume e, muito menos, se comparados com os outros motivos de acusação.

5.2 Práticas de queixa e acusação contra magistrados judiciais

A natureza das queixas levantadas contra magistrados, durante o período de 1911-1945 distribui-se pelo modo apresentado pelo quadro V.

Quadro V – Natureza das queixas 1911-1945

(processos disciplinares)

<i>Teor da queixa</i>	<i>nº / %</i>
Abuso de autoridade	14 / 1,9 %
Atitudes políticas	28 / 3,8 %
Atraso de processo	35 / 4,9 %
Ausência sem licença	38 / 5,3 %
Condenação/Absolvição indevida	54 / 7,5 %
Decoro	39 / 5,4 %
Erros processuais	151 / 21 %
Impedimento de execução de ordens superiores	10 / 1,4 %
Linguagem em despacho/sentença	16 / 2,2 %
Não residência na comarca	13 / 1,8 %
Parcialidade	84 / 11,7 %
Sentença contra lei expressa	20 / 2,8 %
Sentença fora do prazo legal	46 / 6,4 %
Urbanidade	81 / 11,3 %
Outras (menos de 10 participações)	91 / 12,6 %
Total	720 / 100 %

São os erros processuais aqueles que motivam o maior número de queixas, 151 casos (21%). Os erros processuais são difíceis de catalogar de forma mais detalhada, uma vez que as queixas variam extraordinariamente, de ponto para ponto. Eles correspondem a eventuais falhas processuais por parte do magistrado na condução das questões, não estando em causa erros de direito – quando tal acontece, estamos em presença de outras duas categorias aqui mencionadas: as sentenças contra lei expressa, onde se alega que o juiz decidiu contra aquilo que está explicitamente formulado pela lei ou a condenação/absolvição indevida, acusando-se o juiz de, à rebeldia do direito, condenar ou deixar ir em liberdade um réu. Dois outros motivos estão também em proximidade, o atraso de processo e as sentenças fora do prazo legal. Em ambos, o que está em causa não é propriamente a falha das normas processuais mas o não cumprimento dos prazos marcados na lei. Um, o atraso de processo, dizendo respeito a uma prática repetida e intencional, o outro, o não cumprimento de prazo para sentença, alegando uma situação pontual de infracção. O seu volume, 35 e 46 casos, respectivamente, mereceu que fossem considerados individualmente, sendo possível, contudo, englobá-los numa designação mais genérica enquanto erros processuais, aumentando o já elevado peso relativo deste item. Os erros processuais conhecem como participantes da queixa, sobretudo, os particulares – 53 casos, cerca de um terço do total. São, portanto, os particulares quem mais se queixa de falhas processuais dos magistrados. De seguida, temos os advogados, com 20 casos e, atrás destes, as Relações, participando queixa por 11 vezes. O destino dado à imensa maioria destes processos, por parte do Conselho Superior da Magistratura Judicial/CSJ é o arquivamento. De facto, dos 151 processos envolvendo erros processuais, 101 mereceram o arquivamento, ou seja, cerca de dois terços. O resto das penalizações divide-se sem haver uma norma disciplinar quanto a estes casos – nenhum tipo penalização regista mais do que cinco casos, havendo-os desde a simples mera advertência à demissão. Deve sempre ter-se em conta, quando aqui falamos no destino dado pelo Conselho quanto a penalizações por acórdão que algumas queixas contêm mais do que um tipo de acusação. Logo em 1911, por exemplo, um magistrado é acusado num único processo por ausência da comarca sem licença, exercício de profissões proibidas, erros processuais, decoro e parcialidade⁵⁸⁹. Contudo, devemos ter em atenção que, contabilizando os processos disciplinares, mostrou-se que, para o período de 1911-1945, o mais comum é a queixa com um tipo único de acusação

⁵⁸⁹ Processo disciplinar, M5,N1 (1911).

– 514 processos, do total de 594, ou seja 86,5%. Isto permite que os dados dos acórdãos do Conselho Superior da Magistratura Judicial/CSJ sejam lidos em regra como a penalização relativa a uma só acusação. Mas, como iremos ver noutro local, existem excepções nesta unilateralidade, sobretudo nos casos que versam atitudes políticas ou infracções relativas ao decoro. Se olharmos o período dividido entre os anos da República e da Ditadura Militar/Estado Novo, ou seja, entre 1911-1926⁵⁹⁰ e 1927-1945, os valores conhecem alterações. Entre 1910 e 1926, os processos disciplinares relativos a erros processuais representam 19% do conjunto. Este número elevar-se-ia, no período seguinte para 22%. Mesmo sendo, nos dois casos, o tipo de queixa mais comum, os erros processuais conhecem um aumento de 3% no peso relativo no conjunto de queixas apresentadas ao Conselho. Pode pensar-se no que representariam estes números anualmente e qual o seu impacto. Assim, temos que para os anos da primeira República, ou seja, nos dezasseis anos que medeiam 1911 a 1926, foram levantados 55 processos disciplinares por erros processuais, dando uma média que ronda um pouco mais do que os três processos ao ano. Não seria muito, comparado com o período seguinte: entre 1927 e 1945, nos vinte anos seguintes, 96 processos seriam instaurados pelas mesmas razões, dando uma média anual ligeiramente superior aos cinco processos por ano. Ou seja, não é só o peso relativo no conjunto das queixas que aumenta, de 19% para 22%, mas o seu valor absoluto que sobe e quase duplica. Os processos em que os magistrados incorrem por erros processuais não são na generalidade, processos considerados graves. O que não só se demonstra pelo arquivamento de dois terços do seu total (como veremos, este é o destino, na grande maioria, de todos os processos disciplinares), mas igualmente pelas defesas dos magistrados. Da leitura dos processos, decorre que a defesa organizada pelos magistrados quando acusados de erros processuais se exerce em regra pela identificação dos artigos legais que seguiram, tentando contrariar a acusação. Trata-se de uma defesa sóbria, no mais dos casos, sem entrar foros exteriores ao próprio campo da lei, o que nem sempre acontece noutros casos, nomeadamente os de parcialidade, de falta de decoro ou de urbanidade.

Os atrasos de processo e de sentença fora do prazo legal, podem ser olhados em conjunto, tendo em conta a sua proximidade, estando a diferença entre eles no detalhe

⁵⁹⁰ A referência da data utilizada quanto aos processos disciplinares é a do ano em que o processo recebe autuação na secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial/CSJ. Isto porque, como é evidente, podem haver casos em que as datas da queixa, das diligências do processo e do acórdão final, não coincidem, havendo processos que transitam de um ano para o seguinte.

da acção ser repetida e por vezes intencional, no primeiro caso, e pontual, no segundo. Aos processos assim instruídos eram juntos, em norma, certidões e outros documentos que, por via das diligências, confirmavam ou não a infracção dos prazos. Deste modo, a defesa dos magistrados tinha um campo extremamente reduzido. Não raras vezes, os magistrados apanhados em falta argumentavam com o excesso de serviço na comarca ou, outra vezes, culpando a situação pelo estado anormal em que esta se encontrava à época em que tomaram posse do cargo, o que assim os desresponsabilizava perante o Conselho. Em casos pontuais, alegava-se doença. Os participantes mais activos quanto a este tipo de queixas diferem. No caso das sentenças passadas fora do prazo legal, eram as Relações quem mais se queixava ao Conselho. Entre 1911 e 1945, as Relações reportaram vinte e quatro juízes incorrendo nesta infracção. De resto, foi esta a principal actividade de participação das Relações no que diz respeito à acusação de magistrados. A seguir vinham os erros processuais, como já tivemos oportunidade de observar, com onze participações e, um pouco mais abaixo, com oito participações, os casos de ausência sem licença, por parte dos magistrados. Os particulares queixavam-se bastante menos do que as Relações sobre sentenças fora do prazo legal. Observam-se apenas 6 participações para todo o período, quase tantas como aquelas que foram participadas por delegados do Ministério Público, em número de cinco. Quanto aos atrasos de processo, são já os particulares quem mais participa – catorze casos, para todo o período que vai de 1911 a 1945. Os delegados participavam menos, com oito queixas, e os advogados ainda menos, com apenas cinco. Vistos de um modo geral, os casos de sentença fora do prazo legal e de atraso de processo representavam 6% e 5%, respectivamente, no conjunto global das queixas. Enquanto as queixas por atraso de processo se mantiveram uniformes ao longo de todo o período (nos períodos 1911-1926 e 1927-1945 elas mantêm a mesma percentagem de 5% na distribuição), as queixas por sentença fora do prazo legal não chegam às dez participações no período de 1911-1926, sendo que no período seguinte atingem os trinta e oito casos (9%). Isto deve-se sobretudo à actuação das Relações; sendo elas os maiores participantes deste tipo de queixa, a verdade é que esta vigilância dos tribunais de segunda instância sobre os de primeira apenas começa a fazer-se sentir a partir de 1927. Antes dessa data, as Relações não participaram qualquer caso de infracção do prazo legal para sentença ao Conselho. Por outro lado, só num ano como o de 1928, elas reportaram oito situações. O destino dado a estes processos é, em regra, o arquivamento. Trinta e três processos envolvendo sentenças fora do prazo legal são arquivados, enquanto dez conhecem penalizações, distribuídas desde a mera

advertência à multa de 50\$00. Mais uma vez, de referir que este destino dado pelos acórdãos pode envolver por arrasto outras acusações, não havendo unilateralidade assegurada. O mesmo se passa quanto aos processos envolvendo atraso de processo; vinte e quatro processos deste tipo são arquivados, havendo penalizações registadas em apenas quatro casos, não ultrapassando a penalização mais grave a de multa de 50\$00, que se aplica em um dos casos. São processos que não merecem grandes diligências por parte do Conselho, havendo apenas a confirmação do sucedido através de certidões, uma defesa nunca muito longa por parte do magistrado arguido e a decisão final por acórdão. Tratam-se de casos de gravidade relativa, visto que havendo prova do fundamento da queixa, por vezes, as penalizações (quando não o arquivamento, que é maioritário) não são de peso, ficando-se nos casos mais graves pela multa.

Um outro tipo de queixa, a qual podemos incorporar mais genericamente como decorrendo das transgressões de deveres profissionais dos magistrados, é a de condenação/absolvição tidas como indevidas. Aqui, é a sentença proferida pelo magistrado que é colocada em causa, pedindo-se uma condenação que não fora proferida ou a absolvição de um réu injustamente condenado. Os processos disciplinares que têm esta origem, para o período em análise, atingem o número de cinquenta e quatro, ou seja, mais do que um processo em cada ano. A distribuição é de dezanove processos, para os anos de 1911 a 1926, e de trinta e cinco para o período de 1927 a 1945. Em termos comparados, estes processos representam 7,5% das queixas apresentadas ao Conselho Superior da Magistratura/CSJ, para todo o período, sendo de 6% entre 1911 e 1926, passando para os 8% até ao 1945. O seu peso relativo aumenta, por isso, ligeiramente, de um período para o seguinte. São os particulares quem mais se queixa deste tipo de processos, com sete participações, mas apenas quando se olham o resto dos participantes individualmente. Assim, apenas uma instância como a Guarda Nacional Republicana, participa por seis vezes contra magistrados que absolvem ou condenam indevidamente, e a Polícia de Segurança Pública por três vezes, o que, em conjunto, com a PVDE e a Polícia Cívica de Angra do Heroísmo, com uma participação cada, faz um total de doze participações vindas de instâncias policiais, o que supera as que têm origem em particulares. Como é natural, os particulares participam sobretudo contra a condenação indevida em processos onde demonstram ter interesse, enquanto as instâncias policiais participam de absolvições tidas por demasiado leves em processos onde tiveram um papel interventivo, nomeadamente, na detenção do réu. As outras

participações são mais residuais, atingindo números pouco significativos: delegados do Ministério Público (3 participações), advogados (2 participações), administradores de concelho (2 participações), governadores civis (2 participações), imprensa (2 participações).

Muito próximas deste tipo de participações são as queixas por sentença contra lei expressa. Acusa-se o juiz de ter este julgado contra o próprio direito, não estando em causa absolvição ou condenação dos arguidos, mas um erro de direito na sentença. Estes casos têm menos expressividade em termos de peso relativo no conjunto das queixas, atingindo apenas 2,8% dos processos para o período de 1911 a 1945. O seu número absoluto é de vinte processos, distribuídos em doze casos no período de 1911 a 1927 e oito no período seguinte até 1945. Em termos médios, tanto para um período como para outro, estes processos não chegam a um caso anual, mostrando-se assim um tipo de processo não muito comum. São, mais uma vez, os particulares quem vem à cabeça destes processos, com um pouco mais de metade das participações – onze processos. Os delegados do Ministério Público e as Relações vêm em seguida, mas apenas com dois processos têm origem em participações de cada um. O destino dado a estes processos é, em norma, o arquivamento (12 casos, ou seja, mais de metade) e o resto das penalizações é branda, maioritariamente encontrando a solução final na advertência, nas suas diferentes formas – advertência, mera advertência ou advertência registada.

Ainda menos expressivos são os processos que resultam do impedimento, por parte do magistrado, de cumprir com ordens superiores. Este tipo de participações atinge apenas os dez casos para todo o período. Encontramos aqui as Relações, participando por duas vezes e os próprios magistrados, participando de outros, também com dois casos. Os particulares, aqueles que de forma comum estão na linha da frente das participações, apenas participam de um caso.

Temos visto, até aqui, processos que se enquadram, de alguma maneira, em transgressões dos deveres profissionais dos magistrados e não de transgressões de conduta. A terminar, e numa situação que de algum modo poderia participar destas duas categorias, os casos de suposta parcialidade dos magistrados. Optamos por ainda contabilizá-los nesta primeira categoria, uma vez não é tanto o lado humano, de conduta, que está em causa nestes processos, mas o dever profissional do magistrado de cumprir com a distância exigida no acto de julgamento. Os processos relativos à

parcialidade têm números expressivos. Para o período de 1911 a 1945, eles representam 11,7% do conjunto das queixas, sendo o seu número absoluto de oitenta e quatro processos. Ou seja, em trinta e cinco anos, eles geram em média entre dois a três processos anuais. Há uma continuidade no peso relativo destes processos, sendo de 12% quer no período de 1911 a 1926 quer no período que segue até 1945. São maioritariamente os particulares quem se movem na origem destes processos - trinta e seis casos -, seguindo-se os advogados com catorze participações. Bastante menos representativos, os delegados do Ministério Público e a Imprensa, com quatro participações cada. Dos oitenta e quatro processos do total, cinquenta e seis deles (67%) são arquivados, não ficando provada qualquer parcialidade em julgamento. O resto das penas são distribuídas pelas de advertência, multa, suspensão, havendo dois casos de aposentação disciplinar. A maioria dos processos é composta por participações onde o queixoso está ligado intimamente a um processo onde demonstra interesse, acabando por participar do magistrado por este demonstrar uma animosidade contrária aos seus intentos.

Processos de maior simplicidade e rapidez são os que dizem respeito a ausências da comarca sem licença superior. São trinta e oito os casos que se inserem neste quadro, numa média que anda próxima de um caso em cada ano. São os particulares quem se queixam mais da ausência dos magistrados, em doze processos, seguidos da vigilância das Relações, que participam de oito casos. Outros participantes registam números meramente residuais, abaixo das três participações, como é o caso dos advogados. Estes processos raramente envolviam diligências de averiguação, atestando por certidões o caso, depois resolvido pelo Conselho. Dezasseis casos são arquivados, havendo depois uma distribuição regular entre o outro tipo de penalizações, sendo apenas um caso aquele que regista maior gravidade, aplicando-se a transferência. De igual modo, encontramos numa situação aproximada os casos de não residência na comarca. Aqui, estava em causa não uma ausência pontual, mas uma acção repetida, de permanência fora da sede da comarca. Este problema era, de resto, um dos pontos a que as inspecções judiciais davam prioridade no trabalho dos inspectores, e motivara ao longo do período o desencadear de algumas circulares e disposições legais para conter este tipo de infracção. São treze os processos disciplinares abertos por estas razões ao longo de todo o período de 1911 a 1945. O seu número está longe de ser expressivo, tendo em conta o número de magistrados efectivos durante estes anos. Representam apenas casos

pontuais, rapidamente avaliados pelo Conselho Superior da Magistratura, não dando origem igualmente a quaisquer diligências, e sendo as penalizações, quando as há, pouco rigorosas.

As participações que envolvem transgressões de deveres profissionais dos magistrados, aquelas que temos vindo a analisar, representam cerca de 62% do total das queixas apresentadas aos Conselho Superior da Magistratura Judicial/CSJ. Como podemos ver através do Gráfico III, elas são superiores àquelas que resultam de transgressões de conduta, que atingem os 25%.

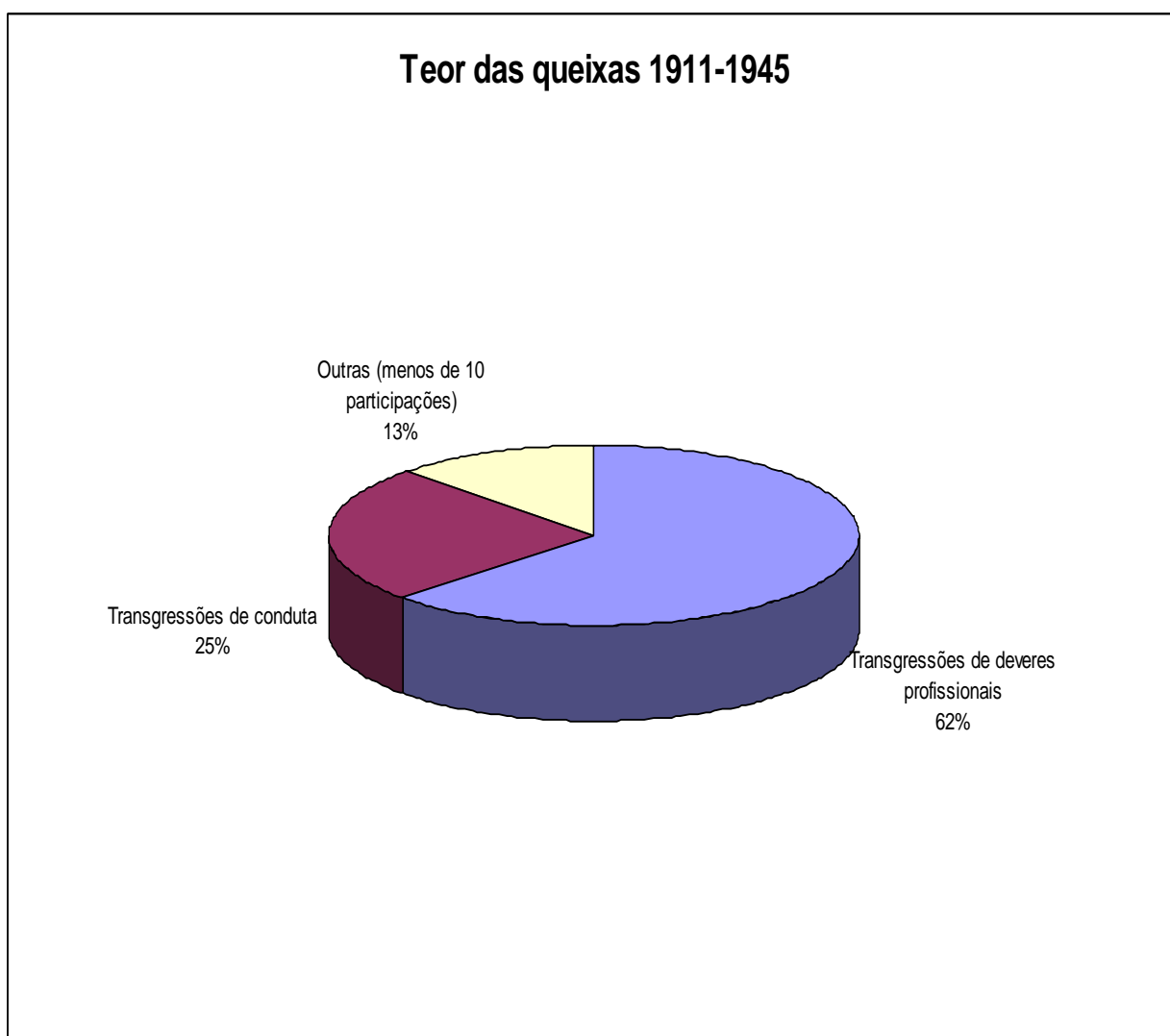


Gráfico III – Teor das queixas 1911-1945

FONTE: Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial

5.3 A fraca mas simbólica dimensão política dos processos disciplinares

Bastante mais complexos, porque inscritos já nas transgressões de conduta e comportamento, são os processos disciplinares a magistrados tendo como queixa a tomada de atitudes políticas. O primeiro facto de relevo é a multiplicidade da queixa. Quando existem acusações de natureza política, em mais de metade dos casos verifica-se que esta não aparece isolada, mas em conjunto com outro tipo de acusações. Dos vinte e oito processos abertos por atitudes políticas, entre 1911 e 1945, dezasseis deles (57,1%) aparecem envolvendo outro tipo de acusações aos magistrados visados. É difícil explicar este comportamento. Regra geral, é a tomada de posições políticas a peça central do processo, quer nas acusações quer na defesa dos magistrados, sendo talvez o resto das acusações uma forma de envolver o magistrado em mais infracções, num todo que se tornasse mais difícil de contornar. Os processos por atitudes políticas, se bem que bastante indicativos das épocas de conturbação dos regimes, não representam, em termos de volume e peso comparado, números significativos. Aliás, como pudemos constatar em outro capítulo, as inspecções judiciárias, que atribuíam a este ponto uma alínea específica a observar pelos inspectores, nunca registaram caso algum de transgressão nos anos estudados por amostra. Entre 1911 e 1945, são vinte e oito os casos registados de acusação por atitudes políticas, representando 4% do total das queixas apresentadas ao Conselho. Estes valores dividem-se com alguma equidade entre o período de 1911 a 1926 – quinze casos – e o que vai de 1927 até 1945 – treze casos. Sendo que o primeiro período abarca dezasseis anos e o segundo dezanove anos, é de notar a ligeira proeminência dos processos de carácter político durante a vigência da primeira República. Isto é confirmado e acrescido pela diminuição do seu peso relativo no conjunto das queixas, baixando de 5% no primeiro período para apenas 3% no segundo. A média anual é assim estimada sem grandes oscilações em apenas um processo em cada ano, durante o período da primeira República, não chegando sequer a este valor durante a Ditadura Militar e o arranque do Estado Novo. Sendo, em resumo, números reduzidos em termos de volume e peso relativo, falta contudo perceber que impacto teriam estes processos junto da magistratura, que valor simbólico comportavam. Como iremos ver em seguida, estudando os participantes e os casos específicos, estes processos contêm alguns pontos que pelo seu valor simbólico impõe-se conhecer em detalhe.

Em 1912, é aberto um processo disciplinar ao juiz de direito da comarca de Alcácer do Sal, ***; a queixa parte do juiz auditor do Tribunal Militar de Coimbra e é secundada pelo Governador civil de Portalegre. O juiz é acusado de ser hostil à República, favorável à incursão dos conspiradores e de estar ao lado dos antigos partidos monárquicos. O facto do magistrado ter título de nobreza aumentava naturalmente as suspeitas. Alude-se a uma carta cifrada escrita pelo punho do juiz, destinada a um padre correligionário, pedindo a passagem de cem homens para Espanha. O caso é suficientemente significativo para levar o magistrado a uma audiência, no ministério da Justiça, junto do próprio ministro. Desta audiência resultam transcritas em processo disciplinar as perguntas e respostas.

«Que, surpreendido com a pergunta não sabe se lhe é feita na qualidade de magistrado se na qualidade de particular, mas sendo certo que a carta lhe foi apresentada é do seu próprio punho e sendo uma carta meramente particular dirigida a um afilhado de seus pais (...) presume que é nesta segunda qualidade e por isso respeitando muito a ordem recebida e que o senhor Ministro lhe queira dar não compreende como ao magistrado e nessa qualidade se lhe façam tais perguntas que só respeitam à sua vida íntima.

Há vinte e dois anos que é magistrado e como magistrado nunca praticou qualquer acto que tivesse ou revelasse intenções ou fins políticos. É o cumprimento da lei, a imparcialidade e o desejo de fazer justiça que o têm guiado. Quando em Outubro de mil novecentos e dez as instituições republicanas foram implantadas no nosso país achava-se em ..., sua terra natal e onde tinha a sua casa, porque na qualidade de deputado pertencendo a comissões inter-parlamentares e de deputado reeleito se achava afastado do serviço da comarca de Montemor-o-Novo onde então se encontrava colocado. Nessa ocasião e num dos primeiros dias de Outubro S.Exa o Snr. Ministro da Justiça Dr. Afonso Costa dirigiu-lhe um telegrama convidando-o a regressar à comarca logo que pudesse porque havia réus presos que tinham que responder em audiência geral.

Dá a sua palavra de honra que nunca conspirou nem conspira e considera-se até com qualidades negativas para conspirar não só porque desde sempre tem sido contrário às violências e actos de sangue mas também porque uma das características do seu modo de ser é a franqueza e a lealdade e não seria capaz de por muito tempo ocultar o que quisesse fazer.

Entre as pessoas afastadas do país por motivos políticos encontram-se muitos amigos pessoais do respondente; alguns companheiros de colégio, alguns companheiros de estudos maiores, alguns amigos

velhos de família e aparentados; pois com nenhum desses o respondente tem mantido qualquer correspondência (...)»⁵⁹¹

O magistrado negava assim qualquer implicação nos acontecimentos. De notar a referência a Afonso Costa, apelando a uma das referências mais importantes dentro das figuras do republicanismo nestes primeiros anos. O certo é que *** é requisitado para captura pela polícia judiciária por crime político e será efectivamente encarcerado pela polícia militar a 12 de Dezembro de 1912 e enviado de seguida para o quartel de infantaria 2 de Portalegre. Sairá algumas semanas mais tarde, a 25 do mesmo mês. Entretanto, o Conselho mantém-se a par, através de ofícios, da justiça militar, acabando o processo crime por ser arquivado⁵⁹². Por sua vez, o processo disciplinar não terá continuação, não havendo qualquer acórdão⁵⁹³.

O ano seguinte conheceria um novo processo político. Desta vez, tratavam-se de irregularidades no código eleitoral. O juiz da comarca de Bragança era acusado por um particular de não permitir que prestassem prova de saberem escrever indivíduos de imparcialidade política – não se referindo quem ou de que orientação política – que para isso se lhe apresentaram depois da hora marcada, admitindo, ao invés, indivíduos de outro partido político nas mesmas condições⁵⁹⁴. Desta vez o Conselho será mais rigoroso, aplicando ao magistrado a pena de dois anos suspensão, o primeiro sem vencimento e o segundo com um terço. Por aqui se vê a influência dos juízes nos actos eleitorais, o que seria motivo de algumas outras acusações, nem sempre tão explicitamente políticas.

⁵⁹¹ Processo disciplinar M10,N19 (1912) [Auto de declarações] Os processos disciplinares não receberam paginação, sendo impossível estabelecer uma paginação rigorosa, visto eles serem constituídos por peças muito diferentes, como cartas, jornais dobrados, ofícios, telegramas, etc. Deste modo, optamos por dar a localização da peça entre [] a que a citação pertence, de modo facilitar o trabalho do leitor.

⁵⁹² Conselho Superior da Magistratura Judicial, Ofícios de 23-11-1912 e 21-02-1913; Cópia deste último: «A fim de ser ultimado o processo pendente neste Conselho Superior cont5ra o juiz de direito de Alcácer do Sal, bacharel ***, rogo a V.Exa se digne solicitar do comando da 7ª divisão Militar, e enviar a este Ministério, cópia do despacho, do Exmo General Comandante da referida divisão militar, que mandou arquivar o processo crime instaurado contra aquele magistrado. Saúde e Fraternidade. O Secretário do Conselho = Germano Martins.»

⁵⁹³ O juiz *** não voltaria a ser incomodado pela República. Começando como delegado do Ministério Público em Arraiolos, em 1890, tinha chegado à magistratura judicial a 11 de Fevereiro de 1905, com quarenta e um anos de idade. Era ainda juiz da terceira classe aquando dos acontecimentos aqui descritos. Subiria depois á segunda classe, a 23 de Dezembro de 1916 e à primeira a 14 de Fevereiro de 1920. A sua carreira continuaria pelos tribunais superiores, durante a Ditadura Militar e o Estado Novo: promovido à Relação de Lisboa a 3 de Agosto de 1926, será seu vice-presidente a 4 de Março de 1929; juiz conselheiro por decreto de 31 de Agosto desse ano, será aposentado por limite de idade (70 anos) a 25 de Março de 1935.

⁵⁹⁴ Processo disciplinar M9,N1 (1913)

Ainda em 1913, registam-se mais dois casos de magistrados a braços com a República. O delegado do Ministério Público junto da Relação de Lisboa participa do juiz da comarca do Fundão. Segundo aquele, havia um contínuo desentendimento entre ambos pelo facto do juiz ser desafecto a tudo o que pertencia às novas instituições.

*«[O juiz tinha] excessiva inclinação e desequilíbrio (...) contra tudo o que era governação nova, dentro e fora do tribunal, como de favor dos delinquentes e contraventores das leis novas. E era tão ostensivo, em qualquer parte, como que fazia gala da sua rebeldia, e vindo aqui de visita o ex-delegado Dr. ***, hoje em Castelo Branco, eu lhe fiz em conversa íntima reparos amargos, estranhando ele, pois dantes nem frequentava as tertúlias reaccionárias.»*⁵⁹⁵

Deste processo não consta qualquer acórdão do Conselho Superior da Magistratura Judicial. Mas nesse mesmo ano, um novo processo disciplinar por razões políticas seria aberto. O administrador do Concelho de Sernancelhe participa do juiz da comarca de Moimenta da Beira. Alegava desentendimentos pessoais por não comungarem das mesmas ideias políticas, o que teria motivado a «perseguição» do magistrado numa acção de despejo movida pela Câmara Municipal de Sernancelhe contra o queixoso. Além de acusações relativas ao decoro do juiz, de este vender por libras os cabaços da comarca e de hospedar-se em casa de um juiz de paz e de um oficial de justiça, o administrador do Concelho acusava o juiz de Moimenta da Beira de ser «desafecto à República».

*«Quando foi da última incursão não ocultou o seu agrado, chegando a dizer quando foi preso João d'Almeida que este facto não comprometia a reincursão porque estaria livre o Paiva Couceiro. (...)»*⁵⁹⁶

E, quando Afonso Costa visitara Moimenta, o juiz teria dito ser «uma desgraça» e que era certa a «restauração estrangeira». Apesar de arquivado, o Conselho advertiria o juiz

⁵⁹⁵ Processo disciplinar, M9,N22 (1913) [queixa].

⁵⁹⁶ Processo disciplinar M7,N3 (1913) [queixa].

para evitar comentários «de certa natureza», só assim se conseguindo o prestígio da magistratura.

De notar, nestes casos, que as participações tinham sempre sido oriundas de posições oficiais: Governador Civil, delegado do Ministério Público e administrador de Concelho. No ano seguinte, em 1914, será a vez do próprio Ministro da Justiça participar de um magistrado. Era este acusado de aceites jantares oferecidos por correligionários seus e de ser presidente duma comissão paroquial política, isto a par de outras transgressões de decoro. O Conselho mandaria arquivar o processo, uma vez que os factos alegados teriam ocorrido há mais de um ano e estariam, por isso, fora da sua alçada⁵⁹⁷.

O ano de 1915 ocorre sem nenhuma participação, mas o ano seguinte conhece nova ocorrência. O juiz de direito do Fundão, o mesmo que atrás estivera envolvido em desentendimentos com o delegado do Ministério Público devido às suas objecções à «governação nova», é desta vez acusado pelo Governador Civil da localidade, em participação apresentada ao ministro da Justiça. O processo disciplinar, desta vez, dá lugar a uma sindicância, que preencherá quatro volumes entre queixas, documentos, autos de inquirição de testemunhas e relatórios. O juiz é desta vez acusado de ser «manifestamente adverso às instituições vigentes, declarando-se monárquico sem reboço algum, frequentando somente os centros reaccionários»⁵⁹⁸, de ser condescendente para com pessoas que julgasse monárquicas ou reaccionárias, favorecendo-as no andamento dos processos. A defesa do juiz é, como será depois do relatório do juiz sindicante, organizada em torno da negação de todas as acusações. Refere que já anteriormente, em 1912, o ministro da Justiça tinha levantado contra ele acusações que julgava serem contra o prestígio das instituições em vigor. Que, nessa altura, se apresentou perante o ministro da Justiça e do Director Geral e todas as acusações se viram sem fundamento; que fez declaração de honra de servir as leis da República como juiz e que sabia «como se honra uma palavra». Por fim, atribuíu as queixas ao facto de ser ele um estorvo contra as acções de «protegidos», republicanos que achar-se-iam acima de lei. Como era vulgar nas sindicâncias, são ouvidas testemunhas, de parte a parte. Neste processo seriam ao todo cinquenta e seis indivíduos, o que mostra a amplitude do caso e os efeitos de publicidade que teriam na

⁵⁹⁷ Processo disciplinar M1,N9 (1914).

⁵⁹⁸ Processo disciplinar, 10M,14N (1916) [queixa].

comarca do Fundão. O relatório final seria bastante adverso para o magistrado. Eram dadas como provadas um extenso rol de acusações: práticas públicas contra a República e perseguição aos que respeitavam as instituições; denegrir das leis da República, «ridicularizando-as com apóstrofes pitorescas»⁵⁹⁹; usar de maus modos, em tribunal, contra republicanos; parcialidade nas suas decisões, em favor de um advogado seu correligionário político, favorecendo os seus clientes; voltar as costas ao cumprimento dos ministros das Finanças e dos Estrangeiros, Dr. Afonso Costa e Augusto Soares, aquando de visita destes à comarca; mandar prender o administrador do concelho apenas por este ser republicano; enfim, frequentar a farmácia «Barata», onde se reunia com frequência um centro reaccionário. O representante do Ministério Público junto do Conselho seria da opinião que o magistrado teria saído da imparcialidade e aprumo necessários à magistratura, devido às suas convicções políticas, sendo a favor da pena de censura. Era, aliás, esta a penalização que o Conselho Superior da Magistratura iria aplicar ao magistrado, em acórdão proferido já no ano seguinte. Resta lembrar, aqui, que pela legislação em vigor na altura, a pena de censura era a mais leve (a de «mera advertência» só apareceria em 1918), importando a perda de trinta dias de antiguidade. Tendo em conta a reincidência e a gravidade dos factos dados como provados, a actuação do Conselho era, portanto, ligeira⁶⁰⁰.

Eram estes os processos políticos até à década de vinte. Casos muito pontuais, sem dúvida, na sua maioria reportando juízes com opiniões «monárquicas e reaccionárias». De notar, contudo, dois factos: o primeiro, o estatuto dos participantes, sendo todos detentores de cargos oficiais e alguns superiores – registe-se a vigilância exercida pelos governadores civis - e, em segundo lugar, a ausência de processos disciplinares relativos fases mais conturbadas da vida política, como a ditadura de Pimenta de Castro (1915), o sidonismo (1918) ou a monarquia do Norte (1919) – neste último caso está ainda por averiguar uma eventual depuração à margem dos processos disciplinares.

⁵⁹⁹ IDEM [Resumo das acusações].

⁶⁰⁰ O processo disciplinar ao juiz do Fundão seria levado ao Conselho de Ministros: «Antes de se encerrar a sessão, o Sr. Presidente do Ministério chama a atenção do Sr. ministro da Justiça para o caso da sindicância ao juiz do Fundão há 2 para 3 meses em poder do relator no Conselho Superior da Magistratura; é preciso que o caso se resolva sem demora, pois aquele juiz tem feito o pior mal à República, administrando mal a justiça. // O Sr. ministro da Justiça responde que já dera instruções para que se pedisse urgência ao Conselho, mas vai insistir, tanto mais que se diz que esse juiz é protegido por republicanos.», Sessão de 13 de Junho de 1917, A. H. de Oliveira Marques, *O Terceiro Governo Afonso Costa – 1917*. (Lisboa: Livros Horizonte, 1977), p.154.

Após este silêncio disciplinar, encontramos três novos processos de carácter político, em 1921. Sem grande envergadura, arquivado pouco tempo depois, um juiz de direito era acusado de falar com «os monárquicos daqui»⁶⁰¹ pelo presidente da Câmara de Armamar, o que seria negado pelo magistrado, afirmando nem sequer os conhecer. Também arquivado, seria um processo lançado pela imprensa, o jornal «O Clarim», de Reguengos de Monsaraz, acusando o juiz da comarca de ser «dezembrista»⁶⁰². Ainda em 1921, um outro magistrado seria alvo de processo disciplinar, queixando-se um advogado de este ser «sidonista», a par de outras infracções, como ter usado uma casa, na qual fazia um arrolamento de bens⁶⁰³. Deste processo, não consta qualquer acórdão, havendo no entanto lugar para uma inquirição de testemunhas e sindicância.

No ano seguinte seria o magistrado da comarca de Paredes a ser acusado, alegadamente por perseguir e deixar roubar os republicanos da vila⁶⁰⁴. O processo será igualmente arquivado, não se dando procedência à queixa.

Em 1924 dois novos processos de ordem política eram instaurados à magistratura. Em em deles, tratava-se de uma queixa apresentada pelo governador civil de Leiria – já aqui apontamos a vigilância exercida por eles -, contra o juiz da comarca de Ancião. Era acusado, juntamente com o delegado, de julgarem e promoverem com parcialidade, segundo as suas convicções políticas reacconárias. O auto de declarações do queixoso, se bem que extenso, é de enorme interesse para se perceberem os ambientes políticos e as redes informais que se estabeleciam no país após a implantação da República.

*«Declarou chamar-se ***, casado, médico e inspector escolar do círculo de Ancião, natural da Covilhã e residente em Avelar, do Concelho e comarca de Ancião; perguntado acerca da queixa de folhas três, quatro e cinco de que é signatário e dirigida ao Conselho Superior Judiciário, acerca da forma irregular da administração da justiça nesta comarca de Ancião, confirmava todos os factos constantes da mesma participação, explicando para maior esclarecimento e apuramento da verdade que precisa de fazer uma resumida história dos incidentes políticos passados na comarca de Ancião, desde a proclamação da República e que nos trouxeram aos episódios que nos forçaram a pedir a intervenção da justiça. À hora da proclamação da República, o concelho de Ancião tinha como a maioria das terras de província um reduzido número de partidários. Proclamada a República, esforçaram-se para logo as duas correntes extremista e conservadora que cada um dos antigos políticos, conforme o seu gosto e temperamento,*

⁶⁰¹ Processo disciplinar, M20,N10 (1921) [queixa].

⁶⁰² Processo disciplinar, M12,N41 (1921) [queixa].

⁶⁰³ Processo disciplinar, M47,N41 (1921).

⁶⁰⁴ Processo disciplinar M29, N1 (1922).

escolheu para seu grémio político. Predominou neste conselho a corrente radical chefiada por A.F. o qual teve a adesão de antigos monárquicos, deixando-se mesmo eleger como presidentes do centro monárquico que se fundou em Ancião, e outras vezes pelos seus actos se mostravam republicanos, tal como o senhor visconde de S.G. que se bem se lembra chegou até a ser irradiado do partido monárquico pela sua atitude dúbia. Na corrente conservadora estiveram o declarante e outros seus amigos pessoais e políticos, sem chefe, os quais constituíam a minoria do eleitorado do concelho. Como a corrente radical, com ligeiros intervalos, tem estado no poder desde a proclamação da República, fácil é conjecturar o que em Ancião se praticava por parte do partido democrático, chefiado pelo citado A.F., para manter a hegemonia política e porventura ainda acrescentá-la à custa daqueles eleitores a quem nós não podíamos sequer bafejar com os favores que do poder dependem e antes tendo muitas vezes, saldadamente, subtraí-los às violências a que se sujeitavam só pelo facto de serem seus amigos políticos.»⁶⁰⁵

Conversão forçada de monárquicos, numa vila sem grande número de apoiantes da República, «como a maioria das terras de província», uma elite local que se distribui pelos novos partidos e correntes, uma filiação de amizades e laços informais, sempre identificadas claramente através dos respectivos nomes. A este retrato se juntam os favores dos eleitores, a dependência do poder, de um micro-poder que é exercido através de redes pessoais. E, se bem que o governador civil seja um claro adversário do partido democrático – as acusações devem ser lidas com cautela –, este retrato estaria muito próximo daquilo que se vivia em inúmeras vilas do país.

O representante do Ministério Público seria da opinião de que «não há motivo para procedimento disciplinar»; o Conselho Superior Judiciário mandaria arquivar o processo, argumentando nada ficar provado, mantendo, no entanto, que a próxima inspecção a Ancião deveria ter em conta os dados deste processo.

Mais uma vez, ainda nesse ano de 1924, um juiz de direito era também acusado de defender ideias reaccionárias. O queixoso, um proprietário – pela primeira vez, encontramos um particular como participante de uma queixa sobre atitudes políticas –, afirma ser o juiz de Mesão Frio um «magistrado faccioso e anti-democrático»⁶⁰⁶, nutrindo por ele um ódio de estimação, visto este ser republicano e antigo administrador do Concelho. A queixa é enredada em outras acusações – como vimos atrás, parte significativa das queixas por atitudes políticas comportam outras acusações –, como a de

⁶⁰⁵ Processo disciplinar, M35,N7 (1924).

⁶⁰⁶ Processo disciplinar, M36, N16 (1924) [queixa].

o magistrado aceitar jantares, ser hóspede gratuito em casa de «um cavalheiro», ausentar-se da comarca sem licença. Nada disto ficaria provado, contudo, à exceção de alguma falta de urbanidade por parte do juiz, obrigando o participante a sair do tribunal – seria a pena de advertência aplicada ao magistrado, por acórdão do Conselho Superior Judiciário.

O ano de 1925 conhecerá três novos processos disciplinares. Em um deles, volta a ser um particular, médico de profissão, o participante. Estava em causa a conduta do juiz de direito da comarca de Alenquer, alegadamente parcial num processo crime, sendo amigo íntimo do réu, um conhecido monárquico. Na queixa, os factos eram dramatizados. «Estão em cheque os republicanos desta vila»⁶⁰⁷, argumentava-se. E, de facto, os desentendimentos levariam ao motim público. Numa informação telegráfica do Governo Civil ao Conselho Superior Judiciário, de 1 de Julho, avisava-se:

*«Hoje tumultos tribunal conflito pessoal entre advogados motivado injúrias advogados réus, intervenção do público soltando vivas à República juiz completamente parcial e desprestigiado incapaz manter ordem inquirição suspensa temo acontecimentos graves amanhã.»*⁶⁰⁸

O Conselho resolverá enviar um inspector para realização de um inquérito, sendo ouvidas vinte e uma testemunhas. O relatório final será bastante adverso para o magistrado. «Fraco, medroso, pusilânime, desprestigiando-se e desprestigiando a justiça, com o seu feitio de pretender agradar a toda a gente», dizia-se do juiz. Na verdade, e como vimos atrás em caso idêntico, o que estava em jogo era todo um ambiente político da população. O inspector registava que o juiz, estando numa comarca «onde as paixões políticas refervem como a lava dos vulcões», acabando estes conflitos por ter a sua continuação natural no tribunal, não teria sabido manter as distâncias recomendadas. Em Alenquer, continuava, era necessário «um inteligente aprumo e uma peculiar discrição»⁶⁰⁹ por parte dos magistrados. Não ficando provada a parcialidade do juiz, a situação exigiria do Conselho Superior Judiciário a pena de transferência, julgando-se impossível a continuação do juiz na comarca.

⁶⁰⁷ Processo disciplinar, M17, N27 (1925) [queixa].

⁶⁰⁸ IDEM, [telegrama/Governo Civil].

⁶⁰⁹ IDEM, [relatório].

Mas nem sempre as atitudes políticas apareciam em atitudes tão abertas. Ainda nesse ano de 1925, um juiz do Supremo Tribunal de Justiça – é o primeiro caso levantado a um juiz dos tribunais superiores – é acusado pela Direcção Geral da Justiça de ter presidido a um comício político do Partido Republicano Radical. Aqui, os limites entre a legalidade e a ilegalidade eram menos definidos, não estando em causa actos de manifesta hostilidade à República. Na defesa do juiz pode ler-se:

«Não há preceito que proíba um juiz do meu quadro a convocar, promover ou assistir a reuniões e manifestações políticas em qualquer ponto do território nacional, quando elas não sejam adversas ao regime republicano. E como se infere do confronto dos textos citados e ainda doutras disposições do tempo da monarquia, os legisladores em todas as épocas pretenderam cercear essas regalias somente aos magistrados com jurisdição nos respectivos distritos judiciais e nas respectivas comarcas, autorizando simplesmente que eles, nas suas áreas, exerçam o direito de votar e os que lhes forem expressamente permitidos pela lei eleitoral.»⁶¹⁰

E, de facto, não havia nenhuma disposição legal que fosse infringida. No entanto, o acórdão final do Conselho Superior Judiciário, não dando lugar a qualquer procedimento disciplinar, mostra certas reticências quanto à exposição política dos juízes do Supremo Tribunal de Justiça.

«Se como cidadão tem a plenitude dos direitos políticos, certo não é menos que como magistrado é obrigado a especiais reservas e abstenção na sua vida social e política que outras classes não pagam (...) Um juiz do Supremo Tribunal de Justiça, do mais alto tribunal do país, não deve presidir a comícios políticos, se a salvação imediata do partido o não reclama, porque só excepcionalmente não sairá de lá apoucado na sua consideração e censurado pela opinião pública.»⁶¹¹

Caso excepcional, ele está na linha de fronteira entre a legalidade e a infracção. De facto, tendo o Conselho uma alçada definida, desde 1912, sobre os deveres e as incompatibilidades da «dignidade» da função de julgar, a imagem pública dos magistrados não deixaria de ser levada em conta. Isto mesmo nos mostra um outro caso,

⁶¹⁰ Processo disciplinar, M36, N39 (1925) [defesa].

⁶¹¹ IDEM, [Acórdão CSJ].

ocorrido poucos anos depois; estando em causa «factos graves» imputados a um juiz do Supremo Tribunal de Justiça, o Conselho Superior Judiciário convida este por intermédio de ofício a que faça requerer a aposentação, no intuito de evitar procedimentos disciplinares «que produzirão inevitável escândalo público, com prejuízo tanto de V.Exa como, sobretudo, do Tribunal e da Magistratura a que pertence e cujo imaculado prestígio cumpre salvaguardar.»⁶¹² Era, mais uma vez, a imagem pública da justiça que estava em causa, havendo por isso uma tentativa de a preservar – neste caso, forçando uma aposentação silenciosa escusando-se ao devido processo disciplinar.

Ainda em 1925 um novo processo disciplinar será levantado. Desta vez, sobre o juiz de direito de Montalegre, por queixa da respectiva Câmara Municipal. Entre as acusações, o magistrado era culpado de ser monárquico, católico praticante e dar lugar a escândalo com mulheres⁶¹³. O juiz defender-se-á alegando a má disposição de um advogado, devido às sentenças que proferira contra seus clientes. De resto, era confessadamente católico e praticante, não sendo da conta de ninguém as suas convicções políticas desde que não hostilizassem o regime. O processo levará a uma grandiosa inquirição de testemunhas (sessenta e duas, ao todo). Acabará com uma pena de suspensão de exercício e de vencimento por trinta dias.

O período que vai de 1911 a 1927 merece, por isso, uma reflexão especial. Havendo, em média, um processo disciplinar por cada ano, por razões políticas, são de notar alguns aspectos. Em primeiro lugar, a participação das queixas é geralmente feita por instâncias oficiais – já tivemos oportunidade de apontar a vigilância e o papel dos governadores civis - e não por particulares, o que dá uma dimensão de maior gravidade e peso social aos processos. Não representando um volume em nada extraordinário – se pensarmos que a magistratura portuguesa tinha na primeira instância duzentos e cinquenta efectivos num ano como 1918 ou duzentos e sessenta e nove em 1924-, eles são fortemente simbólicos. Por outro lado, a genérica maioria dos casos não incide sobre infracções de participação política activa, mas de atitudes consideradas hostis à República. Não há, propriamente, um enlace na vida dos partidos políticos, mas posições conservadoras, atitudes tidas por manifestamente reaccionárias e, dentro disso, monárquicas. A eventual depuração da magistratura após a da monarquia do Norte (1919) poderia vir a dar-nos novos dados quanto a este ponto. A experiência republicana

⁶¹² Conselho Superior Judiciário, Ofício 30 de Julho de 1930.

⁶¹³ Processo disciplinar, M15, N12 (1925).

não teve, por isso, lendo os factos à luz do arquivo disciplinar, uma verdadeira oposição ou um movimento concertado por parte da magistratura. Apenas ocorrências localizadas, desligadas entre si e, mesmo, desligadas de qualquer movimentação política de envergadura – a que talvez escape o caso único da já referida monarquia do Norte. É de salientar, ainda, que nenhum dos casos considerados ocorreu em Lisboa, Porto ou Coimbra. É portanto fora das grandes cidades, na província e nas vilas, não raras vezes envolvidos em redes políticas acesas, de laços de familiaridade e micro-poderes bem instalados, que os magistrados se vêem envolvidos pela malha disciplinar do Conselho Superior da Magistratura Judicial. De resto, esta não seria excessivamente dura: as penalizações ocorrem muito pontualmente, sendo o arquivamento do processo a norma.

O período seguinte, compreendendo a Ditadura Militar e o arranque do Estado Novo (até ao fim do segundo conflito mundial), é menos pródigo no que respeita aos processos disciplinares por atitudes políticas. Apenas treze processos serão levantados (contra os quinze do período anterior) e para um período de tempo mais alargado – dezanove anos. Pouco mais de um processo em cada dois anos, em termos médios. Nem por isso, contudo, eles mostram-se menos simbólicos e indiciadores de certos aspectos da vida política portuguesa.

Em 1927, o governador civil do distrito da Horta – mais uma vez, encontramos a vigilância dos governadores civis -, juntamente com o delegado do Procurador da República na comarca da Ilha do Pico participam do juiz de direito desta comarca. Entre várias acusações relativas ao decoro do magistrado, culpava-se este por assistir a uma sessão política e emitir pareceres. Em sua defesa, o magistrado alegará que tudo não passara de uma reunião de amigos. Contudo, não deixava de relatar as incidências políticas na vida judicial da comarca:

*«Por este facto, se tinha infiltrado a dentro do tribunal a política, e de tal forma que deu forma a um decantado processo eleitoral, que ainda há pouco tempo foi julgado por acórdão do Tribunal da Relação. Competia-me fechar as portas às intrigas políticas e por isso criei inimigos, pois não estavam acostumados a ver justiça, sem que fosse de mãos dadas com qualquer facção que não fosse caracteristicamente política.»*⁶¹⁴

⁶¹⁴ Processo disciplinar, M42,N25 (1927) [defesa]

O processo dará lugar à inquirição de testemunhas, apurar-se-ão várias faltas e irregularidades – não se apurando nada no que toca às acusações de atitudes políticas. O Conselho iria, no entanto, tendo em conta as outras infracções, aplicar a pena de passagem à inactividade sem vencimento por um ano.

Mas os tempos da Ditadura Militar eram bem diferentes do período anterior. Assim, a imprensa acusava o juiz da comarca de Sabugal, também no ano de 1927, de ser um «democrático enragé» e de favorecer os seus correlegionários políticos⁶¹⁵. Era a vez, agora, de os antigos vencedores estarem no banco dos réus. Ser democrático, em 1927, era já um sinal suficientemente grave para servir de motivo de queixa apresentada ao Conselho Superior Judiciário. Tendo o juiz já sido classificado anteriormente, o Conselho resolve arquivar o processo.

Mais grave seria o processo relativo ao juiz de direito da comarca de Foz Côa, nesse mesmo ano. A queixa viria de um particular, atribuindo àquele várias irregularidades, entre as quais a de favorecer o partido democrático. O inquérito que é ordenado mostra-se insuficiente no apurar das responsabilidades, sendo o processo continuado por uma sindicância. Esta concluiria por boas as qualidades profissionais do magistrado, sendo que mostrou-se ligado ao chefe do partido democrático, revelando animosidade contra o partido nacionalista. O caso é ainda enredado em infracções tidas por graves, de decore, pelo que o Conselho aplicaria por acórdão a pena de aposentação disciplinar⁶¹⁶. Em sua defesa, o juiz alegaria o ambiente turbulentamente político da comarca – este aspecto, como vimos, é anteriormente mencionado em outros processos -, dominada por um só partido, razão pela qual teriam nascido indisposições contra ele.

Elucidativo seria o processo que correria no ano seguinte contra o juiz da comarca de Montemor o Novo. Mais uma vez, encontramos a origem de todo o envolvimento num ofício confidencial do Governador Civil de Évora, comunicado ao Ministro do Interior, fazendo este, por sua vez, participação ao Conselho. No ofício, declarava o Governador Civil que o magistrado, tendo sido deputado democrático até 1926, teria feito campanha de descrédito, em Montemor o Novo, contra o governo.

⁶¹⁵ Processo disciplinar M43,N47 (1927) [queixa].

⁶¹⁶ Processo disciplinar M48, N6 (1927) [Acórdão CSJ].

*«Mas, há pouco tempo, chegou ao meu conhecimento que o doutor *** voltara ao caminho anterior, acontecendo até que (em data que não posso precisar) se referiu à Situação Actual em termos menos correctos, e a Vossa Excelência com referências menos respeitosas, quando viajava em Caminho de Ferro, em companhia de outros indivíduos que o escutavam. Esta conversa foi-me transmitida neste Governo Civil pelo senhor P.L., funcionário da polícia de informações do Ministério do Interior, e irmão do excelentíssimo tenente coronel senhor E.D., director da mesma polícia, que poderá confirmá-la.»⁶¹⁷*

Acompanhando esta conversa, o Governador civil acrescentava ainda que o magistrado chamava a ditadura de «moralizadora», mas apenas por ironia, e terminava declarando ser da maior inconveniência para o «prestígio da Ditadura Militar e para a tranquilidade pública» que o magistrado permanecesse em Montemor o Novo.

Chamado a defender-se, o magistrado nega todas as acusações, afirmando estar afastado voluntariamente da actividade partidária desde o 28 de Maio.

«Nunca fiz propaganda contra a Ditadura Militar, nem depreciei a dos seus homens de governo publicamente e dentro ou fora da comarca e muito menos, nos comboios, sendo absolutamente falsa a informação dada pelo tal agente P.L. ao Governador Civil de Évora.»⁶¹⁸

Atribuía, de seguida, a queixa ao facto do Governador Civil e os seus correligionários não quererem que ele julgasse dois processos pendentes, em que teriam certo interesse. Mas o teor da conversa mantida no comboio seria suficientemente tomada a sério para que se ordenasse um inquérito. Nos autos de inquérito de testemunhas o agente da polícia confirmava o que dissera ter ouvido; o juiz teria feito afirmações violentas contra o ministro do Interior, que «aplaudia, rindo-se» quando outros denegriam igualmente a imagem do citado ministro e teria ainda afirmado que «o ministro do Interior não deixaria a pasta visto que procurava empregar a família toda.»⁶¹⁹ Uma outra testemunha diria recordar-se da viagem, mas não do teor da conversa, uma outra negaria tudo. No relatório, o inspector era de parecer que a prova era insuficiente, visto não haver testemunhas além da de acusação. O Conselho Superior Judiciário, por sua vez, acabaria por mandar arquivar o processo por falta de prova. Mas todo o processo é bem

⁶¹⁷ Processo disciplinar M17,N28 (1928)

⁶¹⁸ IDEM, [defesa].

⁶¹⁹ IDEM, [Autos de Inquirição de testemunhas].

significativo daquilo que andaria no ar em 1928: uma conversa durante uma viagem de comboio, uma participação da polícia de informações, a vigilância de um Governador Civil e um processo levantado a um magistrado, com direito a autos de inquirição de testemunhas.

Nesse mesmo ano de 1928 mais um magistrado, desta vez na comarca de Vieira, é acusado. Um particular queixa-se de que aquele teria alterado um despacho, mas logo o caso se revela de obscuros enlances políticos. O administrador do Concelho intervém pedindo uma sindicância, alegando que «os inimigos da Situação já propalam que no tempo dos políticos isto não se daria»⁶²⁰. O juiz procurava defender-se alegando uma conspiração política de que era vítima.

*«Os meus acusadores são o Dr. G., que se mascara com o rótulo de “lealista”, e o Dr. H., que se apresenta como chefe do partido democrático local – são os seus mentores, como toda a gente sabe, em Vieira. (...) O facto que deixo exposto, serve, até, para mostrar o rebaixamento político deste país: - uma câmara e um administrador do concelho que fingem que servem o actual governo, quando, como é bem sabido, são contra ele!»*⁶²¹

O processo encontra-se hoje incompleto, não se sabendo o seu desfecho. Todos os processos até agora referidos, é de notar, têm como arguidos juízes de carreira. Mas, em 1929, seria a vez de dois substitutos serem alvo de processo disciplinar. Mais uma vez, como no caso anterior, a queixa apresentada (darem sentença sem esperar pelo juiz proprietário) escondia uma logo revelada contenda política. Na queixa, a Câmara Municipal de Chaves, acrescenta vivamente: «A oposição política contra a actual Situação, a qual é bem conhecida nos referidos magistrados substitutos é bem do domínio público.»⁶²²

O ano de 1930 não registaria nenhum processo disciplinar por atitudes políticas; o ano seguinte registaria apenas um caso. O participante seria o próprio Ministro da Justiça. O magistrado seria acusado de fazer parte de uma comissão promotora de uma

⁶²⁰ Processo disciplinar, M63,N8 (1928) [carta/administrador do Concelho].

⁶²¹ IDEM, [defesa].

⁶²² Processo disciplinar, M52,N31 (1929) [queixa].

manifestação de homenagem, de carácter político, ao médico Doutor Adriano Vieira Martins, assinando, em primeiro lugar, o convite público para ela. O magistrado defender-se-ia que a manifestação não teria tido carácter político, estando aí representados pessoas de todas as cores – democráticos, do «regime actual», monárquicos⁶²³. O Conselho decidir-se-ia por uma penalização de advertência registada, depois passando para a de mera advertência.

Como tivermos oportunidade de observar atrás, o triénio de 1932/1934 corresponde a uma alta significativa do volume dos processos disciplinares. Cerca de um terço da magistratura, nesses anos, seria alvo de participações. Sendo coincidente com um período crítico do arranque do Estado Novo, poder-se-ia pensar numa relação de implicação com os processos disciplinares de carácter político. Contudo, tal ligação não merece veracidade. Entre 1932 e 1934 não se registam quaisquer processos políticos na magistratura portuguesa.

Em 1935 são levantados dois novos processos por atitudes políticas. Na Ilha do Corvo, o juiz municipal é acusado pelo Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de, além de ter convertido abusivamente o edifício da Câmara Municipal em casa de sua habitação, andar acompanhado de «figuras completamente estranhas ao Estado Novo»⁶²⁴. Na defesa, o magistrado apelaria à sua falta de filiação política e à sua admiração por Manuel Rodrigues e Oliveira Salazar.

*«Diz o Sr. Presidente da Câmara que eu me faço acompanhar sempre de figuras completamente estranhas ao Estado Novo. Eu não tenho política nenhuma, nem estou filiado em partido algum; falo com todos e tenho amigos na União Nacional e nos antigos partidos da República. A minha política que não é política resume-se no orgulho de sentir a minha pátria engrandecida e no bem geral da humanidade. Tenho, aliás, a mais alta admiração e estima por dois homens que estão à frente do Governo da Nação, Suas Excelências o senhor Dr. Oliveira Salazar e Dr. Manuel Rodrigues, porque os conheço e foram meus professores muito considerados, embora suas excelências possivelmente não saibam que sou.»*⁶²⁵

Um dos aspectos mais relevantes do estudo da magistratura destes anos é o possível controle feito pela polícia política. Estando por estudar ainda, neste ponto, o arquivo da

⁶²³ Processo disciplinar, M84, N2 (1931) [defesa].

⁶²⁴ Processo disciplinar, M100, N24 (1935) [queixa].

⁶²⁵ IDEM, [defesa].

PVDE/PIDE/DGS, resta-nos o que em termos de processos disciplinares se faz observar. Ora, para o período em questão (1911-1945) apenas dois processos conhecem a intervenção da polícia política. Um, em 1933, da PVDE, sobre condenação/absolvição indevida e, um outro, neste ano de 1935, da PIDE. Quer isto dizer que, à parte a possível vigilância que apenas o conhecimento dos arquivos da polícia política nos poderia vir a confirmar, não existe quanto à formalização de processos disciplinares contra magistrados judiciais uma actuação constante de controlo. Não se compara, por exemplo, a acção dos governadores civis – como temos vindo a registar -, muito mais activa, à da PVDE/PIDE. Apenas dois casos, pontuais, são registados. O seu simbolismo, contudo, é notório.

Assim, é contra o juiz de direito da comarca da Sertã levantado um processo disciplinar por ter usado de um bilhete de identidade, em que figurava como advogado, para passar para Espanha. A queixa é feita pela PIDE, em finais do ano de 1934, em ofício onde se diz ser o juiz «um elemento de grande relevo muito conhecido neste concelho como inimigo do Estado Novo»⁶²⁶. O processo conhecerá autos de inquérito de testemunhas, ouvindo-se agentes da polícia política, um notário e um advogado. O magistrado arguido defende-se argumentando que escrevera «advogado» no bilhete de identidade, uma vez que tivera a ideia de, em futuro próximo, vir a exercer a profissão; que era vulgar os indivíduos com formatura em direito se apresentarem publicamente como advogados e que «quis apenas [o agente] atingir alguém, que, segundo dizem, tem ficha na polícia política e é considerada inimiga da actual ditadura.»⁶²⁷ A acção do Conselho Superior Judiciário será a da suspensão do magistrado, de exercício e vencimento, por trinta dias. O juiz tentará ainda recurso da decisão, mas a suspensão será mantida.

No ano seguinte, será a vez de outro juiz se explicar quanto às suas convicções políticas. O juiz de paz de Vila de Rei participa do magistrado por ter este indicado, por razões políticas, um escrivão seu correlegionário. O processo dará lugar à inquirição de testemunhas para averiguar os factos. Dele dirá um advogado da comarca:

⁶²⁶ Processo disciplinar, M91,N29 (1935) [ofício de 28 de Dezembro de 1934/PIDE].

⁶²⁷ IDEM, [defesa].

*«Que o depoente tem do doutor *** a ideia de que não era pessoa afecta à situação política actual, manifestando ideias de orientação política perfeitamente contrárias, pois chegava a falar com aparente simpatia de política avançada; mas isto não era dito publicamente para pessoas desconhecidas, mas sim em conversa com pessoas das suas relações, às quais não escondia os seus sentimentos políticos.»*⁶²⁸

O magistrado defender-se-á alegando que o escrivão nomeado estaria afastado da vida política, apesar dos seus «princípios profundamente conservadores e católicos», não devendo, por isso, «ser suspeito aos defensores do Estado Novo»⁶²⁹. Do processo não consta qualquer acórdão do Conselho Superior Judiciário.

Igualmente sem desfecho por parte do Conselho, e ainda nesse ano de 1936, um outro magistrado é acusado de ser desafecto ao regime. O participante, particular, culpava o juiz da comarca pela forma irregular como tinha julgado uma acção cível e outra de despejo, terminando com a inoportunidade deste se manter no lugar.

*«Pelo exposto se vê em toda a evidência que o juiz *** não pode continuar a administrar justiça, e muito menos em Setúbal, onde ficou conhecido pelo seu facciosismo sectário contra a aplicação das leis salutaras do Estado Novo.»*⁶³⁰

O processo que será levantado ao juiz de direito da comarca da Golegã, um ano depois, é bem o resumo de várias das características mais comuns nos processos despoletados por atitudes políticas. Em primeiro lugar, voltamos a encontrar como participante uma instância oficial. Desta vez, o próprio ministro da Justiça. Em segundo lugar, é novamente através da linha de comunicação de um governador civil que o caso será trazido ao gabinete ministerial. Em causa estavam declarações do magistrado menos prestigiosas sobre o ministro da justiça e sobre a actuação política do Estado Novo. O processo dará lugar a inquérito de testemunhas, sendo ouvidos o próprio governador civil, o administrador do Concelho, um proprietário e o conservador do Registo Predial. Eis parte do depoimento do proprietário:

⁶²⁸ Processo disciplinar, M102,N3 (1936) [Autos de inquirição de testemunhas].

⁶²⁹ IDEM, [defesa].

⁶³⁰ Processo disciplinar, M104,N11 (1936) [queixa].

*«Passa geralmente como sendo um magistrado correcto nas suas decisões, mas toma atitudes pouco correctas quando se refere a actos officiais e medidas do governo, segundo lhe consta, pois é geralmente considerado como desafecto à Situação, o que não encobre. Uma vez, estando o depoente no gabinete do delegado da comarca, em companhia do administrador do Concelho, ali apareceu o juiz, que em resposta a qualquer observação que se lhe fez sobre qualquer acto do Estado Novo, o juiz declarou que o Estado Novo era uma coisa mais velha que as coisas velhas, ou outras expressões equivalentes, depreciativas da actual Situação.»*⁶³¹

O administrador do Concelho faria um depoimento bastante semelhante.

*«Mas já não considera absolutamente correcto nas suas atitudes nem sempre isentas de reparo. Assim, mostra-se, por vezes, irritável em demasia nas suas conversas em que, embora se não manifeste contrário ou hostil à Situação, mostra-se de qualquer modo pouco satisfeito e fazendo desagradáveis referências a actos e medidas officiais de S. Exa. o ministro da Justiça, fazendo comentários das suas leis, que podem considerar-se desprestigiantes e desrespeitosas para aquele ministro.»*⁶³²

É um ventilar das opiniões políticas, aquilo que se averigua nestas inquirições, sendo chamadas as principais figuras das localidades a prestar o seu depoimento. O juiz da comarca da Golegã seria suspenso por noventa dias das suas funções, uma penalização já considerada grave, e o Conselho argumentaria assim a medida aplicada:

*«Porque uma coisa é a discordância doutrinária de preceitos legislativos, a crítica imparcial e serena dos actos governamentais, o debate, sob o ponto de vista jurídico, dos preceitos legais, outra bem diferente é a propaganda subversiva, inconveniente e irrespeitosa, a discussão pública e tendenciosa da acção ministerial. E essa atitude derrotista assume uma maior e mais caracterizada gravidade, quando parte de quem desempenha uma tão alta função official.»*⁶³³

Mais tarde o magistrado iria recorrer da decisão, reduzindo o Conselho a pena para trinta dias de suspensão.

⁶³¹ Processo disciplinar, M109,N8 (1937) [autos de inquérito de testemunhas].

⁶³² IDEM, *ibidem*.

⁶³³ IDEM, [acórdão/CSJ].

À imagem do que se passara no triénio 1932-1934, onde não se regista qualquer processo por atitudes políticas, um novo silêncio disciplinar se irá operar. Entre 1938 e 1944, sete anos consecutivos, não existe qualquer registo da existência de processos disciplinares motivados por razões políticas. O período, que cobre quase toda a duração dos anos da guerra, é dificilmente explicável através de dados objectivos. A verdade é que, a partir de 1937, o número global de participações decresce significativamente. Até ao fim da guerra, os processos disciplinares nunca se elevarão a um número superior a vinte e, de 1943 a 1945, nem sequer chegam a ultrapassar a barreira dos dez processos anuais. Não é só a participação por questões políticas que quase desaparece, nestes anos. É também o próprio movimento das queixas levadas ao Conselho Superior Judiciário que descem para níveis quase residuais.

A única excepção ocorrerá já no ano de 1945, em processo movido contra o juiz de direito da comarca de Vila Nova de Ourém. O magistrado acabara de dar uma entrevista ao jornal «A República», onde comentara as eleições e o lugar da oposição ao regime.

*«Seria injusto que o Governo não reconhecesse à oposição o acesso equitativo aos meios de competição leal, de que só ele dispõe até agora. A liberdade de reunião, de imprensa, de utilização da rádio e de todos os meios de comunicação com o eleitorado deve ser assegurada – e ainda não o foi.»*⁶³⁴

Estas declarações levariam a um inquérito disciplinar, mas a justiça do Conselho Superior Judiciário seria bastante compreensiva. Pode ler-se no acórdão:

*«Seria talvez preferível que o arguido se tivesse absterido de dar entrevistas sobre assuntos que prendiam com a política, principalmente numa época em que as paixões políticas andavam exacerbadas, dada a sua qualidade de magistrado judicial; mas isto apenas o dizemos a título de opinião e de conselho (...)»*⁶³⁵

Na sua globalidade, os processos disciplinares à magistratura portuguesa, por razões políticas, valem mais pelo seu peso simbólico do que pelo seu volume ou extensão.

⁶³⁴ *A República*, 29 de Outubro de 1945, nº5387.

⁶³⁵ Processo disciplinar, M168,N10 (1945) [acórdão/CSJ].

Como analisamos atrás para o período da primeira República, eles são pontuais e estão muito longe de representar um número apreciável de magistrados arguidos. No caso dos anos que vão de 1911 a 1926, eles sugerem maioritariamente a existência de magistrados isolados nas suas comarcas, que por efectiva ou suposta tendência política «reaccionária» - e, dentro disto, sobretudo monárquica -, acabam por ser participados ao Conselho Superior da Magistratura Judicial/CSJ. No entanto, em nenhum caso, à possível excepção do primeiro processo disciplinar aqui referido, se nota um envolvimento dos juízes em qualquer acção concertada de hostilidade à República. Tratam-se de frases, atitudes, supostas parcialidades, tudo dentro da contida actividade que surge na vida dos tribunais ou da vida social e pública das comarca de província – como vimos, não há qualquer participação procedente de Lisboa e Porto -, não raras vezes de aceso clima político: fala-se, bastantes vezes, em «correntes» em «facções», dominado o comum destas pequenas localidades, dividindo a população e acicatando ódios pessoais. De registar, também, a influência dos canais de comunicação oficiais, donde partem grande parte das participações contra magistrados, aumentando o peso social da queixa, e sobretudo o papel dos Governadores Civis. O período da Ditadura Militar e do arranque do Estado Novo até ao fim da guerra mostra-se mais complexo. Pode dizer-se que ele mantém o ritmo das participações até 1936, depois decaindo em conjunto com o volume global das queixas até 1945. Os processos deixam de estar tão intimamente ligados a transgressões, procurando sobretudo ventilar-se a ideologia política dos magistrados, recorrendo os processos para averiguar este facto a inquirições onde são ouvidas testemunhas, em casos onde está em causa a oposição à «Situação». Dos vinte e oito processos disciplinares que acabamos de tratar, para todo o período, pode-se inferir igualmente uma tendência de penalizar apenas os casos mais extremos por parte do Conselho Superior da Magistratura Judicial/CSJ. De facto, doze destes processos são arquivados, mais do que os dez que conhecem um qualquer tipo de penalização. A aposentação disciplinar verifica-se apenas em um dos casos, havendo quatro suspensões e uma transferência.

5.4 Decoro – a exigência formal de uma conduta privada

À imagem dos processos disciplinares por razões de ordem política, os processos disciplinares relativos ao decoro dos magistrados têm uma componente especial quanto à participação: a multiplicidade da acusação. Se a norma nos processos disciplinares, no seu todo, é a unilateralidade do processo (o participante faz apenas uma queixa) – com 86,5% dos casos -, a verdade é que os processos políticos e os que versam o decoro dos juízes mostram-se à margem desta tendência. E se o caso dos processos disciplinares por atitudes políticas registam uma queixa múltipla em 57,1% dos casos, ou seja, em mais de metade, este número é elevado de forma muito significativa quando estamos presentes frente a questões de decoro: 82%. Quer isto dizer que, dos trinta e nove processos abertos e que envolvem queixas relativas ao decoro, em trinta e dois deles a queixa é partilhada com outro tipo de acusações. Explicar este fenómeno é tarefa difícil, não havendo dados objectivos que nos permitam destringer dentro das participações efectuadas o verdadeiro motivo da acusação. Da leitura que efectuamos dos processos, fica uma percepção dupla. A de que, em certos casos, as acusações por falta de decoro serviriam para ajudar a criar um «ambiente» de total falta de dignidade dos magistrados para continuarem a exercer funções, ou seja, um acumular de infracções num todo decididamente adverso para o magistrado em causa frente à disciplina do Conselho Superior da Magistratura Judicial/CSJ, e, noutros casos, seria esse o principal motivo da acusação, a que se juntariam outras infracções de modo a demonstrar que, além da falta de dignidade para o exercício do cargo, esta era acompanhada por insuficiências de carácter restritamente profissional.

A questão do decoro exigido aos magistrados não era apenas uma consequência da existência de processos disciplinares que a ele respeitam. Ela começa no próprio legislador, desde a lei de criação de um Conselho Superior da Magistratura Judicial, em Julho de 1912, onde a alçada deste se manifestava sobre os actos da «vida pública *ou particular*» que, não constituindo crimes, representavam, mesmo assim, transgressões ou, «sejam incompatíveis com o *decoro* e dignidade indispensáveis ao exemplar exercício da função de julgador»⁶³⁶. E, como tivemos oportunidade de referir, esta alçada assim definida manter-se-ia nas posteriores redacções legais, até ao Estatuto

⁶³⁶ Lei de 12 de Julho de 1912 *COLP* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1913), vol I, 472.

Judicial de 1944. O decoro era, assim, uma peça fundamental nas exigências impostas à magistratura judicial. Colidem, neste aspecto, uma série tradições e valores: o próprio código interior do corpo da magistratura, marcado por ritmos que lhe vêm da necessidade ritual de distanciamento, de imparcialidade, de defesa da ordem social e, por isso, de uma imposição das normas invisíveis de um quase sacerdócio, de missão; a imagem pública da justiça durante as primeiras décadas do século XX, que numa população distribuída em peso pelos meios rurais e por um analfabetismo considerável, não conhecia da justiça mais do que a própria figura do juiz, enquanto pessoa, como seu representante; a própria pertença do magistrado judicial enquanto figura participante das elites de poder local, sendo a sua exposição pública notória e motivo dos mais diversos comentários.

Assegurar, portanto, a imagem pública da justiça através do exemplo da vida particular dos próprios magistrados seria uma das preocupações visíveis da acção do Conselho Superior da Magistratura Judicial/CSJ, e que se revela não só nos casos de transgressão, dando origem a processos disciplinares, mas também, das próprias inspecções judiciais ao território nacional, incorporando como factores essenciais na classificação dos magistrados, por exemplo, a opinião sobre eles formulada pelas populações das comarcas. A leitura dos processos dar-nos-á uma imagem mais viva e clara.

Logo em 1912, ano da criação do próprio Conselho Superior da Magistratura Judicial, um processo é levantado contra um magistrado por alegada incompetência moral para o exercício do cargo. As acusações são variadas: ter sido regente de uma tuna, ser empresário de um teatro, ter avença em jogos de azar e batota, encher de urina as garrafas de um conservador, voltando a colocá-las no mesmo lugar e proteger amantes num processo de herança⁶³⁷. O processo dará origem a uma das primeiras sindicâncias por parte do Conselho, sendo ouvidas setenta testemunhas para averiguação dos factos. Do processo não consta qualquer acórdão final.

No ano seguinte, será a vez de um caso de alegada homossexualidade colocar de sobreaviso o delegado do Procurador da República da comarca de Avis, sobre o juiz da mesma comarca. O escândalo será suficientemente importante para o delegado enviar o seguinte ofício ao Procurador da República da Relação de Lisboa, sendo depois enviado ao Conselho enquanto participação de queixa.

⁶³⁷ Processo disciplinar M5,N1 (1912) [queixa].

*«Em cumprimento do que por V.Exa me foi ordenado por seu ofício nº35, de 5 do corrente, vou por escrito expor o assunto que desejava falar com V.Exa. – O juiz de direito desta comarca ***, que, deve dizer-se em abono da verdade, tem sido um magistrado respeitador da lei e zeloso cumpridor dos seus deveres, foi acusado publicamente de haver praticado actos desonestos e imorais. Fui informado, com grande surpresa e mágoa minha de que era público e notório ter o referido magistrado entrevistas amorosas com diversos indivíduos desqualificados cá da comarca. – Apontavam-se nomes e faltas. Tratei, como me cumpria, de investigar e interrogar, na presença de testemunhas, dois dos apontados e realmente confessaram o seguinte: - um deles, um tal de L.P., hortelão, disse-me que de há uns tempos para cá tinha notado que o juiz o fitava muito e o perseguia e como tinha sido avisado dos seus costumes, logo viu do que se tratava e esperou. Foram encontrar-se a primeira vez no campo, mas como não era recôndito o lugar e começasse a passar gente ele apenas lhe fez umas festas na cara, mexendo-lhe no membro viril e lhe disse que não falasse a ninguém naquele encontro; que tinha um vício pior do que o das mulheres e que bem sabia que aquilo parecia mal, mas não podia ser superior a isso; finalmente deu-lhe 700 réis e combinaram encontrar-se outro dia na horta de que o L.P. estava encarregado; assim sucedeu, andaram passeando na horta e chegaram a entrar numa casa que lá havia, mas como dois indivíduos os estivessem espreitando nada puderam fazer e deu-lhe desta vez 500 réis. Outro, um tal C. disse-me que começou há tempos a ser assediado e perseguido pelo juiz a tal ponto que um dia se lhe dirigiu, perguntando-lhe: “O senhor o que quer de mim?” Respondendo-lhe o juiz: “Nada, nada”. Separaram-se, dirigiu-se no dia seguinte mas voltando o juiz a andar atrás dele, dirigiu-se para um longo povoado. – Como V.Exa deve calcular, isto, terra pequena como Avis e sendo protagonista deste drama um juiz de direito, foi e é assunto obrigatório de todas as conversas, estando em cheque a honra da classe e desaparecendo por conseguinte o prestígio e o respeito do tribunal.»⁶³⁸*

São de reter, nesta história, três características essenciais: a vida particular do juiz é motivo de «todas as conversas», na comarca; o delegado do Ministério Público não só reporta hierarquicamente a situação, como se decide a inquirir ele próprio as testemunhas «tal como me cumpria»; o foro privado da vida íntima do juiz coloca «em cheque a honra da classe», associando-se claramente as esferas privada do magistrado e o prestígio da justiça. Mais tarde, o Conselho julgaria as testemunhas como «desqualificadas» e emitiria um acórdão defendendo o juiz de todas as acusações.

Mais alguns processos serão abertos ainda no ano de 1913. Na comarca de Caldas da Rainha, um magistrado seria acusado abertamente na imprensa por várias situações duvidosas: registar em nome da mulher com quem vivia um filho natural, com três anos

⁶³⁸ Processo disciplinar M4;N12 (1913) [Cópia/Ofício Delegação da Procuradoria da República na comarca de Avis].

de idade, dar bailes numa taberna onde «vive amancebado», organizar passeios ao Bom Sucesso, «pitoresco sítio dos arredores das Caldas, e lá, influenciado pelos vapores alcoólicos e os seus degenerados nervos, canta, baila, e vem pelo caminho, pelo braço de matronas, e seguido do seu séquito, entoando modinhas espanholas, e fazendo esgares.»⁶³⁹ Não se dará qualquer andamento à queixa. Um outro caso seria levado mesmo ao Senado, onde J.F. defenderia uma sindicância urgência aos actos da vida privada do juiz da comarca de Anciães. Na queixa apresentada ao Conselho Superior da Magistratura Judicial, o participante alegava actos imorais do juiz que mereceriam intervenção pronta.

*«É certo ter-se espalhado na comarca o boato de que este magistrado fora surpreendido num pinhal próximo desta vila, praticando actos de pederastia activa em um rapaz de cerca de vinte anos de idade, filho de um relojoeiro aqui estabelecido, derivou de esse boato de uma mulher de nome M.F., mulher, digo casada com um merceiro, a qual segundo consta, foi a única testemunha do facto. Afirma ela que, estando num quinteiro de sua casa vira à distância passar para aquele pinhal um rapaz, que ela supôs ser um filho seu, seguindo-o por ter receio de que ele fosse para ali com algum companheiro (...) O filho do dito relojoeiro, levando a camisa de fora das calças e estas suspensas das mãos; que junto dele, de pé, e encostado a um pinheiro, estava outro indivíduo bem trajado que verificou ser o juiz da comarca.»*⁶⁴⁰

O delegado do Procurador da República manteria que não existiam provas do facto, acrescentado que a testemunha era «tida e havida como velhaca». E, de facto, o Conselho iria dar todos os factos como não provados. Mas o que importa aqui salientar é que o caso seria suficientemente importante para ser levado ao Senado e, por outro lado, o suposto reconhecimento imediato do juiz da comarca pela testemunha, o que mostra ser este uma figura pública e conhecida.

Na comarca de Covilhã, um outro magistrado seria acusado de falta compostura e autoridade moral. Como é frequente nas participações onde o decore é envolvido, a acusação é múltipla: o juiz não presidia à abertura das audiências e às inquirições, agravava propositadamente as custas das causas, não fazia o serviço às Terças e Sextas, ter-se-ia envolvido em «cenas de pugilato» com um advogado da comarca. O advogado que participa do juiz faz ainda alusão depreciativa aos actos da sua vida privada.

⁶³⁹ Processo disciplinar, M4,N11 (1913) [queixa].

⁶⁴⁰ Processo disciplinar M9, N36 (1913) [queixa].

«É destituído de autoridade moral pelos seus actos tanto no tribunal como fora dele, pois além faz seu coté havendo até a cena de ali haver sido fechado com mulheres que ali recebe, enquanto que pelas ruas persegue sem recato as mulheres fáceis.

*Além disso, com escândalo público e em casas separadas mantém mulheres ou amantes enquanto no tribunal dirige expressões fáceis às mulheres que interroga.»*⁶⁴¹

Em Melgaço, um juiz era acusado por um professor da comarca de levar o cão para as audiências e viver com o escrivão⁶⁴². Em Moimenta da Beira, um outro magistrado era acusado de hospedar-se em casa de um juiz de paz e também de um oficial de justiça⁶⁴³. O alojamento em casas de funcionários da justiça era olhado como um perigoso indício de parcialidade.

No ano seguinte, em 1914, o juiz do primeiro juízo de investigação criminal de Lisboa seria acusado pelo próprio ministro da Justiça. Lê-se na queixa que o magistrado teria dado «escândalo público» por viver amancebado com uma ex-criada de um antigo delegado. Teria trazido a sua amante mais tarde para Lisboa, estabelecendo-a com «mercearia e casa venda de vinho.»⁶⁴⁴ A vida privada juiz seria ainda motivo para averiguações da própria polícia.

*«Cumpre-me participar a V. Exa que tendo procedido a investigação acerca dos factos a que se refere o ofício nº322 do Conselho Superior da Magistratura Judicial, averigui pelas testemunhas, M.C., moradora na ***, e por M., moradora na ***, e ainda pelo carteiro nº169, de nome V., que de facto o juiz, Doutor *** possuiu uma mercearia na *** à testa da qual tinha a sua amante de nome C. e que actualmente é sua mulher por ter casado com ela.»*⁶⁴⁵

O processo disciplinar, no entanto, acabaria fora da alçada do Conselho, pelos factos ocorrerem há mais de um ano do momento da participação. Mas a vida amorosa dos magistrados será, como iremos ver, motivo suficiente para as mais variadas queixas por

⁶⁴¹ Processo disciplinar M10, N15 (1913) [queixa].

⁶⁴² Processo disciplinar M10, N12 (1913) [queixa].

⁶⁴³ Processo disciplinar M7;N3 (1913) [queixa].

⁶⁴⁴ Processo disciplinar M1, N9 (1914) [queixa].

⁶⁴⁵ IDEM, [ofício/polícia].

falta de decoro. Ainda nesse ano, mais um juiz era alvo de longa sindicância, por, além de outras irregularidades, manter em sua casa uma costureira que era paga pela Tutoria e que se dizia ser sua amante. A participação, mais uma vez, era do próprio ministro da Justiça. O caso seria mandado arquivar.

Recebendo autuação na secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial em 1915, mas contendo uma queixa ainda do ano anterior, era levantado um processo disciplinar ao juiz da comarca de Faro. O juiz de paz da comarca participara do magistrado por este revogar todas as suas decisões e estar sob o domínio de uma sua amante.

*«Essa amante que foi de vida fácil e ainda hoje faz o que pode no mesmo género contrata sentenças com um desaforo extraordinário estando a justiça nas suas mãos sujeita a interesses e caprichos. Quem como A. ou R. quiser uma sentença favorável das mãos desse juiz não tem que preocupar-se com provas, basta negociá-la com essa amante, que para garantir a sua intervenção exige o depósito de certas quantias, que depois levanta, e às vezes avultadas.»*⁶⁴⁶

Para se perceber como estas questões da vida privada dos magistrados se tornavam rapidamente numa questão disciplinar, basta dizer que uma participação como esta daria lugar imediatamente a uma sindicância aos actos do juiz, ouvindo-se quarenta e duas testemunhas. Os factos mais pessoais eram descritos, comentados, testemunhados e sindicados. No relatório final, o inspector concluiria amargamente ser tudo verdade no que toca aos actos privados do juiz, sendo que este tinha preservado os seus deveres profissionais.

*«[O sindicado], no que concerne aos seus costumes, não soube ser cauto, já que não podia ser casto. É lamentável que tal se tenha dado. Mas não é só, nem mesmo principalmente a conduta pessoal do homem, que define e fixa o carácter do magistrado. E no caso do sindicado, se houve fraquezas, faltas de ordem sentimental, não tiveram qualquer repercussão, ainda que mínima na sua integridade mental e moral.»*⁶⁴⁷

⁶⁴⁶ Processo disciplinar M3, N2 (1915) [queixa].

⁶⁴⁷ Processo disciplinar, M3,N2 (1915) [relatório/inspector].

Em Tomar, nesse ano, mais um magistrado se veria envolvido em acusações de ordem múltipla. De entre as várias queixas de motivo profissional, acrescentava-se ter este magistrado sido obrigado a ausentar-se do hotel onde primeiramente se tinha instalado «por não o poderem suportar»⁶⁴⁸.

O ano de 1916 não conheceria qualquer participação disciplinar por faltas de decore, mas já em 1917 seria de novo o magistrado atrás referido por transgressão de homossexualidade a ser alvo de acusações. Desta vez na comarca do Cartaxo, novos factos ocorreriam. A participação é efectuada por J.P. que, na sua qualidade de deputado, se queixa ao Director Geral da Justiça, sendo o processo encaminhado para o Conselho Superior da Magistratura Judicial.

«É o caso que o referido juiz é um invertido que com escândalo público foi apanhado em flagrante tentativa de conquista de um rapagão da vila, num arraial realizado na vila, de 10 do corrente, numa das praças do Cartaxo. Muitas pessoas – até senhoras – presenciaram o facto e isto causou um tal escândalo que a permanência de semelhante magistrado na comarca se tornou absolutamente impossível.

*Acresce a circunstância de que ainda esta semana se realizaram audiências gerais no Cartaxo e que ninguém aceita que elas sejam presididas por criatura que perdeu toda a autoridade moral para ocupar semelhante lugar.»*⁶⁴⁹

Mais importante, aqui, do que a própria transgressão é o facto de o assunto fazer intervir um deputado, um canal de comunicação até à Direcção Geral da Justiça, e o processo ganhar contornos suficientes para uma inquirição de dezanove testemunhas. Tal como se observa em muitos outros casos, a dimensão dos factos logo atinge toda a comarca. Facto curioso, nenhuma das senhoras presentes testemunha. O processo seria arquivado por falta de provas. No ano seguinte, um outro juiz seria alvo de um processo de sindicância, por, entre outras alegadas irregularidades (cinquenta e quatro itens de acusação, ao todo), «perder-se por comer em casa dos outros», chegando a casa por vezes ébrio e sem compostura, «de chapéu na nuca», beber licor em casa do médico e roubar castanhas nas festas da localidade, convidando outros a fazê-lo⁶⁵⁰. Em 1919,

⁶⁴⁸ Processo disciplinar, M7,N6 (1915) [queixa].

⁶⁴⁹ Processo disciplinar M7, N14 (1917) [queixa.]

⁶⁵⁰ Processo disciplinar M7, N5 (1918) [queixa].

mais um juiz era acusado de falta de compostura, «dizendo mal de toda a gente e fazendo-o nos próprios estabelecimentos que frequentava»⁶⁵¹.

Em 1921, um outro processo é aberto, estando em causa a conduta do juiz de direito da comarca de Chaves. Os factos são considerados «da mais alta gravidade», pelo representante do Ministério Público junto do Conselho Superior da Magistratura Judicial e é ordenada sindicância. O inspector encarregado é de opinião que se deveria punir o magistrado.

«Este juiz serviu longamente nos Açores: creio que nas comarcas da Horta e Angra do Heroísmo. Dali trouxe a fama de se embriagar, e de tal modo se arreigou no espírito do povo essa convicção que não é olhado geralmente com aquele respeito e com aquele acatamento dispensados ordinariamente aos magistrados judiciais das províncias.

É, de ordinário, irritável, duríssimo nas penas e, em geral, não sai de casa depois de jantar, sendo este último facto um dos argumentos que se afirma que ele, depois de jantar fica inutilizado para o serviço. Porquê?..

*Porque algumas pessoas que o têm procurado, de tarde, em casa, asseveram que ele tem o bafo da aguardente; e porque das poucas vezes que tem saído depois do jantar, sempre se tem mostrado, pela sua irritabilidade, de um modo estranho e anormal...»*⁶⁵²

O magistrado seria aposentado, durante o correr do processo, não havendo por isso penalização por parte do Conselho. Regista-se, uma vez mais, o cuidadoso exame dos hábitos do juiz, que «não sai de casa depois de jantar», a referência ao respeito que na província se dispensa aos magistrados, a importância da opinião geral que é sobre ele formulada – a «fama».

No ano de 1922, mais um processo seria instaurado a um magistrado por conduta considerada imprópria. O participante é o subdelegado do julgado municipal de Lagôa, comunicando sobre o juiz do respectivo julgado várias infracções: beber desregradamente, aceitar presentes de interessados nos processos, ser considerado um «desequilibrado», viver há mais de dez anos «escandalosamente amancebado»⁶⁵³. Esta

⁶⁵¹ Processo disciplinar M8, N6 (1919) [queixa].

⁶⁵² Processo disciplinar M12, N32 (1921) [relatório/inspector].

⁶⁵³ Processo disciplinar, M27, N22 (1922) [queixa].

última acusação será confirmada pelo próprio magistrado, na sua defesa, alegando que, contudo, e apesar de viver com uma mulher, não fazia disso ostentação. O processo será arquivado, visto o juiz ter sido já exonerado do cargo no momento da decisão do Conselho Superior Judiciário.

No ano seguinte encontramos, de novo, uma participação vinda de um Governo Civil. Desta vez, no Funchal. O governador civil acusava o magistrado de ter tomado, por ocasião de uns tumultos ali havidos, uma acção repreensível, estando de pistola na mão⁶⁵⁴. O caso diria respeito ao chefe da repartição de finanças local, que acabaria espancado. O magistrado negaria todas as implicações no motim, argumentando que, inclusive, teria socorrido algumas das pessoas nele envolvidas. O Conselho faria o reparo que os magistrados deveriam estar, nas suas condutas, acima de quaisquer suspeitas, arquivando depois o processo.

Como tivemos oportunidade de registar em caso anterior, a falta de decoro dos magistrados dava oportunidade a que certos acontecimentos fossem levados às mais altas instâncias. Em 1924, um deputado levaria ao parlamento os incidentes supostamente ocorridos na comarca de Ponte de Lima. O juiz de direito da comarca era suspeito de «passar as noites jogando em casas de tavolagem, acamaradar com pessoas de baixa categoria moral»⁶⁵⁵. Será aberta uma inquirição de testemunhas, treze ao todo, para averiguar os factos. O inspector concluiria ser falsa a acusação, não havendo motivo para procedimento disciplinar, mas o magistrado teria de passar por toda a série de privações que envolviam estes casos: um conjunto de testemunhas comentando a esfera da sua vida privada, a ausência da comarca durante o tempo de duração da sindicância, o seu nome nos jornais da localidade, onde, conforme a lei, era feito o convite à população, por parte do inspector sindicante, para que esta prestasse declarações sobre a conduta do magistrado. A suspeita do jogo e da frequência com pessoas de «baixa categoria moral», seria suficiente para que se ordenassem medidas deste tipo. Aliada à acusação de atitudes políticas, acessibilidade a pedidos e oferendas e de ausência da comarca sem licença, o juiz de direito de Mesão Frio seria, ainda nesse ano, participado por jogar na «batota nacional»⁶⁵⁶.

⁶⁵⁴ Processo disciplinar, M30, N8 (1923) [queixa].

⁶⁵⁵ Processo disciplinar M32, N21 (1924) [queixa].

⁶⁵⁶ Processo disciplinar, M36, N16 (1924) [queixa].

Em 1925, um advogado de Coruche reporta do juiz de direito da mesma comarca. Este teria estado com uma sua amante envolvido num processo crime. A somar a isto, juntava-se a própria falta de aprumo do magistrado, que «nem sequer tem uma beca sua e usa uma emprestada.»⁶⁵⁷ O Conselho Superior Judiciário dará por provadas as acusações, aplicando ao juiz a pena de suspensão por trinta dias e classificando-o como «mediocre». No mesmo ano, a Câmara Municipal de Montalegre acusaria o juiz dessa comarca, como vimos atrás, de, além de ser monárquico e católico praticante, dar escândalo público com mulheres.

Nem todas as acusações relativas ao decoro relevam de factos de tidos por de grande gravidade. Assim, em 1926, o magistrado da comarca de Baião era participado por exigir de um cocheiro, sob pena de prisão, que lhe arranjasse uma carruagem para levar os filhos a determinado sítio⁶⁵⁸. O processo seria arquivado depois da defesa do magistrado, não sendo aberto qualquer inquérito, sequer. Um juiz do Supremo Tribunal de Justiça, nesse ano, seria acusado de ser «desalinhado mental» e dar motivo a que a imprensa o chamasse de «doido» e «vingativo»⁶⁵⁹.

O estudo dos processos disciplinares para o período de 1911-1926 mostra-nos, portanto, que a esfera particular e pública/profissional dos magistrados estava longe de caminhar em separado. Os vinte e três processos instaurados a magistrados, o que dá uma média superior a um em cada ano, representam um total de 8% na repartição das queixas apresentadas ao Conselho Superior da Magistratura Judicial/CSJ durante o período. A existência de amantes, o jogo, a falta de compostura são os casos mais frequentes. Mas o que eles revelam de importante, muito além do próprio carácter das transgressões em si mesmas, é o facto de elas constituírem um espaço que é da alçada dos procedimentos disciplinares. Não raro, estes processos acarretam a inquirição de pessoas para que prestem declarações sobre a vida privada dos magistrados, os inspectores encarregados dirigem-se aos locais, averiguam dos seus hábitos, os próprios juízes obrigam-se a prestar por escrito a sua defesa, tendo que negar, revelar, contradizer o que sobre os seus costumes é dito. De notar, ainda, que é fora das grandes cidades que os escândalos públicos ligados ao decoro são reportados. Porto e Lisboa, por exemplo, que conhecem o maior número de casos de infracção disciplinar no

⁶⁵⁷ Processo disciplinar, M40, N37 (1925) [queixa].

⁶⁵⁸ Processo disciplinar M41, N45 (1926) [queixa].

⁶⁵⁹ Processo disciplinar M38, N16 (1926) [queixa].

cômputo geral, raramente são os lugares onde despertam as queixas relativas ao decoro. É, tal como nos processos disciplinares ligados a atitudes políticas, no ambiente da vilas e dos meios mais pequenos, onde a figura do juiz de direito é alvo de todas as atenções, que a grande maioria dos casos ocorrem.

O período seguinte, até ao final do conflito mundial, revela um número de processos anuais mais baixo; existem dezasseis processos disciplinares para um conjunto de dezanove anos, pouco faltando para que a média seja a de um ao ano. Mas o peso relativo dentro do conjunto das queixas diminui significativamente, passando de 8% para os 4%; ou seja, metade.

Certos casos, ainda, derivavam de notórios ódios pessoais. Assim, um escrivão do Cartaxo acusa o juiz de direito da respectiva comarca de o perseguir pessoalmente. A isto, acrescentava que o magistrado era viciado em jogos de azar⁶⁶⁰ – como referimos atrás, é o normal das participações por falta de decoro o serem partilhadas com outro tipo de acusações. Também em 1927, por exemplo, o juiz de direito da Ilha do Pico era acusado por atitudes políticas, irregularidades na distribuição de emolumentos e andar «sem compostura inerente ao seu cargo, levando chapéu na cabeça e uma caçadeira»⁶⁶¹.

Da sindicância a que o juiz da comarca de Vila Nova de Foz Côa seria alvo, em 1927, reportaria um sapateiro de profissão dar o magistrado lugar a escândalo perante toda a vila.

*«Por ver, sabe que no Carnaval do ano passado que o juiz *** percorreu as ruas desta vila, a cavalo num carro de bois, farruscado, folgando o Carnaval, com a criada adiante dos bois, com o agulhão ao ombro, facto este que causou escândalo nessa vila por não estar acostumada a ter juízes assim.»*⁶⁶²

Como atrás vimos, as sindicâncias não só chamavam a si as testemunhas dadas pelos intervenientes, como também qualquer pessoa que tivesse razão ou opinião a formular sobre o magistrado arguido, sendo para isso publicados anúncios nos jornais locais (v. Imagem 1).

⁶⁶⁰ Processo disciplinar M81, N8 (1927) [queixa].

⁶⁶¹ Processo disciplinar M42, N25 (1927) [queixa].

⁶⁶² Processo disciplinar M48, N6 (1927) [autos de inquérito de testemunhas].

E, se alguns processos eram rapidamente resolvidos sem o destacamento de diligências oficiais, outros degeneravam em autênticos desabamentos públicos e extremar de posições. Em 1928, em Braga, e mais uma vez por intermédio do Governador Civil, um magistrado será participado por graves infracções ao decoro. A queixa será secundada pelos advogados, em peso, da cidade, ganhando o caso contornos de verdadeiro conflito público. Ao juiz eram imputados factos graves: mau trato aos advogados, sentenças constantemente anuladas pela Relação, exigências fiscais que entorpeciam os processos, marcar de inquirições de testemunhas para sua residência, não fazer das audiências à hora prescrita, entre muitos outros. Mas a queixa será envolvida rapidamente em factos da esfera privada do magistrado. Assim, o magistrado seria acusado de viver amancebado e de manter relações com personagens duvidosas.

«Temos agora de entrar num campo tão grave, que só a necessidade nos obriga a abordá-lo começando por pedir desculpa ao Venerando Conselho.

*Há nesta cidade, no Rocio da Sé, uma casa de toleradas, cuja patroa se chama M.J. Pois é esta mulher o melhor empenho para o Snr. juiz arguido, porquanto ela espalha urbi et orbi que foi ele quem a desflorou aos catorze anos. Certo é que ela, a patroa das toleradas, entra no tribunal com todo o desembaraço e usa falar muito com o Snr. juiz ***. Não há muito tempo que, estando ele na sua cadeira, da sala de audiências, ela foi falar com ele, onde se conservou bastante tempo, e tal escândalo causou que foram avisar o Snr. delegado, que estava no seu gabinete, e que, custando-lhe acreditar, foi verificar os factos com os seus olhos (...)*

O mesmo Snr. juiz, sendo casado e com filhos já homens, está amancebado com a criada de nome L., a quem nas comarcas onde tem passado chamam a «juíza», e que, como é natural, tem muitos ciumes daquela rival M.J. Há tempo, estando a M.J. no escritório e casa do Snr. juiz, onde também estava o escrivão B., veio a L. trazer leite ao Snr. juiz, e vendo lá a rival, desatou às bofetadas a ela, engalfinhando-se uma na outra, e, como o Snr. juiz interviesse para as desapartar, também apanhou de ambas.

Este facto tornou-se público por ser contado por um tal de G que é empregado do juízo criminal, que agora em vista das pressões que lhe têm feito, se nega.»⁶⁶³

Os jornais de Braga dariam ampla cobertura aos acontecimentos e os advogados da comarca, em conjunto, deixariam de prestar serviço no tribunal. O processo do

⁶⁶³ Processo disciplinar M61, N1 (1928) [autos de inquérito de testemunhas].

magistrado daria lugar a onze volumes, entre documentos, jornais, autos de inquirição de testemunhas (em número de oitenta e três, ao todo). O magistrado faria a sua defesa perante o Conselho, acabando mesmo por imprimi-la, numa tipografia de Guimarães, negando, tentando esclarecer, rebatendo os artigos da acusação. O inspector seria da opinião que o magistrado não faltou aos seus deveres profissionais, havendo que destringir quanto aos outros: que a criada do juiz, efectivamente, frequentava os julgamentos e a prisão, nada tendo a ver, no entanto, com o magistrado; que só podia testemunhar a favor da boa educação do juiz; enfim, que se recusara a ouvir M.J. por entender que esta «não tinha categoria moral para ser ouvida e muito menos acreditada.»⁶⁶⁴ O magistrado acabaria por receber a pena de censura por escrito, já em 1930.

O que nos mostra este caso, mais uma vez esquecendo a eventual transgressão em si mesma, são os efeitos que rapidamente o envolveriam – uma sindicância, uma postura em bloco dos advogados da comarca, o papel da imprensa cobrindo e explorando os incidentes, a defesa do magistrado que acabaria impressa, as inquirições de testemunhas em número volumoso, comentando, afirmando ou negando os hábitos da esfera privada do magistrado; em resumo, a vida particular do magistrado era colocada sob o prisma vigilante do espaço público, sendo objecto dos mais variados enfoques: da imprensa e opinião da comarca, até aos foros disciplinares e alçada do Conselho Superior Judiciário.

Os processos poderiam ainda resultar de queixas conjuntas. Em 1928, um grupo de cidadãos de Castelo de Paiva assina uma participação contra juiz de direito da comarca por este viver amancebado e ser amigo de um rico brasileiro com o qual trocava favores menos lícitos⁶⁶⁵.

No ano seguinte, encontramos uma queixa que, de novo, recorre a canal que já vimos ser típico. Sendo a queixa feita pela Câmara Municipal de Montalegre contra o aí juiz de direito, é no entanto através do Governo Civil que a participação segue curso. Assim, o Governador Civil de Vila Real escreve em carta ao Ministério da Justiça:

⁶⁶⁴ IDEM [relatório/inspector].

⁶⁶⁵ Processo disciplinar, M73, N4 (1928) [queixa].

«Tenho a honra de passar às mãos de V.Exa a adjunta reclamação da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Montalegre, contra o juiz de direito da comarca.

Os factos nessa reclamação apontados parecem-me demandando providências que lhes ponham cobro, para prestígio do Poder Judicial e da Ditadura Militar.»⁶⁶⁶

As acusações seriam variadas. O magistrado era arguido por ter um feitio provocador e conflituoso, por ter transformado as audiências «em teatros», por transcrever coisas que as testemunhas não diziam, por dormir no tribunal apesar da sua casa estar já pronta e apenas sem mobiliário e, por fim, por ser acessível aos pedidos «de uma tal G., taberneira»⁶⁶⁷. Ao processo seria junta uma outra petição, desta vez em favor do magistrado, contra aquilo que dizia ser uma «campanha contra o juiz», tendo este o aplauso dos signatários «e de toda a gente na comarca que não quer que o tribunal seja uma agência de negócios lucrativos.»⁶⁶⁸ O magistrado defender-se-ia alegando que a queixa era uma pura invenção.

As participações por falta de decoro dos magistrados indicam um pormenor assinalável; de modo igual aos processos relativos a atitudes políticas, as queixas oriundas de particulares não são maioritárias, sendo que são estes quem mais participações fazem no conjunto global. Assim, encontramos seis participações de particulares, para todo o período, sendo trinta e duas aquelas que têm origem em instâncias mais ou menos oficiais. Como podemos observar pelo quadro VI:

Quadro VI – Participações por decoro

Processos disciplinares 1911-1945

<i>Participante</i>	<i>nº</i>
Ministro	3

⁶⁶⁶ Processo disciplinar, M66, N1 (1929) [Carta Governo Civil de Vila Real, 18 de Abril de 1929].

⁶⁶⁷ IDEM, [queixa].

⁶⁶⁸ IDEM, [carta].

Delegado do Ministério Público	3
Deputado	2
Juiz sindicante	1
Subdelegado	1
Governador Civil	3
Imprensa	4
Advogado	4
Próprio	1
Comissão jurisdicional dos bens culturais	1
Particular	6
Senador	1
Administrador de Concelho	1
Juiz de paz	1
Câmara Municipal	1
Juiz	1
Escrivão	1
Não identificado	4
Total	39

Fonte: Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial

Como se pode verificar pelo quadro apresentado, os governadores civis em conjunto com as participações ministeriais, por exemplo, ultrapassam os próprios particulares na apresentação de queixas por falta de decoro dos magistrados. De notar, ainda, os advogados e a imprensa, dando origem, somados, a oito processos disciplinares. A distribuição dos participantes mostra, assim, que grande parte dos processos veiculam instâncias oficiais, sendo o seu peso social por isso agravado.

É o caso do processo levantado contra um juiz do Supremo Tribunal de Justiça, de 1930, em que o participante da queixa é o próprio ministro da Justiça. Esfera privada e pública, mais uma vez, entram em colisão. No ofício que o gabinete do ministro envia ao Conselho Superior Judiciário, dirigiam-se ao magistrado acusações tidas por graves para o «brio da própria classe a que o arguido pertence. Assim, entre outros, o facto daquele magistrado frequentar os clubs da capital, dançando, com manifesto [ilegível] público, com mulheres de duvidoso porte (...)»⁶⁶⁹ O Conselho iria informar, de seguida, o próprio juiz do gravidade do caso:

*«Este Conselho vê assim firmados oficialmente, pela autoridade de um membro do governo, rumores que já há tempos ocorriam quer sobre os factos especialmente apontados por Sua Exa, quer sobre outros, igualmente censuráveis e desprestigiante, por V.Exa praticados, no lamentável esquecimento de que num magistrado, e mormente sendo do mais alto tribunal do país, os actos da vida pública e particular são inseparáveis, pois de uns e outros depende a manutenção do decoro do cargo e a autoridade moral da função.»*⁶⁷⁰

Era a afirmação oficial de que as esferas privada e profissional eram «inseparáveis», de ambas dependendo a «autoridade moral da função». Mas o escrutínio seria levado aos hábitos do magistrado, fazendo-se na arguição acusações sobre a frequência dos clubs «onde se faz vida nocturna de prazer», a conversa em plena rua do Ouro com mulheres de «má nota», tornando-se o juiz assim «alvo dos reparos dos habituais frequentadores da chamada Baixa de Lisboa.»⁶⁷¹ O magistrado responderia às acusações na sua defesa.

⁶⁶⁹ Processo disciplinar, M64, N24 (1930) [queixa].

⁶⁷⁰ IDEM [ofício/CSJ].

⁶⁷¹ IDEM [Arguições do CSJ].

«O tribunal para mim é um templo. Eu, como o sacerdote, recebo ali toda a gente, à face de todo o mundo, de pé, para maior rapidez de exposição, hirto, severo, sem sorrisos, trajando, por vezes, a minha própria beca (...)

Chegado ali, envergando a minha beca, só de serviço trato, nem uma conversa estranha, nem uma anedota, pornográfica ou não, nem uma obscenidade lá, como cá fora, tal é a minha sensibilidade moral em assuntos que, pelo que ousam insinuar, deveriam constituir o objecto essencial das minhas conversas (...)

Hão de convencer-se de que sou mais virtuoso e duma sensibilidade moral superior à duma grande maioria de magistrados. Não bebo, não fumo, ... não jogo. Sou homem? Quais aí os que os não são ou têm sido, segundo os estímulos da própria natureza? Invertido, pedrasta, [ilegível] ... nunca. Talvez o delator ou delatores me odeiem por se encontrarem neste campo. Sou homem, sim, gentleman, galantuomo, gentilhomem, homem de sociedade, como queiram dizer, e não saloio, vacão ou parolo. Adoro as artes, a música, a dança, o convívio com quem as cultive, e assim passo, como descanso para o meu espírito, algumas horas com as pessoas das minhas relações, que não são, falando de mulheres, cocotes, mundanas, com quem me apresente por aí, de braço dado, como doutros tenho feito registo e ouvido falar.»⁶⁷²

O magistrado defender-se-ia ainda negando ter estado nos «dancings», nos clubs de dança, tendo dançado no baile da Câmara Municipal, mas com «senhoras», e «isto depois de ver que estavam dançando o Ministro da Alemanha e capitães de terra e mar.»⁶⁷³ De salientar, ainda, como é vista pelo magistrado a atitude correcta de se apresentar: «de pé», «hirto», «severo» e «sem sorrisos». O Conselho Superior Judiciário, após, uma primeira intervenção de força contra o magistrado, acabaria por mandar arquivar o processo no ano seguinte.

Como acontece noutros processos, estes podiam ser desencadeados pelo próprio magistrado acusado, pedindo este um inquérito «aos seus actos». Nesse ano de 1930, por exemplo, um juiz desembargador da Relação de Lisboa, vendo recusada a sua transferência para o Porto devido a ter deixado aí, segundo o Conselho Superior Judiciário, a «tradição de ganancioso»⁶⁷⁴, pede inquérito aos seus actos. O Conselho manterá a sua posição, no entanto.

⁶⁷² IDEM [defesa].

⁶⁷³ IDEM [defesa].

⁶⁷⁴ Processo disciplinar, M62, N21 (1930) [ofício/CSJ].

Os anos de 1931 a 1933 não registam qualquer participação por falta de decoro dos magistrados. Como vimos atrás, são, no entanto, anos de forte movimento das queixas na sua globalidade, não havendo contudo qualquer ligação com este tipo de processos.

Em 1934, será a vez do delegado do Procurador da República na 2ª vara da comarca do Funchal a participar do juiz daquela mesma vara. O magistrado era acusado de dormir nas audiências e de ter ordenado vários ofícios à Câmara Municipal da cidade, que teriam tido como resultado a quebra do prestígio profissional⁶⁷⁵. A questão, segundo o juiz, ficar-se-ia apenas a dever ao ódio pessoal que o delegado da comarca lhe votava e o Conselho arquivaria o processo sem recorrer a qualquer diligência de averiguação.

Mais grave seria o processo disciplinar movido ao juiz de direito da comarca de Vila Nova de Famalicão, nesse mesmo ano. Participado pela Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais e por um particular, o magistrado seria alvo de variadas acusações: cedência de favores, parcialidade, pedir dinheiro emprestado e ter feito do seu gabinete no tribunal «uma casa de prostituição»⁶⁷⁶, aí atendendo rés e testemunhas com fins menos lícitos. O processo daria lugar à inquirição de testemunhas, sendo ouvido um extenso rol de quarenta e quatro pessoas. Entre elas, figuravam, como era habitual nestes casos, as mais diversas categorias sociais: o delegado, o chefe de secção da secretaria judicial, o farmacêutico, advogados, o médico, um delegado de saúde, proprietários, um tamanqueiro, comerciantes, negociantes, um motorista, um operário, um aspirante de finanças, um alfaiate, solicitadores, um industrial, entre outros. Finda a inquirição de testemunhas, o juiz inspector faria um questionário – algo de habitual nas inspecções judiciais mas raro nos processos disciplinares -, com quarenta e dois artigos de acusação a que o magistrado arguido deveria responder por escrito. O juiz responderia, artigo a artigo, quer invocando leis quer rebatendo aquilo que consideraria de calúnias. Em sua defesa, é de notar, alega a sua posição aquando da demissão de magistrados por ocasião da Monarquia do Norte, em 1919.

«Sou aquele magistrado que em 1919, não me lembro em que mês, na sala das audiências do tribunal da Relação de Lisboa, numa grande reunião de magistrados, sob a presidência do saudoso doutor Norton de Matos, para tratar de interesses para a nossa classe, era eu então delegado da 5ª vara cível e do 2º distrito criminal de Lisboa, no meio de um grande silêncio pedia a palavra para que se nomeasse

⁶⁷⁵ Processo disciplinar, M92, N24 (1934) [queixa].

⁶⁷⁶ Processo disciplinar, M90, N6 (1934) [queixa].

*uma comissão para ir no dia seguinte solicitar de Sua Excelência o Ministro da Justiça de então, a reintegração dos magistrados que haviam sido demitidos, em virtude dos acontecimentos políticos da Monarquia do Norte, e note-se que esses magistrados eram monárquicos e eu era republicano.»*⁶⁷⁷

Em 1934, deve fazer-se notar, estando em marcha a institucionalização e arranque do Estado Novo, esta invocação não deixaria de ter segundas intenções, mostrando – ou tentando mostrar - da parte do magistrado o seu espírito de conciliação política sobre figuras «reaccionárias». O Conselho, contudo, daria por provada a sua má conduta moral, dando lugar à aplicação da pena máxima, a de aposentação disciplinar.

*«Porque a autoridade da Justiça é sobretudo moral, um juiz deve ser um modelo de virtudes, quer na sua vida pública, quer na sua vida particular.»*⁶⁷⁸

No ano seguinte, será a vez do juiz municipal da Ilha do Corvo, junto a acusações políticas de manifesto desafecto ao regime, ser participado por ter convertido abusivamente o edifício das Câmara Municipal em sua casa de habitação. O problema das casas para magistrados era uma questão comum, que aliás tivemos oportunidade de encontrar mais atrás. Em 1936, seria reportado pela imprensa um outro magistrado, igualmente de um julgado municipal, por várias irregularidades e abusos relativos a faltas de compostura, havendo um notório conflito entre o director do jornal que participava da queixa e o magistrado, relativo a processos pendentes no juízo⁶⁷⁹. Este seria o último processo disciplinar aberto nos anos trinta por motivos de decore – 1937, 1938 e 1939 não registam neste âmbito qualquer participação junto do Conselho Superior Judiciário.

Até 1945 levantar-se-iam mais quatro processos. O primeiro, referente ao ano de 1940, dizia respeito ao juiz de direito da comarca de Mértola. O delegado do Ministério Público que aí servia acusava-o de falta de disciplina no tribunal, de ultrapassar os prazos legais e de falta de compostura: «O Mm juiz, que quase sempre se apresenta no tribunal de barba crescida (facto este que toda a gente repara) raras vezes começa o

⁶⁷⁷ IDEM, [defesa].

⁶⁷⁸ IDEM, [acórdão/CSJ].

⁶⁷⁹ Processo disciplinar, M98, N32 (1936).

julgamento à hora marcada (...)»⁶⁸⁰ Por aqui se vê a que ponto poderia ir o escrutínio de um delegado mais atento. Mas este processo é igualmente revelador daquilo em que se tornavam, por vezes, os inquéritos levantados. Não havendo qualquer queixa sobre as posições políticas do magistrado, elas seriam ventiladas pelas testemunhas chamadas a depor. Assim, um proprietário da comarca afirmava quando interrogado em auto de declarações:

*«Assim, tendo respondido neste tribunal o legionário A.R., se bem lhe parece pelo crime de ofensas corporais por motivo duma discussão política com o operário A.G.M., operário da mina mencionada, e bem conhecido como afecto às doutrinas dissolventes da sociedade, não escondendo mesmo as suas paixões comunistas, tendo até sido preso por tal motivo, o senhor doutor juiz, depois de ter aplicado a pena ao legionário, fez-lhe uma exortação que foi mal recebida pelos assistentes legionários (...)»*⁶⁸¹

O processo encontra-se hoje incompleto, faltando o acórdão do Conselho Superior Judiciário. No ano seguinte encontraríamos, de novo, a acusação de um magistrado sob influência de «uma tal de A.D.»⁶⁸², culpada de desviar o magistrado da devida imparcialidade nos processos. Não haveria lugar para qualquer diligência neste caso, sendo sumariamente arquivado por falta de fundamentação na queixa. Mas os casos que envolviam as relações mais pessoais dos magistrados nem sempre mereciam este tratamento. É assim que, ainda na década de quarenta, o juiz de direito da comarca do Fundão seria acusado de viver amancebado. Mais uma vez, a disciplina do Conselho Superior Judiciário daria a este caso, como a outros que tivemos oportunidade de ver acima, uma atenção especial. São ordenadas diligências para averiguar o facto, levantando-se autos de inquirição de testemunhas. O delegado da comarca, chamado a depor, interviria deste modo:

*«Que também pelas férias do Natal do ano findo e, quando já se sabia que o doutor *** havia sido colocado como juiz nesta comarca, foi-lhe referido pelo doutor A.P., delegado do Procurador da República na comarca de Gouveia, que o mesmo doutor *** vivia amancebado. Em face de tudo o que fica relatado, o depoente logo que o doutor *** tomou posse do cargo de juiz desta comarca, passou a*

⁶⁸⁰ Processo disciplinar, M124, N2 (1940) [queixa].

⁶⁸¹ IDEM, [auto de declarações].

⁶⁸² Processo disciplinar, M130, N8 (1941) [queixa].

*adoptar, para com o mesmo, uma atitude reservada, evitando grandes intimidades. E, assim, não foi, como seria seu dever, cumprimentar a mulher que o mesmo doutor *** trazia na sua companhia e que aliás via da janela do seu escritório, quando ela se encontrava no quintal, visto que a casa onde habita é a mesma onde habita o juiz, embora tenham entradas independentes (...)*⁶⁸³

Após o inquérito de testemunhas o inspector remetia ao magistrado um questionário, a que este teria de responder por escrito. A primeira questão seria «V.Exa é casado com a senhora que vive na sua companhia?» e a segunda «No caso negativo, tem-na apresentado, no convívio social, como sua esposa?»⁶⁸⁴ O magistrado declararia não ser efectivamente casado, mas que casaria após o prazo para poder requerer a conversão em divórcio da sentença que decretara a separação de bens e pessoas entre ele e a sua anterior esposa. Afirmava, ainda, não ter apresentado a senhora com quem vivia, no «convívio social», como sua esposa. A resolução final do Conselho Superior Judiciário seria a de que o juiz vivia, de facto, amancebado, aplicando-lhe a pena de censura. No ano seguinte, um outro magistrado se veria arguido em processo disciplinar por tomar como suas criadas raparigas de «reputação duvidosa»⁶⁸⁵, sendo este caso arquivado sem qualquer diligência efectuada.

Os processos respeitantes ao decore dos magistrados mostram, assim, que existe uma preocupação em manter este tipo de transgressões dentro da alçada do Conselho. Como tivemos oportunidade de ver, estes casos não são remetidos para uma esfera privada e fechada dos juizes, mas, em seu lugar, eles tornam-se esfera pública e território para inspecção disciplinar. São accionados os mecanismos de sindicância e inquérito, com frequência, averiguam-se costumes, hábitos, interrogam-se pessoas, pedem-se explicações aos magistrados arguidos para que exponham a sua defesa. Esta fusão de espaços opera-se ainda com maior relevância no ambiente das comarcas e vilas fora de Lisboa e Porto, onde a figura do juiz, como pertencente à elite de poderes locais, cristaliza uma imagem pública notória e reúne na sua personagem quer a sua conduta pessoal e privada quer a própria imagem da justiça no seu sentido mais abstracto. À imagem dos processos por razões políticas, os processos relativos ao decore, não tendo um valor absoluto que permita falar de grandes tendências de transgressão (o seu peso relativo no conjunto dos processos não chega sequer aos 10%), revelam uma

⁶⁸³ Processo disciplinar, M152, N4 (1944) [autos de inquirição de testemunhas].

⁶⁸⁴ IDEM, [inquérito].

⁶⁸⁵ Processo disciplinar, M171, N5 (1945) [queixa].

informação simbólica e qualitativa profunda, sobretudo no que diz respeito à personagem social do magistrado, do seu recorte e perfil dentro da sociedade portuguesa da primeira metade do século.

5.5 O parente próximo do decoro – a «urbanidade»

Mais expressivos enquanto tendência, por outro lado, são os processos relativos à urbanidade dos magistrados, estando aqui em evidência não tanto o decoro ou a vida particular e privada dos juízes, mas antes a sua conduta para com as partes, os advogados e com o pequeno meio do tribunal. Encontram-se aqui, sobretudo, as pequenas ofensas, os ódios pessoais, os tratamentos mais ou menos violentos, que acabam por dar lugar a participações oficiais junto do Conselho Superior da Magistratura Judicial/CSJ. O seu peso é considerável: existem oitenta e um processos relativos à urbanidade dos magistrados, para o período de 1911 a 1945; ou seja, mais de dois juízes, todos os anos, se viram na contingência de ter de explicar por escrito, na sua defesa junto do Conselho, os motivos das suas acções e comportamentos. O peso relativo é superior, por exemplo, aos processos relativos ao decoro e às atitudes políticas, considerados juntamente, agregando uma percentagem de 11%. Esta percentagem praticamente não varia se fizermos um recorte entre 1911 a 1926 e 1927 a 1945 – 11% e 12%, respectivamente. Sendo os particulares os habituais participantes maioritários das queixas junto do Conselho, é de notar que, neste ponto, são preferencialmente os advogados quem apresenta motivos de queixa dos magistrados. Eles reúnem dezoito participações, enquanto os particulares apenas doze. Na sociologia deste tipo de queixa, são eles em conjunto os que detêm um maior papel, sendo que à excepção dos delegados do Ministério Público e a Guarda Nacional Republicana, todos os restantes participantes não somam mais do que cinco participações. Na verdade, são os advogados quem mais contracenam com os juízes na cena do tribunal, dando por isso origem e lugar a ofensas e comportamentos mais turbulentos. O caso da Guarda Nacional Republicana, no entanto, com nove participações, é sintomático da conflitualidade entre duas instâncias de poder, havendo alguns casos pontuais onde a ofensa desencadeia os veículos e instâncias superiores do corpo da Guarda junto do

Conselho. Da totalidade dos casos resulta maioritariamente o arquivamento do processo – quarenta e dois processos recebem este destino, ou seja, sensivelmente metade.

Em situação muito próxima encontram-se os processos que derivam da linguagem utilizada pelos magistrados nos seus despachos e sentenças. Alguns processos nascem de uma participação relativa à utilização de uma retórica menos própria ou considerada ofensiva. Registam dezasseis casos nesta situação, para todo o período. Número talvez um tanto residual, mas que deve somar-se aos casos já analisados da falta de urbanidade dos magistrados, tornando este campo ainda mais alargado. A terminar, os processos relativos ao manifesto abuso de poder. O número destes processos é muito similar aos casos anteriores, de catorze em todo o período, e resulta de participações maioritariamente de particulares, com sete casos, seguidos dos advogados apenas com duas participações. Mais uma vez, encontramos aqui processos a que não é dado um valor excessivo, raramente dando lugar a processos complexos, com sindicâncias e inquéritos.

5.6 Participantes e acusadores – um perfil

Todos os outros processos têm origem em situações diversificadas mas que não atingem, sequer, os dez casos, não sendo por isso aqui analisados. Envolvem estas participações de carácter muito diversificado: abandono de lugar (1 caso), acessibilidade a pedidos e ofertas (6 casos), agravamento propositado de custas (4 casos), alteração de despachos (2 casos), apreciação de actos do Conselho Superior Judiciário (2 casos), apropriação indevida de bens (4 casos), assiduidade nos serviços judiciais (7 casos), coacção de testemunhas (1 caso), conflito de autoridades (5 casos), conservar de documentos judiciais na residência (1 caso), dívidas (8 casos), falsificação de documentos (1 caso), falta a exame de sanidade (1 caso), falta de cultura jurídica (1 caso), falta de fundamentação em sentença (1 caso), falta de resposta a pedido administrativo (1 caso), fraude contra o Estado (3 casos), inconfidência de partes processuais (1 caso), indisciplina nos serviços judiciais (1 caso), infracção à lei eleitoral (6 casos), irregularidades na distribuição dos emolumentos (6 casos), irregularidades nas contas do tribunal (1 caso), não efectuar de diligências judiciais (1 caso), não ler de

sentença (1 caso), não publicação de sentença (1 caso), ocultação de documentos (1 caso), ocupação abusiva de lugar (1 caso), profissões proibidas (4 casos), pronúncia criminal (1 caso), tornar pública documentação oficial (1 caso) e transmissão indevida de jurisdição (1 caso).

O gráfico IV dá-nos a medida dos participantes das queixas apresentadas ao Conselho.

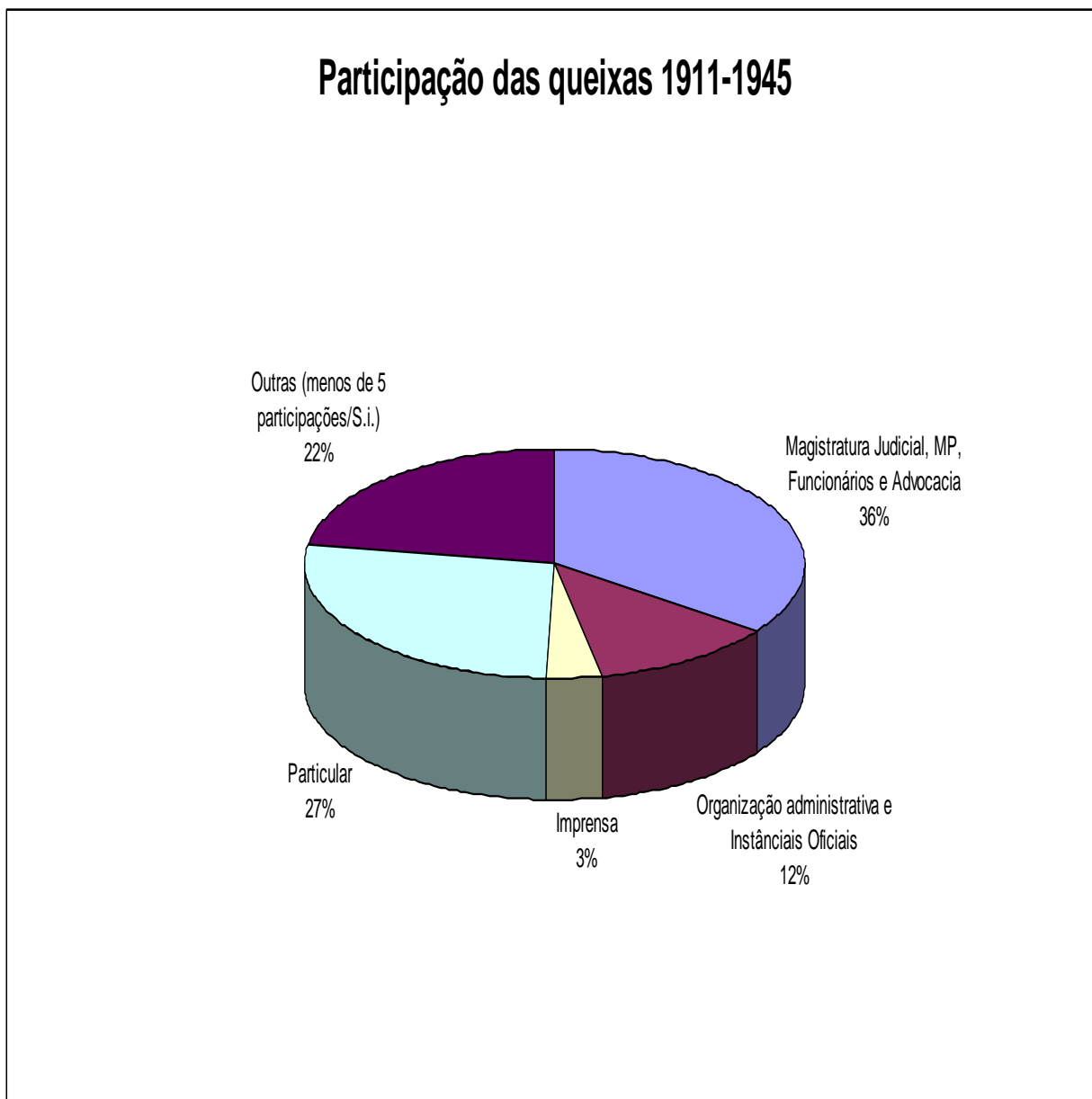


Gráfico IV – Participantes das queixas 1911-1945

Como podemos observar, a maior parte das participações resultam do interior do próprio sistema judicial – magistratura judicial e do Ministério Público, advocacia e funcionários judiciais -, com 36%. De seguida, os particulares, com 27% das participações e, em terceiro lugar, as que têm origem na organização administrativa e instâncias oficiais, com 12%. O papel da imprensa é bastante restrito, congregando apenas 3% das participações.

No interior do primeiro grupo, é a advocacia quem detém o maior envolvimento; ela é responsável por 67 participações, sendo que cinco dentre estas vêm da própria Ordem dos Advogados. Também assinalável é o papel das Relações, responsáveis por 60 participações. Ainda neste grupo, podem contar-se com 17 queixas vindas de juízes contra juízes, e a acção do Ministério Público, que somando os delegados com os procuradores junto das Relações somam um total de 43 participações. Também os funcionários judiciais cabem aqui, como os conservadores do Registo Predial (5 participações) e os escrivães (5 participações).

Os advogados participam maioritariamente de erros processuais dos magistrados – 20 casos. Pouco abaixo, os casos de urbanidade, dando origem a 18 processos. Com um pouco menos, 14 processos, as participações por suposta parcialidade dos juízes. Todos os outros casos não contam com mais do que quatro participações, sendo que apenas os processos relativos ao decoro estão neste número. Os delegados do Ministério Público, por sua vez, participam em maior número o atraso de processos (8 casos), sendo que, em seguida, se encontram os processos relativos a erros processuais, sentenças proferidas fora do prazo legal e urbanidade, com cinco casos cada.

As participações de particulares, ocupando o segundo lugar da lista com 27% dos casos, atingem em números absolutos os 164 processos. São os erros processuais aqueles que motivam a maior parte das participações, dando origem a 53 processos; em seguida, a parcialidade, com 36 casos, os atrasos de processo, com 14 casos e, depois, com 12 casos, a urbanidade e a ausência sem licença.

No terceiro grupo, constituído pela organização administrativa e instâncias oficiais, encontramos os administradores do Conselho (10 casos), as câmaras municipais (15 casos), a Comissão Venatória Regional do Norte (5 casos), a Guarda Nacional Republicana (16 casos) e os governadores civis (12 casos). Em conjunto, representam 12% das participações efectuadas entre 1911 e 1945.

5.7 Um exercício brando de penalidade?

Resta agora estudar o destino dado aos processos disciplinares, isto é, os acórdãos emitidos pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial/CSJ, entre os anos de 1911 a 1945. O gráfico V ilustra a distribuição.

**Acórdão do Conselho Superior da Magistratura/CSJ - Processos
disciplinares 1911-1945**

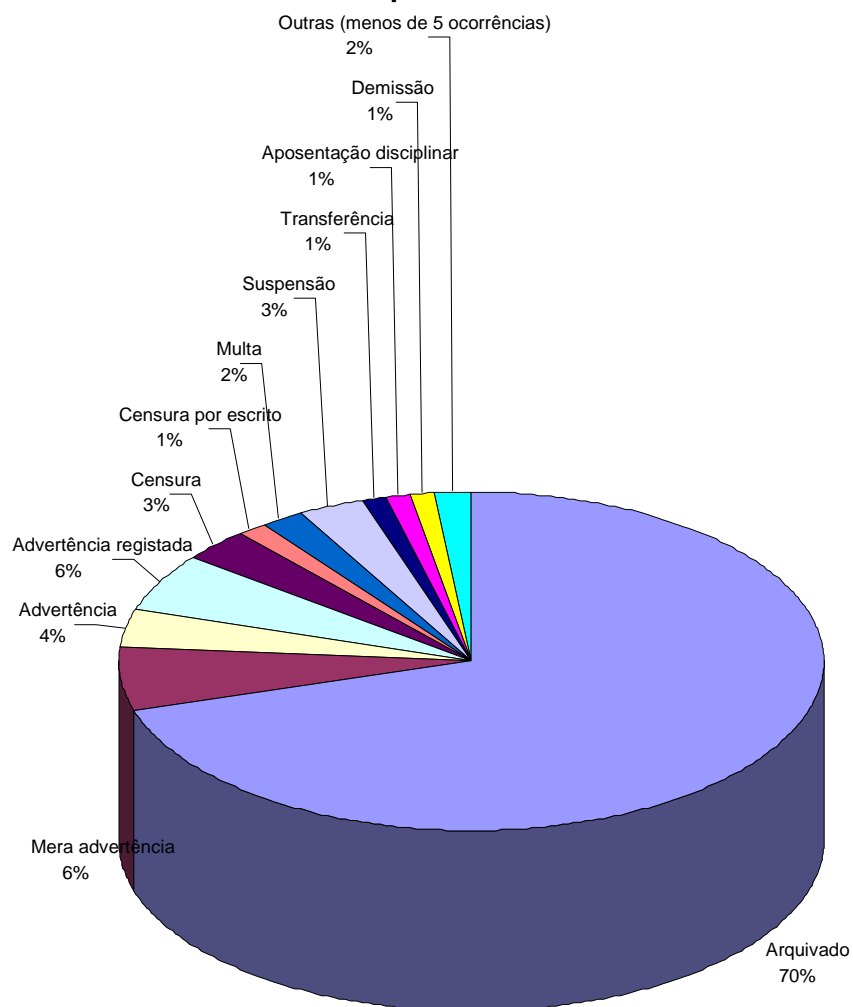


Gráfico V – Acórdãos do Conselho Superior da Magistratura Judicial/CSJ 1911-1945

FONTE: Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial

Da leitura do Gráfico V, podemos observar que a maioria dos processos disciplinares, entre 1911 e 1945, teve como destino o arquivamento, com 70% dos casos. A pena de mera advertência, a mais leve do conjunto, detém ainda 6% dos casos, seguida da de advertência com 4%. A pena de advertência registada contabiliza 6% dos casos. A censura por escrito, mais grave, detém apenas 1% dos casos, devendo no entanto ter em conta que a forma desdobrada da censura – por escrito e verbal – não existiu ao longo de todo o período, sendo apenas criada pelo decreto 10:310, de 19 de Novembro de 1924. A pena de multa recebe 2% dos casos e a de suspensão 3%, valores também próximos. As penalizações mais graves, de transferência, aposentação disciplinar e demissão encontram-se todas com uma percentagem de apenas 1%. Convém aqui, já que as percentagens são, de facto, residuais, conhecer os seus valores absolutos, dados pelo quadro VII.

Quadro VII – Acórdãos do Conselho Superior da Magistratura

Judicial/ CSJ – Processos disciplinares 1911-1945

<i>Penalização</i>	<i>nº / %</i>
Arquivado	372 / 62,5
Mera advertência	33 / 5,5 %
Advertência	19 / 3,2 %
Advertência registada	30 / 5,0 %
Censura	16 / 2,7 %
Censura por escrito	7 / 1,2 %
Multa	11 / 1,8 %
Suspensão	15 / 2,5 %
Transferência	7 / 1,2 %

Aposentação disciplinar	6 / 1,0 %
Demissão	5 / 0,9%
Outras (menos de 5 ocorrências)	9 / 1,6 %
Sem informação	65 / 10,9 %
TOTAL	595 / 100 %

A penalização de censura verbal, prevista na legislação, nunca foi aplicada; outras penalizações, como a de repreensão em sessão, apenas foram aplicadas uma única vez. Assim, temos que para um período de 35 anos, existiram 158 casos onde foi aplicada sanção disciplinar, o que representa, em média, 4,5 casos de penalização anual. Um número bem abaixo dos 10,6 que, em média, foram arquivados a cada ano.

A distribuição geográfica das queixas não permite retirar grandes conclusões. Pela sua distribuição, mostra-se que Lisboa e Porto são os lugares de maior incidência dos processos disciplinares. Lisboa encontra-se no topo da lista, com 32 processos, vindo o Porto em segundo lugar, com 22.

Acima dos dez casos, em seguida, encontra-se apenas o Funchal, com 12. Com mais do que quatro processos disciplinares, encontram-se Anadia (6 casos), Braga (8 casos), Cartaxo (6 casos), Chaves (8 casos), Évora (7 casos), Fundão (5 casos), Idanha a Nova (6 casos), Lagos (9 casos), Leiria (5 casos), Moimenta da Beira (5 casos), Oliveira de Azeméis (6 casos), Portel (5 casos), Póvoa de Lanhoso (5 casos), Setúbal (5 casos), Sintra (5 casos), Viana do Castelo (5 casos) e Vila Nova de Famalicão (5 casos). O resto da distribuição conhece números abaixo destes, com números residuais.

Trata-se de uma distribuição uniforme pelo mapa judiciário, com Lisboa e Porto a serem os maiores focos da actividade disciplinar.

Correio do Minho

DIÁRIO REGIONALISTA DA MARCHA

Dr. Jaime Dagoberto Melo Freitas

1
D
e humana é
dencia a sua
Quando se
do poder
consigo a
vê-se que
fame e es-
o poder in-
em muitos
s, como no
m claro, de
citarem co-
enciclicas
aa, segundo
ente inaugu-
otra, quan-

Como o «Correio do Minho» noticiou, toma hoje posse do cargo de juiz do 4.º Juízo do Porto, o sr. dr. Jaime Dagoberto de Melo Freitas, transferido, a seu pedido, desta cidade para ali.

Várias pessoas nos procuraram para saber se era certa a informação, pois suscitaram-se dúvidas, se não seria na quinta-feira. Não é. A informação do «Correio do Minho» é certa.

A confusão deve ter procedido do facto de tomar posse do 2.º Juízo, na 5.ª feira, o sr. dr. Alencão Bordalo para ele transferido da vara agora ocupada pelo sr. dr. Melo Freitas.

Em Barcelos

A N U N C I O

O Desembargador Aires de Castro e Almeida, Inspector Judicial.

Faço saber que foi determinado por S. Ex.ª o Ministro da Justiça, a conversão em sindicância do inquerito a que estava procedendo aos actos do Juiz do Juízo Cível e Comercial desta comarca, Dr. Adelino Augusto da Silveira Costa Santos, pelo que são convidadas todas as pessoas que tiverem razões de queixa ou de agravo contra o Magistrado syndicado para se apresentarem perante mim, no Tribunal Criminal desta cidade, em qualquer dia útil até ao dia 15 do corrente, desde as 13 às 16 horas.

Braga, 4 de fevereiro de 1929.

Aires de Castro e Almeida

Campanha de Caridade

...
A Imprensa, pela voz dos seus órgãos de maior representação, oferece-nos o seu valioso concurso para que seja coroada de grande êxito a festa

Crónica

Isto p
da

Dai-me boas receitas e vos ei boa administração!

O município vimarês que ainda ontem impavidez, seguindo por esta de vida—cortando aos in-
tos como quem corta em co-
verde!—deve da-las teza-
materia de melhoramentos

12 Que importa dizerem que ainda a semana pa-
aqui vieram os senhores d-
dro Vitorino, Jacinto de
e Marques da Silva—un-
queologo, um horticultor
arquitecto—para estudar
que á volta do Castelo, s-
ha dinheiro para lhes ex-
os projectos?!

12 Que importa discutir
vas variantes ao edificio
Paços do Concelho, entre
os projectos. Inaugu-

Imagem 1 – Anúncio (ao centro)

Um inspector judicial anuncia nas páginas do Correio do Minho uma sindicância

CONCLUSÃO

Dois episódios abrem este estudo. Amarante, em 1919, onde um inspector judicial, em momento político delicado, decide fazer pender um processo de averiguação pelas vozes de republicanos assumidos. Um outro, dezasseis anos depois, em 1935, onde um magistrado judicial é acusado de frequentar meios estranhos ao Estado Novo.

Estes dois momentos, separados por menos de duas décadas, separam também duas realidades do mundo judiciário português, que contrastam e representam, afinal, a mudança de mentalidade, de política, de cultura, que atravessa não só Portugal como os regimes políticos da Europa entre Guerras.

Foi a Primeira República mais moderada, mais parca, entre os seus ideais e uma aplicação sistemática e concreta ao mundo judiciário. A questão da depuração da magistratura, de forma a colocá-la mais próxima de um regime novo e ainda inseguro de si próprio, passou apenas do debate e das palavras a uma curta intervenção pontual após o desabar da efémera Monarquia do Norte. Ambições mais aportadas no ideal e na matriz republicana, distanciadas dos contornos de governamentalização judiciária, redundaram somente num par de propostas tímidas e quase nunca levadas com seriedade de concretização, propostas essas que, talvez como o próprio debate aberto e institucionalizado, acabam por desaparecer após a República Nova de Sidónio. Os anos vinte ainda republicanos, tão profundos de revolução na disciplina e nos mecanismos de vigilância da máquina judiciária, são estritamente silenciosos quanto a ventos ideológicos que acabassem numa reforma judicial pensada em directórios ou núcleos de facção política. Esta falta de aplicação prática de uma constelação de ideais de um regime novo pode encontrar explicação consoante a inclinação do historiador. Não é, de resto, uma questão isoladamente da Justiça, a que a Justiça deva prestar contas sem chamar à colação todos os outros departamentos da vida de um país. Mas é incontestável, seja qual for o prisma, o ângulo, a formação e vocação do historiador, que esta falta da República, se inscreve na tradição do liberalismo monárquico português e europeu. O edifício judiciário, implantado sobre o modelo francês – certamente com desvios e originalidades próprias – serviu sem grandes problemas à República, que se preocupou bastante mais com questões episódicas (caso dos magistrados conotados com a Monarquia e as supostas absolvições parciais de restauradores da antiga bandeira; caso

do julgamento de Franco e dos seus ministros, caso da Monarquia do Norte), com questões de técnica de controlo sem tocar nas grandes bases do edifício (problema da nomeação dos vogais do Conselho Superior da Magistratura, por exemplo) do que com uma reforma que alguma vez pudesse chamar a si, com propriedade, uma republicanização do judiciário, que certamente nunca existiu.

Neste sentido, a Ditadura Militar e o Estado Novo vêm trazer, muito pela mão de Manuel Rodrigues Júnior, figura pioneira e peça chave para o entendimento de quase tudo o que se fez e pensou fazer até aos finais de quarenta no mundo da Justiça, um lastro ideológico claro, reformista e reformador. Aqui, não se trata apenas de manter um edifício e competências que se adequam aos ideais proclamados. Trata-se, já, de tentar instituir um modelo novo que fosse arquitectado numa dimensão articulada, como uma casa, entre os princípios de um Estado forte e autoritário (ideologia política) e a redefinição do papel dos actores do tribunal (posição do juiz no processo, das partes, controlo administrativo e até mesmo policial dos ingressos e transferências e colocações dentro do quadro em exercício). Uma implantação modelar nova, que corre em paralelo dois princípios aparentemente contraditórios: uma despolitização das competências da magistratura ao mesmo tempo que ela é investida de poderes reforçados de âmbito processual e decisório.

Estes dois tempos não fazem, contudo, um eco bem audível na questão da disciplina e controlo da magistratura judicial. Procurar a razão de ser da evolução deste percurso é muito mais encontrar o tempo lento, de construção técnica e que não se intimida em ir a contra-tempo das mudanças de regime: um diploma fundador como a Organização Disciplinar Judiciária data de 1924, antes de a República terminar; a prática inspectiva corrente e que alcança números mais significativos começa também por esses anos, sem chegar ainda à Ditadura Militar, mas logo prolongando-se nela. O tempo político, por assim dizer, não coincide com o tempo disciplinar judiciário. Este último foi uma conquista lenta que, não raro, aproveitou inclusivamente sugestões e propostas anteriores, ou modificou-as e deu-lhes atrasadamente vida. O Conselho Superior da Magistratura Judicial republicano, de 1912, por exemplo, tem já na Monarquia Constitucional antecessores e formas embrionárias, pelo menos, desde os anos quarenta de Oitocentos.

O que nos mostra este estudo, sobretudo, à imagem dos trabalhos de referência europeus, em especial os de Alain Bancaud para o caso francês, é que sob a epiderme dos regimes, da turbulência política, dos ventos favoráveis para este ou aquele lance ou ímpeto reformador, sempre existiu uma camada profunda que é ligada umbilicalmente a uma cultura e espírito profissional, organizada burocraticamente por um Estado que vai crescendo e tecnificando o seu aparelho. O capítulo terceiro, por seu lado, que reúne bastantes dados como o tempo de serviço em instâncias, a naturalidade dos magistrados, a progressão nas carreiras, os lugares de comissão, dá uma imagem bastante clara de um grupo que por si próprio aparece como tendencialmente desvinculado, anónimo e disperso: magistrados que chegam maioritariamente do Ministério Público à magistratura judicial apenas aos quarenta anos, vivendo geograficamente dispersos pela metrópole, quase nunca ocupando os seus lugares de comarca pelo tempo inteiro do sexénio, de onde apenas uma parte limitada pode aspirar aos lugares nos tribunais superiores e, mesmo assim, já numa idade avançada. Não quer isto dizer que a rede de relações sociais tenha sido fraca ou ténue. A frequência dos bancos da Universidade de Coimbra, que permitia laços informais e conhecimentos de juventude, os anos na função de delegado do Ministério Público, onde o contacto com futuros colegas de profissão era permanente, a própria rotatividade pelas comarcas, permitia ainda assim alguma identidade própria, além da inerente cultura da própria função. Mas se os regimes não impuseram a sua força decisiva à grande caminhada disciplinar, a verdade é que olhar os regimes através daquilo que circunstancialmente aconteceu à própria magistratura é proveitoso em extremo. Disso são exemplo os poucos mas imensamente simbólicos processos disciplinares de âmbito político que encontramos já no último capítulo, nas duas histórias com que começamos este trabalho, naquilo que encontramos na própria sociedade e público em momentos cambaleantes como as efémeras tentativas de restauração monárquica – ou, pelo contrário, no silêncio da oposição ao regime após a queda da Iª República.

A evolução do aparelho disciplinar, que aqui tratamos de forma exaustiva, pode redundar em dois grandes níveis: um primeiro, ideológico-político, que apenas tem com a Ditadura Militar e o Estado Novo uma arquitectura profundamente consequente entre um ideal de sociedade e uma aplicação prática à vida dos tribunais e dos seus agentes; um segundo, técnico-prático, que envolve toda a maquinaria de inspecções, inspectores, processos disciplinares, relatórios de vigilância interiores ao aparelho judicial, etc.

Sobre este segundo ponto, os capítulos IV e V dão uma imagem o mais aproximada possível, a partir da documentação existente. Inútil seria aqui reproduzir o seu conteúdo ou conclusões. Mas, como nota, são de registar três pontos: em primeiro lugar, que é a partir de meados dos anos vinte que o modelo legal (Organização Disciplinar Judiciária de 1924, depois reproduzida pelos Estatutos) e o efectivo quadrilhar do território da metrópole pelos inspectores colocam em questão um paradigma de vigilância apenas vertical e ascendente, através dos relatórios de superior hierárquico a seu inferior, iniciando um patamar de vigilância mais anónimo e centralizado. Em segundo lugar, que a alçada do Conselho Superior da Magistratura Judicial, depois Conselho Superior Judiciário, nunca se limitou à questão da profissionalização e técnica da função de julgar, como assimilou para si domínios referentes à vida privada dos juízes ou, pelo menos, aquilo que hoje se poderia considerar como tal, porque matriciais da identidade profissional judiciária. A politização dos magistrados, a vida familiar e o decoro dos homens, por exemplo, fazem parte não só de uma exigência informal, como dão azo a processos disciplinares, a respostas escritas e defesas, a pontos a observar nas instruções dos magistrados inspectores. Em terceiro lugar, que a questão do autogoverno (ou a sua falta) da magistratura judicial, discutida nos dois primeiros capítulos, nem sempre é suficientemente forte, como aparentemente se julga, para liquidar por completo um mecanismo que se vai tornando progressivamente formalizado e codificado (inspecção, dados a inspecção, inspectores, relatórios escritos, defesas). E, aqui, a discussão sempre importante da nomeação dos lugares deve ter em conta a construção do aparelho judiciário de disciplina e controlo e sua afinação crescente, para não cair em completa acusação de conspiração dos regimes. Mas, é certo, durante o Estado Novo esta vigilância deixa de ser somente interior ao aparelho para fazer incluir a polícia política ou as delegações políticas concelhias ou da União Nacional.

Por último, o caso português entre os modelos europeus. Se o século XIX imita e importa em muitos planos o modelo judiciário francês, o século XX aqui em revista – parte dele – mantém este edifício ligeiramente intocado durante a Iª República e inclina-se, através da política da Ditadura, sobre os princípios italianos do fascismo. Até que ponto foi isto realizado? Necessário seria um conhecimento mais aprofundado das ligações e da evolução do modelo italiano para o confirmar, estando por ora esta ligação estabelecida mais pelo reclame feito pelos autores das reformas do que por uma comparação hodierna e historiográfica que o ateste de forma clara.

Uma outra análise que hoje importa e espera ainda esclarecimento é o caso Ultramarino. Que esta magistratura teve uma interpenetração fraca com a da metrópole é algo que aqui pode comprovar-se com exactidão. À parte um núcleo que vem das colónias e vai-se firmando nos tribunais superiores, por vezes irritando os magistrados que viam essa ascensão difícil, percorrendo a rede comarcã da metrópole. Apenas futuros estudos poderão dar conta desse braço paralelo e irmão da magistratura judicial da metrópole.

Que Domingos Rodrigues Ramos e o magistrado da Ilha do Corvo, com que abrimos este estudo, não tenham deixado memórias escritas, aliás à imagem de grande parte deste corpo que atravessa mais de três décadas, é um dos lamentos profundos do historiador do mundo judiciário português entre a República e o Estado Novo.

Mas, esperamos, talvez estas duas figuras sejam a partir daqui mais compreensíveis, menos anónimas e, finalmente, recuperadas pela História.

BIBLIOGRAFIA GERAL

Abbamonte, Orazio. *La politica invisible – Corte di Cassazione e magistratura durante il Fascismo*. Milano: Giuffrè Editore, 2003.

Abreu, Armando Cancela de. *Discurso proferido na sessão inaugural dos trabalhos judiciais que se realizaram no Supremo Tribunal de Justiça*. Lisboa: Tip. Couto Martins, 1941.

Afonso, Aniceto, Gomes, Carlos Matos (Coord.) *Portugal e a Grande Guerra (1914-1918)*, Lisboa, Quidnovi, 2010.

Albuquerque, Paulo Pinto de. *A Reforma da Justiça Criminal em Portugal e na Europa*. Coimbra: Almedina, 2003.

Allegro, José Luciano Sollari. *Para a história da Monarquia do Norte*. Lisboa: Bertrand, 1988.

Almeida, Pedro Tavares de, Pinto, António Costa, Bermeo, Nancy (dir.). *Quem Governa a Europa do Sul? – o recrutamento ministerial 1850-2000*. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

Almeida, Pedro Tavares de. *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista*. Lisboa: Difel, 1991.

Almeida, Pedro Tavares de; Fernandes, Paulo Jorge; Santos, Marta Carvalho dos. “Os Deputados da 1ª República. Inquérito Prosopográfico”. *Revista de História das Ideias*, 27 (2006) 399-417.

Almeida, Pedro Tavares de; Marques, Tiago Pires (coords.), *Lei e ordem, justiça penal, criminalidade e polícia (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

Almeida, Pedro Tavares de. *A construção do Estado Liberal. Elite política e burocracia na Regeneração (1851-1890)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995 [policopiado], 2 vols.

Anderson, Peter. “In the interests of Justice? Grass-Roots Prosecution and Collaboration in Francoist Military Trials, 1919-1945”. *Contemporary European History*, 18 (2009), 25-44.

Andrade, Manuel Domingues de. *Noções elementares de Processo Civil*. Coimbra: Coimbra Editora, 1963.

Antunes, José Freire. *Salazar Caetano – Cartas Secretas 1932-1968*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

Araújo, António. *A lei de Salazar*. Coimbra: Tenacitas, 2007.

Armytage, Livingston. *Educating Judges – Towards a New Model of Continuing Judicial Learning*. The Hague: Kluwer Law International, 1996.

Azevedo, António Emílio de Almeida. *O Conselheiro Pinto Osório*. Aveiro: s/n, 1921.

Azevedo, Luís Eloy. *Magistratura portuguesa – retrato de uma mentalidade colectiva*. Lisboa: Edições Cosmos, 2001.

Baiôa, Manuel (coord.). *Elites e poder: a crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*. Lisboa : Colibri, 2004.

Bancaud, Alain. «Une ‘constance mobile’: la haute magistrature». *Actes de la recherche en sciences sociales*, 76-77 (1989) 30-48.

Bancaud, Alain. *Une exception ordinaire : la magistrature en France, 1930-1950*. Paris : Gallimard, 2002.

Baptista, António Alçada, *Conversas com Marcello Caetano*. Lisboa: Moraes Editores, 1973.

Baruch, Marc Olivier, Duclert, Vincent (org.). *Justice, Politique et République – De l'affaire Dreyfus à la guerre d'Algérie*. Bruxelles : Éditions Complexe, 2002.

Batoque, António. *Paz e solidariedade na vida do fôro – alocução proferida em 1 de Outubro de 1940, no Tribunal Judicial de Pombal, aquando da reabertura solene dos trabalhos judiciais*. Coimbra: Coimbra Editora, 1940.

Bernaudeau, Vincent (dir). *Les praticiens du droit – du Moyen Âge à l'époque contemporaine*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2005.

Bonifácio, Maria de Fátima. *A Monarquia Constitucional. 1807-1910*. Alfragide: Texto, 2010.

Bonifácio, Maria de Fátima. *O Século XIX português*. Lisboa: ICS, 2002.

Cabral, Manuel Villaverde. *Portugal na alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Política e Crescimento Económico de 1890 a 1918*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979.

Caetano, Marcello, *Constituições Portuguesas*. Lisboa: Editorial Verbo, 1978.

Caetano, Marcello. *A Constituição de 1933 – estudo de direito político*. Coimbra: Coimbra Editora, 1956.

- Canotilho, J.J. Gomes. *Direito Constitucional*. Coimbra: Almedina, 1993.
- Capela, José Viriato; Ferreira, Fátima Moura, Mendes, Francisco Azevedo (eds.). *Justiça na Res Publica (sécs- XIX-XX)*. Braga: Citcem, no prelo.
- Carlos, Adelino da Palma. *Homens do foro: a vida e a ficção*. Lisboa: Sep. Rev. Ordem dos Advogados, 1954.
- Carneiro, António Sérgio. *Relatório dos acontecimentos ocorridos na cidade de Lamego, no dia 20 de Julho de 1915, apresentado pelo sindicante.. Dr.António Sérgio Carneiro, Juiz de Direito da comarca de Mogadouro, e publicado no semanario lamacense "A Tribuna"*. Lamego: s/n, 1916.
- Carneiro, Joaquim Gualberto de Sá. *Uma campanha de moralidade em Barcelos contra o juiz de direito António Augusto Nogueira Souto: resposta solemne às "Suas respostas e defeza"*. Barcelos: J.Carneiro.
- Carvalho, Abraão de, *Função da polícia judiciária, do ministério público e do juiz de instrução*. Lisboa: Imp. Nacional, 1913.
- Carvalho, David de. *Os sindicatos e a república burguesa (1910-1926) – crónicas vividas de um imenso conflito*. Lisboa: Seara Nova, 1977.
- Castro, Clemente Pereira Pimenta de. *Carta aberta aos excelentíssimos senhores juizes...*, Porto: Tipografia Laura Couto & Pinto, 1922.
- Catroga, Fernando. *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991.
- Catroga, Fernando; Almeida, Pedro Tavares de (orgs.). *Res Publica: Cidadania e Representação Política em Portugal, 1820-1926*. Lisboa: Assembleia da República/Biblioteca Nacional, 2010.
- Charles, Christophe. «Pour une histoire sociale des professions juridiques à l' époque contemporaine. Note pour une recherche». *Actes de la recherche en sciences sociales*, 76-77 (1989):117-119.
- Chavaud, Frédéric. *Le juge, le tribun et le comptable. Histoire de l'organisation judiciaire entre les pouvoirs, les savoirs et les discours (1789-1930)*. Paris : Anthropos/Economica, 1995.
- Chaves e Castro, Manuel de Oliveira. *A Organização e competência dos tribunais de justiça portugueses*. Coimbra: França Amado, 1910.
- Chorão, Luís Bigotte. *Crise Política e Política do Direito – O Caso da Ditadura Militar*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007.

Chorão, Luís Bigotte. *Política e Justiça na I República. Um Regime entre a Legalidade e a Excepção*. Lisboa: Letra Livre, 2011.

Coelho, Joaquim de Jesus. *O inquérito: ao juiz de Penafiel Dr. António de Magalhães de Araújo Queiroz*. s/l: Reformatório de Vila do Conde, 1933.

Coimbra, Sá. *A chancela*. Porto: Inova, 1978.

Collaço, Magalhães. *Da vida pública portuguesa*. Lisboa: Tip. Emp. Diário de Notícias, 1925-1926, 2vols..

Collaço, Magalhães. *Ensaio sobre a inconstitucionalidade das leis no direito português*, [Dissertação para concurso a assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (III Grupo – Ciências Políticas)]. Coimbra: França e Armenio Editores/Imprensa da Universidade, 1915.

Comemorando o 1º centenário do Supremo Tribunal de Justiça, Lisboa, Tip Couto Martins, 1933.

Costa, Afonso. *Discursos proferidos nas sessões de 13 e 19 de Maio de 1908 na Câmara dos Deputados: atitude do partido republicano perante o novo reinado e necessidade de extinção do juízo de instrução criminal*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1908.

Costa, Afonso. *Lições de organização judiciária*. Coimbra: França Amado, 1899.

Costa, António Augusto Crispiniano da. *Pela justiça!/: como se encarcera e demite um Juiz de Direito*. Porto: Impr. Comercial, 1919.

Costa, Pietro. “Lo Stato Totalitario: um campo semântico nella Giurpubblicista del Fascismo”. *Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, 29, tomo I, (1999): 61- 174.

Cruz, Manuel Braga da. *As origens da democracia cristã e o salazarismo*. Lisboa: Presença, 1980.

Cruz, Manuel Braga da. *Monárquicos e republicanos no Estado Novo*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1986.

Cruz, Manuel Braga da. *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

Cruz, Manuel Braga da. Pinto, António Costa (dir). *Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

Cunha e Costa. *O perfeito advogado – e as leis de excepção e circunstância da República Portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora, 1921.

D' Agostini, Gabriella. "Bibliografia di storia della magistratura". *Le Carte e la Storia*, 1, (2010): 40-83.

Dias, João Paulo. *O Mundo dos Magistrados – A evolução da organização e do auto-governo judiciário*. Coimbra: Almedina, 2004.

Díez-Picazo, Luis María. "Il modello europeo di magistratura: un approccio storico". Em *Magistrati e Potere nella Storia Europea*, org. Raffaele Romanelli, 23-38. Bolonha: il Mulino, 1997.

Dyzenhaus, David. *Legality and legitimacy – Carl Schmitt, Hans Kelsen and Hermann Heller in Weimar*. Oxford : The Oxford University Press, 2003.

Farcy, Jean-Claude. *Histoire de la justice française de la Révolution à nos jours*. Paris : PUF, 2001.

Faria, Cristina. *As lutas estudantis contra a ditadura militar : 1926-1932*. Lisboa: Colibri, 2000.

Faria, Telmo. *Debaixo de fogo : Salazar e as Forças Armadas:1931-1945*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

Farinha, Luís. *O Revirinho: revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo: 1926-1940*. Lisboa: Estampa, 1998.

Ferreira, David. *História Política da Primeira República Portuguesa – 1ºVolume (Parte I e II)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.

Ferreira, Fátima Moura. "A criação do organismo inaugural da disciplina judicial no quadro do legado liberal sobre a justiça (1834-1910)", em *Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça*, orgs. Gladys Sabina Ribeiro, Edson Alvisi Neves, Maria de Fátima Moura Ferreira, 179-217. Niiterói, RJ: Editora da UFF, 2009.

Ferreira, Fátima Moura. "Os juristas e a representação política". Em *Res Publica: Cidadania e Representação Política em Portugal, 1820-1926*, orgs. Fernando Catroga, Pedro Tavares de Almeida, 216-229. Lisboa: Assembleia da República/Biblioteca Nacional, 2010.

Ferreira, Fátima Moura. «Alguns contornos da configuração do campo jurídico – a elite judicial do STJ (1833-1851). *Penélope*, nº24, 2001, 121-146.

Ferreira, Flávio Pinto. *Uma abordagem sociológica da magistratura judicial*. Braga: Livraria Cruz, 1972.

Ferreira, Nuno Estevão. *A câmara corporativa no Estado Novo – Composição, funcionamento e influência*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009, http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/MirandaF.pdf.

Ferro, António. *Salazar – o Homem e a sua Obra*. Lisboa: Fernando Pereira Editor, 1982.

Fillon, Catherine, Boninchi, Marc, Lecompte, Arnaud. *Devenir Juge: mode de recrutement et crise des vocations de 1830 à nos jours*. Paris: PUF, 2008.

Fraga, Carlos. *Subsídios para a independência dos juízes – o caso português*. Lisboa: Cosmos, 2000.

Freire, João. *Anarquistas e operários: ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal: 1900-1940*. Porto: Afrontamento, 1992.

Garnel, Maria Rita Lino. “Médicos e Saúde Pública no Parlamento Republicano”. Em *Res Publica: Cidadania e Representação Política em Portugal, 1820-1926*, orgs. Fernando Catroga, Pedro Tavares de Almeida, 230-257. Lisboa: Assembleia da República/Biblioteca Nacional, 2010.

Gay, Peter. *Weimar Culture – The Outsider as Insider*. Suffolk: Penguin Books, 1974.

Giesteira, Manuel Martins. *Carta aberta ao Exmo Ministro da Justiça*. Espozende: Tipografia Espozendense, 1915.

Gomez, Hipólito de la Torre. *Conspiração contra Portugal – 1910-1912*, Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

Gonçalves, Caetano. *A função da Secretaria das Colónias, do Conselho Colonial e da Magistratura Judicial Ultramarina*. s/l: s/n, 1914.

Gonçalves, Caetano. *A primeira legislatura da República Portuguesa, 1911-1914*. Lisboa: Typ. da Livr. Ferin Torres & Ca, 1914.

Gonçalves, Caetano. *Conselheiro Pinto Osório e a função missionária do magistrado: 1842-1942*. Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva, 1942.

Gonçalves, Caetano. *Decisões do juiz Pinto Osório*. s/l: 1909.

Gonçalves, Caetano. *O Conselheiro Pinto Osório e a função missionária do magistrado*, Famalicão: Minerva, 1942.

Gonçalves, Caetano. *Relatório da Presidência da Relação de Lisboa, referido ao ano judicial de 1922-1923*. s/l: s/n, 1924.

Gonçalves, Caetano. *Supremo Tribunal de Justiça: memória historico-crítica no primeiro centenário da sua fundação (1832-1932)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932.

Gonçalves, Cândido Gonçalo. *A construção de uma polícia urbana (Lisboa – 1890-1940), institucionalização, organização e práticas*. Lisboa: ICSTE, 2007.

- Grossi, Paolo. *Mitologie giuridiche della modernità*. Milano: Giuffrè Editore, 2001.
- Hespanha, António Manuel. “Os modelos jurídicos do liberalismo, do fascismo e do Estado social. Continuidades e rupturas”. *Análise Social*, XXXVII, n.º 165 (2002): 1285-1302.
- Hespanha, António Manuel. *Cultura Jurídica Europeia – Síntese de um milénio*. Lisboa: Publicações Europa-América, 2003.
- Hespanha, António Manuel. *Guiando a Mão Invisível. Direitos, Estado e Lei no Liberalismo*. Coimbra: Livraria Almedina, 2004.
- Homem, António Pedro Barbas (coord). *O perfil do juiz na tradição Ocidental*. Coimbra: Almedina, 2009.
- Homem, António Pedro Barbas, *Judex Perfectus: função jurisdicional e estatuto judicial em Portugal, 1640-1820*. Coimbra: Almedina, 2004.
- Israel, Liora. Robes noires et années sombres. Avocats et magistrats en résistance pendant la Seconde Guerre Mondiale. Paris : Fayard, 2005.
- Jackson, Gabriel. *La República Española y la guerra civil*. Barcelona: Crítica, 1995.
- Jacobson, Arthur J, Schlink, Bernhard (ed.). *Weimar – A jurisprudence of crisis*. California: University of California Press, 2000.
- Juger les juges – du Moyen Âge au Conseil supérieur de la magistrature*. Paris, La documentation Française, 2000.
- Kelsen, Hans. *A Ilusão de Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- Kelsen, Hans. *O que é Justiça? – A Justiça, o Direito e a Política no espelho da Ciência*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- Kennedy, Ellen. *Constitutional failure – Carl Schmitt in Weimar*. Durham: Duke University Press, 2004.
- Koch, H.W.. *In the name of the Volk – political justice in Hitler’s Germany*. London: I.B.Tauris, 1997.
- Kolb, Eberhard. *The Weimar Republic*. London: Routledge, 2005.
- Leal, Ernesto Castro. *Partidos e Programas - O campo partidário republicano português 1910-1926*. Coimbra: Almedina, 2008.
- Leonard, Yves. *Salazarisme & fascisme*. Paris : Editions Chandeigne, 1996.

Loff, Manuel. *O nosso século é fascista! – o mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo das Letras, 2008.

Loff, Manuel. *Salazarismo e Franquismo na Época de Hitler (1936-1942). Convergência política, preconceito ideológico e oportunidade histórica na redefinição internacional de Portugal e Espanha*, prefácio do Prof. Hipólito de la Torre. Porto: Campo das Letras, 1996.

Lopes, Fernando Farelo. *Poder político e caciquismo na I República portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1994.

López, Federico Fernández-Crehuet; Hespanha, António Manuel (Hg. Von). “Franquismus und Salazarismus: Legitimation durch Diktatur? ”. Studien zur europäischen Rechtsgeschichte 234, Das Europa der Diktatur Bd. 15 Frankfurt am Main: Klostermann 2008. VII, 752 S, <http://www.rg.mpg.de/de/publikationen/rg-234/>

Louçã, António. *Hitler e Salazar: comércio em tempos de guerra: 1940-1944*. Lisboa: Terramar, 2005.

Lubbert, Gregory M.. *Liberalism, Fascism, or Social Democracy – Social Classes and the Political Origins of Regimes in the Interwar Europe*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

Machado, António Pires. *Decisões do Conselho Superior Judiciário sobre práticas processuais*. Lousã: Gráfica da Lousã, 1955.

Machelon, Jean-Pierre. *La Republique contre les libertés?*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1976.

Madeira, João; Farinha Luís; Pimentel, Irene Flunser. *Vítimas de Salazar : Estado Novo e violência política*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.

Madureira, Arnaldo. *A questão religiosa na I República: contribuições para uma autópsia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

Magalhães, Barbosa. *Estatuto Judiciário*. Lisboa: Empresa Universidade Editora, 1937.

Magalhães, Barbosa. *Estudos sobre o novo Código de Processo Civil*. Lisboa: Imprensa Vitória, 1940, 2 vols..

Magalhães, Pedro Coutinho. “Democratização e independência do Poder Judicial em Portugal”. *Análise Social*, 30: 130 (1995) 51-90.

Malafaia, Álvaro. *Discurso proferido no Tribunal Judicial da Figueira da Foz em 1 de Outubro de 1940*. Figueira da Foz: Tip. Figueirense, 1941.

Mannori, Luca. «Giustizia e amministrazione tra antico e nuovo regime». Em *Magistrati e potere nella storia europea*, org. Raffaele Romanelli. Bologna: Il Molino, 1997.

Marinari, Marcello. “Il centenario dell’Associazione magistrati. I documenti e la Memoria”. Em *Cento anni di Associazione magistrati*, orgs. E. Bruti Liberati, L. Palamara, 2009, 77-82.
<http://www.associazionenazionalemagistrati.it/media/52313/Centenario.pdf>

Marques, A. H. de Oliveira. *O Segundo Governo Afonso Costa*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1974.

Marques, A. H. de Oliveira. *Correspondência política de Afonso Costa: 1896-1910*. Lisboa: Estampa, 1982.

Marques, A. H. de Oliveira. *O Terceiro Governo Afonso Costa – 1917 (Actas dos Conselhos de Ministros)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

Marques, A. H. Oliveira (org). *Parlamentares e ministros da I República (1910-1926)*. Porto: Afrontamento, 2000.

Marques, A.H. de Oliveira (coord.), *Portugal da Monarquia para a República*, XI Volume da Nova História de Portugal dirigida por Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

Marques, A.H. de Oliveira de. *A liga de Paris e a Ditadura Militar, 1927-1928*. Mem Martins: Europa-América, 1976.

Marques, A.H. de Oliveira. *A primeira República portuguesa (alguns aspectos estruturais)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.

Marques, Tiago. *Mussolini’s nose: a transnational history of the penal code of fascism*. Florence: European University Institute, 2007, cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/7768/2007_06_Marques.pdf?...3.

Mascarenhas, Afonso de Gouveia Pinto. *Odisseia de um juiz arguido, de Portugal*. Viseu: Tip. Beira Alta, 1934.

Matos, Luís Salgado de. *A Separação do Estado e da Igreja. Concórdia e conflito entre a Primeira República e o Catolicismo*. Lisboa: Dom Quixote, 2011.

Medeiros, Fernando. *A sociedade e a economia portuguesas na origem do salazarismo*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978.

Medias, A. Alves. *Julgamento dos revoltosos monárquicos: considerações jurídicas*. Porto: Imprensa Civilização, 1919.

Melis, Guido (dir). *Lo Stato negli anni trenta – istituzioni e regimi fascisti in Europa*. Bologna: Il mulino, 2008.

Mendonça, Luís Correia de. *Direito Processual Civil – as origens em José Alberto dos Reis*. Lisboa: Quid Juris? Sociedade Editora, 2002.

Meneses, Filipe Ribeiro de, *Salazar, Uma Biografia Política*. Lisboa: D. Quixote, 2010.

Meniconi, A.. “Magistrati e ordinamento giudiziario negli anni della ditadura”, em *Lo Stato negli anni Trenta. Istutuzione e regimi fasciti in Europa*, Guido Melis (org.), 181-200. Bolongna: Il Mulino, 2008.

Miranda, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*. Tomo I, Coimbra: s/n, 1997.

Mollier, Jean-Yves, George, Jocelyne. *La plus longue des républiques 1870-1940*. Paris : Fayard, 1994.

Mónica, Maria Filomena (coord.). *Dicionário biográfico parlamentar, 1834-1910*, 3 vols. Lisboa: Assembleia da República/Imprensa de Ciências Sociais, 2004-2006.

Monteiro, Eduardo Augusto de Sousa. *O caso do juiz Sousa Monteiro: subsídios para o estudo de uma época*. Lisboa: Tip. Mendonça, 1915.

Monteiro, Eduardo Augusto de Sousa. *Relatório apresentado ao Parlamento pelo Ministro da Justiça, Eduardo Augusto Sousa Monteiro*. Lisboa: Imp. Nacional, 1915.

Motta, Alfredo Pinto da. *Finis coronat opus: complemento da resposta dada pelo juiz de direito do Fundão Alfredo Pinto da Motta*. Porto: Typ. Da Empreza Litteraria e typographica, 1917.

Motta, Alfredo Pinto da. *Moderníssimos processos de fazer syndicancias*. Porto: Typ. da Empreza Literaria e Typographica, 1917.

Mouffe, Chantal (ed.). *The Challenge of Carl Schmitt*. London: Verso, 1999.

Moura, Maria Lúcia de Brito. *A guerra religiosa na Primeira República – crenças e mitos num tempo de utopias*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

Müller, Ingo. *Hitler’s Justice – The courts of the Third Reich*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

Nogueira, Bernardo Guimarães Fisher de Sá. *Da «Casa d’El Rei» ao Supremo Tribunal de Justiça – contributos para a sua história*. Lisboa: INCM, 1995.

Nogueira, Franco. *Salazar, vol.I – A mocidade e os princípios (1889-1928)*. Porto: Civilização Editora, 2000.

Nunes, António Manuel. *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo – Templos da Justiça e Arte Judiciária*. Coimbra: Minerva, 2003.

Nunes, António Manuel. *Justiça e Arte – Tribunais Portugueses*. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, 2003.

Oliveira, César de. *A preparação do 28 de Maio: António Ferro e a propaganda do fascismo, 1920-1926*. Lisboa: Moraes, 1980.

Oliveira, César de. *O movimento sindical português: a primeira cisão*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.

Oliveira, César de. *O operariado e a república democrática*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

Parker, R.A.C.. *História da II Guerra Mundial*. Lisboa: Edições 70, 2006.

Payne, Stanley G.. *A history of fascism 1914-1945*. London: Wisconsin, 1995.

Payne, Stanley G.. *Falange*. Stanford: Stanford University Press, 1967.

Pereira, António Manuel. *Evolução da divisão administrativa de Portugal (como nasceram os distritos, quem os tem governado)*. Porto: Rotary Club do Porto, 1959.

Pimentel, Irene Flunser. *A PIDE/DGS. 1945-1974*. Lisboa: Círculo de Leitores e Bertrand Editora, 2007.

Pinto, António Costa (org). *O Estado Novo – das origens ao fim da autarcia 1926-1959*, 2Vols., Lisboa: Fragmentos, 1987.

Pinto, António Costa, Martinho, Francisco Carlos Palomanes (dir). *O corporativismo em português – Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

Pinto, António Costa. “O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)”. *Análise Social*, XXXV, n.º 157, (2001), 1055-1076.

Pinto, António Costa. *Os camisas azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal: 1914-1945*. Lisboa: Teorema, 1994.

Pisani, Andrea Proto. “Il Codice di procedura civile del 1940 tra pubblico e privato”. *Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, 29, tomo I, (1999), 713-747.

Pita, Pedro. *Na vida do fôro: escritos jurídicos*. Lisboa: Portugal-Brasil, 1927.

Politis, Nicolas. *La justice Internationale*. Paris : Hachette, 1924.

Ramos, Rui. *A Segunda Fundação*, vol.5, in Mattoso, José (org.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

Ramos, Rui. *João Franco e o fracasso do reformismo liberal*. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

Ranieri, Fillipo. «A profissão do corpo de juristas como objecto de estudo da História do direito europeu da época moderna». *Penélope*, nº1, 1988.

Rego, Alfredo M.. *Acórdãos, sentenças e estudos jurídicos sobre os actos mais frequentes do foro português publicados desde 1910 a 1924*. Coimbra: Atlântida, 1927.

Reis, Alberto dos. *Código de Processo Civil anotado*. Coimbra: Coimbra Editora, 1940.

Reis, Alberto dos. *Organização Judicial – lições feitas ao curso do 4º ano jurídico de 1908 a 1909.*, Coimbra: Imprensa Académica, 1909.

Reis, António (org.). *A República ontem e hoje*. Lisboa: Edições Colibri/Fundação Mário Soares, 2000.

Reis, Jaime. *O atraso económico português em perspectiva histórica: estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX: 1850-1930*. Lisboa: INCM, 1993.

Ribeiro, Gladys, Neves, Edson, Ferreira, Fátima Moura (dir.). *Diálogos entre direito e história: cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2009.

Ribeiro, Maria da Conceição. *A Polícia Política no Estado Novo, 1926-1945*. Lisboa: Estampa, 1995.

Ricoeur, Paul. *O Justo ou a Essência da Justiça*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

Rodrigues, Manuel. *A justiça no Estado Novo*. Lisboa: Empresa Jurídica Editora, 1933.

Rodrigues, Manuel. *Lições de Direito Processual Civil – das prelecções do Exmo. Sr. Prof. Dr. Manuel Rodrigues ao 3º ano – curso de 1944-45*. Lisboa: Tip. Freitas Brito, 1946.

Rodrigues, Manuel. *O cidadão do Estado Novo*. Lisboa: União Nacional, 1935.

Rodrigues, Manuel. *O Estado Novo e as suas realizações*. Lisboa: Secretariado de Propaganda Nacional, 1934.

Rodrigues, Manuel. *Política, Direito e Justiça*. Lisboa: Empresa Jurídica Editora, 1934.

Rodrigues, Manuel. *Supremo Tribunal de Justiça*. Lisboa: Tip Casa Portuguesa, 1942.

Rodriguez, Pascual Marzal. *Magistratura y República – El tribunal supremo (1931-1939)*. Valencia: Editorial Prática de Derecho, 2005.

Romanelli, Raffaele (org.), *Magistrati e Potere nella Storia Europea*, Bolonha, il Mulino, 1997.

Rosas, Fernando (dir.). *O Estado Novo – História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1994.

Rosas, Fernando (dir.). *Tribunais políticos – tribunais militares especiais e tribunais plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009.

Rosas, Fernando, Rollo, Maria Fernanda (dir.). *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2009.

Rosas, Fernando. *O Estado Novo nos anos trinta: 1928-1938*. Lisboa: Estampa, 1986.

Rosas, Fernando. *Portugal entre a paz e a guerra: 1939-1945*. Lisboa: Estampa, 1995.

Rosas, Fernando. *Portugal Século XX (1890-1976) – Pensamento e Acção Política*. Lisboa: Editorial Notícias, 2003.

Rosas, Fernando. *Salazarismo e Fomento Económico*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

Rosas, Fernando; Brandão de Brito, José Maria. *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

Royer, Jean-Pierre. *Histoire de la Justice en France*. Paris : PUF , 2001.

Sabato, Raffaele. “Il codice etico dei magistrati italiani: un esempio per l’Europa”. Em *Cento anni di Associazione magistrati*, orgs. E. Bruti Liberati, L. Palamara, 2009, 106-113. <http://www.associazionenazionalemagistrati.it/media/52313/Centenario.pdf>

Salazar, Oliveira. *A minha resposta no processo de sindicância à Universidade de Coimbra*. Coimbra: Tip. França Amado, 1919.

Salazar, Oliveira. *Discursos e notas políticas*. Coimbra: Coimbra Editora, 6vls, 1967.

Samara, Maria Alice. *Sob o signo da guerra: «verdes e vermelhos» no conturbado ano de 1918*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

Sampaio, António Vicente Leal. *A minha defesa – no processo de sindicância ao corpo judicial da comarca da Póvoa do Varzim por causa da restauração monárquica de 19 de Janeiro de 1919*. Famalicão: Tip. Minerva, 1919.

Santos, Boaventura de Sousa (org.). *Os Tribunais nas sociedades contemporâneas – O caso português*. Porto: Edições Afrontamento, 1996.

Santos, Miguel Dias. *A contra-revolução na I República 1910-1919*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

Sbriccoli, Mario. “Le mani nella pasta e gli occhi al cielo – La penalistica italiane negli anni del fascismo”. *Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, 29, tomo I, (1999), 817-850.

Schmitt, Carl. *Legality and Legitimacy*. Durham: Duke University Press, 2004.

Schmitt, Carl. *Political Theology*. Chicago: The University Chicago Press, 1985.

Schmitt, Carl. *The concept of the political*. Chicago: The University Chicago Press, 1996.

Schmitt, Carl. *The Crisis of Parliamentary Democracy*. Massachusetts: The MIT Press, 1988.

Serra, João B.. «A evolução política (1910-1917)», Em *História da Primeira República Portuguesa*, direcção de Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo. Lisboa: Tinta da China, 2009.

Shetreet, Shimon. *Judges on Trial – A study of the appointment and accountability of the english judiciary*. Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1976.

Silva, Antero Portugal. *Como se faz a justiça no Conselho Superior Judiciário*. Lisboa: Soc. Nac. de Tipografia (ed. Autor), 1930.

Silva, Armando Barreiros Malheiro da. *Sidónio e Sidonismo – História e Mito*. Braga: Universidade do Minho, 1997 [policopiado], 2 Vols.

Silva, Helena Moreira. *Monarquia do Norte – 1919*. Matosinhos: Quidnovi, 2008.

Táboas, Mónica Lanero. “La depuración de la magistratura y el ministerio fiscal en la dictadura franquista: 1936-1959”. Em *Justiça na Res Publica (sécs- XIX-XX)* editado por em José Viriato Capela; Fátima Moura Ferreira; Francisco Azevedo Mendes. Braga: Citcem, no prelo

Táboas, Mónica Lanero. *Una milicia de la justicia. La politica del franquismo (1930-1945)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1996.

Telo, António José. *O sidonismo e o movimento operário português – Luta de classes em Portugal, 1917-1919*. Lisboa: Ulmeiro, 1977.

Telo, António José. *Primeira República – Do sonho à realidade*, Lisboa, Editorial Presença, 2010.

Telo, António José. *Propaganda e guerra secreta em Portugal 1939-1945*. Lisboa: Perspectivas & realidades, 1990.

Torgal, Luís Reis. *A Universidade e o Estado Novo*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.

Torgal, Luís Reis. *Estados Novos – Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2 vols., 2009.

Tusell, Javier. *La dictadura de Franco*. Madrid: Ediciones del Prado, 1995.

Valente, Vasco Pulido. *A República velha : 1910-1917 : Ensaio..* Lisboa: Gradiva, 1997.

Valente, Vasco Pulido. *O Poder e o Povo : a revolução de 1910*. Lisboa: Gradiva, 1999.

Valério, Nuno. *Os Orçamentos no parlamento português*. Lisboa: Dom Quixote, 2006.

Veiga, Francisco Maria. *O Ministério Público na primeira instância*. Coimbra: França Amado, 1908.

Veiga, Luis, *Subsídios para a biografia moral e profissional do juiz Pinto Osório*. Porto: Tipografia Emp. Diário do Porto, 1931.

Veiga, Pedro. *Um juiz no banco dos réus: homenagem ao juiz Sr. Antero Cardoso*. Porto: s/l, 1936

Venturini, Fernando .“La magistratura nei primo dopoguerra: alla ricerca del "modello italiano”. *Le Carte e la Storia*, XIII, (2007), 2: 156-170.

Vicente, Leonel Martins. *Averiguações, sindicâncias e processo disciplinar a militares e civis*. Lisboa: Tip. Relevo Gráfico, s/d.

Vila Nova, João. *O senhor juiz de Barrelas*. Coimbra: Diário de Coimbra, 1939.

Wheeler, Douglas, *A ditadura militar portuguesa 1926-1933*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1988.

Wheeler, Douglas. *Republican Portugal: a political history 1910-1926*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1978

Wieacker, Franz. *História do direito privado moderno*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

IMPrensa JURÍDICA; LEGISLAÇÃO SOBRE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Boletim Oficial do Ministério da Justiça, 1915-1945, Lisboa, Oficinas Gráficas da Cadeia Nacional.

Colecção Oficial de Legislação Portuguesa. Lisboa, Imprensa Nacional, vários anos.

Diário do Governo. Vários anos.

Ementário dos magistrados e empregados judiciais, volumes 1908 a 1914, Lisboa, Typ. da Empresa da História de Portugal.

Estatuto Judiciário actualizado e anotado, pelo Juiz de Direito e Secretário do Conselho Superior Judiciário, Abílio Celso Lousada, Lisboa, Soc. Ind. Gráfica, João Pinto Lda, 1955

Estatuto Judiciário e Divisão Judiciária, Lisboa, Procural – Revista Forense, 1927.

Estatuto Judiciário, Coimbra, Revista de Legislação e de Jurisprudência, 1928.

Estatuto Judiciário, Edição prefaciada pelo Prof. Dr. Barbosa de Magalhães e coordenada e actualizada pelo Prof. e Advogado José de Magalhães Godinho, Lisboa, Empresa Universidade Editora, 1937.

Estatuto Judiciário, Edição prefaciada e revista pelo Doutor Emídio Pires da Cruz, Lisboa, Gráfica Santelmo, 1944.

Pedrosa, António Ferreira; Lupinha, António Rodrigues. *Estatuto Judiciário*, com rubricas em cada artigo, notas remissivas e índices ideográficos e sistemático,. Coimbra: Coimbra Editora, 1962.

Basto, Alberto Cabral da Silva. «A imparcialidade e a independência dos juízes», *Gazeta dos advogados da Relação de Lisboa*, Ano XV, 1945, pp. 113-115.

Costa, Sousa. «Organização judiciária». *Gazeta da Relação de Lisboa*, 26º Ano, 1913, 741.

F.N.. «Reforma judicial». *Gazeta da Relação de Lisboa*, 24º ano, 1911, 609-617, 625-626.

Gonçalves, Caetano. «Organização judiciária». *Gazeta da Relação de Lisboa*, Ano 56º, 1929, 43º Ano, 177-178.

Gonçalves, Caetano. «A independência dos juízes». *Gazeta da Relação de Lisboa*, 48º Ano, 1935, 321-323.

Magalhães, J. M. Barbosa de. «Organização judiciária e divisão judicial». *Gazeta da Relação de Lisboa*, 23º, Ano, 1910, 529-530.

Magalhães, J. M. Barbosa de. «Reformas jurídicas». *Gazeta da Relação de Lisboa*, 32º Ano, 1918, 97-101, 145-150, 209-214, 257-264.

Martins, Germano. «Independência do poder judicial». *Revista de Justiça*, Ano 3º, 1918, 579-580.

Matos, Cid. «Organização judiciária». *Gazeta da Relação de Lisboa*, 26º Ano, 1913, 621-622.

Mourisca, J.. «A independência do Poder Judicial». *Revista de Justiça*, Ano 3º, 1918, 515-517, 531-533, 547-549, 563-565, Ano 4º, 161-164.

Mourisca, J.. «Concursos para juízes de direito». *Revista de Justiça*, Ano 28º, 1943, 129-131.

Mourisca, J.. «Reorganização judiciária. Reclamações da magistratura». *Revista dos Tribunais*, 41º Ano, 1922, 209-211, 321-324; 42º Ano, 177-179.

Olympio, Cláudio. «Concurso para juízes». *A vida judiciária*, Ano 5º, 1943, 377-378.

Olympio, Cláudio. «Estatuto Judiciário». *A vida judiciária*, Ano 6º, 1944, 133-134, 153-154, 168-170, 200-206, Ano 7º, 17-18.

Paiva, José da Cunha Navarro de. «Organização judiciária». *Revista dos Tribunais*, 33º Ano, 1915/273-275, 305-309, 353-356.

Pinto Osório. «Conselho Superior da Magistratura». *Revista dos Tribunais*, 32º Ano, 1913, 129-132, 145-150, 161-166, 177-184, 193-196, 209-213.

Pitta, Pedro. «Atribuições do Conselho Superior Judiciário». *Revista de notariado e registo predial*, Ano 10º, 1937, 129-134, 145-150.

Reis, José Alberto dos. «A Relação de Coimbra». *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 2, 1915/1916, 37-46.

Reis, José Alberto dos. «Reformas de justiça». *Revista de Legislação e Jurisprudência*, Ano 56º, 1923, 65-66, 81-83.

Sampaio, Vás de. «Reorganização judiciária». *O Direito*, 49º Ano, 1917, 258-259.

Sampaio, Vás de. «Organização judiciária». *O Direito*, 53º Ano, 1921, 323-324.

Sampaio, Vás de. «Reorganização judiciária», *Revista de Justiça*, Ano 6º, 1921, 33-34.

Teles, Galvão. «Poderes do juiz ou funções do juiz?». *Forum*, nº14, 1932, 212-213.

FONTES MANUSCRITAS

Ofícios do Conselho Superior da Magistratura Judicial/Conselho Superior Judiciário (recebidos e expedidos), Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial. [série: completa, de 1912 a 1945]

Processos individuais dos magistrados judiciais, Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial. [Série: magistrados judiciais em exercício entre 1910 e 1945: nº total de processos: 897]

Processos disciplinares dos magistrados judiciais, Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial [série: completa, de 1911 a 1945: nº total de processos: 594]

Processos de inspeção judiciária, Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial [série: anos de 1913, 1919, 1923, 1928, 1933, 1938, 1943: nº total de processos: 145]

Processos de concurso para juizes de direito, Arquivo Histórico do Conselho Superior da Magistratura Judicial [série: completa, de 1927 a 1945 (volumes anuais)]

Ministério da Justiça

Arquivo Histórico do Ministério da Justiça, Gabinete do Ministro da Justiça, 16.05, Correspondência oficial recebida e expedida, 16.05/01 / 12.02, Concursos: idoneidade política